



1542249



00135.224485/2020-51



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

RELATORIA DA XI CNDCA - ABERTURA

Assunto: Relatoria Primeiro dia Quinta Feira, dia 26/11, às 9h30min

Com a palavra o Mestre de Cerimônias dá início à abertura. Senhoras e Senhores, Crianças e Adolescentes de todo o Brasil: muito bom dia. Vamos dar início a XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA.

É com muita felicidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH acolhe e abraça virtualmente a cada uma, a cada um de vocês, delegadas e delegados e demais participantes da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira conferência totalmente virtual é feita com muito esforço, muito esmero, de todos aqueles e aquelas que se envolveram, se dedicaram e que hoje abre as portas virtuais deste evento para todos vocês.

É em razão disso é que a presidente do Conanda, a senhora Iolete Ribeiro e a vice-presidente do Conanda, a senhora Petrúcia Andrade agradece os seguintes parceiros que ajudaram a construir esta empreitada:

Aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do Conanda – CPA/Conanda;

A rede das organizações da sociedade civil e os integrantes do governo que compõe o Conanda;

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNPDCA, na pessoa do Secretário Nacional Maurício José da Silva Cunha;

Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH na pessoa da Ministra Damares Regina Alves;

A Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil na pessoa de sua diretora Salete Valesan;

Ao PNUD, na pessoa de Raissa Teixeira Freitas, Gerente de Projeto – Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento;

A Equipe da Secretaria Executiva do Conanda na pessoa de seu Secretário-Executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro;

Ao Instituto Alana/SP, na pessoa de Thaís Dantas Adriana Biancolini e Silvanny Rodriguez.

A Escola de Arte Spanta/RJ, na pessoa de Henrique Castro.

A Luisa Martins e a seus pais Alexandre Martins e Fabiana Andrade Carvalho Martins, que nos deram de presente o seu show.

A Comissão Organizadora da XI CNDCA entende que as palestras que nortearão as discussões desta conferência tem um caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões deste evento está aberto ao público em geral, canal do Conanda no youtube e pelo facebook.com/conandaconselhonacional e no Ambiente virtual da XI CNDCA, restrito aos delegados e às delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br. Também está disponível no canal do youtube do Conanda a transmissão com ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado na descrição deste vídeo.

É fundamental nesse processo que crianças, adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores e acompanhantes para lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial.

A programação do evento seguirá a seguinte ordem:

15 a 20/nov – Credenciamento de participantes

26/nov – 9h Atividade de abertura da XI CNDCA, Pronunciamento de Autoridades e Palestra Magna: “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das violências.

27/nov – Mesas de exposição, 10h Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de inclusão social, 14h Eixo II: Prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, 16h Eixo III: Orçamento e Financiamento das políticas para crianças e adolescentes.

28 a 30/nov – Mesas de exposição, 14h Eixo IV: Participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes, 16h Eixo V: espaços de gestão e controle social das políticas públicas de crianças e adolescentes. Primeiro momento do Fórum de Propostas – Apresentação de emendas às propostas sistematizadas. O primeiro Momento estará aberto entre 18h do dia 28/nov e 18h do dia 30/nov.

4 e 5/dez – Segundo momento do fórum de propostas – Votação das propostas pelos delegados do eixo. O Segundo momento estará aberto entre 9h do dia 04/dez e 18h do dia 05/dez.

8 e 9/dez – Terceiro momento do Fórum de propostas – Priorização das propostas. O terceiro momento estará aberto entre 9h do dia 8/dez e 18h do dia 9/dez.

10/dez – 9h Atividade de encerramento da XI CNDCA, Leitura das propostas priorizadas por Eixo, Leitura de emendas das moções aprovadas, Pronunciamento de Autoridades, Atividade cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O mestre de cerimônia ressalta que as moções poderão ser submetidas para votação entre os dias 26 de novembro e 8 de dezembro de 2020, de acordo com as orientações disponíveis na seção de moções. Informa que todos os envolvidos no evento estão tomando todas as medidas cabíveis para evitar contaminação pelo covid-19.

Gostaria de agradecer aqueles que estão nos assistindo, Marcele – campanha nacional do direito a educação; Irmão Vicente Valqueto – fórum nacional do direito da criança e do adolescente; Professora Elizabeth Guedes – ANURB; Dep. Estadual Valeria Bolsonaro da frente parlamentar em defesa dos direitos da pessoa com deficiência; Cristina Machado de Oliveira; Marcia Alves de Figueiredo; Sra. Rosana e Luciana da UNESCO do Brasil; Sr. Rodrigo Araujo do escritório das nações unidas sobre drogas; Rosana Veja da Unicef e Sra. Maria Oliveira Evangelista da CONAS.

Com o Tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias e

ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

Nos próximos 15 dias, ou seja, de hoje, 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discursões nos Fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e pelo Decreto nº 10.505, de 2 de Outubro de 2020 que chamou a conferência e depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para ser concretizada de forma virtual.

Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente aqui em Brasília, mas aqui fica o desejo de que na décima segunda CNDCA possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a muitas conversas, discussões poderemos nos abraçar muito.

Neste momento vamos dar início a cerimônia de abertura da XI CNDCA.

Para compor a mesa deste primeiro momento, convidamos:

Para coordenar os trabalhos convidamos a Ilustríssima Senhora Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, representante da sociedade civil no conselho pelo do Conselho Federal de Psicologia; o Excelentíssimo Senhor Maurício José da Silva Cunha, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Excelentíssima Senhora Maria do Rosário, Deputada Federal, e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional; Antônia Rachel (CRIANÇA: Integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil); Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, representante do Comité de Participação do Adolescente - CPA/CONANDA; Maurício Santos da Silva Damas, representante do Conselho Estadual Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/MG no Comitê de Participação de Adolescente do Conanda - CPA/Conanda; Salete Valesan Camba, diretora da Faculdade Latino - Americana de Ciências Sociais - FLACSO Brasil ; Vicente Falchetto - representante do Fórum Nacional Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA.

Neste momento Convidamos a todos a se posicionar em sinal de respeito para ouvirmos o hino nacional do Brasil.

Com a palavra o Sr. Vicente Falchetto - representante do Fórum Nacional Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA

Ir. Vicente - Primeiro me dá muita satisfação, alegria porque depois de tanta discussão estamos aqui realizando essa tão esperada Conferência Nacional Da Criança e do Adolescente e com certeza nós temos representações de quase todos, para não dizer todos os estados. Aqui eu falo em nome do Fórum Nacional De Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente. Que é uma articulação de instituições da sociedade civil e tem como missão garantir a efetivação e monitoramento das políticas públicas da mobilização social para a construção de uma sociedade livre justa e solidária. É tão raro, tão importante, usar esses termos, sociedade, livre, justa e solidária. Possui uma trajetória de mais de 30 anos. Nós estamos celebrando neste ano 30 anos do estatuto da criança e do adolescente. E podemos dizer com muita satisfação e compromisso que sempre foi uma bandeira de luta do Fórum Nacional ver nascer e crescer junto com a efetivação do estatuto da criança e do adolescente em nosso país uma proposta nacional da conferência nacional da criança e do adolescente. E a sociedade civil vem exercendo seu papel de controle social do estado democrático de direito. E isso só será possível se construirmos um país que garanta os direitos fundamentais da criança e do adolescente, quando a sociedade se une com este compromisso, com este propósito. Por

isso o fórum nacional inicialmente ele tem um papel profético. É de gritar contra a injustiça, o papel de denunciar as opções. Especialmente aquelas que estão garantidas em lei. É denunciar as ações. E essas são as que resultam na violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, certamente muitas falas hoje serão lembradas né? Situações adversas pelo país a parte. Mas nós aqui queremos colocar o nosso foco mostrando a importância das organizações da sociedade civil. E nos diversos espaços, não só é direito da criança e do adolescente mais de vários outros espaços, defesa da mulher é por exemplo muito forte. Hoje nós conseguimos 27 fóruns articulados em todo o Brasil. Isso é organizações que participam também assim como nós estamos neste momento realizando a conferência nacional nós temos companheiros e companheiras colegas da sociedade civil que representam com dignidade a sociedade civil no conselho nacional, nos estados. E sem dúvida é quando estamos nesse espaço que nós queremos juntos com a representação governamental fazer com que os direitos sejam garantidos. Nós estamos nessa conferência nacional. Com algumas realizações fruto de muitas conquistas nós teremos oportunidade.

O conselho e a comissão de participação de adolescentes que é uma luta comum de mais de 5 anos se tornou realidade e se me permitem citar o nome aqui de uma companheira do conselho nacional, Regina que nesse momento não participa conosco por estar com Covid, rezemos por ela para que melhore. Para nós um é suficiente, uma pessoa é o suficiente para levantarmos a bandeira e a bandeira do fórum nacional é como está aqui na logo: o foco é a criança ou adolescente sorrindo, alegre, feliz, buscando sempre alternativas para melhores condições.

O fórum tem cumprido seu papel representando as entidades, participando com os representantes da sociedade civil no conselho nacional, com reuniões e ainda aproveitando esse momento para fazer um apelo a nós conselheiros e todos os congressistas.

Nós estamos lutando, queremos que aconteça as eleições 2020 do conselho nacional da criança e adolescente. As entidades que batalho, que lutam, que buscam pelos direitos não pode acabar. É bonito na sociedade quando caminhamos de braços unidos de mãos dadas buscando um objetivo maior: a vida. E a vida vem em primeiro lugar, nós queremos fazer garantir a Constituição. Que criança é prioridade absoluta em todos os direitos? Nesse ano da pandemia nós sabemos que a educação ficou fragilizada, mas muitas iniciativas, muitas escolas, continuaram de uma maneira ou de outra fazendo o conhecimento chegar à casa dos nossos estudantes. Temos resultados maravilhosos, mas por outro lado o fato de ficar muito tempo em casa os números de abuso sexual na pandemia aumentaram drasticamente. Então a luta continua, a briga continua, por isso quando falamos de eleições nós queremos um Conanda renovado, forte, que briga, que corre atrás e essa luta nós temos certeza, não é só para os conselheiros da sociedade civil. Esse espaço de discussão e de direito é para todos nós que queremos um governo forte.

Nós temos um governo forte, um conselho forte e os demais conselhos para garantir o nosso estatuto, que nossa lei maior seja garantida. Um militante que luta pelos direitos é incansável, ele não trabalha 8 horas, sua jornada não é de 44 horas e eu falo aqui em nome dos militantes da sociedade civil nos diversos espaços de representação, que as nossas reuniões vão além das plenárias. Segue noite adentro, batendo sempre, dialogando e buscando melhores respostas. E para fechar é porque o tempo está chegando, gostaria de falar sobre aquelas discussões que aconteceram em nível municipal, regional, estadual, não foram em vão.

Com certeza alguns disseram que tem tanta coisa, alguns estados realizaram suas conferências 2 anos atrás. Mas quando se trata de criança, adolescente, jovem, seus direitos, esse tema estão sempre floridos com novas perspectivas, sempre buscando uma maneira diferente de fazer valer os seus direitos. Portanto o fórum nacional acompanhará através dos fóruns estaduais, através das entidades presentes, junto com essas discussões muito importantes. E um dos papéis agora do fórum nacional em todas as conferências foi de sair à frente, antes que se publicasse oficialmente a documentação das decisões do Congresso Nacional, nós já saímos discutindo propondo os encontros para antecipar e começar a implementar. Não podemos deixar o sonho morrer.

Uma boa conferência para todos, um abraço carinhoso e vamos em frente, a luta continua! Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia – Passo a palavra agora para a Sra. Salete Valesan Camba, diretora da Faculdade Latino – Americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil

Salete - Bom dia a todos, a todas é um enorme prazer estar aqui com o parceiro e construtor dessa conferência. Eu gostaria de iniciar saudando todas as crianças e adolescentes que são delegados, delegadas dessa conferência, saudar os delegados e delegadas dos estados que estão acompanhando esse momento. Momento muito importante nesse ano complicado, difícil para todos e todas, gostaria de agradecer ao Conanda pelo trabalho incansável que vem realizando e a conquista desses passos de manter a conferência. Agradecer a parceria da Secretaria nacional dos direitos da criança do adolescente por meio do seu Ministério, da família da mulher e dos direitos humanos, agradecer à Flacso Brasil toda e todas as equipes, todas as pessoas que se envolveram neste ano para que essa conferência pudesse acontecer, agradecer então em nome da Kátia da Bel e da Flávia, cada uma das equipes que estão aí fazendo essa conferência acontecer.

Gostaria também de dizer que a Flacso Brasil é um organismo Internacional e a faculdade latino-americana de ciências sociais tem 63 anos e para a Flacso Brasil criança, adolescente é prioridade absoluta. Temos trabalhado muito para que essa pauta e para que esse que esse tema, esse direito não saia da pauta entre os temas do nosso estado brasileiro quero dizer que para nós essa conferência é fundamental, não somente pela parceria que temos com o Conanda, com a Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente para a sua realização mas, porque está em nosso DNA está em nossos propósitos, está em nossos objetivos ter o tempo da criança adolescente como uma constante luta em uma missão cotidiana. Gostaria de frisar a importância dessa conferência para toda a rede de proteção em defesa dos direitos da criança e adolescente. Mas muito mais para cada um e cada uma das crianças e adolescentes do nosso país, não importa qual o local onde elas vivem. Sabemos da desigualdade absurda e imensa deste país, sabemos da pobreza, da miséria, da exclusão e da riqueza exacerbada que assola a nossa sociedade brasileira e é por isso que estaremos aqui sempre lutando por saber e por conhecer isso. Lamentamos que os adultos de 2 estados nacionais, estados brasileiros, resolveram deixar as suas crianças e adolescentes sem vez e sem voz de participação nesta conferência, lamentamos e esperamos que essa seja a última vez que um de nós adultos podemos excluir a voz, a vez e o direito a participação. Direito primordial de crianças e adolescentes participarem desses espaços tão decisivos para as garantias dos seus direitos e para que eles possam dizer, com suas vozes, com seus gestos, com seus olhos, com seus rostos, quais são as dificuldades que eles enfrentam no cotidiano, mas também nos dizer das alegrias, do sucesso que eles conseguem realizar durante o seu tempo de caminhada e assim, para eles e para elas é que eu quero finalizar essa minha participação em nome da Flacso Brasil.

“Desta forma ontem uma criança que brincava me falou. Que hoje é semente do amanhã para não ter medo que esse tempo vai passar. Não se desespera não, nem pare de sonhar nunca se entregue na sala sempre quase toda manhã se deixa a luz do Sol brilhar, no céu do seu olhar fé na vida, fé na gente, fé no que virá. Todos podem muito, juntos podem mais, vamos hoje fazer o que será”. Obrigada a cada um e cada uma das crianças adolescentes que estão fazendo um esforço enorme para participar desse momento.

Mestre de Cerimônia- Passo a palavra para a criança Antônia Rachel, Integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil.

Como a conexão da criança Antônia Rachel está um pouco travada, eu passo a palavra

agora ao Maurício Santos da Silva Damas, representante do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/MG no Comitê de Participação de Adolescente do Conanda – CPA/Conanda.

Mauricio - Oi bom dia a todos, sou Maurício da Silva Damas tenho 15 anos moro em Belo Horizonte, Minas Gerais. E eu gostaria de falar um pouco de quem sou eu, de como eu conheci o CPA. Eu comecei a ir pra igreja e entrei no circo Belo onde funciona aqui em Belo Horizonte no bairro são Geraldo. E eu fui conhecer um pouco mais do que seria o direito da criança e do adolescente que até então não sabia nem que existia. Eu sempre ouvi falar do ECA, mas nossa, realmente não fazia ideia sobre o que era, nunca realmente procurei saber o que é. Aí eu fui conhecendo. E comecei a fazer outras participações como no Conanda.

Fico muito feliz e eu sou uma pessoa que veio de uma família muito humilde. Eu nasci e cresci em uma comunidade aqui perto de onde eu estou no momento. É uma comunidade no bairro Horto. Aqui onde eu cresci tem muita violência e tráfico. Eu sempre convivi com a violência e com o tráfico de drogas. Sempre vendo aquilo ali, nunca querendo me envolver, isso nunca chamou muito a minha atenção. Com isso eu fui conhecer um pouco mais da vida, sabendo como funcionam essas coisas, acostumado com a violência de quando era pequeno tinha nascido. Meu pai batia na minha mãe. E assim eu fui crescendo até que eu entrei, eu conheci mais de perto e quis me aprofundar mais nesse assunto. Aí foi passando o tempo, eu acho que vai fazer 2 anos agora em janeiro que eu representava. Que eu represento adolescentes de Minas Gerais em um comitê de participação de adolescentes, num espaço onde os adolescentes, aproximadamente 10 adolescentes e adultos vão ter um poder de fala que normalmente adolescentes não têm. Tipo assim, a gente tem um negócio que se a pessoa manda mensagem pra gente explicando o que aconteceu a gente leva até o conselheiro mais próximo conselho e aí vai a gente ainda tem o trabalho. O registro que ainda está funcionando. E agora eu estou aqui neste momento representando CPA do Conanda na décima conferência estadual do direito da criança nesse aspecto. Era só isso que eu tinha pra falar por enquanto, tenham uma ótima semana e uma ótima conferência a todos obrigado.

Mestre de Cerimônia- Obrigado Maurício, vamos agora ouvir a Antônia Rachel integrante da Rede Peteca De Combate Ao Trabalho Infantil, a palavra é sua Antônia. Eu acho que ela não tá ouvindo. Eu acho que ela não está escutando, caiu a conexão da Antônia. Então vamos dar prosseguimento passando a palavra Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, representante do Conselho Estadual Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/RJ no Comitê de Participação do Adolescente - CPA/CONANDA.

Rebeca - Bom dia gente, espero que todos estejam bem!

Nesse tempo de pandemia está tão complicado para todo mundo, eu agradeço primeiramente a todos por estarem acompanhando essa 11ª Conferência Nacional Pelo Direito Da Criança E Adolescente agora dessa nova maneira online que eu confesso que no início fui bem contra, porque muitas crianças e adolescentes não estão conseguindo ter o acesso, porque é complicado. Minha situação, todo mundo, cada um tem uma situação, então é complicado pra gente ter esse acesso numa plataforma digital, uma internet de acesso bom, um computador notebook. Olha, eu mesma tive que vim pra instituição de onde eu sou, que é a fundação Angélica Duarte que está me dando todo esse apoio, essa assistência e eu queria agradecer a fundação por isso.

E agora vou me apresentar um pouquinho, como ele disse, eu me chamo Rebecca esse ano eu tenho 15 anos e fui eleita em 2018 pelo 7 aqui do Rio de Janeiro, mas para começar falando eu vou contar um pouquinho da minha história: desde os 3 anos de idade eu entrei na fundação e fui conhecendo um pouco mais dessa área de direito da criança e do adolescente. Minha irmã mais velha

também ia nesses espaços. Então não seguindo os passos dela mas, eu comecei a me interessar mais em 2018, consegui entrar na rede do CPA representando os adolescentes do Rio de Janeiro e eu acabei falando com a menina que até era mais velha do que eu. Eu era a mais nova do grupo eu tinha 13 anos e foi realmente assim uma loucura, porque eu fui falando e as pessoas falavam realmente essa menina fala...e se a gente botar ela nisso tudo ela vai conseguir levar nossas propostas e tudo até eu conseguir ser eleita. Desde então estou no CTA do Conanda só que a gente está na luta, porque desde 2018 a gente estava aguardando a posse, a gente conseguiu ter a posse em uma pandemia então uma coisa assim bem complicada depois de tanto tempo de espera mas, realmente foi uma grande vitória, mas infelizmente por causa da demora a gente acabou perdendo os adolescentes. Mas eu queria agradecer muito a todos adolescentes que fizeram parte dessa história. Um por um. Eu falo muito rápido, tem que dar uma respirada né? A gente tem muitos planos para os próximos anos e eu também quero dizer é que eu estou muito ansiosa porque agora também está acontecendo a seleção dos próximos adolescentes que vão representar. Quero falar se vocês estiverem assistindo, quero falar que vocês vão ser muito bem-vindos nessa nova fase do CPA do comitê de participação de adolescentes do Conanda e que a gente aguarda vocês o mais breve possível para que a gente possa fazer história nos próximos anos. Eu não vou me prolongar muito até porque eu vou continuar com vocês no próximo bloco da conferência e amanhã no eixo 3 de orçamento, aguardo ansiosamente para começar a nossa troca de ideias, conhecimentos, para melhorar cada vez mais o nosso presente e o nosso futuro, de todas nós crianças e adolescentes nesse momento a todos e que juntos possamos sempre priorizar a participação de crianças e adolescentes nesses espaços de fala e também quero agradecer muito a fundação de Eric Duarte, sempre estão me dando apoio, agora nesse tempo de pandemia eles estão me ajudando demais porque realmente vocês podem ver aqui que eu não estou numa casa, eu estou de máscara justamente por isso. Eu tive que vir na minha na minha unidade na fundação para conseguir um acesso à internet estável, para conseguir participar da melhor forma possível, para trazer aqui meus pontos de vista, o meu esclarecimento. Queria agradecer a todos pela atenção e queria dizer que se você é criança, adolescente e está assistindo isso eu queria agradecer muito por você está aqui. E queria também te convidar mais para participar porque esse espaço, ele é nosso a gente tem que sempre ocupar ele. Mesmo que dessa vez seja de uma maneira mais complicada que é online e nem todo mundo pode estar acessando, eu mesmo não poderia se eu não estivesse aqui. Então eu queria muito agradecer. É isso gente, obrigada e uma ótima conferência a todos. Muito obrigado neste momento queria agradecer a Maria do Rosário, a gente gosta muito dela, a Angélica Duarte gostava muito dela também e eu sei que você gosta muito dela e a gente se sente muito acolhida por você também. Então a gente queria te dar aqui um agradecimento em um beijo muito especial.

Mestre de Cerimônia - Obrigado, muito obrigado. Agora sim tem a palavra a excelentíssima Senhora Maria do Rosário deputada federal e coordenadora da frente parlamentar mista de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Congresso Nacional.

Maria do Rosário - Muito obrigada, eu começo agradecendo esse abraço lembrando a querida Angélica Goulart e todos, todas aquelas que lutam pelos direitos das crianças e adolescentes em todo o tempo ao longo de toda a vida, essa foi a vida, essa é a vida que fica aqui. É marcante para nós da gestão do lar de tantas e tantas mulheres que eu vejo e homens, lutadores. Eu quero então através dessa fala maravilhosa de uma jovem adolescente dizer que pensando na canção que a Salete trouxe. Cumprimento em primeiríssimo lugar a Ionete Ribeiro da Silva presidenta do Conanda. Todas que compõem essa mesa nossa que participam, as que estão em todos os lugares do Brasil acompanhando, nós temos uma grande responsabilidade aqui conosco. A Salete nos trouxe uma canção que fala das sementes do amanhã, mas, se não há proteção hoje, se não há garantia de direitos no hoje nós sabemos. Se não há cuidado com a Terra e o cuidado com a semente, o amanhã é

totalmente independente composto pelos nossos gestos, de nossos atos de hoje, pela nossa responsabilidade, pelo senso ético que nós temos no presente.

Prefiro que o tema da infância, dos direitos das crianças e adolescentes pode ser visto como um tema da economia para aqueles que pensam no ajuste fiscal, nos cortes que a emenda funcional número 95 produziu retirando tantas políticas públicas do cenário brasileiro, fazendo refletir políticas públicas. Eu queria superar tudo isso para dizer a vocês uma coisa. A responsabilidade que nós temos com os direitos das crianças e adolescentes e com as leis, normas e com a Constituição federal, com a convenção dos direitos das crianças das Nações Unidas é antes de tudo uma responsabilidade ética entre gerações, a violência é uma responsabilidade ética entre gerações porque nós é dado como humanos, os seres humanos a missão de proteger. De adultos estabelecerem, realizarem o que nós escrevemos na lei na própria Constituição que é a proteção integral, então, nada menos do que isto é aceitável.

Nós estamos nessa 11ª conferência com essa conquista e a necessidade de afirmar. Reafirmar os instrumentos legais, reafirmar a Constituição federal, reafirmar a convenção dos direitos da criança com o valor para o Brasil, a relação com as ações Unidas com o valor para o Brasil reafirmaram estatuto da criança e adolescente no marco dos seus 30 anos e ao dizer isso eu quero agradecer em nome da frente parlamentar de defesa dos direitos da criança e do adolescente. A carta que foi escrita há muitas e muitas mãos com a sociedade civil, com o parlamento brasileiro assinada por dezenas, centenas de entidades do Brasil e que é o Marco dos 30 anos é uma carta denúncia. Uma carta denúncia de que no Brasil no ano de 2020 muitas políticas públicas estão sendo destruídas. De que quando nós ultrapassamos as 170.000 vítimas da Covid aqui se multiplica tristemente esse número seja pela ausência de responsabilidade para testagem, para atendimento, seja porque nestas famílias estão as crianças, os adolescentes que estavam são aqueles que sofrem. Todo tempo. A necessidade de políticas que estão sendo desfeitas, nós queremos anunciar que há uma redução de políticas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Queremos denunciar aqui uma diminuição de políticas para a responsabilização daqueles que exploram o trabalho infantil, durante 2 décadas nós conseguimos reduzir os índices de trabalho infantil com políticas que enfrentaram a miséria extrema e garantiram que a criança estivesse na escola. Uns dias atrás nós vemos a miséria entrar na casa das pessoas e as crianças estarem nas sinaleiras ou no trabalho, no sustento das suas casas, o que é o trabalho infantil? Nós denunciemos a diminuição de políticas, nós denunciemos que o Ministério da saúde não está tomando devidamente as questões relacionadas ao atendimento das crianças com sofrimento psíquico. Denunciemos que têm sido tomadas decisões que seriam do conselho nacional dos direitos da criança em outros fóruns governamentais. Denunciemos que o Ministério da educação não está atento às necessidades educacionais das crianças, que inclusive autoridades da República disseram que não seria uma responsabilidade federal atuar sobre a garantia da educação no ensino básico e veja a garantia da educação é abrir escolas com a pandemia em alta. Mas é que eu não tinha um plano. Que logo em seguida venha a vacinação para os educadores, que o fundo seja recurso público para educação pública e cumpra o plano nacional de educação senhores, senhoras, eu tenho passado por diversos lugares tendo sido muito perguntada pela presidenta do Conanda e atuado em uma carreira Internacional. Agora temos a defesa de direitos da criança conosco porque nós temos senso poético, mas temos que ter como princípio de que nenhuma redução de direitos é aceitável. Nós estamos no Marco dos 16 dias de ativismo contra a violência que atinge as mulheres pois bem, toda mulher vítima tem seus filhos como vítima e que políticas existem para as mulheres com a redução e até extinção de programas que estão assistindo no Brasil. Sinceramente eu participo dessa conferência num tom de indignação, muita responsabilidade é ética diz o seguinte: quem é de um governo tem que cumprir o mínimo que o anterior fez e aí partir para um patamar mais elevado. Os governos eleitos para imprimir a sua marca reduzindo a dos anteriores porque é um princípio do direito Internacional dos direitos humanos no direito nacional que diz o seguinte: Não é possível redução de direitos. Não é possível reverter aquilo que foi conquistado este princípio dos direitos humanos, é um princípio a ser

observado por quem quer que governe por quem quer que o governo tem acima de si sempre uma Constituição, uma norma jurídica para cumprir, estejamos atentos e atentas a isso.

Um profundo amor para as crianças valorizando os adolescentes que participaram dessa jornada olhando que não são todas e todas iguais, aos quilombolas, as indígenas, dos povos tradicionais das comunidades. Vamos lembrar todas, vamos lembrar todas nas cidades, no campo, nas periferias dos centros, em todas as classes, essa causa, isso nos une nos dá também um patamar ético, nos dá também a autoridade de luz cobrados e aqui. É inaceitável aceitar que qualquer autoridade que defenda o trabalho infantil ou desmonte de programas de atendimento a crianças, é inaceitável qualquer retrocesso, nós participamos dessa conferência para dizer que lutamos pela infância brasileira. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia - Muito obrigado, a comissão organizadora deste evento lembra que para a resolução ficar boa tem que na transmissão do YouTube, clica nos 3 pontinhos que tem ali do lado superior direito e aumenta a qualidade para o máximo que a resolução vai ficar muito perfeita. Dada a dica nós vamos ouvir agora a pequena Antônia, acredito que a conexão dela já está muito legal. Vamos lá. Pode falar Antônia Rachel. Bom. Não. Antônia você está mutada tira o mute do seu computador, por gentileza.

Antonia - Eu tenho 12 anos, e gostaria de ler um texto. Eu estudo na escola Maria, vou declamar hoje. Estatuto da criança e do adolescente, o autor é Domingo Toscano. É dever da família e toda a comunidade fazer cumprir o estatuto.

Mestre de Cerimônia - Ok nós vamos pedir para parar pois não estamos conseguindo entender a jovem. Vamos pedir para que ela nos envie um vídeo. Grave essa mensagem e mande pra gente, e só então vamos apresentar aqui na nossa conferência. Vou passar a palavra agora ilustríssima Senhora Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda

Iolete - Olá bom dia cumprimento todas as crianças e adolescentes uma pena que a conexão não permitiu que a gente escutar se adequadamente a Raquel, mas vamos procurar garantir que a mensagem dela seja transmitida de outra forma em outro momento. Então cumprimento todas as crianças e adolescentes que participam desta 11ª conferência nacional, todos os integrantes da mesa, todos os delegados, delegadas eleitas na conferência, nas conferências estaduais, eu sou Iolete Ribeiro uma mulher preta, com cabelos crespos, estou sentada numa cadeira azul e atrás de mim tem uma parede verde. Eu sou psicóloga representante do conselho federal de psicologia e no momento presidenta do Conanda, inicialmente eu quero expressar a minha solidariedade às famílias das mais de 170.000 pessoas que morreram de COVID-19 em 2020.

E citando Rubem Braga. É que diz creio que será permitido confessar que às vezes se tem saudades que possamos lembrar de suas vidas de suas histórias e mantê-las vivas na nossa memória e que essas histórias nos mobilizem para navegarmos rumo a uma sociedade que valorize e respeito à vida. Respeite a vida. Estamos na 11ª conferência. E o que é uma conferência por que que realizamos conferências de políticas públicas para a infância é adolescência? A participação social é afirmada nesse contexto como um direito humano e como fundamental na promoção de inclusão social no reconhecimento é respeito a diferença na cooperação e construção de valores de cidadania. as várias modalidades de participação social como os conselhos de direitos e as conferências são meios de legitimação do processo decisório que em todas as etapas da gestão pública a a participação social é necessária para a construção e para a consolidação de políticas públicas que

sejam capazes de contemplar a nossa imensa diversidade a partir de princípios que leva em conta os interesses públicos aí cuidar de social e a justa distribuição de renda fazendo avançar a democracia. As conferências de políticas públicas portanto são espaços democráticos de discussão e articulação coletivas envolvendo o governo e sociedade civil organizada na definição das prioridades as conferências dos direitos da criança e do adolescente envolveram longo dos anos milhares de pessoas nos estados é municípios. Conselheiros de direitos conselheiros tutelares pesquisadores é pesquisadoras crianças adolescentes gestores de gestores públicos parlamentares. E a sociedade de uma forma geral na medida em que diversos segmentos participam de debates promovidos nas diferentes etapas de uma conferência são compartilhadas experiências concept coins propostas importantes para a construção de novos sentidos de infância adolescência afinados com Marco da proteção integral. Dessa forma as conferências se convertem um processo amplo de diálogo e de democratização da gestão pública e um momento em que se confere o que já foi feito e o que precisa ser feito. A primeira conferência nacional da criança do adolescente foi realizada em 1995 inicialmente a cada 2 anos foram realizadas as etapas conferências seguintes depois a cada 4 anos. Ao final desse processo são aprovadas propostas que devem ser prioridade para os governos ao implementarem as políticas de infância é adolescência no país. Sempre que se discute a importância de uma conferência é preciso lembrar que é nesse espaço que a sociedade se manifesta apontando problemas ainda não resolvidos e avaliando as políticas existentes é nesse momento em que realizamos a avaliação da efetividade das políticas que apontamos novos rumos. Que devem ser trilhados? É rapidamente eu vou falar né é de algumas questões que têm sido centrais no trabalho realizado pelo comando é 11 abordagem breve dados limites de tempo de um evento dessa natureza de uma mesa de abertura. Eu inicialmente destaco a importância do do da defesa e das ações né de garantia é de respeito às especificidades étnicas e culturais no atendimento a crianças e adolescentes pertencentes a povos é comunidades tradicionais reafirmando que enquanto permanecer. Essa situação de pandemia é necessário que a gente é intensifique a proteção integral em seus territórios e território é territorialidades rurais é urbanas. E ao fazer referência a isso eu destaco o caso de 3 mulheres do grupo ianomâmi que foram afastadas de sua aldeia juntamente com seus bebês foram levadas para a Boa Vista com suspeita de pneumonia e quando internadas nos hospitais essas crianças foram contaminadas. O COVID-19 e vieram a óbito. Essas mulheres foram apartadas dos seus filhos sem saber que os corpos dos seus bebês tinham sido enterrados. E para essa etnia né esse é um processo que já é intenso sofrimento é como se os corpos de seus bebês desaparecessem. Tornando-o para elas um peso ao voltarem para para as aldeias e terem deixado os corpos dos seus filhos na cidade. É isso não é uma atitude de extremo desrespeito e violência. Considerando que o nosso país tem uma diversidade imensa e precisa não é garantia atenção adequada a todos os povos a todos os grupos né? É importante dar uma atenção especial aos direitos e as necessidades das mulheres jovens e crianças indígenas bem como o seu direito coletivo individual de manter é desenvolver as suas identidades étnicas é culturais então nós manifestamos nesse momento toda a solidariedade as mães ia no mames. No cuidar da alma de seus bebês quero fazer é um destaque também em relação às violações de direitos em especial a violência sexual e ressaltar a importância de que é seja dado cumprimento ao estabelecido no plano nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Em especial no eixo atendimento né que tem a finalidade de garantir atendimento especializado e em rede às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e as suas famílias é um problema social grave um problema de saúde grave? O que temos enfrentado no nosso país é em especial alguns grupos com as crianças negras e crianças com deficiência têm muito mais chances de sofrer violência sexual ao longo da vida. Em relação ao trabalho infantil gostaria de destacar também que é urgente a necessidade de aprofundamento das políticas públicas são indispensáveis à prevenção é ao combate ao trabalho infantil para que o Brasil possa atingir a meta da erradicação esse foi um compromisso assumido pelo país. No contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 então mesmo num contexto de contenção de despesas é é preciso que absoluta prioridade na alocação de recursos prevista na Constituição federal no estatuto da criança e do adolescente. Seja observada de forma a permitir o fortalecimento

de políticas públicas que assegurem direitos de crianças e adolescentes em especial o combate ao trabalho infantil porque o trabalho infantil acarreta sérias consequências e pode muitas delas serem inclusive permanentes. Como comprometimento do desenvolvimento integral? Gostaria também de destacar os males que o racismo tem feito às crianças e adolescentes negros e negras deste país. Uma criança negra é obrigada a aprender que é diferente e por isso os seus pais e familiares. A ensinaram que ela terá que lutar para ter seus direitos garantidos, direito de fazer parte, direito de estar no lugar que quiser, direito de ter direitos. Isso ocorre porque o grupo hegemônico define uma hierarquização conforme o pertencimento identitário racial em 2020. Fomos nós. Acompanhando uma série de notícias muito impactantes, notícias de mortes de crianças por violência por negligência por incompetência muitas vezes do próprio estado com uma morte do adolescente João Pedro de Matos de 14 anos no Rio de Janeiro. Que foi morto com tiros nas costas em uma ação da polícia? Na mesma semana, a morte do menino Miguel em Recife, um assassinato, é pé. Fruto do racismo estrutural, né, então é fundamental que possamos empreender esforços para promover, para proteger os direitos de crianças e adolescentes negros e negras, né, o conanda reafirma nessa disposição de lutar por isso, não é da promoção de uma segurança pública, do enfrentamento à letalidade, violência. Institucionalmente, contra crianças e adolescentes, nós não podemos tolerar a naturalização dessa violação de direito. Gostaria de destacar também que é o orçamento público para a infância, adolescência sofreu o maior golpe dos últimos 30 anos. Com a aprovação da emenda constitucional 95, essa emenda constitucional tem efeitos perversos sobre os direitos sociais das novas gerações, né, é preciso que o estado garanta. Os direitos de crianças e adolescentes, né, e para isso tem que revogar a emenda constitucional porque ela impede os avanços nas políticas estruturantes, ela é afronta diretamente, né, os direitos das famílias, a condição das famílias de cuidarem dos seus filhos e das suas filhas. E para concluir, né, eu gostaria de falar da importância de resistir e lutar com a Esperança. Eu abro a 11ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente que tem como tema a proteção integral, diversidade, é enfrentamento das violências, uma conferência que foi convocada pelo conanda? Em 2017, a partir da resolução 202 que está sendo realizada com um pouco mais de 1 ano de atraso, mas está ocorrendo porque houve luta, porque houve trabalho de muitas pessoas que acreditam na importância e na responsabilidade que nós, sociedade brasileira, o estado brasileiro. Temos com a garantia de uma vida digna para todas as crianças e adolescentes desse país, em nome do conanda, agradeço a todos que trabalharam para a realização da conferência, todos os conselheiros e conselheiras nacionais liderados pelo conselheiro Antônio Lacerda da companhia, é pelo apoio incansável dos servidores da Secretaria executiva do conanda. Pelo apoio da Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente, desculpem pelo trabalho competente da equipe da flacso, agradeço as delegadas e aos delegados da conferência nacional que se mobilizaram, se dispuseram a dedicar o seu tempo a essa tarefa de conferir, apontar prioridades. Para a proteção integral de crianças e adolescentes e mesmo durante a pandemia, estamos aqui ligados, virtualmente mobilizados pela mesma causa, em uma conjuntura que exige mais uma vez a construção de unidade na luta pelos enfrentamentos, assim como aconteceu quando foi aprovada a Constituição de 88. Foi aprovado o estatuto da criança e do adolescente, não é entendendo o que é na convergência na defesa da democracia, dos direitos humanos que nós estaremos mais fortes nessa luta, a consolidação dos direitos humanos no Brasil é uma luta em curso e ela merece a nossa obstinação. A nossa perseverança, a nossa Esperança na construção de um mundo melhor. E eu destaco nesse sentido a importância dos conselhos de direitos dos fóruns, the Seas de todas as coalizões em prol dos direitos da criança e do adolescente, em especial no momento da crise que vivemos, é um momento em que crianças e adolescentes ficam ainda mais vulneráveis e as políticas voltadas a essa população. Correm o risco de serem marginalizadas, né, é não é toa que a gente destaca a importância dos conselhos de direitos, a importância da manutenção do funcionamento do conanda, da realização das próximas eleições, é de reeleição de representantes da sociedade civil, isso tudo. É uma luta que deve se dar num contexto em que a gente precisa reforçar a importância da democracia, a participação da sociedade civil, qualifica esse processo de construção de políticas públicas e por isso nós reafirmamos que somos contrários à redução da participação da sociedade civil, como proponho decreto 2003 de 2019 que fragiliza o conanda. Que

reduz as possibilidades de controle social a participação social diversa é democrática é imprescindível para a construção de políticas que atendam às demandas sociais e para qualquer governo que tem um compromisso com a proteção social e no mês da Consciência Negra inspirado na resistência do povo negro e na luta por liberdade empreendidas. Beijo vergonhoso período do escravismo até os dias atuais inspirados também Mari eles Miguel João e tantos de tantas brasileiras brasileiras nós possamos também resistir lutar e ter Esperança em um mundo melhor em um mundo em que crianças e adolescentes de todas as regiões do país de todos os grupos sociais. Possam viver com dignidade dignidade e encerro lembrando as palavras do padre Bruno fundador do movimento República de emaus que diz assim. A criança é o homem em estado de poesia e todas as crianças onde nos reencenar a vida escreve o poeta Paes Loureiro que elas sejam o centro da gravitação de um pouco precisamos olhar de frente os desafios que hoje se põem e exigem políticas públicas firmes. E corajosas que efetivamente privilegiem o resgate das condições de vida digna para todos infelizmente a economia de mercado está no sou lindo a capacidade de sonhar e caminhar na realização de nossas utopias não quero ser escravo disso quero continuar com meus sonhos. E lutando pelas minhas utopias que graças a Deus são os mesmos sonhos e utopias de uma miríade de homens e mulheres um dia nós ou nossos filhos e filhas iremos conseguir viver no mundo em estado de poesia sigamos a luta. Obrigada.

Mestre de Cerimônia - Obrigado neste momento tem a palavra excelentíssimo senhor Maurício José da Silva Cunha secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente nacional.

Maurício - Bom dia bom dia a todos quero cumprimentar lolette presidente do Conanda, Petrucia vice-presidente e os delegados da Conferência, pessoas de todos os estados do Brasil, que estão contribuindo com essa grande construção dos direitos da criança e do adolescente, os convidados e observadores. De uma maneira muito especial a esses adolescentes do CPA a meu xará Maurício que deu um show falando pra gente deu uma aula, à Rebeca e ao representante do fórum nacional DCA ,Irmão Vicente é uma alegria é uma honra participar desse momento. Essa grande construção, a gente sabe que a política pública é construída nessa relação com a sociedade civil, com os atores com aqueles que estão lá na ponta dos municípios nos estados os gestores das organizações. Sociais o público beneficiário público alvo as crianças e adolescentes que são objetivo último da nossa política então é hoje é um dia histórico é nossa primeira conferência virtual da história dessa primeira conferência e o caráter virtual dela logicamente que nós gostaríamos de estar reunidas presencialmente. Mas certamente o caráter virtual dela não restringirá a participação e os resultados nós recebemos é que 564 propostas para a melhoria da política nacional de direitos da criança e do adolescente vida de estados é municípios veja que riqueza que nós temos agora para nós debruçar sobre sobre essas propostas. Essa conferência terá como resultado a melhoria análise é discussão em torno dessas propostas que serão priorizadas 25. E nós queremos desde já pedir aí eu entendi todos para que estejamos comprometidos de fato com a política com as crianças e adolescentes todos no mesmo objetivo para que possa entregar 25 propostas de deliberação da conferência e coincidentemente ou não essa conferência termina no dia 10 de dezembro. Que é o dia Internacional dos direitos humanos nós queremos integrar entregar para a sociedade nesse dia nesse dia tão importante tão especial esse relatório final com as 25 propostas priorizadas pelos delegados da conferência vai ser uma grande entrega um grande legado de todo esse processo? Que começou aí AA meses a anos atrás e que vem sendo construída a partir dos estados é municípios é emblemático também que essa conferência esteja acontecendo no ano em que o ECA completa 30 anos o estatuto da criança e do adolescente que inaugure a é a doutrina da proteção integral. Quais são esses 3 princípios orientadores da proteção integral de crianças e adolescentes são sujeitos de direitos primeiro princípio antes eles eram um mero objetos da intervenção de adultos agora eles passam a ser protagonistas das políticas públicas? As relações com eles são de natureza vinculante não por

favor ou por mera mera filantropia isso é o foco não é mais objeto mas uma relação do sujeito numa perspectiva de cidadania de defesa e promoção dos direitos segundo o princípio da doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento. Elas são especiais com peculiaridades emocionais espirituais físicas culturais espirituais elas não são pequenos adultos por isso toda a consideração deve ser dada às particularidades da infância é da adolescência respeitando os veículos necessários para o seu pleno funcionamento para seu pleno desenvolvimento. E o terceiro princípio da doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes são prioridade absoluta. Não eu sempre digo que não bastou ao legislador dizer prioridade porque a prioridade já deveria ser suficiente o legislador da Constituição do estatuto colocou a criança adolescente como prioridade absoluta temos aí uma e fazer. Que não pode e deve ser negligenciada o ECA reforça as condições impostas pela Constituição de 1988 que atribui às crianças e adolescentes a primeira razão de ser do estado brasileiro. Mas uma responsabilidade que não é só do estado é também das famílias da sociedade e da comunidade. Esse princípio deve considerar também o maior interesse da criança nas decisões e na implementação das políticas isto é se a 2 interesses o que deve ser levado em conta é o interesse da criança é em que pese tenhamos tido muitos avanços nesses últimos 30 anos né por exemplo a redução da mortalidade infantil? o aumento de matrículas no ensino fundamental a criação do sistema de garantia de direitos a melhorias na política da convivência familiar é comunitária com o cadastro nacional de adoção por exemplo o cadastramento das vagas as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes é sistema de justiça muito mobilizado em torno da criança e do adolescente agora temos muito que avançar. Também todas essas pautas né ainda temos muitos desafios é um desafio de todos é um desafio de toda a sociedade é. E essa essa conferência ela deve vir. Para contribuir com essa construção é que a gente possa é. É esquecer algumas das diferenças que temos os diversos atores são diferenças normais e saudáveis num ambiente num contexto democrático que possamos de fato focalizar. O objetivo da nossa conferência que a construção de políticas. Voltadas para a promoção defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente temos um desafio grande de articulação. E desenvolvimento da interseccionalidade na atuação do sistema de garantia de direitos não adianta temos um sistema de garantia de direitos que não os atores não conversam entre si ilhas voltadas para si mesmas chega disso porque a criança é um ser integral que precisa desse olhar a criança tem que vir pro centro e não o serviço tem que estar no centro da agenda. A questão da letalidade infanto-juvenil é outro problema grave no nosso país estamos buscando respostas para isso a necessidade de uma lei geral de atuação qualificada é estruturada reconhecida dos conselhos tutelares tivemos aí uma participação de representantes do poder legislativo então queremos já pedir o seu apoio é que estaremos ainda este ano protocolando a lei geral dos conselhos tutelares. Para regulamentar muitas ações que ainda estão no vasilhame de atuação desses profissionais que são fundamentais para a efetivação da política a questão da proteção às diversas plantas né a atualização falar da violência física psicológica sexual é institucional. As violências aumentaram nesses últimos 30 anos eu posso dizer isso sem medo de errar inclusive assumindo novos contornos com uma violência por exemplo no ambiente virtual aliciamento exploração é abuso sexual de crianças e adolescentes na internet precisamos focar no fortalecimento dos sinais do sistema nacional de saúde saúde educação. Realmente que seja um sistema que trabalha a ressocialização dos nossos adolescentes em conflito com a lei a implementação do hocka do orçamento da criança e do adolescente estados é municípios né a gente não tem ainda isso é personalizado isso de uma maneira muito clara muito definida sobre o orçamento e orçamento reflete ou não a priorização da criança e do adolescente. Desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras que transformem o link se transforma em políticas públicas fortalecimento dessas tecnologias dessas políticas inovadoras que muitas vezes há nascem no seio da sociedade civil e por serem tão bem implementadas por organizações sociais se transforma em políticas públicas que vamos fomentar esse tipo de iniciativas né? Família acolhedora família protetora da família solidária no âmbito do pecam por exemplo. A criação dos centros integrados de pedir dia de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e por último né e não menos importante também entendemos que faz parte dessa política o fortalecimento de competências protetivas familiares

sabemos que 100 famílias Fortes não lograremos alcançar o sonho de uma infância plena. É precisamos fortalecer as nossas famílias né a criança adolescente precisa de famílias fortalecidas as suas competências protetivas e temos ainda um quadro de pobreza que afeta mais de 40% das crianças de zero a 14 anos de idade comparado com 25% da população em geral ou seja o rosto da pobreza é o rosto de uma criança de uma adolescente menos é mesmo antes da pandemia ainda tínhamos 1300000 crianças e adolescentes fora da escola se alguém diz tende aumentar i não existissem no site j de 2019 e tivemos em 2019 também 78000 novos processos de crimes de violência contra crianças e adolescentes. Em 2018 7 9781 meninos e meninas foram vítimas de homicídios no Disque 100 e 2019 55% de todas as denúncias isto é mais do que a soma de todos os outros grupos vulneráveis foram relacionadas a violação de direitos de violências contra crianças e adolescentes ou seja. Que deveriam ser mais protegidos são os mais afetados e a conferência vem somar-se né tem somar no enfrentamento já que o tema da nossa conferência é justamente proteção integral é diversidade e proteção proteção das diversas formas de violência é importante trazer mas esses números tá? À à Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente. Em parceria com conanda o Ministério da mulher da família é dos direitos humanos têm empreendido ações de enfrentamento a todos esses problemas citados eu poderia ficar aqui horas falando não é objetivo nós estamos além para além né é ou em complementaridade as fusões estabelecidas para a Secretaria. Mas estamos hoje é gerindo 31 projetos estratégicos em defesa da infância brasileira poderia citar alguns alguns em parceria também com outros órgãos do Ministério outros ministérios ouvidoria a ouvidoria nacional de direitos humanos é não posso deixar de destacar e é importante que toda a sociedade saiba disso a ampliação dos nossos canais de denúncia. O Disque 100 o ligue 180 que estão estão interligados o aplicativo direitos humanos Brasil que foi lançado na academia qualquer pessoa pode fazer denúncias sem precisar fazer uma ligação muitas vezes na frente de um agressor é gratuitamente anonimamente se for necessário a os canais de denúncia agora por WhatsApp. Em linguagem de de de de libras linguagem de sinais lançaremos em breve até abril o aplicativo direitos humanos que diz direitos humanos jeans que é para na linguagem lúdica na linguagem apropriada a criança e o adolescente com desenhos com vídeos inglês mesmos possam fazer a sua denúncia de violência sofridas. Nós estamos trabalhando fortemente nessa ampliação dos canais de denúncia é capacitação do sistema de garantia de direitos que está lá no município os conselhos tutelares os conselhos de direitos com a criação da índica escola nacional de direito da criança e adolescente em parceria com o pnud universidade de Brasília só no primeiro curso da índica tivemos quase 7000 alunos inscritos isso é sim o fortalecimento da política de promoção é defesa dos direitos. Felizmente estamos capacitando quem está na defesa dos direitos lá na ponta lá no município lançaremos no dia 30 o segundo curso que é sobre o papel do conselheiro tutelar não estaremos 11 cursos de formação totalmente online até dando acesso a todo o Brasil totalmente gratuitos is cancelados pela universidade de Brasília. Ano que vem lançaremos 300 vagas para são de 50 anos e 50 minutos isso é fortalecer uma ampla rede antes de atores do sistema de garantia de direitos que está atuando nos estados é municípios não estamos a menos fóruns nacionais. De defesa das crianças e dos adolescentes teremos 8 formas já tivemos 2 nesses 2 temas a partir da participação de mais de 220000 pessoas sobre o tema da letalidade e o tema da exploração sexual é do abuso sexual na internet e esses foras não são apenas capacitação nós estamos apenas no discurso. Eles lançaram soluções eles não são políticas públicas através dos nossos da discussão com pessoas que estão envolvidas nessa política apresentação das melhores práticas experiências exitosas e eles chegam é naqueles que participam os atores que estão também nos estados é municípios já aproveitamos para convidar a todos no dia 15 e 16 de dezembro. Teremos um terceiro fórum que é sobre a questão das drogas né nas nossas crianças e adolescentes teremos 8 fóruns ao longo dos 2 anos 2 anos e é uma maneira também que queremos é contribuir com esse tema da proteção das diversas formas de violência em que parte de conselhos tutelares nós equipamos desde o ano passado. Quase 700 conselhos tutelares dando mais condições de trabalho para aqueles que fazem justamente são os nossos guardiões da política e do ECA lá na ponta requisitando serviços zelando cuidando das nossas crianças e adolescentes o Brasil entrou no acordo Internacional da

aliança global i protect que é sobre a questão de de violação de direitos. No âmbito da internet e o Brasil se une a outras não.

Tudo das nossas crianças e adolescentes o Brasil entrou para o acordo Internacional da aliança global e protect que é sobre a questão de de violação de direitos no âmbito da internet e o Brasil se une a outras 90 países dezenas de organizações sociais de referência inclusive algumas delas brasileiras que atuam aqui no Brasil. Traremos o fórum global. De proteção da aliança global e por sexo é para o Brasil em novembro de 2021 seremos os anfitriões de mais de 90 países para debater essa temática tão importante que é a proteção contra os crimes sexuais no ambiente da internet houve a criação da comissão Inter setorial de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A comissão está prestes a reiniciar o seu trabalho estamos agora pressas também a contratar a organização que vai trabalhar o centro integrado de atendimento à criança e adolescente vítima de violência em resposta a lei 3431 de 2017 mas esperamos pelos centros integrados disseminados por todo o Brasil. Disponibilizaremos para todos os municípios estados é os fluxos os procedimentos a estrutura mínima os profissionais necessários para que os municípios brasileiros que plantem os centros integrados e à criança e adolescente vítima de violência passe de servir passe pare de ser relativizada né e ela uma vez só fale do que sofreu? Que o serviço seja o que seja organizado em torno da criança e não na lógica do serviço em si como eu falei a criança vai falar uma vez só em todos os serviços vão se organizar em torno desse único depoimento especial a dor da escola protegida com fome além nos aponta. Estamos lançando também o pacto Inter federativo redução da letalidade infanto-juvenil com a participação dos todos os estados do Brasil começamos a construção dessa dessa minuta e vamos envolver os estados brasileiros é exemplo de alguns estados que já já tem esse pacto e já reduziram os índices de letalidade infanto-juvenil é Davi. De violência letal é o que podemos fazer nesse momento para fortalecer as políticas de proteção e no que diz respeito à academia né dizer que foram apreendidas centenas centenas de ações de proteção dos grupos mais vulneráveis incluindo crianças e adolescentes o investimento de alguns milhões de reais no nosso plano de contingência? Tá é estamos também submeteu ao legislativo e queremos contar com apoio do poder legislativo em breve como eu mencionei a lei geral dos conselhos tutelares a nossa lei PL que está tramitando o aumento de penas para abusadores quando estes são sacerdotes ou pessoas de confiança da família da criança. Ele sabe que crimes sexuais são cometidos principalmente por pessoas que são de confiança da criança e do adolescente muitas vezes da família Ah temos também o PL incluindo os povos cigano se a sua especificidade no ECA dando visibilidade pra pra essa população. E lá em breve também submeteremos para abrir a apreciação do parlamento é um projeto de lei que institui o petecão e que regulamenta o pkk programa de proteção à criança e adolescente ameaçados de morte que tem sido sem fortalecido nessa sexta o 70% do orçamento da Secretaria nacional do orçamento discricionário. É para cuidar de crianças e adolescentes ameaçados de morte mas isso não está ainda é traduzido numa lei que garanta isso como uma política de estado estamos terminando a minuta do PL submeteremos também como projeto de lei do executivo a apreciação do parlamento que queremos então conta aí com com apoio do parlamento já que é um tema é um momento de visibilidade para essa política. Também aproveitar pra pra sensibilizar todos em torno dessas ações da Secretaria nacional é. Quero concluir né é agradecendo a todos que trabalharam bastante para que isso acontecesse a pandemia exigiu da gente de uma maneira diferente de fazer de organizar essa conferência é um envolve um esforço muito grande desde já em nome da começou não faz parte da comissão organizadora. Mas em nome da Secretaria da Secretaria executiva do conanda é agradecer a todos que se empenharam muito para que esse momento acontecesse é um momento importante momento histórico pedir desculpas antecipadamente para qualquer problema que tenhamos aí na organização embora tenhamos uma equipe excepcional trabalhando aí agradecia flacso ter feito um trabalho de excelência né é como primeira experiência de uma conferência virtual a nível nacional? É normal que alguns percalços situação acontecer mas esperamos que não aconteça e ansiosamente aguardando pela pelas prioridades né pelas deliberações pelas propostas que surgiram que serão apresentadas no dia 10 de dezembro é no dia Internacional de direitos humanos é como? O produto dessa ampla construção. Onde todos vocês são

muito bem-vindos para apoiar e para contribuir então pra encerrar é o artigo 227 da Constituição federal é dever da família da sociedade e do estado assegurar à criança ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade o direito à vida à saúde à alimentação à educação ao lazer à profissionalização à cultura à dignidade ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência discriminação exploração violência crueldade é opressão muito obrigado bom trabalho a todos muito obrigado.

Mestre de Cerimônia – Neste momento, esta mesa de abertura se desfaz, de modo que convidamos aos seus integrantes a acompanhar a XI CNDCA pelo canal do Conanda no youtube ou pelo facebook.com/conandaconselhonacional.

Agora, convidamos a todos a ouvir o convite de **Flávio Henrique Silva Santos** representante do Conselho Estadual DCA/AL no Comitê de Participação de

Adolescente do Conanda – CPA/Conanda, que gravou um recado pra todos nós.

Flavio - Ham oi seja muito bem-vinda à conferência nacional aos adultos é só fala mais que os adolescentes eu sei que esse ano não é ocasional é que a gente não tá vivendo um período ocasional essa conferência com certeza não é ocasional também mas ainda assim permanece necessário preciso falar sobre a importância da nossa participação social porque ninguém fala sobre nós como nós então não se limitam a sua própria participação e não permitam ser limitados também cada uma das nossas personalidades de viventes acrescentam essa discussão é esse evento é a principal razão pela qual nós estamos aqui é isso

Mestre de Cerimônia – Neste momento comporemos a mesa da Palestra Magna da XI CNDCA.

Para coordenar os trabalhos convidamos a Senhora **Iolete Ribeiro da Silva**, Presidenta do Conanda, representante da sociedade civil pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP

E para secretariá-la convidamos:

a Excelentíssima Senhora **Petrúcia de Melo Andrade** - Vice Presidente do Conanda e Secretária Adjunta da Secretaria Nacional dos direitos das Crianças e dos Adolescentes

o Senhor **Antonio Lacerda**, Coordenador da Comissão Organizadora da XI CNDCA

a adolescente **Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos**, representante do Conselho Estadual Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/RJ no Comitê de Participação do Adolescente - CPA/CONANDA

e o adolescente **Maurício Santos da Silva Damas** representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais -

CEDCA/MG no CPA/Conanda

Com a palavra a Senhora **Iolete Ribeiro da Silva**, Presidenta do Conanda.

Iolete – Então mais uma vez dando continuidade à programação da 11ª conferência é nós vamos passar agora esse momento é para palestra de abertura né e é muito importante esse momento que a gente inicia os debates sobre a temática central da conferência então vamos aproveitar bastante para refletir plana para ir construindo né as nossas intervenções nesse momento eu gostaria também de dizer que a “A escolha desse tema central foi baseada no reconhecimento de

que a concretização dos dispositivos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apesar de diversos avanços, ainda é um desafio a ser enfrentado. Após três décadas desde que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se tornou prioridade absoluta no Brasil, é um trabalho constante o combate a possíveis retrocessos e a busca para que essa população tenha cada vez mais políticas que assegurem acesso a seus direitos e a efetiva proteção integral, considerando a diversidade e as especificidades das crianças e adolescentes no país.” Esse momento é a gente inicia aí eu o trabalho né com muita expectativa de que esse debate seja significativo se representativas da sociedade que temos não aparece essa temáticas né e era como é que a gente possa seguir adiante agora nós nossos trabalhos nesse momento vai ser rodado vídeo.

Roda o vídeo com **Gabryela Rodrigues dos Santos Rosa**

Iolete – Agradecemos a Gabryela Rodrigues dos Santos Rosa - ela tem

11 anos, reside em Cavalcante/GO, e é representante da entidade ChildFund Brasil e organização parceira Associação Futuro Melhor – PROFUTURO.

foi muito boa participação dela é e agora vamos dando sequência e as palestras é convidar Ana Rita Silva Magalhães que é adolescente representante do comitê de participação do adolescente escolhida pela plataforma virtual.

Ana Rita - Olá bom dia meu nome é Maria Rita bom hoje eu vou falar um pouco sobre nem a previsão de pagamento tem vários tipos de 15 cm tem várias coisas e hoje no Brasil muitas crianças e adolescente morrem milhares de crianças em Timor em cometer suicídio por nada abandonado por conta da sociedade não vou poder te fala grande olha só quem vem também na escola em casa olha a violência psicológica gente fazer tudo isso ela envolve um pulinho igualmente ligação é preconceito ia criança ela eu não entendi eu não entendi o que tá acontecendo ali do adolescente ele compreende o que está acontecendo então a partir do momento em que uma pessoa está aqui fala que ela não pode ter não pode sair por conta da sua da sua condição é qual ela ela vai entender que ela não tem problema de fala ela vai entender que não pode atuar ela ela é impedida de ter direito garantido dela então ela acaba deixando quem falou então hoje acolhe a família nessa fase de crescimento Rio a garantia dos direitos da pessoa que te agrada te encontro social a criança ela tem que desculpe tem que querer eles têm direito o que que é mais é muito engraçado porque a gente vive noite sync direito está isto geralmente é pupila a maioria das escolas para sempre áudio muito ruim, não é possível entender.

Iolete – Agradecemos a fala da Ana Rita Para conseguir a vice presidenta do conanda Petrucia para comentar a fala Ana Rita que a gente dá sequência ao trabalho parabéns

Petrucia - parabéns Ana Rita Silva Magalhães que ela só fala é muito pertinente para este momento lê você falou que teve uma sala que chama atenção que que você falou é não se sinta só porque você tem à Secretaria nacional dos direitos da criança e adolescente em parceria com o conanda para dar todo apoio necessário e pensando nessa vertente é que é Secretaria fez todos os empenhos para assinatura da carta acordo está ação da plataforma para que eu gosto dos adolescentes pudesse estar interagindo estamos agora é lançando um edital para equipar todo os 47 adolescentes com tablet pacote de internet para que vocês tenham uma participação qualificada então vocês não estão só conte conosco muito obrigada eu passo a palavra agora para o conselheiro coordenador da comissão no mercado compra da conferência Antonio Lacerda vai apresentar o próximo palestrante

Antonio Lacerda - olá bom dia eu quero cumprimentar a nossa presidenta e um LED nome dela é cumprimentar a todos os conselheiros e brasileiras do conanda quero cumprimentar a Petros é a vice presidenta do conanda que está aqui na mesa comigo e em nome de em seu nome Petros eu quero cumprimentar todo OA equipe do governo e da Secretaria nacional de defesa da criança adolescente que como você diz tá bem nessa parceria com a fraca todo apoio para que nós pudéssemos aqui realizar 11ª conferência que era agradecer muito todos os conselheiros é que apoiaram para que a gente pudesse saúde aqui realizando uma conferência Deus conselho da sociedade civil do governo um agradecimento muito especial à equipe da fracos que deu tudo empenho as subcomissões nós tínhamos 4 subcomissões foi um trabalho árduo foi um trabalho difícil mas foi um trabalho muito prazeroso e muito desafiante fazer pela primeira vez uma conferência da criança adolescente de forma virtual bom nós vamos dando continuidade a nossa programação nós convidamos para uma palestra magna o Mário Volpi ele vai tratar do tema central da conferência é proteção integral diversidade é enfrentamento da violência é bem importante abordagem que o professor vai fazer o palestrante vai fazer aqui com a gente e queria destacar que essas palestras né tanto na fala na palestra magna é como mandar aqui nós vamos ter a partir da manhã a partir do dia 26 dia é 28 das palestras de eixos todos os palestrantes vão era fazer fala daqui importante sobre o eixo central e os eixos os outros 5 antes da conferência que vai nos ajudar a gente melhorar as propostas que vieram dos estados secretário Maurício que chegaram 564 propostas das conferências que nasceram os municípios que passado pelas conferências estaduais em que chegaram aqui nacional 564 propostas essas 564 propostas já já passaram por um processo bem importante que foi a sistematização que a gente sabe que tem proposta de um estado que é a mesma de outro estado né então a equipe da flac fez essas finalização essas 564 proposta de juntar em 112 e 10 a 112 são aqui nós vamos discutir na conferência nacional e 10 a 112 foi bem importante também quando secretário falou que nós vamos priorizar 25 essas 25 serão priorizados serão lida na net estar Na Na plenária final da conferência que vai ser no dia 10 de dezembro então esse conjunto dessas propostas bem importante que elas vão poder sofrer vendas o que que é ***** são sugestões que vocês vão dar no sentido de melhorar essas 112 propostas que vão ser debatidas quem você discute da IC depois vou ser priorizado nesse sentido no sentido de melhor para essas propostas as os palestrantes vão trazer com certeza elementos importantes que vão ajudar a que essas propostas sejam qualificadas que essa que elas sejam violadas então para a primeira parece a máquina eu queria convidar o Mário volta vai e volta é formado em filosofia é mestre em políticas sociais e coordenador do programa cidadania dos adolescentes do fundo das Nações Unidas para a infância do Brasil e CEF né o tempo que ele já que ele vai tratar aqui eu já falei a proteção integral diversidade é enfrentamento das violências que é ontem uma central desta conferência então por favor professor mário vou com você a palavra.

Curriculum do palestrante – Mário Volpi - Formado em Filosofia, mestre em Políticas Sociais e coordenador do programa Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil - UNICEF. Com o TEMA: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, convidamos a fazer uso da palavra o senhor:

E assim, convidamos a fazer uso da palavra....

Mário Volpi - Para é dialogar com vocês sobre os direitos da criança e do adolescente nesse momento em que a conferência tenta produzir não é essas propostas de políticas para que nós possamos avançar na garantia na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente eu vou compartilhar com vocês aqui uma apresentação é bonitinho sono preciso somente em organizar um pouquinho aqui para compartilhar a apresentação eu escrevendo ela não tá entrando aqui só um minutinho agora vamos lá é talvez alguém precisa me dar aqui alguma autorização para compartilhar vamos ver novamente se vocês puderem me ajudar aí do contrário eu vou seguir aqui se a técnica tiver

como compartilhar ele não está me autorizando aqui é compartilhar esse você é apresentação então se vocês tiverem aí no estúdio é uma forma de compartilhar eu vou seguir aqui falando desse tema da proteção integral não é da diversidade do enfrentamento das violências a primeira idéia que eu quero compartilhar aqui com vocês enquanto a gente vivenciar Ceará apresentação pode ser apresentada aí pra vocês a primeira idéia ela está relacionada a de que não há como enfrentar a violência sem valorizar a diversidade aquela app da violência em nosso país elas estão relacionadas às desigualdades elas estão relacionadas ao racismo à uma fobia a xenofobia a discriminação então o enfrentamento da violência ele central não é é central que me enfrentamento da violência a gente tem uma política no país de valorização da diversidade e não há uma proteção integral da criança e do adolescente sem que se assegure não é o enfrentamento da violência eu tô dizendo isso pra é estabelecer esse primeiro elemento importante é que essa relação intrínseca que existe entre é a proteção integral a diversidade e o enfrentamento das diferentes formas de violência né então ao discutirmos então aqui do momento em que no ** a conferência para elaborar as suas propostas nós precisamos entrar nesse conjunto de direitos é que fazem parte daquilo que não é chamamos proteção integral então é os direitos de crianças e adolescentes eles passaram a ganhar no status não é jurídico social a partir da segunda metade da década de 1980 quando houve um consenso global que aquela idéia é de que crianças e adolescentes é um serviço da tarde se querem uma certa do mundo no sentido da propriedade dos adultos eram pessoas incompletas eram seres que diz que precisavam ser tutelados eternamente pelos adultos essa idéia não é que havia até o meados da década de 1980 foi superada por uma doutrina jurídico social chamada de doutrina da proteção integral e por que essa idéia foi superada porque em nome da proteção da criança em nome da promoção de como se dizia na época dos menores né é se fizeram muitas né é violências de violação aos direitos a ideia de que o adulto não é determina o que a criança deve não deve ser o que ela deve e não deve fazer de que ele tem esse direito absoluto de controlar a vida da criança resultou e resulta até hoje né num é um processo contínuo não é de opressão de violências de violação de direitos então o que que essa doutrina de proteção integral trouxe como conceito a idéia de é a idéia de que a criança e o adolescente pode manter nesse slide aí por favor que a criança e o adolescente eles precisam ser tratados como seres humanos que estamos sujeitos e não objetos então em 1990 né é no encerramento da década de 1980 uma assumo uma reunião de cúpula né porque aconteceu em Nova Iorque com todos os chefes de estado de todos os países né é é estabeleceu que para que AA proteção integral consiga superar aquela visam tutelar aquela visão minorista era preciso que as crianças sejam é sejam tratados é preciso que as crianças sejam tratadas como uma prioridade e disseram que não há causa que mereça mais alta prioridade que a proteção e desenvolvimento de meninos e meninas dos quais depende a sobrevivência a estabilidade e o progresso de todas as ações e da civilização humana então veja a criança sai de uma visão de incapacidade para a necessidade de os países entenderem que deve ser tratada com a mais alta prioridade é isso é importante não é a gente refletir essa mudança porque a criança sai de ser um objeto da família do pai da mãe para ser uma responsabilidade da família da sociedade e do estado parece que é só uma mudança retórica mas na verdade isso gerou uma revolução global da necessidade de os estados a assegurarem direitos para as crianças então não se tratam apenas de ações compensatórias de políticas é é ocasionais trata se de uma estrutura em que os países para se desenvolverem para garantirem a sua estabilidade para o seu progresso elas precisam investir no direito de crianças e adolescentes pode passar é então só para lembrar né que a convenção sobre os direitos da criança aprovada em 1989 definidas as crianças como seres humanos menores de 18 anos no Brasil o estatuto detalhou um pouco mais e definiu crianças e adolescentes vai as crianças até 12 anos incompletos e os adolescentes de 12 a 18 anos incompletos é com direito ao pleno desenvolvimento físico mental é social e veja como direito a expressar livremente as suas opiniões então já de saída essa idéia de sujeito ganha é uma expressão clara de que é um sujeito que fala que se comunica que se expressa né que pode se expressar livremente eu acho que aqui tem um conceito importante nessa questão da proteção integral pode passar é então quando OA convenção sobre os direitos da criança foi feita ela juntou os consensos dos consensos do 195 países e agora são 196 que assinaram a convenção e o

primeiro com o censo que eu ouvi na convenção primeiro direito declarado na convenção sobre os direitos da criança é um direito da não discriminação todos os direitos devem ser aplicados a todas as crianças sem nenhuma exceção e quem que tem que proteger a criança de ser determinada é obrigação do estado de proteger a criança de não ser discriminado então o estado brasileiro os estados todos os 196 países que assinaram a convenção nenhuma obrigação de proteger a criança de toda a forma de discriminação pode passar é além desse primeiro tema da discriminação a convenção também escolheu a palavra igualdade para estar presente em pelo menos 5 artigos no preâmbulo né na introdução quando fala dos valores das Nações Unidas a igualdade de oportunidades.

Essa doutrina da proteção integral com instrumentos muito claros de como a sociedade o estado e a família devem proteger a criança de adolescente então os conselheiros né os delegados dessa conferência vamos ter um papel muito relevante é importante nessas 25 nesses 25 temas que vocês escolher é incluir esses 47 direitos que estão consagrados na legislação Internacional e isso é muito importante que não é porque nós precisamos reafirmar esses direitos se você pudesse seguir o slide por favor é é então eu queria dizer que nos estados partes que abriram mais minorias étnicas religiosas linguísticas ou populações autóctones não será negado uma criança que pertença dados melhorias ou a um grupo ao toque o direito de ter sua própria cultura professar é praticar sua religião que utilizar seu próprio idioma em sua comunidade com os demais membros do seu grupo eu acho que hoje é preciso reafirmar claramente esse direito a subjetividade da criança pode seguir ele é a convenção então produzir o consenso sobre esses 47 direitos e hoje é qual é a perspectiva do país diante dos grandes desafios da criança os dias na garantia dos direitos da criança pode seguir é então os países que se desenvolveram econômica e socialmente fizeram um grande investimento na infância adolescência porque porque os investimentos da primeira década da vida ele só se consolidam com o novo investimento na segunda década da vida no Brasil nós temos claramente esse exemplo nós reduzimos a mortalidade infantil de uma forma fantástica nos últimos 30 anos salvamos mais de 25000 vidas só pela redução da mortalidade infantil nos últimos 10 anos mas nesses últimos 10 anos nós salvamos 25000 vidas de crianças não é no seu Nascimento mas assinamos mais de 86000 adolescentes então não é não é não dá para fazer uma escolha primeira década ou segunda década nós precisamos investir na infância e na adolescência pode seguir o próximo slide então os maiores obstáculos que o preto pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes estão relacionado estão relacionados a forma como as desigualdades técnicas étnico raciais de gênero por local de moradia regionais por ter ou não uma deficiência incidem sobre elas e aí vem um tema que eu acho que vou os delegados dessa conferência vamos discutir né mas precisamos superar essa ideia de linearidade das políticas públicas as políticas públicas precisam respeitar a diversidade é à adolescência são diferentes as infâncias são diferentes e portanto as políticas de saúde educação assistência social esporte cultura lazer desenvolvimento economia elas precisam respeitar essa diversidade paga para garantir um tratamento que permita a redução dessas desigualdades e a promoção dos direitos de todos os direitos para todas as crianças pode seguir é então as violências que recaem sobre as crianças elas se originam como a gente já falou da visão da criança com o objeto não é já das relações sociais baseadas no autoritarismo na opressão da falta de um sistema de garantias mesmo que funcione concretamente lá na cidade nas comunidades não é do racismo e aí nós podemos ver o homicídio de adolescentes é a pior forma de racismo que a gente tem no país cantar rosa é o Brasil o país do mundo que mais mata é os seus adolescentes né e os adolescentes que morrem a maioria deles mais de 75% são adolescentes negros né a desigualdade de gênero que ela repercute tanto na exploração sexual das meninas no casamento precoce não é No No no abuso quanto no trabalho infantil doméstico essa ideia de que as mulheres têm tarefas diferentes que os homens no âmbito da família então toda essa produção machista não vai render resultando num conjunto de exploração da falta de política de proteção e da falta da consolidação de uma rede de proteção social articulado pelo sistema único de assistência social é nesse ponto que eu acho que é assistência social deixou de ser uma política consegue compensatória assistencialista para ser um direito de cidadania é já pensou ela só vai acessar é a educação a saúde o conjunto se nós tivermos uma forte rede de proteção social e

obviamente as violências que recaem sobre as crianças elas se originam também da ausência de um orçamento público dedicada à infância é adolescência já tô terminando então pode seguir acho que são mais 2 líderes então por isso os desafios dessa conferência é a reafirmar os princípios de direitos humanos reafirmado que é preciso assegurar todos os direitos para todas as crianças reafirmaram o papel da educação como um espaço político pedagógico de encontros de conhecimentos mas também de produção de novos conhecimentos reafirmar o papel das políticas de saúde na proteção integral a saúde física e mental de todas as crianças o papel da assistência social como direito básico à Oo sistema de garantias de direitos né como 11 importância de ser fortalecido implementado demandar das demais políticas públicas da prioridade absoluta definida na Constituição e reafirmar o papel de crianças e adolescentes como sujeitos atores sociais em poder dos como é capacidade de contribuir decisivamente para construir uma sociedade mais justa é igualitária e hoje nós tivemos aqui não é intervenções muito profundas muito claras é do papel de crianças e adolescentes deixa os adolescentes que falaram aqui de uma forma muito adolescente não é com a sua linguagem como mas com os princípios os conteúdos muito bem articulados né é para gente fazer avançar e reafirmar esses direitos pode seguir então para isso finalmente o que nós precisamos é sintonizar as políticas públicas com as competências do século 21 e o princípio é crianças e adolescentes têm direito de aprender tudo o que ele vai garantir até um máximo de suas possibilidades então o respeito aos direitos humanos é base que fundamente fundamento para uma sociedade livre e democrática igualitária muito obrigado muito obrigado dr Mario Mário Volpi eu acho que você trouxe alguns elementos bem importante aqui eu destacaria o direito a ter direitos eu acho que a sua fala as pessoas muito fortemente e pra que a gente possa porque as crianças e adolescente têm o direito a ter direito isso deixa de ser um papel só da família e passa a ser um papel articulado da família do estado e da sociedade uma outra que é importante que as crianças tem que ser considerada como sujeitos direito por isso os adultos não podem ficar falando sempre por elas elas têm direito a voz e o respeito à diversidade dependente né classe de raça de religião muito bom para começar então a fala do professor Mário vou pra gente vai convidar aqui por um adolescente e um adolescente que vai fazer aqui um comentário em cima da da fala né do professor então eu queria convidar a Rebecca primeira me depois do Maurício nós já estamos com o tempo um pouco avançado mas é bem importante que a gente escute aqui essa adolescente esse adolescente para fazer um breve comentário sobre a fala do professor Mário Volpi vamos começar pela Rebecca Rebeca liga a Câmera bom como a gente não tô não tô conseguindo ver a Rebeca que eu talvez a gente possa iniciar pelo Maurício Maurício vocês está desligada a Câmera

Mauricio - bom dia prometeu pagar isso estou vendo Maurício mas eu vou fazer você pode fazer um estrago que trocar tela do professor ele não tá aparecendo aqui nem eu sabia que existia mais de 43 de bem é é curioso depois vou pegar para ler direitinho de novo i é muito duro muito explicativa

É uma adolescência de soubessem o que é realmente o que é certo e errado só vai ser o direito não haveria tanta é tanta violação combate ao time que tem muitas relação direta com os 2 também é mesmo pela própria família às vezes eu acho que se tivesse um filho das recentes crianças tivessem mais consciência do que são os direitos que é o ECA do que é o estatuto da criança e adolescente receberiam mais comunidade início realmente como sabe que existe há mais de 40 direito depois vou pegar fazer mas por enquanto só isso que eu tenho que falar ele parabéns pela sala sei que vocês têm uma ótima conferência muito obrigado ao início muito obrigado Maurício acho que depois da fala do professor fica aí viu para eu acho importante você quiser debater isso no CTA né já que você surpreendeu por mais de 40 direitos né da convenção ali que foi trabalhado destinado a todas as crianças e adolescentes né bom a Rebeca Rebeca tá na sala não bom então como a Rebecca não está na sala e já em função do adiantado da hora a gente queria muito agradecer aqui a fala do professor do professor Mário Volpi viu professor você fez aqui uma excelente contribuição como abertura aqui Na Na nossa 11ª conferência nacional de direitos da criança e adolescente e eu queria

repetir aquela fala que eu fiz no início é bem importante que todos os conselheiros de todas as conselheiras que estão aqui participando possa extrair aí quais são os principais elementos da fala colocada pelo professor para que a gente possa a partir da sua fala na partida os elementos colocados a gente possa estar em ser lindo né é vendas na 112 propostas da conferência que nós vamos trabalhar até o dia 10 professor mais uma vez muito obrigado eu queria passar a palavra para a nossa presidenta violeta para que ela possa encerrar aqui esse primeiro momento de abertura da 11ª conferência nacional de direitos da criança e do adolescente e um letras ela está com você obrigada Lacerda então nesse momento nós encerramos a atividade de abertura da 11ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente agradecendo a participação de todos todos todos e convidando para acompanharem o restante da nossa programação dos debates dos Anjos e todas as atividades que serão transmitidas pelo YouTube que você não realizadas na plataforma deles todos os delegados delegadas nós teremos dias intensos de trabalho até o dia 10 de dezembro obrigada pela participação de todos e todas agradecemos a todos e nesse momento essa mesa se diz faz convidamos a todos a continuar assistindo as atividades da 11ª cndh através dos canais de retransmissão do YouTube Facebook gostaria de agradecer em registrar as seguintes participações as participações de pessoas de pessoas que nos assistem através dos canais de retransmissão na segunda 11ª cndh misabel pra gente ir na ponte área Tavares and Gabriela Vieira Simões Silveira Ministério das comunicações mariângela Vasco e 6 Cerqueira Ministério ministro Ministério da Controladoria geral da união Cristiano Lobato flores da abert Leonardo Pinho cndh Wilmar José fortuna Ministério da defesa Marina punitivas CSP comitê nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes Moisés Barbosa Ferreira Costa se investiga e para terminar o primeiro dia de atividade de hoje da 11ª cia SA em grande estilo apresentaremos agora uma singela execução musical em alusão ao Dia da Consciência Negra comemorado no Brasil no dia 20 de novembro após apresentação cultural as atividades do dia de hoje se encerraram mas amanhã é dia 27/12 nós temos um novo encontro desta vez segmentados por estilo de discussão o que nos impede de todos nós assistir assistimos a todas as palestras é debates 10 horas da manhã mesas de exposição este um garantia de direitos é políticas públicas integradas de inclusão social com os palestrantes Renato Roseno de Oliveira Emiliano José da Silva filho 14 horas texto 2 ytprevenção é enfrentamento da violência contra criança e adolescentes palestrante Alberto da Silva Miranda 16 horas deixo 3 orçamento de financiamento das políticas para crianças e adolescentes com os palestrantes do Senado Silva e a lita Barros de Souza ***** Luiza Martins ela tem 11 anos de idade de curso sexto ano começou a cantar é a tocar com 6 anos de idade e logo se apresentou pela escola na abertura de um jogo Internacional de basquetebol a novinha Orlando nos Estados Unidos Ela Foi reconhecida pela prefeitura de Taboão da Serra em São Paulo onde mora e como gente que faz como a gente que faz a diferença e participou também de uma edição do the voice kids que eu passo a palavra ao show de Luiza Martins aproveitem bastante o show e até amanhã oi gente tudo bem divertida martins eu tenho 11 anos e estou aqui para fazer a partilha da décima primeira conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente

Mestre de Cerimônia – Agradecemos a todos e neste momento esta mesa se desfaz.

E para terminar o primeiro dia de atividades da XI CNDCA em grande estilo apresentaremos agora uma singela execução musical em alusão ao dia da Consciência Negra, comemorada no Brasil no dia 20 de novembro.

Após a apresentação cultural, as atividades do dia de hoje se encerrarão. Mas amanhã, dia 27/11 nos encontramos novamente e desta vez segmentados por eixo de discussão, o que não impede de todos nós assistirmos a todas as palestras.

Mesas de Exposição

10h Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social;

Palestrantes:

Renato Roseno de Oliveira
Emiliano José da Silva Filho

14h Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescente;

Palestrantes:

Humberto da Silva Miranda

16h Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes.

Palestrantes:

José Fernando Silva

Ailta Barros de Souza

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Brasília, 03 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/01/2021, às 10:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1542249** e o código CRC **5D975D20**.



1530812



00135.224485/2020-51



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

RELATORIA DA XI CNDCA - DEBATE DOS EIXOS

Assunto: Relatoria Segundo dia: Sexta Feira, dia 27/11, às 9h30min

Mestre de Cerimônia – Senhoras e Senhores, Crianças e Adolescentes de todo o Brasil muito bom dia. Vamos dar início ao segundo dia da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA.

É com muita felicidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH acolhe e abraça virtualmente a cada uma, a cada um de vocês, delegadas e delegados e demais participantes da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira conferência totalmente virtual e feita com muito esforço, muito esmero, de todos aqueles que se envolveram, se dedicaram e que hoje abrem as portas virtuais deste evento para todos vocês.

É em razão disso é que a presidente(a) do Conanda, a senhora Iolete Ribeiro e a vice-presidente(a) do Conanda, a senhora Petrócia Andrade agradece os seguintes parceiros que ajudaram a construir esta empreitada:

nessa ordem:

- Aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do Conanda – CPA/Conanda
- A rede das organizações da sociedade civil e os integrantes do governo que compõe o Conanda
- A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNPDCa, na pessoa do Secretário Nacional Maurício José da Silva Cunha
- Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH na pessoa da Ministra Damare Regina Alves
- A Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil na pessoa de sua diretora Salete Valesan
- Ao PNUD, na pessoa de Raissa Teixeira Freitas, Gerente de Projeto – Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento
- A Equipe da Secretaria Executiva do Conanda na pessoa de seu Secretário-Executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
- Ao Instituto Alana/SP, na pessoa de Thaís Dantas Adriana Biancolini e Silvanny Rodriguez.
- A Escola de Arte Spanta/RJ, na pessoa de Henrique Castro.

- A artista Luisa Martins e aos seus pais Alexandre e Fabiana Martins.

A Comissão Organizadora da XI CNDCA entende que as palestras que nortearão as discursões desta conferência tem um caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões deste evento estão abertas ao público em geral pelo canal do Conanda no youtube e pelo facebook.com/conandaconselhonacional e no Ambiente virtual da XI CNDCA, restrito aos delegados e às delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br. Também está disponível no canal do youtube do Conanda a transmissão com ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado na descrição deste vídeo.

É fundamental nesse processo que crianças e adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores e acompanhantes para lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial.

Ontem, dia 26 de novembro tivemos abertura da Conferência com o pronunciamento de autoridades especialistas da área da Criança e do Adolescente e seguimos hoje, dia 27 Novembro, sexta-feira, com a saudação da ministra da mulher família e direitos humanos, Damares Regina Alves.

As mesas de Exposição começam às 10 horas com o Eixo 1: garantia dos direitos e políticas públicas integradas e inclusão social; 14 horas Eixo 2: prevenção e enfrentamento da violência contra criança e adolescente; 16 horas Eixo 3: orçamento e financiamento das políticas para as crianças e adolescentes e atividade cultural: pop show da banda Alana. No dia vinte e oito de novembro, sábado teremos mesas de disposição às 14 horas Eixo 4: participação comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes; 16 horas Eixo 5: espaço, som e controle social das políticas públicas de crianças e adolescentes; dia 28 e 30 de novembro primeiro momento do Fórum de propostas, apresentação de emendas, para as propostas sistematizadas no primeiro momento estará aberto entre 18 horas do dia 28 de novembro e 18 horas do dia 30 de novembro; dia quatro e cinco de dezembro teremos o segundo momento do Fórum de propostas, votação das propostas pelos Delegados do Eixo; segundo momento de votação estará aberto entre 9h do dia quatro de dezembro até as 18 horas do dia 5 de dezembro. Dias oito e nove de dezembro acontecerá o terceiro momento do Fórum de propostas, priorização das propostas. O terceiro momento estará aberto entre as nove horas do dia oito de dezembro até as 18 horas do dia nove de dezembro; dia dez de dezembro às 9:00 atividade de encerramento da 11ª CNDCA, leitura das propostas priorizadas por eixo, leituras de emendas das moções aprovadas, pronunciamento de autoridades, atividade cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, moções e demandas permitidas para votação entre o dia 26 de novembro e oito de dezembro de 2020 de acordo com as orientações disponíveis na seção de moções.

Para acompanhar toda a programação considerar o horário aqui de Brasília, nós temos alguns recados aqui a cada início de eixo, as perguntas aos palestrantes podem ser feitas pelos participantes, delegadas e Delegados convidados e observadores credenciados através do ambiente virtual

Com o Tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

De ontem até o dia 10 de dezembro de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discursões nos fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e o Decreto nº 10.505, de 2 de Outubro de 2020 que chamou a conferência e depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para ser realizada de forma virtual.

Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente em Brasília, mas aqui fica o desejo de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a muitas conversas, discursões poderemos nos abraçar muito.

Mestre de Cerimônia continua a fala - Neste momento vamos dar início às atividades do segundo dia da XI CNDCA. Para compor a mesa deste primeiro momento, convidamos:

1. a Excelentíssima senhora **Dameres Regina Alves**, Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos
2. a Ilustríssima senhora **Iolete Ribeiro da Silva**, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.
3. a Senhora **Petrúcia de Melo Andrade**, Vice Presidente do Conanda e Secretária Adjunta da Secretaria Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente.

Nesse momento eu passo a palavra ao senhor Antonio Lacerda, coordenador da comissão organizadora.

Antonio Lacerda - Oi, bom dia a todos os delegados e delegadas da 11ª Conferência Nacional De Direito Da Criança E Do Adolescente, é com muita alegria que nós retomamos no segundo dia de uma conferência que está sendo realizada de forma virtual no período de 26 de novembro até dez de dezembro, em nome da nossa presidenta Iolete que em função de um problema na internet não pode entrar, então em nome da nossa presidenta Iolete eu quero cumprimentar todos os delegados e delegadas da 11ª Conferência Nacional Direito Da Criança E Adolescente, em especial a todos os Conselheiros do Conanda, também em nome da vice-presidenta do Conanda Petrúcia, quero cumprimentar todos os delegados e delegadas representantes aqui do governo que também participam dessa conferência.

Eu quero convidar a excelentíssima senhora Ministra de Estado senhora Dameres Regina para fazer aqui a sua saudação à nossa 11ª Conferência Nacional De Direito Da Criança E Do Adolescente senhora ministra a palavra é sua.

Ministra Dameres - Bom dia, seu Antônio!

Parabéns a comissão organizadora pelo trabalho, que desafio, mas, que entrega essa comissão está fazendo para o Brasil, fazendo para esta geração, muito obrigada por todo trabalho. Quero cumprimentar Petrúcia, nossa secreestária adjunta da secretaria nacional vice-presidente do Conanda está na mesa, essa guerreira que eu conheço das ruas protegendo as crianças.

Quero cumprimentar a presidente do Conanda que não pode estar com a gente, e no nome dela cumprimento todos os membros do Conselho Conanda que trabalha muito, quero cumprimentar a todos os delegados e dizer que eu sei tudo que aconteceu ontem, eu não estava acompanhando o tempo todo e sei que essa conferência apesar de estar nesse formato virtual, ela vai trazer um resultado muito positivo. Nós lamentamos que essa pandemia neste momento não tenha dado oportunidade de estarmos juntos, nós sonhamos com essa conferência.

Trabalhamos em 2019 com o coração pensando na conferência 2020, mas não vamos perder esta oportunidade que mesmo estando de forma virtual vamos transformar essa conferência numa grande surpresa. Eu quero cumprimentar também a comissão de participação de adolescentes, vocês não têm ideia como nós estamos ansiosos para receber de vocês as propostas, as sugestões e para tê-los cada vez mais perto do nosso trabalho deste Ministério.

O tema escolhido para a conferência é um tema que fala de proteção integral da Criança e do

Adolescente, da diversidade e enfrentamento à violência, esse tema tão especial quando a gente fala da proteção integral para todos de verdade.

Olá queridos Delegados, nós não podemos esquecer a dimensão e a diversidade cultural desta nação, não podemos deixar de pensar no tamanho desse território e aonde estão todas as nossas crianças e adolescentes e trazendo esse tema da diversidade para o presente discutindo e trazendo à luz nesta conferência para meninos e meninas do Brasil, eu estou muito feliz que estamos caminhando nessa direção, poder falar como é que estão as nossas crianças lá na floresta. Temos 305 povos indígenas diferentes no Brasil, falando 274 línguas diferentes, essas crianças e esses adolescentes precisam ter garantida a proteção integral e essa conferência com certeza vai apontar nesta direção.

Podemos melhorar a política pública, eu tenho estado em algumas aldeias, eu sou mãe de uma menina indígena, talvez os adolescentes que não acompanham o meu trabalho não ouviram falar de mim. Sou mãe de uma menina indígena que está hoje com 22 anos, ela veio morar comigo quando tinha 16 anos de idade e a minha ligação com as crianças e os adolescentes indígenas é muito forte. Eu chego nas aldeias e vejo adolescentes olhando para o além, sem nenhuma expectativa, nós temos inclusive um número muito grande de suicídio entre adolescentes indígenas no Brasil, eu não precisava falar sobre isso e enfrentar essa realidade. Porém, nós podemos garantir a proteção desses adolescentes quando nós podemos atender os sonhos e as expectativas desses adolescentes e dessas crianças, mas, a gente também está trazendo aqui os adolescentes e as Crianças ciganas que reclamam nos acampamentos ciganos do Brasil inteiro. Às vezes a gente passa por um acampamento cigano e lá dentro tem uma criança que muitas vezes está vivendo muitas coisas, que tem muita necessidade, e como nós poderemos cuidar dessas crianças e desses adolescentes no Brasil? Ciganos tem toda uma dinâmica na sua comunidade diferente da nossa, deixa eu dizer uma coisa para vocês delegados, há cinco anos atrás eu, nós fizemos um trabalho com adolescentes e crianças ciganas e nós levamos o dicionário de português para que os adolescentes tenham os nossos dicionários e vejam o que significava a palavra cigano.

Ainda temos dicionário no Brasil que quando você abre para ver o que significa a palavra cigano é sinônimo de velhaco, traidor, trapaceiro e mentiroso, como é que a gente pode em pleno 2020 ter um dicionário onde cigano significa mentiroso e trapaceiro? Na hora que aqueles adolescentes abriram o dicionário e leram que no país deles ainda estava escrito que cigano significava isso alguns choraram e alguns fecharam o livro dizendo que é muito preconceito. Nós não somos isso, nós não somos mentirosos, e essa conferência vai estar falando sobre essa diversidade quando alcançarmos os meninos e meninas ciganas em todo o Brasil. Eu quero falar de outras crianças que ainda estão invisibilizadas no Brasil e que o Conanda, nosso ministério está falando sobre isso, os meninos ribeirinhos do Brasil e da região Ribeirinha. Eu estava na região da Ilha do Marajó e nós temos cidades na Ilha do Marajó que entre a capital e até chegar na cidade depois da comunidade são seis dias de carro, os locais não têm energia elétrica. Vocês, adolescentes que estão participando conosco, conseguem entender como existem lugares sem energia elétrica ainda hoje no Brasil? Vou contar uma experiência que eu vi lá, uma adolescente naquela comunidade, aquela comunidade fica a 9 horas de Canoa até a primeira cidade, quando essa adolescente sente dor de dente e eu acho que a maioria de vocês já sentiu dor de dente, é terrível. Quando aquela adolescente tem um problema no canal do dente, uma dor de dente aquela dor terrível, vocês acham que ela pega uma canoa, ela tem dinheiro para pegar uma canoa? Viajar 9h no sol até a próxima cidade e nessa próxima cidade encontrar um dentista para cuidar do seu dente? Sabe o que eu vi? O que eles fazem lá, eles esquentam uma faca e vão no fundo do quintal, então geralmente vão ali pertinho de onde eles podem fazer uma fogueira, pegam uma faca e sozinhos eles arrancam o dente. Quando o sistema ainda no Brasil tem adolescentes que não têm acesso ao dentista arrancando seus dentes sozinhos, nós vamos ter que nos esforçar muito para que todos sejam alcançados nesta nação. Mas temos que trabalhar muito juntos para que todas as crianças e adolescentes no Brasil tenham a proteção integral garantida e nesse sentido que essa 11ª conferência nós queremos muito ouvir as propostas de todos vocês delegados que estão aqui conosco. Eu vi um a um o nível dos nossos Delegados, eu estou

impressionada por ver pessoas que têm compromisso com a defesa da infância, pessoas que têm compromisso com a proteção dos adolescentes e essa 11ª conferência pode ser histórica. Eu acredito e queria muito que caminhasse nessa direção, nós só temos uma opção no Brasil, a gente faz de verdade um papo pelas crianças e adolescentes ou não tem outra opção.

Que Deus abençoe todos vocês que estão participando dessa 11ª conferência, com certeza estaremos presencialmente na próxima com certeza nós estaremos logo, logo organizando, para fazer a próxima conferência presidencial. Mas que apesar dessa pandemia de estados seja um marco na história do Brasil. Parabéns Conanda, parabéns pelo trabalho, pela forma como estão conduzindo a 11ª conferência, vamos sair daqui todos dizendo a proteção integral da Criança e do Adolescente tem que acontecer, todos os povos, todas as línguas, todas as raças, todos eles precisam ser alcançados. Obrigada por ter me convidado para essa palavra de saudação. Estamos todos aqui no ministério com nosso coração voltado para a união dessa conferência ajudando no que puder.

Muito obrigado Conanda que essa 11ª conferência seja histórica e que a gente saia daqui dizendo de fato nós temos direitos para as crianças. Obrigada pela oportunidade e Deus abençoe vocês, eu vou falar agora como mãe: se cuide, continuem se cuidando todos vocês, aonde estiver no Brasil, ainda estamos em pandemia todos os cuidados, atenção adolescentes, cuidado com as mãos. Vamos lavar as mãos, não vamos baixar a guarda eu só queria dar um recadinho para eles. Lave a mão cuidado, com a higienização do celular, a todos nós vamos nos proteger e vamos juntos reconstruir informação. Obrigada, seu Antonio por ter me proporcionado este momento de estar com todos os delegados e que essa conferência seja histórica.

Antonio Lacerda - Muito obrigada, temos que agradecer a participação da excelentíssima senhora ministra Damares, nesse momento muito importante aqui da 11ª conferência, estar aqui na conferência que está sendo realizada de forma virtual tem três espaços que eu acho fundamental que a sociedade brasileira possa participar não só os delegados e delegadas, mas toda a sociedade principalmente da rede da Infância e da adolescência no Brasil. Então nós temos uma sala de chat que os delegados podem ali interagir, queria inclusive e dizer que a primeira delegada que entrou nesse ambiente virtual para deixar sua mensagem na sala de chat é a senhora Maria de Lourdes Silva dos Santos que é a delegada de Sergipe. Parabéns a Dona Maria de Lourdes e queria deixar esse convite, essa iniciativa da senhora Maria de Lourdes aos delegados e as outras delegadas também pudessem entrar na sala de chat para também interagir, deixar sua mensagem, dar sua sugestão. Ainda não é o momento da gente formular, fazer a mesa das propostas, mas é também um momento da gente deixar a nossa mensagem, fazer a nossa avaliação, a nossa sugestão de como é que está sendo a 11ª Conferência Nacional. Para isso nós temos sim o espaço que é reservado aos Delegados e delegadas da conferência de foram eleitos e eleitas nas conferências estaduais, estes são os momentos que eles vão ali poder apresentar emendas e qualificar as propostas, temos também um outro ambiente que é no YouTube e no Facebook que é um momento de ampliação da participação da sociedade no geral, da sociedade brasileira nessa perspectiva de acompanhar esse importante debate da realização da 11ª Conferência Nacional Do Direito Da Criança E Adolescente que tem como tema central a questão da proteção integral da diversidade e do enfrentamento à violência. Eu já queria já queria a passar a palavra ao nosso mestre cerimonial que vai aqui coordenar o processo do primeiro eixo da conferência, que é um eixo muito importante que garante a proteção integral à diversidade e enfrentamento à violência, fundamental que todas as crianças e adolescentes do Brasil tenham a garantia do direito e políticas públicas Integradas e de inclusão social, ou seja, não basta só ter políticas públicas Integradas é preciso que essas políticas públicas integram, insiram todas as crianças do Brasil.

Acredito que esse eixo agora é muito importante é o primeiro eixo que inclusive é bem importante que todos os delegados e delegadas possam ficar bem atentos e atentas a esse eixo porque esse momento dos eixos é para gente, é para dar elementos para na hora que a gente for melhorar as Propostas da conferência que os nossos palestrantes estão trazendo, a ideia das plenárias de eixo dos

palestrantes que eles vão subsidiar depois o fórum das propostas dos Delegados e delegadas entrando nesse ambiente da proposta e poder apresentar a emenda. Então, vamos beber da fonte de todos os palestrantes durante esses dois dias que nós vamos ter hoje e amanhã sobre os Fóruns.

Bom dia a todos e desejamos agora o debate dos eixos, dos 5 eixos que dão sustentação ao tema central da nossa conferência.

Mestre de Cerimônia – Neste momento convido a todos a verem o vídeo de Maurício Santos da Silva Damas representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado - CEDCA de Minas Gerais no Comitê de Participação de Adolescente do Conanda – CPA/Conanda, que gravou um recado pra todos nós.

Exibição do vídeo do Maurício... ao final retoma o MC.

Mestre de Cerimônia—Para coordenar os trabalhos da manhã de hoje, convidamos a fazer uso da palavra o senhor Renato Cesar Ribeiro Bonfim, Conselheiro do Conanda, representante da sociedade civil e a senhora Petrucia Andrade, vice-presidente do Conanda.

Petrucia - Oi bom dia, saudações afro descendentes!

Diante mão eu quero saudar a todos a partir da Luiza Martins, essa apresentação de ontem, linda, maravilhosa, em relação ao canto das três raças agradecer ao Maurício, adolescente que brilhou com a sua fala. Neste momento nós estamos no eixo um e já de imediato eu gostaria de a convidar os nossos palestrantes para fazer parte da nossa mesa virtual.

Convido o senhor Renato Roseno de Oliveira e o senhor Emiliano José da Silva Filho por favor para fazerem parte da nossa mesa.

Renato Bonfim – Eu me chamo Renato Bonfim, esse é o meu nome colonial, eu sou representante do segmento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Estou atualmente como Conselheiro do Conanda representando a sociedade civil, gostaria também de agradecer a grande oportunidade, saudar também a nossa vice-presidente do Conanda, Petrúcia que vai nos ajudar nessa coordenação dessa mesa. Então eu passo a seguinte leitura do eixo um:

EIXO 1: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão SocialA proposta deste eixo é estimular o diálogo sobre as estratégias necessárias para promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração das políticas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, proporcionar a discussão sobre a garantia de políticas sociais, enfatizando a importância de um olhar do Estado para públicos específicos e de maior vulnerabilidade.

Nesse caso eu queria chamar atenção, foi citado um dos segmentos pela nossa ministra Damares, os povos e comunidades tradicionais a partir do decreto-lei 60 40 e da resolução 181 do Conanda. Passarei a palavra para a gente de direito, vamos lá, o senhor Renato Roseno de Oliveira advogado formado na Universidade Federal do CE. Sua maior atuação é no campo da defesa de direitos humanos, contribuindo com movimentos por moradia e contra a violência policial. Em 2000, participou da fundação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) no Ceará, organização que coordenou por seis anos; foi conselheiro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA); coordenou a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCD) e assessorou a entidade no monitoramento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. É deputado estadual no Estado do CE para dar suas impressões e nos ajudar nessa nesse

contexto, passo a palavra a Renato Roseno de Oliveira.

Roseno - Bom dia a todos os conferencistas dessa 11ª conferência nacional.

Eu fico muito feliz de voltar a esse ambiente quero aqui cumprimentar a Petrucia, vice-presidente, Renato, Emiliano que é meu colega aqui de painel, mas eu quero estender meus cumprimentos aos demais conselheiros e conselheiras na figura da presidente Iolete e também do Lacerda, Jussara, todos os companheiros e companheiras aqui da sociedade civil. Eu fui do Conanda até 2006 salve engano, representando a sede na bancada da sociedade civil, eu queria registrar a intensidade deste aprendizado para mim é uma honra voltar. Eu acredito que dessas 11 conferências eu tive a oportunidade de participar de metade delas. A partir dessa militância em Direitos Humanos de crianças e adolescentes agradecendo por tanto e cumprimentando a todos e a toda a bancada de adolescentes do Brasil inteiro, a todos os conferencistas no Brasil inteiro que agora em razão da pandemia não podemos encontrar presencialmente, mas nos encontramos no nesse ambiente virtual. Também aos servidores públicos aqui dentro das mais variadas frentes de atuação em todo o Brasil, a toda militância de Direitos Humanos da criança.

Estabeleci aqui um texto que eu queria dividir com vocês para dialogar com esse marco do eixo número um, eu queria dividir com vocês uma breve provocação sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente dentro do pacto que este país fez a 32 anos atrás, quando na luta contra a ditadura militar, ditadura que torturou, perseguiu, destruiu direitos e destruiu a democracia, que realmente não nos deixa saudades mas o que o Brasil fez naquele momento da passagem da ditadura para a redemocratização? O que a infância tem a ver com isso? Ele fala muito brevemente disso, na conquista da segurança. Queria falar um pouquinho dos nossos grandes desafios, sobretudo da arquitetura da participação, os desafios são a renda e a economia sobretudo, na primeira infância quando falamos da violência, da proteção das violências cotidianas, de todos os desafios que a população adolescente continua a enfrentar. Terceiro queria falar dos grupos de propostas para o conjunto das políticas sociais no Brasil e propostas específicas que dialogam com os planos. Estou falando no plural porque estou falando dos planos decenais dos Municípios dos estados e do plano do Senado Federal.

O Brasil que lutou contra a ditadura, o Brasil que queria se reinventar ali no final dos anos 80 era um país em que a sociedade civil a partir de novos e auto-organizados grupos com a participação de movimentos de infância de adolescentes, de jovens, conseguiu fazer o pacto sócio político e ético ali no final dos anos 80. Foi quando a gente definiu que criança e adolescente é prioridade absoluta e que definimos a proteção integral de direito, isso representa uma opção ética ou uma opção política social, que tem algumas repercussões no ambiente jurídico.

Partindo daí definiu-se uma certa arquitetura da participação, nessa arquitetura hoje de conselhos entre sociedade civil e estado, ou seja, o estado comunidade ele adentra o estado aparelho. Estou chamando de estado comunidade auto-organizado sejam as identidades que se veem os movimentos, a energia social, essa nova energia social não é muito potente, nós queremos mais participação para termos mais investimentos para conseguirmos concretizar direito esta arquitetura. Ela foi fundada a partir, sobretudo, destes movimentos foi fundamental para a política pública da Infância e da adolescência. Foi ela que nos deixou hoje uma grande rede de conselhos de direitos e conselhos tutelares, mas, há essa altura sozinha ela não é capaz de ser uma arquitetura de controle. Por exemplo nós nunca tivemos no Brasil uma política econômica que de fato fosse capaz de superar as heranças seculares da nossa desigualdade, o racismo, patrimonialismo, patriarcado, elitismo, ou seja, uma sociedade que é de palavra sintetiza toda sua história que é desigualdade. Se alguém me perguntasse qual era a palavra que explicaria o Brasil seria a palavra desigualdade, nos encontramos nesta situação 48% das crianças de zero a cinco anos, ou seja, quase metade das crianças na primeira infância vivem em situação de pobreza domiciliar, sozinha ela não foi capaz de alterar a política econômica ou as dinâmicas estruturais mais profundas de violência.

A vigência contra crianças e adolescentes que se coloca agora é um triplo desafio. Primeiro nós temos que reabilitar, refundar, reavivar o nosso pacto sócio político ético pela infância brasileira e colocar Infância no centro das decisões, colocar no centro das políticas. Impactando dentre outras coisas reconhecer que não é somente alterar a política econômica, nós precisamos reavivar a arquitetura da participação, orientar os investimentos. A letra D do artigo 4º do ECA nunca fez tanta falta: destinação privilegiada de recursos públicos para as políticas para a infância e adolescência dentre outras coisas, isso só é possível se a gente revogar a emenda do teto de gasto. Não podemos ficar tirando o dinheiro da Saúde, da educação alimentar do teto de gastos, é contra o povo brasileiro, contra a nação brasileira, contra especialmente as crianças e adolescentes no Brasil. Da mesma forma precisamos revogar a emenda, talvez nunca tenha ouvido falar nessa dessas letrinhas desvinculação de receitas da União. Dinheiro da Assistência Social, Seguridade Social retirando dinheiro da política social, isso é um mecanismo que vem desde lá dos anos 90, a gente vê isso sendo estendido em todos os governos. Talvez uma das maiores alegrias da nossa política social o tanto que nós precisamos do subfinanciamento da política para a infância e adolescência.

Agora o que nós estamos vivendo uma crise política um ascenso do autoritarismo, reacionarismo, o acesso de tomar conta dos direitos humanos, a linguagem contra os direitos humanos, contra a democracia com líderes políticos que ocupam o alto Escalão da República no Brasil falando abertamente contra a democracia, contra os direitos, esse Impacto contra bases democráticas foram arrancadas com muita dificuldade. Eu queria ir para o meu segundo momento, qual é a crise do estado brasileiro na etapa política de avanço do autoritarismo, do reacionarismo, do conservadorismo, da erosão democrática que brasileiro vive na rua, democracia plena. Saímos de um golpe e os historiadores vão anotar um golpe o que aconteceu 2016 foi uma foi uma interrupção democrática no Brasil, e a partir daí o que aconteceu em 2018 que também tem acontecido cotidianamente tem sido isso. Figuras do alto escalão da República falando contra a democracia onde consta o artigo de financiamento, ou seja, não precisam recuperar o financiamento das políticas sociais, não é possível que a nação gaste mais dinheiro pagando os juros para banqueiros do que colocando os recursos para a política social. Se você imaginar nós temos um estado que tributa muito mal, tributa os mais pobres, o estado brasileiro arranca dos mais pobres por via da tributação regressiva para pagar aos mais ricos, dos juros ao rentista o mercado financeiro causa super faturamento, por isso que as reformas que estão sendo feitas são contra o povo brasileiro.

A reforma administrativa que está sendo feita agora, eu sou Servidor Público Federal sei o quanto a reforma da Previdência é contra o povo brasileiro. Nós temos que enfrentar e recuperar as nossas capacidades de investir em política social, porque é a política social que consegue concretizar o direito. Quem salvou milhões de vidas foi o mercado ou quem salvou milhões de vidas foi o SUS? Com isso em mente a confiança social no SUS, no sistema público de saúde, cresceu. Oitenta por cento das pessoas no Brasil só tem o SUS, mas não foi o mercado que chegou lá no município de 30 mil habitantes, foi um SUS que chegou no posto de saúde, chegou lá na UPA, foi o Cras e o Creas através de suas políticas públicas. Para isso precisamos de mais investimento, valorizar o trabalhador da política.

A segunda crise tem a ver com a capacidade de entrega, a gente queria conselho de direito, Conselho Tutelar. Não bastou essa nossa arquitetura da participação para alterar a política, por que uma parcela da sociedade foi colocada contra o estado? Porque o estado não era capaz de fazer todas as entregas. E aí vou falar em bom tom, não vai ter a política para todos, a política acaba sendo deslegitimada, eu tenho o tempo, eu tenho falta de dinheiro, falta de capacidade de entrega e falta de legitimidade, por isso eu falei: força gente que nós temos que enfrentar essa crise sobre financiamento, a capacidade de entrega lá na ponta do município de 20 mil habitantes, no município de 15 mil habitantes, entrega de direito assegurado, direito e a falta de legitimidade. Nós criamos um conjunto de multiverso, planos decenais, políticas temáticas, políticas específicas, mas nós não garantimos a musculatura necessária. A política econômica foi a grande vilã da política social. Esse é

o grande aprendizado e continua sendo nesse governo, a polícia antinacional, antipopular.

E aí por isso que eu queria colocar agora, me restaram as minhas propostas para esse eixo, a primeira proposta indiscutivelmente, ou seja, problema da intersectorialidade, ela não é possível se eu não tenho musculatura para essa intencionalidade enfrentar um financiamento, revogação da imensidão de casos, gastos e revogação da emenda da dru que transcende a política. Eu preciso enfrentar essa captura que fez de o estado brasileiro ter que ser privatizado.

O Ministro da Economia falava muito em privatização ou na verdade, não é nada mais privado que o Brasil, do que inclusive, tem o estado brasileiro civil sobretudo. O segundo bloco de propostas: essas são propostas que realmente transferem a política para infância, nós precisamos estabelecer uma grande repactuação com metas específicas, em especial para a política para a primeira infância, eu começaria pelo terminal que nós precisamos enfrentar.

Os cinquenta por cento das Crianças da primeira infância vivem em famílias pobres. Este é o nosso maior desafio da década até 2030, em frente a isso nós temos o seguinte: municípios, estados e união Federal, setor privado, lideranças sociais, energia social, nós precisamos constitucionalizar o dinheiro, o direito de renda básica, de cidadania. Com a pandemia se demonstrou a necessidade, a potência de um programa de transferência de renda, se ele tivesse sido profissionalizado como já tentamos, hoje estaríamos com indicadores sociais melhores. Vamos colocar isso, a melhor política para tirar esses 48 por cento de crianças de 0 a 5 anos que estão sem domicílios e pedem uma política de renda básica de cidadania, achando que ao dizer isso nós queremos constitucionalizar o direito a renda básica de cidadania com foco específico na primeira infância. Benefício universal para a primeira infância, retirar a primeira infância da pobreza e da extrema pobreza com um recorte de raça de todas as políticas no Brasil. É impossível falar no Brasil de pobreza, falar de classes no Brasil, sem falar de raça e gênero se falando desta diversidade e sua voz é super importante. Para a terceira proposta deixo-lhe aqui, nós precisamos de um sistema, já faz 30 anos que a gente lida com isso, quantos de nós não comanda e tem comissões, já passou da hora da gente ter um sistema de monitoramento mais compreensível e abrangente das metas para a infância. Aqui hoje eu já falei de homicídio, falei de pobreza, falei de violência sexual, podia ter falado de crianças fora da escola, então da Meta nº1 do Plano Nacional de Educação de cinquenta por cento de crianças de 0 a 3 anos antes precisamos de uma energia que desemboque em um sistema de monitoramento de diálogo e de todas as políticas eu destacaria educação, saúde, assistência, para mim o lugar desta articulação seriam as instâncias de direito humano, a secretaria de direitos humanos nos municípios, nos Estados, na União Federal, o ministério com capacidade de liderar este monitoramento e perseguir o atingimento destas metas.

Por isso que desde a sua Fundação com o nome, por exemplo, área econômica e área de planejamento, nós precisamos que as políticas sociais sejam capazes e valorizadas para liderar inclusive nas áreas de planejamento e nas áreas econômico-financeiros dos Municípios e dos Estados. Quando o Mec tinha a política social ela não tinha capacidade, para mim é por isso que sejamos o país com o tamanho dessa desigualdade, aqueles que lideram a política social e estão no centro da política com capacidade de liberar a economia devem democratizar o Brasil. Isso quer dizer o seguinte: a diversidade desse país, afirmar raça, respeito, orientação sexual e identidade de gênero, afirmar as diferentes etnias, afirmar esta diversidade e a potência, nos permite como humanidade.

Nossa democracia é muito mais viva, muito mais potente, o que a gente faz não permite que essa diversidade se apresente viva, ela tem que ser respeitada e que ela não seja algo para discursos de violência, discursos de ódio, discurso de revanchismo, precisamos redemocratizar a democracia no Brasil.

Para que o Brasil seja o país de diversos países afro-ameríndia, multiétnico, agora com a herança racista, homofóbico, machista, patriarcal, não se pode pensar uma democracia que seja uma democracia meramente eleitoral. Antes precisamos pensar na democracia viva desde a sua base, por isso que foi tão importante o movimento pelos direitos da Infância e da adolescência que ensinou o Brasil. Muito do Estado nascido da arquitetura da participação que o Brasil teve várias políticas

nasceram deste aplicativo e os movimentos pela infância adolescência dizem que agora é possível ter uma pactuação ética, pela participação ética é possível que todo o estado brasileiro, São Paulo, nacionalmente estou colocando os municípios, os estados, e a União Federal. Todo o estado brasileiro dizer que a criança é prioridade absoluta à Proteção Integral, nós vamos garantir recursos políticos para isso. Esse foi o grande exemplo, desenhou essa arquitetura da participação social, ações capazes de redemocratizar a democracia desde baixo.

Muito obrigado os companheiros e companheiras de cor.

Bonfim - Muito obrigada a todos da militância dos direitos, em nome da infância por lembrar que nós somos militantes de Direitos Humanos, da diversidade humana, da humanidade, da dignidade e da Democracia. Nosso país vai superar essa crise política, vai olhar para frente, vai ser grande exemplo para todos, antes de passar para conselheira Petrúcia eu gostaria de colocar e agradecer a fala do Senhor Renato Roseno, que nos contemplem todas as suas formas principalmente no que diz ao grande desafio que nós temos. É a violência praticada pela sociedade, pela família, pelo estado brasileiro em relação ao povo negro desse país, o racismo tem que ser combatido de todas as formas.

Eu acho que o seu comentário foi muito feliz, quando nós falamos do racismo ligado à intolerância religiosa, nesses 20 minutos e o senhor falou com bastante propriedade, já se mataram nesse país muitos jovens negros e negras.

A sociedade brasileira precisa realmente querer se democratizar e o senhor colocou com muita propriedade nesse tema e principalmente porque não se faz política pública sem recurso. Temos sim uma barreira para que não tenhamos efetivamente as políticas sociais voltadas para o povo afrodescendente e principalmente de povos e comunidades tradicionais. O senhor citou ribeirinhos, já foram citados também os povos ciganos então se trata de cerca de 64 grupos populacionais tradicionais específicos que deveriam ter o tratamento igualitário nesse país e não temos. Agradeço ao Senhor pela sua fala, precisamos mudar o conceito do racismo e esse racismo que eu estou falando é o racismo estrutural, todo dia vemos nos canais de televisão, redes sociais, rádio, jornais o que está acontecendo com a população negra não só do Brasil, mas do mundo. Agradeço ao Senhor e em breve nós estaremos colocando de que forma vai acontecer a dinâmica das perguntas e respostas que serão dirigidas aos nossos palestrantes, então de imediato eu gostaria de passar a fala para a nossa conselheira Petrucia, vice-presidente do Conanda que vai conduzir a próxima fala do nosso palestrante.

Petrucia – Oi, bom dia aos participantes desse importante conferência, as crianças, adolescentes participantes, a todos os delegados e delegadas, gostaria de agradecer a fala do Deputado Renato, cada um fala do seu do seu lugar de fala e aqui eu gostaria de fazer uma reflexão, pensando na minha trajetória de mais de 40 anos trabalhando em defesa dos Direitos da criança e do adolescente. Indo na praça 7 de Belo Horizonte buscando assinaturas para o Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no movimento. Eu concordo com você que precisa realmente de um novo olhar, porque nós tivemos governos nos 30 anos que quando você vai ver os números de violência contra criança e adolescente só aumentam independente de toda a política. Eu participei praticamente de todas as conferências nacionais, de conferências municipais e estaduais, inclusive como palestrante e a gente observa que o lamento é o mesmo. Precisamos realmente chamar a atenção para esse novo momento dessa construção social, onde a gente observa que a família é um dos maiores violadores de direitos da criança e adolescentes, nós como o governo que chegamos aqui, em menos de dois anos, temos desafios que a gente tem trabalhado muito junto com o Conanda porque a gente entende que a participação social junto com o governo é que implementam a política pública e nesse momento eu gostaria de apresentar o próximo palestrante que é o seu Emílio José da Silva Filho, jornalista e escritor, formado em Comunicação pela Universidade Federal da

Bahia, onde fez Mestrado e Doutorado. Tem histórica militância política, desde o combate à ditadura militar (1964-1985). Ex preso político e ex Superintendente estadual de Direitos Humanos da BA. Possui vários livros publicados.

Convido Emiliano José da Silva Filho a fazer uso da palavra.

Emiliano – Muito obrigada, meu nome é Emiliano. Eu quero agradecer 11ª Conferência Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente para mim é uma honra estar aqui dividindo a mesa. A luta pelos direitos humanos de modo muito especial a luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, não cabe apresentação mais longa sobre a minha condição. Eu registro apenas minha condição de sobrevivente do período da ditadura, há quatro anos preso e torturado de todas as maneiras, a época e a minha condição também de defensor dos direitos humanos e naturalmente dos direitos das crianças e adolescentes, certamente nessa conferência haverá uma multiplicidade de ações voltadas para as questões específicas das crianças e dos adolescentes, talvez eu fuja um pouco do script. Eu só posso imaginar nossas crianças, nossos jovens, no quadro mais geral da humanidade e no quadro mais amplo também do nosso país, isso o Renato de alguma forma já trouxe, nós somos um mundo desigual, um mundo capaz de condenar a milhões de pessoas a miséria e as crianças e a nossa juventude ao abandono, a fome e no caso, volto a dizer os números absolutamente obscenos e verdadeiros.

Nós somos o mundo o mundo de Deus capitalista cuja alma é a exploração, lucro e só a luta política, vou insistir, pode possibilitar mudanças nesse quadro e insisto a política é a chave de tudo. Estatuto da Criança e do Adolescente nascido em 1990 e nós teríamos que registrar o ECA é filho da Constituição cidadã de 1988, surgida no calouro das mobilizações pós-ditadura terminada em 1985, depois de tanta luta, de tanto sangue e de grandes mobilizações do nosso corpo. Constituição de 1988 foi o passo político na tentativa de construção no plano institucional de um estado de bem-estar social, no qual nós estamos evidentemente a léguas de distância, o SUS, o ECA, em momentos diversos são decorrências daquela constituição, daquela luta para fazer a carta sair do papel e tentar modificar a vida das pessoas e modificou de alguma forma.

É possível garantir direitos e políticas públicas integradas e de inclusão social voltadas as nossas crianças e adolescentes, essa possibilidade à luta política geral eu não creio e para garantir tais direitos seremos sempre aquilo que luta para modificá-lo, quando o quadro político dominante foi obstáculo como é atualmente e após o golpe de 2016, nos dias de hoje o Brasil tem experimentado recursos políticos, sociais, econômicos, culturais há um evidente retrocesso civilizatório. A eleição do atual presidente revelou a existência de um forte pensamento conservador da sociedade brasileira alicerçado em valores cuja essência caminham na contramão dos objetivos do ECA, nós temos pela frente uma luta político-cultural a pugar, não somente com o atual governo nacional ou também como a parcela considerável da sociedade brasileira e com esse nosso esforço terá que ser o do convencimento e não o do confronto. Para alimentar nossas esperanças a ventos novos soprando na América Latina e mais ao norte Argentina, Bolívia, Chile, pelas bandas de cá para começar Estados Unidos com a vitória de Joe Biden, fim do Pesadelo Trump.

As políticas do império no Brasil temos o presidente e sua política o preço sobre todos os aspectos econômico, social, cultural, ambiental, tudo pergunta nessa conferência, as políticas sociais profundamente afetadas os valores conservadores afirmando-se as políticas discriminatórias e excludentes, racistas e homofóbicas, misóginas, a raiva dirigida contra os pobres, tudo isso se acentua estimulado diariamente desde cima com as declarações e políticas presidenciais, ninguém pode dizer ter sido enganado pelo presidente, ele sempre revelou o seu pensamento, sua admiração pelos torturadores, sua natureza manifesta seu estímulo permanente ao uso de armas, incentivo a morte, seu desprezo pelos pobres, sua aversão aos nordestinos, quem o apoia ou faz sabendo de tudo isso e sabendo da continuidade de uma política destinada a manter o país na situação de uma das

nações mais desiguais do mundo, tal desigualdade é a fonte de todos os nossos males, todas as nossas violências e os homens mais ricos do Brasil concentram a mesma riqueza que toda a população mais pobre do Brasil.

Mais de 100 milhões de pessoas, é obscuro e é real imaginar que três deles desses bilionários vivem da venda de drogas, mais ainda lícita, droga, Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira são os três sócios da AMBEV estão entre os seis mais ricos, essa concentração de renda e riqueza explica como já se disse, tanta violência, o massacre dos nossos jovens a par da equivocada política de combate às drogas, somente o combate às chamadas ilícitas, estamos longe, muito longe da proteção integral de nossas crianças e adolescentes. Profundas deficiências na educação pela ausência de políticas culturais, estimular novos valores seja pela miséria, pela fome e pela ausência de condições mínimas de existência em milhões de lares brasileiros e esse estado de coisas só tem se agravado de 2016 aos dias de hoje, digo tudo isso para chegar à violência a afetar profundamente nossa juventude, nossos adolescentes, nossas crianças, minha preocupação aqui hoje não é metáfora, uma guerra civil em andamento no Brasil, o número de mortes violentas em 2019 de acordo com o anuário brasileiro de Segurança Pública 2020 divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi de quase 48 mil pessoas destas mais de 35 mil eram negras e mais de 24 mil tinham menos de 29 anos, nosso futuro sempre comprometido. Nossa Juventude sendo assassinada é um dado incontestável, nascer negro influencia não só na possibilidade de ser morto pela polícia, mas de ser assassinada em qualquer tipo de homicídio, nossa raça a nossa herança nos mais de 300 Anos de Escravidão, foram mortas 6.357 pessoas pela polícia em 2019, mais de 74 por cento jovens de até 29 anos, sexo masculino chegando a quase cem por cento das mortes. Dois por cento de masculinos negros a maioria 79,1 por cento tudo é assombroso, 72,5 por cento das mortes causadas por armas de fogo, três a quatro dos assassinados pelos policiais eram jovens entre 15 e 29 anos, 31,2 por cento de 24 anos, é óbvio estamos numa sociedade que mata, é grave que 6.357 mortes sejam responsabilidade de policiais, mas a maioria das mortes é decorrente do clima criado da cultura da morte, agora claramente estimulada pelo atual presidente da república que vem conseguindo a liberação desenfreada na venda de armas, a convivência com as milícias e crescimento do crime organizado, as mortes são principalmente de jovens negros.

Se quisermos chegar aos dias de hoje podemos recorrer ao jornal eletrônico Brasil 247 e dezoito de novembro 2020 o número de assassinatos aumentou quatro por cento nos primeiros nove meses deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado, foram registradas mil a mais ao passar de 31.022 pessoas para 32.000 298 mortes de homens, são dados exibidos pelo Índice Nacional De Homicídios, menos pessoas nas ruas e mais mortes. Vejam a nossa situação como superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça direitos humanos e Desenvolvimento Social do Governo da Bahia entre 2017/2019 recebi inúmeras mães de jovens negros e pobres, mortos por policiais crianças mortas, assassinadas, normalmente mães jovens ainda e responsáveis por suas famílias a testemunha de dor e a impotência dessas jovens mães diante da morte. Os companheiros haviam caído no mundo deixando a sós os seus filhos, isso se repete tragicamente em nossas cidades, países a fora sem contar vidas e meninas e meninos por bala perdidas assim chamadas mas, sempre atingindo crianças negras e pobres até quando de um ponto de vista emergencial essa conferência a partir de números, outras resoluções, há de pensar não obstante o cenário desfavorável de um presidente defensor da disseminação de arma nas mãos das pessoas a de pensar um plano de contenção. Essa vantagem não só deve chegar ao país e ao mundo, hoje um de nossos jovens, mas propor medidas capazes de conter a cultura da morte em curso seja praticada pela polícia e o estado em princípio pode tomar atitudes capazes de modificar isso, seja a da corrente violência divina na própria sociedade e isso implica no envolvimento do estado e da sociedade para ir construindo uma nova cultura de solidariedade de fraternidade de empatia e não da morte, que proponha uma educação chumbada nesses valores, capaz de resgatar Paulo Freire, Anísio Teixeira, que se pense numa nova política em relação às drogas, distante dessa Tolerância Zero.

Que nos aproximemos de países civilizados e passemos a adotar políticas de convivência como as de

redução de danos compreendendo a não existência de civilizações sem drogas, penso e quanto mais penso, volto a política em seu sentido mais não subjetivo o esforço de milhares e militantes engajados na luta das crianças e adolescentes estou entre estes militantes como não subestimam a inteligência e acreditar a criatividade de nossas próprias crianças e adolescentes como obviamente do extraordinário valor a essa 11ª conferência, suas resoluções e sua repercussão que dependerá no entanto da sociedade a abraçar o que ela vier a decidir agora, o nosso cenário é ainda bastante adverso segue na contramão da garantia de direitos de nossas crianças e adolescentes da proteção integral. Esse é o que eu digo da necessidade do pessimismo, da inteligência do ativismo, da vontade, temos que resistir palácios, trincheira por trincheira, esse modelo não quer garantir direito. Vamos ser verdadeiros que garantir armas é o governo na cultura da morte, não inaugurou essa cultura, mas hoje é o próprio governo a promovê-la e incentivá-la, essa cultura terá que ser derrotada, não será uma luta de curto prazo passa por eleição, por mudança de governo e de mentalidade, desde já tem que começar, temos que atuar em todas as frentes com prioridade para a luta política, olhando o aqui-e-agora e sem perder a perspectiva dos passos seguintes do horizonte a ser construído a cada dia com este governo, o condutor da morte continua na linha de frente e as armas continuam na linha de frente. Só outro governo de convicção democrática e de uma cultura fundada no respeito à vida as nossas crianças, a nossa juventude a cultura fundada na liberdade e considere necessário distribuir renda e riqueza só assim podemos derrotar a cultura da morte e preservar a vida de nossa juventude, de nossas crianças e garantir o futuro do país e os ciganos sigamos na estrada a vida não para a luta continua.

Petrucia - Muito obrigado jornalista Emiliano, suas construções de propostas. E mais uma vez é trazendo a história, nós chegamos no governo há menos de dois anos e a gente recebe essa era, então estamos trabalhando enquanto governo para realmente mitigar essas questões, não é um governo eleito democraticamente, então a gente está aí construindo junto com o Conanda, com a participação de crianças e adolescentes essas propostas e nesse eixo eu passo a palavra ao nosso Conselheiro Renato Bonfim.

Após as perguntas e respostas, **Bonfim** faz uma fala de encerramento, agradece a todos.

Mestre de Cerimônia – Agradecemos a todos e neste momento está mesa se desfaz. Lembramos aos participantes e aos demais expectadores e participantes da XI CNDCA, que logo mais às 14h retornaremos com as atividades do Eixo II e do Eixo III e o show da Banda Alana ao final da programação de hoje.

Relatoria da XI CNDCA - Eixo 2

Segundo dia Sexta-feira, dia 27 de novembro de 2020, às 14 horas.

Com a palavra o Mestre de Cerimônias dá início à abertura. Senhoras e Senhores, Crianças e Adolescentes de todo o Brasil muito boa tarde. Que ela possa ser muito proveitosa a todos nós. Vamos dar início aos trabalhos dessa tarde da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA.

Nós temos alguns recados as perguntas aos palestrantes podem serem feitas pelos participantes delegadas e Delegados convidados e observadores credenciados através do ambiente virtual da 11ª CNDCA Delegados e delegadas da 11ª CNDCA que quiserem apresentar devem encaminhar o texto para o e-mail sndca@mdh.gov.br.

É com muita felicidade novamente o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH acolhe e abraça virtualmente a cada uma, a cada um de vocês, delegadas e delegados e demais participantes da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A primeira conferência totalmente virtual e feita com muito esforço, muito esmero, de todos aqueles

que se envolveram, se dedicaram e que hoje abrem as portas virtuais deste evento para todos vocês.

É em razão disso é que a Presidente do Conanda, a senhora Iolete Ribeiro e a vice-presidente do Conanda, a senhora Petrucia Andrade agradecem os seguintes parceiros que ajudaram a construir esta empreitada:

Aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do Conanda – CPA/Conanda;

A rede das organizações da sociedade civil e os integrantes do governo que compõe o Conanda;

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNPDCA, na pessoa do Secretário Nacional Maurício José da Silva Cunha;

Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH na pessoa da Ministra Damares Regina Alves;

A Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil na pessoa de sua diretora Salete Valesan;

Ao PNUD, na pessoa de Raissa Teixeira Freitas, Gerente de Projeto – Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento;

A Equipe da Secretaria Executiva do Conanda na pessoa de seu Secreestário-Executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro;

Ao Instituto Alana/SP, na pessoa de Thaís Dantas Adriana Biancolini e Silvanny Rodriguez.

A Escola de Arte Spanta/RJ, na pessoa de Henrique Castro.

A Luisa Martins e a seus pais Alexandre Martins e Fabiana Andrade Carvalho Martins.

A Comissão Organizadora da XI CNDCA entende que as palestras que nortearão as discussões desta conferência têm um caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões deste evento estão abertas ao público em geral, canal do Conanda no youtube e pelo facebook.com/conandaconselhonacional e no Ambiente virtual da XI CNDCA, restrito aos delegados e às delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br. Também está disponível no canal do youtube do Conanda a transmissão com ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado na descrição deste vídeo.

É fundamental nesse processo que crianças, adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores e acompanhantes para lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial.

Com o Tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

De ontem até o dia 10 de dezembro de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discussões nos fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e o Decreto nº 10.505, de 2 de outubro de 2020 que chamou a conferência e depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para ser realizada de forma virtual.

Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente em Brasília, mas aqui fica o desejo de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a muitas conversas, discussões poderemos nos abraçar muito.

Neste momento convidamos a todos a ouvir o convite de a Ana Rita Silva Magalhães, adolescente do

PA, representante escolhida pela Plataforma Virtual para o CPA/Conanda, que gravou um recado pra todos nós.

Olá meu nome é Ana Rita sou de Itaituba no Estado do Pará e o meu desejo é ter mais prevenção e enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes.

O Nosso principal objetivo é prevenir mortes, violência sexual, psicológica e física, temos também que trazer para a pauta o machismo contra nossas mulheres e lutar contra isso. Também existe a situação do preconceito e discriminação contra nossa população de rua e essas situações de preconceito e discriminação geralmente acontecem por uma pessoa pensar que só por causa das pessoas estar em situação de rua ela deve ser um criminoso.

Esse é em geral um pensamento totalmente preconceituoso, não é mesmo? Muitos dos nossos adolescentes estão morrendo hoje no Brasil, geralmente são negros e LGBT, ainda mais os adolescentes LGBT que se sentem desprotegidos na escola, tanto na escola quanto na família, sendo que é o dever da escola e da família proteger todos os adolescentes e todas as crianças, sentindo-se desprotegidos, pois ouvem comenestários homofóbicos e presenciam cenas de agressividade verbal. Mentes fortes ouvem diversas coisas.

Várias vezes já foram agredidos por colegas, em casa ou até mesmo na rua por ter uma certa opção sexual, essas agressões que acontece em lugares neutros ou em lugares que deveriam proporcionar total segurança, acontecem por questões de opção sexual e isso chama preconceito e discriminação. Todos os anos do nosso Brasil muitos adolescentes morrem e muitos adolescentes são sequestrados, estuprados e é como se estivesse virado um novo normal dentro da nossa sociedade, não é mesmo? Não adianta a gente levantar a bandeira se a gente não lutar pelo que a gente realmente acha que é certo e é isso, e é isso aí!

Mestre de Cerimônia Dado o recado, agora para coordenar os trabalhos desse eixo de discussão convidamos a senhora de Deila Nascimento Martins Cavalcante Conselheira do Conanda e representante da sociedade civil e para secretariá-la convidamos o senhor Eduardo Nepomucemo Conselheiro do Conanda e representante do governo federal.

Passo a palavra para a senhora de Deila Nascimento, desejando à todas e todos um ótimo trabalho, boa tarde a todos e a todas que estão acompanhando e participando ativamente da XXI conferência nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Como já foi anunciado o meu nome é de Deila Martins, estou conselheira do Conanda representando a sociedade civil através da ONG Gasol. Nesse momento eu gostaria de saudar todas as crianças e adolescentes em nome da Ana Rita que trouxe essa brilhante reflexão sobre o eixo que vamos trabalhar na tarde de hoje e saudar também a todos os delegados e delegadas, ao meu colega Conselheiro Eduardo Nepomuceno que irá dividir comigo a coordenação dessa mesa.

Quero saudar também a todos os conselheiros e conselheiras do Conanda que tanto se empenharam para a realização dessa conferência mesmo nos momentos tão adversos que temos vivenciado, mas antes de iniciar esse momento dessa palestra tão importante do eixo II eu gostaria que nós pudéssemos prestigiar o vídeo da criança Antonia Raquel, representante da rede peteca de enfrentamento ao trabalho infantil que teve dificuldades técnicas na manhã de ontem em apresentar sua sala. Então vamos seguir para ver o vídeo da Antonia.

Deila Martins - Nesse momento prestigiamos esse belíssimo vídeo enviado pelo Antonio, a gente só agradece todo cuidado, todo carinho com que ela preparou esse momento tão especial para que a gente pudesse prestigiar, isso demonstra a importância do exercício da participação social de crianças e adolescentes na construção e no aprimoramento das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência.

Quero também convidar agora o palestrante, Professor Humberto da Silva Miranda para compor a mesa virtual de abertura.

Seja muito bem-vindo Professor, é uma honra tê-lo conosco, é o debate sobre o eixo dois que trata da prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

O objetivo deste eixo é debater a prevenção e enfrentamento das diversas formas de violência, a violência letal, sexual, violência física e psicológica. Também pretendem ampliar essa discussão sobre o enfrentamento do racismo, da misoginia, da xenofobia, da descriminalização contra a população em situação de rua, da LGBT fobia e da intolerância religiosa.

Com esse eixo temático espera-se ainda discutir a violência institucional, principalmente em escolas, unidades socioeducativas, em instituições de acolhimento e vemos incluídas 114 propostas, isso, apenas a contar das etapas estaduais a partir do trabalho que as placas o fecho de sistematização foram tiradas, 28 propostas para serem discutidas agora na etapa nacional e serem finalizadas com cinco propostas.

Então nós temos um desafio grande e acreditamos que essa palestra vai nos dar a oportunidade de aprimorar os nossos conhecimentos, não é mesmo? E que com essa palestra a gente consiga chegar as cinco propostas desse eixo da melhor maneira possível.

São propostas que estão agregadas nessas 28 que foram sistematizadas e que tratam das redes de proteção de defesa, da formação dos profissionais, do sistema de garantia de direitos, da inclusão de equipes multiprofissionais nas escolas, aprimoramento dos canais de denúncia e do combate às diversas formas de preconceitos, também o maior investimento em delegacias especializadas, aprimoramento do programa de proteção a crianças e adolescentes, ameaçados de morte, o fortalecimento do Conselho Tutelar e tantas outras propostas que tem foco nesse fortalecimento da política das políticas de prevenção e enfrentamento e a violência contra crianças e adolescentes.

Passo a fala para o conselheiro Eduardo para que ele possa também fazer suas saudações e apresentar o nosso palestrante convidado.

Eduardo Nepomuceno - Obrigado Leila, falar depois da dela é sempre um desafio, pois ela tem o dom da palavra e a gente fica muito feliz de ter uma pessoa tão eloquente conosco, deixa eu me apresentar rapidamente, me chamo Eduardo Nepomuceno, estou como coordenador da política nacional de classificação indicativa do Ministério da Justiça e pertencente ao departamento de promoção de políticas de justiça e da secretaria nacional de Justiça, tenho prazer de estar aqui com vocês, não só prazer, tenho o privilégio de estar aqui com vocês nessa conferência histórica.

Pois vivemos um momento de dificuldade, um momento de desafios, um momento de aprendizado, um momento de reflexão, todas essas premissas fazem como que a gente se coloque é com mais força e com mais disposição para tratar das temáticas relacionadas a criança e ao adolescente, que são tão caras para nós e estão caras ao país.

Com essas considerações eu vou fazer uma apresentação do currículo do Doutor Humberto da Silva Miranda que é professor do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Rural de Pernambuco, professor do programa de pós-graduação, educação, culturas e identidades na mesma Universidade Fundação Joaquim Nabuco, pesquisador do laboratório de história das infâncias do Nordeste e coordenador da escola de conselhos de Pernambuco.

Dr Humberto seja bem-vindo, muito obrigado é um privilégio e uma honra contar com a presença do Senhor aqui conosco e estamos aqui para aprender um pouquinho e aprimorar esses conhecimentos e quem sabe poder difundi-los ao redor do país nessa luta incansável que nós temos, sempre na proteção da Infância e no Cuidado com crianças e adolescentes, seja bem-vindo.

Humberto da Silva Miranda - Oi, boa tarde a todas as pessoas que aqui me escutam.

Na verdade Eduardo a honra e a satisfação é toda minha, já tinha aqui conversado nos Bastidores e temos nessa conferência temos esse desafio que é o Conanda virtual, buscando todos mesmo que de forma remota.

Devemos construir esse processo de escuta de conferir as propostas ou uma concentrada delas, falou então para mim e eu fico até emocionado, mesmo porque essa conferência me faz rever pessoas queridas Abel, a própria Deila que é daqui de Recife, também preciso mandar um grande abraço para nossa presidenta Iolete e também a nossa vice-presidente Petrucia do Conanda e que a gente possa aproveitar esse momento para construir canais de diálogos mesmo que de forma virtual para que a gente tenha o sistema de garantia de Direitos da Criança e Adolescente diante de tantos desafios.

Quero saudar a todas as crianças e adolescentes, penso que a fala da Ana Rita é uma fala que é mesmo não tive acesso, mas o tom da minha fala vai estar muito direcionado e muito articulado o que Ana Rita disse e trouxe aqui nesse momento inicial. Então, onde você tiver um grande abraço

Quero também dizer para vocês que a minha fala ela é de cada um menino Miguel, é o menino Miguel que não está aqui conosco por uma questão de violência. Então, acho que essa é a fala traz consigo essa mensagem, não só de um lugar e de uma pessoa que está dentro da Universidade, mas no lugar de uma pessoa que tem acompanhado essa luta.

Penso que não tem como ser diferente neste momento devemos falar sobre a prevenção e o enfrentamento às violências, deixar de falar desse menino que morreu de uma forma trágica e que ali se encontra uma violência, também desdobrada do racismo estrutural e estruturante da nossa sociedade, uma violência que tem a ver com a questão de classe e por que não, também dizer, questão de gênero, não é mesmo?

Então, assim é necessário como disse a conselheira dele “a pensar essa violência de forma múltipla, multifacetada e plural”, então a minha fala é dedicada a Miguel, que é o que vive na luta da gente, Miguel vive na luta de todos, ele onde estiver como toda aquela que luta contra o racismo estrutural estruturante.

Então, é ele e falar de Miguel também é falar de outros, ninguém mais é falar de João Pedro, falar de Ágata e falando dos meninos e meninas que no Brasil que vêm enfrentando essas violências. Que forma mais absurda, crueldade mesmo em cenários e contextos pandêmicos. Então, é essa fala e essa conferência que também é histórica acontecendo no universo de pandemia e ela está acontecendo no mesmo ano que o Estatuto da Criança e Adolescente completa 30 anos.

Bom, e depois de 30 anos do Estatuto da Criança adolescente, falar de prevenção e enfrentamento às violências é falar da história desses meninos e meninas que tiveram suas vidas ceifadas nesse ano de 2020. Dessa forma, eu quero dizer aqui que em nome de Miguel, de Agatha, de Pedro e de todos esses meninos e meninas a gente enquanto adulto precisa refletir que violência são essas, que são produzidas e são vivenciadas ou testemunhadas no cotidiano das nossas crianças e adolescentes.

Também precisamos chamar aqui as crianças e adolescentes que fazem parte dessa conferência para que a gente possa nessas duas horas é uma hora e meia de debate também refletir

Quais são as cinco propostas que nós vamos escolher nessa conferência? Quais municípios precisam ser escolhidos? Quais princípios iremos utilizar?

A partir de princípios, eu queria falar é desses princípios, o que é para mim não existe falar de violência, enfrentamento e previsão dessa violência sem antes mesmo conceituar o que é violência, não é mesmo? Para mim, a violência é um fenômeno social produzido e reproduzido ao longo dos diferentes tempos e espaços. Dessa forma, a violência (ela), tem história em tudo o que aconteceu com os nossos meninos e meninas tiveram as vidas ceifadas.

Na academia, ela usa acontecimentos, elas têm extenso registro histórico e é muito importante que os conferencistas desse nossa XXIª conferência busquem entender a historicidade das violências para que inclusive ao entender ela e na capital de que racismo é esse que a gente tão falando e machismo é esse que a gente tão falando, que xenofobia é essa que a gente tanto anda falando. Essa é uma questão muito importante para que a gente possa inclusive qualificar as propostas que vão ser escolhidas

Dessa primeira conferência para mim existe o conceito de violência, e ela muda de acordo com o tempo e o espaço. Então esse é o momento da gente que está aqui nessa conferência desconstruir a ideia de que por exemplo, se na minha infância era assim esses meninos de hoje precisam também viver da maneira que eu vivi durante a minha infância.

Eu acho que quebrar essas imagens da gente e que é adulto em relação as nossas infâncias é uma forma também de enfrentar e de previne violência, em que eu penso que é violência ela acontece de forma efetiva, mas ela tem por trás questões subjetivas e são duas questões subjetivas que eu queria destacar aqui nessa minha fala.

A primeira é que eu vou chamar de adulto centrismo e a segunda é que eu vou chamar de “menorismo” para que a gente possa construir uma conferência e escolher essas cinco propostas é necessário que a gente reflita e o nosso olhar deve estar descarregado permeado dessa cultura adultocêntrica.

Está aqui se legitima muitas vezes, essas diferenças entre as violências, então, são esses princípios que eu penso que não tenham essas práticas, elas são fundamentais para que a gente primeiro entenda o conceito de violência e passa entender os problemas relacionados os nossos meninos e as nossas meninas como questões de violação de direitos

Pois eu não posso falar de enfrentamento ao racismo se eu sou conselheiro tutelar e só assista, eu não posso ser eu para falar de enfrentamento ao machismo se eu sou Conselheiro de direito e sou machista. Então é muito importante que a gente pare para pensar e repensar sobre as violências e a gente passa abolir o machismo que está na gente e a gente passa abolir o racismo que está na gente, pois afinal de contas, se nós somos operadores do Estatuto da Criança e Adolescente e nós estamos em uma conferência nacional para escolher propostas é muito importante que a gente passa quebrar essas imagens tradicionais que a gente tem sobre o próprio conceito de violência e de que violência são essas, não é mesmo?

Eu falo isso, muito a partir do meu lugar, não apenas só de pesquisador, mas também de formador da escola de conselhos de Pernambuco, a gente às vezes encontra um espaço muito importante na escola de conselho para discutir que essas violências, elas têm cor, elas têm sexo, elas têm classe e a gente não pode deixar de buscar é compreender essas violências distante dessas questões subjetivas, não é mesmo?

E como a conselheira falou, essa é a violência pode ser de diferentes ordens, diferentes sentidos você tem aí a violência que é ligada à questão do abuso e da violência sexual, você tem a questão do racismo, você tem o que a gente pode chamar de violência doméstica e violência institucional da importância de repensar dessa relação entre as redes de proteção e as escolas nos espaços de acolhimento se as unidades socioeducativas.

Com isso, a gente pode inclusive fazer uso nessa perspectiva para nos auxiliar na escolha das propostas, permitindo que a gente tenha um olhar mais atento em relação às a essas diferentes formas de violência, como eu falei, a violência do Brasil tem história e ela é fortemente marca pela escravidão, que até hoje não passou, não é pelo patriarcado que até hoje não passou, não é por esse sistema colonial que ainda hoje não passou.

Então, se você olha por problemas relacionados à violência você pode perceber um passado presente, nos nossos dias esse passado presente existe, tanto que a gente chama de “adultocentrismo” e de “menorismo”.

Com isso, pode revelar a possibilidade de reverter dentro das nossas práticas cotidianas e permear nossas práticas cotidianas dentro do Conselho de direito, dentro do Conselho Tutelar, dentro das instituições de acolhimento, dentro das instituições socioeducativas.

Então esse momento é um chamado para os conferencistas dessa 11ª sejam crianças, adolescentes ou adultos, para que a gente pergunte até que ponto a minha atuação era legítima? Esse

“adultocentrismo” e esse “menorismo”, inclusive parte de toda a cultura ocidental eurocêntrica coloca o seu adulto no centro das atenções.

Com isso, eu queria trazer para vocês do encontro a reflexão que na escolha dessas cinco propostas que já foram 144 que passaram a ser 28 e agora tem que ser escolhidas cinco, que não é o nosso olhar, ela não reproduz é práticas “adultocentricas” ou menos porque as violências dentro do sistema de garantia de elas também acontece, elas acontecem dentro dos conselhos, dentro dos tribunais, dentro das promotorias, dentro das instituições e isso é que é muito importante, que a gente passa enfrentar também.

Então momentos como esse são importantes para gente refletir como estão as nossas práticas, não para gente julgar, não para gente condenar, pois, afinal de contas eu percebo como professor que muitas vezes a gente comete algum tipo de violência ou até mesmo de micro violência ou até mesmo de agressão dentro do nosso cotidiano, pelo fato da gente não conhecer.

Sendo assim, é necessário que a gente conheça que a gente leia, que a gente tem momentos como esse para que a gente possa desconstruir ideias historicamente produzidos e que fazem parte do cotidiano do e do plano de vista do cotidiano social da vida, ponto de vista do cotidiano institucional e da importância de um momento como este.

Falando sobre tudo isso, eu não posso deixar de perceber que esse enfrentamento às violências perpassa e ao perpassar pelo o mesmo aqui, estar entre nós e o “adultocentrismo” que também está entre nós é necessário que a gente exercício olhar.

Então para que para cada conferencista que está aqui conosco, o exercício é como é que eu olho para os casos de violências sexuais que acontecem no meu Município, no meu estado e no meu país. A partir desse meu olhar, as práticas machistas muitas vezes condenam a própria criança e, ou a própria mulher a própria menina sem antes perceber que ela foi vítima de uma sociedade machista onde o corpo da mulher é muitas vezes objeto,

Esse exercício é muito importante, como é que olho não é para os casos de violência e como é que o olho para as questões do extermínio da Juventude Negra, como é que o olho para questão da letalidade infanto-juvenil? Será que eu reproduzo a ideia “minorista” de que banco que eles deveriam ser unidos, não é mesmo?

Eu penso que essa é uma questão muito importante para a gente perguntar nessa conferência e te contar, por isso, a conferência não fica só aqui na conferência, é daqui para frente, não é mesmo? O que esse seu olho não é para esses casos um olhar racista e preconceituoso, eu não vou resolver o problema de enfrentamento à violência letal, pelo contrário eu enquanto agente do Estatuto da Criança e do Adolescente, e aí eu coloco aspas eu “vou estar reproduzindo essa violência nos espaços políticos e institucionais?” Uma outra pergunta que eu considero muito importante é que vocês perceberam que é de vocês perguntarem, muita gente eu que estou perguntando a vocês espertamente, mas isso tudo para que a gente possa aqui construir com diálogo, mesmo que seja de forma virtual.

Uma outra pergunta que eu queria fazer é o que é que olho para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, até que ponto eu estou reproduzindo nesse meu olhar prático que remonta aos sistemas.

Outra questão são os meninos em situação de rua e as meninas em situação de rua, como é que eu olho para essa situação enfrentamento às violências, isso se dá muito a partir de como eu enquanto Conselheiro, Assistência Social, gerente e coordenador de uma política, isso tem muito é haver com uma forma de conduzir essas políticas de prevenção e enfrentamento.

Desse modo, quero dizer para vocês que não há como reproduzir ou enfrentar essas violências a partir dessa perspectiva, pois elas ficam menores eu quero é dizer também que é muito importante a gente perceber que essa violência, ela se deu de forma mais acentuada no período de pandemia e que mesmo a gente vivendo em distanciamento social.

E essa é toda complexidade que é viver uma crise sanitária, política, social e até mesmo humanitária a gente percebeu que foi nesse momento que as fragilidades da rede e do sistema para garantia de direitos se deu.

Também de forma mais acentuada eu queria trazer para vocês 3 questões que tem muito ligação com a pauta, é desse momento sócio-histórico que a gente está falando, então, eu parto para um outro momento da minha fala que deixa de ser um pouco essa fala conceitual e passa a ser uma fala mais direta em relação a questões das propostas

A primeira questão que eu trago para vocês é sobre o enfrentamento e prevenção das violências, seguinte, como é que a gente pode fritar essas violências sem canais denúncias eficazes e eficientes, sem possibilidades de registro dessas denúncias de forma sistematizada, é muito importante fortalecer os canais de registro e aqui eu chamo atenção do conselho tutelar.

Eu quero dizer para vocês que não há com a gente saber o microcosmo das violências processados nas vidas ou testemunhadas nas comunidades se a gente não fortalecer o sistema de garantia de direitos. Esses órgãos que integram essas experiências nas comunidades.

Existe outra questão que considero também muito importante dentro dessa prática de denúncia e de registro que se faça é uma efetiva atenção as entidades, pois não há também como a gente ter só os dados sem a gente não tiver pesquisador sério, pesquisadora como a senhora Célia para analisados

Então nesse nicho de questão de denúncia, de registro e de sistematização é necessário para que a gente possa também ter um conjunto de profissionais analisando como fundamentar as políticas públicas de enfrentamento.

Isso é muito interessante, pois até que desconstruir a ideia de que a Terra é plana e é a ciência O que é algo que deve ser colocado é fora do da nossa perspectiva de prioridade que ele não há como enfrentar a violência sexual não há como fritar a a letalidade não há como enfrentar os problemas vividos por meninos e meninas de rua ou instituição de acolhimento o SUS educativo sem um apoio e conhecimento científico em caso contrário a gente vai estar reproduzido caridade e filantropia e o tempo da caridade da filantropia mesmo que não tenha passado ele institucionalmente não dialoga como sua constituição federal de 1988 e pede que exige que essas questões sejam tratados a partir dos direitos humanos e sejam tratados a partir da política pública a gente não quer caridade não quer Sofia a gente quer política pública sistematizado e para isso é muito importante e se e garante direitos esse ali com os bons centros de referência seja Universitário ou não centro de pesquisa mas que seja de excelência e compromisso ético com a questão de enfrentamento às violências não é que a gente é efetivamente saiba Quais são as diferentes violências vividas pros meninos e meninas que estão nos quilombos meninos e meninas que estamos vivendo em comunidades indígenas me diz meses Periferia meninas e meninos que estão e centros urbanos Ou seja é fundamental inclusive perceber que essas violências são vividas de formas também diferente é que provocou nada com a resolução 181 busque vive é valores essa diferença não existe inclusive um projeto muito bonito é chamado diálogo e buscou inclusive discutir a questão dos fluxos O que é multi é interculturais fluxos de porém porque enfrentar violência no comunidade quilombola é diferente de enfrentar violência por exemplo no a zona urbana na cidade como a minha e Recife Então essa é uma questão muito importante que não há como fazer sem o apoio do conhecimento científico Ou seja a gente precisa parar de produzir ideias nós que fazemos parte sistema espera aquele direito se que até plano que a ciência não é importante vamos agir com o coração Ok se foi isso não dá certo a segunda questão eu considero também muito importante é a questão da formação Inicial e continuada de todos que fazem parte da rede de proteção desde é profissionais que atuam no campo da escola da Educação estou passando pelos profissionais da Assistência Social da segurança pública da do sistema de Justiça entendendo promotoria tribunal de justiça e defensoria e os conselhos tutelares direitos as pessoas falam muito e conselheiros tutelares devem ter formação de uma de 13 anos condenado uma política permanente de formação do Estado eu penso que é toda a rede de toda rede

de proteção todo sistema de garantia de direitos precisa de informação inclusive para não repetir por exemplo que é vamos lá para o exemplo dos que a gente escuta muito de direitos humanos é para proteger bandidos ou que eu vou defender a redução da maioria penal uma pessoa e apps sistema de garantir direito e diz que vai apoiar a redução da maioria e essa pessoa é ou ela apoio Por uma questão de ignorância E para isso é importante de Formação Inicial e continuada ou essa pessoa está com outra intenção que não é defender o direito dos Adolescentes aí vem o que eu chamo de melhorista e adotou centrismo então não há como construir uma educação em Direitos Humanos de uma educação para a formação senta faltando uma política séria de Formação Inicial continuada e eu quero dizer que as escolas precisam ter partido porque precisam ter batido o que o nosso partido é os Direitos da Criança e Adolescente não há como pensar a propostas pedagógicas sem o que a gente pode chamar de perspectiva filosófica uma tendência pedagógica que é ideologia É na verdade perspectiva eu vou ter uma perspectiva mais o técnico é técnica é tecnicista ou uma pedagogia mais Libertadora de transformação da realidade eu vou ser mais positivista ou você mais libertária essas questões são muito importantes porque são essas questões e vai nos dizer assim é necessário discutir gênero sim é necessário fazer com que a gente entenda que o problema da menina que foi é violentada não está nela que usou saia ou mini saia mais do machismo que habita no homem que entende que aquela menina é objeto do desejo sexual dela eu não há como discutir enfrentamento à violência sem discutir a política de Formação permanente para rede de proteção pessoal questão que eu queria trazer com muita é tranquilidade pra vocês e uma outra questão Eu não sei como é que está meu tempo gente eu sou uma pessoa que fala muito seja deram para PC Eu sou professor Historiador de formação e pesquisa do impresso a minha tripla identidade de sóis falar bastante tranquila para festa pode seguir posso seguir você fica à vontade ta muito bom Está tranquilo então Vamos eu estou do Meio para o final para depois a gente escutar também você quer Bel já colocar aqui uma pergunta aí assim que eu terminar minha infecção a gente pode ir para essa interação pode ser dele pode ser doado está tranquilo então uma terceira questão que eu conheço que eu considero muito muito relevante aqui não há como é discutir esses enfrentamentos sem está trazendo para o debate de uma maneira ética e coerente a escuta das crianças dos Adolescentes é ter uma experiência aqui em Recife que se chama escolinha de conselhos pênis que eles que o lema deles e delas é nada sobre nós sem nós não é nada para nós sem nós e é muito importante que eles e elas estejam assim infelizmente a tempos respeitando todo uma lógica de desenvolvimento peculiar o que essas violências elas precisam ser narrados por quem sofre E precisa ser percebidas a partir do que a gente chama de Ética do Cuidado da importância inclusive da lei do sistema de garantia de direitos e olha para o para essas questões a partir a perspectiva do que a gente chama de escuta especializada então a gente não pode deixar nunca de ter como referência eu estou até com ela aqui na minha na minha mão A Lei do sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente que eu considero uma das leis mais interessantes que impactaram nesses 30 anos é do Estatuto da Criança e Adolescente era de 2017 e também chamada da lei da escuta é 13431 de quatro de abril de 2017 acho que essa Eu penso que ela deve ser uma lei é todo município Todo o estado precisa levar com muita é muita segurança Ok inclusive Ela traz aqui uma concepção de criança Oi gente que vive a a violência uma bandeira baseado nos direitos humanos não é bom maneira que a gente não vê que a gente percebe Toda uma preocupação ética no que a gente chama de escuta especializada e depoimento especial e ela chama toda a sociedade para construção de comitês locais para discutir esses enfrentamentos para apontar avaliação pelas políticas que pensar inclusive também as políticas de enfrentamento. Então eu penso que é nesse nosso eixo S nosso gente não pode deixar de fazer missão e a essa lei que também chamada lei da escuta prefiro chamar de sistema de garantia de direitos é e também quiser uma coisa pelo amor de Deus Conselho Tutelar é o que a gente tem um amigo aqui passou Silvino e é um grande professor que ideia Pernambuco ele e ele fala assim por favor Conselho Tutelar não faz escuta especializada acho que só que estão a gente pode debater mais é vamos deixar a escuta especializada para quem é realmente da sua especialização Então eu penso que esse microcosmo no município ele não pode deixar de ser colocado aqui nesse macro Cosmos é um jogo Conferência Nacional para que a gente possa Inclusive desconstruir essa ideia não é de que

essa política ela está distante da gente muito pelo contrário ela está muito próxima de cada um de nós E aí e fazer parte de tudo isso faz a partir também de uma de uma olhar atento e demovido aberto à opinião as considerações das crianças e adolescentes E aí que habita o nosso a nossa tentativa de ficam de Dizer para vocês de questionar esse melhorista que está entre nós essas crianças e adolescentes eles não podem mais fazer parte da conferências como como um aqueles que estão contra cumprir uma exigência do comando nos conselhos estaduais elas são potes esse precisam efetivamente ser escutados eu acho que essa é uma uma boa estão também para debate e é a partir dessas 3 questões que eu considero assim muito importante para que a gente possa entender essas violências a partir da perspectiva estrutural estruturante Eu queria curso É concluir a minha fala que esse primeiro momento de fala explanação trazendo que eu acho fundamental a gente precisa construir uma rede antiviência uma rede antirracista no sistema de garantia de direito a antes machista antifascista Eu não entendi sistema de garantia de direito que diz que defende o estatuto e que também defende a redução da maioria penal é eu não posso entender depois de 30 anos do estatuto é um sistema que nega a condição net que mulher é sujeito de a menina mulher ela também precisa ser ouvida na sua condição e que ela é vítima E ao mesmo tempo lutadora dessa sociedade machista eu não posso negar Essa é os meninos e meninas que pertence a ao segmento LGBT não posso ligar essa é uma discussão que depois de 30 anos do Estatuto da Criança e Adolescente ela não pode ser negada ela está aí ela não pode ser questionada é necessário que ela seja problematizada é necessário que ela seja tratada com muito respeito afinal de contas nos nossos meninos e meninas Eles é que mais sofrem a questão do bullying deriva de muitas vezes disso a questão do suicídio na infância deriva a questão da idade da depressão da automutilação e os meninos e meninas deriva de tudo isso dessas violências colocadas a escancaradas e que muitas vezes no dia de hoje elas são colocadas e trabalhadas a partir de uma lógica fundamentalista em tradicional e conservadora isso aí aumenta violência isso aí acho que a violência seja perpetuada então o conservadorismo o fundamentalismo E essas correntes que não é Coloco os meninos e meninas que vivenciam essas diferentes experiências no lugar de que eles precisam se adequar onde fosse de água e só aumenta viu não há e as ideal não há e essa problema não adolescente ideal não a adolescente problema a diferentes crianças a diferentes adolescência e a gente precisa respeitar a pluralidade dessa socio diversidade então não há a infância as diferenças de fãs e lutar pelo enfrentamento e prevenção das violências é lutar pelas diferentes instâncias Miguel eu comecei minha fala dedicando a minha fala a Miguel e vou terminar dedicando a minha fala melhor Miguel vive na luta diária da sua mãe me disse em defesa de que outros lugares não Souza o e Miguel sofreu a mão que apertou o elevador para Miguel subir era aquela mão que muitas vezes segurou os potes segura Shibata e que ainda hoje está presente nessa relação entre patrão e empregado entre professor e estudante entre a gente socioeducativa e adolescente que cumpre medida ex-conselheiros e adolescentes Ou seja é uma mão adultocêntrica e menores eu acho que é importante a gente começar a questionar e negar adultocentrismo e esse menorismo que aqui ainda habita entre nós e aqui ainda habita entre nós muito agradecido, era isso

Eduardo Nepomuceno - Está bom, eu gostaria então de agradecer a Brilhante fala do Dr Humberto a gente que trabalha com enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes tanto tempo e no Conanda termos parceiros que trabalham com tantas temáticas e várias temáticas relacionadas a criança adolescente é faz com que a gente esteja nesses momentos de compartilhamento de conhecimento faz com que a gente fique um momento de reflexão na gente liga e para aquele momento a gente dá uma respirada a gente pensa naquilo que a gente Ouviu e alguns pontos que o Doutor Humberto falou só muito importante realmente como entender a sexta explodir isso aqui historicidade da violência entender que essa violência ela está relacionada sim com a cor um sexo para educação sexual com a classe com grupos vulneráveis e entender dessa desse dessa situação tão importante que é a a formação Permanente no exibido mede o autoconhecimento para que a gente possa aumentar algo um pouco melhor do que o que a gente tem hoje que a educação nas

escolas venha com o intuito também de trazer conhecimento sobre a temática para que a gente conhece a Identifique e combata essa violência institucionalizada hoje no Brasil

Eduardo - está bom não tem como a gente vamos se sentir não se emocionar com a fala do Doutor Humberto mais do que a gente vai tomar os pontos que foram aqui discutidos eu quero deixar aqui claro que que ele traz para a gente a humanidade tem gerente ao ser humano e aqui que a gente espera e todos nós temos a gente começa e com a humanidade e a gente entendendo a humanidade a gente começa tendo esse sentimento de humanidade a gente começa a enxergar o próximo enxergar o outro como alguém exatamente como nós a gente conseguindo diminuir essa essa esse essa questão

Desse preconceito e está presente na sociedade arregado já tomou como condição de a causa por causas históricas o dia que a gente conseguir na entender e sentia-se humanismo que o Doutor Humberto passa para gente metade do caminho já vai estar resolvido então eu agradeço assim eles tentam privilegiado por ter participado hoje para ter ouvido o senhor do trompete Muito obrigado então passo a palavra agora alterações finais da conselheira

Iolete - Eu também quero fazer um agradecimento muito carinhoso muito especial ao Professor Humberto por ter participado dessa tarde conosco pela sua disposição e sobretudo pela sua coragem

Eu gostaria de citar aqui Dom Helder Câmara quando ele diz a violência precisa ser superada E para isso impõe-se a coragem de à frente e a Fonte de todas as violências pondo fim às injustiças sociais então dizer que é muito bom ter o senhor nessa luta na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Ainda estamos no caminho dessa Proteção Integral mas enquanto militantes da defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente seguimos firmes nessa luta, nessa luta intransigente na defesa dos Direitos Humanos de crianças e de adolescentes, diante dos ataques diante dos Desafios mas estamos juntos e juntas erguidos no enfrentamento necessário a realização dessa 11ª conferência é uma pequena parte do resultado dessa luta que tem sido construída a muitas mãos pelo sistema de garantia de direitos especialmente pelos conselheiros e conselheiros e Delegados que hoje aqui participam então um agradecimento especial ao Professor Humberto e a todos e a todas que participaram desse momento, passo agora fala para o Mestre de Cerimônia e logo mais a gente vai ter um pequeno intervalo e inicia-se a discussão do eixo três.

Mestre de Cerimônia - Muito Obrigado, agradecemos a todos e todos e neste momento essa mesa virtual se desfaz.

É o Relatório.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Brasília, 01 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/01/2021, às 11:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1530812** e o código CRC **1591D627**.

Referência: Processo nº 00135.224485/2020-51

SEI nº 1530812



1562856



00135.224485/2020-51



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RELATORIA DA XI CNDCA - DEBATE DOS EIXOS**

Assunto: Relatoria Terceiro dia: Sexta Feira, dia 28/11, às 14h00min

Mestre de Cerimônia - Muito bom dia, boa tarde, vamos dar início ao terceiro dia da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNDCA. É com muita felicidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acolhe e abraça virtualmente cada de vocês, delegadas e delegados e demais participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A primeira conferência totalmente virtual é feita com muito esforço, muito esmero de todos aqueles que se envolveram, se dedicaram e que hoje abre as portas virtuais desse evento para todos vocês.

Em razão disso que a presidente do CONANDA, senhora Iolete Ribeiro, e a vice-presidente, senhora Petrúcia Andrade, agradecem aos seguintes parceiros que ajudaram a construir esta empreitada aos adolescentes do comitê de participação de adolescente do CONANDA; a rede das organizações da sociedade civil e os integrantes do governo que compõem o CONANDA; a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na pessoa do secretário nacional, senhor Maurício José da Silva Cunha; ao Ministério da Mulher, da Família, dos Direitos Humanos na pessoa da ministra da Damara Regina Alves; a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais de Foz do Iguaçu, Brasil, na pessoa de sua diretora Salete Valesan Alpino, neste dia representada na pessoa de Rayssa Teixeira Freitas, gerente do projeto do projeto Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento; a equipe da secretaria executiva do CONANDA, na pessoa de seu secretário executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro; ao Instituto Alana São Paulo na pessoa de Tais Dantas, (um mini) Silvana Rodrigues; a Escola Artes Pantanal, Rio de Janeiro na pessoa de Henrique Castro; artista Luiza Martins; aos seus pais Alexandre Fabiana Martins; a comissão organizadora da 11ª CNDCA entende que as palestras que nortearão as discussões desta conferência tem um caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões deste evento estão abertas ao público em geral pelo canal do CONANDA, no YouTube e pelo facebook.com/Conanda, e no ambiente virtual da 11ª CNDCA, restrito aos Delegados e as delegadas no endereço eletrônico CNDCA. Também está disponível no canal do YouTube do CONANDA a transmissão com ferramentas de auto de inscrição cujo link está copiado aqui na descrição desse vídeo.

Nós temos alguns recados também que as perguntas aos palestrantes feitas pelos participantes delegadas e delegados convidados e observadores credenciados através do ambiente virtual da 11ª CNDCA. Delegados e Delegadas da 11ª CNDCA que quiserem apresentar moções devem encaminhar para o e-mail conanda@mdh.gov.br seguindo as orientações do regimento interno.

É fundamental nesse processo que crianças e adolescentes, pessoas com deficiência tenham sempre

ao seu lado os seus tutores acompanhantes para eles auxiliarem no que for preciso durante todo o período conferencial.

Na programação da 11ª CNDCA, nos dias 26 e 27 de novembro, tivemos a abertura da Conferência com pronunciamento de autoridades e especialistas da área da criança e do adolescente, saudação da ministra Damarens Regina Alves e palestras dos eixos um, dois e três. Hoje, seguimos com as seguintes mesas de exposição ... a partir deste momento a exposição sobre o eixo quatro “Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes”. Às 16 horas, eixo cinco “Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes de Hoje”. À partir das dezoito horas, até às dezoito horas do dia trinta de novembro, primeiro momento do Fórum de Propostas no qual os delegados e delegadas da conferência podem apresentar emendas as propostas sistematizadas, Dias quatro e cinco de dezembro segundo momento do Fórum de propostas no qual os delegados e delegadas da conferência farão a votação de propostas do seu eixo de participação. O segundo momento está aberto entre as nove horas do dia quatro de dezembro e 18 horas do dia cinco de dezembro. Dias oito e nove de dezembro, terceiro momento do Fórum de propostas no qual os delegados e delegadas da 11ª CNDCA irão priorizar até cinco propostas de cada eixo, serão lidas na plenária final que nortearão as políticas públicas programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e dos adolescentes nos governos nacional, estaduais e municipais. O terceiro momento estará aberto entre as 9 horas do dia oito de dezembro 18 horas do dia nove de dezembro. Dia dez de dezembro às 9h atividade de encerramento da 11ª CNDCA, a plenária final, com a leitura das propostas priorizadas em cada eixo, a leitura de emendas, leitura de ementas das moções aprovadas para os adolescentes do Comitê de Participação dos Adolescentes, CPA CONANDA, pronunciamento de autoridades, atividade cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos...lembrando que as moções poderão ser submetidas para votação até o dia oito de dezembro de 2020 acordo com as orientações disponíveis na seção de moções.

Para acompanhar toda a programação é de se considerar o horário de Brasília. Com o tema central “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”, o objetivo da 11ª CNDCA é mobilizar os integrantes do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências e, considerando a diversidade.

Desde o dia vinte e seis de dezembro de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discussões nos fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da 11ª CNDCA cujo processo iniciou em 2018 com a resolução nº 202 de 21 de novembro de 2017, e o decreto nº 10505 de dois de outubro de dois mil e vinte que chamou a conferência e depois foram realizadas as etapas municipais e estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a etapa nacional através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para ser realizada de forma virtual.

Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente em Brasília, mas fica aqui o desejo que na 12ª conferência possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a muitas conversas, discussões, podemos nos abraçar e muito.

Agora para coordenar os trabalhos neste momento convidamos a todos para ouvir o convite de vídeo do Alexandro Rian Lima da Costa, adolescente do CE representante escolhido pela plataforma virtual para o CPA CONANDA que gravou um recado para nós.

Vamos ao recado:

“Em qual o momento exato começamos a decidir a nossa vida quem testou os nossos pais para saber se seriam capazes de escolher o melhor para gente; quando eles escolhem os colégios será que eles tem a consciência de que esse lugar vai marcar nossa história para sempre?

Oi gente eu me chamo Alex Ryan, eu tenho 16 anos e eu moro no Ceará. Adolescente é uma fase

difícil que já não é mais criança, mas também não é adulto. Qual é o nosso lugar? somos vivos, intensos, valentes, queremos gritar quem somos. Mas infelizmente a indiferença das pessoas é só o que elas conhecem nós somos invisíveis para muita gente e eu acredito muito que hoje em dia nossa voz já é ouvida. Temos uma ferramenta muito poderosa nas mãos que a internet. Será que estamos influenciando direito? fica o questionamento.”

Recado dado agora para coordenar os trabalhos desse eixo de discussão convidamos o Senhor Antônio Lacerda, conselheiro do CONANDA, representante da sociedade civil e para secretariá-lo, convidamos a senhora Petrucia Andrade vice-presidente do CONANDA, representante do governo federal. Convido também Flávio Henrique Silva Santos representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas no comitê de participação de adolescente CPA CONANDA; Ana Rita Silva Magalhães ,adolescente do Pará, representante escolhida pela plataforma virtual para o CPA CONANDA.

Eu passo a palavra agora o Senhor Antônio Lacerda coordenador da comissão organizadora da 11ªCNDCA e conselheiro do CONANDA. Desejo a todos um ótimo trabalho.

ANTONIO LACERDA: Oi boa tarde a todos os conselheiros, dos conselhos municipais ou estaduais do Conselho Nacional do CONANDA. Boa tarde a todos os delegados e delegadas da 11ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, e digo ...pra mim é uma honra muito grande coordenar esta mesa junto com a Petrucia, secretária nacional aí né da Secretaria de Direito da Criança e do Adolescente, vice-presidente do CONANDA porque é uma mesa que vai tratar do tema “Participação, Comunicação Social e Protagonismo” né, protagonismo de criança e adolescente. A conferência não poderia deixar de ter esse eixo né, que trata da participação da comunicação e do protagonismo de criança adolescente. Então muito importante por isso que nós temos aqui com a presença também de dois adolescentes, uma adolescente uma adolescente nessa mesa conosco, não poderia ser diferente. Aliás todas as mesas o CPA importante conquista dos adolescentes sempre falaram para nós ser nós e tem a ver com esse eixo a questão do protagonismo e participação. Eu gosto de uma frase que diz que participar é teve o que dizer e ser levado em conta. Importante ouvi-los e ouvi-las mas é muito importante levar em conta o que os adolescentes e as adolescentes de todo país estão nos dizendo através do CPA, uma importante conquista desses sujeitos né que foi criar uma instância consultiva do CONANDA que é o comitê de participação de adolescentes de todo o país.

Então é um prazer muito grande estar aqui nessa mesa, coordenando né esses trabalhos e eu queria já convidar as nossas palestrantes Ana Cláudia Arruda Leite e a Júlia Rebeca Noronha que é do CPA né que vai fazer aqui, apresentar aqui as suas falas desse nesse momento né para que a gente possa é extrair das falas dele, beber né dessa fonte que eles vão trazer para enriquecer, todas as propostas que vieram lá das conferências municipais, que vieram das conferências estaduais no sentido de cada vez mais a gente possa tornar real, tornar realidade a participação, o protagonismo de crianças e adolescentes como sujeitos de direito das políticas públicas da criança e do adolescente no país.

Então eu queria passar a palavra para a Rebeca, ela que vai começar né que o eixo quatro “Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes”. Nesse eixo temático a gente espera encontrar as ações necessárias para garantir as crianças e adolescentes possam participar das discussões e deliberações das políticas públicas nas esferas municipais e estaduais e nacional.

Esse debate abrange questões sobre o direito à participação, envolve o tema como liberdade de expressão, utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, além da garantia de participação nos espaços né. Então, muito importante como eu falava aqui nesse minuto a importância desse eixo na 11ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente . Bom, então a gente vai ter vídeo agora se eu não me engano pelo menos que está aqui fazer um comentário é por um vídeo sobre Maria Clara de Sousa e de doze anos que participa do projeto Associação Santo Dias e parceira da visão mundial. Então eu queria pedir para gente passar o vídeo aí da Maria Clara antes da gente

abrir aqui a fala para os nossos palestrantes.

VIDEO: Olá eu sou Maria Clara, tenho 12 anos fui convidada a participar do projeto da criança e do adolescente. Hoje vou falar sobre o assunto que eu acho que é muito importante as pessoas preservarem o que está acontecendo na realidade no Brasil. Eu acho que as crianças deveriam ter mais direitos. O Brasil ele está mais desrespeitando mais a criança e não está valorizando os direitos que nós crianças devemos ter hoje em dia, Bom a realidade esse assunto está sendo desrespeitada. Eu quero e desejo que esse tipo de acontecimento melhore, porque eu estou vendo muitas coisas desrespeitadas. E eu quero dizer também que nós devemos; nós não, os adultos deviam preservar o que nós temos de direito hoje em dia e eu queria dizer também que o Brasil melhore e valorize mais o que nós devemos ter direito. Eu queria dizer também que nós como crianças estamos sendo violados e também (inaudível).....estamos sendo desrespeitados, e eu quero que esse tipo de acontecimento parte e eu quero que os adultos lutem pra nós ter esse direito. Esse projeto ajuda as crianças entenderem que nós também podemos ter direitos e eu fui convidada a participar desse encontro e eu quero que o Brasil melhore e que fortaleça também, para que esse tipo de acontecimento não se repita e que nós devemos crianças ter direitos como idosos também tem. E muito obrigado e tchau.

ANTONIO LACERDA: Bom, então tivemos aí a fala da Maria Clara que trouxe uma importante reflexão aí para nós né sobre é a importância desse eixo que é a participação e do protagonismo de criança e do adolescente né. Então nesse momento eu queria passar a palavra para Julia Rebeca que faz parte do CPA representando o Conselho Estadual de criança adolescente CONANDA do Maranhão, ela é do Maranhão, a Rebeca do Maranhão E representa o estado do Maranhão através do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente do Estado do Maranhão que nesse momento vai fazer a sua fala sobre o eixo 4 que trata da participação, do protagonismo né, da criança e do adolescente como importante eixo a ser trabalhado nessa décima primeira conferência. Rebeca por favor a palavra está com você.

PETRUCIA: a conexão de Rebeca caiu então a gente pode dar seguimento né na no próximo palestrante e assim que ela retomar a gente exibe a fala dela.

ANTONIO LACERDAEntão eu queria pedir para apresentar e a nossa segunda palestrante, Petrucia, que e está aqui que é a Secretaria Nacional de Direitos da Criança; agora nessa mesa comigo queria pedir para você anunciar aí a nossa outra para palestrante dessa mesa por favor Petrucia.

PETRUCIA: Então né, na sequência né, nós vamos apresentar a nossa palestrante Ana Cláudia Arruda Leite, mestre em Ciências Sociais e educação pelo programa de estudos e pós-graduação e pós-graduados em educação, história política, sociedade pela PUC São Paulo. É graduada em pedagogia pela mesma universidade e participou de programas de liderança executiva em desenvolvimento da primeira infância pela Universidade de Harvard, também curso pela FLACSO e pela (inaudível) da Unesco em Montevideu Uruguai e desde 2000 trabalha na área da educação, infância e no desenvolvimento comunitário.

ANA CLÁUDIAPrimeiro Boa Tarde a todos e a todas, uma honra estar nessa conferência integrando uma programação tão significativa em prol das crianças e adolescentes, agradecer o convite na figura da Maria Isabel da FLACSO e bom espero poder contribuir com essa discussão e que a Julia Rebeca possa também participar com a gente nessa hora que a conexão dela volte para a gente poder ter a contribuição e a voz também de um adolescente nesse tema tão importante.

Eu trabalho no Instituto Alana né já faz sete anos e eu quero trazer aqui um pouco também de uma experiência que eu desenvolvi nos últimos anos de escuta de crianças e adolescentes pelo Brasil né com o apoio do Prioridade Absoluta e da Fundação Bernardo.

É um pouco a partir dessa experiência e de outras de escuta que eu queria trazer uma contribuição nesse tema tão caro que acho que para todos que trabalham com direitos da criança e do adolescente tem sido cada vez mais aí reconhecido essa importância de escutar né, de garantir a participação e

protagonismo deles nesse processo.

Então é a que cada vez mais né tanto no Brasil como no mundo a gente tem esse reconhecimento né da criança e do adolescente como sujeito de direito e produtor de cultura né, é uma linguagem própria com modo próprio de se expressar e que tem mudanças né da primeira infância quando a gente pensa ou um adolescente tem também particularidades né do que a gente pode chamar de infância que vai zero a 12 e depois da adolescência e se a gente pensar na ONU que vai criança até 18 anos então a gente tem aí uma gama bem diversa do que significa aí a produção cultural desses sujeitos né . E a gente percebe cada vez mais uma valorização dessas iniciativas né de escuta , de participação infanto-juvenil . Acho que o próprio CONANDA e essa conferência é um grande exemplo né de como é possível engajá-los nos processos que lhes dizem respeito né

É isso que eu acho que essa valorização e ela tem uma relevância grande no combate de uma sociedade que a gente vive que ela é muito marcada pela desigualdade , desigualdades de gênero e desigualdade etária né que vive uma desigualdade que é também de como o adulto ainda ele é o epicentro de uma sociedade no sentido ideológico do seu modo de perceber. Muitas vezes ele é hegemônico mesmo quando se considera a criança nesse processo de participação .Então embora a gente tenha bastante avanço significativo nessa área da infância e adolescência, o artigo 227 da Constituição Federal ele coloca a criança adolescente como prioridade absoluta, a gente ainda tem esse desafio grande como sociedade e não só no Brasil, de como a gente consegue aos poucos superar essa hegemonia, superar uma lógica que predomina o pensamento linear, o pensamento racional pragmático, baseado em resultado linear, projetividade, uma mensuração do tempo que é toda cronometrada e não necessariamente é a lógica da criança e do adolescente... e muito menos a lógica da primeira infância se a gente for pensar nas crianças de 0 a sete. Então esse é um grande desafio de como a gente inclui , mas inclui de fato essas outras perspectivas e não somente inclui no sentido de garantir o direito à participação né, então muitas vezes mesmo nos espaços né de valorização dos direitos das crianças e adolescentes, as vezes a gente comete alguns equívocos nesse sentido da escuta e da inclusão dessas perspectivas né dessas outras formas de sentir de perceber e de adentrar o mundo. Isso é uma coisa que pode ser de certa forma não superada mas pelo menos eu acho que é um dos...não quero por superar eu tinha um cara dessa pretensão de trazer uma resposta mas acho que uns caminhos é a valorização das diversas linguagens né de expressão, e o reconhecimento de que há diferentes modos de interagir e sair dessa forma que é uma lógica adulta para pensar modo de expressão, de produção, de interação... a construção do ambiente de participação e mesmo as expectativas que às vezes a gente pensa e constrói de forma que é antagônico a essa fase peculiar da vida né que é a infância e adolescência.

Então é a gente tem que também pensar de como que muitas vezes se a gente não recorre ao modo próprio que expressão que são dos adolescentes e da criança, e as peculiaridades , se eu estou fazendo algo voltado para os adolescentes é diferente de voltado para uma criança pequenininha né. Mas como que eu consigo aprofundar nesse escuta aí, nessa inclusão né do protagonismo, de modo a superar uma camada superficial da escuta né que diz que nos traria apenas conteúdos ligados ao que ele escuta nas mídias, ou ele absorve do mundo através das instituições que ele participa como a escola, a igreja enfim em todas as espaços de participação e consegue entrar numa camada mais funda que é realmente conseguir adentrar esse modo próprio de perceber as coisas né, de sentir, sem ter esse crivo do adulto como sendo digamos o que julga o que é correto ou que não é correto, seja no modo de se vestir, no modo de se expressar, no modo de gesticular e etc.

Muitas vezes a gente caindo inclui, mas quer que adolescente se enquadre no modelo digamos de ser do adulto né .E então isso é uma questão assim. Acho que bem a ser cuidada esse aprofundada mesmo nos espaços que a gente tem hoje de valorização das participações né infantil e de adolescentes. E também uma coisa que é importante pensar, a gente incluir a escuta e a participação, ela é muito centrada numa lógica de pergunta e resposta objetiva, então eu falo não mas eu garantia a criança direito a participação mas eu faço isso com uma lógica de perguntas e respostas tão

pragmáticas e objetivas que não é , digamos, não é própria do modo de ser da criança, da forma que ela se expressa, a criança tem um pensamento muito mais simbólico, muito mais sincrético onde pegamos os opostos, o bem e o mal, o bonito e feio, o que é violência e paz não estão necessariamente como polaridades de um jeito maniqueísta, o padrão sincrético ele junta as vezes a polaridade. Ele trabalha de uma forma que integra as contradições, ele trabalha às vezes subvertendo o que seria para nós o correto ou errado, então se o a gente trabalha com uma lógica totalmente linear adulta com perguntas e respostas objetivas nem sempre a gente alcança a potência do dizer da criança, a potência do dizer do adolescente porque o adolescente muitas vezes ele parte de um lugar de sonho, parte de um lugar de romper com a digamos o que e está posto no espaço escuro né , o que e está posto na sua família, na escola, na sociedade e se a gente como adulto não abre uma possibilidade de ele se expressar nesse lugar né , de se expressar não apenas com a palavra mas com seu gesto, com seus sentimentos, com seus sonhos, a gente perde a chance né de realmente ter uma participação e ter uma inclusão dessas outras perspectivas de vida né, essas outras perspectivas de estar no mundo que ela é muito determinante né tanto os marcadores sociais, econômicos, culturais são determinantes raciais como também etários está muito diferente o lugar de viver de uma criança de três anos de um adulto 80, de 50, de 30 anos de um adolescente de 14 e isso a gente precisa ver, precisa valorizar e criar modos de aproveitar o máximo a potência de cada fase da vida o que elas têm a nos dizer. E aí nesse sentido eu gostaria de falar um pouco sobre escuta que eu acho que é um tema que a gente precisa ainda aprofundar . A escuta né diferente de ouvir que vem do latim de audire né que a ideia de por exemplo eu ouço o som da rua ,vocês estão me ouvindo tem a ver com áudio, auditoria, audiência, ouço um barulho né que pode acontecer em qualquer lugar, ele tem a ver com a captação sonora do som por exemplo uma pessoa surda no olho que ela tem uma deficiência no sentido da audição. A escuta não é ouvir simplesmente, a escuta vem do latim de auscultare que implica em ouvir, ou seja, captar som mas eu atribuir sentido né. Ela implica a camada que não é somente de você , é nesse sentido que eu estou fazendo um paralelo de você incluir, mas você não ouve de fato o adolescente. Ouvir implicaria a gente ter um posicionamento de querer escutar, de além de capturar o som, atribuir um significado, uma atenção, um cuidado né. Com isso que a gente está ouvindo e nesse sentido ela exige essa escolha de querermos de fato é adentrar esse outro que é uma criança e adolescente, reconhecer que há uma alteridade ali, é um outro e ele não é a projeção da dupla né. Não dá para você querer escutar um adolescente e que lhe corresponda às suas expectativas aos seus padrões de pensar e ao que você acha que é importante de ser defendido votar de etc... Ele tem um modo próprio de sentir e perceber que precisa ser adentrado e isso que eu acho que a grande beleza é desse direito a participação ser garantido a todos, as crianças e adolescentes, é de a gente na nossa sociedade poder considerar essas outras percepções, esses outros modos de ser e reconhecê-los como sujeitos de direito. Você reconhecer que independente da condição física, mental, etária, racial todos somos iguais no sentido de ter uma forma de se expressar. As vezes não é a palavra né não só, porque há pessoas que são é com uma deficiência e não conseguem dizer por exemplo através da palavra mas porque foi para criança o melhor jeito de ouvi-la não é através da palavra; a criança expressa muito mais a partir dos desenhos de uma forma simbólica do corpo, do brincar do que da palavra. As vezes um adolescente se expressa muito mais gravando um vídeo como a gente assistiu hoje né os dois vídeos bonitos, que tem força, do que às vezes dando uma palestra. As vezes um outro adolescente se ele consegue se expressar fazendo o teatro ou é enfim gravando algo do que é o outro que faz a partir de um desenho, de uma história em quadrinhos então cada um tem um modo que se sente mais confortável para se expressar . Mas a particularidade da fase da vida principalmente a infância, a palavra não é o melhor modo de a gente escutar, não é o melhor modo de perceber a potência daquela fase da vida porque ela está no lugar ainda muito mais ligado ao pensamento simbólico e a expressão a partir do gestos e do desenho né, e das enfim possibilidades de expressão nas várias linguagens, na vida, de esculturas de tantas outras coisas que a gente pode ouvir histórias e etc que a criança é capaz de trazer . Por isso assim acho bonito uma coisa que Alberto Caeiro diz que “não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito, é preciso também que haja silêncio dentro da alma”... e outro ponto fundamental é : qual a imagem né que a gente tem da criança e do

adolescente quando a gente se propõe aí a incluí-los em processos de participação na construção de políticas públicas de programas, muitas vezes as pessoas partem de uma ideia de ausência, da falta...ah a criança não tem isso, o adolescente não tem aquilo, e não da potência e é fundamental a parte da potência para que eu possa acreditar na potência do adolescente, no que ele tem de real contribuição que me faz de fato ter uma disponibilidade para ouvir e de fato conseguir considerar o que aquele sujeito de direito e aquela fase da vida tem a acrescentar no mundo né.

Outra coisa, muitas vezes a gente olha para crianças e fala no futuro “vai né, vai ser um adulto, vai ser um cidadão e não vê que ela já é né, claro que o vir-a-ser é importante quando a gente fala de direitos educação mas o ser é mais importante no sentido que toda a pessoa que nasce já é pessoa. Mesmo bebê ele já é pessoa, já é um sujeito de direito e já é um sujeito que produz, que tem uma particularidade no modo de apropriar o mundo. É muito importante a gente olhar a cada pessoa com singularidade, e não como alguém que no futuro ou depois que fizer isso, vai ser alguém. Todos são e tem direito de ser, inclusive a questão do direito à participação até hoje muitas vezes não é garantida por exemplo, a adolescentes que estão em conflito com a lei né, as vezes a gente garante direito a muitos adolescentes mas quando chega o adolescente que é, que vive e, muitas vezes um adolescente negro e pobre não é garantido a ele o direito a voz o direito à participação então é muito importante que todos tenham direito e que sejam vistos como pessoas, sejam visto como alguém que tem sim algo a trazer né, saindo dessa idealização né, saindo do que a gente gostaria que todos fossem e indo para o lugar do real que é quem é cada um, saindo de uma padronização, indo para a diversidade onde eu percebo né em cada um é a fala, eu percebo as desigualdades que marcam né a história de vida mas igualdade de gênero social, a atenção da deficiência, então eu tenho essa possibilidade de uma escuta e o engajamento né, fortalecendo o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes, mas percebendo também que eles são atravessados assim como nós por essas desigualdades estruturais né.

E para terminar, além dessa questão que eu queria muito né reforçar da importância de uma escuta que vai ao encontro dessas perspectivas né, que vai ao encontro das linguagens de cada fase na vida e ela é parte dessa valorização né, e dessas formas de expressão, algo que é muito importante, que está na convenção dos direitos das crianças no artigo 12 no inciso um que e a palavra consideração né, quando se fala da participação se pressupõe que a gente tenha o dever de considerar né a criança ou adolescente nos processos afins, nos processos que dizem respeito, e esse considerar uma palavra muito interessante da gente pensar que às vezes considerar significa a fazer processos de escuta mas não necessariamente engajá-los em ações por exemploé que sejam, que se desdobra né que fique, que pode muitas vezes criar situações de emulação né é onde ele está ali mas ele não está, podendo ele estar reproduzindo de certa forma é um modo de ser, de pensar que está totalmente definido a partir dessa lógica autocêntrica né. Agora quando a gente considera, a gente pode trazer essas perspectivas né, incluir as perspectivas dessas crianças por exemplo que não podem vir a conferência, as crianças de 0 a 7, é mais difícil às vezes elas estarem em um evento como esse, é complexo como que eu incluo o bebê em uma conferência Mas eu posso incluir sim a perspectiva dos bebês, as perspectivas das crianças pequenas a partir de processos de escuta, onde eu consigo coletar o que elas percebem do mundo, como que elas sentem, o que as coisas afetam a elas, inclusive dramas climáticos, sociais e eu trago isso a uma conferência. Então tem horas que a participação ativa como a jovem que vai falar em seguida de mim, e tem horas que é esse direito sendo garantido a partir da consideração desses sujeitos, onde eu consigo trazer a voz deles, sem necessariamente tê-los que pôr numa situação que não corresponde digamos ao modo de ser e até mesmo de tempo de espaço né de uma criança pequena como, por exemplo, estar no ambiente virtual de uma conferência né, mas ela sim é um espaço que um adolescente, uma criança maior consegue se engajar, ser protagonista e etc.

Mas é importante lembrar que o direito é a todos, até o bebê. Então como que a gente cria mecanismo para trazê-los também nestes espaços né Então eu acho que por fim eu queria trazer é essa questão - além de ser um direito a participação, direito ao protagonismo, a comunicação é algo salutar para a humanidade, ouvir as crianças e os adolescentes porque as grandes mudanças né na

humanidade, elas nascem da Imaginação, elas nascem da imaginação criadora a capacidade né humana de não apenas reproduzir mas transgredir, transformar, criar novos horizontes novas possibilidades e isso é algo muito vivo né , na adolescência, nos poetas, nos loucos, nos artistas, cientistas mas muito muito inerente na infância e na adolescência como uma força , uma potência de vida né E então muito importante além de escutar é se abrir para escutar o que não prevemos, o que não planejamos porque só assim nós teremos chance de aprender com as novas gerações ... quando nos abirmos para realmente ouvir o que elas tem a dizer com todos os nossos sentidos e não apenas com ouvidos, mas sim com todas as possibilidades que não deram de auscultar o mundo e a elas todas as possibilidades que lhe deram para se expressar e trazer ao mundo só contribuição. Então é era um pouquinho isso que eu queria compartilhar a minha gostaria muito também de ouvir a Júlia. Tomara que ela possa estar conosco.

PETRUCIA: Muito obrigada Cláudia pelas suas falas que realmente ela é facilitam né essa compreensão do eixo 4 possibilitando o que os as pessoas que estão nos acompanhando pela internet possam estar fazendo suas perguntas né. Eu acredito que a sua fala foi muito clara nessa questão e quando a gente vai falar do ponto de vista é né da psicologia, pensando na citando Arminda aberastury né na questão da adolescência normal a gente como adulto precisamos entender esse adolescente, precisamos ouvi-lo ,como você falou dessa escuta, essa escuta ser uma escuta flutuante, nós estamos aberto para acolher as diferenças ,para acolher essa voz do adolescente que tem muito a contribuir. Eu tenho cinco netos e como que é rico essa fala. Muitas vezes eu pego algumas perguntas e passo para eles e às vezes eu tenho o entendimento do que eles vão responder, ou acho que eles vão responder e eles me dão um show né então eu fico muito à vontade, muito feliz de estar integrando esse governo, que a gente vem acompanhando a luta para ter uma participação social essa integração do adolescente nos conselhos né, principalmente no CONANDA e agora essa possibilidade.... esse governo ele torna isso possível, a participação de crianças e adolescentes né no CPA CONANDA. Fico muito feliz, são 47 adolescentes, é motivo de comemorar né ...a Regina que a coordenadora da CMF ela fala assim comigo “Petrúcia! o CPA nasceu, a criança nasceu de parto fórceps, mas nasceu”. Foi uma luta mas estamos aqui para as os direitos de adolescentes nessa participação com plataforma l virtual para que eles possam ter essa interação com equipamentos de tablets, é chips e pacote de internet para que eles tenham uma qualidade de participação - não basta só falar participe sem dar as condições adequadas, nós estamos investindo nesse momento para que os adolescentes tenha uma participação qualificada e para nós é motivo de orgulho; para o CONANDA, em especial, é motivo de satisfação ter os adolescentes aqui conosco e juntos nós vamos estar construindo uma política pública porque o CONANDA seria um dos conselhos deliberativos, que não tinha os adolescentes ali né ,sempre representados por um adulto e hoje ele tem vez e tem voz.

Então muito obrigado. Eu vou passar a palavra para o Lacerda e se a adolescente Julia Rebeca que está tendo dificuldade para entrar né, toda hora cai a conexão dela, mas vamos tentar Lacerda é com você

ANTONIO LACERDA: Muito bem muito obrigado aí a nossa palestrante Ana Claudia deu uma excelente contribuição aqui. Petrucia me permita, você me lembrou da nossa conselheira Regina Leal que era para estar nessa mesa Regina Leal que é coordenadora da comissão de participação do CONANDA e vem fazendo um trabalho muito importante aí do CPA e Regina não está aqui porque pegou COVID né mas a gente quer desejar que a nossa conselheira Regina Leal aí recuperação.

Bom, estou vendo que Júlia Rebeca já entrou Rebeca é agora Rebeca você também tem aí o espaço de fazer sua fala né como é que você vê aí a participação comunicação social e protagonismo de criança quando é seres muito e eu acho que esse é um momento importante da sua fala então já aproveito e passo a palavra para a nossa adolescente do CPA que representa o estado do Maranhão. Foi indicada pelo Conselho Estadual do Maranhão para representar nesse importante comitê, a participação de adolescentes, que é um comitê nacional que tem um papel muito importante né, de subsidiar o CONANDA né na implementação, na concepção e na implementação de políticas públicas para criança

e adolescentes. Rebecca a palavra está com você.

REBECA (sinal ruim de internet)

Oi gente, boa tarde , prazer fazer gigantesco estar com vocês, fazer parte desse momento e eu também gosto de me apresentar , eu sou Rebeca eu tenho 17 anos eu sou ativista pelos direitos de crianças e adolescentes em especial dos direitos das meninas e hoje me encontro como representante das crianças e adolescentes daqui do Maranhão...eu estou com três participações de adolescentes né E já entrando falando sobre o eixo não é este o fato que fala sobre a participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes, eu venho falar um pouco sobre o toda essa trajetória de onde eu vim . Eu fiz parte das conferências livres né então eu fiz parte das conferências municipais, estaduais e agora nacional e em muitas delas eu estava na comissão organizadora...e também como representante de adolescentes de crianças e adolescentes Nesses espaços a gente teve o eixo 4 como nosso , o eixo que representa tudo que a gente quer porque os adolescentes acreditam que dentro de desse eixo esta tudo que a gente consegue é interferir nas outras nos outros eixos como a questão da diversidade, fazer com que todos os adolescentes estejam representados, fazer com que a violência não seja não seja uma realidade, que o trabalho infantil não seja uma realidade Então esse eixo quatro ele tem todos esses passos que eu estive nas conferências e hoje, sempre foi muito querido por isso porque os adolescentes acreditam que é dentro desse espaço dentro do espaço de participação, que a gente falando o que a gente quer ou deseja é que a gente vai conseguir interferir nas outras partes né .Dentro desses momentos né eu encontrei, conheci crianças e adolescentes, que na verdade nunca tem, mas todos eles tinham uma potência gigantesca, de falar sobre coisas, de falar sobre suas realidade, de falar sobre coisas que eu nunca imaginei que eles passam e que cada uma diferente da minha. Um adolescente morando em São Luis é totalmente diferente de um adolescente morando no Maranhão e de ter essa experiência e de saber dessa potência e (inaudível) saber que muitas coisas são tiradas delas quando tem uma potência, que elas tem esse poder de voz muito forte pra mim foi a coisa mais sensacional, assim de perceber da pessoa, aquele clima né de participação de crianças e adolescentes dentro desse quadro. Só que quando a gente estava dentro desses espaços eu percebia que a gente nunca teve (inaudível) a gente passou por todo um processo, a gente batalhou, muita gente lutou para que algum dia nós estivéssemos dentro das conferências, que a gente tivesse dentro dos conselhos , dentro dos comitês, que são de crianças e adolescente.

Aí eu conto um pouco assim brevemente sobre como foi chegar nesse espaço de participação porque não foi do dia para noite que a gente esteve aqui, que a gente pode ocupar esse espaço é um espaço ele está ocupando hoje então lá né depois o na ditadura militar né onde houve essa reabertura da democracia - não sei se seria essa a palavra certa - mas eu entendo muito com isso né esse processo de a gente ter uma democracia no nosso país onde todas as pessoas estavam lutando para que direito fosse garantido , que a gente vai ser liberdade de expressão muitos movimentos cresceram, muitos movimentos foram importantíssimos, é a garantia de direitos e dentre esses os movimentos da criança e da infância e da juventude foram extremamente importantes né, tiveram papel essencial e que depois de um tempo iriam fazer coisas como o ECA por exemplo.

Dentro desses processos né houve a participação de crianças e adolescentes, foi quando iniciou essa participação a nível nacional importante dizer isso ,além de uma nacional né falando sobre o Brasil e um dos movimentos muito importantes que eu acabei olhando aqui pesquisando e tenho muita coisa é sobre foi um movimento de um movimento Nacional de meninos e meninas de rua e teve participação efetiva e nunca foi só de adultos não, têm participação em cima de meninos e meninas, de crianças e adolescentes isso para gente é um salto gigantesco. Pra algumas pessoas pode ser algo quase insignificante, mas para nós adolescentes, para as pessoas que estão dentro dos movimentos voltados para crianças e adolescentes a gente tem uma importância gigantesca, uma importância que não é quase nem mensurável.

A gente se sente muito feliz que essas coisas tenham acontecido (inaudível) que ele esteja aqui hoje e outros movimentos dos órgãos como de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, os

conselhos e até chegar em 1990 com a criação do ECA né, a gente teve a efetivação do ECA e é de extrema importância.

A gente tem um carinho muito grande por esse momento né que marcou coisas que as crianças e adolescentes não tinham né. Entre eles, a prioridade absoluta à garantia de direitos e que a gente tem fato, que a gente é sujeito de direitos bom então a gente tem que ter participação efetiva dentro das políticas. Então foi marco muito grande que a gente até hoje muitas coisas que a gente conquistou por isso muito baseado no ECA e por isso ele tem importância gigantesca desde 1990 né e até hoje tem importância gigantesca em relação a garantia dos nossos direitos que a gente tem nas políticas públicas as os direitos básicos essa palavra que eu queria dizer os direitos básicos né de educação, saúde e etc. É uma coisa muito importante que fala dentro do ECA que eu acho importante citar é que ele considera a gente cidadãos em construção, em formação né e eu considero muito que a gente seja esse cidadão em construção e as pessoas que estão dentro dos espaços tem que entender as nossas especificidades, entender que nos espaços que são nossos né, nossa diferença, que esses nossos espaços ocupados por adultos, que quando a gente vai saber que a gente não vai falar com o a gramática perfeita, a gente não vai falar do jeitinho que os adultos que estão lá falam , a gente vai falar do nosso jeito, a gente vai falar lá com as nossas gírias, a gente vai falar com o nosso sotaque , e que isso tem que ser respeitado né sempre porque a gente é esse cidadão em construção, então a gente tem o direito de falar como a gente fala no nosso dia a dia porque isso representa a gente... ir lá e falar bonitinho não vai representar os adolescentes e as outras crianças que a gente fala por eles. Então que isso seja muito respeitado e que as pessoas entendam isso que esse espaço é nosso e que alguns adultos estão ali para apoiar, para monitorar, para construir junto para gente . Então que eles entendam que ser esse ser em construção nos permite falar como a gente se sente bem e a vontade.

E esses espaços sempre tem que ser de uma forma onde a gente assim se sinta muito acolhido e aí trazendo para um nível de conferência né que já estamos na décima primeira mas até a terceira conferência a gente não teve participação efetiva de crianças e adolescente, só participação de adultos que falavam sobre nossos direitos. Só na quarta conferência, e 2001, que a gente teve uma participação simbólica, onde os adolescentes não puderam propor, discutir, falar sobre os seus desejos e não puderam votar, então foi uma participação simbólica. E só em 2005, eu acredito que a 6ª conferência , que a gente teve a participação ativa de crianças e adolescentes, mais um marco que com certeza até hoje tem a consequência no que no que a gente fala ainda, que a gente faz né até hoje. Nesse espaço a gente pode propor, discutir, participar e votar uma das coisas mais importantes dentro da conferência que a gente deseja falar que a gente deseja.

E aí com todos esses marcos, todos esses processos que chegam na atualidade que a gente chega na verdade e a gente percebe o avanço que teve . E hoje como palestrante dentro da conferência, que com certeza é um marco, com certeza a gente avançou ,que a gente não tinha nem participação, Assim a gente teve a participação da Rita né, fazendo a palestra magna que é extremamente importante e eu particularmente eu não lembro de nenhuma conferência que teve a participação de uma adolescente fazendo a palestra magna que é que eu acho a mais importante dentro da conferência que todas as pessoas tem acesso então pra gente na atualidade é algo gigantesco, não tem nem explicação né .E aí eu já faço um puxão de orelha, falar assim, é para ter uma reivindicação né: que os conselhos municipais e estaduais se mobilizem né para criar os CPAs municipais e estaduais porque hoje a gente tem na atualidade o CPA nacional e a gente eu passei pelo CPA , outras nove estão participando por enquanto, mas daqui a pouco vão ser 47, você vai ver... enfim aguardar os próximos capítulos . Hoje nós somos 9 só participando e a gente sempre reivindica dentro dos municípios e entre os estaduais porque só eles que estão mais próximos da nossa realidade, são eles que vão fazer com que a gente trabalha com muito mais estratégia e consiga atingir muito mais os adolescentes os crianças e adolescentes nas suas especificidades.

Mesmo o CPA sendo um órgão tão importante né , essa conquista tão importante dentro do CONANDA né que para a criança e ao adolescente a gente tem muitos pontos negativos né, a gente ainda está

construindo, se tornar algo de participação efetiva. E aí eu comento sobre nossa gestão passada de 2017^a 2019 onde a gente não teve a participação como tinha que ter. A gente tinha o nome dizendo que participava do CPA mas a gente nunca participou de uma assembleia, a gente nunca teve nossa cadeira no CONANDA. E vocês tem que saber sobre isso que foi só o status para dizer que a gente estava dentro do CPA mas a gente não estava exercendo o papel que o CPA tem que exercer. Infelizmente muitos adolescentes que eu tenho uma leve lembrança e falo pra vocês o quanto foi triste, muitos adolescentes passaram por todo um processo seletivo, porque são muitos adolescentes potentes então passa por processo seletivo, então a gente faz parte pra escolher um representante, afinal uma democracia. Mas querendo ou não nossa voz foi silenciada.

Aí é que infelizmente esses adolescentes por alcançar e a maioria não permaneceram no CPA, nessa segunda gestão do CPA onde a gente só iniciou esse ano de 2020 até 2022 e ele hoje a gente está fazendo, nós 9 né que permanecemos da gestão passada estamos se empenhando para manter isso para frente com uma equipe maravilhosa que eu já gostaria de agradecer a equipe da FLACSO, tia Ana, Cris, Marina que estão fazendo um trabalho INCRIVEL em apoiar o CPA constantemente e não desistir da gente, da potência que dizer todos os dias que eles estão, que elas estão do nosso lado, porque elas não desistem, não desistem do CPA e que a nossa base para aplicação seja real dentro dos espaços que já são nossos né.

E aí eu termino né falando de uma frase do CPA sobre participação: “A gente acredita que não existe nada para nós sem nós porque não existe a participação de crianças e adolescentes nos estudos, (1”17”05)”na verdade não existe nada para crianças nos espaços de gestão, não existe nada que a criança e adolescente sem a presença de crianças e adolescentes então é preciso que a gente cubra esses espaços e é com muita garra e muita vontade e é com todas as injustiças que a gente passou até aqui, que a gente está com muita vontade de mudar, de fazer diferente e de fazer um CPA ,de fazer os espaços de participação diferente e participação efetiva ativa e efetiva de crianças e adolescentes seja no nosso seja nosso município, nosso estado e a nível nacional e é por isso que no momento assim tão adverso né eu parablenzo o CONANDA por ter feito a conferência mesmo assim no momento adverso, por ter visto um oportunidade e fazer essa conferência acontecer porque o espaço de participação de crianças e adolescentes, isso não poderia deixar de acontecer, a gente não poderia deixar de falar né a gente a nossa voz não poderia ter se calado nesse momento para gente falar sobre as coisas que a gente está passando dentro da pandemia enfim entre outras coisas. Enfim, esse é o recado que deixo para reflexão de como fazer essa participação efetiva ne dentro dos e não só a nível nacional mesmo então é importante esse espaço e eu desejo que a conferência seja, escolham uma proposta muito boa que realmente represente e garanta a participação de crianças e adolescentes em todos os estados. É isso e muito obrigada pela companhia.

PETRUCIA

Obrigada Júlia; eu sempre falo Júlia que o adolescente é criança e adolescente é um cidadão e desenvolvimento e os adultos devem ser um cidadão em reforma. A gente tem que estar aberto né então obrigado pela sua participação e conte com o CONANDA né porque a participação social no Brasil ela é financiada pelo Governo Federal né ,então lamentamos que em gestões anteriores o CPA não pôde ser realidade mas nessa gestão CPA foi realidade ,está sendo realidade com investimento de aproximadamente dois milhões quatrocentos e alguma coisa que eu não tenho valor aqui exato. Mas quando o governo não quer então não acontece e nessa gestão o governo quis isso, que vocês participassem... para nós é uma honra muito obrigado. Passo a palavra ao Lacerda.

ANTONIO LACERDA: Muito obrigado por você nos deu aqui uma aula de participação, da fala, da vez e da voz né (inaudível) e buscar um espaço que é legítimo social, o fato do você fez aqui várias é de forma muito justa né é fez aqui críticas inerente a participação do CPA de que muitos adolescentes que não puderam participar e que de forma muito justa você retratou aqui. Quero dizer que realmente no ano passado nós do CONANDA tivemos um momento muito difícil, nós passamos basicamente um anos sem funcionamento; esse ano foi retomado às reuniões do CONANDA, você não imagina o

desafio que foi feito para nós fazer essa conferência virtual, mas nós sabíamos que era muito importante fazer.

PETRUCIA “alô a impressão que caiu por isso você parou de falar, mas pode continuar nós estamos ouvindo “

ANTONIO LACERDA Então eu queria agora continuando essa mesa, na verdade nós estamos fazendo uma coordenação compartilhada né, eu, Petrucia e os adolescentes então nós temos aqui conosco também dois adolescentes um adolescente uma adolescente e vai agora coordenar as falas que estão vindo do chat Então queria passar para o Flávio é a sugestão que a gente está sentindo aqui. A gente vai abrir para três perguntas do chat né aí os nossos palestrantes terão cinco minutos cada tá! então Flávio e a Ana Rita vamos fazer aí três perguntas alternadas, eu vi aqui que eles estão combinando Flávio fazer a primeira depois da Ana Rita fazer a segunda e assim sucessivamente então Flávio vocês fazem 3 e a gente dá três minutos depois a gente retorna para as perguntas novamente então Flávio

FLAVIO: Oi boa tarde pessoal, parabéns aos palestrantes, parabéns a coordenação do evento e a primeira pergunta é para Ana Cláudia da Elisângela Leal de Oliveira Mercado delegada de Alagoas, minha conterrânea e ela está perguntando como nós podemos provocar situações de escuta com bebês e crianças não-verbais, como acontece a paralisia cerebral e outras que fogem ao padrão de linguagem oral e escrita ?

ANTONIO LACERDA: O combinado é que agora Ana Rita faz a segunda pergunta depois o Flávio mais uma né Cláudia, aí você responde blocos de três pode ser? Oi Ana Rita

PETRUCIA: “ seu telefone está mutado por favor o seu microfonepode fazer a pergunta Ana...verifique se está no mute por favor.

ANTONIO LACERDA: a gente não está conseguindo ouvir Ana Rita eu queria pedir ao Flávio para fazer então Flavio a outra pergunta está pra ver quando a Ana Rita consegue se conectar.

FLÁVIO: então a próxima pergunta é da Graciele Silva de Matos, ela é delegada de Santa Maria, Rio Grande do Sul e a pergunta dela é para Rebeca Qual foi seu primeiro espaço de participação Como foi esse processo um abraço Graciele

ANTONIO LACERDA: Ana Rita você consegue entrar Ana Rita?

PETRUCIA: Lacerda eu sugiro que a Ana Cláudia responda à pergunta e quando a outra palestrante Ana Rita...a Júlia... a Júlia Rebeca poder entrar ela responde a pergunta do Flávio CPA de Alagoas, aliás que o Flavio fez

ANTONIO LACERDA: tudo bem então nós temos pergunta e ainda ela que a gente pudesse fazer mas ela está com dificuldade...mas você queria fazer mais uma Flavio, do bloco de três?

FLAVIO: Pode ser chegou aqui e vou fazer agora, ela também é pra Rebeca, é do Diego de Araújo lá do Mato Grosso e fala o seguinte: o tema do nosso eixo é o protagonismo eu fico imensamente feliz por termos dois adolescentes nos representando, mas um grande problema que enfrentamos é a falta de comunicação. Alguns de nós souberam da conferência com dois dias de antecedência e isso acabou prejudicando muitos de nós Por exemplo, a seleção dos adolescentes para participação CPA, a nós do estado do Mato Grosso não foi comunicada à perda de representatividade e isso afeta diretamente no processo de obter protagonismo,

ANTONIO LACERDA: Quem gostaria de começar, pode ser Ana Cláudia ?

ANA CLAUDIA: Posso falar então é começar pela da Elisângela né que é de Alagoas. A Elisângela acho que é boa sua pergunta né que ela ajuda a gente a olhar para essas especificidades também né de como a gente garante o direito à participação a todos e todas né independentemente da idade Então acho que quando a gente olha para as crianças da primeira infância ainda é um desafio grande mesmo para quem trabalha nessa área de como a gente consegue de fato é trazer as considerações né das crianças e bebês, a gente também olha para a questão das crianças com deficiência como você trouxe

né e sejam as que têm deficiência em relação a linguagem né, a fala ou outros tipos de deficiência só se for né paralisia transtorno de autismo e é possível sim incluir né , Na experiência mesmo que eu desenvolvi junto com pesquisador que a gente viajou as cinco regiões do Brasil e montamos grupos de escuta onde sempre tinha criança com deficiência física ou intelectual. Trabalhamos com crianças por exemplo com baixa visão, crianças mudas e surdas crianças com autismo, crianças com síndrome de down e tantas outras crianças com paralisia cerebral inclusive. E por que isso foi possível né como eu trouxe né na minha fala Inicial é importante a gente primeiro reconhecer que a criança e mesmo adolescente eles se expressam a partir de múltiplas linguagens né , a palavra fala né a conversa é uma das possibilidades ...que bom então se eu consigo no processo de escuta primeiro a partir desse pressuposto que são várias linguagens eu vou buscar criar um ambiente e uma metodologia que já parte desse pressuposto e significa que eu vou pensar atividades materiais que possibilitem a expressão nessas várias formas de linguagem né e não somente a partir da conversa então eu posso trabalhar. No caso quando a gente trabalhou né com as crianças surdas a gente pôs também uma pessoa para te ajudar na tradução então a sensibilidade é uma forma de garantir o direito também a participação então ter por exemplo tradução de libras aqui né por exemplo deve ter pessoas com deficiência como foi pensado, a acessibilidade dessas pessoas né e isso é fundamental de se garantir mas também se garantir que eu vou usar materiais que , por exemplo, as vezes que uma criança que tem síndrome de down é mais fácil ela se expressar a partir da escultura, a partir do desenho do que necessariamente quando eu proponha uma atividade para ela contar uma história né com começo meio e fim. Mas eu posso a partir do desenho dela conseguir perceber o que ela sente, o que ela entende das coisas né ,vou dar um exemplo aqui.

Por exemplo uma criança com um espectro autista ela fez em uma das proposições que nós fizemos que perguntava sobre qual é o ambiente né que ela mais se sente, que ela mais gosta de estar na vida pode ser real ou Imaginário e essa criança faz em massinha uma casa totalmente assim lacrada ,sem janela ,sem porta ,o teto super pesado assim denso né, ela fez como se fosse uma fortaleza né e que não dialoga com o espaço interno . Então ali ela está dizendo sobre ela né sobre uma dificuldade inclusive do aspecto autista aqui e está interatividade que é um ponto de desafio, Então uma outra por exemplo, fez um desenho que diz que por exemplo a pequena criança de 4 e 5 anos que ela faz as raízes das plantas embaixo da terra e as coisas em cima todas com cara assim jardim monstro né . E até a Lua estava transformada assim num jeito mais parecendo um monstro e ela diz que o planeta ao mundo está todo contaminado e a ponto de que as coisas estão virando mutantes .Então ela está viajando só do como ela percebe quando chega para ela o mundo né Ela escuta muito na tua que a gente vive com tanta questão de agrotóxico né nas comidas que a gente come hoje e muitas vezes elas não nos fazem bem e a criança às vezes percebe isso não porque ela escutou simplesmente na escola no jornal porque ela é também o seu corpo ou ela está dizendo sobre uma contaminação que pode ser no campo ético e estético então assim as produções das crianças elas trazem muita força e a gente tem que se aproveitar para ler né. Tanto do ponto de vista simbólico como mesmo às vezes a narrativa que é mais concreta igual outra criança aqui, que fez uma máquina com materiais objetos de sucata onde a máquina trabalhava com preconceito contra pessoas LGBT ,pessoas negras onde a máquina por exemplo a pessoa entrava e ela transformava em miniatura depois ampliava , punha purpurina mas ela clica acontecer na máquina ela se sentia exatamente a dor de uma pessoa vítima de preconceito. Então as crianças elas dizem muito sobre a vida e a gente precisa aproveitar para criar estratégias com várias formas de materiais e atividades que permitam esse saber viver e eu incluiria todos por isso eu acredito que tanto bebê até adolescente até adulto né , todos tem um espaço para se expressar se a gente cria as condições necessárias e as condições necessárias elas são necessariamente eu ampliar as diversidades para realmente a inclusão acontecer né. Por isso as crianças com deficiência seja ela mental ,seja ela física ela também não só tem o direito como a ter a capacidade de participar.

ANTONIO LACERDA: agora eu queria ver se a gente passava para Julia Rebeca e para ela também comentar em cima das três perguntas e aí conseguiu pegar as perguntas Júlia que vieram no chat.

JULIA REBECA: (internet com sinal ruim) eu consigo aqui pelo chat responder, só, só voltar aqui rapidinho e eu acredito seja a primeira pergunta da Graciele que ela perguntar o meu primeiro espaço de participação e como foi esse processo. O meu primeiro espaço de participação foi dentro de uma organização chamada, apoio na internet lá e fala sobre o direito de cancelar a gente se faz um recorte de gênero né então os meus e depois espaço de desenvolvimento dessa organização e hoje eu tenho esse prazer de fazer parte né, de ter participado desse processo. Me ajudou a fazer coisas que eu jamais imaginei que eu faria o que me fez ocupar espaço que eu jamais imaginaria que ocuparia e dentro dessa apresentação para todos os projetos essa organização eu aprendi muito sobre os meus direitos sobre participação, sobre igualdade de gênero, muito das coisas que geralmente na escola ou na família não é tão comentado né e eu peguei o processo. Também pude também a organização de batizar que eu acredito que a escola deveria ter e esse principal órgão tem que fazer com que a participação de adolescente acontecesse mas infelizmente muitas escolas a gente não tem nenhum grêmio então que é o mundo o espaço como é que importante da escola que que fala sobre participação então eu acredito muito que não deveria a partir de uma ONG organização então Mauro cinema vendas são pintadas assim do da escola que algum lugar onde a criatividade sempre permanece estão todos os dias.

A segunda pergunta foi boa , do Diego ele fala muito sobre o protagonismo, é realmente sobre aquele fala sobre a questão da falta de comunicação e que lá no estado dele não tem seleção proo CPA e ele acabou não tendo representantes né. Eu falo para o Diego com muita tristeza né, e com muita, como é que eu posso dizer, muito chateada mesmo e com indignação de que vocês vão ter, soubermos até essa parede que todos deveriam saber sobre os processos que acontecem no CPA porque se passa a ser nosso felizmente e ainda não é garantido que a gente sabe de todas as coisas que acontecem dentro do espaço que são nossos e que a gente ainda precisa lutar para que a gente tenha informação sobre todos os espaços ,que a gente tenha informação sobre os espaços que são nossos, sobre as informações que são para nós então a gente luta muito tempo pensando a gente tem que fazer, é o exercício que a gente tem que fazer né que pedir e dividir, não é lutar e fazer com que isso tem que ter tipo de fazer porque você jogar digo a gente tem até só que a gente está todas as informações que falam sobre a gente.

Outra pergunta da Eldimarane, acredita ele é certo de Minas Gerais e ela pergunta sobre se você tem a apresentação técnica das crianças consegue levar os papéis de cidadão ? Olha eu acredito que quando essa participação direta é feita por uma adolescente falando sobre criança e adolescente tudo bem eu não tenho problema em falar sobre isso é o meio que que a gente pode ir e é o meio efetivo que a gente consegue falar sobre vocês de ser adolescente mas quando está falando uma força nem sempre tem e é a mesma potência que uma adolescente uma criança falando então aqui é legal qualquer participação direta quando uma adolescente representa os outros né Eu acho que eu tudo bem eu entendo tem muitos adultos se esforçam para entender nossa realidade Mas ele não consegue falar com a propriedade que a gente tenta é a gente que está aqui tá, é a gente que tem que falar sobre a gente não é um adulto. Tudo bem eu entendo que são importantíssimos, que são pessoas que fazem de tudo pessoas fazem de tudo esse adulto família toda a nossa realidade, mas eu acho que é só ele tem como falar dela a culpa ansiedade e o que está aqui né.

É do Diego diz que está imensamente feliz porque ela vai ter representantes E ele fala sobre a questão que não foram comunicados com antecedência e só em cima da hora e também não soube sobre a seleção do CPA.

ANTONIO LACERDA: Júlia, Rebeca oi está me ouvindo e eu acho que a Júlia Rebeca caiu oh alô

PETRUCIA: a conexão de Rebeca caiu...é... se o Flavio tiver mais uma pergunta pode dirigir à pergunta para a Ana Cláudia por favor

ANTONIO LACERDA: e eu queria só um minutinho pessoas queria ver se a Ana Rita já consegue falar, consegue Ana Rita Oi Ana Rita , Ana Rita você consegue nos ouvir

PETRUCIA: Eu acredito que a conexão de Ana Rita está com problema porque ela não está nos respondendo né eu acho que sim

ANTONIO LACERDA: vamos lá Flávio tem mais alguma pergunta Flávio para fazer as expositoras?

FLAVIO: tem, tem mais uma para Ana Claudia feita pela Janine delegada do Distrito Federal... Ana Claudia você poderia falar sobre os modelos de participação social de crianças e adolescentes em outros países? Existe alguma experiência interessante que em sua opinião possa ser adotada pelo Brasil com as devidas adaptações?

ANA CLAUDIA: acredito que assim como o Brasil outros países eles também têm cada vez mais né buscado formas de incluir né Acho que esse desafio de como você não só reconhece a importância dos primeiros anos de vida agora falando da primeira infância por exemplo né. Acho que nos últimos anos teve um momento de consciência sobre a importância desse período no desenvolvimento humano mas ainda é um desafio de como você incluem e realmente garanta essa participação né da criança e do adolescente, é um pouco mais digamos a gente pode dizer mais simples em certa medida porque como ele consegue se expressar muito bem como a gente mesmo viu aqui a Júlia e tantos outros a partir da palavra é a nossa sociedade, ela é extremamente, é pautada o pensamento racional numa lógica de participação que ainda era baseada no argumento e na lógica das ideias e menos às vezes em outras inscrições. A gente cria às vezes mais oportunidades de participação para adolescente e ainda criança 10, 11 e 12 anos também entra nesse conjunto de digamos instâncias de participação, mas as menores ainda ficam como um desafio na maioria dos países né, e há experiências bem sucedidas? sim há experiências bem sucedidas né. Por exemplo uma experiência né que há décadas é feita na própria Itália né Assim você tem experiências não só em escolas né que é que é muito conhecida como as escolas aí na região de redimiria que fazem processos de escuta de criança e aprofundam essas linguagens infantis, como você tem instâncias concretas de participação municipais e estaduais que é para a participação das crianças pequenas e dos adolescentes mas desde pequeninha elas são convidadas a participar de instâncias né para decisões sobre os seus municípios. Então você tem experiências realizadas com sucesso mas acho que a gente ainda tem mais experiências que emulam a criança trazendo ela para espaços de participação que não condizem com o seu tempo, com seu modo de pensar e ser, eu acho que isso tem mais acontecido que é trazer por exemplo se a gente tivesse aqui crianças de primeira infância por exemplo, a gente poderia achar lá, a gente está garantido o direito à participação das crianças mas será que nessa forma daria para gente garantir, estou fazendo aqui uma prova, uma problematização né, será que daria para garantir a participação de fato, as considerações da primeira infância nesse formato é o polimento acredito que não mas dá pra gente garantir para os adolescentes, dá para garantir para as mais velhas, então quando a gente inclui também os menores a gente precisa é repensar os formatos, repensar as lógicas, o tempo, o ambiente né o modo de conduzir e isso ainda é pouco feito pelo mundo né de você realmente incluir a partir da lógica infantil né para você, não é criar situações que criem violência simbólica, que criem uma... um constrangimento, a criança né como a gente às vezes tem até mesmo na escuta de crianças vítimas de violência ainda um desafio. Como você garante esse direito de ela ser escutada sem que essa vítima de violência se veja de novo numa situação de violência simbólica né, não é mais a violência física ou qualquer violência que ela tenha sido ameaçada né mas você cria uma situação que às vezes não garante a ela o respeito né e o direito de se expressar de uma forma aqui. E aí e até mesmo é a Júlia ela naquele processo né então acho que é assim todos acho que a gente quem trabalha nessa área acho que tem esse desafio a nos próximas talvez décadas para superar né de como a gente realmente cria uma igualdade maior não só racial, não só de gênero que são bandeiras bem fortes hoje na questão do racismo estrutural por exemplo. Mas também a desigualdade etária eu acho que ainda é um desafio da nossa época muito forte, criar igualdades de espaço de participação para de fato garantir o direito à participação para todos.

ANTONIO LACERDA: Aqui caminhando agora para o encerramento pessoal porque nós temos as 16 horas começa o próximo eixo então nós temos ainda uma pergunta para as duas palestrantes não sei

se a Ana Rita consegue fazer essa pergunta final : Ana Rita você consegue fazer? acho que não então já passaria para o Flávio fazer a última pergunta e aí de imediato já passaria começaria com a Júlia Rebeca e lembrando que vocês tem cinco minutos está gente para comentar sobre a pergunta . Flavio por favor.

FLAVIO : a última pergunta é a última pergunta do Vanildo Silva Soares delegado do Mato Grosso e dá para as duas : Como eu faço para continuar cobrando o meu direito de ter vez e voz mesmo depois do término desta conferência ? Digo isto não só na escola, mas em todos os meios em que vivo.

ANTONIO LACERDA: eu gostaria que a Júlia Rebeca começasse e parece que caiu novamente

PETRUCIA: É A Rebeca caiu novamente, a Julia

ANTONIO LACERDA: É caiu então você comenta Ana Cláudia aí essa última pergunta e quando a Júlia a retornar e faz o comentário cinco minutos para mim por favor e você já pode sair professora também já fazer as suas considerações finais tá bem?

ANA CLAUDIA: Está certo obrigada então Vanildo é muito importante essa sua pergunta né acho que a conferência ,espero que para você ela seja em um espaço de inspiração e de potencializar seu interesse né e continuar assim viajando e participando , não é garantido aí o seu direito né a participar , eu acho que você pode não falei muito sobre isso mas é um dos temas também na nossa mesa que aproveitar para ela agora da questão da comunicação social né .Eu acho que a gente hoje né estamos nesse momento de pandemia que não sabemos quando vai realmente resolver mudar, mas estamos aqui por exemplo no encontro virtual né e muitas vezes a comunicação, as possibilidades de expressão no meio digital, elas são muito favoráveis, principalmente aos os adolescentes né Acho que tem grandes movimentos e iniciativas né a gente tem aí hoje a adolescente Greta por exemplo na mudança climática né que é uma... hoje uma das pessoas mais influenciadoras né Não só de jovens mas de política, e então assim você vê como a Malala né uma outra pessoa que ficou extremamente conhecida mundialmente Então você tem muitos adolescentes que vieram à tona com seu protagonismo, com as suas causas usando as redes sociais, usando, fazendo bom uso né da internet é claro que tem muitos , muitas questões a serem cuidadas e direitos a serem garantidos no ambiente digital né como a proteção de dados e questão de bullying e tantos outros, mas também tem oportunidades eu acho no sentido da participação de protagonismo juvenil .É uma grande oportunidade para se conectar com pessoas do Brasil não é, de outras regiões que fisicamente a gente não tem às vezes possibilidade e do mundo se engajando em causas comuns e fazendo com que essas causas ganhem uma repercussão cada vez maior né. Então isso é uma possibilidade é você mesmo falou na a escola, o grêmio né historicamente sempre foi esse espaço acho que é importante se fortalecer a prática dos grêmios né ,muitas escolas não têm grêmio Mas isso é um direito do estudante de grêmio na sua escola então se não tem é possível criar grêmios e ocupar essas instâncias de participação como o próprio CONANDA e acho que onde você ali circula seja um espaço de cultura ,de esporte, sempre há possibilidade de um maior protagonismo, reivindicar isso nos lugares né de que essa voz do jovem, da criança seja ouvida e seja incluída nos processos também de decisão né as cidades que têm processos às vezes de gestão de orçamento participativo por exemplo de ter espaços, né de possibilitar uma mais curta e uma participação também na Gestão Pública né é importante aproveitar acho que a gente está nesse momento aí da pandemia porque a restringiu em alguns anos mas entre outros né e enfim e para terminar né fazendo já uma consideração final eu quero mais uma vez agradecer pelo convite, pela possibilidade de contribuir com o CONANDA com essa conferência aqui que é uma instância fundamental para construção né de políticas públicas de garantia dos direitos das crianças dos adolescentes e para construção né de uma sociedade aí cada vez mais e fica mais justa e que permita às pessoas terem sua voz e seu modo de ser garantido o respeitado numa sociedade cada vez mais inclusiva e diversa. Obrigado a todos continuamos a luta.

PETRUCIA: Obrigado Ana Cláudia pelas suas respostas , e complementando aquela pergunta que o adolescente fez sobre experiências internacionais hoje o CPA representa o Brasil com dois adolescentes né o Maurício Damas de Belo Horizonte, Minas Gerais, e Rebeca do Rio de Janeiro

representa a rede surta no ninho Sul né onde tem todos os países do Mercosul ??? 1'52"45 nós vamos ampliar essa participação estamos já dialogando para a participação de mais adolescentes né e no Brasil nós temos outras redes aí né... a rede E aí né arredio a rádio fabricante que é uma rede de adolescentes é vinculada ao foro de enfrentamento à violência sexual no estado de Minas Gerais, nós temos a rejudes é uma rede de juventude muito interessante que está no Brasil inteiro e nós temos também o MJ pop que é um projeto de que chama de monitoramento jovem de políticas públicas e transforma a realidade né, no Brasil então onde esses projetos estão essas redes estão é atuando. Então é só agradecer e agradecer o meu conterrâneo sabia Flávia que eu sou de Alagoas eu nasci em Pontal do Coruripe em Alagoas ... a conexão não foi possível ela te fala mas é ontem ela teve uma fala do vídeo dela é o Flávio de Alagoas, a Júlia né e passo a palavra para as considerações finais para o Lacerda muito obrigada e vamos juntos, conte com a Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente para garantir essa efetivação dos direitos da criança e adolescente e com o CONANDA. Muito obrigado . Lacerda parece que Lacerda caiu ? Lacerda não está conseguindo se conectar... Se o Lacerda estiver aí por favor liga a câmera, se a Júlia Rebeca quiser dar umas palavras suas considerações finais dela pode falar, Julia.

JULIA REBECA: Oi, vou conseguir voltar e eu só queria responder uma pergunta ...Flavio faz a pergunta...

PETRUCIA: Lacerda chegou né Lacerda. Júlia está pronta para fazer a sua resposta Júlia por favor

JULIA REBECA: teve uma pergunta sobre a questão da participação né fazer com a participação seja em todos os locais e não só na escola e como fazer isso e eu queria, para eu responder essa pergunta falando que eu também algum dia me fiz a mesma pergunta né como é que eu faria para me destacar nesses espaços, para ocupar esses espaços e eu lembro que me responderam que os conselhos em especial municipais e estaduais são que provavelmente é bem perto, a gente pode ir lá e reivindicar pelas coisas que a gente quer, a gente pode pedir para participar, a gente tem que a gente pode participar das assembleias, a gente não tem poder de voto mas a gente pode participar . Então acho super interessante se você procurar o conselho do seu município ,do seu estado e os fóruns também que são super importantes que tem ,que a gente pode fazer parte, a gente só não tem direito a voto mas de participação, de fala algumas considerações a gente pode instalar e acompanhar né esse processo e fazendo as minhas considerações finais eu fico imensamente feliz de fazer parte desse momento de conversar com vocês de com vocês de mostrar falar né sobre s, as coisas que a gente deseja e que a gente ainda precisa evoluir muito de onde a gente vem e é mesmo assim a gente ainda ocupa, a gente está em um lugar que é extremamente importante ficar, a gente precisa fortalecer ainda mais esses espaços fazer com que crianças e adolescentes realmente estejam neles então que para além dessa conferência a gente não desista sabe que a gente continue a persistir ,a gente continue a lutar para que a gente tenha a vez e voz dentro dessa sociedade dentro dos espaços que são nossos e eu aqui na minha cidade eu vou continuar fazendo isso. Eu espero que vocês continuem fazendo isso na cidade de vocês, a conferência ajuda vocês não sair de informação ainda maior ou não é uma propriedade falar sobre muitas coisas maior para entender a realidade dos adolescentes de outros estados e de outros locais e que a gente juntos né nesse emaranhando de coisas a gente possa lutar na nossa cidade, lutar para que o direito de crianças e adolescentes sejam garantidos e porque a gente não aceita é um direito a menos né, É isso eu fico , agradeço imensamente por todos que estão aqui até agora.

ANTONIO LACERDA: muito obrigada Rebeca eu queria fazer as considerações finais também passar para o Flávio, a Ana Rita não conseguiu falar aqui ter dificuldade mas Flavio pode fazer as considerações finais.

FLÁVIO: Está eu tenho uma pergunta, não sei se a Julia já respondeu aqui do Helio Fogaça sobre as CPAs...ela respondeu:

ANTONIO LACERDA: ela respondeu no sentido de ocupar esses espaços no município. Você pode falar Flavio senão eu dou uma reforçada no que se refere a isso, porque tem os CPAs municipais e estaduais que os adolescentes podem procurar, ou convocar que todos os conselhos estaduais e municipais criem também os seus CPAs.

FLAVIO: então respondendo também a pergunta do Helio. É obvio que no âmbito de um comitê nacional existe uma certa refinação digamos assim, pra escolher quem vai representar e essa representatividade é importante e a gente estuda e tenta ao o máximo poder falar para todo mundo dos nossos respectivos grupos, sejam eles os grupos minoicos, nos estados ou pela seleção virtual também mas a gente não consegue dar conta de todas as intencionalidades eu acho que está no eixo a igual das personalidades né das características das identidades das faltas identitárias e a gente não consegue absorver tudo isso. Essas micro agressões, essas violências, isso não funcionam por si só, elas funcionam junto, então tem um eixo pra violência, tem um eixo pra proteção, mas eles não são excludentes, eles funcionam juntos então para essa participação funcionar a gente precisa da participação do âmbito nacional, no estadual ou municipal dessas pessoas que são protegidas, as que não são protegidas, as que sofrem violência, as que fazem parte de grupos identitários e a única maneira que a gente consegue assegurar que todo mundo fale é chegando a todos os lugares, a todos os locais, eu vi que no chat eu tinha muita gente falando sobre a mídia, sobre a divulgação da conferência, E eu concordo, eu entendo mas não é não é por aqui não é para divulgação prática que a gente vai conseguir fazer a mídia ou a sociedade brasileira se importar com direitos humanos e cidadania especialmente de crianças e adolescentes. Digamos que o buraco é um pouco mais embaixo. Eu também vi as perguntas dos próprios adolescentes no chat, estou acompanhando o chat, e muitas delas são válidas, são esse formato ele, não é, ainda é mais do que seria para uma pessoa da primeira infância como a Ana Claudia falou mas ainda assim falta e fica de fora muita gente e muita coisa mas participação ainda limitada a mim é e eu digo por mim mesmo. Então assim... para quem está indignado com esse formato, para quem não está satisfeito, para quem não está achando que isso não é plano de participação, você não está errado não aceite, não deixe, não permita normalizar que esse seja o formato porque realmente enfraquece os movimentos. Felizmente por um dois três quatro motivos é a participação a gente está conseguindo fazer agora é verdade então o que a gente pode fazer, fazer as emendas, as propostas escutar fazer as perguntas e tentar participar o máximo nesse espaço que foi fica proporcionado sim, ainda é querendo ou não um privilégio né participar assim a gente existe essa divisão antes de direito e privilégio então assim a gente não é privilegiado por estar aqui realmente ao nosso direito é obrigação sua proposta nada mas não é assim que funciona felizmente Então a gente tem que aproveitar esse tipo de privilégio e usar para falar e pelas interseccionais idades por pessoas que a gente conhece os adolescentes da nossa cidade pelos adolescentes dos nossos grupos adolescentes que a gente não gosta, pelos adolescentes que a gente gosta, pelos nossos amigos a participação aqui é pra todo mundo e a gente se torna a porta-voz. Então é isso, mas não jamais nunca numa postura de facilidade de aceitar o de limitar, conferência não é alguém que fez entrega para gente, é direito nosso e que é molda referente às nossas necessidades passam por participação. É isso

ANTONIO LACERDA: muito obrigado Flávio muito bem Flávio. Então pessoal nós estamos aqui encaminhando para encerrar muito rápido não foi ótimo esse...eu queria fazer o encerramento. E aí eu queria destacar uma essa pergunta bem importante que a Júlia comentou que é muito importante os adolescentes ocupar os espaços nos municípios e nos estados e quando o CONANDA pensou lá atrás no CPA o quando não pensou no CPA só Nacional né os municípios precisam também criar o CPA evidente que nós temos governabilidade para criar o CPA Nacional mas é muito importante que os adolescentes e as adolescentes do Brasil provocar a criação dos CPAs nos municípios provoque a criação do CPA nos estados e que a gente não deixe mais cair CPA nacional é verdade é verdade eu sei falar nós tivemos muita dificuldade constituir o CPA desde 2016 quando teve o golpe ali 2016 o gol nada foi retomado a gente teve dificuldade no ano passado todo mundo sabe da dificuldade do Corredor no ano passado esse ano foi retomado CPA esse overlay com a frase aperto você já falou

disso né . O importante agora é garantir a manutenção do CPA o espaço fundamental competitivo até para que a gente possa ouvir a voz dos adolescentes e das adolescentes. Em relação a conferência vocês não imaginam como foi difícil para nós do CONANDA optar por fazer essa conferência de forma virtual, para nós foi muito difícil optar por isso mas nós temos um desafio, mas temos recursos assegurados para fazer esse ano se a gente não fizesse esse ano a gente não saberia como seria a garantia de fazer no próximo a questão da pandemia a gente não tem certeza absoluta quando a pandemia vai poder a gente está sempre de forma presencial né de nós tínhamos no próximo ano já tem que convocar a próxima conferência também não poderíamos deixar para o ano que vem fazer o percurso é isso a gente ia ficar com Desce já de convocar uma conferência seguinte. Então foi bem difícil entre o ideal e o possível nós estamos fazendo possível foi feito por si que o ideal para nós era fazer presencial delas temos consciência disso ou um exercício muito grande e como coordenador da comissão organizadora nacional e eu queria destacar aqui para finalizar e reconhecer um conjunto de pessoas que às vezes não ficam aqui como nós conselheiros estão nos bastidores mas que foram fundamentais, queria fazer referência a equipe anterior em 2017 quando a conferência resolução fez o chamamento da conferência. Então seria injusto da nossa parte não reconhecer o trabalho da equipe da secretaria do CONANDA, da Verena da Patricia do André da Ana Cláudia do Jean, da Arlete e Sérgio gestão 2017 quando a gente iniciou ali todo o processo conferencial .A importância dessa aqui queria que reconhecer todos os trabalhos da secretaria da Cleide do carro do Sérgio do Erre São pessoas que estão aqui nos Bastidores no dia a dia nos Oi Carina o Céu também aqui da Claro a Salete com uma grande coordenadora juntamente com a Kátia da das classes e todas no processo não mediram esforços né para garantir e o convênio pudesse secretário-executivo do colando E aí também agradeceu o empenho da secretaria rico nada isso aqui isso pudesse acontecer a nossa aparência de agradecer essa aqui que fez um esforço muito grande nas propostas em todo esse processo Abel a carta, aí o Victor e queria chamar atenção hoje às dezoito horas um aberto o Fórum de proposta e está aberto hoje e vai 2930 agora é o momento de todos os delegados da delegacia do trabalho e fala pessoas lindas esse eixo de participação é e não é que dessas propostas quanto mais um não se tem proposta de um estado que é parecido com a do outro quando Norte um tampão pro corre ficaram em 19 então vocês vão para lá no Forte proposta e vão analisar essas 19 vão apresentar emendas nenhuma proposta dessa pode ser retirada. Isso é importante de ser, elas só podem ser melhoradas retirada jamais. Então essas 19 propostas por favor entre no fórum, estou falando desse eixo né retirar mudar 19 melhor apresentar proposta e basta dizer vai ter um de vocês priorizar em cinco quer dizer que toda a 19 não serão cantadas toda a 19 sendo tratada mas não podemos fazer dizer logo de uma vez Então graves em nove partes são aquelas que merece um tratamento não pode ser uma rua Aquela questão prioritária então vocês vão dar 19 priorizar o uso proposta que é preciso começar a trabalhar amanhã né Priscila me entende de forma muito especial a adolescente Ana Rita a Júlia Rebeca não é e o Flávio e também a nossa expositor Ana Cláudia esteve aqui com a sua estante contribuição EA excelente contribuição da Júlia também como perguntas provocações aqui né e agradecer também aqui a participação da pizza junto comigo nessa coordenação hoje a gente diz É essa mesmo e deseja aí e a gente possa entrar no Fórum de propostas e apresentar a mesa de cada vez mais a gente melhorar suas propostas Oi tudo bem E vamos agora que vai iniciar o próximo mês que é o eixo cinco que é o resto do controle social das políticas públicas né em apoio a cor da política da criança adolescente no Brasil uma boa tarde a todos e a todas EA todos Muito Obrigado agradecemos a todos e neste momento Essa Mesa se desfaz lembramos aos participantes Deixe os 5 e os demais espectadores e participantes da décima primeira CNDCA e no dia Dez de Dezembro teremos as atividades da plenária final e encerramento da 11ª CNDCA.

É o Relatório.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Brasília, 09 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/01/2021, às 11:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1562856** e o código CRC **0213FA9F**.

Referência: Processo nº 00135.224485/2020-51

SEI nº 1562856



1707769



00135.224485/2020-51



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

RELATÓRIO

Assunto: Relatoria Ultimo dia: Quinta Feira, dia 10/12, às 09h00min

Mestre de Cerimônia Senhoras e senhores, crianças e adolescentes de todo o Brasil, muito bom dia. Vamos dar início ao último dia da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CNDCA. É com muita felicidade que neste momento, ao tempo em que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA - e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Mulher, acolhem e abraçam virtualmente a cada um de vocês delegadas e delegados e demais participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, se despedem. É hoje o último dia da conferência, da primeira conferência nacional totalmente virtual e feita com muito esforço muito esmero de todos aqueles que se envolveram se dedicaram e que finaliza esse processo com a participação efetiva de todos vocês.

Foi em razão deste esmero, desse cuidado, deste carinho, o qual tivemos uma recíproca a altura de que a presidente do CONANDA, a senhora Iolete Ribeiro e a vice-presidente do CONANDA a senhora Petrucia Andrade, agradecem a todos vocês delegadas e delegados da 11ª CNDCA e também aos parceiros que ajudaram a construir esse evento. Aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do CONANDA, CPA-CONANDA, à rede das organizações da sociedade civil e aos integrantes do governo que se compõe o CONANDA. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na pessoa de seu secretário nacional, senhor Maurício José da Silva Cunha, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na pessoa da ministra Damares Regina Alves, à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, FLACSO Brasil na pessoa de sua diretora Salete Valesan, ao PNUD (????) na pessoa de Raíssa Teixeira Freitas, gerente de projeto, unidade de governança e justiça para o desenvolvimento, à equipe da Secretaria Executiva do CONANDA na pessoa de seu secretário executivo, senhor Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, ao Instituto Alana São Paulo na pessoa de Taís Dantas, Adriana Biancolini e Silvaní Rodrigues, à Escola de Artes - Rio de Janeiro na pessoa de Henrique Castro, à Luiza Martins e a seus pais Alexandre e Fabiana Martins.

Programação da 11ª CNDCA

Nos dias 26, 27 e 28 de Novembro tivemos abertura da 11ª CNDCA com pronunciamento de autoridades especialistas da área da Criança e do Adolescente saudação da ministra Damares Regina Alves e palestras dos eixos 1, 2, 3, 4 e 5, as análises e proposições de emendas e aprovação como maciça participação de vocês nos fóruns de propostas, proposições de moções e claro, muitas altas conversas e debates enriquecedores nas salas de chat. Foi edificante, foi grandioso. É o tipo de plantio do qual poderemos esperar boas colheitas.

Desde as 18 horas do dia 28 de novembro até ontem dia 9 de dezembro aconteceram fóruns de propostas nos quais delegados e as delegadas da conferência fizeram as emendas às propostas das etapas estaduais que foram sistematizadas pela equipe técnica sob a supervisão do CONANDA. Também decidiram sobre as emendas apresentadas e ainda votar as 5 prioridades de cada eixo temático que serão lidas nesta plenária final. Neste mesmo período os delegados e delegadas apresentaram e votaram às moções. As que foram aprovadas serão também aqui apresentadas e hoje dia 10 de dezembro do ano de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, teremos a partir de agora a plenária final da 11ª CNDCA na qual serão lidas propostas priorizadas por eixos e as ementas das moções aprovadas.

Em seguida teremos a posse dos integrantes do Comitê de Participação dos Adolescentes – CPA/CONANDA e o pronunciamento de autoridades da mesa de encerramento da 11ª Conferência. Para finalizarmos a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente contaremos com uma atividade cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos apresentada pelo grupo artístico Escola de Artes Rio de Janeiro. Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente aqui em Brasília mas aqui fica o desejo de que na 12ª CNDCA possamos nos ver de forma presencial então, em meio a muitas conversas, discussões, poderemos nos abraçar e muito. Em razão da pandemia todas as transmissões da 11ª CNDCA foram realizadas respeitando rigorosamente todas as recomendações das autoridades sanitárias nacionais e do Distrito Federal, respeitando aqui o distanciamento, o uso de máscaras com troca a cada três horas, luvas e disponibilidade de álcool em gel, tapetes sanitizantes. Enfim sempre com muito cuidado para conter ações de transmissão do novo coronavírus.

Agora convido para coordenação da plenária final da 11ª conferência o senhor Marco Antônio Soares, conselheiro do CONANDA, representante da sociedade civil e para secretariá-lo convidamos o senhor Luciano Antônio de Moura, conselheiro do CONANDA representante do Governo Federal; senhor Flávio Henrique Silva Santos, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas no Comitê de Participação de Adolescentes – CPA/CONANDA e também convido Ana Rita Magalhães, adolescentes do Pará, representante escolhida pela plataforma virtual para o Comitê de Participação Adolescentes CPA/CONANDA. Agora convidamos a todos a ouvir a mensagem da menina Hanna, de 10 anos de idade, participante do Projeto Conexão Escola no município de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro executado pela Visão Mundial que gravou o recado aqui para nós.

Hanna Olá, meu nome é Hanna, tenho 10 anos, sou da cidade de Nova Iguaçu e faço parte do programa Conexão. Somos protetoras. Não existe redução de gasto e desculpas quando o assunto é criança, seja primeira ou segunda infância, ali precisa abrigar, defender e avançar sobre esse jardim como sombra protetora, crianças que precisam de afeto, lar, colinho, lazer e cultura, formação dos adolescentes, sem distinção de cor, credo e precisam de estrutura, caminhos para salvar vidas inocentes. Entender as realidades sociais existentes no dia a dia desse jardim com flores diversas. Tchaaau!

Mestre de Cerimônia Recado dado eu passo a palavra ao senhor Marco Antônio desejando à todos um ótimo trabalho.

Marco Antônio Muito bom dia à todas e todos. É com muita satisfação que nós atravessamos esse grande oceano. Muitos obstáculos enfrentamos para chegar até o dia de hoje, último dia da conferência. Um dia emblemático. Dia Internacional dos Direitos Humanos e nós todos, homens e mulheres, brancos, negros, indígenas, quilombolas, ciganos, crianças, idosos, lgbs, todos nós unidos para que a sociedade brasileira seja uma sociedade menos desigual, para que nós possamos, no futuro dessas crianças e adolescentes (ÁUDIO CORTADO) nos vermos e em cada ponto desse país que nos vê agora, saibam que foi por meio de pessoas dessa época de agora, que chegamos a uma qualidade de vida.

Ainda há muito o que fazer e construir, mas foi com essas políticas de pessoas que jamais conheceremos que nós chegamos aqui. O CONANDA é uma instituição que nós temos há mais de 3 de três décadas nesse país. Sofreu um duro golpe, mas apesar de todos os obstáculos conseguimos chegar nessa fase. É com muita honra e orgulho que estou aqui para concluir essa tarefa que muitos, inclusive aqui nos bastidores, quero agradecer imensamente à todas as trabalhadoras e trabalhadores que construíram essa conferência além daquilo que já foi anunciado. Tenho a honra de finalizar aqui com essa mesa que é representativa na democracia desse país, sociedade civil - eu represento a Central Única dos Trabalhadores - governo federal na pessoa do senhor Luciano, que representam essa democracia que o CONANDA a duras penas conquistou e está ameaçada, mas apesar de tudo isso nós avançamos apesar da pandemia muitos de vocês que nos ouvem agora gostariam que fosse no outro modelo mas preservar vidas é o que importa. E preservar a vida daqueles e daquelas que são os mais vulneráveis desse país a qual todos, eu vocês e todos nós, estamos trabalhando para que possamos ter uma sociedade cada vez mais livre, justa e igualitária.

Nesse período nós tivemos a conquista da sociedade brasileira com 564 propostas. Isso é importante, isso representa a legitimidade do Conselho, a legitimidade da sociedade civil, a legitimidade da democracia entre sociedade civil o governo e organizações não governamentais. Destas, 112 propostas foram aprovadas num amplo debate nacional onde cada um e cada uma pode refletir todas as suas concepções. E hoje, a partir dessa mesa, nós temos as 25 propostas prioritárias. Também democraticamente de batidas e votadas com toda transparência que conquistamos à duras penas. E é com essas palavras eu gostaria então de dizer a todos vocês que essas propostas juntamente com todas as propostas de cada eixo deverão nortear as políticas e os programas de ação de promoção, proteção, garantia, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente no país nas três esferas de governo.

É com esse espírito que nós, a partir de agora, passaremos a palavra cada um e cada uma da mesa para que vocês tomem conhecimento. Ampla divulgação. Segurem isso com unhas e dentes para que daqui a dois anos na próxima conferência, assim esperamos, e para que em breve o CONANDA possa se ver livre das amarras de não existir ou ficar um vácuo nessa política que vai afetar seguramente estados e municípios. É com essas propostas prioritárias que nós esperamos que todos possamos nos unir na defesa da democracia na defesa da Criança e do Adolescente no país.

Muito obrigado e passo a palavra agora para o conselheiro Luciano. Por favor.

Luciano de Moura - Saúdo à todos com meu cordial bom dia. Todos os agradecimentos feitos pelo professor Marco Antônio e também pelo cerimonial e gostaria de ressaltar que o tema desta conferência tem sido uma pauta muito cara para esse Ministério, para a ministra Damares. Tem 4 propostas, 112 aprovadas. Propostas muito bem elaboradas massa após todo o processo passou-se então a 25 propostas como tão bem disse o professor Marco Antonio. Então agora passo a ler as propostas priorizadas para o eixo 1.

Proposta 1 - Garantir preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente formação continuada com vistas ao desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos conselheiros de direitos e tutelares, profissionais de saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, poder judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos e as redes de proteção bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de criança e adolescentes. Com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários a fim de assegurar atendimento qualificado à esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com

deficiência respeitando as diversidades étnico-raciais e culturais em função dos diversos arcabouços jurídicos que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil conforme entendimento do Decreto 6040 de 2007 resolução do CONANDA 181/2016 Estatuto da Criança e do Adolescente o lei 13010/2014.

Proposta 20 - Criar e implementar por meio de novas adesões centros de atenção psicossocial infanto juvenis nos municípios ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários garantindo o repasse fundo a fundo do co-financiamento aos municípios.

Proposta 2 - Assegurar acesso à qualificação profissional e o ensino técnico e profissionalizante a todos e todas os adolescentes garantindo o percentual mínimo a ser definido das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles ou aquelas em situação de vulnerabilidade em serviço de acolhimento para adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito, à diversidade e as realidades locais bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 10097/2000. Criar escolas técnicas estaduais e implementar novos recursos incluindo as áreas de cultura e esporte que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Proposta 9 - Fortalecer do sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente resolução 113 do CONANDA, por meio da intersectorialidade e transversalidade entre todos os órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção, incluindo órgãos municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e poder judiciário garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes como forma de assegurar sua proteção integral com prioridade às populações historicamente excluídas tais como meninas e meninos com deficiência, vítimas de violência, negros, LGBT, população do campo, floresta, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos indígenas.

Proposta 10 – Manter, ampliar e fortalecer a política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social no que se refere ao atendimento à crianças e adolescentes garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações de modo a assegurar efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e pelo CREAS - Centros de Referências Especializados de Assistência Social; da ampliação e qualificação da oferta de serviços do acolhimento em família acolhedora e de centros-dia para pessoas com deficiência em articulação, com os órgãos gestores dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do Poder Executivo.

São essas então as propostas priorizadas para o eixo 1. Passo a palavra novamente ao coordenador da mesa Conselheiro professor Marco Antônio.

Marco Antônio Quero agradecer então o seu Luciano Antônio de Moura Conselheiro do CONANDA e representante do Governo Federal e quero agora chamar para fazer a leitura, o Flávio Henrique Silva Santos representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas no Comitê de Participação do Adolescente CPA/CONANDA. Por favor Flávio tem a palavra.

Flávio Henrique Silva Santos - Alagoas/CPA-CONANDA, Bom dia a todos. Foi-me passada a responsabilidade de ler as propostas dos eixos 2 e 3 e eu queria começar agradecendo a todos e todos que todas que compuseram esses eixos. Não é uma discussão fácil e definitivamente não é uma discussão confortável falar sobre violência e orçamento e eu sei que muitos de vocês poderiam se isolar em quaisquer que sejam suas zonas de conforto, mas não, vocês dedicaram as suas plataformas, fizeram bom uso, converteram essas políticas que vão servir de melhoria para a infância e adolescência desse país. Então por isso queria dizer que eu e todos os adolescentes nos lembraremos disso e somos muito gratos.

Proposta 1 - A primeira proposta priorizada para o eixo 2 foi tornar o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes ameaçados de morte a PPECAN uma política pública de estado alinhada com o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento a Letalidade Infanto-Juvenil com financiamento permanente e apoio técnico aos Estados com fundamento nos direitos humanos e no ECA qualificando e ampliando sua capacidade dentro de atendimento, fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e garantido acolhimento provisório imediato por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em família solidária ou família acolhedora para os casos incluídos no PPCAN desacompanhados dos pais ou responsáveis de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Proposta 2 - É a proposta dois efetivar ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes garantindo a destinação de recursos próprios para a construção de uma rede de proteção integral o fortalecimento das políticas intersetoriais do sistema de garantia de direitos, a estruturação de forma unificada da rede de atendimento, o respeito às diversidades de gênero, classe, raça, etnia, comunidades tradicionais e povos originários, o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada, interligada e a notificação compulsória assegurando a interação e a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

Proposta 3 - Assegurar de forma permanente e continuada a formação e capacitação de todos os profissionais agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos e na assistência social tais como CRAS, CREAS e instituição de acolhimento, inclusive profissionais da educação, da saúde, do sistema de Justiça, da segurança pública e conselheiros tutelares respeitando as diversidades de gênero, classe, raça, etnia, comunidades tradicionais, povos originários e visando garantir de forma humanizada, especializados Direitos da Criança e do Adolescente.

Proposta 4 - Implementar com destinação orçamentária específica as ações decorrentes da aplicação da lei 13431/2017, a lei da escuta especializada, criando um fluxo de trabalho e protocolos inter setoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificada e proveniente de concursos públicos para realizar escuta qualificada a depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, principalmente a violência sexual, evitando com isso a revitimização.

Proposta 5 – Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes de modo a que garantam o atendimento em tempo integral, com equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de vítimas e os testemunhos de violência. Que haja comprometimento das três esferas de governo visando a obrigatoriedade do sistema de garantia de direitos no município.

Propostas priorizadas para o eixo 3

Proposta 1 - Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos que abordem dedução do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas e de acordo com um artigo 260 do ECA um mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais, destinação de verbas repatriadas por condenação de corrupção e violência contra crianças e adolescentes, destinação de percentual das multas de trânsito, estacionamento rotativo bem como de todas as multas decorrentes de violação de direitos humanos que envolvam crianças e adolescentes. Incentivos fiscais à empresas e multas judiciais, porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais entre outros assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente com o devido acompanhamento dos conselhos da sociedade civil e poder público.

Proposta 2 - Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da Federação nos estados, municípios, Distrito Federal e União e assegurar os repasses à estados, municípios e Distrito Federal dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes criando lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social da arte da cultura, do lazer e do emprego e serviços de proteção básica especial entre outros, de acordo com a diversidade de cada território tendo como base diagnósticos locais garantindo maior equidade. Para tanto estabelecer percentuais mínimos a serem definidos para o repasse de diferentes fontes incluindo arrecadação da receita bruta da esfera Federal diretamente aos municípios, arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios e recursos de multas judiciais, extra judiciais e administrativas sofridas por pessoas físicas e jurídicas no Estadual. No PRÉ SAL percentual destinado à assistência social e royalties das hidrelétricas estaduais.

Proposta 3 – Destinar financiamento específico visando a equidade no atendimento de crianças e adolescentes levando em conta a diversidade sócio-territoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados garantindo a transferência de recursos, inclusive do Fundo Nacional para Criança e Adolescente para os municípios que prestam atendimento emergencial a estes grupos bem como para o Distrito Federal.

Proposta 4 - Articular junto ao Legislativo e as forças políticas nacionais e estaduais a revogação da emenda constitucional número 95 de 15 de dezembro de 2016 que altera o ato das disposições constitucionais transitórias instituindo um novo regime fiscal e dá outras providências, a qual congela investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Proposta 5 - Última - Destinar percentual mínimo a ser definido de recursos das emendas parlamentares estaduais, distritais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da Assistência Social e no atendimento à crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade e risco social por meio da lei específica para esta finalidade fortalecendo os fundos dos direitos das crianças e dos adolescentes e considerando o ciclo orçamentário LDO, PPA E LOA.

Passo agora a palavra ao professor Marco para dar continuidade.

Marco Antônio Parabéns Flávio. Agradecer ao Flávio Henrique Silva Santos que é o representante de Alagoas do CPA e passo imediatamente a palavra para Ana Rita Silva Magalhães, adolescente do Pará, representantes escolhidas pela plataforma virtual para o Comitê de Participação do Adolescente CPA. Ela lerá as propostas prioritárias dos eixos 4 e 5. Com a palavra Ana Rita.

Ana Rita – adolescente CPA/PARÁ, Olá bom dia. Queria primeiramente agradecer a presença de todos E

todas, agradecer ao CONANDA por estar realizando a 11ª conferência de forma virtual para todas as crianças e adolescentes que não puderam estar aqui e comparecer presente. Eu fiquei com a responsabilidade de fazer a leitura dos eixos 4 e 5.

Propostas prioritárias para o eixo 5

Proposta 1 - Garantir por meio de confinamento dos governos federal, estaduais e municipais uma política permanente de formação continuada para crianças e adolescentes especialmente dos CPAS e dos fóruns CDCAS. Os conselheiros tutelares e de direito e demais profissionais que atuam no sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio da promoção de recursos seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências como opção de educação à distância de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente tais como assessoria jurídica, assessoria técnica, assessoria contábil, secretaria executiva e cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos conselhos.

Proposta 8 - Garantir os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente das três esferas de governo, municipal, estadual e nacional, com previsão nas leis Municipal estadual e nacional, sede própria e recursos humanos inclusive secretariado executivo, assessoria técnica, assessoria jurídica e assessoria contábil, assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo CNDCA, CEDICA e CONANDA como órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente, do Fundo Estadual dos Direitos da Criança do Adolescente e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA além de articular o diálogo permanente com os demais atores do sistema de garantia de direitos, a sociedade em geral e o poder público visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CNDCA, CEDICA E CONANDA.

Proposta 5 - Garantir inclusive por meio da alteração da legislação vigente a participação de criança e adolescente nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de execução de políticas direcionadas a infância e adolescência Especialmente nos conselhos de direito por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescentes - CPA nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes assegurando a formação continuada e os recursos necessários para sua plena participação.

Proposta 20 - Efetivar o plano decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente e capacitar os conselheiros de direito, técnicos e gestores para criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescente assegurando o processo de monitoramento e avaliação de resultados.

Proposta 9 – Implantar e ampliar de forma descentralizada as escolas de conselhos em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento de modo a garantir que os conselheiros tutelares e de direito tenham formação especializada na área de infância e adolescência com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos para crianças e adolescentes.

Proposta priorizada para o eixo 4

Proposta 11 - Efetivar a Criação do Comitê de Participação da Criança e Adolescência – CPA - nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional com base na resolução nº 191/2017 do CONANDA

garantidas estrutura, locomoção e alimentação para os seus membros, assegurar a representação no CPA das diversidades culturais existentes no país e promovendo a sua participação na organização das conferências municipais, estaduais, distrital e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria.

Proposta 2 - Implantar e divulgar em nível nacional espaços e ferramentas virtuais, canais digitais, aplicativos, portal on-line, banco de dados de projetos já existentes, salas de batepapo, aulas on-line, vídeos, jogos referentes a cidadania, bibliotecas digitais e etc, com acessibilidade à todos os públicos para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violação de direitos tratando de forma permanente termos pertinentes aos interesses das crianças e adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais identitárias. A plataforma do aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CNDCA's.

Proposta 4 - Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas rurais em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que disponibilizem equipamentos de informática adequados, amplo acesso à internet e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e a efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

Proposta 5 – Instituir, ampliar e qualificar a espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes já existentes e criando outros novos nas áreas urbanas rurais para realização de atividades artísticas, culturais desportivas e de lazer priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência de modo a estimular o protagonismo infanto-juvenil. Ampliar os recursos para as políticas públicas de assistência social, educação e cultura de modo a fazer com que estes espaços sejam usados tanto para a participação quanto para evitar que crianças e adolescentes se coloquem em situação de risco.

Proposta 10 - Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta as suas propostas e demandas por meio de criação de parlamento jovem, comissão parlamentar jovem nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes em articulação com o Conselho de Direito, sociedade civil e demais parceiros.

Obrigada.

Marco Antônio, Parabéns Ana Rita Silva Magalhães. Não é fácil. Esses dois adolescentes, o Flávio e a Ana Rita que vocês estão acompanhando aqui nesse último dia de conferência, representam aquilo que cada um e cada uma aqui deseja para a sociedade brasileira: que eles tenham voz, protagonismo. É necessário elaborar as suas propostas que são representações de milhões de crianças e adolescentes desse país. Não são privilegiados. Muito pelo contrário. Assumiram a partir do processo democrático eleitoral das suas bases esse desafio que é contribuir com nós adultos e tem uma visão não muito estreita desse procedimento e chamam a atenção de toda a sociedade. As crianças e adolescentes tem condição de serem autônomas, independentes, de poderem pensar a sua própria condição de vida no momento específico em que se encontram de faixa etária e eu quero parabenizar. É uma honra tê-los aqui comigo no dia de hoje. Vocês representam toda uma luta histórica que não é minha, não é dos conselheiros atuais, mas vem de longa data e felizmente conseguimos superar essa barreira.

Então nós encerramos as 25 propostas prioritárias. Quero lembrar que apesar de serem prioritárias as

564 continuam valendo, ok? Muito desafio por aí. Entramos agora na fase das moções. Nós tivemos mais de 30 moções, um grande debate também, nós acompanhamos virtualmente esses debates e conforme diz o nosso regimento aquelas que tiveram 50% mais 1 dos votos válidos foram consideradas aprovadas. E são essas que nós passaremos a ler agora.

MOÇÕES

As moções não são palavras ao vento. A única política que agrega em 64 propostas de indignação, de (ÁUDIO CORTADO). Não, é o contrário. É a voz da sociedade brasileira nesse encontro que realizamos, a 11ª Conferência, ficará registrado tudo aquilo que poderia ter sido avançado e não foi ou tudo aquilo que deveria ter se mantido e regrediu bem como aquilo que nós fizemos e todos nós, sociedade brasileira, está de parabéns.

Então é esse registro que as moções na política significam. Não são palavras ao vento. É muito pelo contrário.

Bom, então eu passo a ler agora, nós vamos dividir, né? Cada um aqui recebeu uma quantidade de moções porque, é claro, a mesa é democrática, ninguém centraliza e essa perspectiva de uma sociedade justa igualitária. Farei a leitura das moções 1 a 8.

Moção aprovada número 1 – Proponente (AUDIO CORTADO) Santa Catarina

Moção de apoio. Venho por meio desta ressaltar o empenho dos profissionais da educação desse país que assim como os pais ou responsáveis por crianças e adolescentes não pouparam esforços para garantir a continuidade do ano letivo num processo complicado, migrando do ensino tradicional para o ensino remoto emergencial, amparados pela portaria nº 544 e 17 de junho de 2020 a qual estendeu até quando durará a situação de pandemia no país. Tenho que mencionar aqui o esforço de todo o SGD - Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, CONANDA, CEDICA, CNDCA, Ministério Público, Conselhos tutelares e todas as secretarias que compõem esta rede ao elaborar planos de contingência e também se reunirem de forma remota para não deixar o público infantojuvenil desse país desamparado ao propor várias frentes de trabalho, inclusive em situação de não atendimento por parte do poder público. Usar o FIA - o fundo da infância para suprir necessidades oriundas e resultantes do covid-19.

Moção aprovada 2 - proponente Luciano Antunes de Moura, Distrito Federal

Moção de apoio. Parabenizamos a secretaria executiva pelo excelente trabalho à frente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –CONANDA pelo excelente trabalho na 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Moção aprovada 3 - Proponente Emily Rayane Coelho Silva, Distrito Federal

Moção de apoio - Parabenizamos a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que implantou a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ENDICA. Importante ferramenta de formação e capacitação do sistema de garantia de direitos.

Moção aprovada 4 - Proponente Emily Rayane Coelho Silva, Distrito Federal

Moção de apoio. Parabenizamos a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pela gestão do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, importante ferramenta para a política da criança e do adolescente.

Moção aprovada 5 - Proponente Marco Antônio Soares, São Paulo

Moção de apoio Moção de apoio à laicidade e a diversidade curricular e de gênero como pressupostos para a qualidade social e a inclusão nos sistemas educacionais.

Moção aprovada 6 - Proponente Marco Antônio Soares, São Paulo

Moção de apoio. Moção de apoio à regulamentação imediata do FUNDEB permanente e em defesa de mais recursos públicos para a escola pública inclusiva e de qualidade.

Moção aprovada 7 - Proponente Marco Antônio Soares, São Paulo

Moção de repúdio. Moção de repúdio à privatização e a mercantilização da educação pública inclusive em âmbito da reforma administrativa, PEC 32/2020, e pela aprovação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Moção aprovada 8 – Proponente Marco Antônio Soares, São Paulo Moção de apoio.

Moção de apoio à escola pública universal, regular, gratuita, democrática e desmilitarizada.

Passo a palavra para continuidade de leitura de moções. A partir da moção 9 ao conselheiro Luciano.

Luciano de Moura

Moção aprovada 9 - Proponente Teila Martins Cavalcante, Pernambuco.

Moção de repúdio. Manifestação de repúdio à terceirização e implementação de modelos alternativos ao CEANCI no estado de Minas Gerais ao estabelecer sistemas de cogestão ou metodologias da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no atendimento socioeducativo estadual tendo em vista que fere os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no CINASE e na democracia participativa ao não submeter as propostas aos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

Moção aprovada 10 - Proponente Jucilei Barbosa Rodrigues, Pará

Moção de repúdio. Esta moção é de repúdio ao governo brasileiro, ao Governo do Estado do Pará e ao governo do município de Abaetetuba que estão autorizando a instalação de um terminal de uso privado pela empresa multinacional Cargill em território de projeto de assentamento agroextrativista na região das ilhas do município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Moção aprovada 11 - Proponente Maria Angélica de Moraes, Santa Catarina

Moção de repúdio. Trata-se de manifestação de repúdio ao teor do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020 que institui a política nacional de educação especial.

Moção aprovada 12 - Proponente Maria Angélica Pimenta, Santa Catarina

Moção de apoio. Trata-se de manifestação de apoio à todos os profissionais de saúde que vem dedicando a sua vida em prol da saúde e as vítimas da covid-19.

Moção aprovada 13 - proponente Maria Angélica Pimenta, Santa Catarina

Moção de apoio. Que o Senado Federal inclua na pauta de discussão sobre o projeto de lei do Plano Nacional de vacinação contra a covid-19 para receber a vacina no primeiro grupo os profissionais de assistência social e conselheiros tutelares uma vez que estes não deixaram de atender as demandas e por consequência muitos adoeceram. Nos planos de contingência estão como linha de frente para garantir o acesso aos serviços que durante a pandemia não parou. São grupos de risco e por consequência do contexto devem ser incluídos assim como os profissionais de saúde, grupos de risco, doentes crônicos, indígenas e grupos quilombolas.

Moção aprovada 14 - proponente Regina Coelli Kalil Lustosa Leão, Rio de Janeiro

Moção de apoio. Apoio de forma Incondicional a implementação do CPIECT em todos os municípios e para todos os conselhos tutelares do Brasil. Também reforçamos a recomendação deliberada pelo CONANDA aos prefeitos e também às câmaras municipais que façam os investimentos necessários particularmente quanto à estrutura das instalações, equipamentos e manutenção, capacitação dos conselheiros tutelares e de dotação orçamentária para incluir o CPIECT definitivamente na política de

atendimento à criança e ao adolescente de todos os municípios do Brasil, subsidiando assim o sistema de garantia de direitos.

Moção aprovada 15 - proponente Alzira Aparecida Santos, Minas Gerais

Moção de apoio. Os delegados e delegadas que abaixo subscrevem solicitam que após ouvido o soberano plenário desta 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente se envie Moção de apoio, apelo, a implantação de delegacias especializadas de atendimento ao adolescente vítima em qualquer situação e o autor de ato infracional em Governador Valadares, Minas Gerais.

Moção aprovada 16 - proponente Iolete Ribeiro da Silva, Amazonas

Moção de repúdio. A presente Moção tem por objetivo repudiar as ações que dizem respeito à regulamentação, aquisição e implementação de uso de tecnologias não letais, armas menos letais, no atendimento sócio-educativo.

Passo a palavra ao adolescente Flávio para continuidade da leitura.

Flávio Henrique Silva Santos

Moção aprovada 17 - proponente Glícia Thaís de Miranda Repúdio. Moção de repúdio aos projetos de lei em todas as esferas de poder que visam implantar e autorizar o ensino domiciliar como alternativa de garantia para a educação de crianças e adolescentes no país. Inconstitucionalidade violação à doutrina da proteção integral nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Moção aprovada 18 - proponente Felipe Vinícius Mendonça da Silva, Ceará

Moção de apoio. Reivindicar ao governo do Estado do Ceará e da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará como medida de garantia da proteção integral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em concordância com as leis números 12.318 de 26 de agosto de 2010 e número 8112 de 11 de dezembro de 1990 a imediata realização de concurso público para o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará.

Moção aprovada 19 - proponente Marcela Rolim e Ana Angélica, Distrito Federal

Moção de apoio. Reconhecimento da importância da política de assistência social e do SUAS na proteção social de crianças e adolescentes a partir do trabalho social com famílias.

Moção aprovada 20 - proponente Taís Nascimento Dantas, São Paulo Repúdio

Moção de repúdio ao decreto presidencial nº 10.003 de 2019 que enfraquece o CONANDA, viola a democracia e absoluta prioridade os direitos de crianças e adolescentes.

Moção aprovada 21 - proponente Thais Nascimento Dantas, São Paulo

Moção de repúdio. Moção de repúdio ao decreto presidencial nº 10.502/2020 que impõe a exclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação.

Moção aprovada 22 - proponente Thais Nascimento Dantas, São Paulo

Moção de repúdio à postura do estado brasileiro frente à crise ambiental e mudanças climáticas

Moção aprovada 23 - proponente Thais Nascimento Dantas, São Paulo

Moção de repúdio à não aplicação de recursos para políticas públicas voltadas à infância e adolescência e ao corte de investimentos sociais.

Moção aprovada 24 - proponente Marco Antônio Soares, São Paulo

Moção de repúdio ao incentivo ao trabalho infantil contrariando legislações nacionais e acordos

internacionais.

Passo a palavra para Ana Rita para dar continuidade a leitura das emendas das Moções.

Ana Rita

Moção aprovada 25 - proponente Graciele Silva de Matos

Moção de repúdio. Moção de repúdio referente ao decreto 9759/2019 de 12 de Abril que extinguiu e limitou a atuação dos órgãos colegiados em nível de governo federal desdobrando para o impacto estadual e municipal da participação social através dos Conselhos de Políticas Públicas e Direito.

Moção aprovada 26 - proponente Ademilde (ÁUDIO CORTADO), Santa Catarina

Moção de Apoio. Parabenizo o CONANDA e a todos os envolvidos pelo esforço em realizar 11ª Conferência Nacional da Criança e Adolescente mesmo em meio a pandemia colocando a preocupação com a criança e adolescente em primeiro lugar, não permitindo que o período atual interrompesse o trabalho que já vem sendo realizado para a garantia desses direitos sendo que mesmo por meio virtual não mediram esforços.

Moção aprovada 27 - proponente Bárbara Maria Souza Matos, Rio de Janeiro

Moção de repúdio. Nós conferencistas presentes na 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada de 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020 de forma virtual repudiamos a decisão do Governo do Estado do Rio de Janeiro de realizar a fusão da Fundação para a Infância e Adolescência com a Fundação da Leão Rio de Janeiro, (leitura confusa) mantém uma rede conveniada de entidades representativas da sociedade civil responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência NACAS, abrigamos para crianças em situação de risco e com deficiência em defesa da proteção integral de crianças e adolescente. As duas Fundações possuem públicos e finalidades distintas sendo assim e de responsabilidade do Estado, assume financeiramente as ações da média e alta complexidade em conjunto com os municípios. Por esta razão a função colocará em risco a continuidade de ações continuadas que são essenciais para garantir os direitos de crianças e adolescentes

Moção aprovada 28 - proponente Renan Ferreira

Moção de repúdio. Apoio à contratação de Aprendizés pela administração pública em nível municipal

Moção aprovada 29 - proponente Renan Ferreira

Moção de apoio. (1H06:59) Que o governo federação não altere a SBO e o QBQ de maneira que gere prejuízo a aprendizagem profissional

Moção aprovada 30 - proponente Renan Ferreira

Moção de apoio. Preservação das políticas públicas da aprendizagem profissional

Moção aprovada 31 - proponente Eufrásia Maria Sousa das Virgens, Ana Paula da Silva Rodrigues, Davi Souza Martins e Saturnina Pereira da Silva, Rio de Janeiro

Moção de repúdio. Por ocasião da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentamos moção de repúdio aos homicídios de crianças e adolescentes destacando a grande letalidade provocada por ações de Agentes dos Estados, fazendo apelo público para revisão da política estadual da Segurança Pública visando a preservação das vidas, especialmente de crianças e adolescentes no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.

Passo a palavra para o professor Marco para a continuidade dos trabalhos.

Marco Antônio, Muito bem. Parabéns Ana Rita. Quero lembrar aqui que todas essas lidas, nós temos aqui 31, foram as aprovadas. 51 por cento mais 1 dos votos válidos, é o que nós temos são as ementas, o resumo do texto, do conteúdo da íntegra e ele será disponibilizado nos canais de comunicação do CONANDA aqui não é possível ler todos os textos até por conta do tempo e as condições que nós nos encontramos aqui na tecnologia. Bom, dito isso nós já vamos nos encaminhando para encerrar essa mesa gostaria então aqui de saudar a todos e todas que me acompanham e vou passar a palavra então para os adolescentes para uma breve saudação, o Luciano, Conselheiro representante do Governo Federal e aí nós encerramos para a próxima mesa. Ok?

Quero chamar aqui o Flávio para fazer as suas considerações finais e na sequência Ana Rita depois o Luciano. E aí encerramos. Com a palavra o Flávio.

Flávio Henrique Silva Santos, Eu queria novamente agradecer a todos os proponentes como alguém membro da juventude, que como o Marquinhos falou a gente vem aqui com a responsabilidade de fazer uma representação de milhões e vocês ajudam. Saber que essa rede existe, a importância da existência dessa rede é saber que muitos dos nossos problemas não são só pessoais, mas são coletivos, que são de grupos sociais mas que são das nossas regiões e que são projetos políticos antigos, né? São tão políticas que são feitas para complicar e para tornar a vida dos jovens mais difícil dessa grande população, dessa massa populacional. Chegar aqui e saber que existe toda uma rede composta de proponentes que fazem propostas como essa, que botam para fora, externalizam essas ideias incríveis que podem e vão nos beneficiar com o apoio de todas as instituições, de todos os mecanismos é um sentimento muito bom. Então eu queria agradecer parabenizar e é isso. À todos os proponentes e a todos que participaram desta 11ª conferência.

Marco Antônio

Tudo bem. Parabéns Flávio. Agora com a palavra para fazer as considerações finais a adolescente Ana Rita, por favor.

Ana Rita, Primeiramente eu queria agradecer à todos vocês, agradecer ao CONANDA novamente. Queria dizer que sem vocês não teria acontecido, queria agradecer as pessoas que enfatizaram essas propostas, que deram essas ideias incríveis como o Flávio falou. É bom saber que a nossa voz está sendo ouvida cada vez mais, é bom saber que a gente tá no espaço que a gente pode atuar, que a gente pode dar as nossas propostas, que a gente pode exercer nossas ideias, que a gente pode ser do jeito que a gente quiser. Estamos representando todos as crianças e adolescentes do Brasil para que eles possam ter seus direitos garantidos todos os dias, todas as horas e que cada minuto uma criança e um adolescente têm os seus direitos negados em cada estado, em cada município do nosso Brasil. Agradecer novamente. Obrigada.

Marco Antônio, Muito bem. Parabéns Ana Rita. É uma honra mais uma vez passar a palavra para o representante do governo federal, Luciano, para as considerações finais.

Luciano de Moura, Eu confidenciava há pouco com o conselheiro professor Marco que nós estamos diante de um fato histórico. É motivo de muito orgulho, de muita emoção, poder compor uma mesa de uma conferência nacional ombreado com adolescentes como Flávio e Ana Rita. É muito orgulho poder fazer parte de uma mesa aonde os adolescentes, que são os protagonistas. podem estar aqui conosco falando do seu direito, falando da sua aspiração, então nós podemos dizer, né professor Marco? Nós vivemos para ver isso e nós fizemos parte de adolescentes que vão mudar a história dessa nação. Nas minhas considerações finais eu gostaria de relembrar o artigo 227 da Constituição Federal que em suma ele disse que o adolescente e a criança são prioridades absolutas e dentro dessa rede de proteção à família é parte relevante. O Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos tem trabalhado de maneira hercúlea para fortalecer os vínculos familiares (ÁUDIO CORTADO) e todo o sistema. Obrigado.

Marco Antônio Obrigado Conselheiro Luciano. Bem, então vamos chegando ao fim. Eu quero fazer aqui também uma breve saudação à sociedade brasileira. O que vocês veem nesse momento é uma ação que se concretiza depois de décadas de muito esforço. É óbvio que nós todos temos e podemos colocar, “Olha nós podemos avançar nisso, podemos aperfeiçoar aquilo...”. Ótimo, excelente E é assim que tem que ser. O mundo, ele tem conjunturas e cada vez que essa realidade vai sendo alterada nós temos que rever as nossas posições. O importante é que o CONANDA é um patrimônio da sociedade brasileira. Ele, como eu havia dito, ele não é nosso. Eu sou professor. A minha base da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. O CONANDA não é nosso. O CONANDA não é de governos.

O CONANDA é um patrimônio da sociedade brasileira, mas é óbvio que são pessoas, não é uma entidade abstrata, são pessoas, organizações que é com muita luta, cada um passando o bastão para o outro vai avançando na luta. Nesse período que nós estamos concluindo nesse mês de dezembro, essa gestão da sociedade civil, infelizmente estamos num impasse jurídico, mas eu gostaria de anunciar brevemente que o nosso secretário executivo, Lucas, já começou a finalizar o trabalho dessa gestão e apesar de tudo que aconteceu, acredito que todos os militantes aqui já tem conhecimento, nós tivemos até o presente momento, ainda temos a última assembleia. Na próxima semana é a última Assembleia dessa gestão, 2037 ações, apesar de tudo e de todos, 2037 ações que no dia de hoje vocês, todos e todas, podem perceber que a sociedade avançou em um muito aspecto, regrediu em outros e portanto o CONANDA, que é um patrimônio da sociedade brasileira não pode e não deve se esvaír e ficar no limbo.

Quero fazer dois apelos aqui para encerrar a nossa participação. Dois apelos e são apelos simples, singelos, fraternos inclusive, solidários. Eu gostaria imensamente de fazer um apelo para o Executivo sobre o decreto. Retire esse impasse jurídico do Supremo Tribunal Federal. A experiência, como outras ações que nós tivemos, foram construídas paritariamente inclusive quando a sociedade civil tem a maioria poderíamos impor nossa vontade no voto democrático do Conselho, mas nos não fazemos isso. Essa não é a primeira vez. Quem tem experiência em conselhos nesse país e nós estamos falando para militância, sabe que eu tô dizendo você pode impor a sua vontade e lá na frente a coisa não se concretiza. Então, exercer o poder por conta da maioria não é da democracia igualitária, participativa. Muito pelo contrário nós já vimos esse filme antes. O Conselho não é nosso, não é meu, não é dos demais. É do povo brasileiro.

Segundo apelo, também fraterno e solidário. Não deixe que nós, nós que eu digo é a instituição CONANDA sem ter o Conselho definido. O que vai acontecer com esse conselho? Deveríamos ter eleição. Não temos. Tá lá. Todos os argumentos que a sociedade civil utiliza para fazer a sua reflexão devem ser ouvidos. Do ministro Barroso ao presidente Fux, que não ajudem as organizações da sociedade civil, mas ajudem a criança e adolescente desse país. A 11ª conferência demonstra que sem CONANDA a democracia enfraquece, a sociedade igualitária, justa, fraterna enfraquece.

São esses dois apelos que eu gostaria de fazer. Acredito, pelo companheirismo que tenho das outras organizações nessa gestão, que não é pedir demais. Não é pedir demais, porque muitos antes de nós também ocuparam esse lugar e construíram essas políticas que fazem com que o estado brasileiro seja um estado referência nessa política nacional e internacional na América Latina. Nós temos muito conquistado para que um órgão como esse fique sem existir, sem sua funcionalidade. O nosso trabalho, quero lembrar para aqueles que pensam contrário, não tem conhecimento, nosso trabalho voluntário. Então, ele chega nesse momento em que nós estamos na última assembleia de dezembro, que será na próxima semana e tudo isso que nós fizemos, que se consagra nesse momento aqui, pode ficar letras mortas. Porque o Conselho afinal de contas não existe. Sem a sociedade civil não adianta ter governo e o contrário também é verdadeiro.

Então esses dois apelos que nós possamos sair mais fortes dessa crise, tanto a crise interna que se

colocou quanto a crise da pandemia. Vamos ter que sair mais fortes. Aqui não é A contra B, B contra C. Não é quem é melhor, quem é pior. Somos todos sociedade brasileira. Todos e é por isso que nós estamos aqui nesse momento simbólico, histórico e dizendo como que a sociedade brasileira, apesar da pandemia, pode exercer o seu poder democrático. 564 propostas mais de 30 moções. Nesse momento que se desfaz essa mesa nós teremos aqui a posse do CPA histórico nesse país e no planeta. É muito para se perder por conta de picuinhas, de vaidade. É muito a perder. Então, quero aqui agradecer imensamente à todos. Nós vamos aprender. Sabemos que apesar das nossas divergências nós não somos inimigos, agradecer a Ana Rita, agradecer ao Flávio, agradecer a todos que o companheiro mestre de cerimônias já na abertura fez isso, à todos os trabalhadores e trabalhadoras. Um forte abraço e a mesa se desfaz aqui. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia Senhoras e senhores. crianças e adolescentes neste momento CONANDA abrem espaço na 11ª CNDCA para a realização da cerimônia de posse dos integrantes do comitê de participação do Adolescente CPA CONANDA gestão 2020/2022. A resolução 191 de 2017 institui o mecanismo permanente de participação social de adolescentes no CONANDA, documento tem por objetivo garantir aos adolescentes o direito de serem ouvidos e participarem das decisões que lhe digam respeito, de acordo com a sua idade e maturidade, disposto na convenção sobre os direitos da criança da Organização das Nações Unidas, UNO, bem como promover seu protagonismo e participação nos espaços de convivência e de construção da Cidadania, inclusive nos processos de formulação, de liberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas como prevê o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; objetiva ainda concretizar as propostas aprovadas na 9ª e 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A estratégia prevista na resolução nº 191 um de 2017 inclui a promoção de mecanismos de participação de adolescentes nos conselhos estaduais e distrital em acordo com o disposto na resolução 159 do ano de 2013, que dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos direitos de crianças e adolescentes em conformidade com o objetivo estratégico 6.1 do eixo 3 do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

As resoluções sobre a participação de adolescentes nos conselhos nacional, estaduais e do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente consagra estratégia de participação permanente de adolescentes no âmbito dos conselhos.

A construção da política iniciou-se com as experiências do G8 ,G27 e do G38 na organização das últimas conferências nacionais dos direitos da criança e do adolescente, OCONANDA, entendeu necessário o aprimoramento e a expansão da participação de adolescentes nas suas atividades, instituir espaços permanentes e mais adequados para esse fim por meio da resolução. Integram o CPA do CONANDA adolescentes indicados pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente dos estados e do Distrito Federal, adolescentes selecionados pela plataforma virtual e pelo edital de entidade de grupos diversos.

Nesse momento convidamos a senhora Iolete Ribeiro presidenta do CONANDA para coordenar os trabalhos desta mesa e sempre com apoio da senhora Petrucia Andrade a quem também convidamos a fazer parte da mesa.

Neste momento passamos a palavra para senhora Iolete Ribeiro

Iolete, eu saúdo a todos os adolescentes, as adolescentes Esse é um momento muito importante para o CONANDA porque é um momento em que a gente consolida uma luta que iniciou há muito tempo e que começa a se concretizar com aprovação de uma resolução em 2017, mas que é integralmente né começa a ser cumprida nesse momento. Então esse é um momento de muita emoção porque é uma conquista

que a gente entende que é muito importante, Então saúdo todas as adolescentes e os adolescentes que participarão desse momento agora nessa cerimônia.

Eu passo a palavra para conselheira Petrúcia.

Petrúcia, Bom dia em especial todos aos participantes dessa conferência, quem nos está nos acompanhando nas redes sociais. Mas esse momento é muito especial para quem né eu sou oriunda da sociedade civil, e venho trabalhando há mais de 40 anos . Em 2005 na 6ª conferência estávamos acompanhando um grupo de adolescentes da casa de apoio da cidade de Contagem na 6ª conferência onde essa questão da participação do adolescente foi trabalhada, Então para nós hoje no governo é um momento emocionante poder tá trazendo essa realidade para que os adolescentes possam estar trabalhando, contribuindo né na participação cidadã colaborativa com o Conselho Nacional e propondo políticas para esse público muito obrigada.

Iolete Então nesse momento eu vou fazer a leitura dos nomes dos integrantes do CPA por estado e a gente começa falando adolescente titular pelo Estado do Acre. É Natália Maria Nascimento dos Santos. Ela foi indicada pelo Conselho Estadual.

Natália (vídeo): Olá meu nome é Natália Santos, eu tenho 16 anos, sou representante do estado do Acre e o meu compromisso com o estatuto da criança (PIQUE DE AUDIO) toda criança ou adolescente tem sim direito de fala e que eles devem sim lutar pelos seus direitos.

Iolete Eu passo a fazer a leitura né dos suplentes do estado do Acre. Esses suplentes foram indicados pelo Conselho Estadual, São Samuel Almeida Veras, Mayane Maria Nascimento dos Santos e Cristiele da Silva Batista. Titulares do estado de Alagoas: Flávio Henrique Silva Santos, foi indicado pelo Conselho Estadual, e esteve conosco ainda pouco; Pedro Lorena Oliveira Filho, que foi selecionado pela plataforma virtual.

FLÁVIO (vídeo): Oi eu sou Flávio, de Alagoas, e represento meu estado no CPA e minha meta com CPA é conseguir representar todos os adolescentes até os das realidades que não faço parte, tentando entender melhor cada uma das relações com o país das juventudes e os a minha plataforma da melhor maneira que eu puder.

PEDRO (vídeo): Olá meu nome é Pedro Oliveira, sou de Engenho do Largo (???), Alagoas e meu compromisso com CPA é estar representando os adolescentes de Alagoas, e participar na formulação e execução das políticas públicas voltadas à juventude e representar você jovem, independente de raça, cor, crença, classe social ou princípio.

Petrúcia eu estou lendo agora o suplente do Estado de Alagoas, o meu estado de nascimento... Ana Melissa Buarque de Carvalho Santos.

Iolete titular do Estado do Amazonas: Ramon Ferreira Lima. Ele foi indicado pelo Conselho Estadual.

RAMON (vídeo) Eu sou Ramon Ferreira, tenho 16 anos (problema áudio) e meu compromisso é dar mais voz aos adolescente nas políticas públicas e nos mostrar presentes a cada vez mais e lutar cada vez mais pelos nossos direitos, porque geralmente vimos muitos adultos falando sobre adolescente e não vemos adolescente falando do próprio adolescente e muito mais mesmo voz para falar o que nós precisamos mesmo e a nossa luta cada vez mais

Iolete: Titular pelo estado do Amapá Yan Victor Maciel Cardoso indicado pelo Conselho Estadual .

VICTOR (vídeo): Olá eu me chamo Yan Victor, tenho 16 anos, moro no estado do Amapá e represento todas as crianças e adolescentes do meu estado, O meu papel e o meu compromisso é articular junto com outras crianças e adolescentes a garantia de direito diante dos governantes; garantir o direito ao lazer, à saúde à segurança e principalmente a educação onde aqui no meu estado há muitas crianças e adolescentes fora da sala de aula; e também a inclusão de todas as pessoas crianças e adolescentes possibilitando a melhoria para nós que somos o futuro do Brasil um abraço.

PETRÚCIA: Suplentes do Estado do Amapá indicado pelo Conselho Estadual é o Thailon José Sousa Tavares

Iolete: e agora é suplente Daniel do Sacramento Almeida pelo conselho estadual, Leony Guilherme da Cruz Salustiano selecionado pela plataforma virtual, Jennifer de Jesus Silva que é representante da Associação Humana pelo Povo do Brasil Pessoas do Campo pertencente às famílias assentadas pela reforma agrária, pertencente à famílias de agricultores selecionadas pelo edital de entidades de grupos diversos.

DANIEL (vídeo) Boa tarde gente meu nome é Daniel, tenho 15 anos, participo do CPA Estadual dos meus 12 anos, eu sou do interior da Bahia, de Itapetinga, e o meu compromisso com você é representar os direitos da criança adolescente, mostrar que nós temos direitos a voz de participar do nosso futuro. Eu quero aprender muito com essa experiência fantástica para poder ajudar e poder passar essa experiência que eu estou tendo para os próximos adolescentes da Bahia que vão estar aqui logo logo .

JENNIFER (vídeo): Olá pessoal, sou Jennifer Silva, tenho 15 anos , e meu compromisso é representar todas as crianças e adolescentes principalmente os da zona rural para que haja melhorias na política de proteção de todos nós.

LEONY(vídeo): Oi meu nome é Leony Guilherme, de São Francisco do Conde Bahia e o meu papel no CPA além de lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes é quebrar a imagem frágil da nossa geração que foi inserida nas gerações anteriores e por na mente deles a imagem da geração que quebra padrões, que quebra o conceito retrógrado de todas as coisas que surgiram e inserir na cabeça deles também a geração de inclusão que nós temos.

Petrúcia: Bons suplentes do Estado da Bahia indicados pelo Conselho Estadual, São Ana Julia de Oliveira Lima, José Marcos Fogaça Marques ,Nayara Rayane Santos Mosso (??)

Iolete: Titulares pelo Estado do Ceará: Maria Eduarda Oliveira e Silva indicada pelo Conselho Estadual, Alex Ryan Lima da Costa ,selecionado pela plataforma virtual.

MARIA EDUARDA(vídeo) Olá o meu nome é Maria Eduarda, eu tenho 15 anos e sou do Estado do Ceará. O meu compromisso com o CPA é representar os nossos jovens seja criança ou adolescente, e disseminar informações entre esses grupos para que cada vez mais eles conheçam os seus direitos

Petrúcia : Suplentes do Ceará indicados pelo Conselho Estadual: Diego Gonçalves Freitas da Silva, Caroline Souza Ferreira, Antônio Davi Alves Rabelo, selecionados pelo edital de entidade de grupos diversos moradores de periferias e de comunidades; Tamires do Nascimento Santos representante do Projeto Comunitário Sorriso da Criança, Alexandre Thomé da Silva representante da Frente Beneficente para a Criança.

Iolete: Titulares pelo Estado do Espírito Santo. O titular é a Marta Valéria de Jesus Carvalho. Ela foi indicada pelo Conselho Estadual. **MÁRCIA (vídeo)** Olá me chamo Marta Valéria, tenho 16 anos, moro no Espírito Santo, Cariacica, e o meu compromisso com CPA é ir junto com as crianças e adolescentes atrás

de escuta e atrás dos nossos direitos e assim construiremos muitas coisas juntos e mostrar para elas que elas não precisam ter medo de nada, que elas podem sim se expressar quando quiser e da forma como quiser.

Petrúcia: Suplente do Estado do Espírito Santo indicada pelo Conselho Estadual é a Emilly Medeiros (incompreensível)

Iolete: titulares pelo Estado de Goiás: Aline Ferreira da Silva, indicada pelo Conselho Estadual, Safira Rodrigues dos Santos Rosa selecionada pelo edital de entidades de grupos diversos Povos e Comunidades Tradicionais do Segmento Comunidades Quilombolas, representante da Associação Futuro Melhor.

ALINE (vídeo): Olá a todos e a todas, meu nome é Aline Ferreira da Silva, tenho 15 anos sou de Goiânia, Goiás. Meu compromisso com o CPA é fazer uma boa representatividade buscando sempre a melhoria e a garantia dos nossos direitos e mostrar os adolescentes que podemos sim ser protagonistas e exigir nosso direito a voz em espaços que são nossos.

SAFIRA (vídeo) Oi pessoal, meu nome é Safira Rodrigues, tenho 14 anos moro em Cavalcante Goiás e o meu compromisso com o CPA é dar a voz todas as crianças e adolescentes do meu município, do estado de Goiás e do Brasil, principalmente as crianças calungas e quilombolas e os povos tradicionais. E acompanhar o CONANDA na elaboração e implementação das políticas voltadas às crianças e adolescentes

Petrúcia: para suplência do Estado de Goiás selecionado pelo Conselho Estadual nós temos o Guilherme Ferreira da Silva, Cauã Vitor Gonçalves de Souza e Safira Rodrigues dos Santos Rosa, suplente selecionado pelo edital de entidade de grupos diversos Pessoas com Deficiência, representante do Instituto Nacional de Nanismo Somos Todos Gigantes, Gabriel Iamin Nogueira

Iolete: titulares pelo Estado do Maranhão: Julia Rebeca Noronha Costa indicada pelo Conselho Estadual, Ana Beatriz Diniz Silva selecionadas pelo edital de entidades grupos diversos Meninas, representante da Plan Internacional Brasil.

ANA BEATRIZ (vídeo) Olá meu nome é Ana Beatriz, tenho 15 anos, sou do município de São Luiz do Estado do Maranhão e meu compromisso com CPA é ouvir, ser representatividade para crianças e adolescentes do nosso Brasil, especialmente no estado do Maranhão e sim mostrar as pessoas pretas, meninas e meninos como eu podemos ocupar cargo de grande influência no estado, no nosso Brasil e até nosso mundo como agora estamos ocupantes, pleitear ser criança e adolescente diferente de etnia, raça, cor, religião, orientação sexual “Avante para cima Maranhão e CPA”

JÚLIA REBECA(vídeo) oi meu nome é Julia Rebeca eu sou de São Luís e represento o estado do Maranhão . O meu compromisso com CPA é que juntos nós possamos lutar por espaços de participação de crianças e adolescentes menos adultocêntricos, que nós estejamos no centro, e além disso fazer com que a nossa voz seja escutada e respeitada e de fato considerada . PETRÚCIA: Vamos agora a leitura dos suplentes pelo Estado do Maranhão indicados pelo Conselho Estadual: é a Ana Beatriz Diniz Santos, Maria Gabriely Medeiros Dias e Nixon Cordeiro Cotrim IOLETE: O titular pelo Estado de Minas Gerais, Maurício Santos da Silva Damas indicado pelo Conselho Estadual.

MAURICIO (vídeo): Oi, eu sou Maurício tem 15 anos sou de Belo Horizonte Minas Gerais ,e o meu compromisso é representar os adolescentes de Belo Horizonte. PETRÚCIA: Suplentes do Estado de Minas Gerais é Maria Clara Felício Marinho Silva selecionada pelo edital de entidades de grupos diversos na categoria Meninas representante da Chield Funk Brasil

Iolete: Titular pelo Estado de Mato Grosso do Sul é Atena Sofia dos Santos Garcia, do Mato Grosso do Sul meu compromisso com a CPA é dar voz aos adolescentes em especial os adolescentes que tem problemas com drogas e tráfico e eu espero ajudar dando voz a eles.

Iolete declarou empossados os adolescentes que integram o CPA/CONANDA e ponderou que estão em um momento extremamente delicado em função de que a gestão da sociedade civil se encerará nesse mês de dezembro e ainda não realizaram o processo eleitoral para dá continuidade as atividades do CONANDA em 2021.

Mestre de Cerimônia agradeceu a todos pela participação, encerrando a cerimônia de posse dos integrantes do CPA/CONANDA.

Dando início a cerimônia de encerramento da XI CNDCA, convidou para compor a Mesa Virtual: Sra. Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do CONANDA representante da sociedade civil; Sra. Petrucia de Melo Andrade, Vice-Presidente do CONANDA e Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sr. Maurício José da Silva Cunha, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sr. Antônio Lacerda Souto, Conselheiro do CONANDA representante da sociedade civil e da Comissão Organizadora da XI CNDCA; Sra. Julia Rebeca Noronha da Costa, representante do CPA/CONANDA; Sr. Flávio Henrique Silva Santos, representante do CPA/CONANDA; Sra. Salete Valesan Camba, Diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil; e Sr. Irmão Vicente Falchetto, representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em seguida, convidou a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Executado o Hino Nacional Brasileiro, o Sr. Vicente Falchetto cumprimentou a todos e destacou a importância da participação dos adolescentes nessa conferência e da garantia de funcionamento do CONANDA. Discorreu que não acreditam em retrocessos e afirmou que devem garantir a implementação das moções aprovadas para continuar a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

A Sra. Salete Valesan Camba cumprimentou os presentes e parabenizou os adolescentes pela posse no CPA/CONANDA. Lembrou que o Estado brasileiro é responsável por viabilizar os direitos humanos de todos os cidadãos brasileiros e cabe à sociedade civil organizada o monitoramento das políticas públicas e participação nos espaços de controle e formulação. Lembrou também que a família tem a responsabilidade e o compromisso de garantir os direitos das crianças e adolescentes e não permitir que o Estado ou a sociedade brasileira ou a rede de proteção violem os direitos das crianças e adolescentes. Afirmou que as crianças e os adolescentes são prioridades absolutas.

O Sr. Flávio Henrique Silva Santos cumprimentou a todos e dedicou a sua explanação aos adolescentes e às crianças que são pauta dessa conferência. Arrazoou que todos os presentes participaram da história da criança e do adolescente nesse país, mas os adolescentes do CPA/CONANDA acabaram de definir um marco histórico.

O Sr. Antônio Lacerda Souto cumprimentou a todos e agradeceu e parabenizou a todos os membros da Comissão Organizadora da XI CNDCA e das subcomissões e todas as pessoas que contribuíram para a sua realização. Destacou que essa conferência foi um marco com a posse do CPA/CONANDA e enfatizou a necessidade de realizar e acelerar o processo de eleição da sociedade civil do CONANDA.

A Sra. Julia Rebeca Noronha da Costa cumprimentou os presentes e externou a sua felicidade por está fazendo parte desse encerramento. Compreendeu que as propostas de deliberações e moções aprovadas foram incriveis e que a posse dos adolescentes do CPA/CONANDA possibilitará a sua participação efetiva.

O Sra. Maurício José da Silva Cunha cumprimentou a todos e reconheceu o esforço do CONANDA para realização dessa conferência. Agradeceu a participação dos delegados e à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) que trabalhou no ambiente virtual em tempo recorde. Entendeu que as deliberações trazem questões importantes, explanando que elas são compromisso de todos, principalmente, as 25 deliberações priorizadas. Realizou um cumprimento especial aos membros do CPA/CONANDA e refletiu que o dia 10 de dezembro é uma data muito especial, convidando a todos para realizar a leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Petrucia cumprimentou os presentes e agradeceu a todos que possibilitaram a realização dessa conferência, externando a sua satisfação pela posse dos adolescentes.

Iolete explanou que o final de uma conferência é final de um ciclo iniciado em 2017 e informou que tiveram mais de 800 pessoas credenciadas na plataforma e mais de 10 mil visualizações através dos canais disponibilizados nessa conferência. Compreendeu que o trabalho realizado para execução dessa conferência virtual contribuirá para qualificar as conferências presenciais e discorreu que espera que as proposta aprovadas e priorizadas reverberem e orientem o planejamento dos próximos anos, pois a realidade da infância e da adolescência no país exige muita atenção. Discorreu que a presença do CPA/CONANDA inicia com toda a estrutura necessária para o funcionamento adequado e salientou a importância de resolver a situação de instabilidade vivida pelo Conselho.

Agradeceu a todos que trabalharam para realização da XI CNDCA, declarando encerrada a XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mestre de Cerimônia apresentou um breve relato do processo conferencial iniciado em 2018 e convidou a todos para a atividade cultural alusivo ao dia Internacional dos Direitos Humanos, apresentada pelo grupo artístico Escola Spanta do Rio de Janeiro.

É o Relatório.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Brasília, 22 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 10/02/2021, às 10:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1707769** e o código CRC **6B872C11**.

Referência: Processo nº 00135.224485/2020-51

SEI nº 1707769



1707741



00135.224485/2020-51



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 8º Andar Brasília, DF. CEP 70308-200. -
<http://www.mdh.gov.br>

Informação N.º 2/2021/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH

Processo nº 00135.224485/2020-51

Interessado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Propostas Priorizadas

Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências"
Brasil, 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020

Propostas Priorizadas Eixo 1:

Proposta 01 - Garantir, preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, formação continuada com vistas ao desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, profissionais da saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnico-raciais e culturais, em função dos diversos arcabouços jurídicos que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme entendimento do Decreto 6.040/2007, Resolução do CONANDA 181/2016, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei nº 13.010/2014.

Proposta 20 - Criar e implementar, por meio de novas adesões, Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o repasse fundo a fundo do cofinanciamento aos municípios.

Proposta 02 - Assegurar acesso à qualificação profissional e/ou ensino técnico e profissionalizante a

todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em serviços de acolhimento para adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Proposta 09 - Fortalecer o SGD- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolução 113 do CONANDA, por meio da intersetorialidade e transversalidade entre todos os órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção, incluindo órgãos Municipais, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas e Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos com deficiência, vítimas de violências, negros/as, LGBT, população do campo, florestas, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos indígenas.

Proposta 10 - Manter, ampliar e fortalecer a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes, garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação e qualificação da oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com deficiência, em articulação com os órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo.

Propostas Priorizadas Eixo 2 :

Proposta 15 - Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, alinhada com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infanto-juvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos Direitos Humanos e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato, por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Proposta 01 - Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

Proposta 02 - Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção, no Sistema de Garantia de Direitos e na assistência social, tais como CRAS, CREAS

e Instituição de Acolhimento, inclusive profissionais da educação, da saúde, do sistema de justiça, da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

Proposta 05 - Implementar com destinação orçamentaria específica, as ações decorrentes à aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada), criando fluxos de trabalho e 3 protocolos intersetoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificada e proveniente de concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, principalmente a violência sexual, evitando com isso a revitimização.

Proposta 12 - Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que garantam atendimento em tempo integral e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de vítimas e/ou testemunhas de violência e que haja comprometimento das três esferas de governo, priorizando a obrigatoriedade do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios.

Propostas Priorizadas Eixo 3:

Proposta 01 - Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos que abordem: dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas de acordo com o art. 260 do ECA; mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos, bem como todas as multas decorrentes de violações de direitos humanos que envolvam crianças e adolescentes; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais; porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais; entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

Proposta 07 - Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, Distrito Federal e União) e assegurar os repasses a estados, municípios e Distrito Federal, dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

Proposta 15 - Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as diversidades socioterritoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo a transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios que prestam atendimento emergencial a estes grupos, bem como para o Distrito Federal.

Proposta 08 - Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências", a qual

congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Proposta 11 - Destinar percentual mínimo, a ser definido, de recursos das emendas parlamentares estaduais, distritais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

Propostas Priorizadas Eixo 4:

Proposta 11 - Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional, com base na resolução nº 191/2017 do CONANDA; garantindo estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurar a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promovendo sua participação na organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria.

Proposta 02 - Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCAs e CEDCAs.

Proposta 04 - Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas, rurais e em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática adequados, amplo acesso à Internet e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos, com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e à efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

Proposta 05 - Instituir, ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil. Ampliar os recursos para políticas públicas de assistência social, educação e cultura, de modo a fazer com que estes espaços sejam usados tanto para a participação quanto para evitar que as crianças e adolescentes se coloquem em situações de risco.

Proposta 10 - Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

Propostas Priorizadas Eixo 5:

Proposta 01 - Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, uma política permanente de formação continuada para as crianças, os adolescentes (especialmente dos CPAS e dos Fóruns DCA), os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, tais como: Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria Contábil, Secretaria Executiva e cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos Conselhos.

Proposta 08 - Garantir aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente das três esferas de governo (municipal, estadual e nacional), com previsão nas leis municipal, estadual e nacional, sede própria e recursos humanos, inclusive Secretariado Executivo, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica e Assessoria Contábil assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo CMDCA, CEDCA e CONANDA como órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA) e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA, CEDCA e CONANDA.

Proposta 05 - Garantir, inclusive por meio da alteração da legislação vigente, a participação de crianças e adolescentes nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação.

Proposta 20 - Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direitos, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurando processos de monitoramento e avaliação de resultados.

Proposta 09 - Implantar e ampliar, de forma descentralizada, as Escolas de Conselhos em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento, de modo a garantir que os/as conselheiros/as tutelares e de direito tenham formação especializada na área da infância e adolescência, com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social, questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Estas foram as propostas priorizadas pela Décima Primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atenciosamente,

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/01/2021, às 11:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1707741** e o código CRC **9EF4C8D2**.

Referência: Processo nº 00135.224485/2020-51

SEI nº 1707741



1708133



00135.224485/2020-51



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 8º Andar Brasília, DF. CEP 70308-200. -
<http://www.mdh.gov.br>

Informação N.º 3/2021/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH

Processo nº 00135.224485/2020-51

Interessado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Moções Aprovadas

Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”
Brasil, 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020

• **Moção aprovada 1**

Proponente: Paulo Gerson Borges de Carvalho / SC

Apoio: Venho por meio desta ressaltar o empenho dos profissionais de educação deste país, que assim como os pais ou responsáveis por crianças e adolescentes, não pouparam esforços para garantir a continuidade do ano letivo num processo complicado, migrando do ensino tradicional para o ERE - Ensino Remoto Emergencial, amparados pela portaria nº 544 de 17 de junho de 2020 a qual estendeu até quando durar a situação de pandemia no país. Tenho que mencionar aqui o esforço de todo o SGD - Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, CONANDA, CEDCA, CMDCA, Ministério Público, Conselhos Tutelares e todas as secretarias que compõem esta rede ao elaborar planos de contingência e também se reunirem de forma remota para não deixar o público infanto-juvenil deste país desamparado, ao propor várias frentes de trabalho e inclusive em situação de não atendimento por parte do poder público, usar o FIA para suprir necessidades oriundas e resultantes do COVID-19.

[Moção na íntegra](#)

• **Moção aprovada 2**

Proponente: Luciano Antunes de Moura / SC

Apoio: Parabenizamos a Secretaria Executiva pelo excelente trabalho à frente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), pelo excelente trabalho na XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 3**

Proponente: Emilly Rayanne Coelho Silva /DF

Apoio: Parabenizamos a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que implantou a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA, importante ferramenta de formação e capacitação do Sistema de Garantia de Direitos.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 4**

Proponente: Emilly Rayanne Coelho Silva /DF

Apoio: Parabenizamos a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pela gestão do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, importante ferramenta para a política da criança e do adolescente.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 5**

Proponente: Marco Antônio Soares /SP

Apoio: Moção de apoio a laicidade e a diversidade curricular e de gênero como pressupostos para a qualidade social e a inclusão nos sistemas educacionais.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 6**

Proponente: Marco Antônio Soares /SP

Apoio: Moção de apoio a regulamentação imediata do Fundeb permanente e em defesa de mais recursos públicos para a escola pública, inclusiva e de qualidade!

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 7**

Proponente: Marco Antônio Soares /SP

Repúdio: Moção de repúdio à privatização e a mercantilização da educação pública, inclusive em âmbito da reforma administrativa (PEC 32/2020), e pela aprovação do Custo Aluno Qualidade – CAQ.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 8**

Proponente: Marco Antônio Soares /SP

Apoio: Moção de apoio à Escola Pública, Universal, Regular, Gratuita, Democrática e Desmilitarizada.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 9**

Proponente: Deila do N Martins Cavalcanti /PE

Repúdio: Manifestação de REPÚDIO a terceirização e implementação de modelos alternativos ao SIANSE no estado de Minas Gerais, ao estabelecer sistemas de cogestão ou metodologias da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) no atendimento socioeducativo estadual, tendo em vista que fere os princípios estabelecidos no ECA e no SINASE e da democracia

participativa ao não submeter as propostas aos Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

Moção na íntegra

- **Moção aprovada 10**

Proponente: Jucirlei Barbosa Rodrigues/ PA

Repúdio: Esta moção é de repúdio ao Governo Brasileiro, ao Governo do estado do Pará e ao governo do município de Abaetetuba, que estão autorizando a Instalação de um Terminal de Uso Privado – TUP, pela Empresa Multinacional CARGILL em território de Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, na região das Ilhas do Município de Abaetetuba, estado do Pará.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 11**

Proponente: Maria Angelica de Moraes/SC

Repúdio: Trata-se de manifestação de REPÚDIO ao teor do decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 12**

Proponente: Maria Angelica. M.A. Pimenta/SC

Apoio: Trata-se de manifestação de apoio a todos os profissionais de saúde que vem dedicando a sua vida em prol da saúde e às vítimas da Covid-19.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 13**

Proponente: Paulo Gerson Borges de Carvalho - Delegado/SC

Apoio: Que o Senado Federal inclua na pauta de discussão sobre o Projeto de Lei do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, para receber a vacina no primeiro grupo: os profissionais de Assistência Social e Conselheiros Tutelares, uma vez que estes, não deixaram de atender as demandas e por consequência muitos adoeceram. Nos planos de contingência estão como linha de frente para garantir o acesso aos serviços, que durante a pandemia não parou. São grupos de risco e por consequência do contexto devem ser incluídos assim como: os profissionais de saúde, grupos de risco, doentes crônicos, indígenas e grupos quilombolas.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 14**

Proponente: Regina Coeli Calil Lustoza Leão/RJ

Apoio: Apoio de forma incondicional a implementação do Sipia/CT em todos os municípios e para todos os conselhos tutelares do Brasil.

Também Reforçamos a recomendação deliberada pelo Conanda aos prefeitos e também às Câmaras Municipais, que façam os investimentos necessários, particularmente quanto à estrutura das instalações , equipamentos e manutenção, capacitação dos conselhos tutelares e de dotação orçamentária, para incluir o Sipia/CT definitivamente na Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente de todos os municípios do Brasil, subsidiando assim Sistema de garantia de direito.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 15**

Proponente: Alzira Aparecida Santos/MG

Apoio: Os Delegados e Delegadas que abaixo subscrevem, solicitam que após ouvido o Soberano Plenário desta “XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente”, se envie Moção de Apoio/Apelo à implantação da Delegacia Especializada de Atendimento ao Adolescente vítima em qualquer situação e autor de ato infracional em Governador Valadares - MG.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 16**

Proponente: Iolete Ribeiro da Silva/AM

Repúdio: A presente moção tem por objetivo repudiar as ações que dizem respeito à regulamentação, aquisição e implementação do uso de “Tecnologias Não Letais” (armas menos letais) no atendimento socioeducativo.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 17**

Proponente: Glicia Thais Salmeron de Miranda

Repúdio: Moção de repúdio aos projetos de lei, em todas as esferas de Poder, que visam implantar e autorizar o ensino domiciliar como alternativa de garantia para educação de crianças e adolescentes no País. Inconstitucionalidade e violação a doutrina da proteção integral, nos termos da Convenção sobre os direitos da criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 18**

Proponente: Felipe Vinicius Mendonça da Silva/CE

Apoio: Reivindicar ao Governo do Estado Do Ceará e da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará, como medida de garantia da proteção integral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em concordância com as Leis nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a IMEDIATA realização de concurso público para o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará (SEAS/CE).

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 19**

Proponente: Marcela Rolim e Ana Angélica/DF

Apoio: Reconhecimento da importância da política de assistência social e do SUAS na proteção social de crianças e adolescentes, a partir do trabalho social com famílias.

Moção na íntegra

- **Moção aprovada 20**

Proponente: Thaís Nascimento Dantas/SP

Repúdio: Moção de repúdio ao Decreto Presidencial nº 10.003 de 2019, que enfraquece o Conanda e viola a democracia e a absoluta prioridade dos direitos de crianças e adolescentes.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 21**

Proponente: Thaís Nascimento Dantas/SP

Repúdio: Moção de repúdio ao Decreto Presidencial nº 10.502 de 2020, que impõe a exclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 22**

Proponente: Thaís Nascimento Dantas/SP

Repúdio: Repúdio à postura do Estado brasileiro frente a crise ambiental e mudanças climáticas.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 23**

Proponente: Thaís Nascimento Dantas/SP

Repúdio: Trata-se de moção de repúdio à não aplicação de recursos para políticas públicas voltadas à infância e adolescência e ao corte de investimentos sociais.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 24**

Proponente: Marco Antonio Soares/SP

Repúdio: Moção de Repúdio ao incentivo ao trabalho infantil contrariando Legislações nacional e Acordos internacionais.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 25**

Proponente: Graciele Silva de Matos/RS

Repúdio: Moção de repúdio referente ao Decreto 9.759/2019 de 12 de abril de 2019 que extinguiu e limitou atuação dos órgãos colegiados em nível de Governo Federal, desdobrando para o impacto estadual e municipal da participação social através dos conselhos de políticas públicas e de direitos.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 26**

Proponente: Ademilde Pannace Delegada/SC

Apoio: Parabenizo o CONANDA e todos os envolvidos, pelo esforço em realizar a XI conferência nacional da criança e adolescente, mesmo em meio a pandemia, colocando a preocupação com a criança e o adolescente em primeiro lugar, não permitindo que o período atual interrompesse o trabalho que já vem sendo realizado para a garantia desses direitos, sendo que, mesmo por meio virtual não mediram esforços.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 27**

Proponente: Bárbara Maria Souza Mattos/RJ

Repúdio: Nós conferencistas presentes na XI Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, realizada do dia 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020, de forma virtual, repudiamos a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de realizar a fusão da Fundação para Infância e Adolescência (FIA-RJ) com a Fundação da Leão XIII. A FIA-RJ mantém uma rede conveniada de entidades representativas da sociedade civil, responsáveis pelo atendimento às crianças e

adolescentes em situação de violência (NACAs), abrigos para crianças em situação de risco e com deficiências (APAEs, Pestalozzi) em defesa da proteção integral de crianças e adolescentes. As duas fundações possuem públicos e finalidades distintas. Sendo assim, é de responsabilidade do estado assumir financeiramente as ações da média e alta complexidade em conjunto com os municípios. Por esta razão a fusão colocará em risco a continuidade de ações continuadas que são essenciais para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 28**

Proponente: Renann Ferreira/PR

Repúdio: Apoio a contratação de aprendizes pela administração pública a nível municipal.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 29**

Proponente: Renann Ferreira/PR

Apoio: Que o governo federação não altere a CBO e o QBQ de maneira que gere prejuízo à aprendizagem profissional.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 30**

Proponente: Renann Ferreira/PR

Apoio: Preservação da política pública da aprendizagem profissional.

[Moção na íntegra](#)

- **Moção aprovada 31**

Proponente: Eufrásia Maria Souza das Virgens, Ana Paula da Silva Rodrigues, Davi Sousa Martins e Saturnina Pereira da Silva/RJ

Repúdio: Por ocasião da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentamos moção de repúdio aos homicídios de crianças e adolescentes, destacando a grande letalidade provocada por ações de agentes do Estado, fazendo apelo público para revisão da política estadual de segurança pública visando à preservação das vidas, especialmente de crianças e adolescentes, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.

[Moção na íntegra](#)

Estas foram as moções aprovadas pela Décima Primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atenciosamente,

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/01/2021, às 12:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1708133** e o código CRC **26D492E9**.

Referência: Processo nº 00135.224485/2020-51

SEI nº 1708133

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1



Os fóruns de propostas deverão apreciar, debater e votar as proposições contidas no Caderno de Propostas relativas ao seu temário específico e serão realizados em três momentos.

Aqui estará disponível o caderno relativo ao Primeiro momento:

- O primeiro momento dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados. As emendas dos/as delegados/as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas.
- No Eixo 1 foram incluídas 123 propostas aprovadas nas etapas estaduais, que resultaram em 25 propostas sistematizadas, dispostas em ordem de recorrência (das que mais aglutinaram propostas estaduais às menos frequentes). Será possível ler abaixo de cada proposta nacional os códigos de origem, ou seja, quais propostas aprovadas nas etapas estaduais estão sistematizadas em sua redação (leia a seção 'Observações sobre a Sistematização' no Caderno de Propostas - [Documentos Referenciais](#)).

Importante saber que após o encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas.



Caderno disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 1 - Proposta 01

Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014.

Códigos de origem da proposta (22): AC-E1-02; AL-E1-02; AM-E1-06; AM-E4-09; BA-E1-03; BA-E1-05; BA-E4-02; BA-E5-02; ES-E1-03; MA-E1-03; MG-E1-03; MG-E4-04; MS-E1-04; MT-E1-01; PE-E1-01; PR-E1-02; RJ-E1-01; RN-E1-02; RO-E4-02; RR-E1-03; RS-E1-02; RS-E1-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Claudia Ferreira de Maya Viana **UF:** DF **Sugestão:** Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário,

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014. **Sugerido por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas raciais e culturais, em função dos diversos arcabouços jurídicos, que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme entendimento do decreto 6040/2007 e resolução do CONANDA 181/2016 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014. **Sugerido por:** Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Garantir, preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, formação continuada, inclusive desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão, aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014. **Sugerido por:** Marta Nileni Alves Gomes **UF:** RS **Sugestão:** Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Garantir formação continuada e o desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014. **Sugerido por:** Marcelo Couto Dias **UF:** DF **Sugestão:** Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014.

Eixo 1 - Proposta 02

Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante, nos moldes do Jovem Aprendiz e outros, a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Códigos de origem da proposta: AL-E1-01; AL-E2-06; AM-E1-04; GO-E1-02; MA-E2-01; MG-E1-01; MG-E3-04; MS-E2-05; MT-E1-05; PB-E1-03; PR-E1-03; RJE1-04; RJ-E2-01; RN-E1-05; RO-E2-03; RR-E1-02; RR-E2-04; RS-E1-03; SC-E1-02; SC-E4-01; SE-E2-07; TO-E1-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado **Sugerido por:** Marcos Pedro da Silva **UF:** GO **Sugestão:** Assegurar acesso a qualificação profissional e/ou ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado. **Sugerido por:** Ana Angélica **UF:** DF **Sugestão:** Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante, nos moldes do Jovem Aprendiz e outros, a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado. **Sugerido por:** Gabriel Silva Luciano **UF:** BA **Sugestão:** Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante, nos moldes do Jovem Aprendiz e outros, a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado. Enfatizando nas Escolas, a existência e diferença entre esses cursos, formas de ensinios ou até seus direitos básicos para todos alunos poderem ter a oportunidade e direito de saber e tentar sua vaga, principalmente na escolas mais afastadas do centro por passar despercebido pela falta de preparo por estes alunos vulneráveis.

Eixo 1 - Proposta 03

Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais e identitárias.

Códigos de origem da proposta: AC-E1-03; BA-E4-05; CE-E1-01; MA-E3-05; MG-E1-04; MS-E1-03; MS-E2-05; PA-E1-05; RN-E1-01; RN-E2-03; RS-E1-01; RSE1-02; SC-E1-01; SC-E1-03; SE-E4-04; TO-E1-02.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Jucirlei Barbosa Rodrigues **UF:** PA **Sugestão:** Garantir, implementar e efetivar políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais e identitárias. **Sugerido por:** Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais e culturais. **Sugerido por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo, acordos internacionais e convenções ligadas aos direitos humanos, 17 ODS - 2030, que envolvam crianças e adolescentes, que tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades de raça, gênero e etnia, seja ela local nos aspectos culturais e formação identitárias. **Sugerido por:** Priscilla Silva **UF:** GO **Sugestão:** Proposta 03, 08 e 13 possuem ideias bem próximas, sugiro que as mesmas sejam sintetizadas. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais e culturais. **Sugerido por:** Gabriel Silva Luciano **UF:** BA **Sugestão:** Garantir a efetivação de políticas públicas, por meio também de influência da opinião das comunidades, voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais e identitárias.

Eixo 1 - Proposta 04

Criar planos e protocolos de ação intersetorial, bem como comissões/comitês intersetoriais, em todas as esferas de governo, com reunião periódicas, a fim de promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

Códigos de origem da proposta: AM-E1-05; BA-E1-01; CE-E1-02; DF-E1-02; MT-E1-04; PA-E1-01; RN-E1-04; RO-E1-05; RR-E1-04; SE-E1-01; SE-E1-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Roberto Wagner **UF:** DF **Sugestão:** Criar comissões/comitês intersetoriais em todas as esferas de governo, com reunião periódicas, a fim de promover, por meio de agendas transversais e multissetoriais, planos, serviços e protocolos de ação intersetorial, a articulação e a integração de políticas públicas prioritárias voltadas a crianças e adolescentes em todas as áreas de atuação, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos. **Sugerido por:** Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Criar planos e protocolos de ação intersetorial em todas as esferas de governo, a fim de promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Criar planos e protocolos de ação intersetorial, em todas as esferas de governo, com reunião periódicas, a fim de promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos. **Sugerido por:** Berenice **UF:** RN **Sugestão:** Criar planos e protocolos de atendimento para a rede de proteção, bem como comissões/comitês intersetoriais, em todas as esferas de governo, a fim de garantir espaços de

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

discussão e formação continuada, promovendo a articulação, a transversalidade e a integração das políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes, ampliando o acesso e as informações sobre os programas, projetos e benefícios sociais, assegurando a participação de crianças e adolescentes, assim como dos Conselhos de Direitos na elaboração e no monitoramento das ações. **Sugerido por:** Marcelo Couto Dias **UF:** DF **Sugestão:** Criar planos e protocolos de ação intersetorial em todas as esferas de governo, a fim de promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes e das famílias em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

Eixo 1 - Proposta 05

Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como assistentes sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade, melhoria do processo de aprendizagem e garantia da inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, de acordo com as necessidades de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Códigos de origem da proposta: AM-E4-04; ES-E1-02; MA-E1-01; MS-E1-01; MS-E1-02; PA-E4-02; PE-E1-02; RJ-E1-04; RN-E1-03; SC-E1-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade social e de baixo processo de aprendizagem cultural e garantir a inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, conforme Lei. nº 10639/03 e Lei nº 11.645/07, de acordo com as necessidades, potencialidades e diversidade de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, buscando a melhoria da qualidade de vida desta população sem preconceito e na luta contra o racismo estruturante. **Sugerido por:** Maria Angelica Pimenta **UF:** SC **Sugestão:** Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como: assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, enfermeiros/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade social e de baixo processo de aprendizagem cultural e garantir a inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, conforme Lei. nº 10639/03 e Lei nº 11.645/07, de acordo com as necessidades, potencialidades e diversidade de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, buscando a melhoria da qualidade de vida desta população sem preconceito e na luta contra o racismo estruturante. **Sugerido por:** Davi Sousa Martins **UF:** RJ **Sugestão:** Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade social e de baixo processo de aprendizagem cultural e garantir a inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, conforme Lei. nº 10639/03 e Lei nº 11.645/07, de acordo com as necessidades, potencialidades e diversidade de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, buscando a melhoria da qualidade de vida desta população sem preconceito e na luta contra o racismo estruturante.

Eixo 1 - Proposta 06

Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação sexual e reprodutiva, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias à grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Códigos de origem da proposta: DF-E1-01; ES-E1-01; GO-E2-02; MT-E1-03; PE-E1-02; PE-E1-03; RJ-E1-05; RO-E4-02; RS-E1-02.

Sugestões de Edição

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias à grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Sugerido por:** Marcos Pedro da Silva **UF:** GO **Sugestão:** Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação financeira, educação ambiental, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais e religiosas, bem como assegurar o retorno dos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias à matriz curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias, metodologias ativas, mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação sexual, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias à grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Sugerido por:** Maria Angelica Pimenta **UF:** SC **Sugestão:** Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias à grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Sugerido por:** Marcelo Couto Dias **UF:** DF **Sugestão:** Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Eixo 1 - Proposta 07

Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades e contando com a participação das famílias, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Códigos de origem da proposta: AM-E1-02; CE-E1-03; PA-E1-04; PB-E1-05; RJ-E1-02; RN-E1-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e contando com a participação das famílias, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Sugerido por:** Odila Maria **UF:** RO **Sugestão:** Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades, contando com a participação das famílias, das crianças e/ou adolescentes, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Eixo 1 - Proposta 08

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1
Assegurar a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, a contratação de cuidadores e a formação dos profissionais, cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino. Códigos de origem da proposta: AL-E4-02; MA-E4-03; MS-E1-03; MS-E1-04; RO-E1-04; SE-E2-08. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 3 Sugerido por: Priscilla Silva UF: GO Sugestão: Proposta 03, 08 e 13 possuem ideias bem próximas, sugiro que as mesmas sejam sintetizadas. Sugerido por: Odila Maria UF: RO Sugestão: Assegurar a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, incluindo a contratação de cuidadores e a formação e capacitação dos profissionais, bem como de outras crianças e adolescentes a fim de permitir o convívio e a interação social cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino. Sugerido por: Maria Angelica Pimenta UF: SC Sugestão: Assegurar a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, incluindo a contratação de cuidadores e a formação e capacitação dos profissionais, bem como de outras crianças e adolescentes a fim de permitir o convívio e a interação social cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino.
Eixo 1 - Proposta 09 Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos vítimas de violências, negros, com deficiência, LGBT, população do campo, florestas e águas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Códigos de origem da proposta: AL-E1-01; AM-E5-02; AP-E1-02; MA-E1-04; PR-E1-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 3 Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva UF: DF Sugestão: Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas, órgãos gestores dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Poder Executivo e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos vítimas de violências, negros, com deficiência, população do campo, florestas e águas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Sugerido por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim UF: PB Sugestão: Fortalecer o SGD- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente resolução 113 do CONANDA, por meio da intersetorialidade, transversalidade, entre todos os órgãos e entidades que o compõem o sistema como a rede de proteção, Municipais, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas e invisíveis, meninas e meninos vítimas de violências, negr@s, com deficiência, LGBTQi+, população do campo, florestas, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos originários indígenas. Sugerido por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira UF: DF Sugestão: Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar a sua proteção integral, sem discriminação, conforme preceitua o art. 5º do ECA.
Eixo 1 - Proposta 10 Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, e modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços dos

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e de Acolhimento Familiar.

Códigos de origem da proposta: AC-E1-04; BA-E1-05; MS-E1-05; MT-E2-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, e modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e de Acolhimento Familiar, em articulação com os órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo. **Sugerido por:** Ana Angélica **UF:** DF **Sugestão:** Eixo 1 - Proposta 10 Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial - especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação e qualificação da oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com Deficiência. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, e modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e de Acolhimento Familiar, em articulação com órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo. **Sugerido por:** Odila Maria **UF:** RO **Sugestão:** Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes, garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e de Acolhimento Familiar, em articulação com órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo. **Sugerido por:** Riane Reis da Silva **UF:** PA **Sugestão:** Manter, ampliar e fortalecer a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação da oferta do serviço de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com Deficiência.

Eixo 1 - Proposta 11

Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

Códigos de origem da proposta: PB-E5-01; RO-E1-05; RS-E3-05; SC-E1-06.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), como uma política de estado e não de governo, observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim. **Sugerido por:** Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados e Conselhos

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim. **Sugerido por:** Marta Nileni Alves Gomes **UF:** RS **Sugestão:** Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT) e Módulo SINASE (SIPIA SINASE), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA, CEDCAS e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

Eixo 1 - Proposta 12

Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: bullying, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

Códigos de origem da proposta: GO-E2-02; MA-E1-02; PE-E1-02; TO-E1-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital e rodas de discussão de temáticas sobre violações aos direitos e fomento do canal de denúncias "Disque 100", a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: violações aos direitos e fomento do canal de denúncias Disque 100, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem. **Sugerido por:** Gabriel Silva Luciano **UF:** BA **Sugestão:** Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: bullying, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, a fomentação do canal de denúncias Disque 100, e assegurar uma equipe profissional que cuide e fortaleça a parte mental dos alunos, seja psicólogos ou psiquiatras, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

Eixo 1 - Proposta 13

Criar, ampliar, equipar e conservar espaços públicos em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e de lazer que contribuam positivamente para seu desenvolvimento, garantindo a segurança da comunidade local.

Códigos de origem da proposta: AL-E2-07; BA-E1-04; SC-E1-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Claudia Ferreira de Maya Viana **UF:** DF **Sugestão:** Criar, ampliar e conservar espaços públicos em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas, de lazer e participação social, preferencialmente promovendo escuta às crianças e adolescentes do território em relação aos referidos espaços e atividades, buscando promover o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o reconhecimento e a valorização da

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

diversidade, a inclusão social, o combate ao racismo estrutural e o enfrentamento às demais violências no contexto da infância e da adolescência no Brasil. **Sugerido por:** Regina Marli Fuerbringer **UF:** SC **Sugestão:** Criar, ampliar, equipar e conservar espaços públicos em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e também adequação de espaços para atividades Paradesportivas e de lazer que contribuam positivamente para seu desenvolvimento, garantindo a segurança física e da comunidade local.

Sugerido por: Mariana Savi **UF:** SC **Sugestão:** Criar, conservar espaços públicos é oferecer às crianças e adolescentes mais espaços naturais (parques, praças, bosques etc) para praticarem atividades físicas esportes um espaço para crianças e adolescentes brincarem é se divertirem. **Sugerido por:** Priscilla Silva **UF:** GO **Sugestão:** Proposta 03, 08 e 13 possuem ideias bem próximas, sugiro que as mesmas sejam sintetizadas. **Sugerido por:** Priscilla Silva **UF:** GO **Sugestão:** Criar, ampliar, equipar e proteger espaços públicos em todos os territórios para que crianças e adolescentes da região possam realizar atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e de lazer e contribuir positivamente para o seu desenvolvimento, garantindo assim um lugar seguro na comunidade e no meio inserido.

Eixo 1 - Proposta 14

Construir uma cultura de igualdade, liberdade e respeito à diversidade em todo os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre novos arranjos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral e a inclusão de representantes das diversas representações da diversidade nos Conselhos de Direitos.

Códigos de origem da proposta: BA-E1-01; RO-E1-02; SE-E1-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Construir uma cultura de igualdade, liberdade e fraternidade em todo os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre direitos da criança e do adolescente, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral. **Sugerido por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Construir uma cultura de paz, que inclua a equidade, liberdade de expressão, com respeito à diversidade em todos os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas educativas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de diálogos, garantindo o acesso de novos conceitos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas de diversos segmentos, outras religiões não cristãos e sociedade civil em geral, a inclusão de representantes das OSC de representações do segmento da diversidade nos Conselhos de Direitos, principalmente de povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e LGBTQI+.

Sugerido por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Construir uma cultura de igualdade, liberdade e fraternidade em todo os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre direitos da criança e do adolescente, com envolvimento das famílias, comunidades de fé e sociedade em geral. **Sugerido por:** Marcelo Couto Dias **UF:** DF **Sugestão:** Construir uma cultura de igualdade, liberdade e fraternidade em todo os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre o fortalecimento dos vínculos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral.

Eixo 1 - Proposta 15

Realizar concurso público para contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais.

Códigos de origem da proposta: AM-E1-03; AM-E4-04; PB-E1-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Joana Rodrigues Bandeira dos Anjos **UF:** AC **Sugestão:** Sugiro tbm a efetivação de profissionais que são chamados de agentes de proteção, para dar suporte ,aos conselheiros tutelares. **Sugerido por:** Emilly Rayanne Coelho Silva **UF:** DF **Sugestão:** Contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. **Sugerido por:** Marta Nileni Alves Gomes **UF:** RS **Sugestão:** Realizar concurso público para contratação

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, para adequação ao SINASE, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais.

Sugerido por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Realizar a contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. **Sugerido por:** Riane Reis da Silva **UF:** PA **Sugestão:** Garantir concurso Público e na demora do certame, realizar a contratação de equipes multiprofissionais nas Secretarias de Educação e de Assistência Social, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. **Sugerido por:** Regina Marli Fuerbringer **UF:** SC **Sugestão:** Realizar concurso público para efetivação de profissionais para compor equipe multiprofissional nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. E na demora do certame garantir recursos financeiros para realizar a contratação destes profissionais, enquanto aguardam oficialização de sua efetivação.

Eixo 1 - Proposta 16

Promover políticas públicas para a prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar.

Códigos de origem da proposta: MT-E1-02; RJ-E1-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim **UF:** PB **Sugestão:** Promover políticas públicas para a prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar incluindo os grupos chamados minoritários que estão invisibilizados pela atenção básica das políticas universais. **Sugerido por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira **UF:** DF **Sugestão:** Promover políticas públicas para a prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar.

Eixo 1 - Proposta 17

Garantir a divulgação das ações voltadas às crianças e adolescentes, como forma de assegurar o acesso desse grupo às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessa área, por meio de palestras, teatros, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros.

Códigos de origem da proposta: RJ-E1-01; SE-E1-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Regina Marli Fuerbringer **UF:** SC **Sugestão:** Garantir a divulgação das ações voltadas às crianças e adolescentes, e também garantir as ações as crianças e adolescentes com deficiência como forma de assegurar o acesso desse grupo às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessa área, por meio de palestras, teatros, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros. **Sugerido por:** Marta Nileni Alves Gomes **UF:** RS **Sugestão:** Garantir a divulgação das ações voltadas às crianças e adolescentes, e também garantir as ações as crianças e adolescentes com deficiência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como forma de assegurar o acesso desses grupos às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

atuam nessas áreas, por meio de palestras, teatros, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros. **Sugerido por:** Odila Maria **UF:** RO **Sugestão:** Garantir a divulgação das ações, serviços e políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, principalmente das crianças e adolescentes com deficiência, como forma de assegurar o acesso desse grupo às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, por meio de palestras, teatros, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessa área.

Eixo 1 - Proposta 18

Construir, implementar e/ou ampliar Centros Especializados de Reabilitação (CER), nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais.

Códigos de origem da proposta: AP-E1-01; BA-E1-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marta Nileni Alves Gomes **UF:** RS **Sugestão:** Construir, implementar e/ou ampliar Centros Especializados de Reabilitação (CER), nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, arteterapeuta, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais. **Sugerido por:** Davi Sousa Martins **UF:** RJ **Sugestão:** Construir, implementar e/ou ampliar Centros Especializados de Reabilitação (CER), nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, educador social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais.

Eixo 1 - Proposta 19

Construir Casas de Acolhimento, Casas de Passagem e Residências Terapêuticas para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social que atendam os municípios de pequeno, médio e grande porte, por meio de consórcios regionalizados e parcerias com os governos estaduais, municipais e Federal, garantindo recursos humanos e financeiros para seu devido funcionamento.

Códigos de origem da proposta: AM-E1-01; PB-E1-02

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 1

Sugerido por: Ana Angélica **UF:** DF **Sugestão:** Ampliar e fortalecer as redes do SUS (Sistema único de Saúde) e do SUAS (Sistema único de Assistência Social) de modo a garantir o atendimento às crianças e adolescentes, ampliando, no âmbito do SUS, a oferta de Residências Terapêuticas para crianças e adolescentes e Unidades de Acolhimento (UA) Infantojuvenis e, no âmbito do SUAS a oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com foco na implementação da oferta de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviços de Acolhimento Conjunto para Mães e Filhos, garantindo cofinanciamento federal, estadual e municipal suficiente para a oferta qualificada dos serviços, incluindo a possibilidade de oferta por meio de consórcio de municípios e ofertas regionalizadas.

Eixo 1 - Proposta 20

Criar Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1
Códigos de origem da proposta: ES-E1-05; RR-E1-05. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 3 Sugerido por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga UF: PR Sugestão: Criar Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Sugerido por: Jucirlei Barbosa Rodrigues UF: PA Sugestão: Implantar Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Sugerido por: Riane Reis da Silva UF: PA Sugestão: Garantir a implantação, por meio de novas adesões de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o repasse fundo a fundo do cofinanciamento aos municípios. Eixo 1 - Proposta 21 Ampliar o Programa Saúde na Escola (PSE) e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo. Códigos de origem da proposta: RO-E2-05. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Marcos Pedro da Silva UF: GO Sugestão: Ampliar e subsidiar o Programa Saúde na Escola (PSE) e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo. Sugerido por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira UF: DF Sugestão: Ampliar o Programa Saúde na Escola (PSE), incluir componentes de direitos humanos e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo. Eixo 1 - Proposta 22 Rever as leis educacionais que facilitam a aprovação de crianças e adolescentes para as etapas posteriores sem a aquisição do devido conhecimento nos anos anteriores. Códigos de origem da proposta: MG-E1-02. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Emilly Rayanne Coelho Silva UF: DF Sugestão: Aprimorar as leis educacionais e políticas públicas, com a participação do Sistema de Garantia de Direitos, para que crianças e adolescentes tenham o adequado desenvolvimento em seu período escolar. Sugerido por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira UF: DF Sugestão: Aprimorar as leis educacionais e as políticas públicas, com participação do Sistema de Garantia de Direitos, para que crianças e adolescentes tenham o adequado desenvolvimento em seu período escolar. Eixo 1 - Proposta 23 Construir e implementar o Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1

Códigos de origem da proposta: AC-E1-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Jucirlei Barbosa Rodrigues **UF:** PA **Sugestão:** Construir e implementar o Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Regina Marli Fuerbringer **UF:** SC **Sugestão:** Construir, implementar e garantir a efetiva aplicação do Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Eixo 1 - Proposta 24

Estruturar sistema de triagem, nas séries iniciais de educação, a fim de diagnosticar precocemente transtornos e dificuldades de aprendizagem, problemas psicoemocionais e vulnerabilidades, realizada por uma equipe multiprofissional especializada (psicopedagogo e assistente social).

Códigos de origem da proposta: RR-E1-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Riane Reis da Silva **UF:** PA **Sugestão:** Estruturar sistema de triagem, nas séries iniciais de educação, a fim de avaliar e acompanhar precocemente transtornos e dificuldades de aprendizagem, - para posterior encaminhamentos a política de saúde com objetivo de diagnosticar a demanda- , problemas psicoemocionais e vulnerabilidades, realizada por uma equipe multiprofissional especializada (psicopedagoga (o), psicóloga (o), terapeuta ocupacional, assistente social entre outros profissionais). **Sugerido por:** Odila Maria **UF:** RO **Sugestão:** Fortalecer a equipe multiprofissional das escolas, nas séries iniciais de educação, incluindo profissionais como assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos no quadro de profissionais da educação básica, a fim de permitir a identificação e devida intervenção em casos de dificuldades de aprendizagem, transtornos relacionados a infância, vulnerabilidades sociais e emocionais, e de atuar em conjunto aos demais profissionais do âmbito a fim de prevenir qualquer situação que possa interferir na aprendizagem e permanência do aluno na escola. **Sugerido por:** Regina Marli Fuerbringer **UF:** SC **Sugestão:** Estruturar sistema de triagem, desde o Pré - Escolar(educação infantil) e nas séries iniciais de educação, a fim de diagnosticar e avaliar precocemente transtornos e dificuldades de aprendizagem, problemas psicoemocionais e de vulnerabilidades, realizados por uma equipe multiprofissional especializada composta por (psicopedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, orientador pedagógico, fisioterapeuta e assistente social).

Eixo 1 - Proposta 25

Implementar uma política nacional de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que estejam em situação de rua, com cofinanciamento entre estados e municípios.

Códigos de origem da proposta: MA-E3-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Davi Sousa Martins **UF:** RJ **Sugestão:** Implementar uma política nacional de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que estejam em situação de rua, com cofinanciamento entre estados e municípios e o Governo federal. **Sugerido por:** Odila Maria **UF:** RO **Sugestão:** Implementar uma política nacional de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que estejam em processo e/ou situação de rua, e que utilizam os espaços e vias públicas como locais de trabalho, subsistência e moradia, com cofinanciamento entre estados e municípios.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1
Comentários
Berenice - RN - 29/11/2020 17:07 Pessoal, boa tarde... Não sei se minha compreensão condiz com a de algum colega que tenha avaliado as propostas... estava observando que a proposta 03, 08 e 13 possuem ideias bem próximas, quanto a criação e estruturação de espaços e recursos humanos qualificados, mediante ampliação do orçamento e financiamento de políticas públicas voltadas a criança e ao adolescente, visando assegurar a acessibilidade, a inclusão e o respeito a suas peculiaridades e diversidades locais, culturais e identitárias... O que vocês acham destas serem sintetizadas em uma só?!
Berenice - RN - 29/11/2020 17:29 A proposta 01 e a 04 também estão na mesma linha de pensamento, se considerarmos que a criação de protocolos, comitês intersetoriais possam ser espaços de discussão, formação e elaboração de políticas públicas para criança e adolescente, bem como um modo de organizar o atendimento, os fluxos e encaminhamentos feitos pela rede de proteção, trazendo para o foco a participação e o controle social como estratégia de ação.
LÚCIA AQUINO - RN - 29/11/2020 17:56 Lúcia Aquino-Mossoró-RN/REPRESENTANTE DA ADEFIM. CONCORDO COM AS DUAS. UM MESMO CONTEÚDO.
LÚCIA AQUINO - RN - 29/11/2020 18:04 FRANCISCA LÚCIA AQUINO DE PAULA-MOSSORÓ-RN/REPRESENTANTE-ADEFIM TEMOS APRESENTAR SUGESTÃO E EM SEGUIDA VOTAR OU SÓ AMANHÃ.
Apoio XI CNDCA - AL - 30/11/2020 07:22 Bom dia, delegados e delegadas
Apoio XI CNDCA - AL - 30/11/2020 07:30 Delegada Berenice - RN, sua proposta de "aglutinação/junção de propostas" não é permitida. Segundo o regimento interno, podem fazer emendas 1. ADITIVA - apresentar texto novo na proposta, no início, no meio ou no final da proposta, sem suprimir ou substituir nada do texto original; 2. SUBSTITUTIVA - substituir parte do texto, sem mexer na essência, na centralidade da proposta original; 3 - SUPRESSIVA - suprimir parte do texto, sem apresentar proposta de nova redação. Pode ser suprimida apenas uma palavra.
Apoio XI CNDCA - AL - 30/11/2020 07:32 Delegada Lucia Aquino: neste primeiro momento apenas emendas. Terminado o prazo para emendas, serão sistematizadas as propostas e postadas aqui neste ambiente para votação no período de 04.12, à partir das 9h00 até as 18h do dia 05.12
Nelza de Souza Barater - RO - 30/11/2020 10:48 Nelza de Souza Barater, Jaru-RO Após ter lido as 25 propostas, concordo com você Berenice, as propostas podem sim ser sintetizadas.
Priscilla Silva - GO - 30/11/2020 15:36 Concordo com Berenice... Acredito também que as proposta 03, 08 e 13 possuem ideias bem próximas, sugiro que as mesmas sejam sintetizadas.
Joceliete Vicentini Alves Martins - GO - 30/11/2020 15:58 Boa tarde Berenice... Quanto a sua proposta de unificar as demandas 3, 8 e 13 sou de acordo. Mas vejo a proposta 1 dista da 4.
Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF - 30/11/2020 16:19 É de grande importância incluir componentes de direitos humanos no programa saúde na escola, a fim de fortalecer as ações do programa e incentivar a participação das famílias em todos os eixos. No caso, por exemplo, da gravidez infanto-juvenil, é importante desenvolver a capacidade de autoproteção das crianças desde a primeira infância (na linguagem adequada); orientar pais e responsáveis quanto a sua responsabilidade parental e serviços de apoio (quando necessário); oferecer aos adolescentes informações além dos métodos contraceptivos e do funcionamento biológico do corpo; oportunizar a reflexão sobre as consequências da iniciação sexual e gravidez precoce, a importância de criar e manter relações saudáveis e não violentas, fomentar a elaboração de projetos de vida, encorajar a autonomia responsável dos adolescentes na tomada de decisão acerca do momento adequado para iniciar a vida sexual, etc.
Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF - 30/11/2020 16:21 Falo da P21 - Que trata do PSE.
Alzira Aparecida Santos - MG - 30/11/2020 16:25 Aglutinar 1 e 2 Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante, nos moldes do Jovem Aprendiz e outros, a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.
Alzira Aparecida Santos - MG - 30/11/2020 16:27 Aglutinar 1 e 2 do eixo Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 1
sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2



Os fóruns de propostas deverão apreciar, debater e votar as proposições contidas no Caderno de Propostas relativas ao seu temário específico e serão realizados em três momentos.

Aqui estará disponível o caderno relativo ao Primeiro momento do Eixo 2:

- O **primeiro momento** dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados.
- No **Eixo 2** foram incluídas 123 propostas aprovadas nas etapas estaduais, que resultaram em **28 propostas sistematizadas**, dispostas a seguir em ordem de recorrência (das que mais aglutinaram propostas estaduais às menos frequentes). É possível ler abaixo de cada proposta nacional os códigos de origem, ou seja, quais propostas aprovadas nas etapas estaduais estão sistematizadas em sua redação (leia a seção 'Observações sobre a Sistematização' no Caderno de Propostas - [Documentos Referenciais](#)).

As emendas dos/as delegados/as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas.

Importante saber que após o encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas.



Caderno disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 2 - Proposta 01

Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

Códigos de origem da proposta (19):AC-E2-04; AP-E2-02; ES-E2-01; GO-E1-01; MG-E2-02; MG-E2-03; MT-E2-01; PB-E3-01; RJ-E2-05; RN-E2-01; RO-E1-01; RO-E2-01; RR-E2-01; RR-E2-02; RS-E2-01; RS-E2-03; RS-E2-05; RS-E2-06; SC-E2-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 11

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades; o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional. **Sugerido por:** Maria Leolina Couto Cunha **UF:** DF **Sugestão:** Proposta 01 Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (sexo, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional. **Sugerido por:** Valéria **UF:** PR **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente, com previsão orçamentária e disponibilização de recursos das três esferas de governo de forma obrigatória e para que se possa de fato promover a proteção integral, que haja orientações técnicas e garantia de recursos humanos suficientes para a rede de atendimento; promoção do respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridades regionais do território brasileiro. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando as especificidades regionais do território brasileiro e a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Comentário: É importante mantermos o termo de "diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários)" para a proposta seja bem especificada e possa ter o objetivo de enfrentar as violências que atingem esse público. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, etnia, sexual, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional. Obs: sugiro excluir o termo raça pois raça é a humana e acrescentar sexual pois na adolescência a questão da sexualidade está muito presente e é fase em que descobrem seus desejos sexuais. **Sugerido por:** Andrei Suarez Dillon Soares **UF:** DF **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes – garantindo o financiamento de uma Rede de Proteção Integral, fortalecendo as políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos, unificando a estruturação da rede de atendimento; respeitando diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); estabelecendo protocolos e fluxos de notificação informatizados e interligados; resguardando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional e assegurando o financiamento diferenciado, a interação e a cooperação técnica entre os diversos serviços. (Edição visando clareza) **Sugerido por:** Raimundo Arruda **UF:** PE **Sugestão:** Partindo do princípio da diversidade de nossa infância e adolescentes com relação a classe, gênero, raça/etnia, que moram em diferentes territórios, assumindo assim a identidade de Ribeirinhos, de Quilombolas, de Povos Indígenas e outros mais. É fundamental especificar e reafirmar as políticas públicas para os diferentes segmentos. **Sugerido por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva **UF:** GO **Sugestão:** Até o momento falamos da violência intrafamiliar, mas falemos de violência sexual infantil pela internet. O recurso aos sites pornográficos como forma de entretenimento em tempos de pandemia Primeiro porque crianças e adolescentes (que já viviam na internet e agora estão legitimados pela situação) têm livre acesso aos conteúdos gratuitos desses sites, o que já é ruim por si só. Mas é pior que isso, pois pela rede mundial de computadores estão extremamente vulneráveis às situações de exploração sexual. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando as especificidades regionais do território brasileiro e a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Sugiro que não haja alteração relativa a supressão nessa proposta. É imperioso reafirmar a importância de saber que a diversidade tratada no texto precisa estar expressa e sem dúvidas para não gerar retrocessos do ponto de vista da interpretação. Por isso a sugestão feita de acordo com a que já foi anteriormente citada. Importante manter as especificidades de que trata a proposta original, muito bem definidas entre parênteses.

Eixo 2 - Proposta 02

Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Códigos de origem da proposta (17): BA-E2-05; CE-E2-01; CE-E2-03; MA-E1-05; MS-E2-06; MT-E2-01; PE-E2-01; RN-E2-04; RO-E2-02; RR-E2-05; RS-E2-02; RS-E2-06; SE-E2-02; SE-E2-03; SE-E2-04; SE-E2-05; TO-E2-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 13

Sugerido por: Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva **UF:** GO **Sugestão:** Acrescentar os profissionais da assistência social, rede socioassistencial, CRAS, CREAS e ACOLHIMENTO ISNTITUCIONAL **Sugerido por:** Alice **UF:** SC **Sugestão:** Acrescentar o Conselho Tutelar. **Sugerido por:** Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada por meio da Escola Nacional de Direitos da Criança e Adolescente - ENDICA, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Maria Leolina Couto Cunha **UF:** DF **Sugestão:** Proposta 02 Assegurar, de forma permanente e continuada por meio da Escola Nacional de Direitos da Criança e Adolescente - ENDICA, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (sexo, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Alice **UF:** SC **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direito, assistência social, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Instituição de Acolhimento, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção, no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da assistência social, educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Comentário: É importante mantermos o termo "diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários)" para a proposta seja bem especificada e possa ter o objetivo de enfrentar as violências que atingem esse público. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da assistência social, educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Formação inicial e continuada. Excluir o termo raça e incluir também sexual. **Sugerido por:** Andrei Suarez Dillon Soares **UF:** DF **Sugestão:** Assegurar a formação e capacitação permanente e continuada de todos profissionais, agentes públicos e representantes da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, com ênfase naqueles da Educação, Saúde, Assistência Social e Sistema de Justiça e Segurança Pública, respeitando as diversidades de gênero, classe, raça/etnia e religião, bem como as particularidades de comunidades tradicionais, a fim de garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. (Visando clareza.) **Sugerido por:** Adriane **UF:** GO **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais que atuam: na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direito, assistência social, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Instituição de Acolhimento, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil, profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da assistência social, educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da assistência social, educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

Eixo 2 - Proposta 03

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Promulgar o projeto de Lei n° 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equipes multiprofissionais nas escolas, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público. Além disso, fortalecer as equipes multiprofissionais já existentes, garantindo o atendimento e o acompanhamento psicossocial na comunidade escolar de forma integral e humanizada.

Códigos de origem da proposta (11): AC-E2-06; AL-E2-01; AM-E2-01; BA-E2-04; ES-E2-05; MG-E2-04; MT-E2-04; PB-E2-01; RJ-E2-03; RS-E2-01; RS-E2-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Valéria **UF:** PR **Sugestão:** Promulgar o projeto de Lei n° 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equipes multiprofissionais nas escolas, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público, estabelecendo prazo de no máximo 1 (um) ano para que seja readequado o quadro de funcionários, segundo a legislação. Assegurando capacitação e integração das equipes pedagógicas existentes e os contratados mediante a Lei, para que sejam definidos objetivos, finalidades e garanta a interdisciplinaridade. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Caso não seja possível uma equipe em cada escola que seja implantado gradativamente e inicie o atendimento de forma regionalizada. **Sugerido por:** Adriane **UF:** GO **Sugestão:** Promulgar o projeto de Lei n° 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equipes multiprofissionais nas escolas, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público. Além disso, fortalecer as equipes multiprofissionais já existentes, garantindo o atendimento e o acompanhamento psicossocial na comunidade escolar de forma integral e humanizada fixando, em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento..

Eixo 2 - Proposta 04

Desenvolver ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade, incluindo protocolos específicos para instituições de acolhimento e estabelecimentos socioeducativos, por meio da integração das diferentes políticas públicas, abordando temas como gravidez na adolescência, bullying, suicídio, discriminação de gênero e racial, trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade.

Códigos de origem da proposta (10): AC-E2-01; AP-E2-03; BA-E2-02; GO-E2-01; MG-E2-03; MT-E2-03; RS-E2-06; RS-E2-08; SC-E4-06; TO-E2-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Alice **UF:** SC **Sugestão:** Criar um protocolo de atendimento específico a rede de atendimento, elencando o fluxo dos procedimentos para atender as situações em comum e avançar no sentido de prevenção e proteção. Desenvolver ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, com debate direcionado em dois aspectos, o da promoção ou ameaça e suspeita, onde as situações devem ser observadas quando na sua gênese. o da proteção, quando as violências aparecem já instaladas, considerado como violação grave, abordando temas como gravidez na adolescência, bullying, suicídio, discriminação de gênero e racial, trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade. **Sugerido por:** Valéria **UF:** PR **Sugestão:** As propostas 4 e 11 são muito similares, poderia ser complementada a questão das campanhas, mas não há necessidade de ter duas propostas. **Sugerido por:** Alice **UF:** SC **Sugestão:** Concorde com vc Valéria/PR. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Incluir a auto mutilação e a discriminação sexual. **Sugerido por:** Marcela **UF:** DF **Sugestão:** Desenvolver ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, incluindo protocolos específicos para instituições de acolhimento e estabelecimentos socioeducativos, por meio da integração das diferentes políticas públicas, abordando temas como gravidez na adolescência, bullying, suicídio, discriminação de gênero, étnica e racial, trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** Sugiro incluir menção expressa a pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA. Assim, a nova redação seria: Desenvolver ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade, incluindo protocolos específicos para instituições de acolhimento e estabelecimentos socioeducativos, por meio da integração das diferentes políticas públicas, abordando temas como gravidez na adolescência, bullying, suicídio, discriminação de gênero e racial, bem como de pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+, trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Eixo 2 - Proposta 05

Implementar, com destinação orçamentária específica, as ações decorrentes da aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta), definindo fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento humanizado e garantindo equipe qualificada de profissionais concursados para realizar a escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, evitando a revitimização.

Códigos de origem da proposta (10): AC-E2-02; BA-E2-03; DF-E2-02; ES-E2-02; PE-E2-01; PE-E2-02; PR-E2-02; RS-E2-02; RS-E2-07; SE-E2-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Ademilde Pannace **UF:** SC **Sugestão:** Implementar com destinação orçamentaria específica, as ações decorrentes à aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada), criando fluxos de trabalho e protocolos intersetoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificadas e proveniente de concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, evitando com isso a revitimização. **Sugerido por:** Adriane **UF:** GO **Sugestão:** Implementar, com destinação orçamentária específica, as ações decorrentes da aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta), definindo fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento humanizado e garantindo equipe qualificada de profissionais concursados para realizar a escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, principalmente a violência sexual evitando a vitimização. **Sugerido por:** Iolete Ribeiro da Silva **UF:** AM **Sugestão:** Implementar, com destinação orçamentária específica, as ações decorrentes da aplicação da Lei 13.431/2017, definindo fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento humanizado e garantindo equipe qualificada de profissionais concursados para atuarem na rede de proteção a crianças e adolescentes.

Eixo 2 - Proposta 06

Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

Códigos de origem da proposta (10): BA-E2-01; DF-E2-01; PR-E2-04; PR-E2-08; RN-E2-02; RO-E1-01; RS-E2-03; RS-E2-05; RS-E2-08; TO-E2-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 8

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Maria Leolina Couto Cunha **UF:** DF **Sugestão:** Proposta 06 Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação racial e de sexo; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Bárbara Maria Souza Mattos **UF:** RJ **Sugestão:** Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas a diferentes seguimentos da comunidade, voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento territoriais e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Concordo com a sugestão de Barbara! A proposta ficou mais completa e com o uso adequado dos termos. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Esta proposta pode ser unificada com a 4. **Sugerido por:**

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Marcela UF: DF **Sugestão:** Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação étnica-racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda UF: SE **Sugestão:** Também concordo com a proposta de Emenda apresentada pela delegada Barbara e ratifico a justificativa da delegada Deila. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas UF: SP **Sugestão:** De acordo com proposta de Barbara

Eixo 2 - Proposta 07

Implantar, de forma integrada, o Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA) como política de Estado, visando a coleta descentralizada de dados e a produção e divulgação de indicadores e diagnósticos capazes de guiar as políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes. Garantir recursos para a efetivação e manutenção do SIPIA, bem como para a formação dos profissionais vinculados aos órgãos de proteção que alimentam e acessam o sistema.

Códigos de origem da proposta (8): AC-E2-09; AM-E2-03; MG-E2-01; MT-E2-05; RJ-E2-04; RO-E2-01; RS-E2-01; TO-E2-01.

Sugestão: Nenhuma sugestão de edição registrada.

Eixo 2 - Proposta 08

Promover e garantir o acesso à justiça para crianças e adolescentes, implantando e/ou fortalecendo as Varas e Promotorias de Infância e Juventude, a Defensoria Pública e as delegacias especializadas, assegurando a agilidade e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública.

Códigos de origem da proposta (7): AC-E2-03; AC-E5-03; MA-E2-05; PA-E2-04; PB-E2-03; PB-E2-04; PR-E2-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Bárbara Maria Souza Mattos UF: RJ **Sugestão:** Promover e garantir o acesso à justiça para crianças e adolescentes, implantando e/ou fortalecendo as Varas e Promotorias de Infância e Juventude, a Defensoria Pública e as delegacias especializadas, assegurando a agilidade, a humanização no atendimento e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto UF: SC **Sugestão:** Acredito que esse acesso pode ser voltado também a questão da adoção ,pois por muitas vezes o tempo passa e as crianças ficam mais velhas dificultando sua adoção. **Sugerido por:** Andrei Suarez Dillon Soares UF: DF **Sugestão:** Garantir o acesso à Justiça para crianças e adolescentes por intermédio do fortalecimento das varas e promotorias de infância e juventude, das defensorias públicas e das delegacias especializadas, assegurando a agilidade na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando as equipes multiprofissionais no sistema de Justiça e na segurança pública. (Clareza) **Sugerido por:** Leandro Müller UF: PR **Sugestão:** Promover e garantir o acesso à justiça para crianças e adolescentes, implantando e/ou fortalecendo as Varas e Promotorias de Infância e Juventude, a Defensoria Pública e as delegacias especializadas, assegurando a agilidade e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando, através de concursos públicos, as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública.

Eixo 2 - Proposta 09

Incluir conteúdos no currículo da educação básica e do ensino superior, principalmente nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, que promovam a cultura da paz, sob as perspectivas da Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos.

Códigos de origem da proposta (5): PR-E2-06; PR-E2-08; SC-E2-02; SC-E2-03; TO-E2-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Sugerido por: Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Incluir: Nos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Serviço Social, Direito e Psicologia **Sugerido por:** Gilmara Lopes Tavares **UF:** PA **Sugestão:** incluir os cursos da área da saúde também, pois os mesmos atendem crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Aline Perazzoli Buratto **UF:** SC **Sugestão:** Cursos de graduação em Licenciaturas e voltados à área da saúde e assistência social. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Incluir conteúdos no currículo da educação básica e do ensino superior, observando-se aqueles da áreas afins e que tenha por finalidade o atendimento de seres humanos, sobretudo, o pronto atendimento de crianças e adolescentes, independente de ser direto ou indiretamente o atendimento. Observar-se-á, ainda, com prioridade os cursos de Licenciatura e Pedagogia, Serviço Social, Direito e Psicologia e todos os demais que promovam a cultura da paz, sob as perspectivas da Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos.

Eixo 2 - Proposta 10

Criar, ampliar e fortalecer os canais de denúncia que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

Códigos de origem da proposta (5): AL-E2-04; DF-E5-02; RO-E1-03; RS-E2-03; RS-E2-07.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Criar, ampliar e fortalecer os canais de denúncia que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, fortalecer o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBTQIA+, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Criar, ampliar e fortalecer os canais de denúncia que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBTQIA+, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência. **Sugerido por:** Ademilde Pannace **UF:** SC **Sugestão:** Criar, ampliar e fortalecer outros canais de denúncias, além do disque 100, que visem inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, com profissionais capacitados para esse atendimento e nas especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência. **Sugerido por:** Andrei Suarez Dillon Soares **UF:** DF **Sugestão:** Criar, ampliar e fortalecer os canais para denúncias sobre violações de direitos das crianças e adolescentes, entre eles o Disque 100, garantindo plena acessibilidade e profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes). (Clareza) **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Criar, ampliar e fortalecer os canais de denúncia que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBTQIA+, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência. Justificativa: Finalidade das propostas deve ser para garantir direitos e não excluir, o que fatalmente ocorre quando se suprime uma realidade que é de adolescentes que sofrem violações e preconceitos, o que deve ser repellido e garantida a obrigatoriedade do Estado em possibilitar com clareza os canais de denúncia. Assim, ratifico a proposta trazida pela delegada Deila, **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** De acordo com propostas de Deila e Glícia

Eixo 2 - Proposta 11

Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; bullying; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

Códigos de origem da proposta (5): AC-E2-05; CE-E2-02; MS-E2-03; PA-E2-03; RS-E2-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 7

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Sugerido por: Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Incluir a área de saúde **Sugerido por:** Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescente em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Importante mantermos os termos que tratam sobre racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; bullying; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; bullying; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública. **Sugerido por:** Douglas Santos Santana **UF:** SE **Sugestão:** Importante mantermos os termos que tratam sobre racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; bullying; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua. **Sugerido por:** Raimundo Arruda **UF:** PE **Sugestão:** Fundamental manter os termos sobre racismo LGBTfobia; intolerância religiosa; xenofobia,, discriminação sexual e de gênero. O conhecimento é um instrumento fundamental para práticas acolhedoras e humanizadoras. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Concordo com os delegados Deila e Douglas. Entendo de extrema relevância manter os termos que tratam sobre racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; bullying; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua. Essa é a essência de uma Conferência que visa garantir a diversidade, além de outros temas de igual importância. O processo é de inclusão e não de exclusão, quanto a diversidade.

Eixo 2 - Proposta 12

Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que funcionem em tempo integral (24 horas) e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência.

Códigos de origem da proposta (4): MS-E5-02; PB-E2-02; PE-E2-02; RN-E2-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Tiaguinho **UF:** MG **Sugestão:** Três esferas de governo haja um comprometimento de prioridade absoluta dando uma importância e priorizando a obrigatoriamente do SGD nos municípios. **Sugerido por:** Andrei Suarez Dillon Soares **UF:** DF **Sugestão:** Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes de modo a que garantam atendimento em tempo integral e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta de vítimas e/ou testemunhas de violência. (Visando clareza... a escuta pode ser da criança e adolescente ou de testemunha de violação à criança e adolescente.) **Sugerido por:** Ademilde Pannace **UF:** SC **Sugestão:** Implantar, fortalecer e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo que funcionem em tempo integral (24 horas) e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência e que haja comprometimento das três esferas de governo, com prioridade absoluta, priorizando a obrigatoriamente do SGD nos municípios. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** A proposta contempla de forma objetiva o que já deve prever a lei 13.431/2017, observando-se, inclusive, o que dispõe o parágrafo único do artigo 2º. Também se aplica o dispõe sobre a descentralização de recursos para garantir os espaços e equipamentos de atendimento ao público infantojuvenil vítima de qualquer tipo de violência.

Eixo 2 - Proposta 13

Promover ações e campanhas socioeducativas, por meio de políticas públicas e dos meios de comunicação, para garantir o uso seguro das novas tecnologias, prevenindo situações de risco como cyberbullying, exposição à pornografia e outras formas de violência virtual.

Códigos de origem da proposta (4): ES-E2-03; ES-E2-04; PR-E2-07; RS-E2-07.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 1

Sugerido por: Andrei Suarez Dillon Soares **UF:** DF **Sugestão:** Realizar ações e campanhas educativas, em plataformas públicas ou de meios de comunicação, para garantir o uso seguro das novas tecnologias, prevenindo situações de risco como cyberbullying, exposição à pornografia e outras formas de violência virtual. (Clareza.)

Eixo 2 - Proposta 14

Fortalecer as políticas de saúde mental, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo escolas municipais, estaduais, federais e demais instituições, promovendo atendimento especializado para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros.

Códigos de origem da proposta (3): MG-E4-02; PA-E2-05; PR-E2-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Alice **UF:** SC **Sugestão:** Fortalecer as políticas de saúde mental, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo à saúde, escolas municipais, estaduais, federais e demais instituições, promovendo atendimento especializado para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros. **Sugerido por:** Erineia Arruda Borges Pereira **UF:** GO **Sugestão:** Ampliar as ações e fortalecer as políticas de saúde mental, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo escolas municipais, estaduais, federais e demais instituições de saúde, promovendo atendimento especializado e humanizado, para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros.

Eixo 2 - Proposta 15

Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados para a sua efetivação, com fundamento nos Direitos Humanos, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, desburocratizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato.

Códigos de origem da proposta (3): AP-E1-03; PE-E2-03; RS-E2-08.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 7

Sugerido por: Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** substituir a palavra desburocratizando por agilizando **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados para a sua efetivação, com fundamento nos direitos humanos, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, agilizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato. Ampliar rede de acolhimento por meio do financiamento para implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/ Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, garantindo o direito fundamental à convivência familiar e comunitária. **Sugerido por:** Maria Leolina Couto Cunha **UF:** DF **Sugestão:** Proposta 15 Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados para a sua efetivação, com fundamento nos Direitos Humanos, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, desburocratizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato, bem como elaborar o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos direitos humanos e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo, agilizando o processo de inclusão, garantindo o acolhimento provisório imediato, ampliando a rede de acolhimento por meio do financiamento para implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/ Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, garantindo o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, alinhado com um Plano Nacional

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil. **Sugerido por:** Marcela **UF:** DF **Sugestão:** Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, alinhado com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos direitos humanos e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo, agilizando o processo de inclusão, garantindo o acolhimento provisório imediato por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora – com metodologia específica vinculada ao PPCAAM, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** De acordo com segunda proposta de Deila, que absorveu alterações de Leolina **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Concordo com o ajustes na proposta feitos por Marcela. "Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, alinhado com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos direitos humanos e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo, agilizando o processo de inclusão, garantindo o acolhimento provisório imediato por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora – com metodologia específica vinculada ao PPCAAM, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária."

Eixo 2 - Proposta 16

Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a convenção 169 da OIT, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

Códigos de origem da proposta (3): AP-E2-01; MS-E2-02; RO-E1-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a convenção 169 da OIT, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas, espaços públicos, de gestão compartilhada e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** De acordo com a proposta da delegada Glicia "Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a convenção 169 da OIT, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas, espaços públicos, de gestão compartilhada e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias."

Eixo 2 - Proposta 17

Incluir os direitos fundamentais da criança e do adolescente na grade curricular das escolas e propor a criação de projeto de lei que altere os artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas à inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente como componente curricular obrigatório na Educação Básica.

Códigos de origem da proposta (3): MA-E2-03; RJ-E2-02; SE-E2-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 1

Sugerido por: Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** Sugiro adequação terminológica, de "grade curricular" para "matrizes curriculares". A nova redação seria: Incluir os direitos fundamentais da criança e do adolescente nas grade matrizes curriculares das escolas e propor a criação de projeto de lei que altere os artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas à inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente como componente curricular obrigatório na Educação Básica.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Eixo 2 - Proposta 18

Aprimorar o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares, exigindo curso de nível superior aos conselheiros e garantindo a criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia.

Códigos de origem da proposta (3): GO-E2-01; MG-E2-02; MG-E2-05

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Aprimorar o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares garantindo a criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia. **Sugerido por:** Maria Leolina Couto Cunha **UF:** DF **Sugestão:** Proposta 18 Aprimorar o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares, garantindo a criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia. **Sugerido por:** Alice **UF:** SC **Sugestão:** Aprimorar e criar uma lei à nível nacional sobre o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares, exigindo curso de nível superior aos conselheiros, garantindo a criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia. **Sugerido por:** Tiaguinho **UF:** MG **Sugestão:** Aprimorar e criar uma lei à nível nacional sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares, igualando o salário com um piso salarial, tendo em vista municípios que ainda recebem menos que um salário mínimo. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** Importante considerar que aprimorar o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares, envolve também "garantia de infraestrutura, financiamento e capacitação adequados, além de valorização profissional", o que deve ser incluído no texto. Creio que a exigência de nível superior aos conselheiros é inadequada, dado que determinados municípios podem não ter profissionais de referidas áreas. Além disso, conselheiras e conselheiros tutelares têm perfil comunitário e são eleitos, devendo ter já histórico de atuação na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e devem ser capacitados para exercício da função. Indico, assim, a retirada dessa previsão do requisito de ensino superior.

Eixo 2 - Proposta 19

Reforçar a segurança nas escolas, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência.

Códigos de origem da proposta (2): AC-E2-07; SE-E2-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Substitutiva: Fortalecer ações de segurança pública baseadas na filosofia do Policiamento Comunitário, onde os profissionais que atuem nas rondas de patrulha escolar recebam formações específicas em Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente. **Sugerido por:** Ademilde Pannace **UF:** SC **Sugestão:** Reforçar a segurança pública nas escolas, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência no início e no fim do horário de aulas, garantindo e protegendo crianças e adolescentes vulneráveis à entorpecentes. **Sugerido por:** Alice **UF:** SC **Sugestão:** Reforçar a segurança pública nas escolas públicas e particulares de ensino infantil, fundamental e médio, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência no início e no fim do horário de aulas nos entornos, garantindo e protegendo crianças e adolescentes vulneráveis à entorpecentes. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas **UF:** SP **Sugestão:** Como apontado por Deila, acredito que a garantia de segurança deve ser pautada por estratégias comunitárias e que profissionais devem receber capacitação específica sobre direitos humanos de crianças e adolescentes e enfrentamento a discriminações. Ainda, importante assegurar ouvidoria ou espaço adequado focado na prevenção de violências e diálogo sobre violência policial.

Eixo 2 - Proposta 20

Garantir a participação de crianças e adolescentes na rede de proteção, formando o público infanto-juvenil nas temáticas voltadas à prevenção das violências, realizando campanhas de prevenção organizadas pelo público infanto-juvenil em parceria com os órgãos competentes e envolvendo os adolescentes em atividades culturais, debates, palestras e movimentos juvenis, entre outros.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2
Códigos de origem da proposta (2): RO-E2-02; RO-E4-05. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Fátima Hamer Marques Cardoso UF: GO Sugestão: Garantir a participação de crianças e adolescentes na rede de proteção, formando o público infanto-juvenil nas temáticas voltadas à prevenção das violências, realizando campanhas de prevenção organizadas pelo público infanto-juvenil acompanhados pelos pais e/ou responsáveis em parceria com os órgãos competentes e envolvendo os adolescentes em atividades culturais, debates, palestras e movimentos juvenis, entre outros.
Eixo 2 - Proposta 21 Realizar, com financiamento governamental, mapeamentos e diagnósticos socioterritoriais das diversas violências sofridas por crianças e adolescentes, a fim de orientar a elaboração qualificada de políticas públicas de prevenção e enfrentamento dessas violências em todos os estados e municípios. Códigos de origem da proposta (2): PA-E2-01; RJ-E2-04. Sugestão: <i>Nenhuma sugestão de edição registrada.</i>
Eixo 2 - Proposta 22 Garantir o estabelecimento de um protocolo internacional de atenção, defesa e proteção, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (1): MS-E2-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 5 Sugerido por: Ademilde Pannace UF: SC Sugestão: Garantir o estabelecimento de um protocolo internacional de atenção, defesa e proteção, com os países que dividem fronteiras com o Brasil, para combater à exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes. Sugerido por: Adriane UF: GO Sugestão: Garantir a criação de protocolos internacionais de atenção, defesa e proteção da criança e do adolescente, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas. Sugerido por: Glicia Thais Salmeron de Miranda UF: SE Sugestão: Garantir o estabelecimento de um protocolo internacional de atenção, defesa e proteção, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes, garantindo a escuta e participação da sociedade civil para o monitoramento do instrumento firmado, por meio de comitê nacional e interestaduais. Sugerido por: Thaís Nascimento Dantas UF: SP Sugestão: De acordo com proposta de Glicia Sugerido por: Deila do Nascimento Martins Cavalcanti UF: PE Sugestão: Garantir o estabelecimento de um protocolo internacional de atenção, defesa e proteção, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes, garantindo a escuta e participação da sociedade civil para o monitoramento do instrumento firmado, por meio de comitê nacional e interestaduais. (Concordo com a proposta da Delegada Glicia).
Eixo 2 - Proposta 23 Promover uma política pública nacional efetiva para prevenção ao uso de drogas psicoativas com e sem substâncias, incluindo a formação continuada dos profissionais da rede de proteção acerca desta matéria e fortalecer as políticas que valorizem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes nas áreas de esporte, música, artes e na profissionalização. Códigos de origem da proposta (1): PR-E2-05.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2
Sugestão: Nenhuma sugestão de edição registrada.
Eixo 2 - Proposta 24 Formular e/ou implementar os “Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais” (PPPI) e Projetos Políticos Pedagógicos” (PPP) nas Unidades de Atendimento, conforme preconiza a legislação pertinente. Códigos de origem da proposta (1): AC-E2-08. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Aline Perazzoli Buratto UF: SC Sugestão: Formular e/ou implementar os “Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais” (PPPI) e Projetos Políticos Pedagógicos” (PPP) nas Unidades de Atendimento, conforme preconiza a legislação pertinente. Obs: Os PPPs são uma obrigatoriedade nas escolas e são revisados todos os anos.
Eixo 2 - Proposta 25 Garantir acesso à educação sexual, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (1): MS-E2-04. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 6 Sugerido por: Luciano Antunes de Moura UF: DF Sugestão: Garantir acesso à educação sexual, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes incluindo a família da criança e do adolescente que é quem tem a responsabilidade dessa educação Sugerido por: Fátima Hamer Marques Cardoso UF: GO Sugestão: Concordo com o Luciano. Sugerido por: Adriane UF: GO Sugestão: Garantir acesso à educação sexual de acordo com a idade, a través de práticas pedagógicas, nas escolas e instituições sociais, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes. Sugerido por: Aline Perazzoli Buratto UF: SC Sugestão: Garantir acesso à educação sexual de acordo com a faixa etária, através de práticas pedagógicas nas escolas e instituições sociais, de forma continuada, com profissionais especializados para crianças e adolescentes. Sugerido por: Glicia Thais Salmeron de Miranda UF: SE Sugestão: Concordo com a proposta da emenda da delegada Adriane. Entendo que a família precisa ser orientada, para compreender o processo de aprendizado, desapegada dos conceitos pré constituídos ao longo dos anos. Esse é o desafio da aceitação, reconhecimento de direitos sexuais e opções, sem que sejam crianças e adolescentes violentadas psicológica e fisicamente. O ambiente de fortalecimento e aprendizado é pedagógico e requer qualificação, formação e entendimento para lidar com o público alvo. Não é expertise da família, exceto se já existe a comprovação dessa formação, sem a chamada ideologia pregada de forma inadequada e com amadorismo. Sugerido por: Thaís Nascimento Dantas UF: SP Sugestão: De acordo com proposta de Aline. Sou contrária à menção de responsabilidade familiar, dado que muitas vezes, infelizmente, esse é um tema que encontra ainda resistência nas família e geralmente lhes falta capacitação; ademais, há elevado índice de violência sexual em contexto familiar/doméstico, motivo pelo qual crianças e adolescentes estão em vulnerabilidade ainda maior e carecem dessa intervenção e informação externa.
Eixo 2 - Proposta 26 Implantar o cuidador, no nível estadual, para acompanhamento em atendimento e internação hospitalar de crianças e adolescentes, quando não houver parentes consanguíneos ou família extensiva. Códigos de origem da proposta (1): PB-E2-05.

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Alice UF: SC **Sugestão:** Implantar o cuidador, à nível municipal, estadual e nacional, para acompanhamento em atendimento e internação hospitalar de crianças e adolescentes, quando não houver parentes consanguíneos ou família extensiva. **Sugerido por:** Valéria UF: PR **Sugestão:** A proposta parece boa, mas quem a propôs poderia explicá-la melhor, fundamentando-a. **Sugerido por:** Ademilde Pannace UF: SC **Sugestão:** Implantar o serviço de cuidador, à nível municipal, estadual e nacional, para acompanhamento de crianças e adolescentes, em atendimento ou internação hospitalar quando não houver parentes consanguíneos ou família extensiva. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda UF: SE **Sugestão:** Sugiro que na proposta a inclusão de "Implantação de serviços, por meio de cuidador/a, em ambientes hospitalares, postos de saúde ou equipamentos afins, para atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes que estiverem desacompanhadas dos pais ou responsáveis, sobretudo, visando de forma lúdica e profissional garantir a saúde mental da criança e adolescente. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas UF: SP **Sugestão:** Sugiro que na proposta a inclusão de "Implantação de serviços, por meio de cuidador/a, em ambientes hospitalares, postos de saúde ou equipamentos afins, para atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes que estiverem desacompanhadas dos pais ou responsáveis, sobretudo, visando de forma lúdica e profissional garantir a saúde mental da criança e adolescente. (Concordo com a proposta da Delegada Glicia) **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti UF: PE **Sugestão:** Sugiro que na proposta a inclusão de "Implantação de serviços, por meio de cuidador/a, em ambientes hospitalares, postos de saúde ou equipamentos afins, para atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes que estiverem desacompanhadas dos pais ou responsáveis, sobretudo, visando de forma lúdica e profissional garantir a saúde mental da criança e adolescente. (Concordo com a proposta da Delegada Glicia)

Eixo 2 - Proposta 27

Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados, obedecendo a critérios técnicos e legais.

Códigos de origem da proposta (1): PA-E2-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura UF: DF **Sugestão:** Fortalecer o SGD, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados, obedecendo a critérios técnicos e legais. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti UF: PE **Sugestão:** Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados e suas famílias, obedecendo a critérios técnicos e legais. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda UF: SE **Sugestão:** Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados e suas famílias, obedecendo a critérios técnicos e legais. Comentário: Ratifico a proposta da delegada Deila. Mais completa. **Sugerido por:** Thaís Nascimento Dantas UF: SP **Sugestão:** Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados e suas famílias, obedecendo a critérios técnicos e legais. Comentário: Ratifico a proposta da delegada Deila.

Eixo 2 - Proposta 28

Implantar um centro integrado de atendimento humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados.

Códigos de origem da proposta (1): AM-E2-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 7

Primeiro Momento (Emendas) - Eixo 2

Sugerido por: Luciano Antunes de Moura **UF:** DF **Sugestão:** Implantar um centro integrado de atendimento humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados pelo Disque 100. **Sugerido por:** Valéria **UF:** PR **Sugestão:** Acho a proposta boa, mas quem a propôs poderia explicá-la melhor, fundamentando-a. **Sugerido por:** Bárbara Maria Souza Mattos **UF:** RJ **Sugestão:** Concordo Valéria, já há programas que trabalham com essa temática **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** Implantar um centro integrado de atendimento humanizado e especializado às crianças e adolescentes vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos recebidos através de qualquer canal de denúncia. **Sugerido por:** Ademilde Pannace **UF:** SC **Sugestão:** Implantar um centro integrado de atendimento humanizado e especializado às crianças e adolescentes vítimas de violências, com profissionais capacitados, priorizando os casos de violências recebidos através de qualquer canal de denúncia. **Sugerido por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda **UF:** SE **Sugestão:** Implantar e/ou fortalecer com instrumentos adequados e eficientes que apontem dados específicos e de acordo com as políticas definidas no Plano Nacional e na norma estatutária, Centros Integrados de atendimento humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, proporcionando as condições adequadas para priorizar os casos identificados e denunciados. **Sugerido por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti **UF:** PE **Sugestão:** De acordo com os ajustes feitos pela delegada Glicia "Implantar e/ou fortalecer com instrumentos adequados e eficientes que apontem dados específicos e de acordo com as políticas definidas no Plano Nacional e na norma estatutária, Centros Integrados de atendimento humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, proporcionando as condições adequadas para priorizar os casos identificados e denunciados."

Comentários

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3



Os fóruns de propostas deverão apreciar, debater e votar as proposições contidas no Caderno de Propostas relativas ao seu temário específico e serão realizados em três momentos.

Aqui estará disponível o caderno relativo ao Primeiro momento:

- O primeiro momento dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados. As emendas dos/as delegados/as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas.
- No Eixo 3 foram incluídas 112 propostas aprovadas nas etapas estaduais, que resultaram em 20 propostas sistematizadas, dispostas em ordem de recorrência (das que mais aglutinaram propostas estaduais às menos frequentes). Será possível ler abaixo de cada proposta nacional os códigos de origem, ou seja, quais propostas aprovadas nas etapas estaduais estão sistematizadas em sua redação (leia a seção 'Observações sobre a Sistematização' no Caderno de Propostas - [Documentos Referenciais](#)).

Importante saber que após o encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas.



Caderno disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 3 - Proposta 01

Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art. 216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamentos rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

Códigos de origem da proposta (18): AL-E3-01; AM-E3-05; CE-E3-01; MG-E3-05; MS-E3-01; MS-E3-05; MS-E3-06; MT-E3-04; MT-E3-05; PA-E3-03; PR-E3-02; RJ-E3-01; RN-E3-01; RR-E3-01; RS-E3-03; SC-E3-03; SC-E3-04; TO-E3-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade UF: MG **Sugestão:** Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, por intermédio de: 1) Campanhas de Divulgação permanentes

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

sobre a dedução de destinação a política da criança e do adolescente. Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas de acordo com o ECA no art. 260-a; 2) Mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; 3) Destinação de verbas de condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; 4) Destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento; 5) Porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Promover a captação de recursos para os fundos distrital, municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art. 216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público. **Sugerido por:** Josiana Francisca da Silva **UF:** PB **Sugestão:** Inserir no item das multas que além das multas de trânsito. Todas as multas referentes a violação de direitos humanos Crianças e adolescentes. Ex: exploração do trabalho infantil. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Promover a captação de recursos para os fundos distrital, municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art. 216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público. **Sugerido por:** Alan Gomes dos Anjos **UF:** TO **Sugestão:** Acredito que seria melhor incluir estabelecer resolução com os parâmetros a serem seguidos bem como a criação de plataformas para tal finalidade

Eixo 3 - Proposta 02

Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no PPA, LDO e LOA e propondo legislação que defina percentual mínimo obrigatório do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo.

Códigos de origem da proposta (15): AC-E3-01; AL-E3-04; BA-E3-02; DF-E3-01; MA-E3-04; MG-E3-01; MG-E3-02; MT-E3-02; MT-E3-03; PB-E3-05; PE-E3-01; PR-E3-01; RO-E3-03; RS-E3-02; SC-E3-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no PPA, LDO e LOA e propondo legislação que defina percentual mínimo do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e propondo legislação que defina percentual mínimo obrigatório do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e propondo legislação que defina percentual mínimo obrigatório do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo.

Eixo 3 - Proposta 03

Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de formação e capacitação permanente de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência.

Códigos de origem da proposta (14): AC-E3-02; AL-E3-03; BA-E3-02; CE-E3-02; DF-E3-02; ES-E3-03; MG-E3-03; PA-E3-04; PE-E3-02; RJ-E3-03; RR-E3-02; RS-E3-04; SE-E3-02; TO-E3-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de formação e capacitação permanente de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, prioritariamente pela Escola Nacional dos Direitos de Criança e do Adolescente-ENDICA. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de formação e capacitação permanente de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil organizada e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência. **Sugerido por:** Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Garantir os recursos para implantar e manter uma política de formação permanente de conselheiros servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil, crianças e adolescentes e outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos no campo de finanças públicas de modo a capacitá-los para a construção, monitoramento do orçamento público, em especial a administração dos Fundos da Infância e Adolescência, com módulos específicos sobre: 1) Gestão Financeira; 2) Fontes de Financiamento de políticas para crianças e adolescentes e 3) características do Finanças do Brasil-FINANBRA e de outros portais com informações sobre despesas de entes federados com políticas de promoção dos direitos da criança e do adolescente. Formação executada prioritariamente pela Escola Nacional dos Direitos de Criança e do Adolescente-ENDICA. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de formação e capacitação permanente de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil organizada e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência.

Eixo 3 - Proposta 04

Garantir o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os Fundos da Infância e Adolescência, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Códigos de origem da proposta (11): AM-E3-01; AM-E3-02; BA-E3-01; BA-E3-05; GO-E3-01; MA-E3-02; MT-E3-01; RJ-E3-02; RN-E3-03; RN-E3-04; SC-E3-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Fomentar o repasse de percentual mínimo, do orçamento público das três esferas de governo para os Fundos da Infância e Adolescência, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os Fundos da Infância e Adolescência, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados, Distrito Federal e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações,

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os Fundos da Infância e Adolescência, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados, Distrito Federal e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Alan Gomes dos Anjos **UF:** TO **Sugestão:** Excluir haja visto já ser obrigatoriedade via eca e resolução comanda

Eixo 3 - Proposta 05

Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos.
Códigos de origem da proposta (9): AC-E3-03; AM-E3-04; BA-E3-03; PA-E5-01; PB-E3-02; PR-E3-04; RN-E3-05; RO-E3-05; SC-E3-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas nos municípios, estados, Distrito Federal e União, a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas nos municípios, estados, Distrito Federal e União, a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos.

Eixo 3 - Proposta 06

Avançar na priorização e na democratização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes.

Códigos de origem da proposta (8): AL-E3-06; MA-E3-01; PA-E3-02; PE-E3-02; PR-E5-04; RR-E3-04; SE-E3-02; SE-E3-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Avançar na priorização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Avançar na priorização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

participação ativa sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Avançar na priorização e na democratização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa da sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Avançar na priorização e na democratização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa da sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes.

Eixo 3 - Proposta 07

Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da federação e assegurar os repasses a estados e municípios dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

Códigos de origem da proposta (8): AC-E3-04; BA-E3-04; PB-E3-03; RN-E3-02; RO-E3-01; RO-E3-02; SE-E3-01; TO-E3-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, distrito federal e união) e assegurar os repasses a estados, municípios e distrito federal dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, distrito federal e união) e assegurar os repasses a estados, municípios e distrito federal dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

Eixo 3 - Proposta 08

Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Códigos de origem da proposta (6): AL-E1-03; AP-E3-01; MA-E2-04; MA-E3-02; PE-E3-03; RS-E3-01.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências." , que congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências." , que congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Eixo 3 - Proposta 09

Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministério Público e Tribunal de Contas.

Códigos de origem da proposta (6): AM-E3-03; BA-E5-01; CE-E3-03; MS-E3-05; RJ-E3-04; RR-E3-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Fomentar junto aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministério Público, Tribunal de Contas Poder Legislativo e o Poder executivo. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministérios Públicos estaduais, distrital e federal, bem como, os Tribunais de Contas. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministérios Públicos estaduais, distrital e federal, bem como, os Tribunais de Contas.

Eixo 3 - Proposta 10

Garantir a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nas três esferas de governo, considerando o princípio constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente (Art. 227 da Constituição Federal), garantindo a visibilidade das dotações destinadas à infância e adolescência e assegurando a participação qualificada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a priorização de grupos vulneráveis.

Códigos de origem da proposta (5): AL-E3-02; BA-E3-05; ES-E3-04; PR-E3-01; SC-E3-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nas três esferas de governo (estados, municípios, distrito federal e união), considerando o princípio

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente (Art. 227 da Constituição Federal), garantindo a visibilidade das dotações destinadas à infância e adolescência e assegurando a participação qualificada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a priorização de grupos vulneráveis. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nas três esferas de governo (estados, municípios, distrito federal e união), considerando o princípio constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente (Art. 227 da Constituição Federal), garantindo a visibilidade das dotações destinadas à infância e adolescência e assegurando a participação qualificada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a priorização de grupos vulneráveis.

Eixo 3 - Proposta 11

Destinar percentual mínimo, a ser definido, de recursos das emendas parlamentares estaduais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

Códigos de origem da proposta (4): PB-E3-04; RJ-E3-04; RO-E3-04; SE-E3-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Destinar percentual mínimo, a ser definido, de recursos das emendas parlamentares estaduais, distrital e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA). **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Destinar percentual mínimo, a ser definido, de recursos das emendas parlamentares estaduais, distrital e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

Eixo 3 - Proposta 12

Garantir no orçamento das três esferas - federal, estadual e municipal - a elaboração e divulgação de um diagnóstico periódico sobre o atendimento a crianças e adolescentes, reconhecendo as diversidades regionais.

Códigos de origem da proposta (4): PA-E3-01; PB-E3-03; PR-E3-05; RR-E3-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir no orçamento das três esferas - federal, estadual, municipal e distrital - a elaboração e divulgação de um diagnóstico periódico sobre o atendimento a crianças e adolescentes, reconhecendo as diversidades regionais. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir no orçamento das três esferas - federal, estadual, municipal e distrital - a elaboração e divulgação de um diagnóstico periódico sobre o atendimento a crianças e adolescentes, reconhecendo as diversidades regionais.

Eixo 3 - Proposta 13

Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal.

Códigos de origem da proposta (3): AP-E3-02; ES-E3-01; RO-E3-05.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Fomentar formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência de todos os entes federados, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência de todos os entes federados, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal.

Eixo 3 - Proposta 14

Ampliar e fortalecer o diálogo intersetorial entre os órgãos gestores das políticas públicas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes nos orçamentos da saúde, assistência, educação, esporte e lazer, entre outros, de modo a aprimorar a gestão do orçamento público nas diversas áreas, a fim de evitar duplicidade de ação e de garantir previsão orçamentária.

Códigos de origem da proposta (3): ES-E3-02; ES-E3-05; SE-E3-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Ampliar e fortalecer o diálogo intersetorial entre os órgãos gestores das políticas públicas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes nos orçamentos da saúde, assistência social, educação, esporte e lazer, entre outros, de modo a aprimorar a gestão do orçamento público nas diversas áreas, a fim de evitar duplicidade de ação e de garantir previsão orçamentária. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Ampliar e fortalecer o diálogo intersetorial entre os órgãos gestores das políticas públicas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes nos orçamentos da saúde, assistência social, educação, esporte e lazer, entre outros, de modo a aprimorar a gestão do orçamento público nas diversas áreas, a fim de evitar duplicidade de ação e de garantir previsão orçamentária.

Eixo 3 - Proposta 15

Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as diversidades socioterritoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo a transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios que que prestam atendimento emergencial a estes grupos.

Códigos de origem da proposta (3): MS-E3-02; PA-E3-05; RR-E3-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as diversidades socioterritoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo as transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios e distrito federal que prestam atendimento emergencial a estes grupos. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as diversidades socioterritoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo as transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios e distrito federal que prestam atendimento emergencial a estes grupos.

Eixo 3 - Proposta 16

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3

Ampliar o orçamento destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDCA), fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais e incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público.

Códigos de origem da proposta (2): MS-E3-03; MS-E3-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade **UF:** MG **Sugestão:** Articular com entidades de classe, setor produtivo e demais atores destinar recursos do IR aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente., fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais e incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público. **Sugerido por:** Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Ampliar o orçamento destinado ao Fundo Municipal/distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDCA), fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados, distrito federal e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais/distrital e incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Ampliar o orçamento destinado ao Fundo Municipal/distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDCA), fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados, distrito federal e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais/distrital e incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público.

Eixo 3 - Proposta 17

Garantir o repasse fundo a fundo dos recursos, de forma regular e sistemática, para programas, serviços e projetos bem como ampliar o investimento para contratação de equipe técnica, capacitação de profissionais, para criação e manutenção do SINASE, construção e manutenção dos CMEIS e pagamento dos trabalhadores do SUAS, sem implicar na folha de pagamento dos municípios.

Códigos de origem da proposta (1): PR-E3-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 2

Sugerido por: Marco Antonio Soares **UF:** SP **Sugestão:** Garantir o repasse fundo a fundo dos recursos, de forma regular e sistemática, para programas, serviços e projetos bem como ampliar o investimento para contratação de equipe técnica, capacitação de profissionais, para criação e manutenção do SINASE, construção e manutenção dos CMEIS e pagamento dos trabalhadores do SUAS, sem implicar na folha de pagamento dos municípios e distrito federal. **Sugerido por:** Agnaldo Engel Knevez **UF:** RS **Sugestão:** Garantir o repasse fundo a fundo dos recursos, de forma regular e sistemática, para programas, serviços e projetos bem como ampliar o investimento para contratação de equipe técnica, capacitação de profissionais, para criação e manutenção do SINASE, construção e manutenção dos CMEIS e pagamento dos trabalhadores do SUAS, sem implicar na folha de pagamento dos municípios e distrito federal.

Eixo 3 - Proposta 18

Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal e estadual para esse público.

Códigos de origem da proposta (1): RJ-E3-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3	
Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade UF: MG Sugestão: Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal e estadual para esse público, em atividades escolares. Sugerido por: Marco Antonio Soares UF: SP Sugestão: Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal, distrital e estadual para esse público. Sugerido por: Agnaldo Engel Knevez UF: RS Sugestão: Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal, distrital e estadual para esse público.	
Eixo 3 - Proposta 19	
Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica.	
Códigos de origem da proposta (1): AP-E3-03.	
Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 4	
Sugerido por: Petrucia de Melo Andrade UF: MG Sugestão: Que o Poder Legislativo, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica, destacando a possibilidade de Consórcio entre os entes federados. Sugerido por: Marco Antonio Soares UF: SP Sugestão: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte por meio dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM, considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica. Sugerido por: Agnaldo Engel Knevez UF: RS Sugestão: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte por meio dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM, considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica. Sugerido por: Edmundo UF: BA Sugestão: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados das regiões norte e nordeste por meio dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM, considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica.	
Eixo 3 - Proposta 20	
Prover o financiamento para plano de gestão voltado ao atendimento a crianças e adolescentes em âmbitos municipal e estadual, bem como o custeio de projetos voltados para arte, cultura, esporte e socioaprendizagem.	
Códigos de origem da proposta (1): GO-E3-02.	
Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2	
Sugerido por: Marco Antonio Soares UF: SP Sugestão: Prover o financiamento para plano de gestão voltado ao atendimento a crianças e adolescentes em âmbitos distrital, municipal e estadual, bem como o custeio de projetos voltados para arte, cultura, esporte e socioaprendizagem. Sugerido por: Agnaldo Engel Knevez UF: RS Sugestão: Prover o financiamento para plano de gestão voltado ao atendimento a crianças e adolescentes em âmbitos distrital, municipal e estadual, bem como o custeio de projetos voltados para arte, cultura, esporte e socioaprendizagem.	
Comentários	
Edmundo - BA - 29/11/2020 10:57	
Vamos lá gente! analisar as propostas e propor modificações se necessário	
Dulcinea Scaratti - SC - 30/11/2020 07:06	
As propostas foram muito bem compiladas. Contemplou as propostas encaminhadas pelos estados.	

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 3
Léria - GO - 30/11/2020 10:08 E muito importante nossa participação, vamos sim analisar cada proposta com atenção e responsabilidade.
Mônica Barbosa Macedo - MS - 30/11/2020 13:38 As propostas neste eixo estão de contemplam a maioria das propostas encaminhadas pelo MS.
Petrucia de Melo Andrade - MG - 30/11/2020 15:39 Boa tarde Delegados e Delegadas, agradecemos as contribuições de vocês.
Petrucia de Melo Andrade - MG - 30/11/2020 15:41 Por favor desconsiderar a primeira alteração da proposta 3 realizada por volta das 12h30.
Agnaldo Engel Knevez - RS - 30/11/2020 16:53 Sem financiamento não há política pública. Portanto as propostas deste eixo são fundamentais. Precisamos garantir o descontinenciamento do Fundo Nacional para a criança e o adolescente e o respeito às deliberações do Conanda em relação ao plano de aplicação.
Alan Gomes dos Anjos - TO - 30/11/2020 17:58 Acredito que ficaram ótimas mas o tempo curto demais e a falta de dialogo entre os delegados

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4



Os fóruns de propostas deverão apreciar, debater e votar as proposições contidas no Caderno de Propostas relativas ao seu temário específico e serão realizados em três momentos.

Aqui estará disponível o caderno relativo ao Primeiro momento:

- O primeiro momento dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados. As emendas dos/as delegados/as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas.
- No Eixo 4 foram incluídas 99 propostas aprovadas nas etapas estaduais, que resultaram em 19 propostas sistematizadas, dispostas em ordem de recorrência (das que mais aglutinaram propostas estaduais às menos frequentes). Será possível ler abaixo de cada proposta nacional os códigos de origem, ou seja, quais propostas aprovadas nas etapas estaduais estão sistematizadas em sua redação (leia a seção 'Observações sobre a Sistematização' no Caderno de Propostas - [Documentos Referenciais](#)).

Importante saber que após o encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas.



Caderno disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 4 - Proposta 01

Garantir e fortalecer a participação de crianças e adolescentes nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA, assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacional e de terem voz e voto nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes.

Códigos de origem da proposta (17):AC-E4-01; AL-E4-04; AL-E5-03; AM-E4-01; AM-E4-02; BA-E4-03; BA-E4-06; MA-E4-02; MA-E4-05; MT-E4-05; PB-E4-01; PR-E4-03; RJ-E4-05; RN-E4-03; RS-E4-02; SC-E4-03; SC-E4-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 11

Sugerido por: Paulo Gerson Borges de Carvalho **UF:** SC **Sugestão:** Penso que no quesito voto, no termo que me refiro "crianças", até 12 incompletos, poderíamos discutir um pouco mais, pois ao analisarmos a própria questão eleitoral do voto

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

aos 16 anos sendo facultativo, defendo sim a participação efetiva nas várias esferas porém se aprovarmos a questão do voto há de se pensar de que maneira irá acontecer, pois há políticas que envolvem fundos específicos como o FIA que precisam ser aprovados em ATAS e Planos de ações e Aplicações de Recursos que precisam de votações. Se decidir pelo voto também em todas as esferas, dar uma atenção para o próprio ECA, na separação "criança e adolescente". Ou seja sugiro uma atenção especial para esta questão. A questão do voto é bem diferente da voz, principalmente para as crianças. Principalmente pelo seu desenvolvimento cognitivo e aí cito "Piaget" com a fase: Operacional Concreto, uma vez que as crianças nesta fase estão aprendendo a lidar com o pensamento e questões conceituais. **Sugerido por:** Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Na mesma linha da sugestão do Paulo, sugiro substituir "garantir e fortalecer" por "possibilitar" a participação de crianças e adolescentes nas diversas instâncias colegiadas... Também sugiro suprimir "assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacional e de terem voz e voto nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes". Explico: além da importância de se considerar as especificidades do desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente e de questões legais relacionadas aos processos de tomada de decisão, há de se lembrar que a participação de crianças e adolescentes requer comprometimento não apenas deles, mas notadamente de seus responsáveis para que aconteça. É, portanto, um trabalho educativo, que compreende conscientização e mobilização, de modo a se propiciar engajamento e participação efetiva. A garantia e, em seguida, o fortalecimento só acontecerão quando existir participação voluntária e consciente, o que ainda é necessário construir em boa parte dos municípios e estados brasileiros. **Sugerido por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho **UF:** SC **Sugestão:** De acordo, Viviane! Sua explanação tem uma complementação importante: "um trabalho educativo e participativo, com inclusão não só da criança e do adolescente, mas dos pais ou responsáveis". **Sugerido por:** Adriano Roberto dos Santos **UF:** PR **Sugestão:** Concordo com os colegas.. Porém a ideia não seria mesmo ouvir as crianças e adolescentes? O trabalho executado na Base respeitando as particularidades já elencadas pelos nobres colegas, não seria de empoderamento através de um trabalho educativo junto aos familiares? Partindo do pressuposto que as crianças e adolescente não estariam preparadas .. não seria assumir que a base esta falhando? No quesito voto. entro em concordancia no que tange os parametros legais. É necessário considerar que Garantir e fortalecer a participação de crianças e adolescentes nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA. Obviamente abarca-se o entendimento de que todas as esferas de Conselhos devem ter estruturas físicas, financeiras e humanas, para que efetivamente a proposta possa gerar os frutos desejados. **Sugerido por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho **UF:** SC **Sugestão:** Ressalto novamente: A minha preocupação é com relação ao voto, a questão da participação efetiva e com direito a voz, defendo plenamente, pois não há como realizar uma política pública eficiente sem ouvi-los. Destaco aqui para reflexão uma acompanhamento de projetos do FIA com números quantitativos e qualitativos para se ter uma análise final de como é importante o diagnóstico antecipado das ações e seus cumprimentos. **Sugerido por:** Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Venho esclarecer que seja mantida a proposta , é só corrigir os colocando que os conselhos de direitos dá criança deve criar e estruturar os espaços de participação efetiva através de resolução seguindo as orientações do CONANDA . Porque o direito já está garantido desde dá convenção Conforme foi exposto por Mario Volp **Sugerido por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel **UF:** RS **Sugestão:** Sugiro que se coloque a garantia de voz e fala e participação a crianças e adolescentes membros das mais diversas camadas sociais culturais e econômicas garantindo assim a presença de diversidade fazendo valer o direito a voz e fala a todo o adolescente e criança em reuniões, debates, conferências etc. **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Crianças são seres em formação, apesar de serem seres humanos completos no que tange ao seu valor, ainda lhes falta maturidade. A própria legislação as protege excluindo delas o poder de decisão, por não considerá-las prontas para assunção de várias responsabilidades. Não podem ingerir bebidas alcoólicas, dirigir carros, deixar de ir para a escola, ter relações sexuais, etc. Nesse processo de amadurecimento a participação em instância colegiadas sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes cumpre o papel uma função de formação, além de subsidiar tais instâncias nas decisões que devem tomar. Concordo com nosso colega Érick Gabriel que ressalta a importância da presença que garanta a diversidade desse público com o objetivo de serem ouvidos. Concordo também com a Viviane na supressão do trecho que garante às crianças e adolescentes o direito de serem eleitos delegados e de votarem, apesar de a primeira vista pareça um avanço, na prática não o será. Há, como ela nos lembra, o fato de que a participação deles depender do comprometimento do seu responsável. Outro ponto é que se põe sobre a criança e adolescente uma responsabilidade que ainda não as cabe. Seria prudente você dar as chaves do carro para uma criança dirigir mesmo você estando ao lado dela? ou, o cardápio da merenda escolar poderia ser definido por elas? ou, elas podem decidir livremente quando e se vão estudar? Quem tem filhos facilmente responde essas questões. Caberia então coloca-las com a responsabilidade de definir, pelo voto, políticas públicas que irão atingir todas as demais? **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Estou de acordo com relação às ponderações relativas ao voto com relação às crianças. Mas com relação aos adolescentes já acho que é possível prepará-los para assumir esse espaço de deliberação. **Sugerido por:** Maria Luiza Cury **UF:** MG **Sugestão:** entendo que esta seja uma boa proposta para fortalecer o protagonismo das crianças e adolescentes nos espaços **Sugerido por:** Jeperson Pedro de Oliveira **UF:** MS **Sugestão:** Cada dia mais fica exposto a necessidade da maior participação e com isso o comprometimento. Concordo com a participação efetiva, mas voto seria não muito prudente, devido a maturidade e a necessidade de se aprender a lidar com as inconsequência de um ato falho. Fato esse que é alusivo a que dos mais profundos textos apresentados, fica explícito que estabelecer voz, direito a participação já confere a criança e ao adolescente a participação e o aprendizado para poder avançar ao direito de escolha, essa manifestação sem voto visa proteger a criança e ao adolescente de uma possível consequência. Defendo a redação de direito voz, mas a voto não concordo.

Eixo 4 - Proposta 02

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violação de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

Códigos de origem da proposta (13):AM-E4-08; AP-E4-03; CE-E4-01; ES-E4-01; MT-E4-06; PA-E4-04; PE-E4-02; RJ-E4-04; RO-E4-01; RS-E4-01; RS-E4-03; SE-E4-03; TO-E4-03

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Vanessa Santos Giralde UF: ES **Sugestão:** Viviane, sugiro ao invés de suprimir o trecho "valorizando as especificidades regionais e identitárias", trocar "valorizando" por "respeitando". Mesmo que talvez possa parecer redundante manter essa frase, torna-se cada vez mais importante reafirmar coisas que já estão garantidas inclusive no ECA. Mas penso que se apareceu nas propostas é porque na prática ainda temos que avançar nessas questões. E discordo com relação à supressão do trecho "A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's". Contar com comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para a elaboração e manutenção da plataforma/aplicativo não significa transferir a responsabilidade da execução e elaboração para as crianças e adolescentes, mas significa ouvi-las e mais que isso, levar em conta o que elas sugerirem e apontarem. Por isso, voto pela manutenção do trecho. **Sugerido por:** Viviane Petinelli e Silva UF: DF **Sugestão:** Sugiro duas supressões na proposta: 1- suprimir "valorizando as especificidades regionais e identitárias". Os espaços e ferramentas terão como objetivo, dentre outros, proporcionar troca de informações e experiências sobre temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes. Essa dinâmica, por si só, já revela as especificidades de cada local e aponta para a riqueza das experiências vivenciadas. 2. Suprimir "A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's". É necessário refletir melhor sobre o "como" a implementação de espaços e ferramentas poderá ser feita, tendo em vista o arcabouço institucional-legal, as restrições orçamentárias e a dificuldade e o risco de insucesso de se atribuir a crianças e adolescentes a responsabilidade de elaborar e manter uma plataforma ou aplicativo. A construção de algo da magnitude que se propõe requer avaliação mais aprofundada para se estabelecer, com maior assertividade, a estratégia de atuação.

Sugerido por: Everton Kischlat UF: DF **Sugestão:** Com relação ao trecho "valorizando as especificidades regionais e identitárias" que tem sua ideia presente em muitas das propostas apresentadas, sinto falta de uma abordagem comunitária, que valorize o outro, que resgate o artigo primeiro da Declaração Universal de Direitos Humanos, o dever de agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." Diz esse Artigo: "Artigo 1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." Proponho substituir o mencionado trecho por "priorizando o conhecimento e a vivência do Art. 1 da DUDH, reconhecendo no outro sua dignidade e direitos intrínsecos e agindo uns com os outros em espírito de fraternidade." Dessa maneira reconstruiremos o respeito mútuo pelas diferenças existentes entre as pessoas, as regiões e fortaleceremos o tecido social, por levar cada um a perceber a importância de agir com os outros com um espírito de fraternidade, e não de competição entre diferentes. Essa abordagem traz mais ganhos para o fortalecimento dos vínculos sociais do que a valorização identitária e cultural por si só. Se fosse adotada na redação das outras propostas seria um avanço tremendo na nossa compreensão de sociedade e no nosso senso de nação. **Sugerido por:** Maria Luiza Cury UF: MG **Sugestão:** É muito importante que estas ferramentas sejam acessíveis para todos os adolescentes e que os adolescentes inscritos nos programas sociais tenham facilidade de acesso as ferramentas ,pois sao prejudicados na forma de acesso

Eixo 4 - Proposta 03

Garantir, por meio de legislação, a presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas.

Códigos de origem da proposta (11): CE-E4-02; MS-E4-03; PA-E1-03; PA-E4-01; PB-E1-01; PB-E4-03; RJ-E4-05; RO-E4-03; SE-E2-06; SE-E4-01; TO-E4-02.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Sugiro substituir “garantir, por meio de legislação,” por “possibilitar” a presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação... Também sugiro suprimir “de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas.”. Explico: além da importância de se considerar as especificidades do desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente e de sua impossibilidade, pelo estágio de seu desenvolvimento, de protagonizar a construção e fiscalização de políticas voltadas à sua proteção integral, há de se lembrar que a participação de crianças e adolescentes requer comprometimento não apenas deles, mas notadamente de seus responsáveis para que aconteça. É, portanto, um trabalho educativo, que compreende conscientização e mobilização, de modo a se propiciar engajamento e participação efetiva. A garantia e, em seguida, o fortalecimento só acontecerão quando existir participação voluntária e consciente, o que ainda é necessário construir em boa parte dos municípios e estados brasileiros. **Sugerido por:** Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Material a proposta para ser votada **Sugerido por:** Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Quero sugerir a manutenção da proposta e colocar que crianças tem condições de expressar sua opinião . É preciso ser oferecida as condições necessárias para a mesma possa expressar com metodologia adequada a sua condição de sujeito de direito e em desenvolvimento . **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Estou de acordo com a Maria do Socorro. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** SUGESTÃO DE TEXTO: "Garantir, por meio de legislação, a presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas; e oferecendo as condições necessárias e metodologias adequadas para que crianças e adolescentes possam expressar-se e contribuir para o processo de formulação, execução e controle social, respeitando a sua condição de sujeito de direito e em desenvolvimento".

Eixo 4 - Proposta 04

Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas, rurais e em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática adequados, amplo acesso à Internet e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos, com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e à efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

Códigos de origem da proposta (10): AC-E4-02; AL-E2-05; AM-E4-07; AM-E4-08; MS-E4-01; MT-E4-04; PA-E4-03; RN-E4-02; RR-E4-04; SC-E4-02

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Nidja Rayla **UF:** PB **Sugestão:** Entendo que tal proposta é de extrema importância, mas acredito que contempla melhor o eixo 1, Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social, que o eixo 4... por isso sugiro que, se possível, seja votada no eixo 1 e não aqui no 4. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Também estou de acordo, Nidja. **Sugerido por:** Ramiro Palicer de Lima **UF:** MS **Sugestão:** Não concordo com as duas, pois entra na questão "Participação e Comunicação Social" do nosso Eixo.

Eixo 4 - Proposta 05

Instituir espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes, qualificando espaços públicos já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infanto-juvenil.

Códigos de origem da proposta (8): CE-E4-03; GO-E4-02; MT-E4-02; PR-E4-02; RJ-E4-03; RN-E4-04; RN-E4-05; RO-E4-04

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Sugiro substituir “Instituir espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes, qualificando espaços públicos já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais”, por “ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes nas áreas urbanas e rurais”. O problema hoje não é inexistência desses espaços, mas seu não ou mau funcionamento. Como os recursos (humanos e financeiros) são limitados, é mais efetivo e sustentável potencializar o que já se tem a se criar novos. Sugiro também suprimir “priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infanto-juvenil”. Cada região, cada localidade tem sua realidade e suas particularidades. Cabe ao gestor local e à sociedade civil modelar a política e, portanto, priorizar o que, naquele contexto, deve ser priorizado quanto à convivência da criança e do adolescente. **Sugerido por:** Giselle Paes **UF:** SC **Sugestão:** É pertinente a colocação da Viviane em alterar o trecho: por “ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes nas áreas urbanas e rurais”. Quanto a suprimir o segundo trecho, tenho dúvidas, pois muitas vezes temos que ser redundantes para garantir a participação efetiva das crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Concordo com Giselle e Viviane na alteração do trecho para “ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes nas áreas urbanas e rurais”. Com relação ao trecho “priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes” que tem sua ideia presente em muitas das propostas apresentadas, sinto falta de uma abordagem comunitária, que valorize o outro, que resgate o artigo primeiro da Declaração Universal de Direitos Humanos, o dever de agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Diz esse Artigo: “Artigo 1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Proponho substituir o mencionado trecho por “priorizando o conhecimento e a vivência do Art. 1 da DUDH, reconhecendo no outro sua dignidade e direitos intrínsecos e agindo uns com os outros em espírito de fraternidade.” Dessa maneira reconstruiremos o respeito mútuo pelas diferenças existentes entre as pessoas e fortaleceremos o tecido social, por levar cada um a perceber a importância de agir com os outros com um espírito de fraternidade, e não de competição entre diferentes. Essa abordagem traz mais ganhos para o fortalecimento dos vínculos sociais do que a valorização identitária e cultural por si só. Se fosse adotada na redação das outras propostas seria um avanço tremendo na nossa compreensão de sociedade e no nosso senso de nação. **Sugerido por:** Maria Luiza Cury **UF:** MG **Sugestão:** Ampliar os recursos para a área das políticas públicas e da assistência social, educação e cultura para fazer com que estes espaços sejam de participação e também para que as crianças e adolescentes não fiquem em situação de risco **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Considerando ainda existir local sem espaços coletivos criados, e considerando as sugestões dos colegas, minha sugestão de alteração da proposta é: “Criar, ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infanto-juvenil”.

Eixo 4 - Proposta 06

Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas, incluindo as famílias e a comunidade, a fim de trabalhar o respeito, a liberdade de expressão e a diversidade de forma contínua, estimulando o protagonismo juvenil.

Códigos de origem da proposta (7): AL-E4-05; AM-E4-06; MT-E4-03; RR-E4-01; RS-E4-02; SC-E4-05; SC-E4-07.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 6

Sugerido por: Janini Ginani **UF:** DF **Sugestão:** Sobre a discussão do ECA: “nas escolas públicas e privadas, como parte integrante do conteúdo pedagógico, de forma a possibilitar a formação cidadã de crianças e adolescentes” **Sugerido por:** Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Sugiro substituir “a fim de trabalhar o respeito, a liberdade de expressão e a diversidade de forma contínua, estimulando o protagonismo juvenil” por “a fim de ensinar o respeito e a tolerância a todos sem discriminação e assegurar a liberdade de expressão e o pleno exercício da cidadania”. **Sugerido por:** Giselle Paes **UF:** SC **Sugestão:** De acordo com as sugestões de alteração **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** De acordo com a sugestão da colega Viviane, com um adendo: “a fim de ensinar o respeito e a tolerância a todos sem discriminação, o agir em relação uns aos outros em Espírito de Fraternidade e assegurar a liberdade de expressão e o pleno exercício da cidadania”. Dessa forma traremos para a proposta o Artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Espírito de Fraternidade é o que fortalecerá os vínculos sociais, as relações de confiança (Capital Social) e por consequência as redes de proteção. **Sugerido por:** Maria Luiza Cury **UF:** MG **Sugestão:** Deveria criar na semana do estudante rodas de conversas e debates sobre o ECA no qual os adolescentes fossem os protagonistas destes debates para conhecer os seus direitos e deveres **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Sugestão de texto para a proposta: “Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas públicas e privadas, como parte integrante do conteúdo pedagógico, envolvendo as crianças e adolescentes na organização, planejamento e execução desses momentos, de forma a possibilitar a formação cidadã de crianças e adolescentes, e incentivando a participação das famílias e da comunidade, estimulando o respeito, a liberdade de expressão, diversidade e o protagonismo juvenil de forma contínua”.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Eixo 4 - Proposta 07

Fomentar a criação, o fortalecimento e a estruturação de grêmios estudantis nas escolas públicas e privadas, garantindo a discussão de propostas elaboradas pelos estudantes e sua representatividade, conforme dispõe o art. 53, inciso IV do ECA, de modo a fomentar a participação social, o exercício da cidadania, a autonomia e o envolvimento de crianças e adolescentes nos projetos educacionais e comunitários, assegurando a adoção de novas tecnologias e de plataformas virtuais para apoiar as atividades dos grêmios, bem como formando os profissionais da educação para enxergarem sua importância.

Códigos de origem da proposta (7): AL-E4-01; CE-E4-01; MA-E4-01; MT-E4-01; PB-E4-05; PE-E4-01; RR-E4-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Maria do Socorro UF: PB **Sugestão:** Incluir no início Garantir a obrigatoriedade da criação por parte dos estabelecimentos escolares para participar **Sugerido por:** Everton Kischlat UF: DF **Sugestão:** discordo da proposta da Colega Maria do Socorro quanto a obrigatoriedade proposta por ela. O processo de formação do grêmio faz parte do processo de ganho de maturidade, o fomento à criação é a melhor forma, desenvolve o senso de pertencimento e percepção de capacidade de realização, o protagonismo. Caso seja obrigatória a criação, o que teremos serão estruturas artificiais que não identificam nem propósitos nem responsabilidades. Meras estruturas formais que não agregam valor à sociedade. Esses problema estava presente em dezenas dos comitês e conselhos instintos do início de 2019. **Sugerido por:** Eutália Feitosa UF: PB **Sugestão:** Concordo plenamente com a proposta do meu Colega Everton, pois devemos entender que deve ser um processo de Protagonismo e não o processo Obrigatório, pois assim será garantido a voz do corpo Estudantil. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giralde UF: ES **Sugestão:** Sugestão de alteração: "Garantir todas as condições necessárias para a criação, o fortalecimento e a estruturação de grêmios estudantis nas escolas públicas e privadas, viabilizando a discussão de propostas elaboradas pelos estudantes e sua representatividade, conforme dispõe o art. 53, inciso IV do ECA, de modo a fomentar a participação social, o exercício da cidadania, a autonomia e o envolvimento de crianças e adolescentes nos projetos educacionais e comunitários, assegurando a adoção de novas tecnologias e de plataformas virtuais para apoiar as atividades dos grêmios, bem como formando os profissionais da educação para enxergarem sua importância.

Eixo 4 - Proposta 08

Garantir que as crianças, adolescentes, suas famílias e a sociedade em geral tenham acesso à informação qualificada sobre políticas públicas, direitos e deveres, projetos, programas e possibilidades de participação direcionados à infância e adolescência, por meio de todas as formas de comunicação, tais como: mídias sociais e tradicionais (TV, jornais, rádios), sites e aplicativos, panfletos e outros materiais informativos, em linguagem acessível, assegurando a divulgação da participação de crianças e adolescentes em conferências, fóruns, conselhos, comitês, e outros espaços, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil.

Códigos de origem da proposta (7): BA-E4-04; MA-E4-02; RJ-E4-01; RN-E4-01; RO-E4-04; RS-E4-02; RS-E4-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 1

Sugerido por: Janini Ginani UF: DF **Sugestão:** Que o CONANDA disponha de uma plataforma virtual para integrar conteúdos de políticas públicas relevantes para crianças, adolescentes e famílias de modo a dar transparência para as Políticas Públicas setoriais e facilitar o acesso às informações e discussões sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Eixo 4 - Proposta 09

Contemplar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade do ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de conteúdos relacionados à cidadania e à diversidade cultural, entre outros, na grade curricular de escolas públicas, privadas e socioeducativas, da educação básica até o ensino médio, adotando metodologias de ensino de acordo com o desenvolvimento da criança e adolescente e materiais informativos com linguagem acessível, de modo a preparar o público infanto-juvenil para exercer a cidadania com responsabilidade e visão crítica.

Códigos de origem da proposta (5): AP-E4-01; BA-E4-04; PA-E4-03; PB-E4-01; RN-E4-01.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 5

Sugerido por: Raquel Tavares Vieira John **UF:** DF **Sugestão:** Cumprir esclarecer que o ECA já está contemplado em normativo mais atual que a LDB (9394/96), que é a Base Nacional Comum Curricular/ BNCC (homologada em 2017/18). A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na LDB, a base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino, em todo o Brasil. Na BNCC, estão contemplados os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) que são aqueles que devem estar incluídos no currículo como conteúdos a serem ministrados pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal, daí a nomenclatura. Dentre os 6 eixos definidos como TCTs, um deles "Cidadania e Civismo" contempla os "Direitos da Criança e do Adolescente", portanto o ECA já está contemplado nos normativos educacionais. **Sugerido por:** Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Faça coro à contribuição da Raquel. O ECA já está contemplado. Sugiro supressão da proposta. **Sugerido por:** Gileade dos Santos Azevedo **UF:** PE **Sugestão:** Também estou favorável a manifestação da senhora Raquel Tavares, porém, observo que devem ser desenvolvidos são modos que promovem, beirando o obrigatório, o efetivo ensino dos temas e assuntos propostos, sobretudo do Estatuto da Criança e do adolescente, Deste modo, proponho a alteração dos textos de diretrizes, Leis, normativas, resoluções... já existentes, pois percebo que a ausência de clareza dificulta muito a interpretação benéfica para atingir os objetivos ou promove a interpretação equivocada. **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** De acordo com a consideração da Raquel. Apoio a sugestão da colega Viviane pela supressão da proposta. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Sugestão de texto: "Incluir no currículo escolar o tema sobre os direitos da criança e do adolescente como conteúdo a ser ministrados pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal, adotando metodologias de ensino compatíveis com a fase de desenvolvimento da criança e adolescente, utilizando materiais informativos com linguagem acessível, de modo a preparar o público infanto-juvenil para exercer a cidadania com responsabilidade e visão crítica".

Eixo 4 - Proposta 10

Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e deveres dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

Códigos de origem da proposta (4): GO-E4-01; MG-E4-01; PB-E4-02; RR-E4-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Gileade dos Santos Azevedo **UF:** PE **Sugestão:** Acredito que isso já pode ser promovido pelos municípios, caso queiram, sendo necessário somente a obrigatoriedade por Lei. **Sugerido por:** Eutália Feitosa **UF:** PB **Sugestão:** Gostaria de propor uma substituição da palavra ' DEVERES' por ' RESPONSABILIDADE' dos jovens e adolescentes...Pois nós Crianças e Adolescentes declaramos que somos Sujeitos de Direitos e Responsabilidades dentro da Sociedade. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Em acordo com a adolescente Eutália, proponho o texto: "Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros".

Eixo 4 - Proposta 11

Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), nos conselhos municipais, estaduais e nacional, com base na resolução nº 191/2017 do CONANDA; garantir estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurar a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promover sua participação na organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam portavozes dos assuntos de sua categoria.

Códigos de origem da proposta (4):AM-E4-03; MG-E4-05; RS-E4-01; RS-E4-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Sugerido por: Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Manter a proposta para votação **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** de acordo com a proposta. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Sugestão de texto: "Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), nos conselhos municipais, estaduais e nacional, com base na resolução nº 191/2017 do CONANDA, garantindo estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurando a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promovendo sua participação na organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria. **Sugerido por:** Edna Aparecida Alegro **UF:** RS **Sugestão:** De acordo com a sugestão da Vanessa Santos Giraldele

Eixo 4 - Proposta 12

Incentivar e promover, em parceria com instituições públicas e privadas, a criação de grupos de discussão, rodas de conversa, palestras, oficinas temáticas, reuniões e outras atividades, elaboradas e conduzidas com a participação de adolescentes capacitados que atuem como agentes multiplicadores, envolvendo escolas, famílias e comunidades, a fim de fortalecer os vínculos comunitários e a rede de apoio às crianças e adolescentes e de promover a inclusão social e a compreensão das diversidades sociais, étnicas e culturais.

Códigos de origem da proposta (4): AL-E2-02; AL-E2-03; AM-E4-10; MG-E4-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** O objetivo da proposta não está claro. Qual o objetivo da criação de grupos, rodas, oficinas, etc? Que tipo de conteúdo os adolescentes deverão elaborar? A meu ver, essa proposta já está contemplada em anteriores, que tratam da participação nas diversas esferas (escola, Executivo e Legislativo). Sugiro supressão total. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Estou de acordo com as colegas. A proposta já está contemplada em diversas outras propostas anteriores. A supressão desta não acarretará em perda de conteúdo. **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Também acho essa proposta confusa. Os espaços sugeridos nas demais propostas cumprem esse papel de garantir um espaço de fala. Não apresenta nada novo com relação as outras propostas. Sigo a colega Viviane sugerindo a supressão total da proposta.

Eixo 4 - Proposta 13

Garantir a formação crítica-social e política de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro como fora da escola, como grêmio e CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) e, paralelamente, inserir a temática do protagonismo infanto-juvenil e do direito à participação de crianças e adolescentes nos conteúdos de formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e na execução das políticas públicas.

Códigos de origem da proposta (4): AM-E4-05; MA-E4-04; PR-E4-04; SE-E4-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** O conteúdo formativo nas escolas de crianças e adolescentes está estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular/ BNCC. Enquanto documento de caráter normativo, a BNCC define os componentes e diretrizes que devem nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino em todo o Brasil. A abordagem pedagógica desses conteúdos, porém, fica a cargo das instituições públicas e privadas de ensino, em respeito ao art. 206, inciso III, da Constituição de 1988, que estabelece o princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas na educação brasileira. A abordagem crítico-social e política consiste em apenas uma dessas ideias e concepções, sendo inconstitucional sua "imposição" no ambiente escolar. Sugiro portanto nova redação à proposta: "fomentar a formação cidadã de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro quanto fora da escola, bem como a formação dos/as profissionais que atuam no SGD em temáticas relacionadas ao exercício da cidadania por crianças e adolescentes". **Sugerido por:** Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Acrescentar criar conselhos de participação de adolescentes dentro das unidades de execução de medida s socioeducativa de privação de liberdade . **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Concorro com as considerações da colega Viviane e com a nova redação proposta por ela. Quanto à criação de conselhos de participação de adolescentes dentro das unidades de execução de medidas socioeducativa de privação de liberdade, acho que pode ser uma boa ideia, mas foge bastante do que está

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

proposto aqui. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldelel **UF:** ES **Sugestão:** Estou de acordo com a nova redação dada pela delegada Viviane: "fomentar a formação cidadã de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro quanto fora da escola, bem como a formação dos/as profissionais que atuam no SGD em temáticas relacionadas ao exercício da cidadania por crianças e adolescentes".

Eixo 4 - Proposta 14

Garantir, por meio de leis municipais, estaduais e federais, a efetiva participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diferentes religiões, pessoas com deficiência e LGBT, nos órgãos e instâncias de controle e formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência; além de promover eventos culturais, fóruns e debates sobre diversidade cultural e identidade orientados a crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, nas escolas e em outros espaços, objetivando desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças individuais e culturais.

Códigos de origem da proposta (4): AC-E4-03; PA-E1-02; PA-E4-05; RR-E4-05.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Em todos os colegiados, atores governamentais e não-governamentais, que representam algum segmento populacional específico ou são especialistas em algum tema particular, podem ser convidados a participar das reuniões ordinárias e extraordinárias para discutir algum tema. Exemplo: no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pode-se debater políticas para crianças e adolescentes negros, quilombolas, de matriz africana, etc, com a participação de especialista na política da criança e do adolescente. Da mesma forma, no CONANDA, pode-se discutir política para a criança negra com a participação de especialista nesse público específico. Está aí a riqueza de termos diversos colegiados com composição variada. Não é necessário alterar composição, mas ampliar a participação nas reuniões. Isso já é assegurado pelos atos normativos vigentes. Sugiro supressão total da proposta, portanto. **Sugerido por:** Maria do Socorro **UF:** PB **Sugestão:** Acrescentar crianças e adolescentes em situação de rua **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Uma primeira observação, os órgãos de controle são instituições públicas compostas por servidores concursados, de modo a garantir a impessoalidade e competência do seu corpo técnico. As demais instâncias de controle, representadas especialmente pelos conselhos de políticas públicas espaços, tem, por regra, a possibilidade de qualquer cidadão das reuniões, sem contudo ter poder de voto, podendo-lhe ser concedida fala. Garantir a representatividade de todos por lei, como proposto, apesar de parecer justo, não produz resultado que agrega valor a sociedade. A realidade exposta pela colega Viviane apresenta a mecânica mais funcional para cumprir o objetivo de construir políticas mais efetivas. Proponho a supressão da proposta. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldelel **UF:** ES **Sugestão:** Discordo dos colegas. E em termos práticos, por experiência no serviço público, penso que é super relevante garantir por lei a participação desse público com direito a voto. Sem a garantia na lei, muitas vezes o gestor público sequer realiza busca ativa para incluir essas populações. Voto pela manutenção da proposta com a seguinte redação: "Garantir, por meio de leis municipais, estaduais e federais, a efetiva participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diferentes religiões, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, crianças em situação de rua e outras, nos órgãos e instâncias de controle e formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência; além de promover eventos culturais, fóruns e debates sobre diversidade cultural e identidade direcionados a crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, nas escolas e em outros espaços, objetivando desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças individuais e culturais.

Eixo 4 - Proposta 15

Potencializar a criação e divulgação do NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes) e JUVA (Juventude Unida pela Vida na Amazônia), garantindo a ampliação do número de adolescentes participantes e a promoção de encontros intermunicipais.

Códigos de origem da proposta (3): AL-E4-05; CE-E4-03; PB-E4-04.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 1

Sugerido por: Vanessa Santos Giraldelel **UF:** ES **Sugestão:** Para ampliar a proposta ao território nacional, sugiro a seguinte redação: "Potencializar a criação e divulgação do NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes), JUVA (Juventude Unida pela Vida na Amazônia) e outros espaços regionais e locais voltados aos adolescentes e jovens, garantindo a participação dos mesmos nesses espaços e promovendo encontros intermunicipais".

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4

Eixo 4 - Proposta 16

Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais e nacional, promovendo discussões com linguagens acessíveis para que crianças e adolescentes possam encaminhar questões voltadas à construção e execução de políticas públicas que os afetam, garantindo os recursos financeiros para a sua participação e respeitando a representatividade de etnias, religiões, gênero, orientação sexual e de adolescentes do sistema socioeducativo.

Códigos de origem da proposta (3): BA-E4-01; RS-E5-04; TO-E4-01.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 3

Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Sugiro nova redação: "Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais e nacional, promovendo discussões acessíveis sobre políticas públicas para a efetiva participação de crianças e adolescentes, respeitadas suas diferenças e especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas". **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Estou de acordo com a redação proposta pela colega Viviane. A redação proposta por ela contempla todos os públicos do texto original, e amplia quanto às condições peculiares de cada uma delas, aspecto que a proposta original não contemplava. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Sugiro a seguinte redação, a partir da proposta da colega Viviane: "Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais e nacional, promovendo discussões com metodologias e linguagens acessíveis para que crianças e adolescentes possam participar do debate e encaminhar questões voltadas à construção e execução de políticas públicas que os afetam, garantindo os recursos financeiros para a sua participação, viabilizando a representatividade de etnias, religiões, gênero, orientação sexual e de adolescentes do sistema socioeducativo", respeitadas suas diferenças e especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas".

Eixo 4 - Proposta 17

Garantir dotação orçamentária específica para a preparação e realização das Conferências Municipais, Estaduais e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação efetiva da comunidade escolar, familiar e das crianças e adolescentes, de acordo com as orientações estabelecidas pelo CONANDA, além de aumentar o número de adolescentes delegados/as.

Códigos de origem da proposta (2): AP-E4-02; MS-E4-02.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Janini Ginani **UF:** DF **Sugestão:** Promover estudos para o aprimoramento dos mecanismos de escuta e participação das crianças e adolescentes na medida de suas necessidades para que as Conferências possam cada vez mais ser um espaço participativo de exercício da cidadania de crianças e adolescentes. **Sugerido por:** Viviane Petinelli e Silva **UF:** DF **Sugestão:** Sugiro substituir "de acordo com as orientações estabelecidas pelo CONANDA" por "de acordo com orientações do respectivo Conselho de Direitos em parceria com o CONANDA". **Sugerido por:** Everton Kischlat **UF:** DF **Sugestão:** Concordo com a redação proposta pela colega Viviane, a substituição "de acordo com as orientações estabelecidas pelo CONANDA" por "de acordo com orientações do respectivo Conselho de Direitos em parceria com o CONANDA" garantia a participação da instância local de defesa dos direitos no estabelecimento da dotação orçamentária de cada uma das instâncias. **Sugerido por:** Vanessa Santos Giraldele **UF:** ES **Sugestão:** Penso que a primeira parte da proposta deve ir para o Eixo de Orçamento: "Garantir dotação orçamentária específica para a preparação e realização das Conferências Municipais, Estaduais, Nacional e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente". Para o Eixo 4, sugiro a seguinte redação: Ampliar a participação de crianças e adolescentes delegados nas Conferências Municipais, Estaduais, Nacional e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente", garantindo-se a paridade na representação, utilizando metodologias adequadas e preparando as crianças e adolescentes para uma participação efetiva, materializando o protagonismo juvenil.

Eixo 4 - Proposta 18

Garantir a criação de uma semana específica da criança e do adolescente, a exemplo da semana do bebê, para debate e exposição de trabalhos sobre o tema, promovendo também premiação de boas práticas com edital do Fundo da Infância e Adolescência.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 4
Códigos de origem da proposta (1): AL-E4-03. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva UF: DF Sugestão: Não há como garantirmos a criação de uma semana específica por meio de lei. Mas há como incentivarmos, fomentarmos, articularmos para que ela seja criada. Sugiro, portanto, nova redação: "Fomentar a criação de uma semana específica da criança e do adolescente, a exemplo da semana do bebê, para debate e exposição de trabalhos sobre o tema, bem como divulgação do Disque 100 como ferramenta de denúncia a violações de direitos da criança e do adolescente adolescente, promovendo também premiação de boas práticas com edital do Fundo da Infância e Adolescência". Sugerido por: Vanessa Santos Giraldele UF: ES Sugestão: De acordo!
Eixo 4 - Proposta 19 Dar visibilidade aos movimentos culturais e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para a descriminalização e legitimação de movimentos culturais de crianças e adolescentes, promovendo atividades que objetivem valorizar suas expressões e interação social, desenvolvendo assim o seu potencial criativo, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Códigos de origem da proposta (1): TO-E4-04. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Viviane Petinelli e Silva UF: DF Sugestão: Os movimentos culturais de crianças e adolescentes são criminalizados? Desconheço ato normativo com essa finalidade e não entendo pertinente afirmar algo desse tipo. Sugiro, portanto, nova redação: "Dar visibilidade aos movimentos culturais e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para o respeito a movimentos culturais de crianças e adolescentes e para o desenvolvimento de seu potencial criativo". Sugerido por: Everton Kischlat UF: DF Sugestão: Também desconheço movimentos culturais de crianças e adolescentes que sejam criminalizados. Estou de acordo com a nova redação proposta: "Dar visibilidade aos movimentos culturais e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para o respeito a movimentos culturais de crianças e adolescentes e para o desenvolvimento de seu potencial criativo".
Comentários
Gileade dos Santos Azevedo - PE - 30/11/2020 15:20 Em maior parte das propostas lidas, conservei um sentimento, que foi o de ter os objetivos propostos em Lei, como já citei "beirando obrigatório", e para isto, acredito que o legislativo deve ser provocado e também aplicado a esta perseguição o princípio da primazia, já estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente(Eca), para as votações, apreciações, discussões e votações no tocante a essa promoção do protagonismo de crianças e adolescentes.
Vanessa Santos Giraldele - ES - 30/11/2020 17:29 Gileade, infelizmente, a cada conferência o que percebemos é se o ECA estivesse sendo executado, não seria necessário reafirmarmos direitos já garantidos pela lei. Isso é realmente triste e, por esse motivo, temos que continuar firmes na luta pela garantia desses direitos.
Everton Kischlat - DF - 30/11/2020 17:36 Senti falta nas propostas de um olhar para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial para seu artigo primeiro que diz: " Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." Há uma necessidade urgente de se voltar ao dever da fraternidade. A fruição de direitos por todos nós, não só pelas crianças, será garantido não por novas leis, novos comandos legais. Já temos o bastante e as violações continuam. O que precisamos é que nossas crianças e adolescentes (e os adultos também) entendam o valor da vida íntegra, com valores, vivida em comunidade com o espírito de fraternidade. Fazendo com que cada um defenda o direito do outro antes do seu, que cada um veja o outro como irmão, participante do mesmo povo. Povo que sonha ser como o sonho de Martin Luther King: "Eu tenho um sonho que meus quatro pequenos filhos um dia viverão em uma nação onde não serão julgados pela cor da pele, mas pelo conteúdo do seu caráter. Eu tenho um sonho hoje." Esse também é o meu sonho: fazer parte de um povo no qual a cor da pele, o sexo, a religião, etc, não importam! O que importa é o caráter! E a construção do caráter das nossas crianças e adolescentes é responsabilidade primeira da família, depois da religião, do estado e sociedade. E esse ponto não vi em nenhuma proposta.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5



Os fóruns de propostas deverão apreciar, debater e votar as proposições contidas no Caderno de Propostas relativas ao seu temário específico e serão realizados em três momentos.

Aqui estará disponível o caderno relativo ao Primeiro momento:

- O primeiro momento dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados. As emendas dos/as delegados/as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas.
- No Eixo 5 foram incluídas 111 propostas aprovadas nas etapas estaduais, que resultaram em 20 propostas sistematizadas, dispostas em ordem de recorrência (das que mais aglutinaram propostas estaduais às menos frequentes). Será possível ler abaixo de cada proposta nacional os códigos de origem, ou seja, quais propostas aprovadas nas etapas estaduais estão sistematizadas em sua redação (leia a seção 'Observações sobre a Sistematização' no Caderno de Propostas - [Documentos Referenciais](#)).

Importante saber que após o encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas.



Caderno disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 5 - Proposta 01

Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, uma política permanente de formação continuada para os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Diretos da Criança e do Adolescente.

Códigos de origem da proposta (18): AC-E5-06; AL-E5-02; CE-E5-01; GO-E5-01; MA-E5-04; MG-E5-01; MT-E5-04; PB-E5-02; PB-E5-03; PR-E4-01; RJ-E5-05; RN-E5-02; RN-E5-04; RO-E5-02; RR-E5-01; RR-E5-05; RS-E5-01; SC-E5-03.

Sugestões de Edição

Quantidade de sugestões: 4

Sugerido por: Luciano Luís Flores **UF:** RS **Sugestão:** Incluir na formação as crianças e os adolescentes. **Sugerido por:** Sarah Nunes Farhat **UF:** AC **Sugestão:** Concordo com o Luciano Luis Flores/RS, em inserir nessa capacitação espaço para as Crianças e Adolescentes, e principalmente para os Adolescentes dos CPA's e dos Fóruns DCA. **Sugerido por:** Arlene

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
Batista Cunha UF: SE Sugestão: Quando se fala em condições de funcionamento de Conselhos Tutelares e de Direitos, que seja especificado: Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria Contábil e Secretaria Executiva, cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos Conselhos. Sugerido por: Lúcia Flesch UF: RS Sugestão: De acordo com Luciano Flores/RS, especialmente os Comitês de Participação de Adolescentes.
Eixo 5 - Proposta 02 Estruturar e fortalecer, através de Lei, a atuação do Conselho Tutelar com formação continuada, estrutura física, recursos humanos, equipamentos, planejamento estratégico, acessibilidade comunicativa e regulamentação legal do cargo de conselheiro tutelar, além de ampliar o número de conselhos e rediscutir suas atribuições perante as políticas sociais e de proteção à criança e ao adolescente e o processo de escolha de seus membros, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as resoluções 113/2006, 170/2014, 181/2017 do CONANDA e 169 da OIT. Códigos de origem da proposta (17): AC-E5-06; AL-E3-05; AM-E5-05; BA-E5-03; CE-E5-02; ES-E5-04; MG-E1-05; MS-E5-01; MS-E5-03; MT-E5-02; PE-E5-01; RJ-E5-06; RN-E5-01; RN-E5-03; SC-E5-01; SC-E5-04; TO-E5-02. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Luciano Luís Flores UF: RS Sugestão: inserir dois Conselhos Tutelares a partir entre 50.000 e 100.000 habitantes.
Eixo 5 - Proposta 03 Promover e divulgar os papéis dos Conselhos Tutelares e de Direitos, suas deliberações, agendas de reuniões, discussões e atividades, programas e políticas, como o SINASE e o Plano Decenal, bem como o marco jurídico existente (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Constituição Federal, ECA etc.), por meio de campanhas de publicidade e divulgação, palestras, seminários, mídias digitais, agências de notícias, portal da transparência e demais meios de comunicação, com vistas aos órgãos públicos e população em geral, a fim de estimular a participação da sociedade nos espaços de gestão e controle social. Códigos de origem da proposta (17): AC-E5-02; AL-E5-04; AL-E5-05; AM-E5-01; CE-E5-03; ES-E5-01; MA-E5-03; MG-E5-05; MS-E5-01; MT-E5-01; MT-E5-05; PB-E5-04; PR-E5-06; RO-E5-05; RR-E5-02; RR-E5-03; SE-E5-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Sarah Nunes Farhat UF: AC Sugestão: É de suma importância distinguir o papel do Conselho de Direito e do Conselho Tutelar, nesses espaços, pois grande maioria do público faz uma junção e/ou uma troca de atribuições dos mesmos. Sugerido por: Lúcia Flesch UF: RS Sugestão: Incluir: Promover e divulgar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente quanto aos papéis dos Conselhos Tutelares e de Direitos, suas deliberações....
Eixo 5 - Proposta 04 Promover a articulação, nos níveis municipal, estadual e nacional, entre os Conselhos de Direito e Tutelares, bem como entre estes e os poderes públicos, escolas e a sociedade civil, por meio de eventos descentralizados e periódicos, encontros, fóruns, palestras, debates e seminários com atividades articuladas e divulgação adequada, garantindo a participação de crianças e adolescentes e fortalecendo as redes de promoção, controle e defesa dos direitos da infância e adolescência. Códigos de origem da proposta (13): AC-E5-04; AL-E5-01; AP-E5-02; BA-E5-03; MA-E5-01; MS-E5-05; PR-E5-05; RR-E4-02; RR-E5-03; RS-E5-03; SE-E5-06; TO-E5-01; TO-E5-03. Sugestão: Nenhuma sugestão de edição registrada.
Eixo 5 - Proposta 05 Garantir, inclusive por meio da alteração da legislação vigente, a participação de crianças e adolescentes nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação. Códigos de origem da proposta (10): BA-E5-04; DF-E5-01; GO-E5-01; MA-E5-05; MS-E5-04; MT-E5-03; PA-E5-05; PB-E5-05; RJ-E5-04; RO-E5-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Luciano Luís Flores UF: RS Sugestão: Esta participação de crianças e adolescentes por Portaria de nomeação de representação do Prefeito, com as mesmas regras de escolha e indicação dos Conselheiros de Direitos.
Eixo 5 - Proposta 06 Criar, acompanhar e fortalecer os Fóruns de Direitos das Crianças e Adolescentes e os Fóruns por Território de Identidade, garantindo seu financiamento, bem como apoiar redes, frentes e demais iniciativas da sociedade civil que atuam na defesa de direitos da criança e do adolescente, visando a organização e desenvolvimento de atividades de formação e apoio às organizações sociais, tanto na defesa e promoção dos direitos, quanto no processo de escolha dos representantes da sociedade civil para os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Códigos de origem da proposta (10): AC-E5-05; AM-E5-03; AP-E5-03; BA-E5-05; MG-E5-02; MG-E5-04; PE-E5-03; RJ-E1-03; RJ-E5-02; RR-E5-04. Sugestão: <i>Nenhuma sugestão de edição registrada.</i>
Eixo 5 - Proposta 07 Fortalecer e potencializar os Conselhos de Direitos, em todos os níveis, com a garantia governamental das condições adequadas de funcionamento (recursos humanos e materiais, financiamento adequado, formação, apoio técnico e infraestrutura), garantindo acessibilidade a todos os públicos, inclusive intérprete de libras, além de reavaliar a representação dos seguimentos que compõem os conselhos e o processo de escolha de seus membros, assegurando representação de acordo com as especificidades culturais dos povos de cada região e a nomeação de representantes governamentais que sejam comprometidos com a causa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, bem como implementar, por meio de projeto de lei, a obrigatoriedade da execução das deliberações dos Conselhos de Direitos, com fiscalização do Ministério Público. Códigos de origem da proposta (10): AC-E5-01; AL-E3-05; AM-E5-05; BA-E5-03; CE-E5-02; ES-E5-02; ES-E5-03; MS-E5-03; PE-E5-01; RN-E5-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Graciele Silva de Matos UF: RS Sugestão: Emenda de substituição de "e nomeação de representantes governamentais que sejam comprometidos com a causa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes" PARA "e nomeação de representantes governamentais que sejam VINCULADOS com a DEFESA dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes"
Eixo 5 - Proposta 08 Garantir sede própria e recursos humanos, inclusive secretário-executivo, para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança do Adolescente, assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo o CMDCA como órgão deliberativo e responsável pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA. Códigos de origem da proposta (7): GO-E5-02; MT-E5-02; RS-E5-01; SE-E5-02; SE-E5-03; SE-E5-05; SE-E5-06.

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 3 Sugerido por: Arlene Batista Cunha UF: SE Sugestão: Inclusive Secretariado Executivo, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil, tudo previsto em lei municipal que institui os CMDCA Sugerido por: Lúcia Flesch UF: RS Sugestão: incluir: os CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO (MUNICIPAL, ESTADUAL E GOVERNAMENTAL).... Sugerido por: Graciele Silva de Matos UF: RS Sugestão: Aqui emenda de adição de redação que inclui os 3 níveis do controle social para criança e adolescente, entendendo que o Conselho Estadual e Nacional sofrem ataques de desmonte permanente, assim como do município. Garantir PARA OS CONSELHOS DE DIREITOS EM NÍVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL sede própria e recursos humanos, inclusive secretário-executivo assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo o CMDCA/CEDCA/CONANDA como órgão deliberativo e responsável pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA) e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA, CEDCA e CONANDA.
Eixo 5 - Proposta 09 Implantar e ampliar, de forma descentralizada, as Escolas de Conselhos em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento, de modo a garantir que os/as conselheiros/as tutelares e de direito tenham formação especializada na área da infância e adolescência, com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social, questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (6): AP-E5-01; CE-E5-01; PB-E5-03; PE-E5-02; RO-E5-02; SE-E5-04. Sugestão: <i>Nenhuma sugestão de edição registrada.</i>
Eixo 5 - Proposta 10 Criar a Lei Orgânica dos Conselhos Tutelares e instituir a unificação de um piso salarial nacional, a ser aprovado a partir de ampla discussão com a participação dos/as conselheiros/as tutelares. Códigos de origem da proposta (5): MG-E1-05; MS-E5-03; PA-E5-04; RS-E5-05; TO-E5-02. Sugestão: <i>Nenhuma sugestão de edição registrada.</i>
Eixo 5 - Proposta 11 Implementar e efetivar o Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA) para que este possa interligar e manter atualizadas as informações de todos os atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, defesa e controle social, visando a avaliação, orientação e fiscalização permanente por parte do CMDCA, CEDCA e CONANDA, com ênfase na divulgação dos indicadores sociais, considerando as especificidades regionais. Códigos de origem da proposta (5): AM-E5-04; GO-E5-02; PA-E2-06; PR-E5-02; SC-E5-05. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim UF: ES Sugestão: Implementar e efetivar o Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA), "COM O APOIO DOS CEDCA, SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE GOVERNO" para que este "SISTEMA" possa interligar e manter atualizadas as informações de todos os atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, defesa e controle social, visando a avaliação,

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
orientação e fiscalização permanente por parte do CMDCA, CEDCA e CONANDA, com ênfase na divulgação dos indicadores sociais, considerando as especificidades regionais. ALESSANDRA -CRIAD -ES
Eixo 5 - Proposta 12 Garantir a efetividade da participação da sociedade civil no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com garantia de recursos, via Fundo para Infância e Adolescência, para a articulação e mobilização das organizações da sociedade civil que trabalham com crianças e adolescentes, de acordo com a realidade da região, assegurando a representatividade de todos os grupos populacionais, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência. Códigos de origem da proposta (3): CE-E5-02; ES-E1-04; RO-E5-04. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim UF: ES Sugestão: Garantir a efetividade da participação da sociedade civil, "COM BASE NAS LEIS ESTADIAIS DOS CEDCA, SEUS PLANOS E EDITAIS PÚBLICOS", no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com garantia de recursos, via Fundo para Infância e Adolescência,
Eixo 5 - Proposta 13 Garantir a participação dos CMDCA na elaboração das propostas orçamentárias como LOA, LDO, PPA. Além disso, incentivar o cumprimento pelos gestores municipais, estaduais e federais das deliberações dos COMDICA, CEDICA e do CONANDA, inserindo-as no Plano Plurianual, LOA e LDO e reconhecendo-as como espaços importantes do controle social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (3): GO-E5-02; RS-E5-02; SC-E5-02. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Arlene Batista Cunha UF: SE Sugestão: Garantir a participação dos CMDCA's mediante Assessorias Técnica, Jurídica e Contábil na elaboração das propostas orçamentárias...
Eixo 5 - Proposta 14 Incluir na grade curricular e nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas e privadas, em caráter obrigatório, o ensino de conteúdos relacionados ao ECA, direitos humanos e participação social e cidadã, em todas as etapas da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, em cumprimento à Lei Federal 11.525/2007, incentivando, assim, o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre a conjuntura e sobre seus direitos e deveres. Códigos de origem da proposta (3): ES-E5-05; PE-E5-03; RS-E5-06. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 2 Sugerido por: Luciano Luís Flores UF: RS Sugestão: Com ministração de aula por Profissional com formação na área da Infância, ou especialização, ou com mais de 360 de cursos de formação ou certificado de participação em Conferências. Sugerido por: Graciele Silva de Matos UF: RS Sugestão: com profissional que possua formação em direitos humanos na área da infância e adolescência que comprove através da certificação de especialização ou com mais de 360 horas de cursos de formação ou certificado de participação em Conferências do segmento criança e adolescente.
Eixo 5 - Proposta 15

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
Realizar plenárias, reuniões periódicas e assembleias itinerantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, ampliadas e descentralizadas, que garantam a participação de todos os Conselhos, estabelecendo a criação de um canal de comunicação para assessoramento aos Conselhos Municipais. Códigos de origem da proposta (3): MA-E5-01; PA-E5-03; RJ-E5-01. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Graciele Silva de Matos UF: RS Sugestão: Aqui inclui-se os conselhos estaduais e nacional?!
Eixo 5 - Proposta 16 Inserir destinação de percentual ao Fundo da Criança e Adolescente no Plano Plurianual, LOA e LDO e garantir novas fontes de recursos para o Fundo, de modo a assegurar o financiamento de ações e promoções voltadas para crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (2): PR-E5-01; RS-E5-02. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim UF: ES Sugestão: Garantir a operacionalização dos recursos do FIA com a legislação estabelecida nas Leis Estaduais para o FUNDO. Que as Leis sejam revistas para que possam prevalecer claramente os canais de participação das organizações da sociedade civil enquanto parceiras das ações. Alessandra CRIAD ES
Eixo 5 - Proposta 17 Instituir mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam o acompanhamento sistemático das mais diversas instâncias de controle social e das políticas de direitos de crianças e adolescentes, com indicadores de avaliação dos serviços e diagnósticos sob responsabilidade dos três níveis de governo, com participação e supervisão dos Conselhos de Direitos e sociedade civil na prestação de contas, com transparência e acesso público aos dados, assegurando que as proposições e deliberações das Conferências de Direitos das Crianças e Adolescentes sejam inclusas nos planos de ação e implementação das políticas públicas, bem como subsidiar o planejamento de ações para o próximo ciclo dos Planos Plurianuais – PPAs. Códigos de origem da proposta (2): MG-E5-03; RN-E5-05. Sugestão: Nenhuma sugestão de edição registrada.
Eixo 5 - Proposta 18 Garantir dotação orçamentária específica para a realização das Conferências Livres, Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar, em todas as instâncias, que propostas deliberadas nas mesmas sejam efetivadas pelo Poder Público. Códigos de origem da proposta (2): PR-E5-03; RJ-E5-03. Sugestão: Nenhuma sugestão de edição registrada.
Eixo 5 - Proposta 19 Solicitar agendas permanentes com o poder legislativo, de todas as esferas, para apresentar as deliberações das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com intuito de fomentar o envolvimento do legislativo e a defesa das propostas por melhorias

Primeiro momento (Emendas) - Eixo 5
das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, assegurando sua publicação e, ainda, a criação de frentes parlamentares em defesa das crianças e dos adolescentes. Códigos de origem da proposta (1): PA-E5-02. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim UF: ES Sugestão: Solicitar agendas permanentes "COORDENADAS PELOS CEDCA E CMDCA's" com o poder legislativo ...
Eixo 5 - Proposta 20 Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direito, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes. Códigos de origem da proposta (1): RO-E5-03. Sugestões de Edição Quantidade de sugestões: 1 Sugerido por: Douglas Moreira UF: PR Sugestão: Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direitos, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurando processos de monitoramento e avaliação de resultados.
Comentários
Luciano Luís Flores - RS - 29/11/2020 12:13 Importante frisar que todos os atos sejam por Lei Municipal referendado por Decreto e Portaria, para que se torne permanente e não pela vontade que quem lá estiver.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1



Aqui está disponível o caderno relativo ao segundo momento do Fórum de Propostas.



Caderno disponível entre: 09h do dia 04/DEZ e 18h do dia 05/DEZ.

Orientações para o segundo momento do Fórum de Propostas:

1. Os textos dispostos abaixo foram organizados a partir do trabalho realizado no primeiro momento e consiste na votação das propostas pós-sistematização das emendas sugeridas no primeiro momento..
2. No segundo momento, os/as delegados/as também votarão as propostas de acordo com o eixo em que foram credenciados/as, podendo indicar se aprovam:
(a) propostas em sua redação original, ou
(b) propostas com alteração de texto, conforme emendas feitas no primeiro momento.
3. Algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos, e estas seguirão para o terceiro momento do Fórum de Propostas (priorização).
4. Algumas das propostas estão acompanhadas da marcação 'SEM EMENDAS', significando que não houve sugestão de emendas nesta proposta, ou que as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Estas propostas já estão aprovadas e seguirão diretamente para o terceiro momento.
5. O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas.
6. Sempre que possível buscou-se incluir a maior quantidade de emendas no mesmo texto alterado, desde que a mesma resultasse em um texto coerente. Quando as emendas eram contraditórias entre si o caminho foi propor mais de um texto alterado. Emendas supressivas também foram consideradas em textos alterados específicos, de modo a permitir que os/as delegados/as escolham entre o texto original e o com trecho suprimido.
7. Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.
8. Todas as propostas aprovadas no segundo momento pelos(as) delegados(as) credenciados(as) nos eixos constarão como **propostas nacionais aprovadas**.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 1 - Proposta 01

TEXTO ORIGINAL: Garantir formação continuada aos Conselheiros de Direitos e Tutelares, aos profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, sobre os diversos temas relacionados à política de

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnicas e culturais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 13.010/2014.

TEXTO ALTERADO: Garantir, preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, formação continuada com vistas ao desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, profissionais da saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnico-raciais e culturais, em função dos diversos arcabouços jurídicos que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme entendimento do Decreto 6.040/2007, Resolução do CONANDA 181/2016, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei nº 13.010/2014.

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: Odila Maria - RO **Votado por:** WESIA - RN **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 23 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Neide Soares - MG **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Gislaine Cristina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 02

TEXTO ORIGINAL: Assegurar acesso ao ensino técnico e profissionalizante, nos moldes do Jovem Aprendiz e outros, a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

TEXTO ALTERADO: Assegurar acesso à qualificação profissional e/ou ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em serviços de acolhimento para adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Votações na Proposta Original: 6 Votos

Votado por: Edson - RN **Votado por:** Messias - RN **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 26 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Edson - RN **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Votado por:** Vitória França Reis - GO **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 03 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais e identitárias.

TEXTO ALTERADO 1: Garantir, implementar e efetivar políticas públicas, considerando a participação das comunidades, voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo, acordos internacionais e convenções ligadas aos direitos humanos, e que as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais, de gênero e identitárias.

ATENÇÃO: A proposta 03 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 17 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA

Eixo 1 - Proposta 03 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais e identitárias.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir a efetivação de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo e as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais e culturais.

ATENÇÃO: A proposta 03 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 8 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Messias - RN **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Cleide Nogueira - MG

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 04 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

TEXTO ORIGINAL: Criar planos e protocolos de ação intersetorial, bem como comissões/comitês intersetoriais, em todas as esferas de governo, com reuniões periódicas, a fim de promover a **articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas** voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

TEXTO ALTERADO 1: Criar comissões/comitês intersetoriais em todas as esferas de governo, com reuniões periódicas, a fim de promover, por meio de agendas transversais e multissetoriais, planos, serviços e protocolos de ação intersetorial, a articulação e a integração de políticas públicas prioritárias voltadas a crianças e adolescentes em todas as áreas de atuação, garantindo a participação de crianças e adolescentes e das famílias em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

ATENÇÃO: A proposta 04 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 16 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Berenice - RN **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Gislaine Cristina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 04 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Criar planos e protocolos de ação intersetorial, bem como comissões/comitês intersetoriais, em todas as esferas de governo, com reuniões periódicas, a fim de promover a **articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas** voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

TEXTO ALTERADO 2: Criar planos e protocolos de ação intersetorial em todas as esferas de governo, a fim de promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

ATENÇÃO: A proposta 04 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Votações na Proposta Alterada: 12 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 05

TEXTO ORIGINAL: Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como assistentes sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade, melhoria do processo de aprendizagem e garantia da inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, de acordo com as necessidades de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

TEXTO ALTERADO: Assegurar a contratação de equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino, com profissionais como assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, enfermeiros/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade social, melhoria do processo de aprendizagem e garantia da inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, em consonância com a Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/07, de acordo com as necessidades, potencialidades e diversidade de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, buscando a melhoria da qualidade de vida desta população e o combate ao racismo estruturante.

Votações na Proposta Original: 7 Votos

Votado por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 21 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Paula

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Beatriz - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR

Eixo 1 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação sexual e reprodutiva, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias na grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TEXTO ALTERADO 1: Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais referentes à cidadania, Ética, Saúde, Educação Ambiental, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias na grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias, metodologias ativas e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE

Votações na Proposta Alterada: 16 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação sexual e reprodutiva, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias na grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TEXTO ALTERADO 2: Incluir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais como cidadania, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias na grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias, e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Catarina de Santana - PE

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 07 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Realizar **diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados** de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades e contando com a participação das famílias, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

TEXTO ALTERADO 1: Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades, contando com a participação das famílias e das crianças e/ou adolescentes, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

ATENÇÃO: A proposta 07 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Odila Maria - RO

Votações na Proposta Alterada: 25 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 07 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades e contando com a participação das famílias, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

TEXTO ALTERADO 2: Realizar diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e contando com a participação das famílias, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ATENÇÃO: A proposta 07 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 4 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Paula Beatriz - GO

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Catarina de Santana - PE **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF

Eixo 1 - Proposta 08

TEXTO ORIGINAL: Assegurar a **acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência** a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, a contratação de cuidadores e a formação dos profissionais, cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino.

TEXTO ALTERADO: Assegurar a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, incluindo a contratação de cuidadores e a formação e capacitação dos profissionais, assim como das outras crianças e adolescentes a fim de permitir o convívio e a interação social, cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Messias - RN **Votado por:** Catarina de Santana - PE

Votações na Proposta Alterada: 26 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 09 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Fortalecer o **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD)**, por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos vítimas de violências, negros, com deficiência, LGBT, população do campo, florestas e águas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

TEXTO ALTERADO 1: Fortalecer o SGD- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolução 113 do CONANDA, por meio da intersetorialidade e transversalidade entre todos os órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção, incluindo órgãos Municipais, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública,

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Delegacias Especializadas e Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos com deficiência, vítimas de violências, negros/as, LGBT, população do campo, florestas, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos indígenas.

ATENÇÃO: A proposta 09 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Odila Maria - RO

Votações na Proposta Alterada: 21 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Vitória França Reis - GO **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 09 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos vítimas de violências, negros, com deficiência, LGBT, população do campo, florestas e águas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

TEXTO ALTERADO 2: Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), por meio da intersetorialidade entre todos os órgãos e entidades que o compõem, municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas, órgãos gestores dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Poder Executivo e órgãos do Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos vítimas de violências, negros, com deficiência, população do campo, florestas e águas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

ATENÇÃO: A proposta 09 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 4 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Paula Beatriz - GO

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 10

TEXTO ORIGINAL: Manter, ampliar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e de Acolhimento Familiar.

TEXTO ALTERADO: Manter, ampliar e fortalecer a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes, garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação e qualificação da oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com deficiência, em articulação com os órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo.

Votações na Proposta Alterada: 28 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Vitória França Reis - GO **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 11 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

TEXTO ORIGINAL: Garantir a implantação e o funcionamento do **Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA)** e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

TEXTO ALTERADO 1: Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT) e Módulo SINASE (SIPIA SINASE), como uma política de Estado e não de governo, observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA, CEDCAs e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

ATENÇÃO: A proposta 11 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 25 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Vitória França Reis - GO **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 11 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir a implantação e o funcionamento do **Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA)** e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir a implantação e o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT), observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

ATENÇÃO: A proposta 11 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 7 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Berenice - RN **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 12 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer, inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: *bullying*, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

TEXTO ALTERADO 1: Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer, inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: *bullying*, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, o fomento do canal de denúncias Disque 100, e assegurar equipes profissionais, com psicólogos e/ou psiquiatras, que cuidem da saúde mental dos/as alunos/as, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

ATENÇÃO: A proposta 12 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Messias - RN **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Priscila Larry - SE

Votações na Proposta Alterada: 17 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 12 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer, inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: *bullying*, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

TEXTO ALTERADO 2: Implantar o conceito de “Escolas Abertas”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital e rodas de discussão de temáticas sobre violações aos direitos e fomento do canal de denúncias "Disque 100", a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

ATENÇÃO: A proposta 12 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: Messias - RN **Votado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Paula Beatriz - GO

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Daniel - MG **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 13

TEXTO ORIGINAL: Criar, ampliar, equipar e conservar **espaços públicos** em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de **atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e de lazer** que contribuam positivamente para seu desenvolvimento, garantindo a segurança da comunidade local.

TEXTO ALTERADO: Criar, ampliar, equipar e conservar espaços públicos em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e também a adequação de espaços para atividades Paradesportivas e de lazer e participação social, preferencialmente promovendo escuta às crianças e adolescentes do território em relação aos referidos espaços e atividades, buscando promover o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o reconhecimento e a valorização da diversidade, a inclusão social, o combate ao racismo estrutural e o enfrentamento às demais violências no contexto da infância e da adolescência no Brasil, garantindo assim um lugar seguro na comunidade e no meio inserido.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Votações na Proposta Original: 8 Votos

Votado por: Daniel - MG **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF
Votado por: Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maurício José Silva
Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 19 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:**
ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Berenice - RN **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado**
por: Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta
Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado**
por: Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR
Votado por: Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes -
PR **Votado por:** Ana Angélica - DF

Eixo 1 - Proposta 14 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Construir uma cultura de **igualdade, liberdade e respeito à diversidade** em todos os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre novos arranjos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral e a inclusão de representantes das diversas representações da diversidade nos Conselhos de Direitos.

TEXTO ALTERADO 1: Construir uma cultura de paz que inclua a equidade, liberdade de expressão, com respeito à diversidade em todos os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas educativas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de diálogos, garantindo o acesso de novos conceitos familiares, com envolvimento das famílias, diversas religiões e sociedade civil em geral, a inclusão de representantes das organizações da sociedade civil e de representações do segmento da diversidade nos Conselhos de Direitos, principalmente de povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e LGBT.

ATENÇÃO: A proposta 14 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 11 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:**
Messias - RN **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:**
Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO
Votado por: Renata Gomes - PR

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Marta
Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR
Votado por: Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 14 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Construir uma cultura de **igualdade, liberdade e respeito à diversidade** em todos os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre novos arranjos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral e a inclusão de representantes das diversas representações da diversidade nos Conselhos de Direitos.

TEXTO ALTERADO 2: Construir uma cultura de igualdade, liberdade e fraternidade em todo os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre direitos da criança e do adolescente e sobre o fortalecimento dos vínculos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral.

ATENÇÃO: A proposta 14 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 8 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Renata Gomes - PR

Votações na Proposta Alterada: 5 Votos

Votado por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 15 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Realizar **concurso público** para contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais.

TEXTO ALTERADO 1: Realizar concurso público para contratação de equipes multiprofissionais nos conselhos tutelares, unidades de ensino, serviços socioassistenciais SINASE, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. Na demora do certame, garantir recursos financeiros para realizar a contratação destes profissionais, enquanto aguardam oficialização de sua efetivação.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

ATENÇÃO: A proposta 15 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Catarina de Santana - PE **Votado por:** Deyvid - SC

Votações na Proposta Alterada: 18 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 15 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Realizar concurso público para contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais.

TEXTO ALTERADO 2: Realizar a contratação de equipes multiprofissionais nas unidades de ensino, serviços socioassistenciais, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais.

ATENÇÃO: A proposta 15 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Lucimária - MG **Votado por:** Deyvid - SC

Votações na Proposta Alterada: 8 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF

Eixo 1 - Proposta 16

TEXTO ORIGINAL: Promover políticas públicas para a prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar.

TEXTO ALTERADO: Promover políticas públicas para a prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar, incluindo os grupos chamados minoritários que estão invisibilizados pela atenção básica das políticas universais.

Votações na Proposta Original: 6 Votos

Votado por: ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 18 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR

Eixo 1 - Proposta 17

TEXTO ORIGINAL: Garantir a divulgação das ações voltadas às crianças e adolescentes, como forma de assegurar o acesso desse grupo às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessa área, por meio de palestras, teatro, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros.

TEXTO ALTERADO: Garantir a divulgação das ações, serviços e políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, assegurando ações direcionadas às crianças e adolescentes com deficiência e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como forma de assegurar o acesso desses grupos às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessas áreas, por meio de palestras, teatro, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros.

Votações na Proposta Alterada: 25 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:**

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 18

TEXTO ORIGINAL: Construir, implementar e/ou ampliar **Centros Especializados de Reabilitação (CER)**, nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais.

TEXTO ALTERADO: Construir, implementar e/ou ampliar Centros Especializados de Reabilitação (CER), nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, educador social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, arteterapeuta, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais.

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: Daniel - MG **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Votações na Proposta Alterada: 20 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR

Eixo 1 - Proposta 19

TEXTO ORIGINAL: Construir **Casas de Acolhimento, Casas de Passagem e Residências Terapêuticas** para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social que atendam os municípios de pequeno, médio e grande porte, por meio de consórcios regionalizados e parcerias com os governos estaduais, municipais, distrital e Federal, garantindo recursos humanos e financeiros para seu devido funcionamento.

TEXTO ALTERADO: Ampliar e fortalecer as redes do SUS (Sistema único de Saúde) e do SUAS (Sistema único de Assistência Social) de modo a garantir o atendimento às crianças e adolescentes, ampliando, no âmbito do SUS, a oferta de Residências Terapêuticas para crianças e adolescentes e Unidades de Acolhimento (UA) Infantojuvenis e, no âmbito do SUAS, a oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com foco na implementação da oferta de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviços de Acolhimento Conjunto para Mães e Filhos, garantindo cofinanciamento federal, estadual e municipal suficiente para a oferta qualificada dos serviços, incluindo a possibilidade de oferta por meio de consórcio de municípios e ofertas regionalizadas.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

Votações na Proposta Original: 4 Votos

Votado por: Edson - RN **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF

Votações na Proposta Alterada: 24 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** Berenice - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 20

TEXTO ORIGINAL: Criar **Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi)** nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

TEXTO ALTERADO: Criar e implementar, por meio de novas adesões, Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o repasse fundo a fundo do cofinanciamento aos municípios.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Catarina de Santana - PE **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF

Votações na Proposta Alterada: 24 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** Berenice - RN **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 21

TEXTO ORIGINAL: Ampliar o **Programa Saúde na Escola (PSE)** e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

TEXTO ALTERADO: Ampliar e subsidiar o Programa Saúde na Escola (PSE), incluir componentes de direitos humanos e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Emilly Rayanne Coelho Silva - DF

Votações na Proposta Alterada: 24 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 22

TEXTO ORIGINAL: Rever as leis educacionais que facilitam a aprovação de crianças e adolescentes para as etapas posteriores sem a aquisição do devido conhecimento nos anos anteriores.

TEXTO ALTERADO: Aprimorar as leis educacionais e as políticas públicas, com a participação do Sistema de Garantia de Direitos, para que crianças e adolescentes tenham o adequado desenvolvimento em seu período escolar.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Daniel - MG

Votações na Proposta Alterada: 26 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 23

TEXTO ORIGINAL: Construir e implementar o Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Construir, implementar e garantir a efetiva aplicação dos Planos Decenais Estaduais e Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes,

Segundo momento (Votação) - Eixo 1

articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Paula Beatriz - GO

Votações na Proposta Alterada: 25 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 24

TEXTO ORIGINAL: Estruturar sistema de triagem, nas séries iniciais de educação, a fim de diagnosticar precocemente transtornos e dificuldades de aprendizagem, problemas psicoemocionais e vulnerabilidades, realizada por uma equipe multiprofissional especializada (psicopedagogo e assistente social).

TEXTO ALTERADO: Fortalecer a equipe multiprofissional das escolas de Educação Infantil, incluindo profissionais como assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, orientadores pedagógicos e fisioterapeuta no quadro de profissionais da educação básica, a fim de permitir a identificação precoce e devida intervenção em casos de dificuldades de aprendizagem, transtornos relacionados a infância, vulnerabilidades sociais e emocionais, e de atuar em conjunto aos demais profissionais a fim de prevenir qualquer situação que possa interferir na aprendizagem e permanência do aluno na escola.

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: LUANA GABRIELLA - RN **Votado por:** Odila Maria - RO **Votado por:** Lucimária - MG **Votado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Votado por:** Daniel - MG **Votado por:** Catarina de Santana - PE **Votado por:** Vinicius Mendonça - CE **Votado por:** Jackeline - RN **Votado por:** Deyvid - SC **Votado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Votado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Votado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Votado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Votado por:** Priscila Larry - SE **Votado por:** Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS **Votado por:** Cleide Nogueira - MG **Votado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Votado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Votado por:** Paula Beatriz - GO **Votado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Votado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Votado por:** Renata Gomes - PR **Votado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Votado por:** Ana Angélica - DF **Votado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Votado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Votado por:** Esequiel Roque - DF

Eixo 1 - Proposta 25

TEXTO ORIGINAL: Implementar uma política nacional de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que estejam em situação de rua, com cofinanciamento entre estados e municípios.

Segundo momento (Votação) - Eixo 1
TEXTO ALTERADO: Implementar uma política nacional de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que estejam em processo e/ou situação de rua e que utilizam os espaços e vias públicas como locais de trabalho, subsistência e moradia, com cofinanciamento entre estados, municípios e o Governo Federal.
Votações na Proposta Alterada: 27 Votos Votado por: LUANA GABRIELLA - RN Votado por: Odila Maria - RO Votado por: Lucimária - MG Votado por: ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS Votado por: Daniel - MG Votado por: Catarina de Santana - PE Votado por: Vinicius Mendonça - CE Votado por: Jackeline - RN Votado por: Deyvid - SC Votado por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF Votado por: Regina Marli Fuerbringer - SC Votado por: Marta Nileni Alves Gomes - RS Votado por: Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ Votado por: Emily Rayanne Coelho Silva - DF Votado por: Priscila Larry - SE Votado por: Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - MS Votado por: Cleide Nogueira - MG Votado por: Joceliete Vicentini Alves Martins - GO Votado por: Érica Gabriele Boiano - PR Votado por: Paula Beatriz - GO Votado por: Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA Votado por: Maria Angelica Pimenta - SC Votado por: Renata Gomes - PR Votado por: Maurício José Silva Cunha - DF Votado por: Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF Votado por: Marcelo Couto Dias - DF Votado por: Esequiel Roque - DF
Comentários
Neide Soares - MG - 04/12/2020 09:52 bom dia . Tbm não estou conseguindo
Roberto Wagner - DF - 04/12/2020 09:54 Tambem não consegui votar
Berenice - RN - 04/12/2020 09:54 O mesmo problema dos colegas acima... não está contabilizando o voto na hora da confirmação!!
Roberto Wagner - DF - 04/12/2020 09:54 Para defendermos propostas é por aqui, certo?
Edson - RN - 04/12/2020 09:57 Bom dia! Édson aqui de Santana do Matos - RN.
Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA - 04/12/2020 09:24 Bom dia. Não estou conseguindo votar. Clico no ícone de votação, mas ele apenas mostra quem votou e não me dá a opção de votar.
Daniel - MG - 04/12/2020 09:28 Bom dia, também não estou conseguindo votar, quando termino minha votação o meu voto não é contabilizado
Lucimária - MG - 04/12/2020 10:19 Bom dia! O adolescente Pedro Henrique Martins Rodrigues, não estar conseguindo votar nas propostas, gostaríamos de saber se vai ter outro horário, para os Delegados que não estão conseguindo votar?
Apoio XI CNDCA - AL - 04/12/2020 10:42 Para votação das propostas o delegado tem que clicar no 2º momento e realizar a votação no eixo cadastrado.
Maria Angelica Pimenta - SC - 04/12/2020 20:20 O problema persiste e ninguém está conseguindo votar no Eixo 1.
LUANA GABRIELLA - RN - 05/12/2020 08:04 Com muita Luta consegui votar. Tomara que dê certo. Luana Gabriella da Cruz Silva delegada Lajes RN.
Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA - 05/12/2020 08:59 Bom dia. Nao to conseguindo votar tambem
Daniel - MG - 05/12/2020 10:08 Bom dia, enfim o sistema funcionou e consegui votar também.
Apoio XI CNDCA - AL - 05/12/2020 11:31 Bom dia a todos e todas. Conseguimos resolver o problema tecnológico e desde ontem a noite estão conseguindo votar normalmente.
Regina Marli Fuerbringer - SC - 05/12/2020 11:51 Oi, não consigo votar
Vinicius Mendonça - CE - 05/12/2020 13:01 Triste ver como as temáticas anti machismo, LGBTfobia, racismo, ou até mesmo uma questão constitucional que é o concurso público são combatidas por aqueles que defendem o conceito de “família tradicional brasileira”, para aqueles que acreditam que menina e menino se definem através de um jogo de cores já pré definidos antes mesmo do nascimento do

Segundo momento (Votação) - Eixo 1
ser social, infelizmente o Bolsonarismo está presente até mesmo em uma conferência que depende o direitos das crianças e adolescentes.
Jackeline - RN - 05/12/2020 13:12 Boa tarde. Sou Jackeline- Parelhas/ RN. Depois de várias tentativas consegui votar nas propostas e ser computado. Espero que no 3 momento o sistema esteja melhor..
Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF - 05/12/2020 14:01 Caros colegas, peço apoio de todos, para aprovarmos, no próximo eixo, a Proposta 21, que trata da inclusão de componentes de Direitos Humanos no Programa Saúde na Escola, bem como o monitoramento de todas as ações do Programa, que atualmente está presente em 5.289 municípios brasileiros. Trata-se de uma ferramenta importante para a proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes do nosso país.
Regina Marli Fuerbringer - SC - 05/12/2020 14:53 Consegui votar e estou muito feliz e agradecida aos nobres colegas delegados/as que votaram nas alterações de texto que enviei. Muito obrigada
Joceliete Vicentini Alves Martins - GO - 05/12/2020 16:54 Votação concluída.
Cleide Nogueira - MG - 05/12/2020 16:55 Boa tarde a todos e todas, gratidão por este momento e mesmo diante de tantos desafios da pandemia estamos aqui todos em prol das nossas crianças e adolescentes, avante sempre. Salinas/MG.
Maria Angelica Pimenta - SC - 05/12/2020 17:57 Concordo contigo Vinicius, também fiquei chocada com essa postura.
Maria Angelica Pimenta - SC - 05/12/2020 18:16 Prezados, boa noite!!! Peço que observem que algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Nesse caso, podemos escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Abs!!!
Vinicius Mendonça - CE - 06/12/2020 12:42 Gostaria do apoio na aprovação da menção 020.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2



Aqui está disponível o caderno relativo ao segundo momento do Fórum de Propostas.



Caderno disponível entre: 09h do dia 04/DEZ e 18h do dia 05/DEZ.

Orientações para o segundo momento do Fórum de Propostas:

1. Os textos dispostos abaixo foram organizados a partir do trabalho realizado no primeiro momento e consiste na votação das propostas pós-sistematização das emendas sugeridas no primeiro momento..
2. No segundo momento, os/as delegados/as também votarão as propostas de acordo com o eixo em que foram credenciados/as, podendo indicar se aprovam:
(a) propostas em sua redação original, ou
(b) propostas com alteração de texto, conforme emendas feitas no primeiro momento.
3. Algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos, e estas seguirão para o terceiro momento do Fórum de Propostas (priorização).
4. Algumas das propostas estão acompanhadas da marcação 'SEM EMENDAS', significando que não houve sugestão de emendas nesta proposta, ou que as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Estas propostas já estão aprovadas e seguirão diretamente para o terceiro momento.
5. O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas.
6. Sempre que possível buscou-se incluir a maior quantidade de emendas no mesmo texto alterado, desde que a mesma resultasse em um texto coerente. Quando as emendas eram contraditórias entre si o caminho foi propor mais de um texto alterado. Emendas supressivas também foram consideradas em textos alterados específicos, de modo a permitir que os/as delegados/as escolham entre o texto original e o com trecho suprimido.
7. Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.
8. Todas as propostas aprovadas no segundo momento pelos(as) delegados(as) credenciados(as) nos eixos constarão como propostas nacionais aprovadas.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 2 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Efetivar, ampliar e articular as **redes de proteção** e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

TEXTO ALTERADO 1: Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: o financiamento de uma Rede de Proteção Integral, fortalecendo as políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos, unificando a estruturação da rede de atendimento; respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); estabelecendo protocolos e fluxos de notificação informatizados e interligados; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, resguardando as especificidades regionais do território brasileiro e a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 20 Votos

Votado por: Raylson - RN **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Frankllym de Jesus Santos Carneiro - SE **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Edivânio - RN **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM

Eixo 2 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Efetivar, ampliar e articular as **redes de proteção** e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

TEXTO ALTERADO 2: Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (sexo, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Raylson - RN **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Frankllym de Jesus Santos Carneiro - SE **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF

Eixo 2 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Efetivar, ampliar e articular as **redes de proteção** e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

TEXTO ALTERADO 3: Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades; o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Erineia Arruda Borges Pereira - GO

Votações na Proposta Alterada: 9 Votos

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Marcela - DF

Eixo 2 - Proposta 02 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Assegurar, de forma permanente e continuada, a **formação e capacitação** de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

TEXTO ALTERADO 1: Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção, no Sistema de Garantia de Direitos e na assistência social, tais como CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento, inclusive profissionais da educação, da saúde, do sistema de justiça, da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

ATENÇÃO: A proposta 02 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Frankllym de Jesus Santos Carneiro - SE **Votado por:** Adriana Peres Marques dos Santos - ES **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Edivânio - RN **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 02 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Assegurar, de forma permanente e continuada, a **formação e capacitação** de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia,

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

TEXTO ALTERADO 2: Assegurar, por meio da Escola Nacional de Direitos da Criança e Adolescente - ENDICA, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção e no Sistema de Garantia de Direitos, inclusive profissionais da educação, da saúde, sistema de justiça e da segurança pública, respeitando as diversidades e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

ATENÇÃO: A proposta 02 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 9 Votos

Votado por: Raylson - RN **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Frankllym de Jesus Santos Carneiro - SE **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 5 Votos

Votado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF

Eixo 2 - Proposta 03

TEXTO ORIGINAL: Promulgar o projeto de Lei n.º 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **equipes multiprofissionais nas escolas**, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público. Além disso, fortalecer as equipes multiprofissionais já existentes, garantindo o atendimento e o acompanhamento psicossocial na comunidade escolar de forma integral e humanizada.

TEXTO ALTERADO: Promulgar o projeto de Lei n.º 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equipes multiprofissionais nas escolas, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público, estabelecendo prazo de no máximo 1 (um) ano para que seja readequado o quadro de funcionários, segundo a legislação, fixando o número de vezes por semana e horários mínimos para o atendimento. Assegurando capacitação e integração das equipes pedagógicas existentes e os contratados mediante a Lei, para que sejam definidos objetivos, finalidades e garanta a interdisciplinaridade.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Votações na Proposta Alterada: 32 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:**

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

Emmelly - RN **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Frankllym de Jesus Santos Carneiro - SE **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Edivânio - RN **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 04

TEXTO ORIGINAL: Desenvolver ações continuadas de **prevenção, identificação e enfrentamento das violências** contra crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade, incluindo protocolos específicos para instituições de acolhimento e estabelecimentos socioeducativos, por meio da integração das diferentes políticas públicas, abordando temas como gravidez na adolescência, *bullying*, suicídio, discriminação de gênero e racial, trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial, *cyberbullying* e letalidade.

TEXTO ALTERADO: Criar um protocolo de atendimento específico a rede de atendimento, elencando o fluxo dos procedimentos para atender as situações em comum e avançar no sentido de prevenção e proteção. Desenvolver ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, com debate direcionado em dois aspectos, o da promoção ou ameaça e suspeita, onde as situações devem ser observadas quando na sua gênese; e o da proteção, quando as violências aparecem já instaladas, considerado como violação grave, abordando temas como gravidez na adolescência, bullying, automutilação, suicídio, discriminação de gênero, sexual, étnica e racial, bem como de pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+, trabalho infantil, violência física, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade.

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM

Votações na Proposta Alterada: 25 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Edivânio - RN **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 05

TEXTO ORIGINAL: Implementar, com destinação orçamentária específica, as ações decorrentes da aplicação da Lei 13.431/2017 (**Lei da Escuta**), definindo fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento humanizado e garantindo equipe qualificada de profissionais concursados para realizar a escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, evitando a revitimização.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ALTERADO: Implementar com destinação orçamentaria específica, as ações decorrentes à aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada), criando fluxos de trabalho e protocolos intersetoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificada e proveniente de concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, principalmente a violência sexual, evitando com isso a revitimização.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Votações na Proposta Alterada: 28 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelya Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Edivânio - RN **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a **informação e sensibilização** de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; *bullying*; suicídio; discriminação racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 1: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas a diferentes seguimentos da comunidade, voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; *bullying*; suicídio; discriminação étnica, racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento territoriais e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

Votado por: Emmelly - RN **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE

Votações na Proposta Alterada: 15 Votos

Votado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelya Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** Heloísa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a **informação e sensibilização** de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; *bullying*; suicídio; discriminação racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 2: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação racial e de sexo; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 16 Votos

Votado por: Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Sueley Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a **informação e sensibilização** de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; *bullying*; suicídio; discriminação racial e de gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 3: Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas voltadas para a informação e sensibilização de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE

Votações na Proposta Alterada: 12 Votos

Votado por: Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 07

TEXTO ORIGINAL: Implantar, de forma integrada, o **Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA)** como política de Estado, visando a coleta descentralizada de dados e a produção e divulgação de indicadores e diagnósticos capazes de guiar as políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes. Garantir recursos para a efetivação e manutenção do SIPIA, bem como para a formação dos profissionais vinculados aos órgãos de proteção que alimentam e acessam o sistema.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 30 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Luiz Antônio Roman - RS **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 08

TEXTO ORIGINAL: Promover e garantir o acesso à justiça para crianças e adolescentes, implantando e/ou fortalecendo as Varas e Promotorias de Infância e Juventude, a Defensoria Pública e as delegacias especializadas, assegurando a agilidade e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública.

TEXTO ALTERADO: Promover e garantir o acesso à justiça para crianças e adolescentes, por intermédio do fortalecimento das varas e promotorias de infância e juventude, das defensorias públicas e das delegacias especializadas, assegurando a agilidade, a humanização no atendimento e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando, através de concursos públicos, as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública.

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Leandro Müller - PR **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 09

TEXTO ORIGINAL: Incluir conteúdos no currículo da educação básica e do ensino superior, principalmente nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, que promovam a cultura da paz, sob as perspectivas da **Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos**.

TEXTO ALTERADO: Incluir conteúdos no currículo da educação básica e do ensino superior, principalmente nos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Serviço Social, Direito, Psicologia e área da saúde, que promovam a cultura da paz, sob as perspectivas da Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Douglas Santos Santana - SE

Votações na Proposta Alterada: 26 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 10 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Criar, ampliar e fortalecer os **canais de denúncia** que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

TEXTO ALTERADO 1: Criar, ampliar e fortalecer outros canais de denúncias, além do disque 100, que visem inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, garantindo plena acessibilidade e profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

ATENÇÃO: A proposta 10 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 14 Votos

Votado por: Emmelly - RN **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 10 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Criar, ampliar e fortalecer os **canais de denúncia** que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, população LGBT, e comunidades tradicionais de matriz africana e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

TEXTO ALTERADO 2: Criar, ampliar e fortalecer os canais de denúncia que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, fortalecer o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

ATENÇÃO: A proposta 10 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 22 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 11 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; *bullying*; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

TEXTO ALTERADO 1: Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; *bullying*; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

ATENÇÃO: A proposta 11 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Juliana Borges - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado**

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

por: Adriane - GO **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 11 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; *bullying*; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

TEXTO ALTERADO 2: Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de combate às diversas formas de preconceito e discriminação contra crianças e adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

ATENÇÃO: A proposta 11 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 19 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF

Eixo 2 - Proposta 12

TEXTO ORIGINAL: Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que funcionem em tempo integral (24 horas) e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência.

TEXTO ALTERADO: Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que garantam atendimento em tempo integral e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de vítimas e/ou testemunhas de violência e que haja

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

comprometimento das três esferas de governo, priorizando a obrigatoriedade do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Valéria - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 13

TEXTO ORIGINAL: Promover ações e campanhas socioeducativas, por meio de políticas públicas e dos meios de comunicação, para garantir o uso seguro das novas tecnologias, prevenindo situações de risco como *cyberbullying*, exposição à pornografia e outras formas de violência virtual.

TEXTO ALTERADO: Realizar ações e campanhas educativas, em plataformas públicas ou de meios de comunicação, para garantir o uso seguro das novas tecnologias, prevenindo situações de risco como *cyberbullying*, exposição à pornografia e outras formas de violência virtual.

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 14

TEXTO ORIGINAL: Fortalecer as políticas de **saúde mental**, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo escolas municipais, estaduais, distritais, federais e demais instituições, promovendo atendimento especializado para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros.

TEXTO ALTERADO: Ampliar as ações e fortalecer as políticas de saúde mental, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo a área da saúde, escolas municipais, estaduais,

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

distritais, federais e demais instituições, promovendo atendimento especializado e humanizado, para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros.

Votações na Proposta Alterada: 31 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Adriana Peres Marques dos Santos - ES **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 15

TEXTO ORIGINAL: Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados para a sua efetivação, com fundamento nos Direitos Humanos, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, desburocratizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato.

TEXTO ALTERADO: Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, alinhada com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos *Direitos Humanos* e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato, por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 16 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

TEXTO ALTERADO 1: Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas, espaços públicos, de gestão compartilhada e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

ATENÇÃO: A proposta 16 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 6 Votos

Votado por: Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 16 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme resolução do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

ATENÇÃO: A proposta 16 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 18 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 17

TEXTO ORIGINAL: Incluir os direitos fundamentais da criança e do adolescente na **grade curricular** das escolas e propor a criação de projeto de lei que altere os artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas à inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente como componente curricular obrigatório na Educação Básica.

TEXTO ALTERADO: Incluir os direitos fundamentais da criança e do adolescente nas matrizes curriculares das escolas e propor a criação de projeto de lei que altere os artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas à inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente como componente curricular obrigatório na Educação Básica.

Votações na Proposta Original: 23 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Tânia Denise - SC **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM

Eixo 2 - Proposta 18

TEXTO ORIGINAL: Aprimorar o funcionamento e atendimento dos **Conselhos Tutelares**, exigindo curso de nível superior aos conselheiros e garantindo a criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia.

TEXTO ALTERADO: Aprimorar e criar uma lei nacional sobre o funcionamento e atendimento dos Conselhos Tutelares, garantindo infraestrutura, financiamento e capacitação adequados, além de valorização profissional, igualando o salário a um piso

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

nacional, e criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Votações na Proposta Alterada: 26 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 19 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Reforçar a **segurança nas escolas**, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência.

TEXTO ALTERADO 1: Reforçar a segurança pública nas escolas públicas e particulares de ensino infantil, fundamental e médio, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência no início e no fim do horário de aulas, garantindo e protegendo crianças e adolescentes vulneráveis à entorpecentes.

ATENÇÃO: A proposta 19 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 5 Votos

Votado por: Valéria - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ

Eixo 2 - Proposta 19 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Reforçar a **segurança nas escolas**, intensificando as rondas policiais e os serviços de inteligência.

TEXTO ALTERADO 2: Fortalecer ações de segurança pública nas escolas baseadas na filosofia do Policiamento Comunitário, onde os profissionais que atuam nas rondas de patrulha escolar recebam formações específicas em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente e enfrentamento de discriminações. Além disso, assegurar

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

ouvidoria ou espaço adequado focado na prevenção de violências e diálogo sobre violência policial.

ATENÇÃO: A proposta 19 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Keltia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 20

TEXTO ORIGINAL: Garantir a participação de crianças e adolescentes na rede de proteção, formando o público infantojuvenil nas temáticas voltadas à prevenção das violências, realizando campanhas de prevenção organizadas pelo público infantojuvenil em parceria com os órgãos competentes e envolvendo os adolescentes em atividades culturais, debates, palestras e movimentos juvenis, entre outros.

TEXTO ALTERADO: Garantir a participação de crianças e adolescentes na rede de proteção, formando o público infantojuvenil nas temáticas voltadas à prevenção das violências, realizando campanhas de prevenção organizadas pelo público infantojuvenil acompanhados pelos pais e/ou responsáveis, em parceria com os órgãos competentes e envolvendo os adolescentes em atividades culturais, debates, palestras e movimentos juvenis, entre outros.

Votações na Proposta Original: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Keltia Costa Alves - PA **Votado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ

Eixo 2 - Proposta 21

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ORIGINAL: Realizar, com financiamento governamental, **mapeamentos e diagnósticos** socioterritoriais das diversas violências sofridas por crianças e adolescentes, a fim de orientar a elaboração qualificada de políticas públicas de prevenção e enfrentamento dessas violências em todos os estados, municípios e Distrito Federal.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 29 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 22

TEXTO ORIGINAL: Garantir o estabelecimento de um **protocolo internacional de atenção, defesa e proteção**, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Garantir a criação de protocolos internacionais de atenção, defesa e proteção da criança e do adolescente, com os países que dividem fronteiras com o Brasil, para combater à exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes, garantindo a escuta e participação da sociedade civil para o monitoramento do instrumento firmado, por meio de comitê nacional e interestaduais.

Votações na Proposta Alterada: 28 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 23

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ORIGINAL: Promover uma política pública nacional efetiva para **prevenção ao uso de drogas** psicoativas com e sem substâncias, incluindo a formação continuada dos profissionais da rede de proteção acerca desta matéria e fortalecer as políticas que valorizem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes nas áreas de esporte, música, artes e na profissionalização.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 24

TEXTO ORIGINAL: Formular e/ou implementar os “Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais” (PPPI) e “Projetos Políticos Pedagógicos” (PPP) nas Unidades de Atendimento, conforme preconiza a legislação pertinente.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 27 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Suely Mary - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 25 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir acesso à **educação sexual**, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ALTERADO 1: Garantir acesso à educação sexual, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes, incluindo a família da criança e do adolescente, que é quem tem a responsabilidade dessa educação.

ATENÇÃO: A proposta 25 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 8 Votos

Votado por: Valéria - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Alice - SC **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ

Eixo 2 - Proposta 25 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir acesso à educação sexual, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir acesso à educação sexual, de acordo com a faixa etária, através de práticas pedagógicas, nas escolas e instituições sociais, de forma continuada, profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes.

ATENÇÃO: A proposta 25 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 19 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 26

TEXTO ORIGINAL: Implantar o cuidador, no nível estadual, para acompanhamento em atendimento e internação hospitalar de crianças e adolescentes, quando não houver parentes consanguíneos ou família extensiva.

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ALTERADO: Implantação de serviços, a nível municipal, estadual e nacional, por meio de cuidador/a, em ambientes hospitalares, postos de saúde ou equipamentos afins, para atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes que estiverem desacompanhadas dos pais ou responsáveis, sobretudo, visando de forma lúdica e profissional garantir a saúde mental da criança e adolescente.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Votações na Proposta Alterada: 28 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 27

TEXTO ORIGINAL: Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados, obedecendo a critérios técnicos e legais.

TEXTO ALTERADO: Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados e suas famílias, obedecendo a critérios técnicos e legais.

Votações na Proposta Alterada: 29 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Alice - SC **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Eixo 2 - Proposta 28 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

Segundo momento (Votação) - Eixo 2

TEXTO ORIGINAL: Implantar um **centro integrado de atendimento** humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados.

TEXTO ALTERADO 1: Implantar um centro integrado de atendimento humanizado e especializado às crianças e adolescentes vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados pelo Disque 100 e demais canais de denúncia.

ATENÇÃO: A proposta 28 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 21 Votos

Votado por: Maria Luiza - RN **Votado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Votado por:** Emmelly - RN **Votado por:** Raylson - RN **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Helen - PR **Votado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Votado por:** Douglas Santos Santana - SE **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Adriane - GO **Votado por:** Ademilde Pannace - SC **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Votado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Votado por:** Marcela - DF **Votado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Votado por:** Luciano Estevão - SC

Eixo 2 - Proposta 28 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implantar um **centro integrado de atendimento** humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados.

TEXTO ALTERADO 2: Implantar e/ou fortalecer com instrumentos adequados e eficientes que apontem dados específicos e de acordo com as políticas definidas no Plano Nacional e na norma estatutária, Centros Integrados de atendimento humanizado e especializado às vítimas de violências, com profissionais, proporcionando as condições adequadas para priorizar os casos identificados e denunciados.

ATENÇÃO: A proposta 28 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 15 Votos

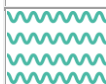
Votado por: Alice - SC **Votado por:** Edimarane - MG **Votado por:** Valéria - PR **Votado por:** Janaina - PR **Votado por:** Erica Martins de Almeida - ES **Votado por:** Juliana Borges - MG **Votado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Votado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Votado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Votado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Votado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Votado por:** André Viana Custódio - SC **Votado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Votado por:** Luciano Estevão - SC **Votado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP

Comentários

Alice - SC - 04/12/2020 10:03
Bom dia colegas !

Segundo momento (Votação) - Eixo 2
Divina Célia Sena dos Santos - GO - 04/12/2020 10:19 Muito Bom! Parabéns! momentos de muita aprendizagem.
Emmelly - RN - 04/12/2020 10:19 Bom dia ♥♥
Raylson - RN - 04/12/2020 10:21 bom dia a todos
Edimarane - MG - 04/12/2020 11:06 Bom dia!
Valéria - PR - 04/12/2020 13:59 O processo está sendo democrático, para garantir a representatividade, encaminhei as propostas para outros âmbitos para que pudessem cooperar com a minha avaliação como delegada.
Apoio XI CNDCA - AL - 04/12/2020 14:25 Reforçamos que algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original.
Thaís Nascimento Dantas - SP - 04/12/2020 15:27 Boa tarde, pessoal. Em caso de dúvidas ou caso queiram debater alguma proposta, não se esqueçam de fazer uso desse espaço. Adicionalmente, solicito especial atenção para que se vote em APENAS uma opção de texto por proposta, portanto cada delegada/o deve votar em APENAS um texto alterado por proposta, caso a escolha de voto não seja o texto original.
Douglas Santos Santana - SE - 04/12/2020 17:56 Boa Tarde ! nobres colegas de forma alguma podemos retroceder, olhem com carinho na proposta de numero 10, de forma alguma podemos deixar que as pessoas LGBT a mercê, gostaria de pedir encarecidamente, como somos devedores de direitos, vamos votar na proposta original.. Douglas Santana, delegado, representante dos Conselheiros Tutelares de Sergipe.
Edivânio - RN - 05/12/2020 09:19 Parabéns,todas proposta muito ricas.
Ademilde Pannace - SC - 05/12/2020 14:22 Boa tarde a todos e bom trabalho
Erineia Arruda Borges Pereira - GO - 05/12/2020 18:01 Boa tarde a todos! Grande aprendizado ! PARABÉNS!!!

Segundo momento (Votação) - Eixo 3



Aqui está disponível o caderno relativo ao segundo momento do Fórum de Propostas.



Caderno disponível entre: 09h do dia 04/DEZ e 18h do dia 05/DEZ.

Orientações para o segundo momento do Fórum de Propostas:

1. Os textos dispostos abaixo foram organizados a partir do trabalho realizado no primeiro momento e consiste na votação das propostas pós-sistematização das emendas sugeridas no primeiro momento..
2. No segundo momento, os/as delegados/as também votarão as propostas de acordo com o eixo em que foram credenciados/as, podendo indicar se aprovam:
(a) propostas em sua redação original, ou
(b) propostas com alteração de texto, conforme emendas feitas no primeiro momento.
3. Algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos, e estas seguirão para o terceiro momento do Fórum de Propostas (priorização).
4. Algumas das propostas estão acompanhadas da marcação 'SEM EMENDAS', significando que não houve sugestão de emendas nesta proposta, ou que as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Estas propostas já estão aprovadas e seguirão diretamente para o terceiro momento.
5. O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas.
6. Sempre que possível buscou-se incluir a maior quantidade de emendas no mesmo texto alterado, desde que a mesma resultasse em um texto coerente. Quando as emendas eram contraditórias entre si o caminho foi propor mais de um texto alterado. Emendas supressivas também foram consideradas em textos alterados específicos, de modo a permitir que os/as delegados/as escolham entre o texto original e o com trecho suprimido.
7. Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.
8. Todas as propostas aprovadas no segundo momento pelos(as) delegados(as) credenciados(as) nos eixos constarão como **propostas nacionais aprovadas**.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 3 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover a **captação de recursos** para os fundos municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

TEXTO ALTERADO 1: Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos que abordem: dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas de acordo com o art. 260 do ECA; mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos, bem como todas as multas decorrentes de violações de direitos humanos que envolvam crianças e adolescentes; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais; porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais; entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art. 216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

TEXTO ALTERADO 2: Estabelecer uma resolução que promova a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos, como dedução do imposto de renda, incluindo pessoas físicas que fazem a declaração no modelo simplificado e a alteração do art. 216-a do ECA para ampliar o rol de beneficiários dessa medida; doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamentos rotativos; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais, entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Ieda Guerci - MG **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Josiana Francisca da Silva - PB

Eixo 3 - Proposta 02

TEXTO ORIGINAL: Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e propondo legislação que defina percentual mínimo obrigatório do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 03

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

TEXTO ORIGINAL: Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de **formação e capacitação permanente** de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência.

TEXTO ALTERADO: Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de formação e capacitação permanente de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil organizada e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com destaque para módulos específicos sobre: 1) gestão financeira; 2) fontes de financiamento de políticas para crianças e adolescentes e 3) características do Finanças do Brasil-FINANBRA e de outros portais com informações sobre despesas de entes federados relacionadas a políticas de promoção dos direitos da criança e do adolescente; sendo esta uma formação executada prioritariamente pela Escola Nacional dos Direitos de Criança e do Adolescente-ENDICA.

Votações na Proposta Original: 7 Votos

Votado por: Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 04

TEXTO ORIGINAL: Garantir o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os **Fundos da Infância e Adolescência**, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados, Distrito Federal e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Fomentar o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os Fundos da Infância e Adolescência, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Votações na Proposta Original: 11 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 05 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos

TEXTO ALTERADO 1: Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência.

ATENÇÃO: A proposta 05 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 5 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 05 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

TEXTO ALTERADO 2: Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de multas nos municípios, estados, Distrito Federal e União, a fim de garantir que os valores oriundos de penalidades administrativas, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos.

ATENÇÃO: A proposta 05 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 10 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ

Eixo 3 - Proposta 06

TEXTO ORIGINAL: Avançar na priorização e na democratização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a **participação da sociedade civil** organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa da sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Avançar na priorização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes.

Votações na Proposta Original: 10 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Ieda Guerri - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 07

TEXTO ORIGINAL: Garantir a **transferência de recursos** fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, Distrito Federal e União) e assegurar os repasses a estados, municípios e Distrito Federal, dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerri - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 08

TEXTO ORIGINAL: Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a **revogação da Emenda Constitucional nº 95**, que congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

TEXTO ALTERADO: Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências", a qual congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerri - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ

Eixo 3 - Proposta 09 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o **controle social** do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministério Público e Tribunal de Contas.

TEXTO ALTERADO 1: Fomentar junto aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministério Público e Tribunal de Contas.

ATENÇÃO: A proposta 09 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 09 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o **controle social** do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como Ministério Público e Tribunal de Contas.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o controle social do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como os Ministérios Públicos Estaduais, Distrital e Federal; Tribunais de Contas, Poder Legislativo e o Poder Executivo.

ATENÇÃO: A proposta 09 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 6 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ

Eixo 3 - Proposta 10

TEXTO ORIGINAL: Garantir a implantação do **Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA)** nas três esferas de governo (estados, municípios, Distrito Federal e União), considerando o princípio constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente (Art. 227 da Constituição Federal), garantindo a visibilidade das dotações destinadas à infância e adolescência e assegurando a participação qualificada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a priorização de grupos vulneráveis.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 11 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 11

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

TEXTO ORIGINAL: Destinar percentual mínimo, a ser definido, de **recursos das emendas parlamentares** estaduais, distritais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 12 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 12

TEXTO ORIGINAL: Garantir no orçamento das três esferas - federal, estadual, municipal e distrital - a elaboração e divulgação de um **diagnóstico periódico sobre o atendimento a crianças e adolescentes**, reconhecendo as diversidades regionais.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 12 Votos

Votado por: Eraldo de Souza Silva - BA **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Antonio Joaquim - BA **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Eixo 3 - Proposta 13 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos **royalties do petróleo e do minério**, a ser definido por meio de Lei Federal.

TEXTO ALTERADO 1: Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência de todos

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

os entes federados, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal.

ATENÇÃO: A proposta 13 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 4 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP

Eixo 3 - Proposta 13 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Ampliar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal.

TEXTO ALTERADO 2: Fomentar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos royalties do petróleo e do minério, a ser definido por meio de Lei Federal.

ATENÇÃO: A proposta 13 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 14

TEXTO ORIGINAL: Ampliar e fortalecer o diálogo intersetorial entre os órgãos gestores das políticas públicas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes nos orçamentos da saúde, assistência social, educação, esporte e lazer, entre outros, de modo a aprimorar a gestão do orçamento público nas diversas áreas, a fim de evitar duplicidade de ação e de garantir previsão orçamentária.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 9 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Eixo 3 - Proposta 15

TEXTO ORIGINAL: Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as **diversidades socioterritoriais** de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo a transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios que que prestam atendimento emergencial a estes grupos, bem como para o Distrito Federal.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 8 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado - AL **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Eixo 3 - Proposta 16

TEXTO ORIGINAL: Ampliar o orçamento destinado ao **Fundo Municipal/Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDCA)**, fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais, incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público.

TEXTO ALTERADO: Articular com entidades de classe, setor produtivo e demais atores destinar recursos do IR aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais e incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público.

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

Votações na Proposta Original: 7 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 17

TEXTO ORIGINAL: Garantir o repasse fundo a fundo dos recursos, de forma regular e sistemática, para programas, serviços e projetos, bem como ampliar o investimento para contratação de equipe técnica, capacitação de profissionais, para criação e manutenção do SINASE, construção e manutenção dos CMEIS e pagamento dos trabalhadores do SUAS, sem implicar na folha de pagamento dos municípios e Distrito Federal.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 6 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Eixo 3 - Proposta 18

TEXTO ORIGINAL: Ampliar o direito dos estudantes sobre o **acesso à cidade**, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal, estadual e distrital para esse público.

TEXTO ALTERADO: Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal e estadual para esse público, em atividades escolares.

Votações na Proposta Original: 7 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

Votado por: Petrucia de Melo Andrade - MG

Eixo 3 - Proposta 19 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos **estados da região norte** (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica.

TEXTO ALTERADO 1: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte e nordeste (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica.

ATENÇÃO: A proposta 19 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 7 Votos

Votado por: Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS

Eixo 3 - Proposta 19 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos **estados da região norte** (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica.

TEXTO ALTERADO 2: Que o Poder Legislativo, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica, destacando a possibilidade de Consórcio entre os entes federados.

ATENÇÃO: A proposta 19 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG

Segundo momento (Votação) - Eixo 3

Eixo 3 - Proposta 20

TEXTO ORIGINAL: Prover o financiamento para plano de gestão voltado ao atendimento a crianças e adolescentes em âmbitos municipal, estadual e distrital bem como o custeio de projetos voltados para arte, cultura, esporte e socioaprendizagem.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 11 Votos

Votado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Votado por:** Maria José Galvão Gueiros Cavalcanti de Oliveira - PE **Votado por:** Ieda Guerci - MG **Votado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Votado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Votado por:** Cleber - SC **Votado por:** Marco Antonio Soares - SP **Votado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Votado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Votado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Votado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF

Comentários

Apoio XI CNDCA - AL - 04/12/2020 14:26

Reforçamos que algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original.

Elisângela Leal de Oliveira Mercado - AL - 04/12/2020 20:40

Atenção, acredito que não precisamos escolher todas, apenas as que consideramos mais pertinentes e, em especial, as que queremos que passe para a terceira fase.

Apoio XI CNDCA - AL - 05/12/2020 11:24

delegados e delegadas, é importante votar em todas as propostas - lembrando que aquelas que tiverem mais de uma proposta de alteração, devem escolher apenas uma redação: a original ou alterada 1 ou alterada 2 e assim por diante. Todas que forem aprovadas neste momento seguirá para o terceiro momento onde cada uma e cada um vai escolher até 05 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS de cada Eixo.

Saturnina Pereira da Silva - RJ - 05/12/2020 16:58

Acho de suma importância a leitura de todas as propostas como também aprovação da que melhor atenda ao objetivo da proposta.

Agnaldo Engel Knevez - RS - 05/12/2020 17:41

Temos propostas consistentes com pequenas emendas que qualificaram os temas! Belo trabalho que expressa a construção conjunta e coletiva 🍌

Segundo momento (Votação) - Eixo 4



Aqui está disponível o caderno relativo ao segundo momento do Fórum de Propostas.



Caderno disponível entre: 09h do dia 04/DEZ e 18h do dia 05/DEZ.

Orientações para o segundo momento do Fórum de Propostas:

1. Os textos dispostos abaixo foram organizados a partir do trabalho realizado no primeiro momento e consiste na votação das propostas pós-sistematização das emendas sugeridas no primeiro momento..
2. No segundo momento, os/as delegados/as também votarão as propostas de acordo com o eixo em que foram credenciados/as, podendo indicar se aprovam:
(a) propostas em sua redação original, ou
(b) propostas com alteração de texto, conforme emendas feitas no primeiro momento.
3. Algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos, e estas seguirão para o terceiro momento do Fórum de Propostas (priorização).
4. Algumas das propostas estão acompanhadas da marcação 'SEM EMENDAS', significando que não houve sugestão de emendas nesta proposta, ou que as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Estas propostas já estão aprovadas e seguirão diretamente para o terceiro momento.
5. O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas.
6. Sempre que possível buscou-se incluir a maior quantidade de emendas no mesmo texto alterado, desde que a mesma resultasse em um texto coerente. Quando as emendas eram contraditórias entre si o caminho foi propor mais de um texto alterado. Emendas supressivas também foram consideradas em textos alterados específicos, de modo a permitir que os/as delegados/as escolham entre o texto original e o com trecho suprimido.
7. Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.
8. Todas as propostas aprovadas no segundo momento pelos(as) delegados(as) credenciados(as) nos eixos constarão como **propostas nacionais aprovadas**.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 4 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir e fortalecer a **participação de crianças e adolescentes** nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA,

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

CECA e CONANDA, assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacionais e de terem voz e voto nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 1: Garantir e fortalecer a participação de crianças e adolescentes, contemplando as diversidades sociais, culturais e econômicas deste público, nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA, assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacionais e de terem voz nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 19 Votos

Votado por: João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Carlos Traibert - SC **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Everton Kischlat - DF **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 6 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC

Eixo 4 - Proposta 01 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir e fortalecer a **participação de crianças e adolescentes** nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA, assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacionais, e de terem voz e voto nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO 2: Possibilitar a participação de crianças e adolescentes nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA.

ATENÇÃO: A proposta 01 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 19 Votos

Votado por: João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** Joana Truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Everton Kischlat - DF

Eixo 4 - Proposta 02 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implementar e divulgar, em nível nacional, **espaços e ferramentas virtuais** (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA e CEDCA.

TEXTO ALTERADO 1: Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violação de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias.

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

ATENÇÃO: A proposta 02 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 17 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldeli - ES **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 02 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implementar e divulgar, em nível nacional, **espaços e ferramentas virtuais** (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

TEXTO ALTERADO 2: Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, respeitando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

ATENÇÃO: A proposta 02 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 12 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldeli - ES **Votado por:** Joana truká - PE

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Votações na Proposta Alterada: 10 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Everton Kischlat - DF **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 02 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Implementar e divulgar, em nível nacional, **espaços e ferramentas virtuais** (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

TEXTO ALTERADO 3: Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, priorizando o conhecimento e a vivência do Art. 1 da Declaração Universal de Direitos Humanos, reconhecendo no outro sua dignidade e direitos intrínsecos e agindo uns com os outros em espírito de fraternidade. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

ATENÇÃO: A proposta 02 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 17 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Everton Kischlat - DF

Eixo 4 - Proposta 03 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir, por meio de legislação, a **presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas**, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas.

TEXTO ALTERADO 1: Possibilitar, por meio de legislação, a presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas.

ATENÇÃO: A proposta 03 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 19 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana Truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 03 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir, por meio de legislação, a **presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas**, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir, por meio de legislação, a presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas; e oferecendo as condições necessárias e metodologias adequadas para que crianças e adolescentes

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

possam expressar-se e contribuir para o processo de formulação, execução e controle social, respeitando a sua condição de sujeito de direito e em desenvolvimento.

ATENÇÃO: A proposta 03 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Nidja Rayla - PB

Votações na Proposta Alterada: 18 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 04

TEXTO ORIGINAL: Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas, rurais e em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática adequados, **amplo acesso à Internet** e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos, com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e à efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 22 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 05 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Instituir **espaços coletivos de convivência** para crianças e adolescentes, qualificando espaços públicos já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil.

TEXTO ALTERADO 1: Criar, ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil.

ATENÇÃO: A proposta 05 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB

Votações na Proposta Alterada: 14 Votos

Votado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 05 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Instituir **espaços coletivos de convivência** para crianças e adolescentes, qualificando espaços públicos já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil.

TEXTO ALTERADO 2: Ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes nas áreas urbanas e rurais para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando o conhecimento e a vivência do Art. 1 da Declaração Universal de Direitos Humanos, reconhecendo no outro sua dignidade e direitos intrínsecos e agindo uns com os outros em espírito de fraternidade.

ATENÇÃO: A proposta 05 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Janini Ginani - DF

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 05 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Instituir **espaços coletivos de convivência** para crianças e adolescentes, qualificando espaços públicos já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil.

TEXTO ALTERADO 3: Instituir, ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil. Ampliar os recursos para políticas públicas de assistência social, educação e cultura, de modo a fazer com que estes espaços sejam usados tanto para a participação quanto para evitar que as crianças e adolescentes se coloquem em situações de risco.

ATENÇÃO: A proposta 05 tem três versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 17 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas,

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

incluindo as famílias e a comunidade, a fim de trabalhar o respeito, a liberdade de expressão e a diversidade de forma contínua, estimulando o protagonismo juvenil.

TEXTO ALTERADO 1: Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas, incluindo as famílias e a comunidade, a fim de ensinar o respeito e a tolerância a todos sem discriminação, o agir em relação uns aos outros em Espírito de Fraternidade e assegurar a liberdade de expressão e o pleno exercício da cidadania.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 15 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 1 Voto

Votado por: Viviane Petinelli e Silva - DF

Eixo 4 - Proposta 06 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas, incluindo as famílias e a comunidade, a fim de trabalhar o respeito, a liberdade de expressão e a diversidade de forma contínua, estimulando o protagonismo juvenil.

TEXTO ALTERADO 2: Promover atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas públicas e privadas, como parte integrante do conteúdo pedagógico, envolvendo as crianças e adolescentes na organização, planejamento e execução desses momentos, de forma a possibilitar a formação cidadã de crianças e adolescentes, incentivando a participação das famílias e da comunidade, estimulando o respeito, a liberdade de expressão, diversidade e o protagonismo juvenil de forma contínua.

ATENÇÃO: A proposta 06 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Alterada: 22 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:**

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 07

TEXTO ORIGINAL: Fomentar a criação, o fortalecimento e a estruturação de **grêmios estudantis** nas escolas públicas e privadas, garantindo a discussão de propostas elaboradas pelos estudantes e sua representatividade, conforme dispõe o art. 53, inciso IV do ECA, de modo a fomentar a participação social, o exercício da cidadania, a autonomia e o envolvimento de crianças e adolescentes nos projetos educacionais e comunitários, assegurando a adoção de novas tecnologias e de plataformas virtuais para apoiar as atividades dos grêmios, bem como formando os profissionais da educação para enxergarem sua importância.

TEXTO ALTERADO: Garantir todas as condições necessárias para a criação, o fortalecimento e a estruturação de grêmios estudantis nas escolas públicas e privadas, viabilizando a discussão de propostas elaboradas pelos estudantes e sua representatividade, conforme dispõe o art. 53, inciso IV do ECA, de modo a fomentar a participação social, o exercício da cidadania, a autonomia e o envolvimento de crianças e adolescentes nos projetos educacionais e comunitários, assegurando a adoção de novas tecnologias e de plataformas virtuais para apoiar as atividades dos grêmios, bem como formando os profissionais da educação para enxergarem sua importância.

Votações na Proposta Original: 6 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Everton Kischlat - DF **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 17 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Eixo 4 - Proposta 08

TEXTO ORIGINAL: Garantir que as crianças, adolescentes, suas famílias e a sociedade em geral tenham **acesso à informação** qualificada sobre políticas públicas, direitos e deveres, projetos, programas e possibilidades de participação direcionados à infância e adolescência, por meio de todas as formas de comunicação, tais como: mídias sociais e tradicionais (TV, jornais, rádios), sites e aplicativos, panfletos e outros materiais informativos, em linguagem acessível, assegurando a divulgação da participação de crianças e adolescentes em conferências, fóruns, conselhos, comitês, e outros espaços, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil.

TEXTO ALTERADO: Garantir que as crianças, adolescentes, suas famílias e a sociedade em geral tenham acesso à informação qualificada sobre políticas públicas, direitos e deveres, projetos, programas e possibilidades de participação direcionados à infância e

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

adolescência, por meio de todas as formas de comunicação, tais como: mídias sociais e tradicionais (TV, jornais, rádios), sites e aplicativos, panfletos e outros materiais informativos, em linguagem acessível, assegurando a divulgação da participação de crianças e adolescentes em conferências, fóruns, conselhos, comitês, e outros espaços, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil. Que o CONANDA disponha de uma plataforma virtual para integrar conteúdos de políticas públicas relevantes para crianças, adolescentes e famílias de modo a dar transparência para as políticas públicas setoriais e facilitar o acesso às informações e discussões sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Votações na Proposta Alterada: 22 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 09

TEXTO ORIGINAL: Contemplar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade do ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de conteúdos relacionados à cidadania e à diversidade cultural, entre outros, na grade curricular de escolas públicas, privadas e socioeducativas, da educação básica até o ensino médio, adotando metodologias de ensino de acordo com o desenvolvimento da criança e adolescente e materiais informativos com linguagem acessível, de modo a preparar o público infantojuvenil para exercer a cidadania com responsabilidade e visão crítica.

TEXTO ALTERADO : Garantir o ensino obrigatório do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Incluindo no currículo escolar o tema dos direitos da criança e do adolescente como conteúdo a ser ministrado pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal, bem como de conteúdos relacionados à cidadania e à diversidade cultural, entre outros, na grade curricular de escolas públicas, privadas e socioeducativas, da educação básica até o ensino médio, adotando metodologias de ensino de acordo com o desenvolvimento da criança e adolescente e materiais informativos com linguagem acessível, de modo a preparar o público infantojuvenil para exercer a cidadania com responsabilidade e visão crítica.

Votações na Proposta Alterada: 21 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 10

TEXTO ORIGINAL: Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e deveres dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

TEXTO ALTERADO: Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO

Votações na Proposta Alterada: 17 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldeleli - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 11

TEXTO ORIGINAL: Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional, com base na resolução n° 191/2017 do CONANDA; garantindo estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurar a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promovendo sua participação na organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 23 Votos

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 12

TEXTO ORIGINAL: Incentivar e promover, em parceria com instituições públicas e privadas, a criação de **grupos de discussão**, rodas de conversa, palestras, oficinas temáticas, reuniões e outras atividades, elaboradas e conduzidas com a participação de adolescentes capacitados que atuem como agentes multiplicadores, envolvendo escolas, famílias e comunidades, a fim de fortalecer os vínculos comunitários e a rede de apoio às crianças e adolescentes e de promover a inclusão social e a compreensão das diversidades sociais, étnicas e culturais.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 21 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 13 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir a **formação crítica-social e política de crianças e adolescentes**, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro como fora da escola, como grêmio e CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) e, paralelamente, inserir a temática do protagonismo infantojuvenil e do direito à participação de crianças e adolescentes nos conteúdos de formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e na execução das políticas públicas.

TEXTO ALTERADO 1: Fomentar a formação cidadã de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro quanto fora da escola, bem como a formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos em temáticas relacionadas ao exercício da cidadania por crianças e adolescentes.

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

ATENÇÃO: A proposta 13 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 15 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 13 (Atenção: Esta proposta tem mais de uma versão alterada a ser apreciada)

TEXTO ORIGINAL: Garantir a formação crítica-social e política de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro como fora da escola, como grêmio e CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) e, paralelamente, inserir a temática do protagonismo infantojuvenil e do direito à participação de crianças e adolescentes nos conteúdos de formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e na execução das políticas públicas.

TEXTO ALTERADO 2: Garantir a formação crítica-social e política de crianças e adolescentes, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, criando conselhos de participação de adolescentes dentro das unidades de execução de medidas socioeducativa de privação de liberdade, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro como fora da escola, como grêmio e CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) e, paralelamente, inserir a temática do protagonismo infantojuvenil e do direito à participação de crianças e adolescentes nos conteúdos de formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e na execução das políticas públicas.

ATENÇÃO: A proposta 13 tem duas versões de texto alterado. Leia todas as versões antes de escolher entre uma das opções (um dos textos alterados ou a versão original).

Votações na Proposta Original: 6 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Votações na Proposta Alterada: 15 Votos

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana Truká - PE **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 14

TEXTO ORIGINAL: Garantir, por meio de leis municipais, estaduais, distritais e federais, a efetiva participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diferentes religiões, pessoas com deficiência e LGBT, nos órgãos e instâncias de controle e formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência; além de promover eventos culturais, fóruns e debates sobre **diversidade cultural e identidade** orientados a crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, nas escolas e em outros espaços, objetivando desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças individuais e culturais.

TEXTO ALTERADO: Garantir, por meio de leis municipais, estaduais, distritais e federais, a efetiva participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diferentes religiões, pessoas com deficiência, LGBT, crianças em situação de rua e outras, nos órgãos e instâncias de controle e formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência; além de promover eventos culturais, fóruns e debates sobre diversidade cultural e identidade orientados a crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, nas escolas e em outros espaços, objetivando desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças individuais e culturais.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR

Votações na Proposta Alterada: 22 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana Truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 15

TEXTO ORIGINAL: Potencializar a criação e divulgação do NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes) e JUVA (Juventude Unida pela Vida na Amazônia), garantindo a ampliação do número de adolescentes participantes e a promoção de encontros intermunicipais.

TEXTO ALTERADO: Potencializar a criação e divulgação do NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes), JUVA (Juventude Unida pela Vida na Amazônia) e outros espaços

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

regionais e locais voltados aos adolescentes e jovens, garantindo sua participação nesses espaços e promovendo encontros intermunicipais.

Votações na Proposta Alterada: 24 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 16

TEXTO ORIGINAL: Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais, distrital e nacional, promovendo discussões com linguagens acessíveis para que crianças e adolescentes possam encaminhar questões voltadas à construção e execução de políticas públicas que os afetam, garantindo os recursos financeiros para a sua participação e respeitando a representatividade de etnias, religiões, gênero, orientação sexual e de adolescentes do sistema socioeducativo.

TEXTO ALTERADO: Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais, distrital e nacional, promovendo discussões acessíveis sobre políticas públicas para a efetiva participação de crianças e adolescentes, respeitadas suas diferenças e especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas.

Votações na Proposta Original: 20 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Votações na Proposta Alterada: 6 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Everton Kischlat - DF **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Eixo 4 - Proposta 17

TEXTO ORIGINAL: Garantir dotação orçamentária específica para a preparação e realização das Conferências Municipais, Estaduais e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação efetiva da comunidade escolar, familiar e das

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

crianças e adolescentes, de acordo com as orientações estabelecidas pelo CONANDA, além de aumentar o número de adolescentes delegados/as.

TEXTO ALTERADO: Garantir dotação orçamentária específica para a preparação e realização das Conferências Municipais, Estaduais e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação efetiva da comunidade escolar, familiar e das crianças e adolescentes, de acordo com orientações do respectivo Conselho de Direitos em parceria com o CONANDA, além de aumentar o número de adolescentes delegados/as.

Votações na Proposta Original: 3 Votos

Votado por: Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 21 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldeleli - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Eixo 4 - Proposta 18

TEXTO ORIGINAL: Garantir a criação de uma semana específica da criança e do adolescente, a exemplo da semana do bebê, para debate e exposição de trabalhos sobre o tema, promovendo também premiação de boas práticas com edital do Fundo da Infância e Adolescência.

TEXTO ALTERADO: Fomentar a criação de uma semana específica da criança e do adolescente, a exemplo da semana do bebê, para debate e exposição de trabalhos sobre o tema, promovendo também premiação de boas práticas com edital do Fundo da Infância e Adolescência.

Votações na Proposta Original: 23 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldeleli - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB

Votações na Proposta Alterada: 4 Votos

Votado por: Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Everton Kischlat - DF **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Segundo momento (Votação) - Eixo 4

Eixo 4 - Proposta 19

TEXTO ORIGINAL: Dar visibilidade aos movimentos culturais e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para a descriminalização e legitimação de movimentos culturais de crianças e adolescentes, promovendo atividades que objetivem valorizar suas expressões e interação social, desenvolvendo assim o seu potencial criativo, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

TEXTO ALTERADO: Dar visibilidade aos movimentos culturais e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para o respeito a movimentos culturais de crianças e adolescentes e para o desenvolvimento de seu potencial criativo.

Votações na Proposta Original: 24 Votos

Votado por: Antonio Jorge dos Santos - SP **Votado por:** Rosana Gomes Reis - PR **Votado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Votado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Votado por:** Carlos Mikael Custódio da Silva - RN **Votado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Votado por:** Ramiro Palicer de Lima - MS **Votado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Votado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Votado por:** Giselle Paes - SC **Votado por:** Angela Faletti - PR **Votado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Votado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Votado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Votado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Votado por:** Mariana Backes - RS **Votado por:** Márcia Paiva - PR **Votado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Votado por:** João Otávio Turatti Barbosa - MG **Votado por:** Nidja Rayla - PB **Votado por:** Joana truká - PE **Votado por:** Eutália Feitosa - PB **Votado por:** Janini Ginani - DF **Votado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Viviane Petinelli e Silva - DF **Votado por:** Everton Kischlat - DF

Comentários

Apoio XI CNDCA - AL - 04/12/2020 14:26

Reforçamos que algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original.

Edna Aparecida Alegro - RS - 04/12/2020 15:58

Solicitamos especial atenção, as/os delegadas/os, para que se vote em APENAS uma opção de texto por proposta, portanto cada delegada/o deve votar em APENAS um texto alterado por proposta, caso a escolha de voto não seja o texto original.

Vanessa Santos Giraldele - ES - 05/12/2020 17:34

Gostaria de registrar que algumas propostas que fiz a partir da proposta 14 não foram registradas como texto alterado para serem votadas. O que pode ter ocorrido?

Apoio XI CNDCA - AL - 06/12/2020 14:19

Boa Tarde delegada Vanessa, em relação à sua pergunta, seguem as respostas da equipe de sistematização em consonância com a comissão organizadora: 1) Quanto à sua emenda na proposta 14: de acordo com o ponto 7 das Orientações para o Segundo Momento, "Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam". 2) Sobre a sua emenda na proposta 16: a equipe de sistematização e a comissão organizadora, consideraram que as contribuições da emenda foram contempladas parcialmente no texto original e parcialmente no texto alterado. 3) Quanto à sua sugestão de mudança de eixo na proposta 18: de acordo com o ponto 5 das Orientações para o Segundo Momento, "O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas". Caso tenha outras dúvidas, estamos a disposição. Obrigado pela sua participação!

Vanessa Santos Giraldele - ES - 06/12/2020 17:25

Agradeço a devolutiva.

Segundo momento (Votação) - Eixo 5



Aqui está disponível o caderno relativo ao segundo momento do Fórum de Propostas.



Caderno disponível entre: 09h do dia 04/DEZ e 18h do dia 05/DEZ.

Orientações para o segundo momento do Fórum de Propostas:

1. Os textos dispostos abaixo foram organizados a partir do trabalho realizado no primeiro momento e consiste na votação das propostas pós-sistematização das emendas sugeridas no primeiro momento..
2. No segundo momento, os/as delegados/as também votarão as propostas de acordo com o eixo em que foram credenciados/as, podendo indicar se aprovam:
(a) propostas em sua redação original, ou
(b) propostas com alteração de texto, conforme emendas feitas no primeiro momento.
3. Algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos, e estas seguirão para o terceiro momento do Fórum de Propostas (priorização).
4. Algumas das propostas estão acompanhadas da marcação 'SEM EMENDAS', significando que não houve sugestão de emendas nesta proposta, ou que as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Estas propostas já estão aprovadas e seguirão diretamente para o terceiro momento.
5. O processo de sistematização realizado após o término do primeiro momento do Fórum de Propostas seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA, que permitia emendas de supressão parcial, adição ou substituição de trechos. Portanto, emendas que propunham supressão total, aglutinação de duas ou mais propostas e mudança de eixo de propostas específicas não foram consideradas.
6. Sempre que possível buscou-se incluir a maior quantidade de emendas no mesmo texto alterado, desde que a mesma resultasse em um texto coerente. Quando as emendas eram contraditórias entre si o caminho foi propor mais de um texto alterado. Emendas supressivas também foram consideradas em textos alterados específicos, de modo a permitir que os/as delegados/as escolham entre o texto original e o com trecho suprimido.
7. Termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) são sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.
8. Todas as propostas aprovadas no segundo momento pelos(as) delegados(as) credenciados(as) nos eixos constarão como **propostas nacionais aprovadas**.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 5 - Proposta 01

TEXTO ORIGINAL: Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, uma política permanente de **formação continuada** para os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente.

TEXTO ALTERADO: Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, uma política permanente de formação continuada para as crianças, os adolescentes (especialmente dos CPAS e dos Fóruns DCA), os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, tais como: Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria Contábil, Secretaria Executiva e cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos Conselhos.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: FRANCISCO - RN **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE

Votações na Proposta Alterada: 10 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS

Eixo 5 - Proposta 02

TEXTO ORIGINAL: Estruturar e fortalecer, através de Lei, a atuação do **Conselho Tutelar** com formação continuada, estrutura física, recursos humanos, equipamentos, planejamento estratégico, acessibilidade comunicativa e regulamentação legal do cargo de conselheiro tutelar, além de ampliar o número de conselhos e rediscutir suas atribuições perante as políticas sociais e de proteção à criança e ao adolescente e o processo de escolha de seus membros, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as resoluções 113/2006, 170/2014, 181/2017 do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

TEXTO ALTERADO: Estruturar e fortalecer, através de Lei, a atuação do Conselho Tutelar com formação continuada, estrutura física, recursos humanos, equipamentos, planejamento estratégico, acessibilidade comunicativa e regulamentação legal do cargo de conselheiro tutelar, além de ampliar o número de conselhos, inserindo dois Conselhos Tutelares em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e rediscutir suas atribuições perante as políticas sociais e de proteção à criança e ao adolescente e o processo de escolha de seus membros, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as resoluções 113/2006, 170/2014, 181/2017 do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).e 169 da OIT.

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: FRANCISCO - RN

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS

Eixo 5 - Proposta 03

TEXTO ORIGINAL: Promover e divulgar os papéis dos Conselhos Tutelares e de Direitos, suas deliberações, agendas de reuniões, discussões e atividades, programas e políticas, como o SINASE e o Plano Decenal, bem como o marco jurídico existente (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Constituição Federal, ECA, etc.), por meio de campanhas de publicidade e divulgação, palestras, seminários, mídias digitais, agências de notícias, portal da transparência e demais meios de comunicação, com vistas aos órgãos públicos e população em geral, a fim de estimular a participação da sociedade nos espaços de gestão e controle social.

TEXTO ALTERADO: Promover e divulgar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente quanto aos papéis dos Conselhos Tutelares e de Direitos, suas deliberações, agendas de reuniões, discussões e atividades, programas e políticas, como o SINASE e o Plano Decenal, bem como o marco jurídico existente (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Constituição Federal, ECA, etc.), por meio de campanhas de publicidade e divulgação, palestras, seminários, mídias digitais, agências de notícias, portal da transparência e demais meios de comunicação, com vistas aos órgãos públicos e população em geral, a fim de estimular a participação da sociedade nos espaços de gestão e controle social.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: FRANCISCO - RN

Votações na Proposta Alterada: 12 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 04

TEXTO ORIGINAL: Promover a articulação, nos níveis municipal, estadual, distrital e nacional, entre os Conselhos de Direito e Tutelares, bem como entre estes e os poderes públicos, escolas e a sociedade civil, por meio de eventos descentralizados e periódicos, encontros, fóruns, palestras, debates e seminários com atividades articuladas e divulgação adequada, garantindo a participação de crianças e adolescentes e fortalecendo as redes de promoção, controle e defesa dos direitos da infância e adolescência.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 05

TEXTO ORIGINAL: Garantir, inclusive por meio da alteração da legislação vigente, a **participação de crianças e adolescentes** nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação.

TEXTO ALTERADO: Garantir, por meio de Portaria de nomeação de representação do Prefeito, com as mesmas regras de escolha e indicação dos Conselheiros de Direitos, a participação de crianças e adolescentes nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação.

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 06

TEXTO ORIGINAL: Criar, acompanhar e fortalecer os **Fóruns de Direitos das Crianças e Adolescentes** e os Fóruns por Território de Identidade, garantindo seu financiamento, bem como apoiar redes, frentes e demais iniciativas da sociedade civil que atuam na defesa de direitos da criança e do adolescente, visando a organização e desenvolvimento de atividades de formação e apoio às organizações sociais, tanto na defesa e promoção dos direitos, quanto no processo de escolha dos representantes da sociedade civil para os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 07

TEXTO ORIGINAL: Fortalecer e potencializar os **Conselhos de Direitos**, em todos os níveis, com a garantia governamental das condições adequadas de funcionamento (recursos humanos e materiais, financiamento adequado, formação, apoio técnico e infraestrutura), garantindo acessibilidade a todos os públicos, inclusive intérprete de libras, além de reavaliar a representação dos seguimentos que compõem os conselhos e o processo de escolha de seus membros, assegurando representação de acordo com as especificidades culturais dos povos de cada região e a nomeação de representantes governamentais que sejam comprometidos com a causa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, bem como implementar, por meio de projeto de lei, a obrigatoriedade da execução das deliberações dos Conselhos de Direitos, com fiscalização do Ministério Público.

TEXTO ALTERADO: Fortalecer e potencializar os Conselhos de Direitos, em todos os níveis, com a garantia governamental das condições adequadas de funcionamento (recursos humanos e materiais, financiamento adequado, formação, apoio técnico e infraestrutura), garantindo acessibilidade a todos os públicos, inclusive intérprete de libras, além de reavaliar a representação dos seguimentos que compõem os conselhos e o processo de escolha de seus membros, assegurando representação de acordo com as especificidades culturais dos povos de cada região e a nomeação de representantes governamentais que sejam vinculados com a defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, bem como implementar, por meio de projeto de lei, a obrigatoriedade da execução das deliberações dos Conselhos de Direitos, com fiscalização do Ministério Público.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: FRANCISCO - RN **Votado por:** Lacerda - DF

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 08

TEXTO ORIGINAL: Garantir sede própria e recursos humanos, inclusive secretário-executivo, para os **Conselhos Municipais dos Direitos da Criança do Adolescente**,

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo o CMDCA como órgão deliberativo e responsável pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA.

TEXTO ALTERADO: Garantir aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente das três esferas de governo (municipal, estadual e nacional), com previsão nas leis municipal, estadual e nacional, sede própria e recursos humanos, inclusive Secretariado Executivo, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica e Assessoria Contábil assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo CMDCA, CEDCA e CONANDA como órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA) e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA, CEDCA e CONANDA.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: FRANCISCO - RN **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 09

TEXTO ORIGINAL: Implantar e ampliar, de forma descentralizada, as **Escolas de Conselhos** em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento, de modo a garantir que os/as conselheiros/as tutelares e de direito tenham formação especializada na área da infância e adolescência, com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social, questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 12 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado**

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

por: Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 10

TEXTO ORIGINAL: Criar a Lei Orgânica dos Conselhos Tutelares e instituir a unificação de um piso salarial nacional, a ser aprovado a partir de ampla discussão com a participação dos/as conselheiros/as tutelares.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 12 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 11

TEXTO ORIGINAL: Implementar e efetivar o Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA) para que este possa interligar e manter atualizadas as informações de todos os atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, defesa e controle social, visando a avaliação, orientação e fiscalização permanente por parte do CMDCA, CEDCA e CONANDA, com ênfase na divulgação dos indicadores sociais, considerando as especificidades regionais.

TEXTO ALTERADO: Implementar e efetivar o Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA), com o apoio dos CEDCA, secretarias estaduais e municipais de governo para que este sistema possa interligar e manter atualizadas as informações de todos os atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, defesa e controle social, visando a avaliação, orientação e fiscalização permanente por parte do CMDCA, CEDCA e CONANDA, com ênfase na divulgação dos indicadores sociais, considerando as especificidades regionais

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: FRANCISCO - RN

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 12

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

TEXTO ORIGINAL: Garantir a efetividade da **participação da sociedade civil** no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com garantia de recursos, via Fundo para Infância e Adolescência, para a articulação e mobilização das organizações da sociedade civil que trabalham com crianças e adolescentes, de acordo com a realidade da região, assegurando a representatividade de todos os grupos populacionais, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

TEXTO ALTERADO: Garantir a efetividade da participação da sociedade civil, com base nas leis estaduais dos CEDCA, seus planos e editais públicos, no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com garantia de recursos, via Fundo para Infância e Adolescência, para a articulação e mobilização das organizações da sociedade civil que trabalham com crianças e adolescentes, de acordo com a realidade da região, assegurando a representatividade de todos os grupos populacionais, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência

Votações na Proposta Original: 5 Votos

Votado por: FRANCISCO - RN **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS

Votações na Proposta Alterada: 8 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 13

TEXTO ORIGINAL: Garantir a **participação dos CMDCA na elaboração das propostas orçamentárias** como LOA, LDO, PPA. Além disso, incentivar o cumprimento pelos gestores municipais, estaduais, distritais e federais das deliberações dos COMDICA, CEDICA e do CONANDA, inserindo-as no Plano Plurianual, LOA e LDO e reconhecendo-as como espaços importantes do controle social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Garantir a participação dos CMDCA, mediante Assessorias Técnica, Jurídica e Contábil, na elaboração das propostas orçamentárias como LOA, LDO, PPA. Além disso, incentivar o cumprimento pelos gestores municipais, estaduais e federais das deliberações dos COMDICA, CEDICA e do CONANDA, inserindo-as no Plano Plurianual, LOA e LDO e reconhecendo-as como espaços importantes do controle social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Votações na Proposta Original: 10 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Votações na Proposta Alterada: 2 Votos

Votado por: Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF

Eixo 5 - Proposta 14

TEXTO ORIGINAL: Incluir na **grade curricular** e nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas e privadas, em caráter obrigatório, o ensino de conteúdos relacionados ao ECA, direitos humanos e participação social e cidadã, em todas as etapas da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, em cumprimento à Lei Federal 11.525/2007, incentivando, assim, o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre a conjuntura e sobre seus direitos e deveres.

TEXTO ALTERADO: Incluir na grade curricular e nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas e privadas, em caráter obrigatório, o ensino de conteúdos relacionados ao ECA, direitos humanos e participação social e cidadã, em todas as etapas da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, em cumprimento à Lei Federal 11.525/2007, com profissional que possua formação em direitos humanos na área da infância e adolescência e que comprove, através da certificação de especialização, ou mais de 360 horas de cursos de formação, ou certificado de participação em Conferências do segmento criança e adolescente, incentivando, assim, o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre a conjuntura e sobre seus direitos e deveres.

Votações na Proposta Original: 2 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE

Votações na Proposta Alterada: 10 Votos

Votado por: FRANCISCO - RN **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC
Votado por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC
Votado por: Margot Vieira - SC **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 15

TEXTO ORIGINAL: Realizar **plenárias, reuniões periódicas e assembleias itinerantes** dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, ampliadas e descentralizadas, que garantam a participação de todos os Conselhos, estabelecendo a criação de um canal de comunicação para assessoramento aos Conselhos Municipais.

TEXTO ALTERADO: Realizar plenárias, reuniões periódicas e assembleias itinerantes dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, ampliadas e descentralizadas, que garantam a participação de todos os Conselhos, estabelecendo a criação de um canal de comunicação para assessoramento aos Conselhos Municipais.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: FRANCISCO - RN

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 16

TEXTO ORIGINAL: Inserir destinação de percentual ao Fundo da Criança e Adolescente no Plano Plurianual, LOA e LDO e garantir novas fontes de recursos para o Fundo, de modo a assegurar o financiamento de ações e promoções voltadas para crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Inserir destinação de percentual ao Fundo da Criança e Adolescente no Plano Plurianual, LOA e LDO e garantir novas fontes de recursos para o Fundo, de modo a assegurar o financiamento de ações e promoções voltadas para crianças e adolescentes, bem como garantir a operacionalização dos recursos do FIA com a legislação estabelecida nas leis pertinentes; revisando as leis para que possam prevalecer claramente os canais de participação das organizações da sociedade civil enquanto parceiras das ações.

Votações na Proposta Original: 11 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Votações na Proposta Alterada: 3 Votos

Votado por: Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF

Eixo 5 - Proposta 17

TEXTO ORIGINAL: Instituir mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam o acompanhamento sistemático das mais diversas instâncias de **controle social** e das políticas de direitos de crianças e adolescentes, com indicadores de avaliação dos serviços e diagnósticos sob responsabilidade dos três níveis de governo, com participação e supervisão dos Conselhos de Direitos e sociedade civil na prestação de contas, com transparência e acesso público aos dados, assegurando que as proposições e deliberações das Conferências de Direitos das Crianças e Adolescentes sejam incluídas nos planos de ação e implementação das políticas públicas, bem como subsidiar o planejamento de ações para o próximo ciclo dos Planos Plurianuais - PPAs.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

Votações na Proposta Original: 14 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 18

TEXTO ORIGINAL: Garantir dotação orçamentária específica para a realização das Conferências Livres, Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar, em todas as instâncias, que propostas deliberadas nas mesmas sejam efetivadas pelo Poder Público.

SEM EMENDAS: Não houve sugestão de emendas nesta proposta ou as emendas sugeridas foram de caráter formal, correções ortográficas/gramaticais ou revisões simples, que nestes casos foram diretamente incluídas na redação original. Portanto, a proposta está aprovada e seguirá para o terceiro momento (priorização das propostas por eixo).

Votações na Proposta Original: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC

Eixo 5 - Proposta 19

TEXTO ORIGINAL: Solicitar agendas permanentes com o poder legislativo, de todas as esferas, para apresentar as deliberações das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com intuito de fomentar o envolvimento do legislativo e a defesa das propostas por melhorias das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, assegurando sua publicação e, ainda, a criação de frentes parlamentares em defesa das crianças e dos adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Solicitar agendas permanentes, coordenadas pelos CONANDA, CEDCA e CMDCA, com o poder legislativo, de todas as esferas, para apresentar as deliberações das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com intuito de fomentar o envolvimento do legislativo e a defesa das propostas por melhorias das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, assegurando sua publicação e, ainda, a criação de frentes parlamentares em defesa das crianças e dos adolescentes.

Votações na Proposta Original: 1 Voto

Votado por: FRANCISCO - RN

Votações na Proposta Alterada: 11 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:**

Segundo momento (Votação) - Eixo 5

Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Eixo 5 - Proposta 20

TEXTO ORIGINAL: Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direito, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes.

TEXTO ALTERADO: Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direitos, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurando processos de monitoramento e avaliação de resultados.

Votações na Proposta Alterada: 13 Votos

Votado por: Renann Ferreira - PR **Votado por:** FRANCISCO - RN **Votado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Votado por:** Alessandra Zardo Azevedo Venturim - ES **Votado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Votado por:** Arlene Batista Cunha - SE **Votado por:** Lacerda - DF **Votado por:** João Silva Lima - AC **Votado por:** Margot Vieira - SC **Votado por:** Douglas Moreira - PR **Votado por:** Lúcia Flesch - RS **Votado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Votado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR

Comentários

Apoio XI CNDCA - AL - 04/12/2020 14:26

Reforçamos que algumas propostas podem ter gerado duas ou três possibilidades de texto alterado. Isso significa que os/as delegados/as da XI CNDCA podem escolher APENAS uma das opções de texto alterado ou, ainda, a proposta em seu texto original.

João Silva Lima - AC - 05/12/2020 13:30

Parabéns àqueles/as que contribuíram com sugestões que qualificaram ainda mais as propostas sistematizadas a partir das conferências estaduais. As propostas, na sua totalidade, contemplam adequadamente o Eixo 5 da Conferência Nacional.

- **Maria de Lourdes Silva dos Santos - 26/11/2020 09:02**

Bom dia

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:02**

Bom diaa

- **Luciana - 26/11/2020 09:03**

Bom dia!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 09:03**

Bom dia Alagoas presente

- **Maria de Lourdes Silva dos Santos - 26/11/2020 09:04**

Uma excelente Conferência pra todos nós. Deus no Comandooo.

- **Tarciana Castelo Branco - 26/11/2020 09:04**

Bom dia! Tarciana Castelo Branco-CEDCA- PE.

- **Tatiana - 26/11/2020 09:04**

Bom dia a todos

- **Cássia Barros - 26/11/2020 09:05**

Bom dia!

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:05**

Itiquira - MT aqui!

- **Neli Gaspar - 26/11/2020 09:05**

NELI GASPAR DOS SANTOS - FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE GOIÁS

- **Daniel - 26/11/2020 09:06**

Bom dia Arcos presente

- **Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - 26/11/2020 09:07**

Bom dia e boa conferência!

- **Anexo e-mail com link para ficha de inscrição (1438920) - 26/11/2020 09:08**

Bom dia a todos!

- **Camila - 26/11/2020 09:09**

Bom dia Minas Gerais presente um bom dia a todos

- **Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - 26/11/2020 09:09**

Bom dia, 26/11, 09:10 Eliane Quaresma - MG

- **Yasmim - 26/11/2020 09:09**

Bom dia

- **Diego Taquini de Araújo - 26/11/2020 09:09**

bom dia a todos

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:10**

Vcs estao conseguindo acessar a transmissao?

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 09:10**

Bom dia, Sorriso MT aqui <3

- **Erineia - 26/11/2020 09:11**

Bom dia! Aguardando começar!

- **Elberty - 26/11/2020 09:11**

Bom dia!

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 09:11**

Estou com problemas para acessar a transmissão

- **baica - 26/11/2020 09:12**

Bom dia. Conceição de Buriticupu

- **Alan - 26/11/2020 09:12**

Bom dia. Alan Assunção. CEDCA/PA. Presidente

- **Adriane do Nascimento Greskiv - 26/11/2020 09:13**

Bom dia

- **Cleide - 26/11/2020 09:13**

Bom Dia a todos e todas, Salinas/MG.

- **Cássia Barros - 26/11/2020 09:14**

Aguardando começar

- **Diego Taquini de Araújo - 26/11/2020 09:14**

Sinop aqui!

- **Ritinha Dias - 26/11/2020 09:15**

Rita Dias, CRESS-CEDCA-PA, aguardando começar

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 09:16**

Bom dia, o estampado retrocesso e descaso. 14 Minutos e nada, teremos muito enfrentamento a ser debatido nesta conferência. O Brasil aguarda o início da abertura (Alan Gomes - Tocantins Brasil)

- **Vanildo Silva soares - 26/11/2020 09:16**

bom dia Guiratinga presente

- **Natália Dalto - 26/11/2020 09:17**

Bom dia!!!! Dejeso a todxs uma excelente conferência!

- **Kelvia Alves - 26/11/2020 09:17**

Bom dia. Kelvia Alves, CREAS Altamira-PA. No aguardo para oinicioda transmissão.

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:18**

Bom dia. Estou guardando iniciar.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 09:18**

antes de iniciar a transmissao, quero aproveitar pra perguntar se vcs gostariam de participar de um grupo com todos os estados, para que possamos trocar ideias, afinal estamos todos aqui pelo mesmo motivo

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:18**

seria legal

- **Diego Taquini de Araújo - 26/11/2020 09:19**

A conferência começa as 9h , nós não estamos atrasados Alan

- **Nelma Nunes - 26/11/2020 09:19**

Bom dia Nelma .de.Alagoas

- **Nelma Nunes - 26/11/2020 09:20**

Cedca Alagoas presente

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 09:21**

irei deixar aqui o eu numero caso vcs queiram participar do nosso grupo com todos os estados, me chamem la e colocarei vcs! 66996929579

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:22**

Seria interessante. Outra coisa, seria importante elaborarmos uma moção, para que seja garantido as políticas públicas para a área da infância, pois como sabemos, o poder público Federal está sucateando todas. É imprescindível que juntemos esforços para que não percamos o que conquistamos com muita luta.

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:23**

de acordo, Zaqueu!

- **Marta Nileni Alves Gomes - 26/11/2020 09:23**

Bom dia! CEDICA RS.

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 09:24**

Diego às 09:00 - O sistema é online e nenhuma justificativa plausível apresentada. Falamos de direito a ser informados sobre isso sim então, esteja atento a programação do evento ok?

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:24**

Sou do Estado do Pará. Telefone (91) 984431106.

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 09:25**

Concordo e já enviei a minha aqui enquanto representante do Estado do Tocantins

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 09:26**

Bom dia, para o grupo segue 63984683417 Tocantins - TO

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 09:27**

me chamem para que eu coloque vcs no grupo 66996929579

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 09:27**

começou no you tube

- **Marta - 26/11/2020 09:27**

bom dia.

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:27**

Perfeito. Alguém da coordenação nacional poderia informar o motivo do atraso?

- **Diego Taquini de Araújo - 26/11/2020 09:27**

ok , não se exalte colega , pressuponho que todos nós estamos lutando pela mesma coisa , me atentarei mais aos detalhes obrigada!

- **Tânia Denise - 26/11/2020 09:28**

Bom dia. Concórdia / SC

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:29**

No you tube ja começou.

- **Apoio - 26/11/2020 09:29**

Atualizem a janela. A transmissão já iniciou.

- **Erineia - 26/11/2020 09:31**

Já começou no youtube!

- **Renata Gomes - 26/11/2020 09:32**

Bom dia a todos, Maringá/Pr

- **Josiana - 26/11/2020 09:32**

Bom dia, Josiana Silva - CEDCA/PB Presente

- **Apoio - 26/11/2020 09:33**

Também disponível em: <https://youtu.be/jCXWbSIQe78> Com audiodescrição: <https://www.youtube.com/watch?v=MkJbwIkJbvc>

- **Daniel - 26/11/2020 09:34**

Já são 9:33 horas e ainda não começou ou está com problemas de transmissão?

- **Daniel - 26/11/2020 09:35**

começou agora

- **Riane Reis - 26/11/2020 09:35**

Bom dia!!! Riane Reis - CEDCA PA Precisamos nos fortalecer nesse momento de tantos ataques do governo federal aos direitos humanos da criança e adolescente e outras áreas.

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 26/11/2020 09:35**

Bom dia Mato Grosso do Sul presente!

- **Marcelo Ferreira da Silva - 26/11/2020 09:36**

Bom dia!!!

- **Jéssica - 26/11/2020 09:37**

Bom dia Alagoas presente

- **Vera Gomes - 26/11/2020 09:37**

Bom dia!

- **Riane Reis - 26/11/2020 09:38**

Gentes áudio lá no you tube horrível. Super baixooo

- **Zaqueu - 26/11/2020 09:38**

O som está ruim demais.

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:39**

mt baixo msm

- **Paulo Renys - 26/11/2020 09:39**

Bom dia, Paulo Silva do Estado do Amazonas, Município de Presidente Figueiredo.

- **Francielle Schneider - 26/11/2020 09:39**

Eu ia perguntar também se para vocês está assim.. Estou com o volume no máximo e não ouço quase nada.

- **Alice - 26/11/2020 09:40**

Bom dia

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 09:40**

Concordo com a moção e peço que faça alusão aos direitos das crianças com deficiências nos juntando a outras vozes (MIEIB, OAB, Ministério Público...) na luta pela revogação do Decreto n 10. 502/2020.

- **Riane Reis - 26/11/2020 09:40**

Estou me sentindo Lesada por não conseguir acompanhar. Alguém da Organização por favor.

- **Kelvia Alves - 26/11/2020 09:41**

O áudio está muito baixo.

- **Francielle Schneider - 26/11/2020 09:42**

Fui no link da descrição "XI CNDCA - Abertura (Audiodescrição)" (que tem abaixo da transmissão) e agora estou conseguindo ouvir.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 09:42**

<https://www.youtube.com/watch?v=MkJbwIkJbvc> (XI CNDCA - Abertura (Audiodescrição)) esta pagina esta melhor tente esta

- **Tarciana Castelo Branco - 26/11/2020 09:43**

O vídeo não está aparecendo!

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:45**

Acessa pelo youtube! Gostaria de saber se podem ativar o chat na transmissão do youtube, é melhor

- **Apoio - 26/11/2020 09:45**

Também disponível em: <https://youtu.be/jCXWbSIQe78> Com audiodescrição:
<https://www.youtube.com/watch?v=MkJbwIkJbvc>

- **Riane Reis - 26/11/2020 09:45**

Obrigada Colegas, está bem melhor nesse outro link.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 09:46**

aqui so esta funcionando o chat com restrições tem que atualizar a pagina a cada mensagem . o video apenas no you tube.

- **Vanessa Santos Giraldeli - 26/11/2020 09:46**

Realmente, o áudio da Abertura (audiodescrição) está muito melhor.

- **Riane Reis - 26/11/2020 09:47**

Também gostaria que ativassem os comentários.

- **Jéssica - 26/11/2020 10:20**

Bom dia teotônio vilela/AL presente

- **Átila Vieira - 26/11/2020 09:47**

Bom dia! Ótima Conferência para todos/as! Átila Vieira - Alagoas

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 09:47**

sim, precisa atualizar a pag pra enviar mensagens. mt ruim :(

- **Vanessa Santos Giraldeli - 26/11/2020 09:49**

Bom dia colegas. Atividades virtuais tem alguns desafios. Mas não permitamos que essas dificuldades impeçam este evento tão importante para o tema Criança e Adolescente. Sugiro anotarmos essas dificuldades que estamos encontrando e apresentá-las à comissão organizadora ainda hoje para que seja possível melhorar para os próximos dias do evento.

- **Gustavo da cadeira de rodas - 26/11/2020 09:49**

bom dia Espigão Do Oeste - Rondônia presente

- **Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - 26/11/2020 09:50**

Bom dia ! Ótima conferência para todos, juntos somos mais fortes !

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 09:55**

Será que aqui tem alguém da organização que não observa que o audio esta com ruidos?

- **Loreny Franca Leite Ratier - 26/11/2020 09:59**

Entrei agora

- **Loreny Franca Leite Ratier - 26/11/2020 10:01**

Está bom o áudio, tenta acessar o outro link foi o que fiz

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 10:01**

PESSOAL, NÃO VAMOS DEIXAR DE OBSERVAR QUE É AO VIVO E NÃO TEMOS ESPAÇO PARA COMENTÁRIOS LÁ. TEMOS QUE REFORÇAR QUE A PARTICIPAÇÃO DEVE SER POPULAR E TER O ESPAÇO PARA COMENTÁRIOS FAZ PARTE DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA E A GARANTIA DO CONTROLE SOCIAL. CONFERÊNCIA DE QUEM PARA QUEM?

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 10:06**

Concordo Alan, e estou preocupada com o foruns e as demais formas de participação na conferencia

- **Vanessa Santos Giraldeli - 26/11/2020 10:07**

Ótima consideração Alan. Realmente, conferência de quem e para quem?

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 10:11**

PARABÉNS A TODAS AS COLOCAÇÕES DOS COLEGAS E DOS ADOLESCENTES , FANTÁSTICO

- **Francielle Kojima - 26/11/2020 10:14**

Ótima abertura, parabéns a todos envolvidos .

- **Apoio - 26/11/2020 10:15**

Também disponível em: <https://youtu.be/jCXWbSIQe78> Com audiodescrição: <https://www.youtube.com/watch?v=MkJbwIkJbvc>

- **Maria Francelly Soares Bento Bezerra - 26/11/2020 10:17**

Pombal PB presente

- **Jéssica - 26/11/2020 10:23**

Bom dia Teotônio Vilela/AL

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 26/11/2020 10:27**

quiserem entrar no grupo com todos os estados é só me chamar no zap 66996929579

- **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro - 26/11/2020 10:31**

Pedimos a todos que se inscreva no nosso canal do Conanda no YouTube :)
<https://www.youtube.com/watch?v=MkJbwIkJbvc>

- **Carla de Paiva Rodrigues - 26/11/2020 10:34**

Bom dia! Poderiam liberar o chat do youtube da transmissão da Conferência de modo que todos possam adicionar comentários!

- **Diego - 26/11/2020 10:35**

Bom dia! Paraíba representada

- **Giselle Paes - 26/11/2020 10:37**

Bom dia a todos! Capivari de Baixo/SC presente!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 10:38**

o sininho no you tube de voces está ativado?

- **Zaqueu - 26/11/2020 10:40**

Como será feito o controle de participação dos delegados na Conferencia? Haverá certificado?

- **Alan Gomes dos Anjos - 26/11/2020 10:40**

FALA FORTE E MOTIVANTE, PARABÉNS

- **João Otávio Turatti Barbosa - 26/11/2020 10:41**

Bom dia! João Otávio, Monte Carmelo MG

- **Wagner de Souza Muniz - 26/11/2020 10:54**

Bom dia, está incrível, estou acompanhando cada detalhe. Sou do município de São Pedro da Aldeia - RJ.

- **Daira - 26/11/2020 11:15**

Bom dia! Timbó, SC presente!

- **Glauce Kelly - 26/11/2020 11:16**

Bom dia! Feira Grande Alagoas presente!

- **Alessandra - 26/11/2020 11:19**

Parabéns ao CONANDA e a FLACSO pela organização da XI CNDCA . Parabéns a brilhante fala de IOLETE com importantes ponderações para o avanço na Política de proteção a criança e ao adolescente no País. CRIAD/ES

- **Ramon Ferreira Lima - 26/11/2020 11:20**

Ramon Ferreira lima/Manaus Representando O espaço Cidadania em Manaus CEE

- **Lucimária - 26/11/2020 11:23**

Bom dia!

- **Apoio - 26/11/2020 11:26**

Assista às transmissões no Canal Youtube em: <http://bit.ly/youtubekonanda>

- **Tarciana Castelo Branco - 26/11/2020 11:32**

Precisamos fazer valer os Direitos da Criança e do Adolescente de verdade no Brasil! É uma luta contínua.

- **Maria Angelica Pimenta - 26/11/2020 11:32**

Bom dia a todos e a todas!!! Sou representante do segmento governamental do CMDCA Camború- SC. Represento o Instituto Federal Catarinense no Conselho da criança. Espero que possamos aprovar propostas fundamentais para as nossas crianças e adolescentes. Um ótimo evento prá tod@s!!!

- **Ana Paula - 26/11/2020 11:42**

Bom dia! Ana Paula, Cedca, Rio de Janeiro, Presente!

- **Anna Beatriz da Silva - 26/11/2020 11:43**

Anna Beatriz da Silva Delegada CPA /Minas Gerais - São João Nepomuceno

- **Alessandra - 26/11/2020 11:44**

Brilhante fala da Ana Rita!!!

- **Pedro Henrique - 26/11/2020 11:53**

bom dia ou boa tarde a todos presentes

- **Maria de Lourdes Silva dos Santos - 26/11/2020 12:05**

Eu sou lourdinha conselheira Tutelar de frei Paulo Se ta ótima a Conferência

- **Ramiro Palicer - 26/11/2020 12:05**

Vamos a luta!

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 26/11/2020 12:13**

A atuação estatal deve-se dar de forma subsidiária à ação parental.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 26/11/2020 12:33**

A fala do prof Mario é muito importante por isso devemos solicitar a coordenação do evento para que os slides sejam disponibilizados aos delegados por email.

- **Lúcia Flesch - 26/11/2020 12:39**

Excelente abertura!

- **Nicolle Lopes Valadares - 26/11/2020 12:40**

to toda arrepiada meu deus do céu

- **Isadora César - 26/11/2020 12:40**

Otima abertura,acompanhei pelo YouTube. Exelente.

- **Cássia Barros - 26/11/2020 12:42**

Abertura maravilhosa!! Amanhã tem mais!

- **Alexsandro da Silva Fernandes - 26/11/2020 12:47**

Parabéns pela abertura

- **Yllan Juan - 26/11/2020 13:00**

Bom dia, Yllan Juan de Timoteo MG

27/11/20 (10h) - Eixo 1
27/11/2020 09:30

Comentários

- **Diego Taquini de Araújo - 27/11/2020 09:36**

bom dia a todos !

- **WESIA - 27/11/2020 09:44**

Bom dia a todos/as.

- **Neide Soares - 27/11/2020 09:45**

Bom dia!!!

- **Odila Maria - 27/11/2020 09:45**

Bom dia!

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 09:46**

Bom dia!

- **Zaqueu - 27/11/2020 09:46**

Bom dia.

- **Lucimária - 27/11/2020 09:47**

Bom dia!

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 09:48**

bom dia

- **Lucinaira de Carvalho Silva - 27/11/2020 09:48**

Bom dia! Sou Lucinaira Conselheira Tutelar em Rio Branco/Acre. Desejo a todos vocês uma excelente e abençoada conferência!

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 09:50**

bom dia

- **Alessandra - 27/11/2020 09:51**

BOM DIA A TODOS. ES

- **Jeperson Pedro de Oliveira - 27/11/2020 09:53**

Bom dia!!! Jeperson Pedro - Campo Grande MS

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 09:55**

Bom diaa <3

- **Margot Vieira - 27/11/2020 09:56**

Ontem o áudio estava muito baixo...

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 09:57**

Bom Dia Pessoa (Porto Nacional - TO)

- **Daniel - 27/11/2020 09:59**

Bom dia e um ótimo trabalho à todos nós

- **Adaildo Santos - 27/11/2020 09:59**

Bom dia

- **Isadora César - 27/11/2020 10:00**

Ola bom dia a todos

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 10:01**

bom dia a todos o participantes

- **Maurício Cunha - 27/11/2020 10:01**

Bom dia!

- **Tatiana - 27/11/2020 10:01**

bom dia

- **Edimarane - 27/11/2020 10:02**

Bom dia, de Medina/MG

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 10:02**

ESPERO HOJE DURANTE A TRANSMISSÃO A SOCIEDADE CIVIL PODER INSERIR
TAMBÉM SEUS COMENTÁRIOS, DIFERENTE DE ONTEM QUE APENAS PREVALECEU
O POSITIVISMO

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 10:02**

vai começar daqui a pouco né

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 10:03**

Alan, ontem não tínhamos o que discutir. Eram apenas apresentações. Pra que se estressar antes da hora? Vamos aguardar o momento dos eixos, e se aí não tiver como adicionar comentários, sendo um momento crucial, você pode tecer todas as reclamações que quiser.

- **JÓ - 27/11/2020 10:03**

Bom dia! Que o dia de hoje seja repleto de aprendizado.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 10:04**

Bom dia!!

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 10:05**

Falo da garantia desta prerrogativa Nicolle, é nesta linha que uma conferência deve caminhar em todos os seus momentos : Constituição de 88: a participação social como base e defesa da democracia. "Construir uma sociedade livre, justa e solidária"; "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação"; "reduzir desigualdades sociais e garantir o desenvolvimento nacional" ...

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 27/11/2020 10:05**

Bom dia. Um excelente dia pra todos.

- **Adriane do Nascimento Greskiv - 27/11/2020 10:05**

Bom dia!!

- **Berenice - 27/11/2020 10:05**

Bom dia... CMDCA de Serra Negra do Norte-RN, presente!!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 10:06**

bom dia alagoas presente

- **Marta Nileni Alves Gomes - 27/11/2020 10:06**

Bom dia pessoal! Bom trabalho para todos(as)!

- **Alice - 27/11/2020 10:07**

Alice Limberger, bom dia colegas.

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 10:07**

Bom dia a todos/as os/as participantes da XI CNDCA. Que tenhamos um ótimo dia de trabalho

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 10:08**

Sim, Alan. Porém estamos em condições extraordinárias, imprevistos acontecem e erros também. Fora que, reforço, ontem não tinha o que adicionar visto que eram apenas apresentações. Se no momento em que você deve e precisar falar e debater este direito te for negado, aí apoiarei e reinvidicarei junto contigo. Por enquanto, é só um monte de reclamação chata

- **Alice - 27/11/2020 10:08**

Obrigado, Schroeder -SC presente.

- **Edson - 27/11/2020 10:08**

BOM DIA!! Francisco Edson da Silva, Delegado representante de Santana do Matos - RN. Presente!!

- **Jéssica - 27/11/2020 10:09**

Bom dia

- **Jéssica - 27/11/2020 10:10**

Alagoas presente

- **Alessandra - 27/11/2020 10:11**

Já iniciou?

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 10:11**

Nicole como aqui falo diretamente a Conferência acredito que o silêncio sobre seu posicionamento é a melhor resposta, otimo dia

- **Edmundo - 27/11/2020 10:12**

bom dia a todas, todos e dodEs

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 10:13**

feliz em hoje a plataforma esta funcionando parabens a organização do evento

- **Graca - 27/11/2020 10:14**

Bom dia

- **Lucimária - 27/11/2020 10:14**

Bom dia! Lucimária Borges Luiz Mendes, Delegada Eleita representando o município de Araçuaí- MG.

- **Carlos Henrique - 27/11/2020 10:15**

Bom dia.

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 27/11/2020 10:15**

Bom dia à todos!

- **Louise Arcanjo Oliveira de Paula - 27/11/2020 10:20**

Uuh!!

- **Regina Marli Fuerbringer - 27/11/2020 10:21**

Bom dia a todos, que seja um dia bem proveitoso

- **LÚCIA AQUINO - 27/11/2020 10:21**

BOM DIA TODOS(AS). FRANCISCA LÚCIA AQUINO DE PAULA - SOCIEDADE CIVIL REPRESENTANTE DA ADEFIM: ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FISICOS DE MOSSORÓ-RN

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 10:21**

Damare Facista!

- **Nãotinho - 27/11/2020 10:24**

Bom dia Maria do Socorro Araújo de Carvalho delegada dá Paraíba Cmdcca

- **Tarciana Castelo Branco - 27/11/2020 10:25**

Bom dia estou aqui mais não consigo visualizar transmissão nenhuma

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 27/11/2020 10:26**

escutem primavera facista 2

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 10:26**

Bom dia ! Serra/ES presente !

- **Marcia Regina das Virgens Braga - 27/11/2020 10:27**

Bom dia a todos

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 10:28**

Ouvir essa mulher chega ser desrespeitoso!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 10:28**

to preocupada com o dicionario que foi consultado com estas crianças porque vasculhei alguns dicionários e não encontrei tal definição

- **Zaqueu - 27/11/2020 10:29**

Damares tá sendo demagoga. Um governo que tira os direitos da população, vem com um discurso demagogo. Eis a hipocrisia.

- **Zaqueu - 27/11/2020 10:29**

#ForaBolsonaro

- **Thais - 27/11/2020 10:29**

Bom dia! Thais IBMMÃE Instituto Brasileiro Missão de Mãe Cidade Coronel Fabriciano MG

- **Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão - 27/11/2020 10:30**

Tão boa Damares... Nem queria que tivesse conferência.

- **Margot Vieira - 27/11/2020 10:30**

Que a próxima conferência seja com um Ministério laico....

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 10:31**

um desserviço colocar essa senhora na abertura do eixo 1 que trata de direitos que essa hipócrita retira todos os dias.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 10:31**

Estado laico!

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 27/11/2020 10:31**

dorme damares, dorme

- **Ritinha Dias - 27/11/2020 10:32**

Lamento ter apenas 40 pessoas assistindo agora. Lamento o esvaziamento, a pouca divulgação e a metodologia de engajamento entre os/as delegad@s da conferência. Rita Dias, CRESS-CEDCA-PA. Acompanhando pelo youtube a programação.

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 10:32**

ridiculaaaa, sai fora!!!

- **Jéssica - 27/11/2020 10:33**

enfim a hipocrisia de damares

- **Cristina - 27/11/2020 10:33**

Bom dia. Célia Cristina de Guarapari ES

- **Jackeline - 27/11/2020 10:33**

Bom dia a todos. Jackeline município de Parelhas

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 27/11/2020 10:34**

temos um grupo para todos os estados, me chamem pra eu por vcs 66996929579

- **FRANCISCO - 27/11/2020 10:35**

FRANCISCO CANINDE LEANDRO CMDCA LAGOA NOVA/RN

- **Alessandra - 27/11/2020 10:35**

Sigamos na luta e esperança por dias melhores!!!

- **Hélio Fogaça - 27/11/2020 10:35**

Bom dia pessoal. Boa conferência a todos. Hélio Fogaça/Goiânia/CEDCAGO... Parabens a toda a equipe. Ficou muito ascessivel para deficiente visual..

- **Alice - 27/11/2020 10:35**

Bom.dia colegas, muito importante este eixo, vamos contribuir .

- **Raul Zainedin da Rocha - 27/11/2020 10:35**

Bom Dia! Delegado Raul Zainedin da Rocha da cidade de Irati/Paraná

- **Alessandra - 27/11/2020 10:36**

Parabéns ao CONANDA !Estamos juntos!!

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 10:36**

USAR A MÁSCARA CORRETAMENTE É FUNDAMENTAL PRA DAR EXEMPLO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES;

- **Priscilla Silva - 27/11/2020 10:37**

Bom dia!!! Excelente conferência a todos. Priscilla Leonelina/Goiânia/CESAM GO
Parabéns a toda a equipe do evento.

- **Hélio Fogaça - 27/11/2020 10:38**

A delegação goiana está presente. O CPA de Goiás está presente. está divulgando para todo o estado..

- **Thais - 27/11/2020 10:38**

Parabéns! Mauricio somos mineiros uai.

- **Tatiana - 27/11/2020 10:38**

bom dia Renato

- **Maria Luiza Cury - 27/11/2020 10:39**

Bom dia a todos! Maria Luiza Cardoso Cury/MG aq, parabens a toda equipe do evento!!

- **Maria - 27/11/2020 10:41**

Bom dia a todos e uma boa conferência para nós 🍷

- **Maíra Toledo - 27/11/2020 10:41**

Bom dia a todos

- **Berenice - 27/11/2020 10:42**

Isso foi uma Campanha encabeçada na Espanha em 2015, o Dicionário foi emitido pela Academia da Língua Espanhola, que trata o significado da palavra cigano com termos pejorativos, que a Ministra citou... enfim, vá entender estas viagens

- **Cristina - 27/11/2020 10:42**

Célia Cristina delegada ES

- **Camila - 27/11/2020 10:44**

Camila Delegada de Lavras sul de Minas Gerais

- **Camilly Oliveira - 27/11/2020 10:44**

Bom dia, Camilly Vitória Oliveira dos Santos, Delegada de RO

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 10:48**

muito obrigada Berenice pelo esclarecimento, fico feliz em estar entre pares tão cuidadosos e esclarecidos, que não se encantam ou ludibriam com discursos que tem como fim zombar da nossa escolarização

- **Jeperson Pedro de Oliveira - 27/11/2020 10:48**

bom dia

- **DEBORA - 27/11/2020 10:49**

Bom dia, Debora Matos, conselheira tutelar de Rio Branco Acre, presente.

- **Kathleen - 27/11/2020 10:49**

Bom dia!!

- **Gabriel - 27/11/2020 10:52**

Bom dia Gabriel de Araújo de Sousa DAVINIPOLIS-MARANHÃO DELEGADO

- **Eufrasia - 27/11/2020 10:52**

excelente fala do Renato Roseno! cada vez menos, no atual contexto político, temos possibilidade de enfrentar a desigualdade social e o racismo estrutural e institucional, além do machismo, que fazem parte do nosso passado e se perpetuam no presente. Crianças e adolescentes estão cada vez mais vulneráveis a todas as violências

- **Eufrasia - 27/11/2020 10:54**

fundamental a revogação da Emenda Constitucional 95, que reduziu investimentos nas políticas públicas de saúde e educação, emenda aprovada em dezembro de 2016, logo após o golpe contra a presidenta Dilma

- **Grazielly Soares de Souza - 27/11/2020 10:54**

Que fala, Renato!!!!!!

- **Leandro Müller - 27/11/2020 10:55**

Bravo!!! Ótima fala!

- **Sílvia Maria de Paiva - 27/11/2020 10:56**

Muito Importante esse momento de participação e reflexão sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes. Sílvia Maria de Paiva-Ong Aicc-Pacajus-Ceará.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 10:56**

Via aí galera uma MOÇÃO DE REPUDIO A EC 95 que viola os direitos humanos da criança e do adolescente. Roseno RESISTE!

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 10:56**

Excelente PALESTRANTE, fala Maravilhosa!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 10:56**

SUS salva vidas!

- **Jéssica - 27/11/2020 10:57**

Belas palavras do Renato

- **Sílvia Maria de Paiva - 27/11/2020 10:57**

Renato Roseno sempre presente na luta pela garantia de direitos de nossos meninos e meninas!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 10:59**

Roseno nos enche a alma para gritar, para lutar!

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 11:00**

Excelente a exposição. Parabéns!

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 11:01**

Lembrando que os/as delegados/as podem propor moções, que serão apresentadas conforme orientações disponíveis em espaço próprio disponibilizado no ambiente virtual, desde o primeiro dia da conferência até às 18h00 horas do dia 08 (oito) de dezembro de 2020. Para submeter moções para votação envie um e-mail para se.conanda@mdh.gov.br com as informações: Proponente (Delegada/o – UF) Título da Moção Tipo da moção (se Apoio ou Repúdio) Destinatário da moção Ementa (resumo do texto) Texto da moção (em arquivo word) Após o envio aguardar o recebimento do e-mail com a numeração de registro da moção ou confirmar recebimento: E-mail: se.conanda@mdh.gov.br

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 11:01**

Esse palestrante merecia falar mais, excelente.

- **Neli Gaspar - 27/11/2020 11:01**

NELI GASPAR DOS SANTOS - FEAPAES GO

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 11:03**

Parabens Renato, voltamos aos tempos mais sobrios. Temos o retorno da campanha Natal sem fome, e de forma ampliada.

- **Lúcia Flesch - 27/11/2020 11:04**

É de falas como essa do Rosseno que precisamos!! Excelente exposição.

- **Ana Paula - 27/11/2020 11:04**

Maravilhosa abordagem do Renato Roseno. É preciso enfrentar os desafios estruturantes deste país desgovernado, e que influenciam diretamente no subfinanciamento das políticas públicas para infância e adolescência. Revogar o teto de gastos é uma dessas urgências! Bom dia! Cedca RJ, presente! Bom dia!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 11:04**

Verdade Andressa, precisava. O que nos faltava era olho no olho agora, mas vamos virtual!!!!!!

- **Margot Vieira - 27/11/2020 11:05**

Excelente fala. As políticas públicas foram desmanteladas e se espera o que dos índices? Distribuição de renda salva o país... Assistencialismo e religiosidade só mantém todos subjugados. Antes que me esqueça #FORABOLSONARO

- **DEBORA - 27/11/2020 11:05**

Concordo plenamente Renato, de fato as políticas de Estado não consegue atender esse público tão prioritário, deixo aqui meus agradecimentos ao Terceiro Setor, os líderes da Pastoral da Criança, que de fato chegam nessas famílias nos locais onde o Estado não chegam

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 11:06**

Os delegados e as delegadas que quiserem fazer perguntas ao palestrante Renato Roseno, escrevam aqui neste chat, por favor!

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 11:07**

Excelente Débora. A Pastoral da Criança CHEGA onde as políticas Públicas não chega.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 11:07**

Quando numa fala oficial de um ministério não traz o combate o RACISMO, é racista e não nos representa!

- **Eufrasia - 27/11/2020 11:07**

grande abraço e obrigada, Renato Roseno! sempre uma alegria assistir sua palestra e saber que estamos juntos na luta pela superação das violações de direitos de crianças e adolescentes e efetivação das políticas públicas de proteção integral a que nossas crianças e adolescentes têm direito com prioridade absoluta

- **Louise Arcanjo Oliveira de Paula - 27/11/2020 11:08**

O racismo tem que ser combatido sim , começando por nessas representativas

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 11:10**

Renato parabens pela fala, ela ecoa os nossos anseios. Gostaria de perguntar, no atual contexto de desmonte das politicas públicas e corte de gastos como as politicas municipais e estaduais podem modificar esta realidade?

- **Berenice - 27/11/2020 11:12**

Consegui captar na fala do palestrante e do mediador a importância da intersectorialidade, o orçamento e investimento para as políticas sociais e acima de tudo a redemocratização das ações... que seja respeitado as diversidades e as peculiaridades juvenis!!

- **Eufrasia - 27/11/2020 11:13**

meus cumprimentos ao Emiliano José, valoroso companheiro de luta

- **LÚCIA AQUINO - 27/11/2020 11:16**

A Transmissão do Eixo I Caiu! Algum problema na Transmissão?

- **Berenice - 27/11/2020 11:18**

Senhora Petrúcia, discordo da sua fala que a família é quem mais negligencia os direitos das crianças e adolescentes... onde fica o papel social do Estado de promotor de políticas públicas e garantidor dos direitos fundamentais?... Enquanto o Estado não der condições reais das famílias se emanciparem e exercerem sua cidadania de fato, iremos acomodar-se com falas distorcidas como essa?!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 11:18**

Renato Roseno, é de visibilidade nos municípios a crescente situação de risco social de crianças e adolescentes sobre o trabalho infantil. Como combater esta forma de violência quanto a recurso orçamentário e também dos espaços colegiados de

enfrentamento do trabalho infantil, tendo em vista o golpe deste governo nos espaços de participação social, isto trazido no Decreto 9.759/2019?

- **LÚCIA AQUINO - 27/11/2020 11:21**

Bom Dia Todos(as). Sou. Lúcia Aquino- Mossoró-RN. O Palestrante Renato, Esta de Parabéns! Colocou Todos os Pontos de uma Maneira bem Clara e Tudo aquilo que muitas Vezes Queremos Dizer.

- **Zaqueu - 27/11/2020 11:21**

Excelente palestra do Renato. Esse país está indo de mal a pior com esse governo fascista. acabando com os direitos sociais de todos e todas, inclusive de crianças e adolescentes. #forabolsonaro

- **Eufrasia - 27/11/2020 11:21**

concordo plenamente com o combativo jornalista e escritor Emiliano José. Nada mais evidente do quanto o ocupante da Presidência da República menospreza a legislação de proteção a crianças e adolescentes, do que a afirmação de que o "ECA" deveria ser jogado na latrina, assim como a defesa do trabalho infantil e redução da idade para trabalho. Também concordo que ninguém foi enganado em 2018, ao escolher esse representante

- **Alessandra - 27/11/2020 11:24**

Vocês estão conseguindo acompanhar a transmissão?

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 11:24**

sim

- **Alessandra - 27/11/2020 11:26**

OK.Obrigada.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 27/11/2020 11:27**

ola, temos um grupo com todos os estados, me chamem la para eu adicionar vcs 66996929579

- **Zezé Batista - 27/11/2020 11:27**

Deputado Iran Barbosa coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos de Criança e do Adolescente de Sergipe presente na XI CNDCA.

- **Jéssica - 27/11/2020 11:28**

Estou maravilhada com essa belíssima de Emiliano José

- **Cássia Barros - 27/11/2020 11:29**

...

- **Jéssica - 27/11/2020 11:30**

estou maravilhada com essa palestra de Emiliano José*

- **Ana Paula - 27/11/2020 11:30**

Bravo, Emiliano! Prioridade para a luta política, retomar os rumos do nosso país! Cultura da morte que hj é prioridade no lugar da garantia da participação, liberdade e justiça social.

- **Eufrasia - 27/11/2020 11:30**

excelente fala, caro Emiliano José! parabéns e obrigada pela importante e necessária reflexão sobre esses tempos sombrios que vivemos no Brasil. Sigamos de mãos dadas! a luta continua, companheiro!

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 11:31**

Esses Palestrantes estão de parabéns, vieram pra falar a realidade e não colocar panos quentes na desmazelas do Governo Atual.

- **Flávio Henrique - 27/11/2020 11:31**

receber ≠ perpetuar

- **Riane Reis - 27/11/2020 11:32**

"Construindo", mas esfacelando as políticas públicas.

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 11:33**

Perguntas para o Sr. Emiliano?

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 11:33**

parou aqui pra mim

- **Maria - 27/11/2020 11:34**

Gente travou aqui também

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 12:10**

Parabéns ao Renato pela belíssima fala que nos provoca e inspira.

- **Eufrasia - 27/11/2020 11:35**

gostaria apenas de agradecer e cumprimentar as excelentes exposições dos palestrantes Renato Roseno e Emiliano José. Estou muito contemplada. Eufrásia Maria Souza das Virgens Conselheira Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro nascida no interior da Bahia

- **Gislaine Crisitina Pinheiro de Lima - 27/11/2020 11:35**

Delegada do Mato Grosso do Sul, Gislaine Pinheiro, gostaria que o senhor Renato comentasse sobre a proteção social no pós pandemia? Fundamentais para a população em vulnerabilidade, especialmente os povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

- **Diego Taquini de Araújo - 27/11/2020 11:36**

Emiliano , na opinião do senhor como podemos trabalhar de forma mais efetiva com as crianças em situação de vulnerabilidade social?

- **Ana Paula - 27/11/2020 11:37**

Ana Paula - Cedca RJ! Como é possível ampliar a mobilização e participação social para enfrentar as urgências que estão apresentadas neste desgoverno que temos atualmente e tão bem foram colocadas pelo Renato e Emiliano? Quais são as medidas possíveis para a revogação do teto de gastos, que acentua concretamente o subfinanciamento das políticas públicas p infância e adolescência?

- **Diego Taquini de Araújo - 27/11/2020 11:38**

tenho 16 anos falo da cidade de Sinop MT

- **Jéssica - 27/11/2020 11:39**

Bom dia querida queria perguntar ao Sr. Emiliano e ao Renato se existe um decreto nacional onde pode dá fornecimento as políticas públicas sócias e a projetos que posso investir e assegurar o futuro de toda criança e adolescentes em todas as regiões do nosso país? É possível aplicar com eficiência em todos os estados?

- **LÚCIA AQUINO - 27/11/2020 11:39**

Pergunta a Renato: Lúcia Aquino -Mossoroó-RN Pessoa com Deficiencia. Parabéns Pelas palavras. Você Citou : Saúde; Educação e Assistencia Social. Eu Pergunto o que Você Pode Dizer com Relação a Educação Inclusiva para Criança e Adolecentes com Deficiencia Voltar a Sala Especisl?

- **Riane Reis - 27/11/2020 11:40**

Senhor Emiliano, Parabéns pela suas colocações em especial referente ao modelo do governo federal frente aos direitos sociais, proteção social e políticas públicas. Como o senhor está avaliando o governo federal no que se refere em favor de

crianças e adolescentes de forma efetiva? Quais as perdas mais visíveis em sua opinião ? Riane Reis, CEDCA- PARÁ

- **Alice - 27/11/2020 11:40**

Renato R. de Oliveira Estamos vivendo momentos difíceis nos atendimentos as nossas crianças e adolescentes nesta pandemia, com técnicos reduzidos nos CREAS e CRAS, as violações de direitos só aumentando, o que fazer para reduzir danos as famílias. Já existe políticas sendo implantadas a este respeito????

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 11:40**

Parabens!!! como proposições desta conferencia devemos provocar a necessidade de se repensar e discutir a construção de um pacto federativo mais equitativo e participativo

- **Maria - 27/11/2020 11:43**

Oiê sou a Maria delegada adolescente de Confins O palestrante que preferir responder: Qual é a opinião do senhor (s) sobre aulas de educação sexual nas escolas, a parte de uma certa idade específica Porque diversas crianças/adolescente descobriram que foi ou estavam sendo abusados nas aulas de ciências

- **Ramiro Palicer - 27/11/2020 11:43**

Esse governo só quer garantir armas, Direitos nunca!

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 27/11/2020 11:45**

Excelente palavras do Dr. Renato, uma realidade dura que estamos enfrentando.

- **Ana Paula - 27/11/2020 11:46**

Recoloco a minha pergunta. Pode ser para um dos dois - Renato ou Emiliano! Como é possível ampliar a mobilização e participação social para enfrentar as urgências que estão apresentadas neste desgoverno que temos atualmente e tão bem foram colocadas pelo Renato e Emiliano? Quais são as medidas possíveis para a revogação do teto de gastos, que acentua concretamente o subfinanciamento das políticas públicas p infância e adolescência? Ana Paula - conselheira sociedade civil Cedca RJ!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 11:47**

Parabens Emiliano, temos muitas crianças que são invisíveis, como exemplo crianças com transtorno do espectro autista e surdocegueira que não aparecem em nenhum sistema de notificação, em especial as que estão na primeira infância. Como pensar em politicas publicas para elas se não sabemos quantas são e e onde estão?

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 11:48**

Ana Paula, sua pergunta está registrada e será encaminhada na última rodada para os 2 palestrantes responderem

- **Ana Paula - 27/11/2020 11:54**

Agradeço o retorno do apoio a XI CNDCA.

- **Edson - 27/11/2020 11:56**

Edson aqui de Santana do Matos - RN... Emiliano, de que forma podemos lutar no enfrentamento as violências a nossa juventude, se na grande maioria, a realidade do CTs não tem as estruturas básicas para o trabalho? O próprio poder publico, principalmente o Municipal (falo pela realidade do meu Município) não valoriza este órgão de suma importância para a garantia de direitos para as crianças e adolescentes.

- **Maria - 27/11/2020 11:57**

Tá travando só pra mim ou de todo mundo?

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 11:59**

Pra mim não está

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 12:00**

pra todo mundo

- **Riane Reis - 27/11/2020 12:00**

Riane Reis, Delegada do Pará. Renato, Umas das situações mais específicas que atingem os municípios (aqui falando especialmente da política de Assistência Social) e neste caso, diretamente a população vulnerável que necessita desses serviços oferecidos pelos CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento que assistem crianças e adolescentes é a perda de recursos das proteções sociais de Básica e Especial de Média e Alta complexidade (em média de 40% foi o corte sofrido pelo governo federal), não continuação do recurso das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Serviço de Convivências e Fortalecimento de vínculos... (onde percebemos que nos 2 últimos anos houve um crescente número de crianças e adolescentes pedindo e trabalhando) Como o senhor avalia essa perda e o que podemos fazer além de procurar as bancadas?

- **Jackeline - 27/11/2020 12:03**

Pergunta para Renato. Sou Jackeline delegada - Parelhas/ RN. Sobre a Rede sabemos que deve trabalhar de forma articulada, mas na verdade não é o que acontece. Qual sua orientação para que a REDE trabalhe de forma EFICAZ, EFICIENTE e EFETIVA, pois ainda se ver muito uma trabalho da ideologia HIGIENISTAS.

- **LÚCIA AQUINO - 27/11/2020 12:06**

Lúcia Aquino -Mossoró-RN RENATO: Sou Pessoa coMm Deficiência e Representante da Associação dos Deficientes Físicos de Mossoró-ADEFIM. OBRIGADO PELAS RESPOSTAS.

- **Riane Reis - 27/11/2020 12:07**

Já me sinto contemplada nas respostas do Renato em relação a minha última pergunta sobre a Política de Assistência Social.

- **Cristina - 27/11/2020 12:07**

Sensacional a fala de Renato.

- **Ana Paula - 27/11/2020 12:10**

As meninas , meninos, o povo no poder!!! Eu quero ver tb!!! Parabéns pelas falas deste eixo 1!

- **Flávio Henrique - 27/11/2020 12:11**



- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 12:12**

Parabéns aos painelistas do Eixo 1 (Renato e Emiliano) são falas potentes, provocativas e inspiradoras.

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 12:14**

mano a questão é a seguinte se falou ,falou ,agora temos que saber se vão cumprir ,não basta só palavras sem ação.

- **Joceliete Vicentini Alves Martins - 27/11/2020 12:14**

Boa tarde, estava assistindo pelo link errado. CMDCA Uruaçu-Goiás

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 12:15**

Infelizmente, devido ao tempo, algumas perguntas não foram respondidas. Vamos encaminhá-las para os palestrantes e assim responderem faremos chegar às/os delegados/as que as fizeram

- **Anexo e-mail com link para ficha de inscrição (1438920) - 27/11/2020 12:17**

Há de se reconhecer que este espaço, a Conferência, deveria discutir possíveis soluções (concretas) para os desafios da infância e adolescência. Contribuir para a construção de políticas públicas. A crítica ao governo não traz soluções. A sociedade brasileira escolheu os atuais representantes, então, este espaço deveria

ser útil para pensar em alternativas possíveis para ajudar a resolver questões urgentes.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 12:19**

Resposta ao Sr. Anexo ai. Se o Sr./Sra. não conhece espaço de controle social de fato sua escrita não compactua com este espaço.

- **Flávio Henrique - 27/11/2020 12:19**

formular aqui sem oposição pra o próprio governo que não se pode criticar bloquear e desmontar essas políticas?

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 12:20**

Graciele concordo com você. uma fala sem assinatura que desconstrói o sentido de conferência

- **Berenice - 27/11/2020 12:21**

boa tarde

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 12:21**

correção o Sr. Anexo traz uma fala que desconstrói o sentido de Conferência

- **Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - 27/11/2020 12:24**

Eliane Quaresma - MG Bom dia, bom trabalho

- **Berenice - 27/11/2020 12:26**

As proposta formuladas e que serão votadas posteriormente ainda na edição desta Conferência são insuficientes para o Governo elaborar, planejar e efetivar as políticas em discussão?!! Contra fatos não há argumentos mesmo... rrsrrsrs

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 12:28**

então que as possamos modificá-las para lutarmos por elas. este é um momento de provocados nos mobilizarmos.

- **Berenice - 27/11/2020 12:32**

Refiro-me a fala do amigo oculto que estava incomodado com as críticas ao governo, colega!! Continuemos de olho nas discussões!!

- **Gabriel - 27/11/2020 12:34**

Gabriel de Araújo de Sousa Davinópolis-MA

- **CRISTIANO - 27/11/2020 12:49**

Cristiano Marcos Candido Gomes Conselheiro Tutelar Serra Negra do Norte

27/11/20 (14h) - Eixos 2 e 3

27/11/2020 13:00

Comentários

- **Louise Arcanjo Oliveira de Paula - 27/11/2020 13:13**

louise arcanjo oliveira redutor de danos prefeitura de belo horizonte

- **Alice - 27/11/2020 13:30**

Boa tarde, Schroeder SC presente, no aguardo por aqui.

- **Neli Gaspar - 27/11/2020 13:33**

NELI GASPAR DOS SANTOS- FEAPAES GO

- **Diego Taquini de Araújo - 27/11/2020 13:35**

Boa tarde ,Diego de Sinop MT

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 13:36**

Boa tarde Companheirxs, aqui Graciele conselheira de direitos do Rio Grande do Sul, cidade Santa Maria-RS

- **Juliana Borges - 27/11/2020 13:42**

Boa tarde. Juliana Borges, de Lagoa Formosa - MG, aguardando também!

- **Davi Sousa Martins - 27/11/2020 13:50**

Boa tarde Davi Martins Rio de Janeiro- RJ

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 13:50**

Boa Tarde, Maceió/AL presente

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 13:50**

Boa tarde, colegas <3 Espero que todos estejam bem! Como foi o horário de almoço de vcs?

- **Neide Soares - 27/11/2020 13:53**

Boa tarde!!!

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 13:56**

Boa tarde ! Saudações a todos e todas! ES presente.

- **DEBORA - 27/11/2020 13:57**

Boa tarde a todos, aqui em Rio Branco 11h 57min.

- **Daniel - 27/11/2020 13:57**

Boa tarde

- **Daniel - 27/11/2020 13:58**

Daniel de Menezes de Arcos, Minas Gerais

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 13:59**

Boa tarde a todos e todas

- **Raul Zainedin da Rocha - 27/11/2020 14:00**

Boa Tarde!

- **Raylson - 27/11/2020 14:01**

boa tarde

- **Joceliete Vicentini Alves Martins - 27/11/2020 14:01**

Boa tarde a todos. Ansiosa pela falas.

- **Sílvia Maria de Paiva - 27/11/2020 14:02**

Boa Tarde! Sílvia Maria de Paiva-Ong Aicc-Pacajus-Ceará.

- **Juliana Lanzarini - 27/11/2020 14:02**

Boa Tarde a todos, Juliana Lanzarini. Medianeira-Pr.

- **Juliana Borges - 27/11/2020 14:02**

Não recebi mensagem. Devo ter ficado no Eixo II mesmo? Como saberemos quais momentos devo participar?

- **Cássia Barros - 27/11/2020 14:03**

Boa tarde!

- **Joceliete Vicentini Alves Martins - 27/11/2020 14:03**

CMDCA Uruaçu Goiás, presente

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 14:05**

Juliana, nesse espaço onde vc está entra no MEU PERFIL no canto direito da tela e veja qual o eixo que vc se inscreveu. É nele que vc irá trabalhar a partir de amanhã a partir das 18 horas nos Fóruns de eixos. Mas, hj e amanhã pode ficar por aqui

- **FRANCISCO - 27/11/2020 14:05**

FRANCISCO CANINDE LEANDRO CMDCA/ LAGOA NOVA RN

- **Edimarane - 27/11/2020 14:07**

Boa tarde, de Medina/MG

- **Lucimária - 27/11/2020 14:07**

Boa Tarde! Lucimária Borges Luiz Mendes- Araçuaí/MG

- **Rejane Maria Carvalho da Silva - 27/11/2020 14:07**

Boa tarde paz e bem Rejane Maria Carvalho da Silva conselheira Palmares Pernambuco

- **Paulo Renys - 27/11/2020 14:07**

Boa tarde, Paulo Renys Ferreira da Silva, do Estado do Amazonas, Município de Presidente Figueiredo/AM. Delegado eleito na conferência estadual, representante da Sociedade Civil Organizada.

- **Carla de Paiva Rodrigues - 27/11/2020 14:08**

Boa tarde! De Goiânia - Goiás

- **Rede Não Bata, Eduque - 27/11/2020 14:08**

Boa tarde, Rede Não Bata, Eduque presente!

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 14:09**

boa tarde! Pedro Henrique delegado/araçuaí

- **Nãotinho - 27/11/2020 14:12**

Boa tarde sou Socorro Carvalho delegada dá Paraíba Representante dá sociedade civil dá Cidade de Campina Grande

- **Louise Arcanjo Oliveira de Paula - 27/11/2020 14:12**

GALERA NÃO EXISTE OPÇÃO SEXUAL E SIM ORIENTAÇÃO SEXUAL !!!!!!!!! Não é uma opção sexualidade e gênero não são opções !!!!!!!!!!!!!

- **Lucinaira de Carvalho Silva - 27/11/2020 14:13**

Boa tarde, sou Lucianira Conselheira Tutelar em Rio Branco Acre.

- **Maria Luiza - 27/11/2020 14:15**

Boa tarde. Maria Luiza Quaresma Tonelli - CONSEC RN

- **EDNA ALEGRO - 27/11/2020 14:15**

Boa tarde! Edna Alegro - Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI

- **Eufrasia - 27/11/2020 14:15**

que linda

- **Adaildo Santos - 27/11/2020 14:16**

Prosa linda desta menina.

- **Priscilla Silva - 27/11/2020 14:17**

Que linda, essa pequena grande criança.

- **Sílvia Maria de Paiva - 27/11/2020 14:18**

Antônia Raquel você nos representa. Orgulho!

- **Vanildo Silva soares - 27/11/2020 14:19**

Boa tarde, eu Vanildo silva. de Guiratinga mt

- **Alice - 27/11/2020 14:19**

Lindoo Antônia, parabéns.

- **Vanildo Silva soares - 27/11/2020 14:20**

muito lindo meus parabéns

- **Fátima Hamer Marques Cardoso - 27/11/2020 14:22**

Parabéns Antônia, parabéns por sua clareza de pensamento e conhecimento.

- **Alzira Aparecida Santos - 27/11/2020 14:23**

Coisa mais linda ver e ouvir esta criança em versos falar do Estatuto. Um beijo, Alzira Minas Gerais

- **Jéssica - 27/11/2020 14:25**

Boa tarde, sou delegada de alagoas e que tenhamos uma boa conferencia

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 14:25**

Boa tarde seguimos, avante

- **Cássia Barros - 27/11/2020 14:25**

Que linda!

- **Rejane Maria Carvalho da Silva - 27/11/2020 14:30**

Rejane delegada Palmares/PE parabéns Umberto

- **Jeperson Pedro de Oliveira - 27/11/2020 14:30**

BOA TARDE JEPERSON DE CG MS

- **Eutália Feitosa - 27/11/2020 14:33**

Eutália Feitosa, Representante da Remar, Rede Crer Ser, CMDCA/CCCA, Mediadora de Conflitos Escolares- OAB, UJS, JOÃO PESSOA PB

- **Alice - 27/11/2020 14:34**

Parabéns Humberto, ótima fala.

- **Odila Maria - 27/11/2020 14:35**

Boa tarde

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 14:35**

Pessoal, é por aqui que podemos fazer as perguntas?

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 14:36**

Érica, sim... é por aqui que fazem as perguntas e nós repassamos para a mesa

- **Lucinaira de Carvalho Silva - 27/11/2020 14:37**

Parabéns pela fala professor é um prazer ouvir o senhor. Lucinaira/AC

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 14:40**

Érica Gabriele, de Ponta Grossa - PR. Aos palestrantes, vocês acreditam que a falta de acesso aos métodos contraceptivos de longa duração, especialmente, pela população adolescente pode ser considerada uma violação de seus direitos?

Levando em conta o crescente número de adolescentes e, até mesmo crianças, gestantes, e a falta de diálogo sobre esse tema, como é possível enfrentar esse problema? Obrigada!

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 14:43**

Maravilhosa estas colocações. Muito real e atual com o que a maioria dos municípios passam hoje

- **Grazielly Soares de Souza - 27/11/2020 14:43**

Excelentes colocações!

- **Maria - 27/11/2020 14:44**

Erica Gabriele Boiano pergunta muito boa, parabéns

- **Douglas Santana - 27/11/2020 14:44**

Boa Tarde! Sergipe Presente! Douglas Santana, delegado representante dos Conselheiros Tutelares de Sergipe.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 14:46**

Obrigada, Maria!

- **Cristina - 27/11/2020 14:48**

Parabéns pela fala Humberto S. Miranda!

- **Mônica Barbosa Macedo - 27/11/2020 14:48**

CEDCA - MS

- **Paulo Thadeu - 27/11/2020 14:51**

Saudações - Paulo Thadeu - Cedcar Roraima.

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 27/11/2020 14:52**

Saudações, boa tarde à todos!

- **Cristina - 27/11/2020 14:55**

Estamos implementado no ES. Escuta Especializada.

- **Alice - 27/11/2020 14:58**

Excelente a escuta especializada, mas tem muitos municípios que ainda não tem, que triste, na prática está muito difícil.

- **Ramiro Palicer - 27/11/2020 14:59**

Boa tarde a todxs!

- **Fran - 27/11/2020 15:03**

Parabéns professor! Excelente a sua fala.

- **Ana Paula - 27/11/2020 15:03**

Miguel vive! E todas as crianças e adolescentes, que perdem a vida por um sistema brutal de violência, racismo, machismo, adultocentrismo que vivemos. Muitas vezes morre pela ação violenta do Estado. Parabens pela abordagem tão concreta e objetiva, Humberto!

- **Cássia Barros - 27/11/2020 15:04**

Excelentes reflexões. Enfim, ética e compromisso!

- **Douglas Santana - 27/11/2020 15:05**

Para os Palestrantes ! Me chamo Douglas Santana, Sou de São Cristovão/SERGIPE, Delegado, representante dos Conselheiros Tutelares de Sergipe. Por gentileza, perguntem a Vice Presidente do CONANDA Petrucia, já que ela representa o Governo Federal. Estamos passando por um momento difícil, devido a Pandemia do novo Coronavírus, o que o Governo Federal tem feito para ajudar os Estados e Municípios para o Enfrentamento nesse período de isolamento social , para o enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes ?

- **Alan Gomes dos Anjos - 27/11/2020 15:08**

Alan Gomes - Porto Nacional TO: A ausência de mobilização estadual para realizar uma atuação unanime na proteção da infância ainda é uma realidade a ser superada. Observamos que tem uma tendência a ser uma retalhação a proteção integral da criança e do adolescente ou ainda por termos a perversidade coronelista enraizada na garantia de direitos?

- **Diego Taquini de Araújo - 27/11/2020 15:10**

Uma das nossas maiores barreiras enquanto representantes adolescentes , é a intolerância sobre nossas narrativas , nossas argumentações são desconsideradas mesmo quando sabemos sobre o que estamos falando , de que maneira o senhor acha que podemos enfrentar este problema ? tenho 16 anos sou de Sinop MT

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 15:10**

Vale ressaltar também que muitos funcionários das UBS se negam a ofertar DIUs, pílulas etc para adolescentes. Já aconteceu comigo... Isso pode ser despreparo, mas afeta diretamente na questão que pautei...

- **Ana Paula - 27/11/2020 15:11**

Boa Tarde! Sou Ana Paula- da Rede Não Bata, Eduque e conselheira do CEDCA - Conselho Estadual DCA do RJ. Gostaria de colocar uma pergunta para o prof Humberto. Uma das propostas que foi encaminhada e será discutida na XI CNDCA (eixo 2), apresenta a necessidade de ações continuadas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências física, sexual e psicológica, que a pandemia COVID-19 vem ampliando. Você acredita que a implementação da Lei 13010/2014- Lei Menino Bernardo - pode contribuir para a materialização dessa proposta?

- **Alice - 27/11/2020 15:12**

Professor a pandemia com isolamento social, só faz aumentar as violências contra crianças e adolescentes, as denúncias só chega mesmo quando as violências estão instaladas, a demanda está aumentando muito, na maioria dos encaminhamentos é necessário encaminhar a criança ou adolescente à saúde para atendimento. Tem previsão de implantação de políticas públicas para esta nova demanda??? No SUS a fila sempre está enorme...

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 15:13**

Parabéns Humberto, não podemos fechar aos olhos para o aumento significativo de gravidez na adolescência, cada vez mais cedo, e dos casos de sífilis e outras infecções sexuais. Em Alagoas este número é alto e muitas vezes não debatido pelos conselhos e sociedade.

- **Fátima Hamer Marques Cardoso - 27/11/2020 15:13**

Discordo com você Humberto. É na família que o adolescente aprende sobre sexualidade. Escola é lugar de ensino secular. Onde, quando e porque esse assunto precise ser abordado, dever ser de forma personalizada, levando em conta a necessidade de cada jovem, seja criança ou adolescente, e monitorada pela própria família; e se for necessário por profissionais. Escola não é uma instituição de educação sexual. Isso seria tirar da família a responsabilidade de educar os filhos, seguindo o tempo de amadurecimento de cada um.

- **Alice - 27/11/2020 15:16**

Concordo com vc Fátima Hamer Marques Cardoso.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:18**

Educação sexual, quando acompanhada por profissionais adequados e na idade certa, é extremamente importante. Muitas famílias não conversam sobre ISTs, sexo, gravidez, abusos etc por considerarem tabu. Se isto esta em falta em casa, deve ser suprido em algum lugar, e a escola é local de aprendizado. Vale lembrar que essa questão entra diretamente na segurança de nossas crianças e adolescentes

- **Célio Rocha de Lima - 27/11/2020 15:18**

Boa tarde Estou acompanhado a conferência desde a sua abertura. Acompanhando as falas dos palestrantes nos eixos. Por sinal até o momento muito boa as discussões.no entanto tenho dificuldade em interagir e contribuí com as falas.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 15:19**

Eu acredito que seja importante termos esses diálogos nas escolas também, afinal muuuuitas famílias não conversam sobre o tema com os filhos, Fátima. Ou, quando o fazem, não explicam sobre meios de prevenção, sobre abusos etc

- **Nãotinho - 27/11/2020 15:20**

Socorro Carvalho Delegada da Paraíba De campina Grande Professor Humberto como você conceitua o nível de avanço de superação da cultura adultocentrica e memórias após 30 do ECA?

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:20**

Vale lembrar que a maior parte dos abusos acontecem dentro de casa. Pais abusivos vão ensinar seus filhos a se protegerem de abusos?

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 15:20**

Exatamente!

- **Vanessa Santos Giraldeli - 27/11/2020 15:21**

Boa tarde. Vanessa, do ES, achei um questionamento de um participante no chat do youtube bem relevante para desconstruir algumas questões. A pergunta é do Marcos, delegado pelo DF: desculpe os senhores (a) palestrantes, mas nao entendo como o conservadorismo interfere no progresso do ECA, o senhores (a) poderiam fala mas neste ponto ? marcos delegado pelo DF

- **Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão - 27/11/2020 15:22**

Excelente a contribuição do Prof. Humberto!!! Mallon CEDCA/PE

- **Alzira Aparecida Santos - 27/11/2020 15:24**

Infelizmente aqui em Governador Valadares não temos a Delegacia Especializada com recursos efetivos para garantir os direitos de criança e adolescentes, vítimas ou testemunhas de crimes. Foi encaminhada uma Moção de Apelo às autoridades na Conferencia Estadual, pois na Delegacia Civil todos os direitos são violados no momento da apreensão. Alzira Aparecida Santos Gov. Valadares MG

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 15:25**

Pergunta ao palestrante: As delegacias especializadas no atendimento a Criança e ao Adolescente, pelo menos no meu Estado, não possuem o atendimento 24h, apenas de segunda a sexta (horário comercial). Fato que dificulta e muito o

atendimento. Fale um pouco sobre a importância de priorizar o atendimento das delegacias especializadas no atendimento a Criança e ao Adolescente - 24h, primando por delegacias que tenham um atendimento preparado (profissionais) e humanizado para atender o seu público alvo.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 15:25**

Prof. Humberto vi no chat entre delegados que há uma confusão no entendimento de termos como Educação Sexual, Sexualidade, Orientação sexual, será possível você esclarecer estes termos pontuando o papel da família, da escola e da sociedade neste contexto?

- **Davi Sousa Martins - 27/11/2020 15:25**

Boa tarde a todos sabemos que estamos em período de pandemia e devido a isso estamos tendo um aumento sobre as violências cometidas a crianças e adolescentes, e muitas dessas são com risco de vida, e tendo por isso muitas desses casos demoram a ser inseridas no Ppcam, acho eu que teria que ter uma desburocratização dos PPCAmS no Brasil em prol dessa vidas que estão a padecer. Qual opinião da mesa sobre isso? Davi Sousa Martins - Rede Emancipa de Educação Popular / CEDCA-RJ

- **Ana Paula - 27/11/2020 15:30**

Gratidão, Humberto! Pela aula sobre a Lei Menino Bernardo, ainda pouco conhecida pelo SGD e por isso, ela não é implantada e utilizada p apoiar a concretização da política pública de prevenção do castigo físico e humilhante contra criança e Adolescente. Lei anti punivista, como falou, e que reforça a importância de programas de orientação para as famílias, formação continuada para os profissionais, e outras ações articuladas para que possamos chegar antes das violências estarem instaladas.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:31**

Pergunta da Socorro Carvalho: professor Humberto como você conceitua o nível de avanço da superação da cultura adultocentrica e menorista dos atores do sistema de garantia de Direitos após os 30 anos do ECA ?

- **Douglas Santana - 27/11/2020 15:31**

Prof. Humberto vi no chat entre delegados que há uma confusão no entendimento de termos como Educação Sexual, Sexualidade, Orientação sexual, será possível você esclarecer estes termos pontuando o papel da família, da escola e da sociedade neste contexto? Se possível esclareça a pergunta da Delegada Elizangela Leal

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:33**

Querem mesmo que fale sobre a educação sexual nas escolas? Vem atender na ponta um caso de assédio realizado por um membro do grupo familiar, do qual

seria o espaço de proteção, e isto no meio da pandemia sem escola, tá certo.. Quem atende na ponta não pode apagar fogo, atender a violência em si, tem que projetar ações de prevenção e proteção!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 15:33**

Elisangela Leal de Oliveira Mercado MACEIÓ/AL- Prof. Humberto vi no chat entre delegados que há uma confusão no entendimento de termos como: "Educação Sexual", "Sexualidade", "Orientação sexual". Será possível você esclarecer estes termos, pontuando o papel da família, da escola e da sociedade neste contexto?

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:34**

LGBTfobia não viabiliza a defesa da proteção da criança e do adolescente!

- **Alessandra - 27/11/2020 15:35**

BOA TARDE.CRIAD ES

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 16:12**

O Prof Humberto apenas disse que a biblia nao deve ser levada em consideração em um estado laico.

- **Célio Rocha de Lima - 27/11/2020 15:35**

Professor Humberto, o Sr. Como estudioso e pesquisador da política da criança e do adolescente. Na sua opinião o que poderíamos fazer a curto e longo prazo para combater e cessar as diversas violência cometidas a nossas crianças e adolescentes. Célio Rocha. Aquiraz Ceará. Delegado

- **Paulo Renys - 27/11/2020 15:38**

Boa tarde, Drº Humberto, me chamo Paulo Renys Ferreira da Silva. delegado do Estado do Amazonas, Município de Presidente Figueiredo. Qual sua posição sobre promulgar o projeto de Lei nº 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equipes multiprofissionais nas escolas, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público. Além disso fortalecer as equipes multiprofissionais já existentes, garantindo o atendimento e o acompanhamento psicossocial na comunidade escolar de forma integral e humanizada.

- **Tiago Muniz - 27/11/2020 15:40**

Olá, sou Tiago Muniz, Conselheiro Estadual da Criança e do Adolescentes, bem significativo os debates, sobre o ensino sobre sexualidade na escola. Creio que devemos pontuar isso sim, mas para os adolescentes, pois as crianças precisam de orientação para evitar os muitos casos de abuso.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:40**

Paulo Renys, adorei tua pergunta, sou assistente social, atua numa escola. E estamos lutando para lei concretizar no município dos assistente sociais e psicólogos na educação básica, Lei 13.935/2019. Graciele, de Santa Maria-RS

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:41**

Isso Tiago, acredito neste caminho!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:42**

Concordo com o Tiago. Ed Sexual é na idade certa. `Para crianças, orientação sobre abusos. Para adolescentes, temas como ISTs, gravidez, etc.

- **Alessandra - 27/11/2020 15:43**

Precisamos garantir nos estados /municípios a capacitação da escuta especializada e depoimento especial para a rede de proteção SGD de crianças e adolescentes. CRIAD ES

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:44**

Vdd Nicolle.

- **Douglas Santana - 27/11/2020 15:44**

Boa Tarde! me chamo Douglas, delegado representante dos Conselheiros Tutelares de Sergipe. aproveitando que estamos participando de uma Conferencia voltada a Criança e Adolescente, Professor Humberto, Clamamos aos governantes que olhei com mais amor, aos atendimentos de crianças e adolescentes vitimas de abusos sexuais, tantos nos IMLS, como nos Hospitais que prestam esse serviço.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 15:45**

Pois... Nicole, mas esse posicionamento é entendido como conservador.

- **Rede Não Bata, Eduque - 27/11/2020 15:45**

Prof. Humberto, parabéns pelos excelentes subsídios para o debate no Eixo II e pelas brilhantes respostas.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 15:45**

imagine...

- **Paulo Renys - 27/11/2020 15:46**

Caro Tiago Muniz, concordo plenamente com você, no que se refere a crianças e adolescentes, quando se trata do que vossa pessoa se referiu.

- **Alessandra - 27/11/2020 15:46**

Os planos de Ação dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescentes precisam conter e garantir a capacitação da escuta e depoimento especial. O recurso do FIA pode ser utilizado para tal finalidade ? CRIAD ES

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:47**

Cássia, discordo. Conservadorismo é rejeitar a ed sexual nas escolas. Qualquer pessoa com senso compreende e aceita se for nesses termos. Crianças não precisam ser sexualizadas, e sim conscientizadas a respeito de abuso, pq isso às coloca em perigo, mas é apenas isso.

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 15:48**

Muitas das vezes os Planos são peças de decoração para os Estados e Municípios.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 15:49**

Entao Nicole. Eu nao discordei de vc. Apenas disse como concebem esse posicionamento. Entende?

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:50**

sim, sim. me perdoe se pareceu grosseria, não foi minha intenção, ok? <3

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:50**

Profº Humberto esclarecendo dimensões. Chegamos no ponto formação, não dizemos mais pessoa com necessidades especiais, isso não existe, já compreendemos pessoa com deficiência. Acredito que nomenclaturas, conceitos e a diversidade precisa transitar nas discussões LGBT para não reproduzir violências.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 15:50**

Parabéns Humberto pela excelente fala muito esclarecedora e necessária para nós delegados, profissionais, pais, e sociedade como um todo. Adorei que você começou pelo respeito à identidade e diversidade.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 15:51**

Tranquilo. bjs

- **Alessandra - 27/11/2020 15:52**

Parabéns Prof. Humberto.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 15:52**

Obrigada pela correção, Gracielle!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:54**

Agradeço as trocas Professor e colegas aqui do chat, só assim avançamos!

- **Loreny Franca Leite Ratier - 27/11/2020 15:58**

Uau 🙌🙌🙌

- **Rejane Maria Carvalho da Silva - 27/11/2020 15:58**

parabéns

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 15:58**

Uma pausa para o café.. ;]

- **Eufrasia - 27/11/2020 16:07**

<https://migalhas.uol.com.br/quentes/304552/dicionario-com-conceito-pejorativo-da-palavra--cigano--nao-sera-retirado-de-circulacao> a propósito da fala da ministra Damares, que relatou ter lido a definição no dicionário para crianças ciganas, recomendo que leiam a respeito da ação proposta pelo MPF e julgamento do TRF. De qualquer maneira, não me parece adequado levar a definição com a qual não concordamos, mas discutir como superar a discriminação, inclusive na linguagem, como fazemos, por exemplo, em relação a uso de expressões pejorativas para se referir aos negros. Apenas uma ponderação para nossa reflexão de como podemos discutir com crianças o enfrentamento ao racismo e todas as formas de violação de direitos. A não discriminação, ao lado do interesse superior, participação e direito à vida, ao desenvolvimento e à sobrevivência, são princípios fundantes da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança, de 1989, ratificada pelo Brasil em 1990, mesmo ano da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Fiquei sem compreender o contexto em que foi tratado com as crianças ciganas o termo no dicionário

- **Alice - 27/11/2020 16:08**

Ola, mudaram o horário do eixo 4?

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 16:10**

Tendo em vista que o palestrante Humberto Silva falou com tom crítico sobre a bíblia, isto não seria uma ofensa e intolerância aos adeptos da religião cristã do ponto de vista da diversidade? Se criticasse algum símbolo de outra religião não seria visto como intolerância religiosa?

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 16:11**

Não eixo 4 é amanhã as 11h

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:13**

Não, Emilly, tendo em vista que a maioria de nosso povo é cristão e usa de seu livro sagrado para propagar seus próprios ideais que, por vezes, são nocivos às

populações de risco, minorias éticas, de gênero etc. Não generalizando, mas é o que ocorre em muitos momentos...

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 16:14**

É aquilo que de manhã o Renato Roseno de Oliveira trouxe, são fatos históricos, não são achismos ou conspirações, são fatos.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:14**

Como somos diversos, devemos respeito a todas as religiões, mas quando alguma delas usa de sua doutrina para deslegitimar as demais vivências ou justificar comportamentos que não condizem com a realidade/avanços sociais, deve ser criticada.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:15**

Exatamente, Graciele!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 16:16**

Fora que ele apenas lembrou que a bíblia n deve ser levada em consideração em um estado laico. n teve nada de pejorativo

- **Cristina - 27/11/2020 16:16**

Emilly, ao contrário, ele falou da importância da união ao combate a violação de direitos. Não importando religião , mais a união.

- **Erineia - 27/11/2020 16:18**

Boa tarde!

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 16:19**

boa tarde!!

- **Alessandra - 27/11/2020 16:21**

Boa tarde. Sigamos...

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 27/11/2020 16:22**

Olá, boa tarde!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 16:26**

Bora Rebeca!

- **Lucimária - 27/11/2020 16:27**

Boa tarde!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 16:27**

PARabéns Rebeca. Lugar de Criança e Adolescente é no orçamento.

- **Ana Paula - 27/11/2020 16:27**

É isso, Rebeca!!! Lugar de criança e adolescente é no orçamento!

- **Marcia Regina das Virgens Braga - 27/11/2020 16:29**

Sou Conselheira de Direitos de Lucas do Rio Verde - MT, cheguei atrasada, tive que voltar pra casa para ter acesso, haja vista que na Prefeitura é bloqueado o acesso a rede social. Boa tarde a todos

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:31**

Irra!

- **Alessandra - 27/11/2020 16:31**

Precisamos refletir e buscar estratégias para a operacionalização dos recursos em conta dos FUNDOS.

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 16:31**

José Carlos Martins da Silva Cáritas Diocesana de Caicó CONSEC-RN

- **Alessandra - 27/11/2020 16:31**

CRIAD -ES presente!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 16:32**

Importante SINASE!

- **FERNANDO MAYCON - 27/11/2020 16:33**

sim. Parnamirim RN presente.

- **Cássia Barros - 27/11/2020 16:33**

Vamos ao Eixo 3!

- **Margot Vieira - 27/11/2020 16:35**

Parabéns pela escolha dos palestrantes e rebatedores. Infelizmente não vejo dias melhores nós próximos dois anos.... Navegantes SC

- **Andressa Zenande - 27/11/2020 16:39**

Os palestrantes estão em um patamar excelente de dialética com o público e com propriedade do assunto. Parabéns a organização.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:41**

Concordo, Andressa! Falas muito pertinentes e necessárias!

- **Regina Mendes - 27/11/2020 16:42**

Muito bem Fernando! Importantíssimo abordar a afirmação e a radicalização da democracia no Brasil e a construção dos direitos humanos no Brasil, pois direitos são conquistados por uma sociedade e podem retroceder se a sociedade não se apropria de sua história e construção. Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Regina Helena Cunha Mendes. BH. MG

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 16:42**

Vamos falar de orçamento e financiamento, olhem essa notícia:
<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/11/governo-bolsonaro-reduz-valor-minimo-a-ser-investido-por-aluno-anualmente/> Redução no valor mínimo a ser investido anualmente por estudante! Isso é defender a educação para criança e adolescente?!

- **Sílvia Maria de Paiva - 27/11/2020 16:45**

Muito boa a palestra. Falar de orçamento é preciso se quisermos efetivar as políticas públicas para crianças e adolescentes.

- **Eufrasia - 27/11/2020 16:46**

fundamental a revogação da EC 95/2016, aprovada em dezembro de 2016, após o golpe contra a Presidenta Dilma

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 16:54**

parabens fernando, gostaria que você falasse mais sobre uma necessidade de alguns estados e municípios , implantar o OCA que esta nas nossas propostas ?

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 16:54**

Parabéns pela fala, Fernando! Foi maravilhosa, muito pertinente e esclarecedora!

- **Nãotinho - 27/11/2020 16:57**

Boa tarde Fernando /Antônio Gostaria de pedir alguns esclarecimentos Em relação a aplicação dos recursos do fundo Da criança e do adolescente Eles podem ser repassados para política pública ou programa governamental? Nós municípios e Estados. Pela s orientação dá resolução do conanda diz que não Hoje temos uma

discussão inclusive pelo Ministério público que inclusive os conselhos para que o faça Gostaria de maiores esclarecimentos sobre Socorro Carvalho Paraíba

- **Nãotinho - 27/11/2020 17:01**

Outros esclarecimentos que gostaria de ter em relação ao Marco regulatório para funcionamento nos estados e Municípios sabemos que pela lei federal deve funcionar. Se o estado e nem o Município fez decreto regulamentando Os editais do Fundo para apresentação de projeto tem que está em conformidade com Marco

- **Eufrasia - 27/11/2020 17:04**

gostaria de saber a identificação correta da promotora que está falando. Estou gostando muito da fala

- **Eufrasia - 27/11/2020 17:05**

cumprimento a Rebeca, que fez excelente participação representado adolescentes e crianças, assim como os palestrantes Fernando e Ailta

- **Vanessa Santos Giraldele - 27/11/2020 17:08**

Ailta Barros de Souza

- **Pedro Ribeiro - 27/11/2020 17:09**

Parabéns pela fala professora.

- **Zeze Batista - 27/11/2020 17:09**

Contemplada com falas tão primorosas!

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:09**

por que ninguém fala dos policiais ? que literalmente dão a vida pra manter a sociedade mais segura

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:10**

Pq em vez de proteger eles matam gente inocente ;) principalmente pessoas pretas

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:12**

matam inocentes ?

- **Alzira Aparecida Santos - 27/11/2020 17:12**

Gente é muita coisa. aprendendo muito com os senhores e senhoras. Já estou de cabelos brancos de tanto participar de conferencia, mas não sei se minha presença

está ficando registrada como delegada, arizla@hotmail.com Governador Valadares MG

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:13**

e quanto a negro claro que vão acabar matando mais negros em uma pais onde sua maioria é negra

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:13**

Desejo que na tarde de hoje lembremos das crianças que sofrem com a Pandemia, nas suas diversas formas, e principalmente as bem pequenas que enterraram suas mães, avós, pais e avós. Temos um Estado que não pode fechar os olhos aos órfãos da Pandemia.

- **Apoio XI CNDCA - 27/11/2020 17:13**

Alzira, a sua presença e de todos que estão participando está registrada

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:13**

Sim, Antonio. Como o João Pedro. Ele merecia ter sido morto? Os "casos isolados" que acontecem todos os dias rs

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:14**

Matam mais negros pq é uma instituição racista.

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:16**

instituição racista ? onde há grande quantidade de negros na mesma e em patentes altas

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:16**

Nossa essa é Assistente Social!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:18**

Sim, instituição racista. Aonde marginalizam e matam negros pela cor da pele

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:21**

Gente, que painel é esse. Bravo Professora Ailta Barros de Souza.

- **Angela Mávia Souza de Moura - 27/11/2020 17:21**

Vamos aceitar a pluralidade de ideias!

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:21**

kkkk em um país de maioria negra não vai matar por exemplo um traficante que está atirando contra eles só por ele ser negro?

- **Nãotinho - 27/11/2020 17:22**

Mais uma questão que estamos vivenciando aqui no município de Campina Grande. Neste período de pandemia o conselho foi acionado pelo MP para liberação de recursos para secretária de saúde e secretária de Assistência Social propostas no valor de 1 milhão para saúde e 300 mil para Assistência Social. O conselho neste momento também incluiu uma outra proposta para também receber proposta das entidades da sociedade civil para ser contemplado. Após deliberação foi pedido parecer jurídico a procuradoria do Município que emitiu parecer favorável a liberação do recurso para as secretárias. É um outro parecer desfavorável ao repasse de recursos para as ONGs. Que no momento estava sendo visto o caráter emergencial. O que justificou a não publicação de edital. É também não considerar as orientações do Microscópio. Desta o gestor do fundo não cumpriu a deliberação do conselho. Como os repasses estavam vinculados no primeiro momento o conselho também não repassou para as secretárias. Logo em seguida houve a mudança da gestão onde o poder público assumiu a presidência do conselho. Aí em uma reunião revogou a decisão do conselho aprovando o repasse para as secretárias e negando o repasse para as ONGs seguindo o parecer jurídico. Mesmo a sociedade civil tendo se retirado da reunião aprovou só com a representação governamental. Publicou uma ata com os nossos nomes. Mais que não assinamos. Algumas ONG entrou com mandado. O MP se posicionou depois de bem confusa. É o conselho também enviou um parecer negando que também foi aprovado nesta reunião. Neste momento teria que ser considerado o processo do Marco regulatório só para sociedade civil. Gostaria se possível ouvir a opinião de vocês mais individual. Socorro Carvalho

- **José Carlos Martins da Silva - 27/11/2020 17:22**

Parabéns pelas exposições.

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 17:23**

O aborto é um autêntico genocídio contra a comunidade negra e ninguém fala sobre isso. A cada 3 bebês negros nos EUA, 2 serão abortados.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:23**

Em um país de maioria negra, entrar na casa de um deles sem motivo e assassinar seu filho? Em um país de maioria negra, entrar em suas comunidades e matar suas crianças? Realmente, a polícia tá protegendo quem?

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:23**

todos sabem defender as "minorias" quer dizer as minorias que querem cadê que quando algum policial é brutalmente morto só por ser policial ninguém fala nada? hipocrisia talvez?

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 17:27**

Nos EUA hoje mais negros morrem de aborto do que a soma de AIDS, acidentes de carro, crimes, câncer e doenças cardíacas.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:24**

Aborto é saúde publica. Não tem como comparar ele com genocidio, falsa simetria do caramba

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:25**

Ninguém fala nada? Talvez na perspectiva do teu umbigo.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:25**

Baaah ai vamos entrar na ceara do aborto, pessoal, vamos debruçar em assuntos mais profundamente para não cometermos violências enquanto operadores do sistema de garantia de direitos. Professor Humberto acabou de estar aqui buscando a reflexão.

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 17:26**

Aborto é saúde pública? Aborto tem caráter eugenista e racista.

- **Josiana - 27/11/2020 17:26**

Muito boa explanação. Parabéns.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:27**

Gente, pelo amor de deus. Racismo institucional não é pauta pra debate, é um fato!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:32**

Discordo do seu ponto pois acredito que enquanto n se desenvolver de vdd (ate 12 semanas) a mae deve ter direito de escolher, principalmente sendo algo que afeta toda sua vida

- **Cássia Barros - 27/11/2020 17:38**

Nao se trata disso. Alem de de se ter recursos, deve haver de fato fiscalização de seu emprego.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:27**

Eu sou assistente social, não sei tudo, não sou obrigada a saber tudo, mas estou aqui anotando mta coisa pra estudar e não cometer violências.

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 17:27**

Nos EUA hoje mais negros morrem de aborto do que a soma de AIDS, acidentes de carro, crimes, câncer e doenças cardíacas

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:27**

Sim, é saúde pública, principalmente quando se lembra que a maioria das mulheres que morrem em procedimentos clandestinos são mulheres pretas e pobres. Eugenista mesmo, já que as brancas ricas vão pra fora fazer. As pretas não tem essa opção. Portanto, quem tem que assegurar a segurança delas durante o procedimento é o estado

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:28**

Que falas magníficas estive analisando os sites proposto e percebi o quanto sou leiga em orçamento, esta discussão é maravilhosa. Parabens

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:28**

E vamos nos atentar à realidade do nosso país, por favor.

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:30**

nicolle como o estado pode assegurar algo que seja clandestino ? o estado tenta combater mas é um trabalho de formiga

- **Emilly Rayanne Coelho Silva - 27/11/2020 17:31**

Então a proteção da vida dos bebês negros se restringe apenas a quando eles estão fora do corpo das mães? Entendi sua relativização da proteção da vida... Discordo de seu ponto pois acredito que o nascituro goza do direito à vida.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:31**

Ele vai assegurar descriminalizando e fornecendo de forma gratuita e segura, com acompanhamento psicologico

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:31**

Precisamos operacionalizar o orçamento, conhecer de fato.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:33**

Elisangela Mercado Maceio/Alagoas adorei as falas e estou aprendendo muito, por favor se possível peço que os palestrantes nos fale mais sobre a GRU. A manutenção dela até 2023 foi aprovada? a revogação dela seria para depois desta data ou imediatamente?

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:34**

Agradeço Fernando. Essa notícia ataca o FUNDEB.

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:34**

meu bem o certo seria este procedimento ser feito gratuitamente em postos especializados mas não depende de uma pessoa são mais de 300 pessoa votando pra aprovar isso e acho que eles estão mais preocupados com o dinheiro que vão desviar que com vidas de bebes inocentes que não tem culpa de nada

- **Cássia Barros - 27/11/2020 17:36**

justamente, mais que falta de recurso, houve/há corrupção

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:36**

Isso significa que devemos deixar de lado? Vamos deixar a saude e a educação de lado pq os políticos vao desviar o dinheiro? Seguindo esse pensamento, nao precisamos lutar contra a EC 95, nem tem motivo para estarmos aqui, afinal, estamos totalmente sujeitos ao que 300 pessoas vao votar

- **Antonio joaquim-DM 2°C - 27/11/2020 17:38**

em nenhum momento falei pra deixar de lado pode olhar la ta parecendo que este é seu pensamento de tanto que quer empurrar ele pra mim na minha fala afirmei que eles estão mais preocupados com os desvios isso só significa que temos que lutar para sermos ouvidos e para que haja mudança nas casa

- **Cássia Barros - 27/11/2020 17:39**

Nao se trata disso. Mas de além da luta por mais recursos, tb haver fiscalizacao de seu emprego

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:39**

Por isso a importância do trabalho de bases, de levar a política à população em geral e torná-la acessível.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:40**

Concordo com vcs nesse ponto, nunca discordei. Só não acho que deva ser algo deixado para discutir depois se tem tantas mulheres morrendo por conta disso. É questão de saúde pública sim!

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:40**

Parabéns pela fala, Fernando!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:40**

Concordo Érica.

- **WESIA - 27/11/2020 17:40**

Boa tarde, Wésia Sena Caraúbas/RN.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:40**

Eu concordo totalmente com você, Nicolle!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:41**

<3

- **ERIVALDO - 27/11/2020 17:42**

boa tarde a todos erivaldo calixto

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:42**

Querendo as pessoas ou não, o aborto existe e continuará existindo e sendo realizado. O ponto é: como o estado pode garantir que seja realizado de forma segura, descriminalizada e acessível para todas as mulheres? Pq é ÓBVIO que as que possuem condições financeiras terão o direito a um aborto digno, enquanto as mais pobres acabam morrendo em mesas de cirurgia clandestinas.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:42**

Desculpa foi o teclado era DRU kkk

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:43**

É impossível falar sobre a violência contra a mulher (especialmente a não-branca) sem fazer um paralelo com a questão do aborto.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:44**

Quantas mulheres morrem todos os anos por conta de abortos clandestinos?

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:44**

Obg Érika pela lucidez intelectual, estatístico, social, econômico sobre a questão do aborto.

- **ERIVALDO - 27/11/2020 17:44**

CMDCA de Taboleiro Grande/ RN

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:45**

E o debate está além da questão moral das pessoas, você pode ser contra o aborto e apoiar sua descriminalização pq se importa com a vida de mulheres. Pq se importa com a vida de crianças abandonadas, negligenciadas, violentadas, etc

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:45**

Concordo em tudo, Érica!!! Obrigada

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:45**

Obrigada, Graciele. Sei que o tema foge ao eixo, mas eu vi a discussão e não podia deixar de complementar a fala da Nicolle.

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:46**

Nossa olha essas informações da Professora Ailda dos recursos. Gritante.

- **WESIA - 27/11/2020 17:46**

Wésia Sena delegada do RN, representando a sociedade civil.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:47**

Sim!!!

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:47**

Orçamento é uma questão tão importante, mas que nos parece tão inacessível muitas vezes que não chegamos a nos atentar...

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:47**

Sim, sim. Obg Érica e Nicolle.

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:49**

Eu que agradeço Gracielle!

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:49**

Graciele*

- **Nicolle Lopes Valadares - 27/11/2020 17:50**

Essa palestra mostra o quanto estamos por fora de questões tão importantes. Muito obrigada pelas informações e esclarecimentos! Muito bom.

- **WESIA - 27/11/2020 17:51**

O orçamento deve ser discutido com a participação da sociedade ..

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:52**

ADOREI as falas, a doçura da Ailta traz denúncias muito importantes e para que nós
sejam muitas provocadoras. Fernando complementa este alerta e nos faz acordar para
esta realidade. parabens ao Eixo 3

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:52**

Que projeto é esse?

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:53**

Eu concordo WESIA, é tudo tão nebuloso...

- **Pedro Henrique - 27/11/2020 17:54**

pediram para confirma a precensa Hellen CRISTINA

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:54**

Parabéns aos membros do Eixo 3! Esse momento foi de grande valor pra todos.
Abriu meus olhos para muitas coisas e esclareceu diversas também. Estou muito
grata!!!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 27/11/2020 17:55**

fico feliz em vermos que temos propostas alinhadas a estas denúncias. Agora é
olharmos para ela, melhoramos no que for necessário e elencarmos as cinco
prioritárias. Sigamos em frente!

- **Luciana Reis - 27/11/2020 17:56**

ECA Art 4º [...] A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber
proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento
nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na
execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos
públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude". Partindo
desse pressuposto, é fácil compreender que a falta de prioridade e de recursos
implica diretamente na falência das políticas socioassistenciais direcionadas ao
público infante-juvenil. Nunca foi ausência de recurso, sempre foi falta de interesse!

- **Ana Paula - 27/11/2020 17:56**

Fundamental aprendermos mais sobre orçamento e gestão! É aí que somos
enganados descaradamente.

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:57**

Exatamente, Luciana! Muito bem colocado!

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 17:58**

Concordo, Ana Paula!

- **Graciele Silva de Matos - 27/11/2020 17:59**

Pessoal, para mim parou a transmissão e para vocês?

- **Érica Gabriele Boiano - 27/11/2020 18:01**

Pra mim continua, está passando um showzinho!

28/11/20 (14h) - Eixos 4 e 5

28/11/2020 13:00

Comentários

- **Nicolle Lopes Valadares - 28/11/2020 14:25**

Boa tarde! Desculpem a demora, o site não estava carregando no meu celular.

- **Alice - 28/11/2020 13:46**

Boa tarde colegas ! No aguardo por aqui 😊

- **Diego Taquini de Araújo - 28/11/2020 13:49**

Boa tarde

- **Luciana - 28/11/2020 13:50**

Boa Tarde!

- **Alice - 28/11/2020 13:54**

O áudio está aberto...

- **Cássia Barros - 28/11/2020 13:55**

Boa tarde

- **Welen - 28/11/2020 13:56**

boa tarde! no aguardo!

- **Daniel - 28/11/2020 14:00**

Boa tarde à todos, Daniel de Menezes de Arcos Minas Gerais

- **Pedro Henrique - 28/11/2020 14:00**

boa tarde! a todos os participantes.

- **Regina Marli Fuerbringer - 28/11/2020 14:00**

boa tarde

- **Eutália Feitosa - 28/11/2020 14:00**

Boa Tarde, sou Eutália Feitosa tenho 18anos, estou como representante da Remar, Rede Crer Ser, CCCA/CMDCA, UJS e sou Mediadora de Conflitos Escolares pela OAB PB

- **Iolete Ribeiro da Silva - 28/11/2020 14:01**

Boa tarde

- **Ramiro Palicer - 28/11/2020 14:01**

Boa tarde a todxs! Voz e vez para as crianças e adolescentes, buscando sua autonomia e protagonismo.

- **Cássia Vieira de Melo - 28/11/2020 14:01**

Boa tarde! Sou Cássia Vieira de Melo, de Belo Horizonte/MG.

- **FRANCISCO - 28/11/2020 14:03**

FRANCISCO CANINDE LEANDRO, CMDCA LAGOA NOVA /RN

- **Gislane Santos Dias de Jesus - 28/11/2020 14:03**

Boa tarde.

- **Vanessa Santos Giraldele - 28/11/2020 14:03**

Boa tarde!

- **Loreny Franca Leite Ratier - 28/11/2020 14:04**

Boa tarde a todos Loreny de Diamantino-MT

- **Ramiro Palicer - 28/11/2020 14:04**

Ramiro Palicer-Dourados-MS

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 14:04**

Boa tarde alagoas/maceio presente

- **Cássia Vieira de Melo - 28/11/2020 14:05**

Boa tarde, novamente! Dúvida: A transmissão está sem som?

- **Maria Luiza Cury - 28/11/2020 14:06**

boa tarde, Maria Luiza/MG presente

- **Lucimária - 28/11/2020 14:06**

Boa tarde ! Sou Lucimária Borges Luiz Mendes, Araçuaí- MG.

- **Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - 28/11/2020 14:07**

Boa tarde, Gustavo Nogueira Santa Rita do Sapucaí-MG

- **Cássia Vieira de Melo - 28/11/2020 14:07**

Resolvido. Obrigada!

- **Raul Zainedin da Rocha - 28/11/2020 14:08**

Boa Tarde! Delegado Raul Zainedin da Rocha, cidade de Irati/PR

- **Salete Valesan - 28/11/2020 14:08**

Para o som vá com o cursor do seu computador até o lado direito, na parte inferior e verá o ícone para aumentar o som

- **Edimarane - 28/11/2020 14:08**

Boa tarde, de Medina-MG!

- **Safira - 28/11/2020 14:09**

Boa tardeeee

- **Salete Valesan - 28/11/2020 14:09**

o ícone do som está na tela do vídeo

- **Zaqueu - 28/11/2020 14:10**

Boa tarde. Jucirlei/Pa

- **Joana truká - 28/11/2020 14:11**

Boa tarde!

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 28/11/2020 14:13**

Olá, boa tarde! RN marcando presença.

- **João Otávio Turatti Barbosa - 28/11/2020 14:15**

Boa tarde, João Otávio Turatti Barbosa, Monte Carmelo

- **Marta Nileni Alves Gomes - 28/11/2020 14:16**

Boa tarde! CEDICA RS

- **Rinaldo - 28/11/2020 14:16**

Boa tarde! Antonio Rinaldo da Silva Representante do RN - Categoria Convidado

- **Maria Victoria da Silva Chagas - 28/11/2020 14:18**

Boa tarde

- **Alice - 28/11/2020 14:18**

Boa tarde Maria Clara ,lindaaa👉👈

- **Zed Gueiros - 28/11/2020 14:19**

Maria José Galvao Gueiros PÉ No aguardo

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:22**

Gostaríamos de saber como foi feita a escolha dos adolescentes participantes das palestras!! "palestrantes"

- **Priscila Larry - 28/11/2020 14:23**

Boa tarde!

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 14:25**

Foram escolhidos pelos próprios adolescentes que compõem o Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 14:25**

O áudio está aberto do coordenador e secretária da mesa...

- **Carlos Raimundo Fernandes Filho - 28/11/2020 14:26**

Boa tarde a todos! Estou acompanhando da Cidade de São Bento-PB.

- **Joceliete Vicentini Alves Martins - 28/11/2020 14:27**

Boa tarde, Sociedade civil-CMDCA Uruaçu Goiás

- **Chitão - 28/11/2020 14:29**

BOA TARDE DELEGADO MUNICIPAL E ESTADUAL DE CAMBORIU SC PRESENTE XI CONFERÊNCIA NACIONAL 🤝🤝🤝😊

- **Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - 28/11/2020 14:29**

Boa tarde....Laura Cristina, Delegada representando o estado de Goias. Sou criança e como todas queremos ser ouvidas.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:33**

poderiam ter chamado um de cada estado, seria algo muito legal e todos teriam uma certa representatividade!

- **Ejekilhim Veron - 28/11/2020 14:35**

Boa tarde, Sou Ejekilhim Veron, delegada indigena do estado de Mato grosso do Sul/Dourados.

- **Rinaldo - 28/11/2020 14:36**

Antonio Rinaldo da Silva - Representante do RN - Categoria Convidado

- **Kauã victor - 28/11/2020 14:37**

Boa tarde... Kauã Victor delegado de Goiás, como adolescente queremos ser ouvidos e ser reconhecidos como um ser de direito, pois temos opinioes sabemos o que é o certo e o errado e temos a utopia que esperamos que seja realizada de um mundo melhor. Já que somos o hoje, não somente o futuro.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 14:38**

Parabéns pela fala os bebês precisam ter suas vozes escutadas. Temos experiencias maravilhosas e trabalhos muito significativos de escutas aos bebês e crianças bem pequenas.

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 14:39**

Os delegados e delegadas que desejarem fazer perguntas para as palestrantes, por favor escrevam aqui que enviaremos para a mesa

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 14:41**

A nossa sociedade precisa aprender que existem várias linguagens para além da logica oral-escrita. Precisamos incluir um processo de escuta de crianças não-verbais (Transtorno do Espectro do Autismo, Paralisia Cerebral...)

- **Itamara - 28/11/2020 14:42**

Conselheira Tutelar de Riacho da Cruz- Delegada.

- **Érica Gabriele Boiano - 28/11/2020 14:44**

Parabéns, Ana Clara! Belíssima fala!

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 14:44**

Precisamos nos preparar para escutar nossas crianças e adolescentes.

- **Itamara - 28/11/2020 14:44**

Itamara Soares Rêgo Rio Grande do Norte Riacho da Cruz

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 14:44**

Ana Claudia adorei sua fala e gostaria de perguntar como poderemos provocar situações de escuta com bebês e crianças não-verbais, como as com TEA, paralisia cerebral e outras que fogem ao padrão de linguagem oral-escrita?

- **Marta Nileni Alves Gomes - 28/11/2020 14:44**

Muito boa a fala da Ana Cláudia! Chega a ser poética!

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:45**

gostaria de saber em que momento haverá debates com os adolescentes, ou vamos ficar presos apenas a palestras sem poder dizer nada

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 14:46**

Ana Clara, vocês adolescentes e crianças podem e devem registrar suas perguntas aos palestrantes por essa página de comentários.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:46**

nao estou entendendo o funcionamento desta conferencia

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 14:47**

Boa tarde, quero escutar Rebeca :D

- **Cássia Barros - 28/11/2020 14:47**

Pertinente o seu esclarecimento sobre a participação dos Adolescentes no CONANDA Petrócia

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 14:47**

Ana Clara, podem fazer perguntas aqui no chat

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 28/11/2020 14:48**

Foi uma fala muito rica, ela com educadora e mestra, trouxe uma colocação considerável.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:48**

ola vanessa, mas e o momento da escolha das propostas, como ira funcionar, estamos todos perdidos, nao havera discussao, debates e tudo mais...

- **Marta Nileni Alves Gomes - 28/11/2020 14:48**

Devemos focar na potência dos adolescentes e não na falhas, nas faltas...também estarmos abertos para o novo.

- **Pedro - 28/11/2020 14:49**

Pedro Henrique de Oliveira Melo, Caraúbas RN

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:49**

nao havera momentos de falas em ke todos possam dizer algo, nao apenas fazer perguntas

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 14:49**

Todas as orientações foram repassadas para os conselhos estaduais para repassarem para todos os delegados. Vou tentar ao longo das palestras tentar explicar aqui para vcs

- **Aline Ferreira - 28/11/2020 14:50**

Esperando ansiosamente pelas falas do protagonistas, quem melhor pra falar sobre isso se não os próprios.

- **Pedro - 28/11/2020 14:51**

Boa Tarde

- **Alice - 28/11/2020 14:51**

Sou de Schroeder/SC Parabéns aos nossos adolescentes que estão participando hoje.👏👏👏

- **Welen - 28/11/2020 14:51**

Você está certa Clara, também estou sentindo falta das discussões das outras conferências e também estou confusa em relação a quando e se poderemos conversar entre nós.

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 28/11/2020 14:51**

Boa tarde. Delegado por Santa Catarina e defensor do Eixo 4. Ouvir este pessoal me deixa feliz por defender eles nos diversos espaços do SGD em todas as esferas.

- **Cleber - 28/11/2020 14:52**

Boa Tarde! Tubarão-SC

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:53**

pois entao o nosso estado nao passou nada para nos, pk se nao dependesse de nos mesmos nem saberiamos da conferencia

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 14:54**

Rebeca, qual foi seu primeiro espaço de participação ? Como foi esse processo? Um abraço, Graciele delegada de Santa Maria-RS.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:55**

tentei por varias vezes entrar em contato com e cedca e tbm com o conanda e nao tive respostas, confesso ter me sentido vulneravel com tal situacao

- **Diego Taquini de Araújo - 28/11/2020 14:55**

O tema do nosso eixo é o protagonismo , eu fico imensamente feliz por termos dois adolescentes nos representando , mas um grande problema que enfrentamos é a falta de comunicação , alguns de nós soube da conferência com dois dias de antecedência , e isso acaba prejudicando muitos de nós . Por exemplo a seleção dos adolescentes para a CPA , a nós do estado do MT não foi comunicada , a perda de representatividade afeta diretamente no processo de obter protagonismo . De que maneira nós podemos melhorar a nosso dialogo com os jovens , e de que maneira nós podemos criar pontes de dialogo com este publico ?

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 14:55**

todos nos estamos sentindo falta de como eram outras conferencias, estamos nos sentindo nao ouvidos

- **Maria Eduarda Wuilson Massulo - 28/11/2020 14:57**

Belíssima fala, Rebeca! Estou me sentindo muito bem representada.

- **Alice - 28/11/2020 14:58**

Esta sendo pouco divulgada esta Conferência não vi nada no jornal nacional ou em outros noticiários? Sabendo da importância acho que a divulgação está a desejar, não sei quem seria os responsáveis pela divulgação...

- **Pedro - 28/11/2020 14:58**



- **Vanessa Santos Giraldeleli - 28/11/2020 15:01**

Diego e Ana, estou totalmente de acordo com as falas de vocês. E apóio vocês nessas considerações.

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 15:01**

Foram enviadas todas as informações/release para os órgãos de imprensa. Além de divulgarmos nas redes sociais e grupos que militamos

- **Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - 28/11/2020 15:02**

Parabéns pela sua fala muito legal 🙌🙌🙌🙌🙌🙌

- **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro - 28/11/2020 15:02**

Prezada Alice, Esta Conferência é de todos nós! Está ao vivo em todas as redes sociais do Conanda, mas você também pode divulgar entre sua rede :)

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 15:03**

Será muito importante a participação de vocês no processo de revisão das propostas. E nós adultos precisaremos criar todas as alternativas necessárias para que vocês consigam participar de todas as fases.

- **Diego Taquini de Araújo - 28/11/2020 15:04**

A Julia é uma adolescente brilhante , ela representa não só as nossas narrativas mas também a nossa indignação por não estar a par das informações que são sobre nós mesmo , como nós iremos criar espaços de protagonismo se não sabemos ou temos conhecimento destas informações ? O sentimento que prevalece é o de frustração

- **Érica Gabriele Boiano - 28/11/2020 15:04**

Concordo com você, Alice. Toda a sociedade deveria saber que a Conferência está acontecendo, pois ela é de extrema importância.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 15:08**

Nao encontrei noticia alguma sobre a conferencia, em quais plataformas foi divulgado?

- **Diego Taquini de Araújo - 28/11/2020 15:19**

Brilhante Ana!!!!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:05**

Ana Clara concordo com você realmente estamos vivendo uma realidade atípica. Eu achava que no mundo virtual voces estariam mais a vontade do que eu, também estou sentindo muito falta dos debates e estou incomodada com a pulverização

dos delegados (uma parte aqui, outra nas duas salas do you tube e outros no face). Espero que na próxima a pandemia tenha acabado e este molde de conferencia virtual não se perpetue, porque a meu ver enfraquece o movimento e as nossas lutas.

- **Érica Gabriele Boiano - 28/11/2020 15:05**

Concordo, Diego!

- **Edmundo - 28/11/2020 15:05**

Importante fala de Julia Rebeca. realmente uma potência, mesmo porque denunciou a falta de prioridade do governo ao não instalar o CPA do mandato que ora vence. Parabéns adolescentes por terem escolhido essa menina pra lhes representar nesta mesa.

- **Vanildo Silva soares - 28/11/2020 15:05**

isto se se chama falta de participação; Não sei se a culpa e toda do cndca ou se os responsáveis do município e o culpado mas eu me sinto sem voz perante isto

- **Alice - 28/11/2020 15:06**

Parabéns Júlia 🙌🙌🙌

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:06**

Júlia foi imensamente brilhante!!!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:06**

Julia Parabéns pela sua fala, muito pertinente e maravilhosa.

- **Welen - 28/11/2020 15:06**

Que adolescente incrível!! Quero ser amiga dela. É o tipo de representante que precisamos!

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:08**

Quero tb Welen :D

- **Edimarane - 28/11/2020 15:09**

Júlia, você entende que a representação indireta das crianças e adolescentes não é capaz de levar os anseios desses cidadãos?

- **Aline Ferreira - 28/11/2020 15:10**

Que fala lindaaa Júlia Uma ótima representante , parabéns

- **Marta Nileni Alves Gomes - 28/11/2020 15:10**

Parabéns Júlia! Continue ocupando os espaços, falando, expressando seus pensamentos e sentimentos!

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 15:11**

Essa modalidade virtual realmente enfraquece o movimento do coletivo. Também espero que essa modalidade não se perpetue, pois será um grande prejuízo para a defesa dos direitos.

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 15:12**

parabens a julia, ficamos felizes em vela aq, foi muito bem

- **Edna Aparecida Alegro - 28/11/2020 15:15**

Muito bom ver adolescentes participando e manifestando opiniões e fazendo suas colocações!

- **Janini Ginani - 28/11/2020 15:16**

Ana Cláudia, você poderia falar sobre os modelos de participação social de crianças e adolescentes em outros países? Existe alguma experiência interessante que em sua opinião possa ser adotada pelo Brasil com as devidas adaptações?

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 15:17**

fizemos um grupu para todos estados para termos discussoes e debates, me chame que eu coloco vcs 66996929579

- **Vanildo Silva soares - 28/11/2020 15:19**

pergunta as duas. Como eu faço para continuar cobrando meu direito de de voz e vez mesmo depois do termino desta conferência. Digo isto não só na escola mais em todos os meies em que vivo.

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:20**

Avalio a necessidade de desconstruirmos todos os dias o adultocentrismo que há em nós, pois isso é o limitador. Isso é cotidiano. Boas abordagens Ana.

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:20**

Parabens pela fala Ana Claudia adorei a explicação.

- **Pedro - 28/11/2020 15:20**



- **Edna Aparecida Alegro - 28/11/2020 15:21**

Sem dúvida que precisamos propiciar o desenvolvimento das potencialidades, isso é fundamental para que todos possam estar inclusos e terem o sentimento de pertencimento dos processos!

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 15:23**

nossas escolas sabem ate menos que nós sobre, infelizmente

- **Célio Rocha de Lima - 28/11/2020 15:24**

Boa tarde! Que pena que a fala da adolescente ficou com muitas falhas

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:24**

Obg Rebeca, eu trabalho em escola, os enfrentamentos são imensos. O adulto teme a voz da juventude, pois sabe que há poder. Falo do lugar de adulta do ambiente escolar, reconheço tua fala. Obg Rebeca! abç

- **Ana Clara Marchi de Oliveira - 28/11/2020 15:26**

a pergunta que todos queremos saber é, como ira funcionar o momento de discussões das propostas ?

- **Alice - 28/11/2020 15:27**

Tá falhando muito o áudio 😞

- **Célio Rocha de Lima - 28/11/2020 15:28**

Nossas crianças e adolescentes precisam sim ter esse espaço de participação, pois eles tem muito a contribuir com a politica deles!! Delegado de Aquiraz/Ceará

- **Hélio Fogaça - 28/11/2020 15:28**

Parabéns pelas exposições de todos. Aqui em Goiás estamos orientando aos conselhos municipais de direitos que coloquem no seu regimento interno ou na própria lei de criação o Comitê de Participação de Adolescentes - CPA. Gostaria de perguntar tem alguma outra maneira de reforçarmos mais a importância do CPA nos municípios? Hélio Fogaça/Goiânia/Goiás/CEDCAGO..

- **Janini Ginani - 28/11/2020 15:29**

Ama Rita tem que tirar o fone para conseguir falar, às vezes o computador não está reconhecendo o microfone...

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:29**

Flávio, gostaria de te escutar sobre todas essas questões do eixo. Um abraço!

- **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro - 28/11/2020 15:30**

Prezada Ana Clara, na aba "documentos referenciais" há essas orientações. O que você está achando do debate do Eixo 4?

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 28/11/2020 15:33**

Uma questão importante se manifesta em cativar outros jovens à participar de eventos como esse. O questionamento que lanço seria como cativar esses indivíduos a possuírem o ardor de quererem mudar o nosso fator social?

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:33**

Parabens é isso mesmo a gente sempre pensa a criança a a partir da visão do adulto, foi o que a Rebeca denunciou na sua fala, não basta ter acesso a fala é preciso que se respeite a fala e as várias linguagens por elas adotadas nos ambientes e formatos que a respeitem.

- **Ramiro Palicer - 28/11/2020 15:35**

A pergunta do Hélio é importante responder TB.

- **Aline Ferreira - 28/11/2020 15:37**

Boa tarde. Gostaria de perguntar aos adolescentes da mesa, como que está sendo fazer parte da composição da mesa do eixo 4, sabendo também que muitas vezes não nós dão voz em espaços que são nossos? Aline Ferreira/Goiânia-Go/representante dos adolescentes de Goiânia.

- **Pedro - 28/11/2020 15:39**

Concordo com a Aline

- **Alice - 28/11/2020 15:39**

Parabéns Ana Cláudia, muito boa sua fala,obrigada 🙏🌸

- **ERIVALDO - 28/11/2020 15:39**

Antônio Erivaldo Calixto da Silva Taboleiro Grande Rio Grande do Norte

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:41**

O Flávio que está na mesa, pode fechar a participação gente!

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:43**

Gente este eixo é o mais importante e vai acabar antes das 16h, sem responder todas as perguntas dos adolescentes, é isso mesmo!!!!

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:43**

ótimo Rebeca.

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:44**

Também avalio isso Elis, dá bem pra fica mais para fala dxs adolescentes.

- **Alice - 28/11/2020 15:45**

Sou sua fã Rebeca 🥰

- **Itamara - 28/11/2020 15:45**

Fui informada apenas sobre as inscrições da conferência. Então é nós por nós mesmo...

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 15:45**

Exigir que o município implante o CPA, pois o Conanda já emitiu orientação de que todos os conselhos municipais dos direitos da criança e adolescente devem implantar o CPA - Comitê de Participação de Adolescentes

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:45**

Seguindo ela no insta :D

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 15:47**

Quero destacar aos delegados e delegadas que as perguntas que não foram respondidas serão repassadas para as palestrantes e assim que elas responderem enviaremos para quem as fez

- **Edmundo - 28/11/2020 15:47**

O CPA brocou! Isso prova que o Conanda acertou quando decidiu afiançar e promover a participação de adolescentes no Brasil

- **Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - 28/11/2020 15:48**

Concordo plenamente é isso que nos queremos

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:48**

Flávio ótimo!

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:49**

Qual é o Estado da Júlia? Ela mencionou quando se apresentou, mas não gravei

- **Pedro Henrique - 28/11/2020 15:49**

Otima pauta abordada essa sua flavio.

- **Welen - 28/11/2020 15:49**

Arrasou, garoto!

- **Edmundo - 28/11/2020 15:50**

parabéns Flavio.

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:50**

Adorei gente, Flávio que fala!!!!!!!

- **Alice - 28/11/2020 15:50**

Foi ótimo Flávio 🙌🙌🙌

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 15:50**

Julia Rebeca é do Maranhã ...ela representa o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do MA no CPA Nacional

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:50**

Parabéns, Flávio!

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:51**

Agradeço ao Apoio pela resposta

- **Alice - 28/11/2020 15:52**

Nossos adolescentes estão arrasando hoje, que orgulho 😊

- **Vanessa Santos Giraldeli - 28/11/2020 15:52**

Todos os adolescentes estão de parabéns. Essa participação nessa conferência de vocês adolescentes está maravilhosa. Reflexões e questionamentos críticos. Isso me dá grande esperança para nosso presente e futuro! continuem com essa garra e essa participação.

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 15:53**

Vdd Lacerda, isso é resistir em tempos sombrios!

- **Jozeilda Grinauria Menino - 28/11/2020 15:53**

Boa tarde! Desculpem a demora, mas estava em outro município.

- **ERIVALDO - 28/11/2020 15:53**

verdade

- **Elisangela Leal de Oliveira Mercado - 28/11/2020 15:54**

Parabenizo o esforço pela realização da conferencia on line e, principalmente, por ouvir as nossas criticas e anseios para melhorarmos o evento a cada dia.

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 28/11/2020 17:04**

Eu tive muita sorte ao trabalhar por 4 anos no CMDCA e fortalecer toda a nossa rede.

- **Célio Rocha de Lima - 28/11/2020 15:54**

Levando em consideração o momento em que o Brasil e o mundo vem enfrentando por conta da Pandemia, está sendo válida e necessária a realização da XI conferência. Parabéns a todos que fizeram esse grande esforço para que tudo esteja acontecendo.

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:55**

O Maranhão vem sendo protagonista no contexto de resistência que estamos vivendo atualmente. Agora fica mais fácil entender a postura e o posicionamento de Júlia. Espero que ela continue assim: brilhante, em todas as oportunidades de representação das crianças e adolescentes do MA e do Brasil.

- **Tarciana Castelo Branco - 28/11/2020 15:57**

Muito bom!

- **Rinaldo - 28/11/2020 15:57**

Parabéns a todos(as) organizadores da XI CNDCA!

- **WESIA - 28/11/2020 16:07**

Boa tarde Wésia Sena delegada do RN representante da sociedade civil, parabéns aos adolescentes e aos organizadores da conferência..

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 28/11/2020 16:11**

Caríssimos, boa tarde! Ansioso para o próximo eixo. Manifesto os meus cumprimentos acerca da organização do evento.

- **Odila Maria - 28/11/2020 16:12**

Boa tarde!

- **Carla de Paiva Rodrigues - 28/11/2020 16:17**

Boa tarde! De Goiânia - Goiás

- **Lucimária - 28/11/2020 16:19**

Boa Tarde! Representado o município de Araçuaí- MG.

- **ERIVALDO - 28/11/2020 16:22**

Boa Tarde a todos

- **Neli Gaspar - 28/11/2020 16:22**

NELI GASPAR DOS SANTOS - FEAPAES GO

- **Pedro Henrique - 28/11/2020 16:23**

Boa tarde ! Pedro Henrique delegado representante do municipio de araçuaí.

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 28/11/2020 16:28**

É preciso envolver as famílias, pois o protagonismo deve chegar até elas para complementar o ciclo de Fortalecimento do SGD, o que vocês acham?

- **Ana Paula - 28/11/2020 16:30**

Fundamental a participação dos adolescentes que se colocaram no eixo 3, nos trouxeram importantes questões acerca do efetivo direito à participação de C/A. Como bem disse Flavio e Julia Rebeca, a participação envolve muitos detalhes que se dão e se fortalecem no cotidiano, e em uma conferencia virtual dificulta mais ainda garantir. Avante adolescentes, não se deixem abater, vamos participar! Ana Paula - Conselheira Cedca RJ

- **Ana Paula - 28/11/2020 16:32**

coloquei o eixo errado no comentário acima, é eixo 4

- **Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - 28/11/2020 16:33**

Estava assistindo via youtube..So agora consegui acesso.. Boa tarde a todos. Conselho Tutelar de Umuarama-PR.

- **Alice - 28/11/2020 16:34**

Boa tarde colegas! Schroeder SC presente 🗨️🗨️

- **Aline Ferreira - 28/11/2020 16:34**

Realmente políticas públicas para crianças e adolescentes, necessita sim de crianças e adolescentes para a formulação de propostas. Aline Ferreira/ Goiânia-Go/
Representante dos adolescentes do município de Goiânia

- **ERIVALDO - 28/11/2020 16:43**

Antonio Erivaldo Calixto da Silva CMDCA Taboleiro Grande Delegado
Representando Sociedade Civil

- **Maria Victoria da Silva Chagas - 28/11/2020 16:44**

Complementando o q a Aline Ferreira disse q foi um ótimo comentário, eu acho uma coisa de outro mundo a conferência de direito de criança/adolescente da um "cargo" para os adolescentes e eles terem não nenhuma posição de opinião. Tivemos sorte q esse ano as pessoas nos deram voz

- **Edmundo - 28/11/2020 16:57**

"quando a OSC se fortalece, ela se empodera e age sobre o Estado". Seria por essa razão que alguns governos evitam financiar a sociedade civil e recusam a fornecer estrutura adequada ao funcionamento dos Conselhos?

- **Edmundo - 28/11/2020 16:57**

Edmundo, Cs do conanda, de Salvador

- **Lucimária - 28/11/2020 16:59**

Excelente explanação ! Parabéns

- **Salete Valesan - 28/11/2020 16:59**

Depois da brilhante aula, será importante observar o Conselho Estadual da Criança e Adolescente do Estado de São Paulo.

- **Ana Paula - 28/11/2020 17:00**

Será que é por este motivo que os Conselhos de direitos estão sendo (ou estão tentando) desmontar estes espaços de controle social? SEM estrutura, sem apoio técnico, sem garantia democrática da participação. Isto vem acontecendo não só a nível nacional, mas em cadeia, tb com os estados e municípios e em todos os segmentos, não só de C/A. Importante este alerta, feito pela JUssara e agora pela conselheira Edna.

- **Edmundo - 28/11/2020 17:02**

Grande Cláudio! Honra contar com sua participação.

- **Ana Paula - 28/11/2020 17:02**

Salve Claudio Vieira, companheiro aguerrido aqui do RJ.

- **Alice - 28/11/2020 17:04**

Boa tarde a mesa e todos os participantes. Jussara se tratando de políticas públicas, qual o papel do CMDCA? Sabemos que ele é responsável pelo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar. As reuniões são somente para discutir destinação do fundo ou distribuição? Eles não teriam que discutir e implantar políticas públicas? Muitos conselheiros só estão nestas reuniões para votar contra ou a favor, uma vez no mês?

- **Marco Antonio Soares - 28/11/2020 17:10**

Pergunta: Como vocês avaliam o fato do Fundo Nacional DCA estar com saldo de mais de R\$ 100 milhões retido, sem o Conanda poder utilizar um centavo para a política à qual foi constituído? Isso, talvez, revelaria a não "prioridade absoluta" na política pública? Obrigado

- **FRANCISCO - 28/11/2020 17:13**

FRA NCISCO CANINDE LEANDRO CMDCA LAGOA NOVA /RN

- **Hélio Fogaça - 28/11/2020 17:23**

Parabéns pelas exposições. Pergunto como os gestores/as municipais de município de pequeno porte(até 10 mil habitantes), podem buscar recursos para a execução nas políticas públicas, destinados a criança e adolescentes? Sendo que o fundo de participação dos municípios/FPM não é suficiente, assim eles não conseguem executar suas atividades. E os recursos cofinanciados(SUAS,SUS e eoutros) não são suficientes. Sendo que é de extrema importância a formação para os conselheiros de direito, conselho tutelar e todo o sistema de garantia de direito/SGD. É preciso ter mais aplicação do FIA nessa formação?Hélio Fogaça/Goiânia/Goiás/CEDCAGO.

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 28/11/2020 17:28**

Carlos Mikael, delegado de Natal/RN.

- **Alice - 28/11/2020 17:30**

Ótima explanação Claudio, obrigada 🙏🙏🙏🙏

- **ERIVALDO - 28/11/2020 17:30**

Antonio Erivaldo Calixto da Silva delegado Representando a Sociedade Civil

- **ERIVALDO - 28/11/2020 17:31**

Taboleiro Grande RN

- **Odila Maria - 28/11/2020 17:35**

Parabéns a organização e aos palestrantes.

- **Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - 28/11/2020 17:39**

Ótimas perguntas... Conselheiro Tutelar deveria ter direito a voto nas reuniões mensais do CMDCA... O que acham dessa inclusão? E aproveito para parabenizar a todos os envolvidos nessa maravilhosa Conferência!

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 17:41**

Claudio brilhante explanação.

- **Luciano Antunes de Moura - 28/11/2020 17:43**

A Participação Social é importante. O modelo paritário de Conselho é que sociedade e governo devem manter o diálogo. Mas o que fazer quando uma das partes quer utilizar a paridade do Conselho para sufocar a outra parte e não dialogar para construir a política da criança e adolescente?

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 17:45**

Colegas, indico uma grande Professora, Assistente Social da UFSC, Regina Célia Miotto, ela tem um livro sobre Familismo. Ela defende o seguinte, "O ESTADO PRECISA PROTEGER A FAMÍLIA, PARA QUE ESTA PROTEJA SEUS MEMBROS". Acredito que fica bem claro essa PROTEÇÃO. Proteção Social na execução das Políticas Públicas!

- **Eutália Feitosa - 28/11/2020 17:49**

Boa Tarde, sou Eutália Feitosa de João Pessoa, representante da Remar, Rede Crer Ser, UJS, CCCA/CMDCA-PB e sou Mediadora de Conflitos Escolares pela OAB-PB, pergunta: O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente está distribuído em três eixos estratégicos: Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social. Quais as diferenças entre eles? (poderiam fazer um fala breve sobre esse assunto) Desde já muito Obrigada pela voz

- **Lúcia Flesch - 28/11/2020 17:56**

Parabéns à Comissão Organizadora pelas escolhas qualificadas e potentes das exposições nessa XI CNDCA!!

- **Ana Paula - 28/11/2020 17:56**

Perfeito! Políticas públicas devem ser de ESTADO e não de governo, mudando conforme suas vontades e/ou interesses.

- **Jozeilda Grinauria Menino - 28/11/2020 17:57**

É importante ressaltar que deve haver uma atuação articulada entre os dois conselhos (CMDCA e o Conselho Tutelar), para que se tenha conhecimento das

reais necessidades e potencialidades do município em relação a correta aplicação dos recursos públicos, em prol da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Sendo assim, como fazer para que essa articulação realmente seja efetivada?

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 18:00**

As perguntas que não foram respondidas serão encaminhadas para os palestrantes e assim que responderem serão encaminhadas para os que as fizeram

- **Alice - 28/11/2020 18:03**

Parabéns a comissão organizadora e todos os envolvidos da XI Conferência pela escolha dos palestrantes 🙌🙌🙌

- **ERIVALDO - 28/11/2020 18:05**

como pode ser facilitado a regulamentação do fia em municípios que ja tem CMDCA ?

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 18:08**

Gente deu bug aqui ?

- **Eutália Feitosa - 28/11/2020 18:08**

aqui também

- **Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - 28/11/2020 18:08**

Não esta aparecendo nada só o som ...

- **Davi Sousa Martins - 28/11/2020 18:08**

temos que nos unirmos principalmente setores da sociedade civil para decidirmos como vamos conseguir usar esses fundos que estão presos , para podermos fazer de melhor maneira a fiscalização, defesa e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Davi Sousa Martins Rede Emancipa Educação popular/ CEDCA-RJ

- **Paulo Renys - 28/11/2020 18:09**

Boa tarde a todos.

- **Ana Paula - 28/11/2020 18:10**

também sumiu a transmissão aqui

- **Aline Ferreira - 28/11/2020 18:10**

O de vocês estão normal? Porque o meu não.

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 18:10**

Voltou!

- **Eutália Feitosa - 28/11/2020 18:10**

voltou

- **Ana Paula - 28/11/2020 18:11**

Sim!

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 18:11**

Tivemos um problema com a rede de internet. Voltando a transmissão

- **Graciele Silva de Matos - 28/11/2020 18:12**

Tranquilo, acontecimentos do processo online.

- **Ana Paula - 28/11/2020 18:14**

É isso, Claudio, não tem como ficar tranquilo! Cadê o melhor interesse da criança, previsto e exigido na Convenção?

- **Paulo Renys - 28/11/2020 18:20**

Gente, ainda é o debate do eixo 5?

- **Ana Paula - 28/11/2020 18:21**

Sim! Eixo 5

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 18:22**

simmmmmmmmmmm

- **Paulo Renys - 28/11/2020 18:22**

Ok, Obrigado.

- **Apoio XI CNDCA - 28/11/2020 18:23**

Delegadas e Delegados da XI CNDCA, O 1º momento do Fórum de Propostas está aberto no ambiente virtual da Conferência! Sobre o primeiro momento: O primeiro momento dos fóruns de propostas consiste na apresentação de emendas para qualificar as propostas. Os/as delegados/as poderão sugerir emendas nas propostas, de acordo com o eixo para o qual foram credenciados. As emendas dos/as delegados/ as do eixo serão organizadas para serem apreciadas e votadas na próxima etapa do fórum de propostas. Importante saber que após o

encerramento do primeiro momento do fórum, não será mais possível alterar o conteúdo das propostas. O caderno referente ao primeiro momento estará disponível entre: 18h do dia 28/NOV e 18h do dia 30/NOV.

- **Alice - 28/11/2020 18:24**

Obrigada 🙌🙌🙌

- **Maria Victoria da Silva Chagas - 28/11/2020 18:25**

Foi uma ótima conferência, as respostas foram muito boas e todos os palestrantes foram bem diretos. Parabéns a todos os organizadores

- **Maria Leolina Couto Cunha - 28/11/2020 18:41**

Obrigada!!!

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 1 - Proposta 01

Garantir, preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, **formação continuada** com vistas ao desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, profissionais da saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnico-raciais e culturais, em função dos diversos arcabouços jurídicos que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme entendimento do Decreto 6.040/2007, Resolução do CONANDA 181/2016, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei nº 13.010/2014.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Vitória França Reis - GO **Priorizado por:** Joceliene Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Jackeline - RN **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Camila Tais Zeni - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Everton Kischlat - DF **Priorizado por:** Raul Zinedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emily Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** CRISTIANO - RN **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Berenice - RN **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** WESIA - RN **Priorizado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 1 - Proposta 02

Assegurar acesso à qualificação profissional e/ou ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em serviços de acolhimento para adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos, incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

Priorizado por: Fabiane - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Jackeline - RN **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emily Camila de Souza - MG **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** CRISTIANO - RN **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevit - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA

Eixo 1 - Proposta 03

Garantir, implementar e **efetivar políticas públicas**, considerando a participação das comunidades, voltadas a crianças e adolescentes nas mais diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, cidadania, dentre outras, nos municípios, distritos e aldeias, com orçamento adequado, equipe especializada e os espaços físicos necessários, a fim de que se cumpra o Pacto Federativo, acordos internacionais e convenções ligadas aos direitos humanos, e que as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados na íntegra, respeitando as diversidades locais, culturais, de gênero e identitárias.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Priorizado por:** Edson - RN

Eixo 1 - Proposta 04

Criar planos e protocolos de ação intersetorial, bem como comissões/comitês intersetoriais, em todas as esferas de governo, com reuniões periódicas, a fim de promover a **articulação intersetorial, a transversalidade e a integração de políticas públicas** voltadas a crianças e adolescentes, em todas as áreas de atuação, bem como a ampliação do acesso à informação sobre as políticas públicas já existentes, garantindo a participação de crianças e adolescentes em suas atividades e o monitoramento pelos Conselhos de Direitos.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Jackeline - RN **Priorizado por:** Roberto Wagner - DF **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Sylma Cintra de Souza - AM

Eixo 1 - Proposta 05

Assegurar a contratação de **equipes multiprofissionais para atuação em todas as instituições de ensino**, com profissionais como assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, enfermeiros/as, nutricionistas e psicopedagogos/as, para acompanhamento das crianças e adolescentes, atendimento às situações de vulnerabilidade social, melhoria do processo de aprendizagem e garantia da inserção de conteúdo sobre as diversidades socioculturais, em consonância com a Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/07, de acordo com as necessidades, potencialidades e diversidade de cada território/região, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, buscando a melhoria da qualidade de vida desta população e o combate ao racismo estruturante.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Jackeline - RN **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Vinicius Mendonça - CE **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Emily Camila de Souza - MG **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** CRISTIANO - RN **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Sylma Cintra de Souza - AM **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 1 - Proposta 06

Incluir, na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e temas transversais referentes à cidadania, Ética, Saúde, Educação Ambiental, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural, educação financeira, acessibilidade de pessoas com deficiência e diversidades étnico-raciais, sexuais e religiosas, bem como assegurar o retorno das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Artes como obrigatórias na grade curricular, garantindo a utilização de novas tecnologias, metodologias ativas e mídias sociais e a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, resguardando na íntegra os princípios da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Jackeline - RN **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Vinicius Mendonça - CE **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** William Azevedo - SE **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Rúbia Karen

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

Provensi - SC **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 1 - Proposta 07

Realizar **diagnósticos, mapeamento e sistematização de dados** de toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, como forma de assegurar a integração das políticas públicas voltadas a esse público, nas mais diversas áreas, bem como garantir que a construção e o financiamento das políticas públicas sejam elaborados com base em diagnósticos locais, levando em consideração as maiores incidências de vulnerabilidades e violações de direitos, a fim de eleger as prioridades para nortear as ações da política de atendimento, com respeito às especificidades e diversidades, contando com a participação das famílias e das crianças e/ou adolescentes, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** LUANA GABRIELLA - RN **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Emily Camila de Souza - MG **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Berenice - RN **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 1 - Proposta 08

Assegurar a **acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência**, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a programas voltados à cultura, esporte, lazer e cidadania, bem como às escolas, garantindo a adaptação dos espaços para tornar as instituições acessíveis a todos, incluindo a contratação de cuidadores e a formação e capacitação dos profissionais, assim como das outras crianças e adolescentes a fim de permitir o convívio e a interação social, cumprindo o Estatuto das Pessoas com Deficiência em toda a rede de ensino.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Raylson - RN **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** CRISTIANO - RN **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 1 - Proposta 09

Fortalecer o **SGD- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, resolução 113 do CONANDA, por meio da intersetorialidade e transversalidade entre todos os órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção, incluindo órgãos Municipais, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas e Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos com deficiência, vítimas de violências, negros/as, LGBT, população do campo, florestas, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos indígenas.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Vitória França Reis - GO **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Juliana Lanzaolini - PR **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Vinicius Mendonça - CE **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimdt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emily Camila de Souza - MG **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 1 - Proposta 10

Manter, ampliar e fortalecer a **Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes, garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação e qualificação da oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com deficiência, em articulação com os órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Vinicius Mendonça - CE **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevit - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA

Eixo 1 - Proposta 11

Garantir a implantação e o funcionamento do **Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA)**, do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPIA CT) e Módulo SINASE (SIPIA SINASE), como uma política de Estado e não de governo, observando as especificidades tecnológicas de cada região, a fim de assegurar a integração das informações entre municípios, estados, CONANDA, CEDCAs e Conselhos Tutelares no que diz respeito às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, nas mais diversas áreas, com aporte dos recursos necessários para esse fim.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Vitória França Reis - GO **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** CRISTIANO - RN **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Berenice - RN **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 1 - Proposta 12

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

Implantar o conceito de “**Escolas Abertas**”, de modo que as escolas já existentes sirvam como espaços de convivência e formação para a cidadania, com atividades de esporte, cultura, lazer, inclusão digital e rodas de discussão de temáticas como: *bullying*, opressão, racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, diversidades étnico-raciais e culturais, o fomento do canal de denúncias Disque 100, e assegurar equipes profissionais, com psicólogos e/ou psiquiatras, que cuidem da saúde mental dos/as alunos/as, a fim de potencializar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar, além de sua participação nas discussões de temas que os afligem.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Juliana Lanzaerini - PR **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC

Eixo 1 - Proposta 13

Criar, ampliar, equipar e conservar **espaços públicos** em todos os territórios, a fim de oferecer às crianças e adolescentes locais para a realização de **atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas** e também a adequação de espaços para atividades paradesportivas e de lazer e participação social, preferencialmente promovendo escuta às crianças e adolescentes do território em relação aos referidos espaços e atividades, buscando promover o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o reconhecimento e a valorização da diversidade, a inclusão social, o combate ao racismo estrutural e o enfrentamento às demais violências no contexto da infância e da adolescência no Brasil, garantindo assim um lugar seguro na comunidade e no meio inserido.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Vitória França Reis - GO **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Vinicius Mendonça - CE **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 1 - Proposta 14

Construir uma cultura de **igualdade, liberdade e respeito à diversidade** em todos os âmbitos da sociedade, por meio de ações como campanhas de conscientização, fóruns, oficinas e rodas de conversa, garantindo o diálogo sobre novos arranjos familiares, com envolvimento das famílias, igrejas e sociedade em geral e a inclusão de representantes das diversas representações da diversidade nos Conselhos de Direitos.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Ieda Guerci - MG

Eixo 1 - Proposta 15

Realizar **concurso público** para contratação de equipes multiprofissionais nos conselhos tutelares, unidades de ensino, serviços socioassistenciais, SINASE, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Judiciário, nas três esferas de governo, como forma de melhorar o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados e efetivar o Sistema de Proteção, obedecendo a critérios técnicos e legais. Na demora do certame, garantir recursos financeiros para realizar a contratação destes profissionais, enquanto aguardam oficialização de sua efetivação.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Lucimária - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Neide Soares - MG

Eixo 1 - Proposta 16

Promover políticas públicas para a **prevenção e acompanhamento da drogadição, gravidez infantojuvenil e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)**, garantindo a criação de Centros Regionais de Especialidades de Saúde, compostos por equipes multiprofissionais, para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violências, com prioridade para aqueles com deficiências, doenças crônicas e síndromes raras, contando com a participação familiar, incluindo os grupos chamados minoritários que estão invisibilizados pela atenção básica das políticas universais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Emily Camila de Souza - MG **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF

Eixo 1 - Proposta 17

Garantir a **divulgação das ações, serviços e políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes**, assegurando ações direcionadas às crianças e adolescentes com deficiência e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como forma de assegurar o acesso desses grupos às políticas públicas e aos espaços de discussão existentes, bem como promover a conscientização da população e dos profissionais que atuam nessas áreas, por meio de palestras, teatro, cursos profissionalizantes e eventos voltados ao esporte, dentre outros.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC

Eixo 1 - Proposta 18

Construir, implementar e/ou ampliar **Centros Especializados de Reabilitação (CER)**, nas três esferas de governo, para atendimento municipalizado ou regionalizado de crianças e adolescentes, prioritariamente aqueles com deficiências, garantindo equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, educador social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, arteterapeuta, psicopedagogo, fonoaudiólogo, intérprete de libras, nutricionista e médicos com especialidades em neurologia e psiquiatria, com capacitação permanente, considerando as peculiaridades regionais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Eixo 1 - Proposta 19

Ampliar e fortalecer as redes do SUS (Sistema único de Saúde) e do SUAS (Sistema único de Assistência Social) de modo a garantir o atendimento às crianças e adolescentes, ampliando, no âmbito do SUS, a oferta de **Residências Terapêuticas** para crianças e adolescentes e **Unidades de Acolhimento (UA)** Infantojuvenis e, no âmbito do SUAS, a oferta de **Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes** com foco na implementação da oferta de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviços de Acolhimento Conjunto para Mães e Filhos, garantindo cofinanciamento federal, estadual e municipal suficiente para a oferta qualificada dos serviços, incluindo a possibilidade de oferta por meio de consórcio de municípios e ofertas regionalizadas.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Berenice - RN **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR

Eixo 1 - Proposta 20

Criar e implementar, por meio de novas adesões, **Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi)** nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o repasse fundo a fundo do cofinanciamento aos municípios.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Vitória França Reis - GO **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado**

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

por: Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Kelya Costa Alves - PA **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Berenice - RN **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Edson - RN **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 1 - Proposta 21

Ampliar e subsidiar o **Programa Saúde na Escola (PSE)**, incluir componentes de direitos humanos e monitorar a execução das doze ações dos componentes 1 e 2 do mesmo.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Raylson - RN **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Emily Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 1 - Proposta 22

Aprimorar as leis educacionais e as políticas públicas, com a participação do Sistema de Garantia de Direitos, para que crianças e adolescentes tenham o adequado desenvolvimento em seu período escolar.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Camila - MG **Priorizado por:** Daniel - MG

Eixo 1 - Proposta 23

Construir, implementar e garantir a efetiva aplicação dos **Planos Decenais Estaduais e Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**, articulando todos os setores das políticas públicas de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: João Silva Lima - AC

Eixo 1 - Proposta 24

Fortalecer a equipe multiprofissional das escolas de Educação Infantil, incluindo profissionais como assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, orientadores pedagógicos e fisioterapeuta no quadro de profissionais da educação básica, a fim de permitir a **identificação precoce e devida intervenção em casos de dificuldades de aprendizagem**, transtornos relacionados a infância, vulnerabilidades sociais e emocionais, e de atuar em conjunto aos demais profissionais a fim de prevenir qualquer situação que possa interferir na aprendizagem e permanência do aluno na escola.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL

Eixo 1 - Proposta 25

Implementar uma política nacional de atendimento a **crianças, adolescentes e jovens que estejam em processo e/ou situação de rua** e que utilizam os espaços e vias públicas como locais de trabalho, subsistência e moradia, com cofinanciamento entre estados, municípios e o Governo Federal.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.

2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1

3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.

4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Apoio XI CNDCA - AL - 08/12/2020 09:07

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas. 2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele. 3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA. Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Érica Gabriele Boiano - PR - 09/12/2020 16:25

Atentem-se à Proposta 16, assunto urgente...

Daira - SC - 08/12/2020 19:07

Peço que dêem uma atenção especial à proposta de número 6 que diz respeito à mudança da BNCC. Essa proposta é incrível, porque com base em estatísticas, nossa educação é uma das piores e mais antiquadas do mundo. Precisamos fazer algo para revolucionar isso, com a priorização de vocês, isso será possível. Todas essas "novas matérias" a serem implantadas são muito além do que parecem, são elas que vão retirar o preconceito contra várias diferenças da nossa raiz, então não levem em consideração apenas a crença individual de cada um de vocês, mas o que isso, como um todo, mudaria na nossa sociedade.

Riane Reis da Silva - PA - 08/12/2020 20:58

Peço também que observem a proposta 10, pois o governo federal está desfinanciando e enfraquecendo a política de assistência social e o SUAS que é essencial para crianças e adolescentes. Isso é perceptível pelo aumento das vulnerabilidades e violações de direitos que a população vem sofrendo, em especial a infância e adolescência.

Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:54

As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.

Cleide Nogueira - MG - 09/12/2020 15:35

Propostas excelentes, parabéns.

Berenice - RN - 09/12/2020 16:25

Como atentei no primeiro momento, existem duas propostas com a mesma finalidade, a única palavra que acrescentaram foi a palavra intersetorialidade, que já havia sido contemplado no texto, quando faz menção a educação, saúde, aos órgãos de defesa e proteção, e para minha surpresa as duas estão entre as mais votadas... mas enfim, creio que no final iremos sair perdendo, pois levaremos uma proposta a menos, podendo levar mais uma com conteúdo diferenciado!!

Berenice - RN - 09/12/2020 16:29

Falo da proposta 01 e 09

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 1
Edson - RN - 09/12/2020 17:07 Boa tarde!

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 2 - Proposta 01

Efetivar, ampliar e articular as **redes de proteção** e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Anthony Almeida dos Santos - RJ **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Sebastião Junior Dias Vargas - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Emmelly - RN **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - PE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Edivânio - RN **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** William Azevedo - SE **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Leandro Müller - PR **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevit - RS **Priorizado por:** Umberiana - RN **Priorizado por:** WESIA - RN **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** LÚCIA AQUINO - RN **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 2 - Proposta 02

Assegurar, de forma permanente e continuada, a **formação e capacitação** de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção, no Sistema de Garantia de Direitos e na assistência social, tais como CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento, inclusive profissionais da educação, da saúde, do sistema de justiça, da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Priorizado por: Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - PE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Edivânio - RN **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Kelvian Costa Alves - PA **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** LÚCIA AQUINO - RN **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 2 - Proposta 03

Promulgar o projeto de Lei n° 3688/2000, para incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **equipes multiprofissionais nas escolas**, compostas por assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, via concurso público, estabelecendo prazo de no máximo 1 (um) ano para que seja readequado o quadro de funcionários, segundo a legislação, fixando o número de vezes por semana e horários mínimos para o atendimento. Assegurando capacitação e integração das equipes pedagógicas existentes e os contratados mediante a Lei, para que sejam definidos objetivos, finalidades e garanta a interdisciplinaridade.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Emmelly - RN **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Edivânio - RN **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Leandro Müller - PR **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 2 - Proposta 04

Criar um protocolo de atendimento específico a rede de atendimento, elencando o fluxo dos procedimentos para atender as situações em comum e avançar no sentido de prevenção e proteção. Desenvolver ações continuadas de **prevenção, identificação e enfrentamento das violências** contra crianças e adolescentes, com debate direcionado em dois aspectos, o da promoção ou ameaça e suspeita, onde as situações devem ser observadas quando na sua gênese; e o da proteção, quando as violências aparecem já instaladas, considerado como violação grave, abordando temas como gravidez na

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

adolescência, bullying, automutilação, suicídio, discriminação de gênero, sexual, étnica e racial, bem como de pessoas com deficiência e pessoas LGBT, trabalho infantil, violência física, psicológica, institucional, patrimonial, cyberbullying e letalidade.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Uemberiana - RN **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** LÚCIA AQUINO - RN **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 2 - Proposta 05

Implementar com destinação orçamentaria específica, as ações decorrentes à aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada), criando fluxos de trabalho e protocolos intersetoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificada e proveniente de concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, principalmente a violência sexual, evitando com isso a revitimização.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Everton Kischlat - DF **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Leandro Müller - PR **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 2 - Proposta 06

Desenvolver e promover campanhas, projetos e ações preventivas a diferentes seguimentos da comunidade, voltadas para a **informação e sensibilização** de crianças, adolescentes, famílias, comunidades, sociedade e poder público, abordando temas como: gravidez na adolescência; bullying; suicídio; discriminação étnica, racial e de

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

gênero; trabalho infantil; violência física, sexual, psicológica, institucional, patrimonial e letalidade, de modo a promover o conhecimento das leis de proteção, locais de atendimento territoriais e procedimentos para realizar denúncias de ameaça e/ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daira - SC **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Umberiana - RN

Eixo 2 - Proposta 07

Implantar, de forma integrada, o **Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA)** como política de Estado, visando a coleta descentralizada de dados e a produção e divulgação de indicadores e diagnósticos capazes de guiar as políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes. Garantir recursos para a efetivação e manutenção do SIPIA, bem como para a formação dos profissionais vinculados aos órgãos de proteção que alimentam e acessam o sistema.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Emmelly - RN **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR

Eixo 2 - Proposta 08

Promover e garantir o **acesso à justiça** para crianças e adolescentes, por intermédio do fortalecimento das varas e promotorias de infância e juventude, das defensorias públicas e das delegacias especializadas, assegurando a agilidade, a humanização no atendimento e a desburocratização na condução dos processos, priorizando o atendimento em até 24 horas e ampliando, através de concursos públicos, as equipes multiprofissionais no Sistema de Justiça e na Segurança Pública.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Adriane - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Leandro Müller - PR **Priorizado por:** João Silva Lima - AC

Eixo 2 - Proposta 09

Incluir conteúdos no currículo da educação básica e do ensino superior, principalmente nos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Serviço Social, Direito, Psicologia e área da saúde, que promovam a cultura da paz, sob as perspectivas da **Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos**.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Eixo 2 - Proposta 10

Criar, ampliar e fortalecer os **canais de denúncia** que visam inibir a violação de direitos das crianças e adolescentes, entre eles, fortalecer o Disque 100, garantindo profissionais capacitados para atender as especificidades culturais, regionais, identitárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e afrodescendentes) e as pessoas com deficiência.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 2 - Proposta 11

Promover formação, campanhas e ações educativas permanentes de **combate às diversas formas de preconceito e discriminação** contra crianças e adolescentes, tais como: racismo; intolerância religiosa; xenofobia; LGBTfobia; *bullying*; discriminação sexual, de gênero, político-partidária, contra pessoas com deficiência e população em situação de rua, bem como contra adolescentes em acolhimento institucional e cumprindo medidas socioeducativas, envolvendo todos os atores da rede de proteção, articulando um debate amplo nas três esferas do poder e construindo ações preventivas e integradas nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer e segurança pública.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** João Silva Lima - AC

Eixo 2 - Proposta 12

Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as **delegacias especializadas** no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que garantam atendimento em tempo integral e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de vítimas e/ou testemunhas de violência e que haja comprometimento das três esferas de governo, priorizando a obrigatoriedade do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Anthony Almeida dos Santos - RJ **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Priorizado por: Edimarane - MG **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Kelvian Costa Alves - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF

Eixo 2 - Proposta 13

Realizar ações e campanhas educativas, em plataformas públicas ou de meios de comunicação, para garantir o uso **seguro das novas tecnologias**, prevenindo situações de risco como cyberbullying, exposição à pornografia e outras formas de violência virtual.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 2 - Proposta 14

Ampliar as ações e fortalecer as políticas de **saúde mental**, desde a perspectiva da prevenção, envolvendo a área da saúde, escolas municipais, estaduais, distritais, federais e demais instituições, promovendo atendimento especializado e humanizado, para crianças, adolescentes e familiares, para os variados tipos de sofrimentos mentais: depressão, automutilação, tentativas de suicídio e traumas, entre outros.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Fabiane - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Anthony Almeida dos Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC

Eixo 2 - Proposta 15

Tornar o Programa de **Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)** uma política pública de Estado, alinhada com um Plano Nacional de

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infantojuvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos *Direitos Humanos* e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato, por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Anthony Almeida dos Santos - RJ **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Sebastião Junior Dias Vargas - RS **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - PE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Edivânio - RN **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 2 - Proposta 16

Garantir os direitos das crianças e adolescentes dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando o financiamento para a execução de programas e projetos nas escolas e espaços públicos e formação dos profissionais da rede de proteção para atender as especificidades culturais, regionais e identitárias.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas -

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Sebastião Junior Dias Vargas - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Emmelly - RN **Priorizado por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - PE **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA

Eixo 2 - Proposta 17

Incluir os direitos fundamentais da criança e do adolescente na **grade curricular** das escolas e propor a criação de projeto de lei que altere os artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas à inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente como componente curricular obrigatório na Educação Básica.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Sebastião Junior Dias Vargas - RS **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 2 - Proposta 18

Aprimorar e criar uma lei nacional sobre o funcionamento e atendimento dos **Conselhos Tutelares**, garantindo infraestrutura, financiamento e capacitação adequados, além de valorização profissional, igualando o salário a um piso nacional, e criação de equipe multiprofissional para apoio técnico, contemplando os profissionais do serviço social, psicologia, direito e pedagogia.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Edivânio - RN **Priorizado por:** Neide Soares - MG **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM

Eixo 2 - Proposta 19

Fortalecer ações de **segurança pública nas escolas** baseadas na filosofia do Policiamento Comunitário, onde os profissionais que atuem nas rondas de patrulha escolar recebam formações específicas em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente e enfrentamento de discriminações. Além disso, assegurar ouvidoria ou espaço adequado focado na prevenção de violências e diálogo sobre violência policial.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: LÚCIA AQUINO - RN

Eixo 2 - Proposta 20

Garantir a **participação de crianças e adolescentes** na rede de proteção, formando o público infantojuvenil nas temáticas voltadas à prevenção das violências, realizando campanhas de prevenção organizadas pelo público infantojuvenil em parceria com os órgãos competentes e envolvendo os adolescentes em atividades culturais, debates, palestras e movimentos juvenis, entre outros.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Anthony Almeida dos Santos - RJ **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM

Eixo 2 - Proposta 21

Realizar, com financiamento governamental, **mapeamentos e diagnósticos** socioterritoriais das diversas violências sofridas por crianças e adolescentes, a fim de orientar a elaboração qualificada de políticas públicas de prevenção e enfrentamento dessas violências em todos os estados, municípios e Distrito Federal.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Sebastião Junior Dias Vargas - RS **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC

Eixo 2 - Proposta 22

Garantir o estabelecimento de um **protocolo internacional de atenção, defesa e proteção**, com todos os países que dividem fronteiras com o Brasil, para o combate à exploração sexual, exploração sexual no turismo, tráfico de crianças e adolescentes e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS

Eixo 2 - Proposta 23

Promover uma política pública nacional efetiva para **prevenção ao uso de drogas** psicoativas com e sem substâncias, incluindo a formação continuada dos profissionais da rede de proteção acerca desta matéria e fortalecer as políticas que valorizem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes nas áreas de esporte, música, artes e na profissionalização.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Sérgio - SC **Priorizado por:** LÚCIA AQUINO - RN

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Eixo 2 - Proposta 24

Formular e/ou implementar os “Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais” (PPPI) e “Projetos Políticos Pedagógicos” (PPP) nas Unidades de Atendimento, conforme preconiza a legislação pertinente.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Eixo 2 - Proposta 25

Garantir acesso à **educação sexual**, de acordo com a faixa etária, através de práticas pedagógicas, nas escolas e instituições sociais, de forma continuada, com profissionais especializados de toda rede de atendimento para crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Adriane - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Emmelly - RN **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - PE **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - GO **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Leandro Müller - PR **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 2 - Proposta 26

Implantação de serviços, a nível municipal, estadual e nacional, por meio de **cuidador/a**, em ambientes hospitalares, postos de saúde ou equipamentos afins, para atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes que estiverem desacompanhadas dos pais ou responsáveis, sobretudo, visando de forma lúdica e profissional garantir a saúde mental da criança e adolescente.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 2 - Proposta 27

Realizar concurso público para Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, a fim de complementar o quadro de servidores para atividades-meio e atividades-fim, com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar o atendimento de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados e suas famílias, obedecendo a critérios técnicos e legais.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Raylson - RN **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC

Eixo 2 - Proposta 28

Implantar um **centro integrado de atendimento** humanizado e especializado às crianças e adolescentes vítimas de violências, com profissionais, priorizando os casos denunciados pelo Disque 100 e demais canais de denúncia.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Gislane Santos Dias de Jesus - RO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

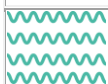
1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 2
Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos. 
Apoio XI CNDCA - AL - 08/12/2020 09:07 1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas. 2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele. 3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA. Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.
Cleide Nogueira - MG - 09/12/2020 16:14 Excelentes propostas, parabéns.
Emmelly - RN - 09/12/2020 00:11 😊😬
Alice - SC - 09/12/2020 08:14 Bom dia colegas! Venho pedir a vcs atenção em especial a proposta 04, onde fala sobre criar e implantar um protocolo de atendimento. É muito importante esta proposta porque a pessoa que receber a denúncia vai saber o que fazer com a situação...vai agilizar o atendimento.
Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:55 As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.
LÚCIA AQUINO - RN - 09/12/2020 17:24 Francisca Lúcia Aquino de Paula-Mossoró-RN-ADEFIM

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 3 - Proposta 01

Promover a **captação de recursos** para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos que abordem: dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas de acordo com o art. 260 do ECA; mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos, bem como todas as multas decorrentes de violações de direitos humanos que envolvam crianças e adolescentes; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais; porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais; entre outros, assegurando

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Dulcineia Scaratti - SC **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevit - RS **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 3 - Proposta 02

Ampliar a destinação de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal, de modo a possibilitar o fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes e garantir os direitos estipulados no ECA, assegurando previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e propondo legislação que defina percentual mínimo obrigatório do orçamento público e de outras fontes, como loterias e royalties da exploração dos recursos naturais, para as políticas públicas destinadas à infância e adolescência, nas três esferas de governo.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:**

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** William Azevedo - SE **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 3 - Proposta 03

Garantir os recursos necessários para a implantação e manutenção de uma política de **formação e capacitação permanente** de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo conselheiros, servidores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e as próprias crianças e adolescentes, a respeito do tema da gestão financeira, de modo a aprimorar sua participação no processo de construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público e a aperfeiçoar a administração dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Dulcineia Scaratti - SC **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** João Silva Lima - AC

Eixo 3 - Proposta 04

Garantir o repasse de percentual mínimo, a ser definido em Lei, do orçamento público das três esferas de governo para os **Fundos da Infância e Adolescência**, tornando obrigatórias a criação e manutenção do FIA e a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) nos municípios, estados, Distrito Federal e União, além de promover, por meio de campanhas informativas e outras ações, que recursos de outras origens, como doações deduzidas do imposto de renda e valores oriundos de multas, ações e precatórios, sejam destinados à área da infância e adolescência, de forma a efetivar a prioridade absoluta no ciclo orçamentário no que se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Joceliene Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Odila Maria - RO

Eixo 3 - Proposta 05

Atuar junto ao sistema de justiça e órgãos aplicadores de **multas** nos municípios, estados, Distrito Federal e União, a fim de garantir que os valores oriundos de **penalidades administrativas**, multas de trânsito e outras sanções pecuniárias

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

relacionadas a processos sob sua responsabilidade sejam revertidos aos Fundo da Infância e da Adolescência, que devem possuir autonomia na gestão de tais recursos.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 3 - Proposta 06

Avançar na priorização e na democratização das finanças públicas para a área da infância e adolescência, estimulando a **participação da sociedade civil** organizada nos processos decisórios orçamentários, conforme preconiza o ECA, por meio da ampliação de mecanismos de participação popular, em especial de crianças, adolescentes e jovens, nos espaços de construção das peças do ciclo orçamentário (Orçamento da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), de modo a garantir a participação ativa da sociedade em geral na construção, priorização, destinação, monitoramento e avaliação do orçamento público destinado a crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA

Eixo 3 - Proposta 07

Garantir a **transferência de recursos** fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, Distrito Federal e União) e assegurar os repasses a estados, municípios e Distrito Federal, dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado**

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

por: Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 3 - Proposta 08

Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a **revogação da Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências", a qual congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Total de Priorizações: 0 Prioriações

Priorizado por: Dulcinea Scaratti - SC **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

Priorizado por: Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** WESIA - RN **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

Eixo 3 - Proposta 09

Garantir aos Conselhos de Direitos e Tutelares participação ativa na fiscalização do orçamento público (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) no que concerne à administração dos recursos voltados para criança e ao adolescente, garantindo o **controle social** do ciclo orçamentário e dos recursos dos Fundos da Infância e Adolescência, com acompanhamento dos órgãos públicos pertinentes, como os Ministérios Públicos Estaduais, Distrital e Federal; Tribunais de Contas, Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Juliana Lanzaolini - PR **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiy - PR **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 3 - Proposta 10

Garantir a implantação do **Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA)** nas três esferas de governo (estados, municípios, Distrito Federal e União), considerando o princípio constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente (Art. 227 da Constituição Federal), garantindo a visibilidade das dotações destinadas à infância e adolescência e assegurando a participação qualificada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a priorização de grupos vulneráveis.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC

Eixo 3 - Proposta 11

Destinar percentual mínimo, a ser definido, de **recursos das emendas parlamentares** estaduais, distritais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

Priorizado por: Raylson - RN **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 3 - Proposta 12

Garantir no orçamento das três esferas - federal, estadual, municipal e distrital - a elaboração e divulgação de um **diagnóstico periódico sobre o atendimento a crianças e adolescentes**, reconhecendo as diversidades regionais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 3 - Proposta 13

Fomentar as formas de financiamento para as políticas de educação, saúde e assistência social e para o Fundo da Infância e Adolescência, garantindo para esse fim a destinação de percentual mínimo dos **royalties do petróleo e do minério**, a ser definido por meio de Lei Federal.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Fabiane - PR

Eixo 3 - Proposta 14

Ampliar e fortalecer o **diálogo intersetorial** entre os órgãos gestores das políticas públicas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes nos orçamentos da saúde, assistência social, educação, esporte e lazer, entre outros, de modo a aprimorar a gestão do orçamento público nas diversas áreas, a fim de evitar duplicidade de ação e de garantir previsão orçamentária.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA

Eixo 3 - Proposta 15

Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as **diversidades socioterritoriais** de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo a transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios que prestam atendimento emergencial a estes grupos, bem como para o Distrito Federal.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thais Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Emily Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevit - RS **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Mônica Barbosa Macedo - MS **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC **Priorizado por:** Tania Regina Comerlato - MS

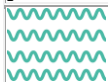
Eixo 3 - Proposta 16

Ampliar o orçamento destinado ao **Fundo Municipal/Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDCA)**, fazendo constar nas leis de diretrizes orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, um índice percentual da arrecadação de tributos de cada ente para os fundos municipais, incluindo recursos oriundos de multas e outra indenizações devidas ao poder público.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3
Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG Priorizado por: Valéria - PR Priorizado por: Fabiane - PR Priorizado por: Lucimária - MG Priorizado por: Priscilla Silva - GO Priorizado por: Gabriel Silva Luciano - BA Priorizado por: Joceliete Vicentini Alves Martins - GO Priorizado por: Janaina - PR Priorizado por: Adriane do Nascimento Greskiv - PR Priorizado por: José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL Priorizado por: Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC Priorizado por: Douglas Santos Santana - SE Priorizado por: Maria Angelica Pimenta - SC
Eixo 3 - Proposta 17 Garantir o repasse fundo a fundo dos recursos, de forma regular e sistemática, para programas, serviços e projetos, bem como ampliar o investimento para contratação de equipe técnica, capacitação de profissionais, para criação e manutenção do SINASE, construção e manutenção dos CMEIS e pagamento dos trabalhadores do SUAS, sem implicar na folha de pagamento dos municípios e Distrito Federal. Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Dulcineia Scaratti - SC Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR Priorizado por: Jeniffer Fonseca da Silva - MS Priorizado por: Marta Nileni Alves Gomes - RS
Eixo 3 - Proposta 18 Ampliar o direito dos estudantes sobre o acesso à cidade, através da gratuidade do transporte público, viabilizando o acesso à cultura e intercâmbio estudantil, de forma a promover a participação social das crianças e adolescentes, incluindo e garantindo a execução da dotação orçamentária municipal, estadual e distrital para esse público. Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO Priorizado por: Saturnina Pereira da Silva - RJ
Eixo 3 - Proposta 19 Que o Governo Federal, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), destine 10% a mais aos estados da região norte e nordeste (Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FPE/FPM), considerando a sua diversidade social, cultural e geográfica. Total de Priorizações: 1 Priorização Priorizado por: João Silva Lima - AC
Eixo 3 - Proposta 20 Prover o financiamento para plano de gestão voltado ao atendimento a crianças e adolescentes em âmbitos municipal, estadual e distrital bem como o custeio de projetos voltados para arte, cultura, esporte e socioaprendizagem. Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Dulcineia Scaratti - SC Priorizado por: Fabiane - PR Priorizado por: Raylson - RN Priorizado por: Priscilla Silva - GO Priorizado por: Joceliete Vicentini Alves Martins - GO Priorizado por: Ieda Guerri - MG Priorizado por: Juliana Lanzarini - PR Priorizado por: Sérgio - SC Priorizado por: Mara Maria Valandro - RS Priorizado por: José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL Priorizado por: Adriane do Nascimento Greskiv - PR

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3

Priorizado por: Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Adriana Amarante Evangelista - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Apoio XI CNDCA - AL - 08/12/2020 09:08

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas. 2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele. 3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA. Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:55

As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 3
--

é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.
--

Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:55

As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Eixo 4 - Proposta 01

Garantir e fortalecer a **participação de crianças e adolescentes** nas diversas instâncias colegiadas e deliberativas de discussão e definição sobre políticas públicas destinadas à promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo conselhos escolares, conselhos de políticas setoriais, CMDCA, CECA e CONANDA, assegurando a descentralização das reuniões dos conselhos municipais e estaduais e o direito de crianças e adolescentes de serem eleitos como delegados/as das conferências municipais, estaduais e nacionais e de terem voz e voto nos Conselhos de Direitos, para que expressem suas ideias e opiniões na elaboração de temas pertinentes a eles/as, assegurando o cumprimento das deliberações contidas nas resoluções nº 159/2013 e 191/2017 do CONANDA, que dispõem sobre a participação de crianças e adolescentes.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Nidja Rayla - PB **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Eutália Feitosa - PB **Priorizado por:** baica - MA **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Thalita Silva Nogueira - RJ **Priorizado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** William Azevedo - SE **Priorizado por:** Angela Faletti - PR **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Odila Maria - RO

Eixo 4 - Proposta 02

Implementar e divulgar, em nível nacional, **espaços e ferramentas virtuais** (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA's e CEDCA's.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** baica - MA **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Thalita Silva Nogueira - RJ **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Priorizado por:** Beto

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Hudson - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Ana Clara Marchi de Oliveira - MT **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 4 - Proposta 03

Garantir, por meio de legislação, a **presença de crianças e adolescentes nos organismos de formulação, execução e controle social de políticas públicas**, de modo a garantir e ampliar sua efetiva participação e protagonismo na construção e fiscalização das políticas voltadas à sua proteção integral, assegurando a implementação de programas de formação sobre temas relacionados às políticas públicas, considerando a representação das diversidades socioculturais e incluindo crianças e adolescentes em medidas protetivas e socioeducativas.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** baica - MA

Eixo 4 - Proposta 04

Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas, rurais e em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática adequados, **amplo acesso à Internet** e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos, com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e à efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** baica - MA **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Everton Kischlat - DF **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Angela Faletti - PR **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Marcela - DF

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Priorizado por: Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Julia Rebeca Noronha Costa - MA **Priorizado por:** Ana Clara Marchi de Oliveira - MT **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 4 - Proposta 05

Instituir, ampliar e qualificar **espaços coletivos de convivência** para crianças e adolescentes já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil. Ampliar os recursos para políticas públicas de assistência social, educação e cultura, de modo a fazer com que estes espaços sejam usados tanto para a participação quanto para evitar que as crianças e adolescentes se coloquem em situações de risco.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** baica - MA **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thais Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Angela Faletti - PR **Priorizado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Priorizado por:** Nidja Rayla - PB **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 4 - Proposta 06

Promover **atividades culturais, rodas de conversa, momentos de discussão do ECA e projetos de intercâmbio e troca de experiências nas escolas públicas e privadas**, como parte integrante do conteúdo pedagógico, envolvendo as crianças e adolescentes na organização, planejamento e execução desses momentos, de forma a possibilitar a formação cidadã de crianças e adolescentes, incentivando a participação das famílias e da comunidade, estimulando o respeito, a liberdade de expressão, diversidade e o protagonismo juvenil de forma contínua.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 4 - Proposta 07

Garantir todas as condições necessárias para a criação, o fortalecimento e a estruturação de **grêmios estudantis** nas escolas públicas e privadas, viabilizando a discussão de propostas elaboradas pelos estudantes e sua representatividade, conforme dispõe o art. 53, inciso IV do ECA, de modo a fomentar a participação social, o exercício da cidadania, a autonomia e o envolvimento de crianças e adolescentes nos projetos educacionais e comunitários, assegurando a adoção de novas tecnologias e de plataformas virtuais para apoiar as atividades dos grêmios, bem como formando os profissionais da educação para enxergarem sua importância.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA

Eixo 4 - Proposta 08

Garantir que as crianças, adolescentes, suas famílias e a sociedade em geral tenham **acesso à informação** qualificada sobre políticas públicas, direitos e deveres, projetos, programas e possibilidades de participação direcionados à infância e adolescência, por meio de todas as formas de comunicação, tais como: mídias sociais e tradicionais (TV, jornais, rádios), sites e aplicativos, panfletos e outros materiais informativos, em linguagem acessível, assegurando a divulgação da participação de crianças e adolescentes em conferências, fóruns, conselhos, comitês, e outros espaços, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Everton Kischlat - DF **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Julia Rebeca Noronha Costa - MA **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 4 - Proposta 09

Contemplar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a **obrigatoriedade do ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** e de conteúdos relacionados à cidadania e à diversidade cultural, entre outros, na grade curricular de escolas públicas, privadas e socioeducativas, da educação básica até o ensino médio, adotando metodologias de ensino de acordo com o desenvolvimento da criança e adolescente e materiais informativos com linguagem acessível, de modo a preparar o público infantojuvenil para exercer a cidadania com responsabilidade e visão crítica.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Célia Cristina da Silva - ES **Priorizado por:** Angela Faletti - PR **Priorizado por:** Camila Tais Zeni - SC **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE

Eixo 4 - Proposta 10

Incentivar o **acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa**, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Nidja Rayla - PB **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Eutália Feitosa - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Thalita Silva Nogueira - RJ **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Julia Rebeca Noronha Costa - MA **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 4 - Proposta 11

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Efetivar a criação do **Comitê de Participação de Adolescente (CPA)**, nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional, com base na resolução n° 191/2017 do CONANDA; garantindo estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurar a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promovendo sua participação na organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Nidja Rayla - PB **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Eutália Feitosa - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Jeniffer Fonseca da Silva - MS **Priorizado por:** Luciano Schimidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - MG **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Thalita Silva Nogueira - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Vanessa Santos Giraldele - ES **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Angela Faletti - PR **Priorizado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Kelya Costa Alves - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** WESIA - RN **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Ana Clara Marchi de Oliveira - MT **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 4 - Proposta 12

Incentivar e promover, em parceria com instituições públicas e privadas, a criação de **grupos de discussão**, rodas de conversa, palestras, oficinas temáticas, reuniões e outras atividades, elaboradas e conduzidas com a participação de adolescentes capacitados que atuem como agentes multiplicadores, envolvendo escolas, famílias e comunidades, a fim de fortalecer os vínculos comunitários e a rede de apoio às crianças e adolescentes e de promover a inclusão social e a compreensão das diversidades sociais, étnicas e culturais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Priorizado por: Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF
Priorizado por: Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Julia Rebeca Noronha Costa - MA **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 4 - Proposta 13

Garantir a **formação crítica-social e política de crianças e adolescentes**, incluindo aqueles/as em medidas protetivas e socioeducativas, como forma de favorecer seu protagonismo e sua participação política nos vários espaços, tanto dentro como fora da escola, como grêmio e CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) e, paralelamente, inserir a temática do protagonismo infantojuvenil e do direito à participação de crianças e adolescentes nos conteúdos de formação dos/as profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e na execução das políticas públicas.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Érik Gabriel Loreto Lovatel - RS **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Nidja Rayla - PB **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Julia Rebeca Noronha Costa - MA **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 4 - Proposta 14

Garantir, por meio de leis municipais, estaduais, distritais e federais, a efetiva participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, diferentes religiões, pessoas com deficiência, LGBT, crianças em situação de rua e outras, nos órgãos e instâncias de controle e formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência; além de promover eventos culturais, fóruns e debates sobre **diversidade cultural e identidade** orientados a crianças e adolescentes, nas áreas urbanas e rurais, nas escolas e em outros espaços, objetivando desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças individuais e culturais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** João Silva Lima - AC

Eixo 4 - Proposta 15

Potencializar a criação e divulgação do NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes), JUVA (Juventude Unida pela Vida na Amazônia) e outros espaços regionais e locais voltados aos adolescentes e jovens, garantindo sua participação nesses espaços e

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4
promovendo encontros intermunicipais. Total de Priorizações: 1 Priorização Priorizado por: Marcia Regina das Virgens Braga - MT
Eixo 4 - Proposta 16 Implantar, acompanhar e fortalecer os fóruns municipais, estaduais, distrital e nacional, promovendo discussões com linguagens acessíveis para que crianças e adolescentes possam encaminhar questões voltadas à construção e execução de políticas públicas que os afetam, garantindo os recursos financeiros para a sua participação e respeitando a representatividade de etnias, religiões, gênero, orientação sexual e de adolescentes do sistema socioeducativo. Total de Priorizações: 0 Prioriações
Eixo 4 - Proposta 17 Garantir dotação orçamentária específica para a preparação e realização das Conferências Municipais, Estaduais e Livres dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação efetiva da comunidade escolar, familiar e das crianças e adolescentes, de acordo com orientações do respectivo Conselho de Direitos em parceria com o CONANDA, além de aumentar o número de adolescentes delegados/as. Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Jeniffer Fonseca da Silva - MS Priorizado por: Jéssica Milena da Silva - AL Priorizado por: Daniel - MG Priorizado por: Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM
Eixo 4 - Proposta 18 Garantir a criação de uma semana específica da criança e do adolescente, a exemplo da semana do bebê, para debate e exposição de trabalhos sobre o tema, promovendo também premiação de boas práticas com edital do Fundo da Infância e Adolescência. Total de Priorizações: 0 Prioriações Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG Priorizado por: Fabiane - PR Priorizado por: Lucimária - MG Priorizado por: Raylson - RN Priorizado por: Cleide Leme de Souza Stellato - PR Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF Priorizado por: Petrucia de Melo Andrade - MG Priorizado por: Maurício José Silva Cunha - DF Priorizado por: Gabriel Silva Luciano - BA Priorizado por: Joceliete Vicentini Alves Martins - GO Priorizado por: Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF Priorizado por: Valéria Eunice - GO Priorizado por: Edimarane - MG Priorizado por: Esequiel Roque - DF Priorizado por: Maria Leolina Couto Cunha - DF Priorizado por: Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF Priorizado por: Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF Priorizado por: ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS Priorizado por: Raquel Tavares Vieira John - DF Priorizado por: Viviane Petinelli e Silva - DF Priorizado por: Alice - SC Priorizado por: Jéssica Milena da Silva - AL Priorizado por: Raul Zainedin da Rocha - PR Priorizado por: Emilly Rayanne Coelho Silva - DF Priorizado por: Marcelo Couto Dias - DF Priorizado por: Thalita Silva Nogueira - RJ Priorizado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO Priorizado por: Marcela - DF Priorizado por: Andressa Zenande - ES
Eixo 4 - Proposta 19

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4

Dar visibilidade aos **movimentos culturais** e divulgar a diversidade cultural em todos os espaços, contribuindo para a descriminalização e legitimação de movimentos culturais de crianças e adolescentes, promovendo atividades que objetivem valorizar suas expressões e interação social, desenvolvendo assim o seu potencial criativo, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC
Priorizado por: Daniel - MG **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Apoio XI CNDCA - AL - 08/12/2020 09:08

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 4
cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas. 2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele. 3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA. Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.
baica - MA - 08/12/2020 14:48 Todas as propostas estão realmente dentro da atual realidade. Espero que realmente seja colocadas em práticas.
Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:56 As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.
Célia Cristina da Silva - ES - 09/12/2020 10:33 Acho que faltou a proposta sobre o SIPIA.
Apoio XI CNDCA - AL - 09/12/2020 15:10 Olá delegada Cristina/ES, respondendo à sua dúvida, a formulação referente ao SIPIA está na proposta 7 do eixo 2.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.
2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.
3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.
4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.



Eixo 5 - Proposta 01

Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, uma política permanente de **formação continuada** para as crianças, os adolescentes (especialmente dos CPAS e dos Fóruns DCA), os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos da

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Criança e do Adolescente, tais como: Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria Contábil, Secretaria Executiva e cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos Conselhos.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** FRANCISCO - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Everton Kischlat - DF **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Emily Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** William Azevedo - SE **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Lacerda - DF **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Kelyvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ

Eixo 5 - Proposta 02

Estruturar e fortalecer, através de Lei, a atuação do Conselho Tutelar com formação continuada, estrutura física, recursos humanos, equipamentos, planejamento estratégico, acessibilidade comunicativa e regulamentação legal do cargo de conselheiro tutelar, além de ampliar o número de conselhos, inserindo dois Conselhos Tutelares em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e rediscutir suas atribuições perante as políticas sociais e de proteção à criança e ao adolescente e o processo de escolha de seus membros, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as resoluções 113/2006, 170/2014, 181/2017 do CONANDA e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).e 169 da OIT.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Bruna Crivelaro - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Lacerda - DF **Priorizado por:** Camila Tais Zeni - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** ERIVALDO - RN

Eixo 5 - Proposta 03

Promover e divulgar o **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, especialmente quanto aos papéis dos Conselhos Tutelares e de Direitos, suas deliberações, agendas de reuniões, discussões e atividades, programas e políticas, como o SINASE e o Plano Decenal, bem como o marco jurídico existente (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Constituição Federal, ECA, etc.), por meio de campanhas de publicidade e divulgação, palestras, seminários, mídias digitais, agências de notícias, portal da transparência e demais meios de comunicação, com vistas aos órgãos públicos e população em geral, a fim de estimular a participação da sociedade nos espaços de gestão e controle social.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** FRANCISCO - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Ieda Guerri - MG **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Lacerda - DF **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Odila Maria - RO

Eixo 5 - Proposta 04

Promover a **articulação, nos níveis municipal, estadual, distrital e nacional, entre os Conselhos de Direito e Tutelares**, bem como entre estes e os poderes públicos, escolas e a sociedade civil, por meio de eventos descentralizados e periódicos, encontros, fóruns, palestras, debates e seminários com atividades articuladas e divulgação adequada, garantindo a participação de crianças e adolescentes e fortalecendo as redes de promoção, controle e defesa dos direitos da infância e adolescência.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** FRANCISCO - RN **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Lacerda - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 5 - Proposta 05

Garantir, inclusive por meio da alteração da legislação vigente, a **participação de crianças e adolescentes** nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos de Crianças e

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** FRANCISCO - RN **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Sarah Nunes Estevão - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** D'Crist Santos - MG **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Lacerda - DF **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE

Eixo 5 - Proposta 06

Criar, acompanhar e fortalecer os **Fóruns de Direitos das Crianças e Adolescentes** e os **Fóruns por Território de Identidade**, garantindo seu financiamento, bem como apoiar redes, frentes e demais iniciativas da sociedade civil que atuam na defesa de direitos da criança e do adolescente, visando a organização e desenvolvimento de atividades de formação e apoio às organizações sociais, tanto na defesa e promoção dos direitos, quanto no processo de escolha dos representantes da sociedade civil para os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: FRANCISCO - RN **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schimdt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Daira - SC **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Isiany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Maria

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE

Eixo 5 - Proposta 07

Fortalecer e potencializar os **Conselhos de Direitos**, em todos os níveis, com a garantia governamental das condições adequadas de funcionamento (recursos humanos e materiais, financiamento adequado, formação, apoio técnico e infraestrutura), garantindo acessibilidade a todos os públicos, inclusive intérprete de libras, além de reavaliar a representação dos seguimentos que compõem os conselhos e o processo de escolha de seus membros, assegurando representação de acordo com as especificidades culturais dos povos de cada região e a nomeação de representantes governamentais que sejam vinculados com a defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, bem como implementar, por meio de projeto de lei, a obrigatoriedade da execução das deliberações dos Conselhos de Direitos, com fiscalização do Ministério Público.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Norma Cleusa Silva Pereira - BA **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Odila Maria - RO **Priorizado por:** Grazielly Soares de Souza - CE

Eixo 5 - Proposta 08

Garantir aos **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente** das três esferas de governo (municipal, estadual e nacional), com previsão nas leis municipal, estadual e nacional, sede própria e recursos humanos, inclusive Secretariado Executivo, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica e Assessoria Contábil assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo CMDCA, CEDCA e CONANDA como órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA) e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA, CEDCA e CONANDA.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC **Priorizado por:** Cleide Leme de Souza Stellato - PR **Priorizado por:** Priscilla Silva - GO **Priorizado por:** Gabriel Silva Luciano - BA **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Ieda Guerci - MG **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Sérgio - SC **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Priorizado por: José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schimdt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes - SC **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** João Silva Lima - AC **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** WESIA - RN **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE

Eixo 5 - Proposta 09

Implantar e ampliar, de forma descentralizada, as Escolas de Conselhos em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento, de modo a garantir que os/as conselheiros/as tutelares e de direito tenham formação especializada na área da infância e adolescência, com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social, questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Angela Christianne Lunedo de Mendonça - PR **Priorizado por:** Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Edvanilson Ramos da Silva - PB **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Renata Gomes - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schimdt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Mariana Backes - RS **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Margot Vieira - SC **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Maria Eduarda Wuilson Massulo - AM **Priorizado por:** Janini Ginani - DF **Priorizado por:** Rejane Maria Carvalho da Silva - PE **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC

Eixo 5 - Proposta 10

Criar a Lei Orgânica dos Conselhos Tutelares e instituir a unificação de um piso salarial nacional, a ser aprovado a partir de ampla discussão com a participação dos/as conselheiros/as tutelares.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga - PR **Priorizado por:** Paulo Gerson Borges de Carvalho - SC
Priorizado por: Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Daniel - MG **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES

Eixo 5 - Proposta 11

Implementar e efetivar o **Sistema de Informação de Proteção à Infância e Adolescência (SIPIA)**, com o apoio dos CEDCA, secretarias estaduais e municipais de governo para que este sistema possa interligar e manter atualizadas as informações de todos os atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, defesa e controle social, visando a avaliação, orientação e fiscalização permanente por parte do CMDCA, CEDCA e CONANDA, com ênfase na divulgação dos indicadores sociais, considerando as especificidades regionais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - MG **Priorizado por:** Valéria - PR **Priorizado por:** Lucimária - MG **Priorizado por:** Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Joceliete Vicentini Alves Martins - GO **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Cleber - SC **Priorizado por:** Juliana Lanzarini - PR **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** José Ednaldo Cavalcante de Farias - AL **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Rúbia Karen Provensi - SC **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA

Eixo 5 - Proposta 12

Garantir a efetividade da **participação da sociedade civil**, com base nas leis estaduais dos CEDCA, seus planos e editais públicos, no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com garantia de recursos, via Fundo para Infância e Adolescência, para a articulação e mobilização das organizações da sociedade civil que trabalham com crianças e adolescentes, de acordo com a realidade da região, assegurando a representatividade de todos os grupos populacionais, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Fátima Hamer Marques Cardoso - GO

Eixo 5 - Proposta 13

Garantir a **participação dos CMDCA na elaboração das propostas orçamentárias** como LOA, LDO, PPA. Além disso, incentivar o cumprimento pelos gestores municipais, estaduais, distritais e federais das deliberações dos COMDICA, CEDICA e do CONANDA, inserindo-as no Plano Plurianual, LOA e LDO e reconhecendo-as como espaços

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

importantes do controle social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Graciele Silva de Matos - RS

Eixo 5 - Proposta 14

Incluir na **grade curricular** e nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas e privadas, em caráter obrigatório, o ensino de conteúdos relacionados ao ECA, direitos humanos e participação social e cidadã, em todas as etapas da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, em cumprimento à Lei Federal 11.525/2007, com profissional que possua formação em direitos humanos na área da infância e adolescência e que comprove, através da certificação de especialização, ou mais de 360 horas de cursos de formação, ou certificado de participação em Conferências do segmento criança e adolescente, incentivando, assim, o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre a conjuntura e sobre seus direitos e deveres.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Luciano Antunes de Moura - DF **Priorizado por:** Petrucia de Melo Andrade - MG **Priorizado por:** Maurício José Silva Cunha - DF **Priorizado por:** Luciana Dantas Da Costa Oliveira - DF **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Edimarane - MG **Priorizado por:** Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Esequiel Roque - DF **Priorizado por:** Maria Leolina Couto Cunha - DF **Priorizado por:** Adriane do Nascimento Greskiv - PR **Priorizado por:** Matheus Moreira e Silva de Aracoeli - DF **Priorizado por:** Luiz Eduardo Rodrigues Alves - DF **Priorizado por:** Raquel Tavares Vieira John - DF **Priorizado por:** Viviane Petinelli e Silva - DF **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Emilly Rayanne Coelho Silva - DF **Priorizado por:** Marcelo Couto Dias - DF **Priorizado por:** Marcela - DF **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Érica Gabriele Boiano - PR **Priorizado por:** Andrei Suarez Dillon Soares - DF **Priorizado por:** Janini Ginani - DF

Eixo 5 - Proposta 15

Realizar **plenárias, reuniões periódicas e assembleias itinerantes** dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, ampliadas e descentralizadas, que garantam a participação de todos os Conselhos, estabelecendo a criação de um canal de comunicação para assessoramento aos Conselhos Municipais.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: André Viana Custódio - SC **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Camila Taís Zeni - SC

Eixo 5 - Proposta 16

Inserir destinação de percentual ao **Fundo da Criança e Adolescente** no Plano Plurianual, LOA e LDO e garantir novas fontes de recursos para o Fundo, de modo a assegurar o financiamento de ações e promoções voltadas para crianças e adolescentes.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Priorizado por: Fabiane - PR **Priorizado por:** Raylson - RN **Priorizado por:** Adriane - GO **Priorizado por:** Maria de Lourdes Silva dos Santos - SE **Priorizado por:** Daniel - MG

Eixo 5 - Proposta 17

Instituir mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam o acompanhamento sistemático das mais diversas instâncias de **controle social** e das políticas de direitos de crianças e adolescentes, com indicadores de avaliação dos serviços e diagnósticos sob responsabilidade dos três níveis de governo, com participação e supervisão dos Conselhos de Direitos e sociedade civil na prestação de contas, com transparência e acesso público aos dados, assegurando que as proposições e deliberações das Conferências de Direitos das Crianças e Adolescentes sejam inclusas nos planos de ação e implementação das políticas públicas, bem como subsidiar o planejamento de ações para o próximo ciclo dos Planos Plurianuais - PPAs.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP **Priorizado por:** Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE **Priorizado por:** Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Luciano Schmidt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Andreia das Neves Seles - TO **Priorizado por:** Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio - AM **Priorizado por:** Débora Nogueira Beserra - DF **Priorizado por:** Kevlia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Claudia Ferreira de Maya Viana - DF **Priorizado por:** Islany Jesus dos Santos Alves - BA **Priorizado por:** Odila Maria - RO

Eixo 5 - Proposta 18

Garantir dotação orçamentária específica para a realização das **Conferências Livres, Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** e assegurar, em todas as instâncias, que propostas deliberadas nas mesmas sejam efetivadas pelo Poder Público.

Total de Priorizações: 1 Priorização

Priorizado por: Daniel - MG

Eixo 5 - Proposta 19

Solicitar **agendas permanentes**, coordenadas pelos CONANDA, CEDCA e CMDCA, com o **poder legislativo**, de todas as esferas, para apresentar as deliberações das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com intuito de fomentar o envolvimento do legislativo e a defesa das propostas por melhorias das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, assegurando sua publicação e, ainda, a criação de frentes parlamentares em defesa das crianças e dos adolescentes.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Eixo 5 - Proposta 20

Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direitos, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurando processos de monitoramento e avaliação de resultados.

Total de Priorizações: 0 Priorizações

Priorizado por: Fabiane - PR **Priorizado por:** Douglas Moreira - PR **Priorizado por:** André Viana Custódio - SC
Priorizado por: Graciele Silva de Matos - RS **Priorizado por:** Renato Cesar Ribeiro Bonfim - PB **Priorizado por:** Iolete Ribeiro da Silva - AM **Priorizado por:** Marco Antonio Soares - SP **Priorizado por:** Antonio Jorge dos Santos - SP
Priorizado por: Edmundo - BA **Priorizado por:** Tatiana Augusto Furtado Gomes - DF **Priorizado por:** Maria do Socorro - PB **Priorizado por:** Heloisa de Souza Dantas - SP **Priorizado por:** Edna Aparecida Alegro - RS **Priorizado por:** Regina Coeli Calil Lustoza Leão - RJ **Priorizado por:** Camila - MG **Priorizado por:** Catarina de Santana - PE **Priorizado por:** Eduardo de Carvalho Mota - GO **Priorizado por:** Ana Oliva - BA **Priorizado por:** Janaina - PR **Priorizado por:** Josiana Francisca da Silva - PB **Priorizado por:** Mara Maria Valandro - RS **Priorizado por:** Adriano de Holanda Ribeiro - CE
Priorizado por: Ricardo Washington Moraes de Melo - PA **Priorizado por:** Paulo Renys - AM **Priorizado por:** Luciano Schimdt Matheus Simoes - RS **Priorizado por:** ROBERTO PADILHA GUIMARÃES - RS **Priorizado por:** Regina Marli Fuerbringer - SC **Priorizado por:** Glicia Thais Salmeron de Miranda - SE **Priorizado por:** Luciano Estevão - SC
Priorizado por: Thaís Nascimento Dantas - SP **Priorizado por:** Riane Reis da Silva - PA **Priorizado por:** Ademilde Pannace - SC **Priorizado por:** Priscila Larry - SE **Priorizado por:** Suely Mary - MG **Priorizado por:** Alzira Aparecida Santos - MG **Priorizado por:** Alice - SC **Priorizado por:** Tânia Denise - SC **Priorizado por:** Marta Nileni Alves Gomes - RS **Priorizado por:** Vanildo Silva - MT **Priorizado por:** Jéssica Milena da Silva - AL **Priorizado por:** Gabriel Cruz da Silva - SC **Priorizado por:** Raul Zainedin da Rocha - PR **Priorizado por:** Lúcia Flesch - RS **Priorizado por:** Ana Paula da Silva Rodrigues - RJ **Priorizado por:** Marcia Regina das Virgens Braga - MT **Priorizado por:** Sarah Nunes Farhat - AC **Priorizado por:** Fátima Hamer Marques Cardoso - GO **Priorizado por:** Beto Hudson - MG **Priorizado por:** Saturnina Pereira da Silva - RJ **Priorizado por:** Valéria Eunice - GO **Priorizado por:** Carla de Paiva Rodrigues - GO
Priorizado por: Erineia Arruda Borges Pereira - GO **Priorizado por:** Jorcelia Gomes Maria Martins - ES **Priorizado por:** Jucirlei Barbosa Rodrigues - PA **Priorizado por:** Douglas Santos Santana - SE **Priorizado por:** Andressa Zenande - ES
Priorizado por: Juliana Borges - MG **Priorizado por:** Agnaldo Engel Knevez - RS **Priorizado por:** Ramon Santos - RJ
Priorizado por: Kelvia Costa Alves - PA **Priorizado por:** Aline Ferreira da Silva - GO **Priorizado por:** Cleide Nogueira - MG **Priorizado por:** Isabela Jesus Dos Santos - BA **Priorizado por:** Sérgio Campelo - RJ **Priorizado por:** Maria Angelica Pimenta - SC



Nesta seção está disponível o caderno do terceiro momento do Fórum de Propostas.

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas.

2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele.

Terceiro momento (Priorização) - Eixo 5

3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA.

4. Reforçamos que o processo de sistematização seguiu rigorosamente as definições do Regimento Interno da XI CNDCA e deliberações da Comissão Organizadora. Ademais, termos referentes a grupos populacionais específicos (Pessoas com Deficiência, LGBT etc.) foram sempre mencionados a partir das terminologias adotadas pelos Conselhos Nacionais que os representam.



Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Orientações de conduta: A XI CNDCA é um evento que conta com a participação de públicos de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. Ao fazer seus comentários nos chats e demais espaços de integração e diálogo, todos/as os/as participantes da conferência devem utilizar linguagem adequada e acessível. Termos ofensivos, intimidatórios e discriminatórios não são permitidos.

Apoio XI CNDCA - AL - 08/12/2020 09:08

1. As propostas aprovadas no segundo momento foram organizadas e disponibilizadas para permitir sua priorização por eixo. Diferentemente do primeiro e segundo momentos, os/as delegados/as deverão acessar todos os eixos e escolher até cinco propostas prioritárias em cada um deles, ou seja, até 25 entre as 112 propostas nacionais aprovadas. 2. Ao abrir cada eixo, faça primeiro a leitura completa de todas as propostas, pois uma vez que se inicie a priorização não será possível “desmarcar” os votos já feitos. Escolha as cinco propostas que deseja priorizar e marque-as antes de ir para o próximo eixo, pois, uma vez que sair de um eixo iniciado, não será possível retornar a ele. 3. As cinco propostas mais votadas de cada eixo serão lidas na Plenária Final da XI CNDCA e constarão no relatório final como propostas prioritárias nacionais. Ressaltamos que todas as 112 propostas aprovadas nos Fóruns de Eixo constarão no relatório final da XI CNDCA. Caderno disponível entre: 09h do dia 08/DEZ e 18h do dia 09/DEZ.

Alzira Aparecida Santos - MG - 09/12/2020 08:56

As propostas estão boas que tive que ler e reler pra escolher a mais completa. Pude observar isto em todos os eixos. Agora é efetivar, pois aprovar e ficar somente no papel é triste. Fala isto por que tantas proposta boas já foram aprovadas, mas na prática não vemos efetividade.

10/12/20 (9h) - Encerramento
10/12/2020 08:30

Comentários

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:12**

Lucidez do Prof Marcos, a LUTA!

- **Alessandra - 10/12/2020 11:40**

QUE SEJA GARANTIDO O FUNCIONAMENTO DO CONANDA!!

- **Andressa Zenande - 10/12/2020 09:03**

Bom dia ! Finalizando com o real dever cumprido, esperamos que as propostas eleitas sejam realmente efetivadas em todos os Estados do Brasil como Política Pública.

- **Daniel - 10/12/2020 08:35**

Bom dia, Daniel de Menezes de Arcos - MG, presente

- **Erineia - 10/12/2020 08:50**

Bom dia! Erineia de Goianésia-GO, presente e aguardando começar as Atividades de encerramento da XI CNDCA! Que pena que hoje já encerra , foi e está sendo de grande aprendizado para mim! Muito obrigado!

- **Regina Marli Fuerbringer - 10/12/2020 08:54**

Bom dia, Regina Marli Fuerbringer - Presidente Getúlio - SC

- **Najara - 10/12/2020 08:57**

Najara Haiany-BA.É uma pena que a conferência esteja quase no fim,mas me sinto honrando de está participando pela primeira vez.Sou adolescente e vivi muitas experiências e conhecimentos na conferência,além de grandes amizades que fiz.Espero ter novamente essa oportunidade!Tive um pouco de dificuldade em explorar o ambiente online...Porém está tudo bem agora.

- **Raylson - 10/12/2020 08:59**

bom dia

- **Pedro Henrique - 10/12/2020 09:00**

bom dia a todos os participantes

- **Gustavo Henrique de Sousa Nogueira - 10/12/2020 09:01**

Bom dia, Gustavo Nogueira de Santa Rita do Sapucaí-MG

- **Alessandra - 10/12/2020 09:03**

Bom dia! Alessandra -presidente do CRIAD/ES

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 09:03**

Bom dia - Renato Bonfim Conselheiro do Conanda OSC - Casa de Cultura IAO

- **Raul Zainedin da Rocha - 10/12/2020 09:04**

Bom dia. Delegado Raul Zainedin da Rocha da cidade de Irati/PR presente!

- **Lucimária - 10/12/2020 09:05**

Bom dia ! Lucimária Borges Luiz Mendes- Araçuaí/ MG.

- **Aline Ferreira - 10/12/2020 09:05**

Bom dia Aline Ferreira da Silva/ Goiânia-Go/ CPA Conanda

- **Alice - 10/12/2020 09:06**

Bom dia, Schroeder/SC, presente.

- **Carlos Mikael Custódio da Silva - 10/12/2020 09:06**

Saudações, caríssimo! Bom dia!

- **Margot Vieira - 10/12/2020 09:08**

Bom dia: Sensação de dever cumprido, mas confesso que esta versão estendida dificultou minha participação,pois trabalho na Educação, estas semanas estão sendo de trabalho intenso...

- **Alzira Aparecida Santos - 10/12/2020 09:09**

Tudo que é bom acaba também kkkkkkk. Quero agradecer todos os colegas conselheiros de direito e tutelares por tudo que pude apreender e aprender com vcs. Um grande abraço e aproveito o momento para desejar um Natal abençoado e um ano novo diferente, mas com muita saúde, trabalho e alegrias. Alzira Aparecida Santos Governador Valadares - MG

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 09:13**

Parabéns Prof Marquinhos. Me representa.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 09:16**

Professor Marcos fantástico, pois começamos, permeamos e terminamos essa conferência RESISTINDO!

- **Stephany Monique Corrêa Da Cruz - 10/12/2020 09:17**

Bom dia, Stephany Monique integrante CPA, Londrina- PR

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 09:18**

SAÚDE MENTAL E LUTA ANTIMANICOMIAL!

- **Raul Zainedin da Rocha - 10/12/2020 09:18**

#soucpaconanda

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 09:19**

Muito feliz devido a inclusão do meu povo e demais povos tradicionais no eixo 1.

- **Stephany Monique Corrêa Da Cruz - 10/12/2020 09:20**

#soucpaconanda

- **Bia - 10/12/2020 09:21**

Ana Beatriz Representante do CPA -Maranhão

- **Yasmim - 10/12/2020 09:22**

Yasmim Santos-SE Bom dia!Sou adolescente e essa conferência foi uma experiência incrível,estou muito feliz por fazer parte desse momento.

- **Aline Ferreira - 10/12/2020 09:22**

#soucpaconanda

- **Bia - 10/12/2020 09:22**

#soucpaconanda

- **Yasmim - 10/12/2020 09:23**

#soucpaconanda

- **Kauã victor - 10/12/2020 09:23**

#soucpaconanda

- **Claudia Ferreira de Maya Viana - 10/12/2020 09:24**

Bom dia a todos e todas! Estou muito feliz por ter participado da Conferência apenas lamento que não pudemos estar juntos e concentrados no debate.. Abraços e seguimos na luta!!

- **Nadja Amaral - 10/12/2020 09:27**

Bom dia! Nadja Amaral, presente! Lauro de Freitas-Bahia

- **Zaqueu - 10/12/2020 09:28**

Bom dia. Que o resultado da Conferência seja imediatamente implementado. Nao temos tempo para perder e os governos são nossos empregados para cumprirem suas obrigações. Deixo aqui a minha indignação com o governo Bolsonaro que zomba das vitimas da Covid 19 e não está nem um pouco preocupado em providenciar a imunização. Isso é triste. Bom final de conferência.

- **Maria Eduarda Oliveira e Silva - 10/12/2020 09:31**

Maria Eduarda - Mombaça, Ceará Sou #cpaconanda

- **Ramiro Palicer - 10/12/2020 09:32**

Bom dia! Mato Grosso do Sul, presente.

- **Mônica Barbosa Macedo - 10/12/2020 09:36**

Bom dia a todos, CEDCA-MS - Presente

- **Sarah Nunes Farhat - 10/12/2020 09:39**

Sarah Farhat/AC

- **Gabriel Cruz da Silva - 10/12/2020 09:41**

Bom dia... Gabriel - Santa Catarina

- **Gabriel Silva Luciano - 10/12/2020 09:42**

Bom dia! Gabriel, Salvador BA.

- **William Azevedo - 10/12/2020 09:43**

William Azevedo-Santo Amaro Das brotas Sergipe Presente

- **Jackeline - 10/12/2020 09:44**

Bom dia! Jackeline CMDCA PARELHAS RN. Feliz por participar da conferência.

- **Edmundo - 10/12/2020 09:46**

Parabéns Conanda. Podemos comemorar! A conferencia foi excelente, infelizmente à distância, mas foi o possível. Excelente prof Marquinhos!

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 09:47**

Delegado Marco Antonio de SP, moções que me representam. Obg Colega!

- **Vinicius Mendonça - 10/12/2020 09:48**

Aparentemente tudesco as moções foram aprovadas, agora tenho meu estranhamento em relação a moção 02, gostaria de saber a quantidade de votos.

- **Vinicius Mendonça - 10/12/2020 09:49**

Solicito a leitura da quantidade de votos da moção 02.

- **Ramiro Palicer - 10/12/2020 09:50**

Sim faltou os votos de cada moções...

- **Jéssica - 10/12/2020 09:50**

Bom dia, Jéssica delegada de Alagoas presente

- **Vinicius Mendonça - 10/12/2020 09:53**

A moção de apoio que parabenizava a ministra Damares havia sido rejeitada, leram ela como aprovada, por gentileza informar a quantidade de votos de aprovação e rejeição.

- **Aline Ferreira - 10/12/2020 09:59**

#soucpanacional

- **Vinicius Mendonça - 10/12/2020 10:00**

Bom que ninguém respeita os comentários nosso durante a transmissão, foi feito uma solicitação por delegado e não foi atendida.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:01**

Não observei a leitura parabenizando a Ministra não, foi rejeitada. Houve moções de parabéns a secretaria, a secretaria executiva.

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 10:02**

Nós que agradecemos por vcs estarem aí.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:02**

Não que eu concorde em parabenização, as moções são vozes como Prof Marcos explicitou, mas enfim.

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 10:03**

Valeu mesmo a todos da mesa.

- **Apoio - 10/12/2020 10:04**

Prezado/as, foi realizada a leitura apenas das moções aprovadas. A moção submetida 002 e 003 foram rejeitadas, por este motivo não foram lidas. A moção submetida 004, que recebeu 66 votos de aprovação e 26 de rejeição recebeu a numeração de aprovada e transformou-se na Moção aprovada 002.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:08**

Prof Marcos impecável na sua fala.

- **Alice - 10/12/2020 10:08**

Parabéns Flavio e Ana.

- **Alice - 10/12/2020 10:09**

Parabéns a todos os envolvidos na XI CNDCA.

- **Stephany Monique Corrêa Da Cruz - 10/12/2020 10:10**

#soucpaconanda

- **Riane Reis - 10/12/2020 10:11**

É isso aí!!! Não ao retrocesso. #ForaBolsonaro

- **Riane Reis - 10/12/2020 10:12**

Parabéns a todos os envolvidos por esta conferência. Sabemos da dificuldade que o CONANDA, secretaria executiva e a Flacso tiveram.

- **Alessandra - 10/12/2020 10:16**

Parabéns ao CONANDA e a FLACSO!!Momento historio a posse da CPA. Parabéns a todos os adolescentes.

- **Alice - 10/12/2020 10:16**

Bom dia Iolete e Petrucia.

- **Alessandra - 10/12/2020 10:17**

Parabéns a SNDCA!!

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:19**

Flávio incrível, adoro!

- **João Silva Lima - 10/12/2020 10:19**

Parabéns ao CONANDA, na pessoa da Iolete, que a despeito de todas as adversidades neste ano difícil, conseguiu realizar a XI Conferência, um marco importante nesta história de 30 anos do ECA.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:24**

Emocionada com a galera - CPA POTENTE!

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 10:31**

Julia e Mauricio bom revê-los.

- **Alzira Aparecida Santos - 10/12/2020 10:33**

Parabéns a todos e todas adolescentes. Eu acredito num mundo melhor com pessoas melhores para o mundo. Não cansarei de lutar pela prioridade absoluta de crianças e adolescentes do mundo. Parabéns! Alzira Aparecida Santos MG

- **Bia - 10/12/2020 10:34**

Pra cimaaaa CPA NO MARANHÃO ♥

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 10:35**

Parabéns aos conselheiros da Pb.

- **Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - 10/12/2020 10:36**

Meu nome é Laura Cristina tenho 10 anos e sou representante nacional das crianças da Cidade de Goiás

- **Alice - 10/12/2020 10:48**

Parabéns a todos os adolescentes, e em especial a nossa representante de SC Daira de Timbó.

- **João Otávio Turatti Barbosa - 10/12/2020 10:51**

Ótima conferência gente, João Otávio Turatti Barbosa, Monte Carmelo/ MG

- **Laura Cristina Mendes Fernandes da Silva - 10/12/2020 10:52**

Sou criança....Delegada estadual do estado de Goiás. Que em outros eventos do conanda nós crianças também possamos estar sentados a mesa

- **Célio Rocha de Lima - 10/12/2020 10:53**

PARABÉNS PARA OS ADOLESCENTES EMPOSSADOS NA XI CONFERÊNCIA

- **Tânia Denise - 10/12/2020 10:54**

Parabéns a todos que se envolverão para a realização desta Conferência Nacional e também aos que participaram contribuindo na construção de propostas.

- **FRANCISCO - 10/12/2020 10:56**

Francisco Canindé Leandro /CMDCA/Lagoa Nova/RN

- **Douglas Santana - 10/12/2020 11:08**

Bom Dia! Dever cumprido, parabéns a todos pela conferencia.

- **Aline Ferreira - 10/12/2020 11:11**

#soucpaconanda

- **Vanildo Silva - 10/12/2020 11:14**

parabéns a todos vocês adolescentes representante do CPA de cada estado e município, infelizmente não podemos estar todos juntos no mesmo espaço mas de qualquer forma estamos juntos na mesma luta pela mesma causa.

- **Léria vinhal - 10/12/2020 11:14**

Exelente, parabens a todos, pois essa e nossa missão, defender os direitos das crianças e adolescentes, Trindade Goiás, CMDCA e OAB presidente da CDCA

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 11:16**

Obg Flávio. Obg <3

- **Deila do Nascimento Martins Cavalcanti - 10/12/2020 11:17**

Flávio!!!! Parabéns, ótima fala

- **Aline Ferreira - 10/12/2020 11:17**

Obrigada Flávio 🍷 falou e disseeeeeeeeeee

- **Nadja Amaral - 10/12/2020 11:27**

Esse espaço é essencial e precisa ser garantido! Muito contente em construir esse espaço com cada uma e cada um de vocês. Parabéns pelas lindas falas dos adolescente e por todas as outras falas e contribuições. Nadja Amaral Lauro de Freitas-Bahia

- **Alessandra - 10/12/2020 11:29**

Parabéns a todos da organização da XI CNDCA!!! E seguimos na luta acreditando na operacionalização de todas as propostas aprovadas.

- **Alice - 10/12/2020 11:33**

Parabéns Julia Rebeca, excelente sua fala, adoro te ouvir...

- **Alessandra - 10/12/2020 11:33**

Parabéns Júlia Rebeca. Você é brilhante!!!

- **Riane Reis - 10/12/2020 11:35**

VIVA O CPA!!! AGORA PRECISA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO CONANDA COM A SOCIEDADE CIVIL.

- **Cristina - 10/12/2020 11:36**

pena que acabou!

- **João Silva Lima - 10/12/2020 11:37**

De parabéns o CONANDA, por essa Conferência histórica, no ano dos 30 anos do ECA.

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 11:38**

Não existe GASTOS com participação social, foi assim devido Pandemia, não pra economiza com uma obrigação. Ridículo

- **Vanessa Santos Giraldeli - 10/12/2020 11:39**

Gostaria de saber por meio de qual canal realizaremos a avaliação da XI CNDCA

- **Vanessa Santos Giraldeli - 10/12/2020 11:41**

Tiveram muitas experiências legais nesse formato virtual, mas também muitos pontos que precisam ser melhorados e revistos. Dessa forma, penso ser fundamental termos um espaço de avaliação para que possamos fazer nossas considerações.

- **Alessandra - 10/12/2020 11:41**

Que seja garantido o FUNCIONAMENTO DO CONANDA.

- **Jozeilda Grinauria Menino - 10/12/2020 11:52**

Continuaremos na luta, sabendo que fizemos nosso papel como delegados e delegadas nessa Conferência. Apesar da distância e do novo modelo que tivemos que utilizar, foi louvável acontecer. Abraços a todos e que Deus nos abençoe sempre!

- **Graciele Silva de Matos - 10/12/2020 11:54**

Que as próximas sejam presenciais, precisaremos resistir a isso. Iolete tu me representa!

- **Paulo Gerson Borges de Carvalho - 10/12/2020 11:57**

Parabéns à todos pela organização!

- **Renato Cesar Ribeiro Bonfim - 10/12/2020 11:58**

Parabéns a todos e todas.

- **Ana Paula - 10/12/2020 11:58**

CPA é potência!! Vamos à luta para mobilizar os estados e municípios para que os comitês de participação de adolescentes sejam implantados também. Salve a luta dos conselheiros (as), equipe Flacso, e todos que se envolveram e colocaram energia para realização da XICNDCA. Agora é encontrar estratégias para monitoramento das propostas priorizadas, um desafio recorrente para todos nós. Seguimos! Ana Paula Rodrigues- Conselheira pela sociedade civil no CEDCA RJ

- **Jozeilda Grinauria Menino - 10/12/2020 12:05**

Lindo essas crianças cantando no final da Conferência. Parabéns a todos!

- **Pedro Henrique - 10/12/2020 12:07**

parabens a todos os participantes tenham um bom natal kkkk tamó junto

- **Edmundo - 10/12/2020 12:07**

Amei tudo. Parabéns Conand

- **Lucimária - 10/12/2020 12:08**

Boa Tarde! Parabéns a todos e todas.

- **Erineia - 10/12/2020 12:09**

Parabéns a todos! AMEI

- **Maria Victoria da Silva Chagas - 10/12/2020 12:12**

Q bela apresentação, parabéns a todos da conferência foi perfeita, agora é só a gente evolui mais e cada vez mais

XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Propostas Priorizadas

10 de dezembro de 2020

“Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”

Brasil, 26 de novembro a 10 de dezembro de 2020

Propostas Priorizadas Eixo 1:

Proposta 01 - Garantir, preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, formação continuada com vistas ao desenvolvimento de habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, profissionais da saúde, educação, assistência social, socioeducação, segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e as Redes de Proteção, bem como aos líderes comunitários e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação social, sobre os diversos temas relacionados à política de promoção de direitos e proteção de crianças e adolescentes, com atenção especial para a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de assegurar atendimento qualificado a esse grupo, em especial às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência, respeitando as diversidades étnico-raciais e culturais, em função dos diversos arcabouços jurídicos que envolvem diretamente os povos e comunidades tradicionais no Brasil, conforme entendimento do Decreto 6.040/2007, Resolução do CONANDA 181/2016, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei nº 13.010/2014.

Proposta 20 - Criar e implementar, por meio de novas adesões, Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenis (CAPSi) nos municípios e/ou regiões que não os possuem e fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para, entre outras atribuições, realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o repasse fundo a fundo do cofinanciamento aos municípios.

Proposta 02 - Assegurar acesso à qualificação profissional e/ou ensino técnico e profissionalizante a todos/as os/as adolescentes, garantindo percentual mínimo, a ser definido, das vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, em serviços de acolhimento para adolescentes, em privação de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho, assegurando o direito à remuneração, o controle social, o respeito à diversidade e às realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 10.097/2000. Criar Escolas Técnicas Estaduais e implementar novos cursos,

incluindo as áreas de cultura e esporte, que contem com assistência estudantil e material didático adaptado.

Proposta 09 - Fortalecer o SGD- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolução 113 do CONANDA, por meio da intersetorialidade e transversalidade entre todos os órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção, incluindo órgãos Municipais, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas e Poder Judiciário, garantindo assessoria técnica aos diversos profissionais, capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças e adolescentes, como forma de assegurar sua proteção integral, com prioridade às populações historicamente excluídas, tais como meninas e meninos com deficiência, vítimas de violências, negros/as, LGBT, população do campo, florestas, das águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de terreiros e povos indígenas.

Proposta 10 - Manter, ampliar e fortalecer a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes, garantindo orçamento público compatível com a execução de suas ações, de modo a assegurar a efetividade da política de assistência social por meio dos programas e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, especialmente por meio do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e pelos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), da ampliação e qualificação da oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro-Dia para pessoas com deficiência, em articulação com os órgãos gestores dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Poder Executivo.

Propostas Priorizadas Eixo 2 :

Proposta 15 - Tornar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) uma política pública de Estado, alinhada com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade Infanto-juvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados, com fundamento nos Direitos Humanos e no ECA, qualificando e ampliando sua capacidade de atendimento, fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e garantindo o acolhimento provisório imediato, por meio do financiamento e implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária/Família Acolhedora, para os casos incluídos no PPCAAM desacompanhados dos pais ou responsáveis, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Proposta 01 - Efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo: a destinação de recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral; o fortalecimento das políticas intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos; a estruturação de forma unificada da rede de atendimento; o respeito às diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários); o

estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizada e interligada e a notificação compulsória; assegurando a interação, a cooperação técnica entre os diversos serviços e financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da Amazônia como um patrimônio nacional.

Proposta 02 - Assegurar, de forma permanente e continuada, a formação e capacitação de todos os profissionais, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que atuam na Rede de Proteção, no Sistema de Garantia de Direitos e na assistência social, tais como CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento, inclusive profissionais da educação, da saúde, do sistema de justiça, da segurança pública e conselheiros tutelares, respeitando as diversidades (gênero, classe, raça/etnia, comunidades tradicionais, povos originários) e visando garantir de forma humanizada e especializada os direitos da criança e do adolescente.

Proposta 05 - Implementar com destinação orçamentaria específica, as ações decorrentes à aplicação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada), criando fluxos de trabalho e 3 protocolos intersetoriais de atendimentos humanizados, com equipe técnica qualificada e proveniente de concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, principalmente a violência sexual, evitando com isso a revitimização.

Proposta 12 - Implantar, fortalecer, ampliar e regionalizar as delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, de modo a que garantam atendimento em tempo integral e possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada de vítimas e/ou testemunhas de violência e que haja comprometimento das três esferas de governo, priorizando a obrigatoriedade do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios.

Propostas Priorizadas Eixo 3:

Proposta 01 - Promover a captação de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros mecanismos que abordem: dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas de acordo com o art. 260 do ECA; mutirão de doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais; destinação de verbas repatriadas por condenações de corrupção e violência contra crianças e adolescentes; destinação de percentual das multas de trânsito e estacionamento rotativos, bem como todas as multas decorrentes de violações de direitos humanos que envolvam crianças e adolescentes; incentivos fiscais a empresas e multas judiciais; porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração dos recursos naturais; entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma transparente, com o devido acompanhamento dos conselhos, da sociedade civil e do poder público.

Proposta 07 - Garantir a transferência de recursos fundo a fundo entre as três esferas da federação (estados, municípios, Distrito Federal e União) e assegurar os repasses a estados, municípios e Distrito Federal, dos recursos necessários para a gestão e implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, criando Lei que obrigue a previsão orçamentária nos âmbitos da assistência social, arte, cultura, lazer, emprego e serviços de proteção básica e especial, entre outros, de acordo com a diversidade de cada território, tendo como base diagnósticos locais, garantindo maior equidade. Para tanto, estabelecer percentuais mínimos, a serem definidos, para o repasse de diferentes fontes, incluindo: arrecadação da receita bruta da esfera federal diretamente aos municípios; arrecadação da receita bruta da esfera estadual para os municípios; recursos de multas (judicial, extrajudicial e administrativa) sofridos por pessoas físicas e jurídicas no âmbito estadual; pré-sal (percentual destinado à assistência social) e royalties das hidrelétricas estaduais.

Proposta 15 - Destinar financiamento específico visando à equidade no atendimento de crianças e adolescentes, levando em conta as diversidades socioterritoriais de populações indígenas, rurais, fronteiriças e de povos e comunidades tradicionais, bem como as necessidades específicas de imigrantes e refugiados, garantindo a transferências de recursos, inclusive do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para os municípios que prestam atendimento emergencial a estes grupos, bem como para o Distrito Federal.

Proposta 08 - Articular junto ao Legislativo e às forças políticas nacionais e estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências", a qual congela os investimentos nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes, de modo a garantir o princípio da prioridade absoluta.

Proposta 11 - Destinar percentual mínimo, a ser definido, de recursos das emendas parlamentares estaduais, distritais e federais às políticas voltadas à infância e adolescência, especialmente na área da assistência social e no atendimento a crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade e risco social, por meio de lei específica para esta finalidade, fortalecendo os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e considerando o ciclo orçamentário (LDO, PPA e LOA).

Propostas Priorizadas Eixo 4:

Proposta 11 - Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), nos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional, com base na resolução nº 191/2017 do CONANDA; garantindo estrutura, locomoção e alimentação para seus membros; assegurar a representação, no CPA, das diversidades culturais existentes no país e promovendo sua participação na

organização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos assuntos de sua categoria.

Proposta 02 - Implementar e divulgar, em nível nacional, espaços e ferramentas virtuais (canais digitais, aplicativos, portal on-line, bancos de dados de projetos já existentes, salas de bate-papo, aulas online, vídeos, jogos referentes à cidadania, bibliotecas digitais, etc.), com acessibilidade a todos os públicos, para o compartilhamento de informações, a troca de experiências e a realização de denúncias de violações de direitos, tratando de forma permanente temas pertinentes aos interesses das crianças e dos adolescentes e ao uso adequado das tecnologias, valorizando as especificidades regionais e identitárias. A plataforma/aplicativo deverá ser desenvolvida sob a responsabilidade do CONANDA e contar com uma comissão consultiva formada por crianças e adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por crianças e adolescentes e pelos CMDCA e CEDCA.

Proposta 04 - Ampliar a implementação, especialmente em áreas remotas, rurais e em comunidades tradicionais, de telecentros e laboratórios de informática públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática adequados, amplo acesso à Internet e equipe de profissionais capacitados na área para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e equipamentos, com vistas à inclusão digital de crianças e adolescentes e à efetivação da participação e do protagonismo juvenil.

Proposta 05 - Instituir, ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes já existentes e criando outros novos, nas áreas urbanas e rurais, para a realização de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização identitária e cultural de crianças e adolescentes e seu direito a se manifestar de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo a estimular o protagonismo infantojuvenil. Ampliar os recursos para políticas públicas de assistência social, educação e cultura, de modo a fazer com que estes espaços sejam usados tanto para a participação quanto para evitar que as crianças e adolescentes se coloquem em situações de risco.

Proposta 10 - Incentivar o acesso de crianças e adolescentes às discussões na esfera legislativa, oportunizando sua participação ativa e colocando em pauta suas propostas e demandas, por meio da criação de Parlamento Jovem/Comissão Parlamentar Jovem nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, a fim de promover o debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes, em articulação com os Conselhos de Direitos, sociedade civil e demais parceiros.

Propostas Priorizadas Eixo 5:

Proposta 01 - Garantir, por meio de cofinanciamento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, uma política permanente de formação continuada para

as crianças, os adolescentes (especialmente dos CPAS e dos Fóruns DCA), os/as Conselheiros/as Tutelares e de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da promoção de cursos, seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências, com opção de Educação à Distância, de modo a informar sobre as atribuições e funcionamento dos conselhos e sobre o conjunto de temáticas relacionadas à infância e adolescência, bem como assegurar as condições adequadas e necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, tais como: Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria Contábil, Secretaria Executiva e cargos previstos na legislação municipal que rege os respectivos Conselhos.

Proposta 08 - Garantir aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente das três esferas de governo (municipal, estadual e nacional), com previsão nas leis municipal, estadual e nacional, sede própria e recursos humanos, inclusive Secretariado Executivo, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica e Assessoria Contábil assegurando estrutura física, financiamento e materiais adequados, reconhecendo CMDCA, CEDCA e CONANDA como órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA) e Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e assegurando sua participação na elaboração da LOA, LDO e PPA, além de articular o diálogo permanente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, a sociedade em geral e o poder público, visando o respeito e o cumprimento das deliberações do CMDCA, CEDCA e CONANDA.

Proposta 05 - Garantir, inclusive por meio da alteração da legislação vigente, a participação de crianças e adolescentes nas instâncias de deliberação, formulação, execução e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, especialmente nos Conselhos de Direitos, por meio da instituição do Comitê de Participação de Adolescente (CPA) nos Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes, assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena participação.

Proposta 20 - Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e capacitar os conselheiros de direitos, técnicos e gestores para a criação e efetivação dos planos decenais municipais e estaduais de direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurando processos de monitoramento e avaliação de resultados.

Proposta 09 - Implantar e ampliar, de forma descentralizada, as Escolas de Conselhos em todas as unidades federativas, assegurando seu financiamento, de modo a garantir que os/as conselheiros/as tutelares e de direito tenham formação especializada na área da infância e adolescência, com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e erradicação do trabalho infantil, gestão pública, autonomia, controle social, questões de gênero e enfrentamento da LGBTfobia e das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

**11ª Conferência Nacional dos Direitos
da Criança e do Adolescente -
CONANDA**

Dias: 26/11 a 10/12/2020

(Realizada por videoconferência)

Página 1 de 366



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;

1 **Dia 26-11-2020 - XI CNDCA – ABERTURA**

2 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores, crianças e adolescentes de todo o
3 Brasil muito bom dia. Vamos dar início a XI Conferência Nacional dos Direitos da
4 Criança e do Adolescente, CNDCA. E é com muita felicidade que o Conselho
5 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, e a Secretaria
6 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Mulher, da
7 Família e dos Direitos Humanos acolhe e abraça virtualmente a cada uma, a cada
8 um de vocês, Delegadas e Delegados, e demais participantes da XI Conferência
9 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira Conferência
10 totalmente virtual é feita com muito esforço, muito esmero de todos aqueles e
11 aquelas que se envolveram e se dedicaram e que hoje abre as portas virtuais
12 desse evento para todos vocês. E, em razão disso, que a Presidente do
13 CONANDA, a Sra. Iolete Ribeiro e Vice-Presidente do CONANDA e Secretária



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

14 Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Sra.
15 Petrúcia Andrade agradecem aos seguintes parceiros que ajudaram a construir
16 essa empreitada: aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do
17 CONANDA, CPA CONANDA; a Rede das Organizações da Sociedade Civil e os
18 integrantes do governo que compõem o CONANDA; a Secretaria Nacional dos
19 Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do Secretário Nacional, Sr.
20 Maurício José da Silva Cunha; ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
21 Humanos, na pessoa da Excelentíssima Ministra Damares Regina Alves; a
22 Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Flacso Brasil, na pessoa de sua
23 Diretora Salete Valesan; ao PNUD, na pessoa de Raíssa Teixeira Freitas, Gerente
24 de Projeto Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento; a equipe da
25 Secretaria-Executiva do CONANDA, na pessoa de seu Secretário-Executivo Lucas
26 Batista de Carvalho Pinheiro; ao Instituto Alana, nas pessoas de Thaís Dantas,
27 Adriana Biancolini e Silvani Rodrigues; a Escola de Arte Spanta Rio de Janeiro, na
28 pessoa de Henrique Castro; a cantora Luiza Martins e aos seus pais Alexandre
29 Martins e Fabiana Andrade Carvalho Martins, que nos deram o presente de seu
30 show; a Comissão Organizadora da XI CNDCA entende que as palestras que
31 nortearão as discussões desta Conferência têm um caráter formativo e universal.
32 Portanto, informamos que as transmissões deste evento estão abertas ao público
33 em geral, canal do CONANDA no YouTube, CONANDA online, e pelo
34 facebook.com/conandaconselhonacional no ambiente virtual da XI CNDCA,
35 restrita aos Delegados e às Delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br.
36 Também está disponível no canal do YouTube do CONANDA e transmissão, cujo
37 link está copiado na descrição deste vídeo. É fundamental nesse processo
38 Delegados e Delegadas na qualidade de criança, adolescente ou pessoa com
39 deficiência tenham sempre ao seu lado os seus tutores e acompanhamentos para
40 lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial. Programação
41 da XI CNDCA: Dia 26 de novembro: 9h, agora às 9h30, Atividade de abertura da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

42 XI CNDCA - Pronunciamento de autoridades e palestra magna: Proteção Integral
43 diversidade enfrentamento das violências, atividade cultural alusiva ao dia da
44 Consciência Negra comemorado no dia 20 de novembro e o pocket show de Luísa
45 Martins. Dia 27 de novembro Mesa de Exposição, 10h, eixo 1, garantia dos
46 Direitos e Políticas Públicas integradas de Inclusão Social. 14h, eixo 2, Prevenção
47 Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes. 16h, eixo 3,
48 Orçamento e Financiamento das Políticas Para Crianças e Adolescentes.
49 Atividade cultural, pocket show da Banda Alana. Dia 28 de novembro, mesas de
50 exposição, eixo 4, Participação Comunicação Social e Protagonismo de Crianças
51 e adolescentes. 16h, eixo 5, espaços de gestão e Controle Social das Políticas
52 Públicas de Crianças e Adolescentes. De 28 a 30 de novembro, primeiro momento
53 do Fórum de Propostas apresentação de emendas às propostas sistematizados. O
54 primeiro momento estará aberto entre as 18h do dia 28 e 18h do dia 30 de
55 novembro. Dia 4 e 5 de dezembro segundo momento do Fórum de Propostas
56 votação das propostas pelos Delegados e Delegadas do eixo. O segundo
57 momento estará aberto entre as 9h da manhã do dia 4 de dezembro e 18h do dia
58 5 de dezembro. Dia 8 e 9 de dezembro, terceiro momento do Fórum de Propostas
59 Priorização das Propostas, o terceiro momento estará aberto entre as 9h do dia 8
60 de dezembro e 18h do dia 9 de dezembro. Dia 10 de dezembro, 9h atividade
61 encerramento da 11ª CNDCA, leitura das propostas priorizadas por eixo, leitura de
62 ementas das moções aprovadas, pronunciamento de autoridade, atividade cultural
63 alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Moções poderão ser
64 submetidas para votação entre o dia 26 de novembro e 8 de dezembro de 2020 de
65 acordo com as orientações disponíveis na sessão de moções. E para acompanhar
66 toda essa programação, vamos considerar o horário de Brasília e vale a pena
67 ressaltar também que toda a equipe envolvida nesta cerimônia, envolvida na
68 preparação deste evento, todos estão seguindo rigorosamente os protocolos
69 contra a Covid-19. Nós gostaríamos de agradecer e registrar as seguintes



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

70 participações de pessoas e instituições que nos assistem através dos canais de
71 retransmissão da 11ª CNDCA. Marcelle Frossard, Campanha Nacional pelo Direito
72 à Educação; o Irmão Vicente Falquetto, Fórum Nacional do Direito da Criança e do
73 Adolescente; professora Elizabeth Guedes, Associação Nacional das
74 Universidades Particulares, ANUP; a Deputada Estadual Valéria Bolsonaro da
75 Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Márcia
76 Cristina Machado de Oliveira Rede não Bata, Eduque; Márcia Alves de Figueiredo,
77 Ministério de Minas e Energia. Senhoras Rosana Sperandio Pereira e Luciana
78 Amorim da Unesco no Brasil, senhor Rodrigo Araújo do escritório das Nações
79 Unidas sobre Drogas e Crimes; Rosana Veja, da Unicef, Sra. Maria Cláudia
80 Falcon da OIT no Brasil e Sra. Maria José Oliveira Evangelista do CONASS, com
81 o tema central Proteção Integral a Diversidade Enfrentamento das Violências, o
82 objetivo da 11ª CNDCA, é mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de
83 Direitos Crianças e Adolescentes e a sociedade para a construção de propostas
84 voltadas para afirmação do princípio de Proteção Integral de Crianças e
85 Adolescentes nas Políticas Públicas fortalecendo assim, as estratégias e ações de
86 enfrentamento as violências e considerando diversidade. Nos próximos 15 dias, ou
87 seja, de hoje 26 de novembro a dia 10 de dezembro de 2020 contaremos com
88 diversas atividades: como cerimônias, palestras, discussões nos Fóruns, análise
89 de propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a
90 extensa programação da 11ª CNDCA, cujo processo se iniciou no ano de 2018
91 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e pelo Decreto a nº 10.505
92 do dia 2 de outubro de 2020 que chamou essa Conferência Nacional e depois
93 foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de
94 muitas lutas realizando a etapa nacional através de uma ferramenta desenhada
95 metodologicamente para ser concretizada de uma forma virtual. Infelizmente a
96 pandemia do Novo Coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente aqui
97 em Brasília, mas aqui fica o desejo de que a 12ª CNDCA possamos nos ver de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

98 forma presencial e então a meio a muitas conversas, discussões, podermos nos
99 abraçar e muito. Neste momento damos início à cerimônia de abertura da 11^a
100 CNDCA e para compor a mesa, deste primeiro momento já está presente aqui
101 para coordenar os trabalhos a Ilma. Sra. Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do
102 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA,
103 representante da Sociedade Civil pelo Conselho Federal de Psicologia. O
104 excelentíssimo senhor Maurício José da Silva Cunha, Secretário Nacional dos
105 Direitos da Criança e do Adolescente, a excelentíssima Sra. Maria do Rosário
106 Deputada Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e
107 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional. Antônia
108 Raquel, é uma criança integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho
109 Infantil, Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, representante do Comitê de
110 Participação do Adolescente, CPA CONANDA, senhor Maurício Santos da Silva
111 Damas, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
112 Adolescente e Comitê de Participação de Adolescentes do CONANDA, CPA
113 CONANDA. Salete Valesan Camba, Diretora da Faculdade Latino-Americana de
114 Ciências Sociais, Vicente Falquetto, representante do Fórum Nacional dos Direitos
115 da Criança e do Adolescente. Neste momento nós solicitamos a todos que
116 posicione em sinal de respeito aqui e onde você estiver para ouvirmos o Hino
117 Nacional.

118
119 (Hino Nacional Brasileiro)

120
121 **Mestre de Cerimônia** – Podemos sentar. E convidamos a fazer o uso da palavra
122 o senhor Vicente Falquetto, representante do Fórum Nacional de Direitos da
123 Criança e do Adolescente, FNDCA.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

124 **Sr. Irmão Vicente Falquetto (Fórum Nacional do Direito da Criança e do**
125 **Adolescente, FNDCA)** - Muito bem, um bom-dia a todas, a todos. É com muita
126 alegria em primeiro lugar e muita satisfação, alegria, porque depois de tanta
127 discussão estamos aqui realizando a tão esperada Conferência Nacional da
128 Criança e do Adolescente e com certeza, nós temos representações de quase
129 todos, para não dizer todos os estados. E aqui eu falo em nome do Fórum
130 Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é uma
131 articulação de instituições da Sociedade Civil que tem como missão, garantir e a
132 efetivação de monitoramento das Políticas Públicas e da Mobilização Social para a
133 construção de uma sociedade livre, justa, solidária. É tão caro, tão importante usar
134 esses termos, sociedade livre, justa e solidária. Possui uma trajetória de mais de
135 trinta anos, nós estamos celebrando este ano 30 anos do Estatuto da Criança e do
136 Adolescente e podemos dizer com muita satisfação o compromisso que sempre foi
137 uma bandeira de luta de Fórum Nacional o nascer, crescer e a efetivação do
138 Estatuto da Criança e do Adolescente, em nosso país, que é uma proposta
139 internacional da Conferência Nacional, Internacional da Criança e do Adolescente.
140 E a Sociedade Civil, ela vem exercendo esse papel de Controle Social, do estado
141 democrático de direito e só será possível construir um país que garanta os direitos
142 fundamentais para a criança e do adolescente quando a sociedade se une com
143 esse compromisso, com este propósito. Por isso o Fórum Nacional, antes de mais
144 nada, ele tem um papel profético, de gritar contra a injustiça, o papel de
145 denunciar, denunciar as omissões, especialmente aquelas que estão garantidas
146 em lei, denunciar as transgressões que essas são as que resultam na violação
147 dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Certamente muitas falas
148 hoje serão lembradas as situações adversas do nosso país passa, mas nós aqui
149 queremos centrar o nosso foco na emoção da importância das organizações da
150 Sociedade Civil nos diversos espaços, não só Direito da Criança e do
151 Adolescente, mas passa vários outros espaços. Defesa da Mulher, por exemplo, é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

152 muito forte e a gente tem e sente com autonomia e respeito de estar falando com
153 este Fórum que se encontra presente em todos os estados da federação. Hoje nós
154 conseguimos 27 Fóruns articulados em todo o Brasil e são organizações que
155 participam também, assim como nós estamos neste momento realizando a
156 Conferência Nacional e nós temos aí os companheiros e companheiras, colegas
157 da Sociedade Civil que representam com dignidade a Sociedade Civil e o
158 Conselho Nacional nos estados também temos essa presença efetiva e marcante,
159 é efetiva, não é uma representação comum. E, porque não dizer, e eu, inclusive,
160 neste momento ocupo a cadeira de Presidente do Conselho Municipal da Criança
161 e do Adolescente. Então a Sociedade Civil hoje, quando ela faz valer o seu papel,
162 ela busca os espaços, os espaços de direito para garantir a efetivação e sem
163 dúvida, quando estamos nesse espaço, nós queremos juntos com a
164 representação governamental, fazer com que os direitos sejam garantidos, e sem
165 dúvida, não é? Muitas vezes temos que sair à frente gritando e isso a Sociedade
166 Civil tem feito e faz e faz com legitimidade. E nós estamos nessa Conferência
167 Nacional, como algumas realizações fruto de lutas e conquistas, nós teremos a
168 oportunidade e temos presentes aqui entre nós adolescentes, jovens que
169 compõem o CPA, o Conselho Comissão de Participação de Adolescente, que é
170 uma luta como de mais de cinco anos que se tornou realidade e me permite citar o
171 nome aqui de uma companheira do Conselho Nacional, a Regina que nesse
172 momento não participa conosco por estar de Covid, rezemos por ela, dizemos:
173 "Regina, vai melhorar, confiança, muita gente passou por isso e muitos irão passar
174 e queremos continuar unidos." O Fórum Nacional, quer ter essa característica
175 humana, nós olhamos a criança, a pessoa. Muitas vezes falam mais um número
176 tão pequeno de adolescentes e jovens no trabalho, abusos diversos, para nós um
177 é suficiente, uma pessoa é suficiente para levantarmos a bandeira. E a bandeira
178 do Fórum Nacional é como está aqui no logon do Fórum, é a criança, o
179 adolescente sorrindo, alegre, feliz, buscando sempre alternativas para melhores



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

180 condições. O Fórum tem cumprido seu papel, representando as entidades,
181 participando como os representantes da Sociedade Civil e no Conselho Nacional,
182 com reuniões e ainda aproveito esse momento para fazer um apelo, nesse
183 momento maior apelo nosso, Conselheiros e todos os Congressistas para dessa
184 Conferência, nós estamos lutando e queremos que que aconteça as eleições 2020
185 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. O Fórum, o CONANDA, as
186 entidades que batalham, que lutam, que buscam pelos direitos não podem acabar.
187 Bonito na sociedade quando caminhamos de braços unidos, de mãos dadas,
188 buscando o objetivo maior, a vida. E a vida vem em primeiro lugar. Nós queremos
189 fazer garantir a Constituição, e criança é prioridade absoluta em todos os direitos.
190 Esse ano da pandemia, nós sabemos que a educação ficou fragilizada, mas
191 muitas iniciativas, muitas escolas continuaram de uma maneira ou de outra
192 fazendo conhecimento chegar à casa dos nossos estudantes, e temos resultados
193 maravilhosos. Por outro lado, o fato de ficar muito tempo em casa, os números da
194 pandemia, nesse tempo de pandemia, por exemplo, de abuso sexual aumentaram
195 drasticamente. Então, a luta continua. A briga continua, por isso nós queremos,
196 quando falamos em eleições, nós queremos o CONANDA renovado, forte, que
197 briga, corre atrás, e essa luta, nós temos certeza, não é só para os Conselheiros
198 da Sociedade Civil nesse espaço de discussão e de direito, é para todos nós. Nós
199 queremos um Governo forte, um Conselho forte e os demais Conselhos para
200 garantir de fato, que o nosso estatuto, que a nossa lei maior seja garantida na sua
201 amplitude. Felizmente muita gente vive de iluzões e essa é uma ilusão que nós
202 devemos carregar sempre, é a utopia, eu gosto muito da definição, a utopia está
203 onde está? Está atrás daquela montanha, você sobe e ver outra montanha e não
204 paramos de caminhar nunca. Um militante de luta pelos direitos é incansável, ele
205 não trabalha 8h, ou a sua jornada não é de 44h. E eu falo aqui em nome dos
206 militantes da Sociedade Civil, dos diversos espaços de representação que as
207 nossas reuniões vão além das Plenárias, seguem noite adentro debatendo sempre



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

208 dialogando, buscando melhores respostas e me sinto muito, nesse momento falo
209 em nome da Sociedade Civil, representado pela nossa Presidente que está ali, a
210 Iolete representando a Sociedade Civil neste período, que busca congrega. E
211 para fechar, porque o tempo está chegando, dizer aquelas discussões que
212 aconteceram em nível municipal, regional e estadual, não foram em vão, com
213 certeza alguns disseram: "Tem tanta coisa." Alguns estados realizaram suas
214 Conferências dois anos atrás, mas quando se trata de crianças e adolescentes,
215 jovens, seus direitos, esse tema está sempre florindo novas perspectivas, sempre
216 buscando uma maneira diferente de fazer valer seus direitos. Portanto, o Fórum
217 Nacional acompanhará através dos Fóruns Estaduais, através das entidades
218 presentes essas discussões são muito importantes, e um dos papéis, fechando
219 agora do Fórum Nacional em todas as Conferências foi de sair à frente, antes que
220 se publicasse oficialmente a documentação das decisões das Conferências
221 Nacionais, nós já saímos discutindo, propondo os estados, encontros para
222 antecipar e começar a implementar. Não podemos deixar o sonho morrer, uma
223 boa Conferência para todos, um abraço carinhoso e vamos em frente. A luta
224 continua, muito obrigado.

225 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado. Neste momento tem a palavra a senhora
226 Salete Valesan Camba, Diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências
227 Sociais.

228 **Sra. Salete Valesan Camba (Diretora da Faculdade Latino-Americana de**
229 **Ciências Sociais)** – Bom-dia a todos e a todas, é um enorme prazer estar aqui
230 como parceira e construtora dessa Conferência. Gostaria de iniciar saudando
231 todas as crianças e adolescentes que são Delegados e Delegadas desta
232 Conferência, saudar os Delegados e Delegados dos estados que estão aí
233 acompanhando esse momento, um momento muito importante nesse ano
234 complicado e difícil para todos e todas nós. Agradecer ao CONANDA, esse



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

235 trabalho incansável que vem realizando e a conquista desse espaço que manter a
236 Conferência. Agradecer a parceria da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança
237 e do Adolescente, por meio do seu Ministério da Família da Mulher da Família e
238 dos Direitos Humanos. Agradecer a Flacso Brasil, todas as equipes, todas as
239 pessoas que se envolveram neste ano para a que essa Conferência aconteça.
240 Agradecer, então, em nome da Kátia, da Bel e da Flávia, cada um e cada uma das
241 equipes que estão aí fazendo essa Conferência acontecer, dizer que a Flacso
242 Brasil é um organismo internacional e a Faculdade Latino-Americana de Ciências
243 Sociais, têm 63 anos e para a Flacso Brasil, criança e adolescente é prioridade
244 absoluta, temos trabalhado muito para que essa pauta e para que esse tema e
245 esse direito não saíam da pauta e dos temas do nosso estado brasileiro. Quero
246 dizer que para nós essa Conferência é fundamental, não somente pela parceria
247 que temos com o CONANDA e com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança
248 e do Adolescente para sua realização, mas porque está em nosso DNA, está em
249 nosso propósito e está em nossos objetivos ter o tema da criança e adolescente
250 como uma constante e uma luta e uma missão cotidiana. Gostaria de frisar a
251 importância dessa Conferência para toda a Rede de Garantia, Proteção e Defesa
252 dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas muito mais para cada um e cada
253 uma das crianças e adolescentes do nosso país, não importa qual o local onde
254 elas vivem, sabemos da desigualdade absurda, imensa deste país, sabemos da
255 pobreza, da miséria, da exclusão e da riqueza exacerbada que assola a nossa
256 sociedade brasileira e é por isso que estaremos aqui sempre lutando, e por saber
257 e por conhecer isso, lamentamos que os adultos de dois estados nacionais, de
258 dois estados brasileiros resolveram deixar as suas crianças e adolescentes sem
259 vez e sem voz de participação nessa Conferência, lamentamos e esperamos que
260 essa seja a última vez que um de nós, adultos podamos e excluimos a voz e a vez
261 e o direito à participação, direito primordial de crianças e adolescentes
262 participarem desses espaços, são espaços decisivos para garantias de seus



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

direitos e para que eles possam dizer com suas vozes, com seus gestos, com seus olhos, com seus rostos quais são as dificuldades que eles enfrentam no cotidiano, mas também nos dizer das alegrias, do sucesso que eles conseguem realizar durante seu tempo de caminhada e assim para eles e para elas é que eu quero finalizar esta minha participação em nome da Flacso Brasil, desta forma: "Ontem uma criança que brincava me falou que hoje é semente do amanhã, para não ter medo que esse tempo vai passar, não se desespere não, nem pare de sonhar, nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs, deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar, fé na vida, fé na gente, fé no que virá, todos podem muito, juntos podem mais, vamos hoje fazer o que será." Obrigada a cada um e cada uma das crianças e adolescentes que estão fazendo um esforço enorme para participar desse momento.

Mestre de Cerimônia – Muito obrigada Sra. Salete Valesan. Eu passo a palavra agora para a criança Antônio Raquel, integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil. Olá Sra. Antônio Raquel, pode falar. Como a conexão da criança Antônio Raquel está um pouco travada, está em disfunção, eu passo a palavra agora ao Maurício Santos Da Silva Dama, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Comitê de Participação de Adolescente do CONANDA, CPA, CONANDA.

Sr. Maurício Santos da Silva Damas (Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comitê de Participação de Adolescentes do CONANDA) – Oi bom-dia a todos. Eu sou Maurício Santos da Silva Dama, tenho 15 anos, moro em Belo Horizonte, Minas Gerais. E eu gostaria de falar um pouco de quem sou eu, de como eu conheci o CONANDA e CPA. Eu comecei a ir para a igreja e entrei no circo de Belô, onde funciona aqui em Belo Horizonte, no bairro São Geraldo e dali eu conheci o CPA CPA do CEDICA Minas Gerais, de Minas Gerais que ali eu fui conhecendo um pouco mais do que seria



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

290 Direito da Criança e do Adolescente, que até então eu não sabia nem que existia.
291 Eu sempre ouvi falar do ECA, mas nunca realmente soube o que era, realmente
292 procurei saber o que era, ali eu fui conhecendo, aí comecei a fazer outras
293 participações como no CPA do CONANDA, e no rede Surca do Mercosul, onde
294 representa adolescentes do Brasil. E eu sou uma pessoa que veio de uma família
295 muito humilde, eu nasci e cresci numa comunidade aqui perto de onde eu estou
296 no momento, que uma comunidade no bairro morto. Aí eu também, como eu
297 cresci lá eu sempre vi violência e drogas, eu sempre vivi com a violência e com
298 tráfico de drogas e sempre vendo aquilo ali e nunca querendo não me envolver,
299 isso nunca chamou muito a minha atenção e disso eu fui sabendo, conhecendo
300 um pouco mais da vida, sabendo como funciona essas coisas, tipo uma, no
301 momento uma pessoa está aqui com a gente, de repente, morre. Então, eu
302 sempre foi meio que acostumado com a violência, eu, quando era pequeno, antes
303 de eu nascer, o meu pai batia na minha mãe. Aí hoje em dia eu sinto um certo
304 remorso por dele, mas tem que perdoar, e assim eu fui crescendo até que eu, eu
305 conheci mais o CPA e quis me aprofundar mais nesse assunto, aí fui passando o
306 CPA do CEDICA fiquei 1 ano, 2 anos, acho que vai fazer dois anos agora em
307 janeiro que eu represento o CPA do CEDICA, vai fazer dois anos. Que eu
308 represento adolescentes de Minas Gerais lá. E aí eu conheci o CPA do
309 CONANDA, o que seria o CPA? Eu estou falando CPA, mas o CPA é o Comitê de
310 Participação de Adolescentes, um espaço onde os adolescentes, certos
311 adolescentes insetos adultos vão ter um poder que fala, que normalmente
312 crianças e adolescentes não têm, principalmente aqui no Brasil, eles não têm
313 como falar no normalmente, porque são certos Conselhos e Comitês, porque se
314 você chegar derrepente em uma criança ou adolescente e perguntar, o que é
315 direito da Criança e Adolescente? Ele não vai saber explicar. E eu escrevi um
316 pouquinho, porque caso eu esqueça de falar alguma coisa. E também queria falar
317 um pouco sobre a pandemia. A gente no momento, não teve para nenhuma nos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

318 trabalhos do Direito da Criança e Adolescente, demorou mais, por que? Por causa
319 da pandemia? Sim, mas não atrapalhou muito, porque o CPA do CEDICA continua
320 funcionando normalmente, o CPA do CONANDA também, a gente ainda está
321 fazendo reuniões, a gente e o CPA do CEDICA ainda pegando, tipo assim, a
322 gente tem um negócio que se a pessoa manda mensagem para a gente,
323 explicando o que aconteceu, a gente leva até o Conselheiro mais próximo ao
324 Conselho e aí a gente ainda está funcionando os trabalhos, o Rede Surca ainda
325 está funcionando, ele começou, na verdade, com que desde que eu entrei no
326 Rede Surca acho que ele começou com a pandemia, a pandemia começou junto
327 começou o Rede Surca, também é um espaço onde os adolescentes podem falar
328 lá, os adolescentes no Mercosul inteiro, vão falar de seus direitos, vão discutir os
329 seus direitos. E agora eu estou aqui, nesse momento representando a 11ª,
330 representando o CPA do CONANDA na 11ª Conferência Estadual e do Direito da
331 Criança e do Adolescente. Escrevi um textinho, mas acho que eu já li, ele todo, eu
332 passei ele todo, vai falar alguma coisa a mais? É, era só isso que eu tinha para
333 falar por enquanto e uma ótima Conferência a todos. Obrigado.

334 **Mestre de Cerimônia** – Obrigado Maurício. Vamos agora ouvir a pequena
335 Raquel, acho que a conexão dela já está melhor, não é? Antônia Raquel,
336 integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil, a palavra é sua
337 Antônia. Caiu a conexão da Antônia? Então, vamos dar prosseguimento,
338 passando a palavra a Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, Representante do
339 Conselho Estadual de Criança e do Adolescente de Comitê de Participação do
340 Adolescente, CPA CONANDA.

341 **Sra. Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos (Representante do Comitê de**
342 **Participação do Adolescente CPA/CONANDA)** – Bom dia a gente. Espero que
343 todos estejam bem, não é? Neste tempo de pandemia, está tão complicado para
344 todo mundo. Agradeço primeiramente a todos por estarem acompanhando essa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

345 11º Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, agora dessa
346 nova maneira, online, que eu confesso que no início eu fui bem contra, porque
347 muitas crianças e adolescentes não estão conseguindo ter o acesso, porque é
348 complicado a situação de todo mundo, cada um tem uma situação. Então, é
349 complicado para a gente ter esse acesso há tantos dias em uma plataforma digital,
350 uma Internet de acesso bom, um computador, um notebook, um smartfone
351 estável, eu mesma, eu tive que vir para a Instituição de onde eu sou que é a
352 Fundação Angélica Goulart, que está me dando todo esse apoio e essa
353 Assistência, eu queria agradecer a Fundação por isso e agora vou me apresentar
354 um pouquinho, ele falou, não é? Como ele disse, eu me chamo Rebeca Cassiano,
355 eu tenho 15 anos e fui eleita em 2018 pelo CPA aqui do Rio de Janeiro, mas para
356 começar falando, eu só entrei nisso tudo, porque, vou contar um pouquinho da
357 minha história. Desde 3 anos de idade, eu entrei para a Fundação e fui
358 conhecendo um pouco mais dessa área de Direito da Criança e do Adolescente e
359 tudo e a minha irmã também, como eu era mais velha, ela foi se inteirando nesses
360 espaços. Então, não seguiu os passos delas, mas eu comecei a me interessar
361 mais, e em 2018 também eu consegui entrar na Rede não Bata, Eduque, além de
362 um processo, através de um processo de seleção e eles conseguiram me levar
363 nessa, nessa parte do CPA. Eu no começo, eu confesso que eu não estava
364 entendendo o que estava acontecendo, porque falavam para mim a gente vai lá te
365 levar que vão fazer uma seleção e tudo, aí você vai dar seu ponto de vista, e você
366 talvez seja eleita, se for eleita vai acontecer isso, isso e isso. Aí eu já fiquei com
367 uma noção totalmente diferente do que foi, porque a gente de começo, falam para
368 a gente, eu fui representando o CPA aqui do Rio de Janeiro, representando os
369 adolescentes do Rio de Janeiro e acabei lá falando lá batendo boca, batendo boca
370 com a menina que até era mais velha do que eu, eu era a mais nova do grupo, eu
371 tinha 13 anos e foi realmente assim, uma loucura, porque eu fui falando e as
372 pessoas foram... Gente, realmente essa menina aí, se a gente colocar ela nisso



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

373 daí e tudo, ela vai conseguir, levar adiante essas propostas e tudo, e aí eu
374 consegui ser eleita. Desde então eu estou no CPA do CONANDA, só que a gente
375 está na luta, porque desde 2018 a gente estava aí aguardando a posse e a gente
376 conseguiu ter a posse em meio a uma pandemia. Então, é uma coisa assim, bem
377 complicada, tanto tempo de espera, mas realmente foi uma grande vitória, mas
378 infelizmente por causa da demora a gente acabou perdendo muitos adolescentes
379 por conta da idade, porque o CPA, quando tem participação de adolescente tem
380 uma idade até onde a gente pode ficar. Então, eu queria estar aqui, ressaltar que
381 nesse processo que a gente está tendo participação efetiva, nós adolescentes
382 estamos tendo hoje em dia participação efetiva dentro do CONANDA, a partir
383 desse ano a gente vai começar a ter mais, eu queria agradecer muitos
384 adolescentes que passaram pelo CPA, todos os adolescentes, não vou citar todos
385 os nomes, para não deixar ninguém de fora sem querer, porque meio avoada, eu
386 posso acabar esquecendo, mas eu queria agradecer muito a todos adolescentes
387 que fizeram parte dessa história. Eu quero agradecer, a galera da CPA, todos eu
388 quero agradecer e... Gente, eu falo muito rápido, falo de mais, tem que dar uma
389 respeitada, não é? A pandemia trouxe essa máscara e tudo mais. Mas é isso,
390 então apoiando a gente, agora a gente está com a equipe da Flacso que são uma
391 equipe completamente incrível que elas sempre estão dando assistência para a
392 gente. A Bel, a Salete, todo mundo elas estão sempre bem junto da gente nos
393 grupos, nas reuniões, elas estão sempre em contato com a gente para saber
394 como a gente está? Elas têm essa sensibilidade de nos dar total apoio e eu
395 agradeço muito a elas por isso e a gente está com muitos planos para os próximos
396 anos, e eu também quero dizer que eu estou muito ansiosa, porque agora também
397 tem, está tendo a seleção dos próximos adolescentes que vão representar o CPA,
398 porque muitos saíram, só tem hoje em dia 10. Então, quero falar, se vocês
399 estiverem assistindo, quero falar que vocês vão ser muito bem-vindos nesta nova
400 fase do CPA, do Comitê de Participação de Adolescente do CONANDA e que a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

401 gente aguarda vocês o mais breve possível para que a gente possa fazer história
402 nesses próximos anos. Eu não vou me prolongar muito, até porque eu vou
403 continuar com vocês no próximo bloco da Conferência e amanhã, no eixo 3 de
404 orçamento, aguardo ansiosamente para começarmos nossa troca de ideias,
405 conhecimentos, para melhorar cada vez mais o nosso presente e o nosso futuro,
406 não é? De todos nós crianças e adolescentes, desejo uma ótima Conferência a
407 todos e todas, principalmente a todos e que juntos possamos sempre priorizar a
408 participação de crianças e adolescentes nesses nossos espaços de fala. E
409 também quero agradecer muito a Fundação da Angélica Goulart e a Rede Não
410 Bate, Eduque que são os projetos que eu trabalho, a ONG da onde que eu sou,
411 que tem me apoiado muito aqui no Rio de Janeiro, nesse processo todo, desde,
412 antes de 2018 também, mas desde 2018, tanto no CPA, quanto em outras
413 atividades que eu participo através da Rede Não Bate, Eduque e do CPA que
414 sempre estão me dando apoio, agora nesse tempo de pandemia eles estão me
415 ajudando demais, porque realmente vocês podem ver aqui, que eu não estou
416 numa casa, não é? Estou de máscaras justamente por isso, que eu tive que vim
417 na minha unidade, na Fundação Angelica Goulart, para conseguir ter um acesso à
418 Internet estável para conseguir participar da melhor forma possível, para trazer
419 aqui meus pontos de vistas, meus esclarecimentos e... Gente, estou com a falta
420 de ar, falo muito rápido, me desculpa. E para conseguir usar a Internet e essas
421 coisas a mais. Eu queria agradecer a todos pela atenção e queria, se você criança
422 e adolescente estão assistindo isso, isso não, assistindo a Conferência. Eu queria
423 agradecer muito por você estar aqui e queria também te convidar mais para
424 participarem, porque esse espaço, ele é nosso. A gente tem que sempre ocupar e
425 ele, entende? Mesmo que dessa vez seja uma maneira mais complicada, que é
426 online, sei que nem todo mundo pode estar acessando, eu mesma não poderia
427 estar acessando se não estivesse aqui. Então, eu queria muito agradecer a todos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

428 que estão participando e convidar mais a participarem, se puderem e é isso gente,
429 obrigada e uma ótima Conferência a todos.

430

431 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado. Fique à vontade.

432

433 **Sra. Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos (Representante do Comitê de**
434 **Participação do Adolescente CPA/CONANDA)** – Não é que a Maria Rosário,
435 está aqui e eu aqui queria com ela mesmo exclusivo da Fundação para ela, que a
436 gente gosta muito dela, Angelica Goulart, gostava muito dela também, não é? E
437 eu sei que você gosta muito dela e a gente se sentiu muito acolhida por você
438 também. Então a gente queria deixar aqui um agradecimento e um beijo muito
439 especial. Obrigado.

440

441 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado. Agora sim tem a palavra a excelentíssima
442 Sra. Maria do Rosário, Deputada Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar
443 Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no
444 Congresso Nacional.

445

446 **Sra. Maria do Rosário (Deputada Federal e Coordenadora da Frente**
447 **Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do**
448 **Adolescente no Congresso Nacional)** – Muito obrigada. Eu começo
449 agradecendo esse abraço, lembrando aqui da Angélica Goulart que todos, todas
450 aquelas que lutam pelo Direito das Crianças e Adolescentes, todo o tempo, ao
451 longo de toda vida, essa foi a vida, essa é a vida que fica, que é marcante para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

452 nós, Angélica Goulart, de tantas e tantas mulheres. Eu faço, homens também.
453 Lutadores e lutadoras. Eu quero, então através dessa fala maravilhosa de uma
454 jovem, uma adolescente dizer, pensando na canção que a Salete Valesan nos
455 trouxe, cumprimento a Salete, cumprimento em primeiríssimo lugar a Iolete Ribeiro
456 da Silva, Presidenta do CONANDA, a todos e a todas que compõe essa mesa,
457 aos que participam, aos que estão em todos lugares do Brasil acompanhando.
458 Nós temos uma grande responsabilidade que conosco e a Salete nos trouxe uma
459 canção que fala das sementes do amanhã, mas se não há proteção hoje, se não
460 há garantia de direitos hoje, nós sabemos se não há um cuidado com a terra e o
461 cuidado com a semente o amanhã, o amanhã é totalmente dependente, composto
462 pelos nossos gestos e os nossos atos de hoje, pela nossa responsabilidade e pelo
463 senso ético que nós temos no presente. Eu sempre me refiro, que o tema da
464 infância, dos Direitos das Crianças e Adolescentes pode ser visto como um tema
465 da economia para aqueles que pensam no ajuste fiscal, nos cortes que a Emenda
466 Constitucional nº 95, a final produziu retirando das Políticas Públicas do cenário
467 brasileiro, fazendo refluir Políticas Públicas, pensando nas crianças pode ser visto
468 no ambiente político, quando a gente vê tantas disputas talvez desnecessárias,
469 ideológicas, ideologização, que muitas vezes dizem aqueles ideologismos, mas,
470 na verdade, os que dizem isso que estão sempre trazendo implementos e
471 ideológicos do seu pensamento para retirar a ideia da universalidade. O tema da
472 infância pode ser vista sobre diferentes prismas, lentes, mas ele precisa. Eu queria
473 superar tudo isso para dizer a vocês uma coisa, responsabilidade que nós temos
474 com Direitos das Crianças e Adolescentes nas leis, normas e na Constituição
475 Federal, na Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, é antes de
476 tudo uma responsabilidade ética, entre gerações, uma responsabilidade ética
477 entre gerações por quê? Nos é dado como humanos ou seres humanos a missão
478 de proteger, de adultos estabelecerem e realizarem o que nós escrevemos na lei
479 na própria Constituição que é a proteção integral. Então nada menos que isso é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

480 aceitado, nós estamos nessa 11ª Conferência, com essa necessidade de afirmar,
481 reafirmar os instrumentos legais, reafirmar a Constituição Federal, reafirmar a
482 Convenção dos Direitos da Criança com valor para o Brasil, a relação com as
483 nações unidas, com valor para o Brasil, reafirmar o Estatuto da Criança e do
484 Adolescente no marco dos seus 30 anos. E ao dizer isso eu quero agradecer
485 nome da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes, a
486 carta que foi escrita há muitas e muitas mãos com a Sociedade Civil, com
487 Parlamento Brasileiro, assinada por dezenas, centenas de entidades no Brasil e
488 que é o marco dos 30 anos e é uma carta denúncia, uma carta denúncia de que
489 no Brasil no ano 2020 muitas Políticas Públicas estão sendo destruídas, de que
490 quando nós ultrapassam os 170.000 vítimas da Covid, a que se multiplicar
491 tristemente esse número seja pela ausência de responsabilidade com a testagem,
492 atendimento, seja, porque nessas famílias estão as crianças, os adolescentes
493 órfãos, são aqueles que sofrem todo o tempo a necessidade de políticas que são
494 sendo desfeitas. Nós queremos denunciar que há uma redução de políticas para o
495 enfrentamento exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Queremos
496 denunciar que há uma diminuição de políticas para responsabilização daqueles
497 que exploram o trabalho infantil, se durante duas décadas nós conseguimos
498 reduzir os índices de trabalho infantil com políticas que enfrentaram a miséria
499 extrema e colocaram e garantiram que a criança estivesse na escola, que o
500 adolescente estivesse na escola nos dias atuais, nós vemos a miséria entrar na
501 casa das pessoas e as crianças estarem nas sinaleiras ou no trabalho, no
502 sustento das suas casas, o que é o trabalho infantil de acordo com a OIT. Nós
503 denunciemos a diminuição de políticas, nós denunciemos que o Ministério da
504 Saúde não está atuando devidamente nas questões relacionadas ao atendimento
505 das crianças com sofrimento psíquico, denunciemos que têm sido tomadas
506 decisões que seriam do Conselho Nacional dos Direitos da Criança em outros
507 Fóruns Governamentais. Denunciamos Ministério da Educação, não está tendo as



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

508 necessidades educacionais das crianças na pandemia e que, inclusive, em um
509 determinado momento autoridade da república disse que não seria uma
510 responsabilidade federal, para atuar sobre a garantia da educação no ensino
511 básico e vejam, a garantia da educação não é abrir escolas com a pandemia em
512 alta, mas é garantir o plano que logo em seguida desde a vacinação, que veja os
513 educadores e educadoras que o Fundeb seja recurso público para educação
514 pública, que cumpre o Plano Nacional de Educação. Os senhores e senhoras, eu
515 tenho passado por diversos lugares tendo sido de muita honra Presidenta do
516 CONANDA e atuado em uma Conferência Nacional, tendo passado em muitos
517 lugares ao longo de toda minha vida, eu sei de uma coisa, onde quer que
518 estejamos nós carregamos as nossas ideias, não é preciso ser parlamentar mista,
519 enfim está em qualquer dos lugares para termos a defesa dos direitos das
520 crianças conosco, porque nós temos o senso ético, mas se nós temos o senso
521 ético, nós temos que ter como princípio que nenhuma redução de direitos é
522 aceitável, nós estamos em um marco dos dezesseis dias de ativismo contra a
523 violência que atinge as mulheres, pois bem, toda mulher vítima tem os seus filhos
524 como vítima e que política tem para as mulheres? Com a redução e até a extinção
525 de programas que estão existindo no Brasil. Que políticas há para os adolescentes
526 negros nesse país? E negras? Sinceramente eu participo dessa Conferência em
527 um tom de indignação, porque a responsabilidade ética diz o seguinte: quem é de
528 um Governo tem que cumprir no mínimo o que eu anterior fez e aí parte para um
529 patamar mais elevado. Os governos não são eleitos para imprimirem a sua marca,
530 reduzindo a dos anteriores, porque é um princípio de Direito Internacional dos
531 Direitos Humanos e do Direito Nacional que diz seguinte: não é possível redução
532 dos direitos, não é possível reverter aquilo que foi conquistado, esse princípio dos
533 direitos humanos é um princípio a ser observado por quem quer que governe,
534 porque quem quer que governe tem acima de si sempre uma constituição uma
535 norma jurídica para cumprir. E sejamos atentos e atentas a isso, com profundo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

536 amor das crianças valorizando adolescentes, as adolescentes que participam
537 dessa jornada, olhando que não são todos e todas iguais, as quilombolas, as
538 indígenas dos passos, participam dos pobres tradicionais, das comunidades
539 ciganas, das comunidades, vamos entrar todas, vamos centrar todas nas cidades,
540 no campo, nas periferias, nos centros em todas essas classes, essa causa nos
541 une, se nos une nos dá também quando é um patamar ético, nos dá também
542 autoridade de nos cobrarmos e aqui como parlamento eu quero registrar uma
543 profunda cobrança do Governo Brasileiro, é inaceitável que qualquer autoridade
544 ou detém do trabalho infantil ou desmonte programas de atendimento a crianças,
545 é inaceitável qualquer retrocesso e nós participamos dessa Conferência para dizer
546 que lutamos pela infância brasileira, muito obrigada.

547 **Mestre de Cerimônia** – Deixa eu só ligar o microfone ok, agora sim. Muito
548 obrigado. A Comissão Organizadora desse evento, ela lembra que para a
549 resolução ficar boa, na transmissão do youtube, vai em três pontinhos que tem ali
550 do lado superior direito e aumenta a qualidade para o máximo que a resolução vai
551 ficar muito perfeita. Dada a dica, vamos ouvir agora a criança, a pequena Antônia
552 Raquel, integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil, a conexão
553 dela já está muito legal, vamos lá. Pode falar Antônia Raquel.

554 **Sra. Antônia Raquel (Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil)** – Oi.

555 **Mestre de Cerimônia** – Antônia, você está mutada. Tira o mute do seu
556 computador. Isso tirar. Não está vindo o seu áudio.

557 **Sra. Antônia Raquel (Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil)** – Bom-dia
558 a todos.

559 **Mestre de Cerimônia** – Agora sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

560 **Sra. Antônia Raquel (Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil) –** Meu
561 nome é Antônia Raquel, eu tenho 12 anos e estudo o sexto ano, estudo na Escola
562 Maria Augusta. Eu vou declamar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o autor
563 é Domingo Toscano. " Criança e adolescente esse público é muito alerta, o que
564 fazer para ajudar? Pare, pensa e digo Eureka, abrindo o estatuto... Foi no ano de
565 novembro, no Governo Federal resolveu sancionar algo muito legal... E garantir
566 direito a essa gente, os artigos dessa lei tão importante é como desenrolar, o fio
567 de um barbante, recebendo as conquistas de um Governo. É dever da família e
568 toda a comunidade fazer cumprir o estatuto... Também cabe ao poder público...

569 **Interlocutor não identificado –** Ninguém escuta.

570 **Mestre de Cerimônia –** Ok, nós vamos pedir para a jovem Antônia Raquel, para
571 gravar essa mensagem e mandar para gente e nós vamos apresentar aqui na
572 nossa Conferência. Eu vou passar a palavra agora para a Ilma. Sra. Iolete Ribeiro
573 da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
574 Adolescente, CONANDA.

575 **Sra. Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos**
576 **Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA) –** Olá, bom dia.
577 Cumprimento todas as crianças e adolescentes, uma pena que a conexão não
578 permitiu que a gente escutar adequadamente a Raquel, mas vamos procurar
579 garantir que a mensagem dela seja transmitida de outra forma, em outro
580 momento. Então cumprimento todas as crianças e adolescentes que participam
581 dessa 11ª Conferência Nacional, todos os integrantes da mesa, todos os
582 Delegados e Delegadas eleitos nas Conferências Estaduais. Eu sou e Iolete
583 Ribeiro, uma mulher preta, cabelos crespos, estou sentada em uma cadeira azul e
584 atrás de mim tem uma parede verde. Eu sou psicóloga, representante do
585 Conselho Federal de Psicologia e no momento Presidenta do CONANDA.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

586 Inicialmente eu quero expressar a minha solidariedade às famílias das mais de
587 170.000 pessoas que morreram de Covid-19 em 2020 e citando Rubem Braga,
588 que diz: "Creio que será permitido confessar que às vezes se tem saudades, que
589 possamos lembrar de suas vidas, de suas histórias e mantê-las vivas na nossa
590 memória. E que essas histórias os mobilizem para navegarmos rumo a uma
591 sociedade que valorize e respeite a vida." Estamos na 11ª Conferência e o que é
592 uma Conferência? Por que, que realizamos Conferência de Políticas Públicas,
593 para infância e adolescência? A participação social é a firmada nesse contexto
594 como direito humano e como fundamental na promoção de inclusão social no
595 reconhecimento e respeito à diferença, na cooperação e construção de valores de
596 cidadania, as várias modalidades de participação social como os conselhos de
597 direito e as Conferência são meios de legitimação do processo decisório, que em
598 todas as etapas da gestão pública, a participação social ela é necessária para a
599 construção e para a consolidação de Políticas Públicas que sejam capazes de
600 contemplar a nossa imensa diversidade, a partir de princípios que leve em conta
601 interesses públicos, a equidade social e a justa distribuição de renda fazendo
602 avançar a democracia. As Conferências de Políticas Públicas, portanto, são
603 espaços democráticos, de discussão e articulação coletivas envolvendo o Governo
604 e Sociedade Civil organizada na definição das prioridades. As Conferências dos
605 Direitos da Criança e do Adolescentes, envolveram ao longo dos anos milhares de
606 pessoas nos estados e municípios, Conselheiros de Direitos, Conselheiros e
607 Conselheiras Tutelares, pesquisadores e pesquisadoras, crianças, adolescentes,
608 gestores e gestoras públicas, parlamentares, e a sociedade de uma forma geral.
609 Na medida em que diversos segmentos participam de debates promovidos nas
610 divergentes etapas de uma Conferência, são compartilhadas experiências,
611 concepções, propostas importantes para a construção de novos sentidos de
612 infância e adolescente afinados com marco da proteção integral. Dessa forma as
613 Conferência se convertem em um processo amplo de diálogo e de democratização



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

614 da gestão pública e o momento que se confere o que já foi feito e o que precisa
615 ser feito. A 1ª Conferência Nacional da com Criança e do Adolescente, foi
616 realizado em 1995, inicialmente a cada dois anos foram realizadas as Conferência
617 seguintes, depois a cada quatro anos. Ao final desse processo são aprovadas
618 propostas que devem ser prioridades para os Governos ao implementar em as
619 Políticas de Infância e Adolescente no país. Sempre que se discute a importância
620 de uma Conferência, é preciso lembrar que é nesse espaço que a sociedade se
621 manifesta apontando problemas ainda não resolvidos e avaliando as políticas
622 existentes. É nesse momento em que realizamos avaliação da efetividade das
623 políticas, que apontamos novos rumos que devem ser trilhados. Rapidamente, eu
624 vou falar de algumas questões que têm sido centrais do trabalho realizado pelo
625 CONANDA, uma abordagem breve, dado os limites de tempo de um evento dessa
626 natureza e de uma mesa de abertura. Eu inicialmente destaco a importância da
627 defesa e das ações e de garantia, diz respeito às especificidades étnicas e
628 culturais no atendimento a crianças e adolescentes pertencentes à povos e
629 comunidades tradicionais, reafirmando que enquanto permanecer essa situação
630 de pandemia, é necessário que a gente intensifique que a proteção integral em
631 seus territórios e territorialidades rurais e as urbanas. E ao fazer referência a isso
632 eu destaco o caso de três mulheres do grupo ianomâmi, que foram afastados da
633 sua aldeia justamente com seus bebês, foram levados para Boa Vista com
634 suspeita de pneumonia e quando internadas nos hospitais essas crianças foram
635 contaminadas de Covid-19 e vieram a óbito essas mulheres foram apartadas dos
636 seus filhos sem saber que os corpos dos seus bebês tinham sido enterrados e
637 para essa etnia, esse é um processo que já é um intenso sofrimento é como se os
638 corpos dos seus bebês desaparecessem, tornando para elas um peso ao voltarem
639 para as aldeias e ter em deixado os corpos dos seus filhos na cidade. Isso, é uma
640 atitude de extremo diz respeito e violência, considerando que o nosso país tem
641 uma a diversidade imensa e precisa garantir a atenção adequada a todos povos, a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

642 todos os grupos. É importante dar uma atenção especial os direitos e as
643 necessidades das mulheres, jovens e crianças indígenas, bem como o seu direito
644 coletivo e individual de manter e desenvolver as suas identidades étnicas e
645 culturais. Então nós manifestamos nesse momento toda a solidariedade as
646 manhãs ianomâmis no cuidar da alma dos seus bebês. Quero fazer um destaque
647 também em relação às violações direitos e em especial a violência sexual e
648 ressaltar a importância de que seja dado o cumprimento ao estabelecido no Plano
649 Nacional de Enfrentamento à Adolescência Sexual contra crianças e adolescentes
650 em especial no eixo atendimento, que tem a finalidade de garantir atendimento
651 especializado e em rede as crianças e aos adolescentes em situação de violência
652 sexual e a suas famílias, um problema social grave, um problema de saúde grave,
653 que temos enfrentado no nosso país, em especial o dos grupos com as crianças
654 negras e crianças com deficiência, tem muito mais chance de sofrer violência
655 sexual ao longo da vida. Em relação ao trabalho infantil, gostaria de destacar
656 também que é urgente a necessidade de aprofundamento das Políticas Públicas,
657 são indispensáveis à prevenção e ao combate ao trabalho infantil para que o
658 Brasil possa atingir a meta da erradicação, esse foi um compromisso assumido
659 pelo país no contexto objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030.
660 Então mesmo no contexto de contenção de despesas é preciso que absoluta
661 prioridade na alocação de recursos prevista na Constituição Federal e no Estatuto
662 da Criança e do Adolescente seja observada de forma a permitir o fortalecimento
663 de Políticas Públicas que assegurem direitos de crianças e adolescentes em
664 especial o combate ao trabalho infantil, porque o trabalho infantil acarreta sérias
665 com sequências e podem muitas delas, podem ser, inclusive, permanentes com
666 comprometimento do desenvolvimento integral. Gostaria também de destacar os
667 males que o racismo tem feito as crianças e adolescentes negros e negras desse
668 país. Uma criança negra e irá aprender que é diferente por isso seus pais e
669 familiares a ensinarão que ela terá que lutar para ter os seus direitos garantidos,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

670 direito de fazer parte, direito de estar no lugar que quiser, direito de ter direitos
671 isso ocorre, porque o grupo hegemônico define uma hierarquização conforme o
672 pertencimento identitário e racial. Em 2020 fomos acompanhando uma série de
673 notícias muito impactantes, notícias de mortes de crianças por violência, por
674 negligência, por incompetência muitas vezes do próprio estado, como a morte do
675 adolescente João Pedro de Matos de 14 anos o Rio de Janeiro, que foi morto com
676 tiros nas costas em uma ação da polícia, na mesma semana a morte do menino
677 Miguel em Recife, no assassinato fruto do racismo estrutural. Então é fundamental
678 que possamos empreender esforços para promover, para proteger os Direitos da
679 Criança e do Adolescente e negros e negras. O CONANDA reafirma essa
680 disposição de lutar por isso, da promoção de uma segurança pública, do
681 enfrentamento a letalidade e violência institucional contra crianças e adolescentes.
682 Nós não podemos tolerar a naturalização dessa violação direitos. Gostaria de
683 destacar também que o orçamento público para a infância e adolescência, sofreu
684 o maior golpe dos últimos trinta anos com a aprovação da Emenda Constitucional
685 95. Essa Emenda Constitucional tem efeitos perversos sobre os direitos sociais
686 das novas gerações. É preciso que o estado garanta os Direitos de Crianças e
687 Adolescentes e para isso tem que revogar a Emenda Constitucional, porque ela
688 impede os avanços nas políticas estruturantes, ela apronta diretamente os direitos
689 e das famílias, a condição das famílias de cuidar e dos seus filhos e das suas
690 filhas. E para concluir, eu gostaria de falar da importância de resistir e lutar com
691 esperança. Eu abro a cada 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
692 Adolescente, que tem como tema a proteção integral diversidade enfrentamento
693 das violências, uma Conferência que por convocada pelo CONANDA em 2017 a
694 partir da Resolução 202 que está sendo realizada com um pouco mais de um ano
695 de atraso, mas estar ocorrendo, porque houve luta, porque houve trabalho de
696 muitas pessoas que acreditam na importância e da responsabilidade que nós
697 sociedade brasileira, o estado brasileiro temos com a garantia de uma vida digna



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

698 para todas as crianças e adolescentes desse país. Em nome do CONANDA
699 agradeço a todos que trabalharam para a realização da Conferência, todos os
700 Conselheiros e Conselheiras Nacionais, liderados pelo Conselheiro Antônio
701 Lacerda da CONTAG, pelo apoio incansável dos servidores da
702 Secretaria-Executiva do CONANDA, pelo apoio da Secretaria Nacional dos
703 Direitos da Criança e do Adolescente, desculpem. Pelo trabalho competente da
704 equipe da Flacso, agradeço as Delegadas e Delegados da Conferência Nacional,
705 que se mobilizaram e se dispuseram a dedicar o seu tempo a essa tarefa de
706 conferir e apontar prioridades para proteção integral de crianças e adolescentes. E
707 mesmo durante a pandemia estamos aqui ligados virtualmente, mobilizados pela
708 mesma causa em uma conjuntura que exija mais uma vez a construção de
709 unidade na luta e nos enfrentamentos assim como aconteceu quando foi aprovada
710 a Constituição de 88, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente,
711 entendendo que na convergência, na defesa da democracia e dos direitos
712 humanos que nós estaremos mais fortes nessa luta. A consolidação dos direitos
713 humanos do Brasil é uma luta em curso e ela merece a nossa obstinação, a nossa
714 perseverança, a nossa esperança na construção de um mundo melhor. E eu
715 destaco nesse sentido a importância dos Conselhos de Direitos, dos Fóruns dcas,
716 de todas as coalizões e em prol dos Direitos de Crianças e Adolescentes, em
717 especial no momento de crise que vivemos, o momento em que crianças e
718 adolescentes ficam ainda mais vulneráveis e que as políticas voltadas a essa
719 população correm o risco de serem marginalizadas, não é? Não é à toa que a
720 gente destaca a importância dos Conselhos de Direitos, a importância da
721 manutenção do funcionamento do CONANDA, da realização das próximas
722 eleições, eleição de representante da Sociedade Civil e isso tudo é uma luta que
723 deve se dar no contexto em que a gente precisa repousar a importância da
724 democracia. A participação da Sociedade Civil qualifica esse processo de
725 construção de políticas públicas e por isso nós reafirmamos que são os contrários



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

à redução da participação da Sociedade Civil como propõe o Decreto 10.003/2019 que fragiliza o CONANDA, que reduz as possibilidades de Controle Social. A participação social diversa e democrática é imprescindível para a construção de políticas que atendam as demandas sociais e para qualquer Governo que tem o compromisso com a Proteção Social. E no mês da Consciência Negra, inspirados na resistência do povo negro e na luta por liberdade entendidas desde o vergonhoso período do escravismo até os dias atuais, inspirados também em Marieles, Miguel, Joãos e tantos e tantas brasileiras e brasileiros, nós possamos também resistir e lutar e ter esperança em um mundo melhor, em um mundo em que crianças e adolescentes de todas as regiões do país, de todos os grupos sociais possam viver com a dignidade. E encerro lembrando as palavras do Padre Bruno, fundador do Movimento República de Emaús, que diz assim: "A criança é o homem e no estado de poesia e todas as crianças hão de nós reensinar a vida. Escreve o poeta Paes Loureiro. Que elas sejam o centro de gravitação de um povo. Precisamos olhar de frente aos desafios que hoje se põem e exigem políticas públicas firmes e corajosas, que efetivamente privilegiem o resgate das condições de vida digna para todos. Infelizmente a economia de mercado está nos tolhendo a capacidade de sonhar e caminhar na realização de nossas utopias. Não quero ser escravo disso: quero continuar com meus sonhos e lutando pelas minhas utopias que, graças a Deus, são os mesmos sonhos e utopias de uma miríade de homens e mulheres: um dia, nós ou nossos filhos, iremos conseguir viver num mundo em estado de poesia." Sigamos a luta, obrigada.

Mestre de Cerimônia – Obrigado. Nesse momento tem a palavra o excelentíssimo Sr. Maurício José da Silva Cunha, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional.

Sr. Maurício José da Silva Cunha (Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional) – Bom-dia. Bom-dia a todos. Quero



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

753 cumprimentar aí a Iolete, Presidente do CONANDA, Petrucia vice-presidente, os
754 Delegados da Conferência, pessoas de todos os estados do Brasil que estão
755 contribuindo com essa grande construção dos Direitos da Criança e do
756 Adolescente, os convidados, os observadores de uma maneira muito especial aí
757 as nossas adolescentes do CPA, a Antônia, o meu xará Maurício aí, que deu um
758 show falando para a gente, deu uma aula, Rebeca, o representante do Fórum
759 Nacional, DCA, o Vicente. É uma alegria, uma honra participar desse momento,
760 dessa grande construção. A gente sabe que a Política Pública ela é construída
761 nessa relação com a Sociedade Civil, com os atores, com aqueles que estão lá na
762 ponta dos municípios, nos estados, os gestores das organizações sociais, o
763 público beneficiário, o público-alvo, as crianças e os adolescentes que são o
764 objetivo o último da nossa política. Então hoje é um dia histórico, nossa primeira
765 Conferência virtual da história, 11^a Conferência e o caráter virtual dela,
766 logicamente que nós gostaríamos de estar reunidos presencialmente, mas
767 certamente o caráter virtual dela, não restringirá a participação e os resultados.
768 Nós recebemos 564 propostas para a melhoria da Política Nacional de Direitos da
769 Criança e do Adolescente vinda de estados e municípios, veja que riqueza que
770 nós temos agora para a nos debruçar sobre isso, sobre as nossas propostas. Essa
771 Conferência terá como resultado a melhoria, a análise e a discussão em torno
772 dessas propostas que serão priorizar das 25 e nós queremos desde já pedir o
773 empenho de todos para que esteja nos comprometido de fato com a política, com
774 as crianças e adolescentes, todos no mesmo objetivo para que possamos entregar
775 25 propostas de deliberação da Conferência coincidentemente ou não essa
776 Conferência termina no dia 10 de dezembro que é o dia Internacional dos Direitos
777 Humanos e nós queremos entregar para sociedade, nesse dia tão importante, tão
778 especial esse relatório final com as 25 propostas priorizadas pelos Delegados da
779 Conferência, vai ser uma grande entrega, um grande legado de todo esse
780 processo que começou aí há meses, há anos atrás e que vem sendo construída a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

781 partir dos estados e municípios. É emblemático também que essa Conferência
782 esteja acontecendo no ano em que o ECA completa 30 anos, o Estatuto da
783 Criança e do Adolescente que inaugura a doutrina da proteção integral, quais são
784 esses três princípios orientadores da proteção integral? Crianças e adolescentes
785 são sujeitos de direitos, o primeiro princípio, antes eles eram mero objetos da
786 intervenção de adultos, agora eles passam a ser protagonistas das Políticas
787 Públicas e das relações com eles são de natureza vinculante, não por favor ou por
788 mera filantropia, isso é, o foco não é mais um objeto, mas uma relação dos
789 sujeitos em uma perspectiva de cidadania e de defesa e promoção de direitos. O
790 segundo princípio da doutrina de proteção integral, crianças e adolescentes são
791 pessoas em desenvolvimento, elas são especiais com peculiaridades emocionais,
792 espirituais, físicas, culturais e espirituais, elas não são pequenos adultos, por isso
793 toda consideração deve ser dada as particularidades da infância e da adolescente
794 respeitando os vincos necessários para seu pleno funcionamento, para seu pleno
795 desenvolvimento. E o terceiro princípio da doutrina proteção integral, crianças e
796 adolescentes são prioridade absoluta, eu sempre digo que não bastou ao
797 legislador dizer prioridade, porque prioridade já deveria ser suficiente, o legislador
798 da Constituição do estatuto colocou criança e adolescente como prioridade
799 absoluta, temos aí uma ênfase que não pode e deve ser negligenciada. O ECA
800 reforça as condições impostas pela Constituição de 1988, que atribui as crianças e
801 adolescentes a primeira razão de ser do estado brasileiro. Mas uma
802 responsabilidade que não é só do estado é também das famílias e da sociedade e
803 da comunidade. Esse princípio deve considerar também o maior interesse da
804 criança nas decisões e na implementação das políticas, isso é, se há dois
805 interesses o que deve ser levado em conta é o interesse da criança. Em que pese
806 tenhamos tido muitos avanços nesses últimos trinta anos, por exemplo, a redução
807 da mortalidade infantil, o aumento de matrículas no ensino fundamental, a criação
808 do sistema de garantia de direitos, melhorias na política da convivência familiar e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

809 comunitária com o cadastro nacional de adoção, por exemplo, o cadastramento
810 das lacas, às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, o Sistema
811 de Justiça muito mobilizado em torno da criança e do adolescente embora temos
812 muito que avançar também todas essas pautas, ainda temos muitos desafios. E o
813 desafio de todos, o desafio de toda sociedade. E essa Conferência ela deve vir
814 para contribuir com essa construção, que a gente possa esquecer algumas das
815 diferenças que temos, diversos atores que são diferenças normais e saudáveis em
816 um ambiente, em um contexto democrático e que possamos de fato focalizar o
817 objetivo da nossa Conferência que é a construção de políticas voltadas para
818 promoção, defesa e proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, temos um
819 desafio grande de articulação e de desenvolvimento da intersectorialidade na
820 atuação do Sistema de Garantia de Direitos, não adianta termos um Sistema de
821 Garantia de Direitos, que cujo os atores não conversam entre si. Ilhas voltadas
822 para si mesmas, chega disso, porque a criança o ser integral e que precisa desse
823 olhar, a criança tem que vir para o centro, e não o serviço tem que estar no centro
824 da agenda. A questão da letalidade infanto-juvenil é um outro problema grave no
825 nosso país, estamos buscando respostas para isso, necessidade de uma lei geral
826 e atuação qualificada e estruturada e reconhecida dos Conselhos Tutelares.
827 Tivemos aí a participação de um representante do Poder Legislativo, então, já
828 queremos pedir o seu apoio, porque estaremos ainda esse ano protocolo dando a
829 lei geral dos Conselhos Tutelares para regulamentar muitas ações que ainda
830 estão no vazio de atuação desses profissionais que são fundamentais para a
831 efetivação da política. A questão da proteção as diversas... Não é? A legislação
832 fala da violência física, psicológica, sexual e institucional, as violências
833 aumentaram nesses últimos trinta anos, eu posso dizer isso sem medo de errar,
834 inclusive, assumindo novos contornos como a violência, por exemplo, no ambiente
835 virtual, aliciamento, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes na
836 Internet. Precisamos focar no fortalecimento do SINASE, Sistema Nacional de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

837 Socioeducação, realmente seja um sistema que trabalha a ressocialização dos
838 nossos adolescentes em conflito com a lei. A implementação do OCA, do
839 orçamento da criança e do adolescente em estados e municípios, a gente não tem
840 ainda isso institucionalizado isso de uma maneira muito clara, muito definida sobre
841 o orçamento e o orçamento reflete ou não a priorização da criança e do
842 adolescente? Desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras que se
843 transformem em Políticas Públicas, fortalecimento das tecnologias ou dessas
844 políticas inovadoras que muitas vezes nascem no seio da Sociedade Civil e por
845 serem tão bem implementadas por organizações sociais se transformam em
846 Políticas Públicas e precisamos fomentar esse tipo de iniciativas. O Família
847 Acolhedora, o Família Protetora, Família solidária, no âmbito do PPCAM, por
848 exemplo, a criação dos Centros Integrados de Atendimento a Crianças e
849 Adolescentes vítimas de violência e por último, e não menos importante, e
850 também entendemos que faz parte dessa política o fortalecimento de
851 competências protetivas familiares. Sabemos que sem famílias fortes não
852 lograremos alcançarem o sonho de uma família plena, precisamos fortalecer
853 nossas famílias, a crianças e adolescentes precisam de famílias fortalecidas nas
854 suas competências, protetivas. E temos ainda um quadro de pobreza que afeta
855 mais de 40% das crianças de 0 a 14 anos de idade comparado com 25% da
856 população em geral, ou seja, o rosto da pobreza é o rosto de uma criança, de um
857 adolescente. Mesmo antes da pandemia ainda tínhamos 1.300.000 crianças e
858 adolescentes fora da escola, esse número agora tende a aumentar... Justiça e no
859 STJ de 2019. E tivemos em 2019 também 78.000 novos processos de crimes de
860 violência contra crianças e adolescentes. Em 2018, 9.771.000 meninos e meninas
861 foram vítimas de homicídios. No disque 100, em 2019, 55% de todas as
862 denúncias, isso é, mais do que a soma de todos os outros grupos vulneráveis
863 foram relacionadas a violação de direitos e violência contra crianças e
864 adolescentes, ou seja, os quem deveriam ser mais protegidos são os mais



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

865 afetados e a Conferência vem somar, vem somar no enfrentamento, já que o tema
866 da nossa Conferência é justamente proteção integral, diversidade e proteção,
867 proteção das diversas formas de violência é importante trazermos esses números.
868 A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com
869 o CONANDA, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem
870 empreendido ações e enfrentamento a todos os problemas citados, eu poderia
871 ficar horas falando, não é o objetivo, mas estamos para além ou em
872 complementaridade as funções estabelecidas para a Secretaria, nós estamos hoje
873 gerindo 31 projetos estratégicos em Defesa da Infância Brasileira. Poderia citar
874 alguns, alguns em parceria também com outros órgãos do Ministérios, outros
875 Ministérios, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, não posso deixar de
876 destacar e é importante que toda a sociedade saiba disso, a ampliação dos
877 nossos canais de denúncia, o Disque 100, o Ligue 180, que estão interligados, o
878 aplicativo Direitos Humanos Brasil que foi lançado na pandemia, qualquer pessoa
879 pode fazer denúncia sem precisar fazer uma ligação, muitas vezes na frente de
880 um agressor, gratuitamente, anonimamente se for necessário, os canais de
881 denúncia agora por whatsapp em linguagem de libras, linguagem de sinais.
882 Lançaremos em greve até abril, o aplicativo Direitos Humanos Kids, Direitos
883 Humanos Teens, na linguagem lúdica, na linguagem apropriada à criança e ao
884 adolescente, com desenhos, com um vídeozinhos, onde eles mesmos possam
885 fazer a sua, as denúncias de violência sofridas. Então estamos trabalhando
886 fortemente nessa ampliação dos canais de denúncia, capacitação do Sistema de
887 Garantia de Direitos, que está lá no município, os Conselhos Tutelares os
888 Conselhos de Direitos, como a criação da ENDICA, Escola Nacional Direitos da
889 Criança e do Adolescente, em parceria com o PNUD e Universidade de Brasília.
890 Só no primeiro curso da ENDICA tivemos quase 7.000 alunos inscritos, isso é
891 assim o fortalecimento da Política de Promoção de Direitos da Defesa de Crianças
892 e Adolescentes. Estamos capacitando quem está na Defesa dos Direitos lá na



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

893 ponta, lá no município. Lançaremos com no dia 30 o segundo curso, que é sobre o
894 papel do Conselheiro Tutelar. Lançaremos onze cursos de formação totalmente
895 online dando acesso a todo o Brasil, totalmente gratuitos e chancelados pela
896 Universidade de Brasília. Ano que vem lançaremos 300 vagas para a
897 pós-graduação e 50 para mestrado, isso é fortalecer sim uma ampla rede de
898 atores do Sistema de Garantia de Direitos, que está atuando nos estados e
899 municípios. Lançamos também os Fóruns Nacionais de Defesa das Crianças e
900 Adolescentes, temos oito Fóruns, já tivemos dois, nesses dois tivemos a
901 participação de mais de 220.000 pessoas sobre o tema da letalidade e o tema da
902 exploração social e do abuso sexual na Internet, e esses Fóruns não são apenas
903 capacitação, não estamos apenas no discurso, eles lançam soluções, eles lançam
904 Políticas Públicas através das nossas, da discussão com pessoas que estão
905 envolvidas nessa política, apresentação das melhores práticas e experiências
906 exitosas e eles chegam naqueles que participam e nos atores que estão também
907 nos estados e municípios e já aproveitamos para convidar a todos no dia 15 e 16
908 de novembro teremos um terceiro Fórum, que é sobre a questão das drogas, nas
909 nossas crianças e adolescentes. Teremos oito Fóruns ao longo de dois anos e é
910 uma maneira também que queremos contribuir com esse tema da Proteção das
911 Diversas Formas de Violência. E que parte de Conselhos Tutelares nós
912 equipamos desde o ano passado quase 700 Conselhos Tutelares, dando mais
913 condições de trabalho para aqueles que fazem justamente, são os nossos
914 guardiões da política, do ECA lá na ponta, requisitando serviços, zelando,
915 cuidando das nossas crianças e adolescentes. O Brasil entrou para o acordo
916 internacional com a Aliança Global "weprotect" que é sobre a questão de violação
917 de direitos no âmbito da Internet e o Brasil se une a outros 90 países, dezenas de
918 organizações sociais, de referência, inclusive, algumas delas brasileiras que
919 atuam aqui no Brasil, traremos o Fórum Global de Proteção da Aliança Global
920 "weprotect" para o Brasil em novembro de 2021, seremos os anfitriões de mais de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

921 90 países para debater essa temática tão importante que é a proteção contra os
922 crimes sexuais no ambiente da Internet. Houve a recriação da Comissão
923 Intersectorial da Violência Contra Crianças e Adolescentes, a Comissão está
924 prestes a reiniciar seu trabalho. Estamos agora prestes também a contratar a
925 organização que vai trabalhar o Centro Integrado de Atendimento à Criança e
926 Adolescente Vítima de Violência, em resposta a Lei 3.431/2017. Nós esperamos
927 ver esses Centros Integrados disseminados por todo Brasil, disponibilizaremos
928 para todos os municípios e estados os fluxos, os procedimentos, a estrutura
929 mínima, os profissionais necessários para que os municípios brasileiros implantem
930 seus Centros Integrados e a criança e adolescente vítima de violência passe,
931 passa, para de ser revitimizada e ela uma vez só fale do que sofreu e o serviço
932 seja organizado em torno da criança, e não na lógica do serviço em si, como eu
933 falei. A criança vai falar uma vez só e todos os serviços vão se organizar em torno
934 desse único depoimento especial, da escuta protegida conforme a lei nos aponta.
935 Estamos lançando também o Pacto Interfederativo de redução da letalidade
936 infanto-juvenil, com participação de todos os estados do Brasil. Começamos a
937 construção dessa minuta e vamos envolver os estados brasileiros, a exemplo de
938 alguns estados que já têm esse pacto e já reduziram os índices de letalidade
939 infanto-juvenil, de violência letal, é o que podemos fazer neste momento para
940 fortalecer essa Política de Proteção. E no que diz respeito à pandemia, dizer que
941 foram empreendidas centenas, centenas de ações de proteção dos grupos mais
942 vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes com investimento de alguns bilhões
943 de reais no nosso plano de contingência. Estamos também submetendo ao
944 legislativo e queremos contar com o apoio aí do Poder Legislativo em breve como
945 eu mencionei, a Lei Geral dos Conselhos Tutelares, a nossa lei que o PL que está
946 tramitando no aumento de penas para abusadores, quando esses são sacerdotes
947 ou pessoas de confiança da família da criança, que a gente sabe que crimes
948 sexuais, são cometidos principalmente por pessoas que são de confiança da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

949 criança e do adolescente, muitas vezes da família. Temos também o PL incluindo
950 os povos ciganos e suas especificidades no ECA, dando visibilidade para essa
951 população e em breve também submeteremos para apreciação do Parlamento um
952 Projeto de Lei que institui o PPCAM, e que regulamenta o PPCAM que é o
953 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte, que tem
954 sido sim fortalecido nessa gestão, 70 % do orçamento da Secretaria Nacional, do
955 orçamento discricionário é para cuidar de crianças e adolescentes ameaçados de
956 morte, mas isso não está ainda traduzido numa lei que garanta isso como uma
957 Política de Estado, estamos terminando a minuta do PL e submeteremos também
958 como um Projeto de Lei do Executivo a apreciação do Parlamento. E queremos,
959 então, contar aí com o apoio do Parlamento já que esse é um tema, é um
960 momento de visibilidade para essa política, também aproveitar para sensibilizar a
961 todos em torno dessas ações da Secretaria Nacional. Quero concluir,
962 agradecendo a todos que trabalharam bastante para que isso acontecesse, a
963 pandemia exigiu da gente uma maneira diferente de fazer, de organizar essa
964 Conferência, envolve um esforço muito grande. Desde já em nome da Comissão,
965 eu não faço parte da Comissão Organizadora, mas em nome da Secretaria, da
966 Secretaria-Executiva do CONANDA, agradecer a todos que se empenharam muito
967 para que esse momento acontecesse, é um momento importante, é um momento
968 histórico. Pedir desculpas antecipadamente para qualquer problema que
969 tenhamos aí na organização, embora tenhamos uma equipe excepcional
970 trabalhando aí. Agradecer a Flacso ter feito um trabalho de excelência, como
971 primeira experiência de uma Conferência virtual do nível nacional é normal que
972 alguns percalços possam acontecer, mas esperamos que não aconteçam. E
973 ansiosamente aguardando pelas prioridades, pelas deliberações, pelas propostas
974 que surgirão e que serão apresentadas no dia 10 de dezembro, no Dia
975 Internacional de Direitos Humanos, como um produto dessa ampla construção
976 onde todos vocês são muito bem-vindos para apoiar e para contribuir. Então, para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

encerrar o Artigo 227 da Constituição Federal: "É dever da família, da sociedade, do estado assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem com absoluta prioridade o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exclusão, violência, crueldade e opressão." Muito obrigado e bom trabalho a todos.

Mestre de Cerimônia – Muito obrigado. E neste momento essa mesa de abertura está encerrada. Convidamos a seus integrantes a continuarem assistindo as atividades da 11ª CNDCA, através dos canais de transmissão do canal do youtube, CONANDA online, no Facebook/CONANDACONSELHONACIOAL. Gostaríamos de agradecer e registrar também as seguintes participações de pessoas e instituições que nos assistem através dos canais de retransmissão da 11ª CNDCA. Rodrigo Azambuja Martins, Ana Carolina Golvim chamam Bruno Miller, Andréia Paz Rodrigues, Juliana Leandro Lima, Juliana Lopes, Débora Maria de Souza Paulino e Adriana Perez, todos da CONDENJ. Doutor Canil Konder de Almeida, da ABRAMINJ. Rafael Davi Campos, CONJUVE, Aldenora Gomes González, CNAS, Isa Maria de Oliveira, FNPET, Wilson Roberto Gomiero, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sra. Aline Cavalcante dos Reis Silva, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, professora Elizabeth Guedes da Associação Nacional das Universidades Particulares a NUP. E agora convidamos a todos a ouvir o convite de Flávio Henrique Silva Santos, é um adolescente representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Comitê de Participação de Adolescentes CPA CONANDA que gravou um recado para nós e vamos assistir.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1003 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos (Representante do Conselho Estadual dos**
1004 **Direitos da Criança e do Adolescente do Comitê de Participação de**
1005 **Adolescentes CPA CONANDA)** – Oi, seja muito bem-vindos a Conferência
1006 Nacional. Os adultos, essa fala é mais para os adolescentes. Eu sei que esse ano
1007 não é ocasional e que a gente não está vivendo um período ocasional e essa
1008 Conferência com certeza não é ocasional também, mas ainda assim, permanece
1009 necessário, eu preciso falar sobre a importância da nossa participação social,
1010 porque ninguém fala sobre nós, como nós. Então não se limitem na sua própria
1011 participação e não permitam ser limitados também, cada uma das nossas
1012 pessoalidades e vivências acrescentam a essa discussão e esse evento. E essa é
1013 a principal razão pelo qual nós estamos aqui, é isso.

1014 **Mestre de Cerimônia** – É isso aí. Neste momento comporemos a mesa da
1015 palestra Magna da 11ª CNDCA. Para coordenar os trabalhos convidamos a Sra.
1016 Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do CONANDA, representante da Sociedade
1017 Civil pelo Conselho Federal de Psicologia, CFP. E para secretaria-lá nós vamos
1018 convidar a excelentíssima Sra. Petrucia de Melo Andrade, Vice-presidente do
1019 CONANDA e Secretária Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e
1020 do Adolescente. Convido também o senhor Antônio Lacerda, Coordenador da
1021 Comissão Organizadora da 11ª CNDCA e a adolescente Rebeca Cristina
1022 Cassiano dos Anjos, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
1023 e do Adolescente do Comitê de Participação do Adolescente CPA CONANDA.
1024 Convido também o adolescente Maurício Santos da Silva Damas, representante
1025 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do CPA
1026 CONANDA. A Rebeca, é do estado do Rio de Janeiro e o Maurício é do estado de
1027 Minas Gerais. Eu tenho a honra de passar a palavra a Sra. Iolete Ribeiro da Silva,
1028 Presidente do CONANDA. Desejando a todos e todas um ótimo trabalho.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1029 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
1030 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Então, mais uma vez dando
1031 continuidade a programação da 11ª Conferência. Nós vamos passar agora esse
1032 momento para a palestra de abertura é muito importante esse momento que a
1033 gente inicia os debates sobre a temática Central da Conferência. Então, vamos
1034 aproveitar bastante para refletir, para ir construindo as nossas intervenções neste
1035 momento. Eu gostaria também de dizer que a escolha desse tema central foi
1036 baseada no reconhecimento de que a concretização dos dispositivos previstos na
1037 Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar dos
1038 diversos avanços, ainda é um desafio a ser enfrentado, após três décadas, desde
1039 que a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente se tornou prioridade
1040 absoluta no Brasil é um trabalho constante o combate a possíveis retrocessos e a
1041 busca para que essa população tenha cada vez mais políticas que assegurem
1042 acesso a seus direitos e a efetiva proteção integral, considerando a diversidade e
1043 as especificidades das crianças e adolescentes no país. Então, nesse momento, a
1044 gente inicia aí o trabalho com um, muita expectativa de que esses debates sejam
1045 significativos e representativas das demandas sociais que temos, as temáticas e
1046 que a gente possa seguir adiante nos nossos trabalhos. Nesse momento vai ser
1047 rodado o vídeo?

1048 **Sra. Safira Rodrigues** – Oi, pessoal eu sou a Safira Rodrigues, tenho 14 anos.
1049 Moro em Cavalcante, Goiás e hoje eu estou aqui para cantar uma música em
1050 homenagem a 11ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1051 **Sra. Gabriela Rodrigues** – Oi pessoal, meu nome é Gabriela Rodrigues, tem
1052 onze anos, moro em Cavalcante e nome da música que a gente vai tentar hoje é
1053 quantos saberes vem do viver. Quantos saberes vem do viver, quanta alegria nos
1054 trás o saber. Educar é saber amar, uma sociedade poder transformar. A cada
1055 passo que eu dar essa história vai mudar, com o tempo para colher, aprender e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1056 ensinar. Cada passo que eu dar, essa história vai mudar, com o tempo para
1057 colher, aprender e ensinar... Muitos saberes vêm do coração, mas é preciso
1058 também dizer não, quanto o mal vem nos encontro, novos valores vamos propor.
1059 Cada passo que eu dar essa história vai mudar, com o tempo para colher,
1060 aprender e ensinar. Cada passo que eu dar, essa história vai mudar, com o tempo
1061 para colher, aprender e ensinar. Eu sou da comunidade quilombola bom de águas,
1062 do município de Cavalcante, no estado de Goiás, participo do projeto realizado
1063 pela pró-futura... Brasil, agradeço ao Ministério da mulher e, da família e dos
1064 Direitos Humanos pelo convite e pela oportunidade de representar as crianças e
1065 adolescentes brasileiras na 11ª Conferência dos direitos da crianças e dos
1066 adolescentes, que traz um tema tão importante e que é preciso ser debatido em
1067 todos os espaços, a proteção integral, a diversidade e o enfrentamento das
1068 violências. Cumprimento aos participantes dessa mesa. Um dos direitos que
1069 temos é o de participação, precisamos que mais espaços sejam estruturados para
1070 que possamos falar sobre o que nos envolve, contribuí com as nossas falas,
1071 idéias, propor mudanças e exigi os nossos direitos. Muitos adultos ainda não
1072 consideram a fala das crianças e dos adolescentes, não nos reconhece como o
1073 sujeito de direitos, pensam, que não estão sabendo as coisas que acontece em
1074 nossa comunidade, cidade, país e no mundo, pensam que não tem, temos como
1075 contribuir. Eu posso dizer que estão errados e de acordo com a Constituição de
1076 1988, no artigo 227 é dever da família, a sociedade do estado assegurar as
1077 crianças e adolescentes prioridades absolutas. Hoje, estou muito feliz em ocupar
1078 esse espaço, tão importante e mais ainda é de podem representar as crianças e
1079 adolescentes brasileiros. Nós vivemos em um país que tem uma lei própria para
1080 crianças de adolescentes, que tem um sistema para garantir os nossos direitos e
1081 isso é muito bom, mas vivemos em um país onde existe muita desigualdade, os
1082 direitos são para todas as crianças e adolescentes, sem destinação, porque todo e
1083 todas são sujeitos de direitos e uma situação de desenvolvimento e de acordo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1084 com a lei. Precisamos receber da família e do estado, sociedade, a atenção às
1085 suas necessidades e acesso aos seus direitos, para que cresçam saudáveis, em
1086 um ambiente de paz. Com a pandemia da Covid 19, as crianças têm sofrido, mas
1087 em muitas comunidades ainda não existe escola ou quando tem elas não atendem
1088 a todas as idades, por essa razão muitas ou muito ficam sem estudar precisa ir
1089 para outra comunidade ou cidade para continuar os estudos. Muitas vezes em sua
1090 família, aumentamos os riscos com a pandemia além disso em muitas cidades, as
1091 crianças não receberam as aulas online pela falta de Internet ou, porque os órgãos
1092 responsáveis pela educação não estruturaram esse serviço, precisamos de
1093 escola, escola de qualidade, escolas de tempo integral, precisamos de ter acesso
1094 a Internet, precisamos de merenda na escola, precisamos que se faça
1095 investimentos na educação de crianças e adolescentes. Muitas comunidades não
1096 tem ainda Centros de Saúde, em muitos municípios e não existe hospital as
1097 crianças e adolescentes ficam vulneráveis pois não recebem o acompanhamento
1098 que precisam, muitas mães quando entram em trabalho de parto, tem os seus
1099 filhos no caminho, não dá tempo de se chegar na cidade vizinhas para ser
1100 atendidas, precisamos que as comunidades têm a Centros de Saúde para atender
1101 as crianças, adolescentes e os moradores. Os maus-tratos no ambiente doméstico
1102 e o abuso e a exploração sexual continua acontecendo e crescendo, porque
1103 muitas vezes não são denunciadas ou, porque os autores ficam impunes na
1104 pandemia as crianças estão em casa e com registros para pedir ajuda, ficando
1105 mais vulneráveis, precisamos prevenir a violência contra essa criança, precisamos
1106 de educação para alto proteção, conhecer os nossos corpos o que a violência?
1107 Precisamos divulgar os canais de denúncia onde crianças e adolescentes possam
1108 acessar, precisamos que as crianças e adolescentes não fiquem expostos aos
1109 agressores e que tenha garantido todo o suporte, cuidados e atenção em caso de
1110 violência dos seus direitos, precisamos investir na prevenção a todo tipo de
1111 violência contra criança e o adolescente. O racismo, o preconceito não podem ser



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1112 aceito, precisamos falar mais sobre essa violência e construir estratégia,
1113 transformar essa realidade, porque são através do respeito às diferenças das
1114 valorizações do ser humano, criança e adolescente que esse país irá mudar, que
1115 esse eixo venha fazer parte do currículo escolar, que não haja impunidade para o
1116 acusados racistas. Em muitas comunidades as crianças e adolescentes não
1117 podem ir à escola pela falta de transporte, o transporte público assim como o
1118 escolar não existe ou é limitado, também precisam de investimento e direito, as
1119 crianças e adolescentes sentem a necessidade de espaços para diversão, para o
1120 lazer, para o brincar em suas comunidades, brincar é um direito e precisamos que
1121 esse direito seja respeitado. Eu encerro a minha fala reforço que é preciso
1122 combater todas as formas de violência contra criança e adolescente e garantir os
1123 nossos direitos, obrigada.

1124 **SSra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos**
1125 **da Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Então agradecemos a adolescente
1126 Gabriela, a criança, não é? Gabriela Rodrigues dos Santos Rosa, com 11 anos,
1127 reside em Cavalcante, Goiás e é Representante da Comunidade childfund Brasil e
1128 Organização Parceira Associação Futuro Melhor, foi muito boa participação dela e
1129 agora vamos dando sequência aí as palestras, convidar a Ana Rita Silva
1130 Magalhães, que é adolescente, representante do Comitê de Participação
1131 Adolescente, escolhida pela plataforma virtual.

1132 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Comitê de Participação ao Adolescente)** –
1133 Olá, bom-dia a todos e a todas. Meu nome é Ana Rita, sou... Bom hoje vou falar
1134 um pouco sobre os assuntos mais falados... Direito da Criança e Adolescente. A
1135 prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Tem
1136 vários tipos de violência, violência física, psicológica, violência sexual, a
1137 discriminação tem várias coisas e hoje no Brasil, muitas crianças e adolescentes
1138 morrem, milhões de crianças e adolescentes morrem, cometem suicídio por se



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1139 sentirem discriminadas e abandonadas por conta da sociedade, elas se sentem
1140 afastadas, elas se sentem não no poder de fala delas. Enfim, sofrem bullying
1141 também na escola, em casa e a violência psicológica ela envolve tudo isso, ela
1142 envolve o bullying, ela envolve a discriminação, ela envolve o preconceito. E a
1143 criança ela entende, ela entende, o que está acontecendo ali, o adolescente, ele
1144 compreende o que está acontecendo ali. Então, a partir do momento que uma
1145 pessoa olha para aquela criança, olha para aquele adolescente e fala que ela não
1146 pode estar ali por conta da sua cor de pele, que ela não pode estar ali por conta
1147 da sua condição financeira ou da sua escolha da opção sexual, ela vai entender
1148 que ela não tem poder de fala naquele lugar, ela vai entender que não pode atuar
1149 ali, ela vai entender, ela é impedida de ter o direito garantido dela. Então ela acaba
1150 se fechando um pouco para a sociedade, e ela entende, quem falou aquilo não vai
1151 defender ela, entendeu? Então, hoje a escola e a família abandonou muitas
1152 crianças e adolescentes, nessa fase de crescimento e a garantia dos direitos
1153 dessas crianças integradas e de inclusão social, a criança, ela tem que entender e
1154 o adolescente também que eles tem que entender que eles tem sim direito de
1155 escolha, que eles tem sim querer, eles tem direito a escola, a educação, a
1156 esportes, ao lazer, a profissionalização, tem direito a estudar, tem direito à saúde,
1157 enfim, todas as Políticas Públicas as crianças e adolescente eles tem esse direito.
1158 E hoje entenderam que se a gente, se a gente que se perguntar para uma criança
1159 e adolescentes se eles sabem o que é Políticas Públicas? Eles dizem para a gente
1160 que não, a gente vai ter que explicar, mas é muito engraçado porque a gente vive
1161 isso, não é? Que a gente vive ali no meio das Políticas Públicas, eles estão ali no
1162 meio das Políticas Públicas. Os direitos deles negados estão ali nas Políticas
1163 Públicas estão ali nas Políticas Públicas... A questão da discriminação, a
1164 discriminação hoje no Brasil vem crescendo muito com crianças e adolescentes,
1165 geralmente é por crianças de etnias, crianças negras, quilombolas, crianças
1166 deficiência e na maioria das vezes isso acontece tanto na escola, quanto em casa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1167 e a sociedade e a comunidade, eles não amparam essas crianças, eles sempre
1168 tentam afastar elas dos direitos. E elas acabam, como eu falei no começo, elas
1169 acabam deixando, elas acabam pensando que elas não têm direito de levantar a
1170 mão e dizer o que eles querem viver, elas não têm direito de voz, elas não têm o
1171 direito de se abrir com alguém, de conversar com alguém. Então a partir do
1172 momento que eu olho para uma criança e falo que ela não pode está ali por ela
1173 ser negra, por ela ter alguma deficiência ou fazer graça com aquilo, eu estou
1174 chamando ela de quê? Isso vai influenciar no desenvolvimento dela ao decorrer do
1175 crescimento.

1176 **Interlocutora não identificada** – Ana Rita é uma adolescente parda, magra de
1177 cabelos longos, lisos, castanhos e volumosos.

1178 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Comitê de Participação ao Adolescente)** –
1179 Então, se a gente sentar com uma criança e falar para ela o que é certo e o que é
1180 errado, ela não vai entender, se a gente conversar com um adulto, dialogar com
1181 um adulto, ele vai entender o que está acontecendo ali. Orçamento e
1182 financiamento das políticas para crianças e adolescentes, melhorar recursos para
1183 garantir para nós seus direitos. Melhorar recursos, hoje a gente, tem uma situação
1184 precária no Brasil e nas escolas públicas, e alguns de escolas privadas também
1185 não tem... Adequada para a criança e adolescente com deficiência ou uma sala
1186 adequada, ou um profissional que saiba lidar com aquele tipo de situação. Então,
1187 isso tudo envolve muito a violência psicológica que criança a partir do momento
1188 que não tem a estrutura certa para viver, ela é... No desenvolvimento, da
1189 educação dela, da saúde dela, na forma de pensar da sociedade. Então isso
1190 influencia muito. E a proposta é, que as pessoas doem dinheiro para arrecadar
1191 fundos, para garantir os Direitos da Criança e do Adolescentes. Ao invés das
1192 pessoas pagarem os impostos para empresas, para o Governo, enfim, que elas
1193 doem esse dinheiro para que as crianças e adolescentes tenham a estrutura certa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1194 para viver, como esse dinheiro vai ser arrecadado para instituições tanto nos
1195 Fóruns Estaduais, quanto para estados e municípios e quem vai gerenciar tudo
1196 isso vai ser o CONANDA, quem vai escolher onde vai ficar... Porque a criança e
1197 adolescente ela precisa de espaço que ela se sinta bem, ela precisa de um
1198 espaço que ela não tem medo, ela precisa de um espaço em que ela entenda que
1199 aquele lugar ali ela pode expressar da forma correta, da maneira que, do jeitinho
1200 dela, não em uma forma em que a sociedade julgue ela, não em uma forma em
1201 que a gente prive muito ela das coisas. Então, se uma criança chega na escola
1202 onde não tem a Política Pública adequada, ela vai ver, que precisa sim para o
1203 resto da vida, se uma pessoa chega para e fala que não tem aquilo, que ela não
1204 pode aquilo, que não pode garantir os direitos daquilo, ela vai se sentir como se
1205 ela não fosse ninguém na sociedade, como se ela não exercesse o papel pela na
1206 sociedade. Então garantir para que a escola tem a estrutura adequada, tanto para
1207 os adolescentes deficientes, quanto para os adolescentes que tem uma condição
1208 financeira mais baixa e para as crianças também. A participação, comunicação
1209 social e protagonismo de criança e adolescente, que criança e adolescente
1210 participar das discussões e deliberações, ou seja, tomada de decisões. Como eu
1211 falei no começo, a gente está aí, as crianças e adolescentes eles precisam
1212 aprender de das públicas, mas... Política Pública. Então assim, é importante, que
1213 eles vão nos debates da Câmara... Falam do entendimento deles que tenham
1214 ideias adequadas, entendeu? Que eles não sejam impedidos por adultos, por
1215 exemplo, um adolescente chega na Câmara e está lá um debate, superlegal e por
1216 exemplo, ele levante a mão... E as pessoas acabam nos abordando aqui, não
1217 abordando aquela ideia gula não exercendo o papel da aquela ideia. Então, o que
1218 ele vai entender? Ele vai entender que não deve mais voltar ali, ele vai entender
1219 se não aceitou uma vez, não vai aceitar nunca. Então, a sociedade só tem muito a
1220 aprender. Então a partir do momento que um adolescente chega e dá uma ideia,
1221 dá uma sugestão de algo que está falando dele, ele tem sim, que ser levado a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1222 sério, ele tem sim que ser entendido como sujeito de direito do Brasil. E hoje e há
1223 muito tempo também atrás não só hoje, mas o adolescente, a criança sente que
1224 ele está aí, porque é o papel dele, está aí. Ele entende que ele vai para a escola,
1225 porque ele tem que ir para escola e aí a gente já entra nessa parte de escola
1226 frequente, a partir do momento que os pais começam a explorar os seus filhos
1227 começam, enfim a prender ele, colocar eles no trabalho muito cedo, eles
1228 entendem que a prioridade não foi a escola, eles entendem que não...

1229 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
1230 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Ana, a gente está te ouvindo muito
1231 baixinho. Você consegue subir um pouquinho? Falar um pouquinho mais alto?
1232 Assim melhora.

1233 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Comitê de Participação ao Adolescente)** –
1234 Que ele não vai ter os deveres necessários para o futuro dele, os direitos
1235 necessários para o futuro dele. Então a partir do momento que ele começa a
1236 trabalhar, que aquela criança começa a trabalhar, ela vai entender que a
1237 prioridade não vai ser a escola, que a prioridade não vai ser, enfim, os amigos,
1238 que a prioridade não vai ser a educação e o futuro dele, entendeu? Então, isso
1239 acaba gerando infinitas coisas na cabeça daquela criança, porque o que ela
1240 sente? Ela fala: "Porque, que os meus amigos eles estão estudando e eu estou
1241 trabalhando?" E junto vem a exploração infantil vem a violência física também, que
1242 se uma criança não quer fazer aquilo, maltratam aquela criança até que ela faça,
1243 ela vai obrigadamente fazendo aquilo, que ela não quer fazer. E a liberdade de
1244 expressão, que eu já falei, que a criança tem que se expressar bem na sociedade,
1245 ela não tem que ser privada dos direitos dela, até porque desde criancinha, a
1246 criança ouve que ela não pode falar aquilo, que ela não deve lutar por aqueles
1247 direitos, ela vai se calar. Ela não vai mais falar. Ela vai entender que isso está
1248 errado, então assim, isso depende, tanto da escola, quando da família. A família



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1249 precisa dar os caminhos certos para aquela criança e para aquele adolescente, a
1250 escola precisa ensinar o que é certo para a educação, enfim, para o
1251 desenvolvimento lá no futuro e a escola também tem que proteger aquela criança
1252 e adolescente, porque a escola é como se fosse uma segunda casa. Então, a
1253 partir do momento que um adolescente ou uma criança cometem um bullying com
1254 outra criança e ninguém chama atenção, daquele adolescente ou daquela criança,
1255 ele vai entender para o resto da vida que ele está certíssimo, que aquilo ali não é
1256 errado, que é legal fazer aquilo. E a partir do momento que aquela criança sofreu
1257 bullying e que ninguém defendeu ela, ela vai entender que não tem ninguém ali
1258 para ajudar ela, ela vai entender que ela está totalmente desamparada e sozinha.
1259 Então, hoje no Brasil vem ocorrer muito disso, não é? E sobre o ECA eu tenho a
1260 falar que o ECA ele foi criado em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente.
1261 Enfim, foi uma luta muito grande, muito grande e muitas crianças e adolescentes
1262 de hoje e ela se sentem mais aliviadas por conta do Estatuto. O Estatuto, ele
1263 trouxe Nossa Senhora uma onda enorme de coisas para a gente, para assim,
1264 quando a gente fala no EAC a gente sente protegido, porque está ali para lutar
1265 pelos nossos direitos, é bom saber que tem alguém protegendo a gente, tem o
1266 Estatuto protegendo a gente e que tem mais artigos a favor da gente. Uma coisa
1267 muito interessante é que eu e o meu pai a gente fez uma pesquisa na escola no
1268 município aonde eu moro, a gente foi dar palestras e enfim, sobre o ECA e sobre a
1269 importância de Políticas Públicas para crianças e adolescentes. A gente entrou
1270 nas salas e aí a gente perguntou, quem conhecia o ECA? Ninguém entendeu o
1271 que a gente estava falando, a gente falou: "Vocês sabem o que significa a sigla
1272 ECA? Não, ninguém falou nada." Todo mundo só falou assim: "Eu já ouvi falar,
1273 mas eu não sei o que significa. Eu não sei dá onde veio o ECA." Então, é uma
1274 coisa que está a favor da gente, mas a gente desconhece totalmente, não é o
1275 nosso mundo, entendeu? E a gente explicou direitinho o Estatuto da Criança e do
1276 Adolescente, ele defende os nossos direitos, ele defende os nossos deveres e era



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1277 incrível ver como eles ficaram admirados, impressionados. Como assim a gente?
1278 Como eu não sabia disso? E hoje a gente vive em uma sociedade muito, muito,
1279 como eu posso dizer seletiva? Onde a sociedade é dividida, o que é certo, as
1280 pessoas que estão certas, muitos certos e as pessoas que estão erradas, muito
1281 erradas, mas às vezes sociedade não entendem, se as pessoas certas pegarem
1282 as pessoas erradas e ensinar as pessoas erradas o que é certo, elas vão
1283 entender. Claro, que também tem aquele tipo de pessoa que vive ali em uma
1284 corrente, que enfim, não compreende o mundo, é muito contra tudo isso, que é
1285 contra o Estatuto, tem várias pessoas que não concordam com o ECA, tem muita
1286 pessoa que é contra o Estatuto da Criança e do Adolescente e as pessoas que
1287 são contra o ECA são contra os nossos direitos. Então, a sociedade que a gente
1288 vive, ela é muito seletiva assim, sabe? Ela é muito discriminativa que na cabeça
1289 deles, eles pensam assim, não, é criança, é adolescente não sabem pensar.
1290 Adolescente não quer saber do futuro, adolescentes só quer saber de diversão e
1291 tal, e tal. Não é bem assim. O adolescente, claro que ele vive no mundo dele, claro
1292 que tem as responsabilidades dele, mas ele sabe que estão falando dele lá fora,
1293 ele sabe, ele consegue visualizar o que está acontecendo, o que o antecede em
1294 um futuro dele, na forma de pensar dele e a criança é a mesma coisa, a partir do
1295 momento que ela está no mundo dela e as pessoas falam: "Ah, ela não sabe falar
1296 nada não. Essa forma de pensar dela é errada." Ela sabe que estava
1297 acontecendo, entendeu? E isso é muito errado, é muito errado. Então, por isso é
1298 que o ECA está aí, para mostrar para as crianças e adolescentes que eles não
1299 estão sós. E como muitas crianças e adolescentes estão para mostrar para outras
1300 crianças e adolescentes que eles não estão sós e que eles podem contar com a
1301 gente para tudo o que vier. E eu vou também falar um pouco sobre a Consciência
1302 Negra, vou falar um pouco do racismo, porque a gente está no mês e assim, o
1303 racismo no Brasil, ele ainda é muito grande, isso nunca teve assim, diminuiu o
1304 racismo no Brasil, não existe racismo no Brasil, não tem essa de que não existe



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1305 racismo no Brasil, existe sim o racismo no Brasil. E o racismo no Brasil, ele é tão...
1306 Qual é a palavra certa, que eu posso usar? Ele é tão estranho, ele é tão violento,
1307 ele dá medo nas pessoas, entendeu? A ponto de matar, o racismo é tão forte que
1308 ele mata. O racismo, o racismo é uma coisa que... A gente vê que não dá para
1309 parar, entendeu? A gente vê que é uma coisa que assim, que vai crescendo cada
1310 vez mais e não vai parando e que crianças e adolescentes também sofrem esse
1311 tipo de racismo. Eu vi uma vez no jornal que um adolescente foi preso, porque ele
1312 foi, era dia dos pais, ele entrou numa loja, em uma vitrine super chique, super
1313 bonita e aí, ele era negro, e aí a partir do momento que ele entrou na loja e tinha
1314 dois seguranças... Não minto, tinha dois meninos, ele foi comprar um relógio de
1315 presente do dia dos pais para o pai dele e quando, a partir do momento que ele
1316 pegou o relógio da vitrine os meninos que estavam comprando outras coisas
1317 avançaram nele, bateram nele, levaram ele para fora da loja e ele teve que se
1318 desesperar e falou que não, que ele não era bandido, que ele não estava
1319 roubando, que era, só queria comprar um presente para o dia dos pais. Então, ao
1320 ponto de racismo chega é incrível, entendeu? E eu, eu já presenciei muito o
1321 racismo na minha vida, na minha vida toda. Eu já presenciei muitos casos de
1322 extrema tristeza para mim, sabe? E as pessoas matam por conta disso. Teve
1323 recente também um caso do João Alberto Freitas, que foi o menino que morreu
1324 em uma das lanchonetes, lojas do Carrefour e ele morreu por dois seguranças, foi
1325 espancado. E que não aconteça mais isso no Brasil, porque é muito deprimente, é
1326 muito deprimente, como a Iolete falou, que não morram mais Marielles, que não
1327 morram mais Joãos, que não morram mais de Josés, que não morram mais
1328 Pedros, que não morram mais Marias, que não morram mais, não é? Porque a
1329 sociedade parece que a gente está aqui e a sociedade ela vem vindo assim, e ela
1330 vem botando a gente nesse mundo, é incrível como a sociedade consegue
1331 convencer a gente daquilo que é certo, daquilo que é errado, mas a gente está
1332 sempre aqui, sempre forte e firme para falar que a gente não vai mais calar. Os



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1333 adolescentes morrem todos os dias, crianças morrem todos os dias, crianças são
1334 exploradas todos dias, crianças sofrem racismo todos os dias, crianças sofre
1335 Homofobias, adolescentes sofrem Homofobias. Todos os dias no Brasil
1336 acontecem atentados contra crianças e adolescentes, todos os dias no Brasil
1337 acontecem estupro contra crianças e adolescentes, todos os dias no Brasil está
1338 acontecendo violência física contra crianças e adolescentes. Tem crianças e
1339 adolescentes nas ruas, tem crianças e adolescentes querendo só ir para a escola,
1340 querendo só estudar, querendo ter uma estrutura adequada dentro de casa,
1341 querendo ter um caderno, querendo ter um computador e querendo ter livros,
1342 querendo ter um lápis, querendo ter pelo menos uma folha de papel e um lápis
1343 para escrever, para ele ter um futuro adequado, para ela ter um futuro adequado,
1344 para nós termos um futuro adequado e no mundo que a gente vive hoje e acho
1345 que é a única solução são as nossas crianças e os adolescentes, porque é uma
1346 nova geração. Então, se eu Ana Rita... Vou tendo esse mesmo tipo de
1347 pensamento que ouvi, enfim, desde criança criado como esse mesmo tipo de
1348 pensamento, do que é certo e do que é errado, eu vou transferir essa minha forma
1349 de pensar para o meu filho, eu vou transferir essa forma de pensar para a minha
1350 irmã. Então, é uma nova geração que está vindo. Então, a base disso tudo são as
1351 crianças e os adolescentes, a solução para isso tudo são as crianças e os
1352 adolescentes e quem ficar contra a gente não tem força nenhuma, entendeu?
1353 Porque o número de pessoas que estão a favor da gente é altíssimo, vai
1354 diminuindo a cada dia mais o número de pessoas que estão contra a gente,
1355 porque a partir do momento que eu demonstro o meu tipo de pensamento numa
1356 Conferência Nacional onde muitas pessoas assistindo e estão me ouvindo falar,
1357 vão dizer: "Bacana, eu vou mudar a minha forma de pensar. Nossa certíssimo, ela
1358 trouxe a realidade do que é o Brasil." Então, está aqui, as pessoas que estão a
1359 favor da gente e aqui onde estão pessoas que são contra a gente, mas esse
1360 número de pessoas que são contra a gente, apesar de ser alto, eles ainda



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1361 exercem papel muito não importante na sociedade, eles influenciam outras
1362 pessoas a não gostarem daquilo e falarem que aquilo dali é errado, que crianças e
1363 adolescentes eles não podem ter direitos e que a gente é privado de qualquer tipo
1364 de coisa de saúde, educação, lazer, esporte, segurança, profissionalização e
1365 todas essas coisas que eu falei aqui envolve muito, muito a discriminação e o
1366 preconceito, porque hoje uma mulher negra, ela é totalmente vista como diferente
1367 na sociedade, o homem negro é totalmente visto como diferente na sociedade. Eu
1368 já presenciei vários, vários casos de racismo. Enfim, várias vezes a ponto de eu
1369 chegar em um restaurante com a minha família e a atendente não querer atender
1370 a gente, não, simplesmente ignorar e fingir que a gente não estava ali. Então o
1371 fato de eu... Ser uma adolescente, que com 15 anos entende totalmente o que é
1372 certo e o que é errado, tem adolescente por aí que tem uma posição totalmente
1373 diferente da minha e que mim enfrentam como se eu fosse arma letal da
1374 sociedade, como se eu não pudesse estar ali, como se eu tivesse que ser banida
1375 da sociedade, por eu ter essa minha opinião. Várias vezes, eu me pronunciei
1376 assim, em posts que eu não gostei, enfim, de racismo, Homofobia, eu me
1377 pronunciei, comentei e as pessoas caíram matando em cima de mim, me
1378 chamando de mentirosa, e que o que eu estava fazendo era errado, enfim, me
1379 xingaram muito, mas eu sempre mantive a minha posição e nunca deixei que me
1380 derrotassem, porque o meu pai e a minha mãe e eles me educaram assim, ele
1381 sempre demonstraram o caminho do que era certo e o do que era errado e eu
1382 sempre privei eles disso tudo, de falar: "Olha, alguém comentou tal e tal coisa, em
1383 um comentário que eu fiz, me chamou de tal e tal coisa." Porque isso é doloroso,
1384 para uma adolescente escutar que a opinião dele está errado, é dolorosa, a gente
1385 se sente, eu mesma, eu mesma me sinto muito julgada, eu me sinto deprimida,
1386 imagina se eu que sou adolescente, que já tenho um entendimento maior das
1387 coisas, imagina uma criança? Uma criança que está começando a viver ainda,
1388 está começando a dar os primeiros passos sobre a sociedade está começando a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1389 entender o que é as Políticas Públicas, está começando a entender quais os
1390 direitos dela. Então assim, é uma questão de coisas, é uma bolha que a gente
1391 precisa explorar, só que essa bolha vai a fortalecendo cada vez mais. Ao longo
1392 que essa bolha vai fortalecendo crianças e adolescentes vão ficando também
1393 cada vez mais fortes. E para finalizar a minha fala, eu quero só fazer um
1394 agradecimento, quero dizer que eu estou muito feliz de estar aqui na Conferência,
1395 na 11ª Conferência Nacional com vocês. Quero agradecer a toda equipe da
1396 Flacso, que sempre esteve com o CONANDA nessa jornada. Quero agradecer as
1397 minhas tias, a Bel, a Cris, a Ana, enfim, todas elas, elas influenciaram muito nessa
1398 caminhada junto com a gente, pois superimportante elas estarem com a gente. A
1399 Iolete, enfim, todas, todas, todas. Quero parabenizar também os meus amigos, a
1400 Rebeca e o Maurício, vocês estão de parabéns, eu amei a fala de vocês e que
1401 essa Conferência ela seja para a gente realmente discuti sobre esses temas que é
1402 de extrema importância e fundamental para as Políticas Públicas e integrais no
1403 Brasil. E é isso, obrigada.

1404 **Sra. Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos**
1405 **Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Obrigada Ana. Eu chamo
1406 agora a Conselheira, a Vice-presidente do CONANDA Petrucia. Para comentar a
1407 fala da Ana Rita e a gente da sequência os trabalhos.

1408 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
1409 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Parabéns, Parabéns
1410 Ana Rita Silva Magalhães, a sua fala é muito pertinente para esse momento e
1411 você falou, você teve uma fala que me chamou atenção, que você fala.

1412 **Interlocutora não identificada** – Petrucia, é uma mulher negra cerca de 30 anos,
1413 cabelos cheios e cacheados, castanho claro. Usa blusa social...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1414 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
1415 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA) –** Não se sinta só, porque
1416 você tem a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em
1417 parceria com o CONANDA para dá todo apoio necessário e pensando nessa
1418 vertente é que a Secretaria fez todos os empenhos para a assinatura da carta
1419 acordo, implementação da plataforma para que os adolescentes pudessem estar
1420 interagindo e estamos agora lançando um edital para equipar todos os 47
1421 adolescentes, com tablet, pacote de Internet, para que vocês têm uma
1422 participação qualificada. Então vocês não estão só, conte conosco, muito
1423 obrigada.

1424 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
1425 **Criança e do Adolescente, CONANDA) –** Eu passo a palavra agora para o
1426 Conselheiro, Coordenador da Comissão Organizadora dessa Conferência Antônio
1427 Lacerda, vai apresentar o nosso próximo palestrante.

1428 **Sr. Antônio Lacerda Souto (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1429 **Agricultura, CONTAG) –** Bom-dia, bom-dia. Eu quero cumprimentar a nossa
1430 Presidente Iolete, em nome dela cumprimentar todos os Conselheiros e
1431 Conselheiras do CONANDA. Quero cumprimentar a Petrucia, vice-presidente do
1432 CONANDA, que está aqui na mesa comigo e em seu nome Petrucia eu quero
1433 cumprimentar todo a equipe do Governo e da Secretaria Nacional de Direito da
1434 Criança e do Adolescente, que como você disse também nessa parceria com a
1435 Flacso deu todo o apoio, para que nós pudéssemos aqui realizar a 11^a
1436 Conferência. Quero agradecer muito todos os Conselheiros que apoiaram para
1437 que a gente pudesse estar hoje aqui realizando a Conferência, os Conselheiros da
1438 Sociedade Civil, do Governo, um agradecimento muito especial a equipe da
1439 Flacso que deu todo o empenho, as subcomissões, nós tínhamos quatro
1440 subcomissões, foi um trabalho árduo, foi um trabalho difícil, mas foi um trabalho



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1441 muito prazeroso e muito desafiante fazer pela primeira vez uma Conferência da
1442 Criança e do Adolescente de forma virtual. Bom, nós vamos dando continuidade a
1443 nossa programação, nós convidamos para uma palestra Magna, o Mário Volpi, ele
1444 vai tratar do tema central da Conferência, que é proteção integral, diversidade,
1445 enfrentamento a violência. É bem importante a abordagem que o professor vai
1446 fazer, o palestrante vai fazer aqui com a gente e queria destacar que essas
1447 palestras, tanto na fala, na pasta Magna, como na que nós vamos ter a partir de
1448 amanhã, a partir do dia 27, do dia 28, as palestras de eixos, todos os palestrantes
1449 vão fazer falas aqui importantes sobre o eixo central e os eixos, os outros cinco
1450 eixos da Conferência que vai nos ajudar a gente melhor as propostas que
1451 vinheram dos estados. O Secretário Maurício, que chegaram 564 propostas das
1452 Conferências, que nasceram nos municípios, que passaram pelas Conferências
1453 Estaduais e que chegaram aqui na Nacional 564 propostas. Essas 564 propostas
1454 já passaram por um processo bem importante que foi a sistematização, que a
1455 gente sabe que tem proposta de um estado, que a mesma de outro estado. Então
1456 a equipe da Flacso fez essa sistematização, essas 564 propostas que se juntaram
1457 em 112 e dessas 112 são as que nós vamos discutir na Conferência Nacional e
1458 dessas 112, foi bem importante também o ali quando o Secretário falou que nós
1459 vamos priorizar vinte cinco, essas 25 serão priorizar doze serão lidas na etapa, na
1460 Plenária final da nossa Conferência que vai ser no dia 10 de dezembro. Então
1461 esse conjunto dessas propostas é bem importante que elas vão poder sofrer
1462 emendas, o que as emendas? São sugestões que vocês vão dar no sentido de
1463 melhorar essa sempre doze propostas que vão ser debatidas e que vão ser
1464 discutidas e que depois vão ser priorizar das. Nesse sentido, no sentido de
1465 melhorar essas propostas, os palestrantes vão trazer com certeza elementos
1466 importantes, que vão ajudar que essas propostas, sejam qualificadas, que elas
1467 sejam melhoradas. Então para a primeira palestra Magna, eu queria convidar o
1468 Mário Volpi, o Mário Volpi é formado em filosofia, é mestre em Políticas Sociais e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1469 Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes, do fundo das Nações
1470 Unidas para Infância do Brasil, Unicef. O tema que ele vai tratar aqui, eu já falei, é
1471 Proteção Integral, Diversidade, Enfrentamento das Violências, que é o tema
1472 central dessa Conferência. Então, por favor, professor Mário Volpi, com você a
1473 palavra.

1474 **Sr. Mário Volpi (Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes) –**
1475 Bom-dia a todos, bom-dia a todos. Obrigado por esse convite, para dialogar com
1476 vocês sobre os direitos da criança e do adolescente nesse momento em que a
1477 Conferência tenta produzir essas propostas de políticas para que nós possamos
1478 avançar na garantia, na promoção e na defesa dos Direitos da Criança e do
1479 Adolescente. Eu vou compartilhar com vocês aqui uma apresentação, um
1480 minutinho só. Preciso somente me organizar um pouquinho aqui para compartilhar
1481 a apresentação. Ela não está entrando aqui, só um minutinho. Agora vamos lá.
1482 Talvez alguém precise me dá aqui alguma autorização para compartilhar, vamos
1483 ver novamente. Se vocês puderem me ajudar aí, do contrário eu vou seguir aqui,
1484 se a técnica estiver como compartilhar, ele não está bem autorizando aqui a
1485 compartilhar esse, essa apresentação. Então se vocês tiverem e aí no estúdio
1486 alguma forma de compartilhado, eu vou seguir aqui, falando desse tema da
1487 Proteção Integral, Diversidade, e do Enfrentamento das Violências. A primeira
1488 ideia que eu quero compartilhar aqui com vocês enquanto a gente ver se a
1489 apresentação pode ser apresentada aí para vocês, a primeira ideia ela está
1490 relacionada, a de que não há como enfrentar a violência se valorizar a
1491 diversidade. As violências no nosso país elas estão relacionadas às
1492 desigualdades, elas estão relacionadas ao racismo, ao Homofobia, a xenofobia, a
1493 discriminação. Então o enfrentamento da violência ele é central, é central que no
1494 enfrentamento da violência, a gente tem uma política no país de valorização da
1495 adversidade. E não a uma proteção integral da criança e do adolescente, sem que
1496 se assegure o enfrentamento da violência. Estou dizendo isso para estabelecer



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1497 esse primeiro elemento importante, que é essa relação intrínseca que existe entre
1498 a Proteção Integral, Diversidade, e o Enfrentamento das diferentes formas de
1499 violência. Então ao discutirmos, então aqui o momento em que a Conferência
1500 elabora suas propostas, nós precisamos entrar nesse conjunto de direitos, que
1501 fazem parte daquilo que nós chamamos Proteção Integral. Então os Direitos de
1502 Crianças e Adolescentes eles passaram a ganhar status jurídico e social a partir
1503 da segunda metade da década de 1980 quando houve um consenso global que
1504 aquela ideia de que criança e adolescentes eram seres incapazes, um certo
1505 sentido da propriedade dos adultos, eram pessoas incompletas, eram seres que
1506 precisavam ser tutelados eternamente pelos adultos, essa ideia que havia até
1507 meados da década de 1980 foi superada por uma doutrina jurídica social a
1508 chamada de doutrina da Proteção Integral. E, por que essa ideia foi superado?
1509 Porque em nome da proteção da criança, em nome da promoção de como se dizia
1510 na época dos menores, se fizeram muitas violências e violação de direitos. A ideia
1511 de que o adulto determina o que a criança deve e não deve ser, o que ela deve e
1512 não deve fazer, de que ele tem esse direito absoluto de controlar a vida da
1513 criança, resultou e resulta até hoje em um processo contínuo de opressão, de
1514 violências, de violação de direitos. Então o que essa doutrina de Proteção Integral
1515 trouxe como conceito? A ideia de que a criança e o adolescente podem manter
1516 nesse slide aí, por favor. De que a criança e o adolescente eles precisam ser
1517 tratados como seres humanos que são sujeitos e não objetos. Então em 1990, no
1518 encerramento da década de 1980, uma reunião de cúpula que aconteceu em
1519 Nova York com todos os chefes de estado, de todos os países, estabeleceu que
1520 para que a Proteção Integral consiga superar aquela visão tutelar, aquela visão
1521 menorista, era preciso que as crianças sejam tratados, é preciso que as crianças
1522 sejam tratados como uma prioridade e disseram que não a causa que mereça
1523 mais alta prioridade que a proteção e o desenvolvimento de meninos e meninas
1524 dos quais depende a sobrevivência, a estabilidade e o progresso de todas as



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1525 nações e da civilização humana. Então veja, a criança sai de uma visão de
1526 incapacidade de para a necessidade que os países entenderem que deve ser
1527 tratada com a mais alta prioridade. Isso é importante, a gente refletir essa
1528 mudança, porque a criança sai de ser um objeto da família, do pai e da mãe, para
1529 ser uma responsabilidade da família, da sociedade e do estado. Parece que é só
1530 uma mudança retórica, mas, na verdade, isso gerou uma revolução global na
1531 necessidade de os estados assegurarem direitos para as crianças. Então não se
1532 tratam apenas de ações compensatórias, de políticas ocasionais, trata-se de uma
1533 estrutura em que os países para se desenvolverem, para garantirem a sua
1534 estabilidade para o seu progresso elas precisam investir no Direitos de Crianças e
1535 Adolescentes. Pode passar. Então só para lembrar que a Convenção sobre os
1536 direitos da criança aprovados em 1989, definiu as crianças como seres humanos e
1537 menores de 18 anos. No Brasil o Estatuto detalhou pouco mais e definiu crianças
1538 e adolescentes, as crianças até 12 anos incompletos e os adolescentes de 12 a 18
1539 anos incompletos. Com um direito ao pleno desenvolvimento físico, mental e
1540 social e veja, com direito a expressar livremente as suas opiniões. Então já de
1541 saída essa ideia de sujeito ganha uma expressão clara de que é um sujeito que
1542 fala, que se comunica, que se expressa, que pode se expressar livremente. Eu
1543 acho que aqui tem um Conceito importante nessa questão da Proteção Integral,
1544 pode passar. Então quando a Convenção sobre os Direitos da Criança foi feita, ela
1545 juntou os consensos, o consenso dos 195 países e agora são 196 que assinaram
1546 a Convenção e o primeiro consenso que houve na Convenção, o primeiro direito
1547 declarado na Convenção sobre os direitos da criança é um direito a não
1548 discriminação. Todos os direitos devem ser aplicados a todas as crianças sem
1549 nenhuma exceção. E quem que tem que proteger a criança de ser discriminada? É
1550 obrigação do estado de proteger a criança de não ser discriminada. Então, o
1551 estado brasileiro, os estados todos, os 196 países que assinaram a Convenção
1552 têm uma obrigação de proteger a criança de toda a forma de discriminação. Pode



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1553 passar. Além desse primeiro tema da discriminação, a Convenção também
1554 escolheu ter a palavra igualdade para estar presente em pelo menos cinco artigos,
1555 no preâmbulo, na introdução quando fala dos valores das Nações Unidas, a
1556 igualdade de oportunidades na educação, a igualdade de gênero, a igualdade de
1557 exercer o direito de participar plenamente da vida cultural, artística, recreativa e de
1558 lazer e a igualdade no processo de justiça que é de defender-se das acusações
1559 que são feitas contra uma criança ou um adolescente. Pode seguir. Então os
1560 direitos das crianças, eu acho que essa mudança que nós precisamos trazer,
1561 nesses trinta anos, 31 anos de a discussão é que os direitos da criança são
1562 direitos humanos, criança não é um ser humano incompleto, incapaz, imperfeito.
1563 Ela é um ser humano pleno, portanto, tem direito a todos os direitos. E esses
1564 direitos eles são indivisíveis e interdependentes, eu acho que vocês já escutaram
1565 essa frase em muitos lugares, mas a consequência desse direito, desse princípio
1566 é de que a gente não pode a pretexto de proteger um direito violar outro direito. A
1567 gente, eu acho que o melhor exemplo que a gente tem que é um exemplo triste é
1568 da criança que sofre abuso em casa e você afasta a criança da convivência
1569 familiar para protegê-la. É óbvio que ela tem o direito à proteção, mas o princípio
1570 da indivisibilidade diz que você tem que assegurar o direito à convivência familiar
1571 dela e o direito à proteção, os dois têm a mesma importância, portanto, mais
1572 adequado seria obviamente afastar o agressor. Então eu estou dando aqui um
1573 bom exemplo concreto, mas a gente poderia falar em muitos exemplos em que é
1574 preciso uma reflexão mais profunda sobre esse princípio da indivisibilidade
1575 para que a gente faça dos Direitos da Criança e do Adolescente realmente um
1576 conjunto de Proteção Integral. E aqui eu faço uma pergunta de quantos são os
1577 direitos da criança? Vocês podem colocar aí no Chat, quantos vocês acham que
1578 são. Eu fiz uma contagem e eu vou chegar um número aqui depois e depois vocês
1579 chegam aí, se vocês estão de acordo com esse número de direitos. Obviamente
1580 que essa ideia de contagem é uma brincadeira, porque eles são indivisíveis e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1581 interdependentes, mas eles estão explicitados um a um na Convenção e
1582 traduzidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a lei brasileira que
1583 traduz para a realidade local os Direitos de Crianças e Adolescentes. Pode seguir.
1584 Então as Nações Unidas, proclamaram e concordaram na declaração de direitos
1585 humanos, que os Direitos Humanos de todas as pessoas, que todas as pessoas
1586 possuem todos os direitos, independente de discriminação ou de qualquer de
1587 extinção, seja de raça, de cor, de sexo, de idioma, de crença, de opinião política.
1588 Vocês vejam, que quando os representantes dos países fizeram essas legislações
1589 vocês imaginam a dificuldade que foi conciliar visões, palavras, línguas diferentes.
1590 Mas a conclusão desse processo é tão profunda, tão bonita, que nós precisamos
1591 retornar à isso para entender, porque que a gente sair de uma ideia primeira de
1592 que as crianças tinha direitos, depois a gente saiu para uma ideia de que todas as
1593 crianças têm direitos e nós chegamos em um consenso global de que as crianças,
1594 que todas as crianças têm todos os direitos. Vejam que é um processo esticado de
1595 defini um sujeito a partir de um ideal de sociedade, onde todos possam se
1596 desenvolver e igualmente. Então um ideal de igualdade, um ideal de fraternidade,
1597 um ideal que nos torna membros da mesma comunidade humana. Então esse
1598 princípio é fundamental para a gente deliberar sobre políticas. Nós não podemos
1599 falar sobre alguns direitos e nem sobre algumas crianças, nós temos que falar
1600 sobre todos os direitos, para todas as crianças e para todos os adolescentes.
1601 Pode seguir. Então considerando que a criança deve estar preparada para uma
1602 vida independente na sociedade, ela deve ser educada de acordo com alguns e
1603 ideais e vejam que que nós estamos falando de valores, que na escola, no abrigo,
1604 no Conselho Tutelar, na família, nós precisamos internalizar esses valores, porque
1605 são eles que vão assegurar aquele princípio da não discriminação. A paz, a
1606 dignidade, a tolerância, a liberdade, a igualdade e a solidariedade. Nós não
1607 estamos aqui falando dessa pressão social da competitividade, da opressão, do
1608 mais forte que submete o mais fraco, nós estamos falando de um ideal de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1609 sociedade de crianças e adolescentes sejam educados para tolerância. Tolerância
1610 é um valor muito importante, porque mesmo que você não compreenda a visão, a
1611 cultura do outro, você aceita em respeito ao direito que todos têm a expressar a
1612 sua cultura, seus valores, suas crenças, pode seguir. Então para fazer essa
1613 contagem eu tenho pouco tempo, então, vocês não se preocupem muito com
1614 esses slides, que eu vou deixá-los à disposição para que depois vocês possam
1615 conferir. Então pegando a Convenção sobre os direitos da criança, a gente vai
1616 achar um número que nós vamos chegar aqui no fim, vou fazer um suspense para
1617 vocês, mas logo no começo a gente tem direito a não ser discriminada, depois o
1618 direito de ter assegurado o seu melhor interesse, alguém já falou aqui? O
1619 interesse superior da criança quando tem uma disputa, seja em entre separação
1620 de pais, seja entre colocar ou não colocar em um abrigo, todas as decisões devem
1621 ser levadas em conta, devem ser realizadas levando em conta o melhor interesse
1622 da criança. Para isso obviamente a criança precisa ser ouvida. Então o segundo
1623 direito, então esse que as decisões ser levadas segundo melhor interesse da
1624 criança, o terceiro de ter o investimento do estado para assegurar seus direitos, ou
1625 seja, criança e o adolescente têm direito de ter um orçamento público destinado a
1626 elas. Elas têm direito que o seus pais irresponsáveis sejam respeitados em suas
1627 responsabilidades e direitos e deveres, isso aqui é muito aquela ideia de que a
1628 pobreza legitimava a retirada das crianças de algumas famílias. Então se a família
1629 tem dificuldades, cabe ao estado assegurar que a família tenha as condições para
1630 garantir os direitos da criança. O direito à vida, a sobrevivência, ao
1631 desenvolvimento, há um nome e a uma nacionalidade, a preservar a sua
1632 identidade, inclusive, a nacionalidade, o nome, as relações familiares, livre de
1633 qualquer interferência ilícita e isto nós agora recebendo esse fluxo de imigrantes
1634 de outros países é muito importante que a criança tem direito de preservar sua
1635 identidade. O direito à convivência familiar, o direito olha só, a ter acesso a um
1636 país para reunir-se à sua família. Isso aqui está muito relacionado a toda questão



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1637 dos refugiados que muitos países separam as famílias. Então aqui o direito de ter
1638 acesso a um país para poder reunir-se a sua família. Direito de ser protegido
1639 contra uma transferência ilegal para o exterior. Veja que são as duas coisas,
1640 criança que precisa se reunir com a família, mas ela também precisa ser protegida
1641 contra o tráfico internacional. O direito a formular os seus próprios pontos de vista
1642 e expressar as suas opiniões se livremente sobre todos os assuntos. Isso é
1643 fantástico, porque aqui tem uma descoberta pedagógica importante, as pessoas
1644 que estudaram pouquinho Paulo Freire, o Piaget e os outros todos os grandes
1645 estudiosos, psicólogos, filósofos, sociólogos que estudaram a questão da infância,
1646 a expressão, a liberdade da criança de expressar o ponto de vista é uma forma de
1647 conhecimento, as crianças elas aprendem elaborando hipóteses sobre as coisas,
1648 mas as hipóteses que elas formula, elas só podem ser melhoradas e modificadas
1649 à medida que elas têm o direito de se expressar e o Artigo 13 é que vai falar no
1650 direito de expressar-se livremente. Então aqui nesses slide a gente já tem doze
1651 direitos, vão fazendo a conta aqui, para ver se vocês concordam no final, pode
1652 seguir. O outro conjunto direito está relacionado à liberdade de pensamento, a
1653 liberdade de associação, olha só as crianças e os adolescentes têm direito de criar
1654 uma associação, um grêmio estudantil que às vezes cria tanto conflito na escola,
1655 que os professores ficam preocupados é a forma mais importante de associação
1656 para defender o seu direito de aprender na escola. Então essa liberdade de
1657 associação é um direito que já foi constatado há mais de trinta anos e às vezes a
1658 gente vê um certo temor desse direito, e o Artigo 16 que vai falar do direito de ser
1659 protegida em relação a sua honra e a sua reputação, esse é um direito essencial
1660 hoje quando nós estamos vivendo essa, esse crescimento da importância da
1661 Internet, das redes sociais, que não pode sofrer ataques e nem a sua vida
1662 particular, sua família, o seu domicílio, a sua correspondência, nem nenhum tipo
1663 de ataque a sua honra e a sua reputação. Vejam é um cuidado, muito grande,
1664 essa ideia de proteção integral. Depois o direito a comunicação e a informação ela



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1665 foi bem falada hoje a Internet, gente o acesso à Internet nessa pandemia ele virou
1666 direito essencial de crianças e adolescentes, porque sem isso eles não vão estar
1667 conectados com a escola, não vão estar acompanhando, recebendo os currículos,
1668 os conteúdos, se preparando para o ENEM, se preparando para os desafios que a
1669 vida lhe explora. Depôs no Artigo 18, o direito de ter reconhecido o princípio de
1670 que ambos os pais têm obrigações comuns, isso aqui é uma ideia importante de
1671 quem tem que se preocupar com a educação dos filhos não é só amanhã, os pais
1672 têm obrigações comuns, responsabilidades obviamente direitos também, mas
1673 essa pandemia mostrou como as mulheres, por exemplo que tiveram que
1674 trabalhar de casa tiver que cumprir uma tripla, quádrupla jornada, porque tem que
1675 cuidar dos filhos, tem que cuidar da casa, tem que fazer o seu trabalho, porque
1676 esse direito que a criança tem de que ambos os pais têm obrigações comuns em
1677 relação à educação e ao desenvolvimento da criança. O Artigo 19 vai falar da
1678 proteção contra todas as formas de violência e aqui tem uma lista dessas formas
1679 violência física, mental, abuso, ofensa, negligência, tratamento displicente, a
1680 proteção e assistência do estado esse é um direito importante quando estiverem
1681 privados no convívio da família. Nenhuma criança pode ficar abandonada. O
1682 Artigo 21 vai falar no direito de ser adotada, o Artigo 22 vai falar no direito de
1683 receber refúgio e o Artigo 23 vai falar da criança com deficiência de ter direito a
1684 participação ativa da comunidade, porque vocês sabem que havia uma tendência
1685 de isolar essas crianças com alguma deficiência, tratá-las separadamente da
1686 sociedade como se elas fossem algum tipo de vergonha para a família. Então todo
1687 esse processo de inclusão da criança e do adolescente com deficiência ele está
1688 baseado muito nesse princípio de participação ativa na comunidade das pessoas
1689 com deficiência. Pode seguir. Então vamos avançando, estamos aqui, já vamos
1690 chegar nesse slide aos 33 direitos, depois vocês conferem aí quantos vocês
1691 arriscaram aqui de colocar no Chat. Então o direito olha só, de usufruir da
1692 Previdência Social, inclusive, do Seguro Social porquê? Porque na falta dos seus



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1693 pais o estado tem que dar alguma garantia de que essas crianças não vou ficar
1694 mais vulnerabilizadas do que já são pela pobreza, pela exclusão social. Então é
1695 um direito importante na minha lista que é o direito 24 que está no artigo 26 da
1696 Convenção, depois o direito ao desenvolvimento integral. Ao nível de vida
1697 adequado ao seu desenvolvimento e físico, mental, espiritual, moral e social. O
1698 Artigo 28 e 29 vai falar no direito a educação e aqui tem um texto muito bonito, se
1699 vocês quiserem depois olhar o texto integral, que fala que o papel da educação é
1700 desenvolver mental e fisicamente a criança em todo o seu potencial, não é um
1701 pouquinho, não é 10% em todo o potencial que a criança tem porquê nesse
1702 conceito de sujeito, de ser humano, nós vemos a criança como e o adolescente
1703 como um enorme potencial... Que precisa fazer para o conhecimento que precisa
1704 ser produzido, para a criatividade que precisa ser colocada em prática. Depois o
1705 Artigo 30 vai falar no direito à cultura, de professar ou praticar a sua própria
1706 religião, ou utilizar o seu próprio idioma em comunidade com os demais membros
1707 do seu grupo. Direito ao descanso, ao lazer, ao divertimento, a atividade recreativa
1708 e a livre participação. O direito de ser protegida contra a exploração econômica, a
1709 realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir na sua
1710 educação, que seja prejudicial. Então se tem uma dúvida, que havia um consenso
1711 entre os países que o trabalho infantil era ruim, leia a Convenção que ali você vai
1712 tirar qualquer dúvida. Trabalho infantil é nocivo ao desenvolvimento da criança.
1713 Tanto que você, se a gente for olhar na história dos países desenvolvidos, todos
1714 os países que se desenvolveram criaram leis para proteger a criança contra o
1715 trabalho. Uma das primeiras leis depois da revolução industrial na Inglaterra,
1716 apoiado de regular o trabalho infantil, diminuir as horas, de estabelecer uma idade
1717 mínima para o trabalho por quê? Porque havia uma visão do potencial que a
1718 criança representa para o desenvolvimento. Então depois do Artigo 33 que é a
1719 proteção contra as drogas, seja proteção contra o abuso de drogas, mas também
1720 contra crianças e adolescentes serem usadas no tráfico e na produção. O Artigo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1721 34, vai falar do direito a serem protegidas contra todas as formas de exploração e
1722 abuso sexual e depois nós vamos falar da proteção para criança quando o
1723 seqüestro, a venda, o tráfico, enfim todas essas violações de direitos que ocorre
1724 contra a criança e o direito da criança de ser protegida de todas as formas de
1725 exploração. Veja que nós já falamos de proteger a criança de diversas formas,
1726 mas o Artigo 36 que na minha conta aqui é o 33º direito e na da criança se
1727 protegida de todas as formas de exploração que ainda não foram citadas essa
1728 Conversão, essa foi a ideia e hoje obviamente uma forma de exploração da
1729 criança é a exploração o on-line que se fazem das crianças seja para vender
1730 produtos, seja para usar imagem da criança para vender pornografia, para todos
1731 esses crimes cibernéticos que fazem parte desse nosso novo contexto. Já vou
1732 para o último slide aqui, pode seguir. Então, na minha conta vocês, pode passar.
1733 Então na minha conta, ah não tem mais dois ainda. Agora nós somos chegar a 39
1734 direitos aqui. Então, o direito de não ser submetido a tortura ou outro tratamento
1735 cruel, desumano ou degradante, direito de não ser privada de liberdade de forma
1736 ilegal ou arbitrária, e se forem privadas de liberdade, que elas sejam tratadas
1737 como humanidade e que tenham acesso imediato a Assistência Jurídica, inclusive,
1738 aqui tem até um artigo que diz que a criança tem o direito até a ter um tradutor, se
1739 ela não fala a língua que é usada na justiça. O direito de ser respeitada a norma
1740 do Direito Humanitário Internacional aplicado às crianças em conflito armado, que
1741 é o direito de não ser recrutado como soldado. E a gente olha para o noticiário
1742 internacional, a gente vai ver aí, vai pensar sempre esse recrutamento de crianças
1743 soldados nos conflitos da África, no oriente médio, alguns conflitos na Ásia, mas,
1744 na verdade, nós temos um recrutamento de crianças como soldados aqui pelo
1745 tráfico, que precisa ser encarado, essas crianças, esses adolescentes que não
1746 têm oportunidades para o seu desenvolvimento integral e que viram empresas,
1747 que ficam presas a essa única oportunidades na vida e que depois são
1748 condenadas pela sociedade como se elas tivessem optado por esse, por esse



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1749 caminho, não é? E o direito olha só, a recuperação física e psicológica e a
1750 reintegração social de todas as crianças vítimas de qualquer negligência,
1751 exploração ou abuso. Isso aqui é muito importante porque no Brasil nós temos um
1752 trabalho já de responsabilização dos agressores, nós já temos um trabalho de
1753 proteção da criança, mas depois que a criança passou pelo abuso, pelo
1754 maus-tratos, depois que ela sofreu todas essas, esses tipos de violação são
1755 preciso um acompanhamento, um apoio psicossocial para ela se reconstituir, para
1756 ela refazer o seu processo interno de autoconfiança, de autocuidado. Então, é um
1757 direito da criança a recuperação física e psicológica depois de ter passado por
1758 uma situação de violação de direitos. E agora sim, o último, então, na minha
1759 conta, pode passar o slide, por favor. Na minha conta, então, nós chegamos a 47
1760 Direitos da Criança e do Adolescente declarados na Convenção sobre os direitos
1761 da criança. Que é o direito das crianças acusadas ou declaradas culpadas de
1762 terem infringido a lei, de serem reintegrados à sociedade, o direito de ser
1763 considerados inocentes, o direito de ser informado das acusações, o direito de ser,
1764 de ter a sua causa decidida sem demora, e se a gente for ver o Brasil, em 45 dias
1765 as medidas socioeducativas precisariam ser aplicadas e a gente nos relatórios que
1766 a gente vê aí, muitos adolescentes esperando muito mais do que 45 dias e
1767 estando presos de uma forma totalmente inadequada. Não ser obrigado a
1768 testemunhar ao se declarar culpado, o direito à revisão da sua pena por uma
1769 autoridade judicial competente, o direito a um intérprete, caso não compreenda ou
1770 não fala o idioma, e o direito de ter plenamente respeitada sua vida privada.
1771 Então, vejam, nessa conta que eu fiz aqui, depois a minha conta resultou aqui em
1772 47 direitos que compõem essa doutrina da proteção integral, com instrumentos
1773 muito claros de como a sociedade, o estado e a família devem proteger a criança
1774 e do adolescente. Então, os Conselheiros, os Delegados dessa Conferência para
1775 ter um papel muito importante nessas, nesses 25, desses 25 temas que vocês
1776 escolheram, incluir esses 47 direitos que estão consagrados na Legislação



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1777 Internacional e isso é muito importante, porque nós precisamos de afirmar que
1778 esses direitos, se você pudesse seguir o slide, por favor. Então, eu queria dizer
1779 que nos estados partes que abriram minorias étnicas, religiosas, linguística ou
1780 populações autóctones, não será negada uma criança que pertença a tais
1781 minorias ou algum grupo autóctone o direito de ter a sua própria cultura, professar
1782 e praticar sua religião e utilizar seu próprio idioma em sua comunidade com os
1783 demais membros do seu grupo. Eu acho que hoje é preciso reafirmar claramente
1784 esse direito a subjetividade da criança. Pode seguir. A Convenção, então,
1785 produziu consenso sobre esses 47 direitos e hoje, qual é a perspectiva do país
1786 diante dos grandes desafios da criança, na garantia dos direitos da criança? Pode
1787 seguir. Então, os países que se desenvolveram econômico e socialmente fizeram
1788 um grande investimento na infância e adolescência, por quê? Porque os
1789 investimentos da primeira década da vida, eles só se consolidam com um novo
1790 investimento na segunda década da vida. E no Brasil nós temos claramente esse
1791 exemplo, reduzimos a mortalidade infantil de uma forma fantástica nos últimos
1792 trinta anos, salvamos mais de 25.000 vidas só pela redução da mortalidade infantil
1793 nos últimos dez anos, mas nesses últimos dez anos nós salvamos 25.000 vidas de
1794 crianças no seu nascimento, mas as assinamos mais de 86.000 adolescentes,
1795 então não é, não dá para fazer uma escolha primeira década ou segunda década,
1796 nós precisamos investir na infância e na adolescência, pode seguir. O próximo
1797 slide. Então, os maiores obstáculos para o pleno desenvolvimento de crianças e
1798 adolescentes estão relacionados a forma como as desigualdades étnicos raciais
1799 de gênero, por local de moradia regionais por ter ou não uma deficiência, incidem
1800 sobre elas e aí vem um tema que eu acho que os Delegados dessa Conferência
1801 vão discutir, nós precisamos superar essa ideia de linearidade das Políticas
1802 Públicas, as Políticas Públicas precisam respeitar a diversidade. As adolescências
1803 são diferentes, as infâncias são diferentes, e, portanto, as políticas de saúde,
1804 educação, Assistência Social, esporte, cultura, lazer, desenvolvimento, economia



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1805 elas precisam respeitar essa diversidade para garantir um tratamento que permita
1806 a redução dessas desigualdades e a promoção dos direitos, de todos os direitos
1807 para todas as crianças. Pode seguir. Então, as violências que recaem sobre as
1808 crianças, elas se originam, como a gente já falou, da visão da criança como o
1809 objeto, das relações sociais baseadas no autoritarismo e na opressão, da falta de
1810 um sistema de garantias, mesmo que funcione concretamente lá na cidade, nas
1811 comunidades, do racismo e aí nós podemos ver o homicídio de adolescentes é a
1812 pior forma de racismo que a gente tem no país, escandalosa. O Brasil é o país do
1813 mundo que mais mata os seus adolescentes e os adolescentes que morrem, a
1814 maioria deles, mais de 75% são adolescentes negros. A desigualdade de gênero
1815 que ela repercute, tanto na exploração sexual das meninas, no casamento
1816 precoce, no abuso, quanto no trabalho infantil doméstico, essa ideia de que as
1817 mulheres têm tarefas diferentes que os homens no âmbito da família. Então, toda
1818 essa produção machista vai resultando num conjunto de exploração, da falta de
1819 política de proteção e da falta da consolidação de uma Rede de Proteção Social
1820 articulado pelo Sistema Único de Assistência Social. Nesse ponto gente, eu acho
1821 que Assistência Social deixou de ser uma política compensatória, assistencialista
1822 para ser um direito de cidadania, que a pessoa, ela só vai acessar a educação à
1823 saúde, o conjunto se nós tivermos uma forte Rede de Proteção Social, e
1824 obviamente as violências que recaem sobre as crianças, elas se originam também
1825 da ausência de um orçamento público dedicado a infância e adolescência, já estou
1826 terminando, então, pode seguir, acho que são mais dois slides. Então, por isso o
1827 desafio dessa Conferência é que reafirmar os princípios de direitos humanos,
1828 reafirmar de que é preciso assegurar a todos os direitos para todas as crianças,
1829 reafirmar o papel da educação como espaço político pedagógico de encontros de
1830 conhecimentos, mas também de produção de novos conhecimentos, reafirmar o
1831 papel das Políticas de Saúde na proteção integral à saúde física e mental de todas
1832 as crianças, o papel da Assistência Social como um direito básico, o sistema de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

garantia de direitos como uma importância de ser fortalecido e implementado, demandar das demais Políticas Públicas a prioridade absoluta definida na constituição e reafirmar o papel de crianças e adolescentes como sujeitos, atores sociais empoderados com capacidade de contribuir decisivamente para construir uma sociedade mais justa e igualitária e hoje nós tivemos aqui intervenções muito profundas, muito claras no papel de crianças e adolescentes, desses adolescentes que falaram aqui de uma forma muito adolescente, com a sua linguagem, mas com os princípios, os conteúdos muito bem articulados para a gente fazer avançar e reafirmar esses direitos. Pode seguir. Então, para isso finalmente o que nós precisamos é sintonizar as Políticas Públicas com as competências do século XXI e o princípio é, crianças e adolescentes têm direito de aprender tudo que lhe vai garantir até o máximo de suas possibilidades. Então, o respeito aos direitos humanos e base e fundamento para uma sociedade livre e democrática e igualitária. Muito obrigado.

Sr. Antônio Lacerda Souto (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG) – Muito obrigado Dr. Mário Volpi. Eu acho que você trouxe alguns elementos bem importantes aqui, eu destacaria o direito a ter direitos, eu acho que a sua fala expressou isso muito fortemente e para que a gente possa, que as crianças e adolescentes tenham direito a ter direito, isso deixa de ser um papel só da família e passa a ser um papel articulado da família e do estado e da sociedade. Uma outra questão importante que as crianças têm que ser consideradas como sujeitos de direito, por isso que os adultos não podem ficar falando sempre por elas, elas têm direito a voz e o respeito à diversidade, independente de classe, de raça, de religião, enfim. Bom, para comentar, então, a fala do professor Mário Volpi a gente vai convidar aqui um adolescente e uma adolescente que vai fazer aqui um comentário em cima da fala do professor. Então, eu queria convidar a Rebeca primeiro e depois o Maurício. Nós já estamos com o tempo um pouco avançado, mas é bem importante que a gente escute aqui



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1861 essa adolescente, esse adolescente para fazer um breve comentário sobre a fala
1862 do professor Mário Volpi. Vamos começar pela Rebeca? Rebeca, liga a câmera.
1863 Bom, eu não estou conseguindo ver a Rebeca, talvez a gente possa iniciar pelo
1864 Maurício. Maurício, você está desligada a câmera?

1865 **Sr. Maurício Santos da Silva Damas (Representante do Conselho Estadual**
1866 **dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comitê de Participação de**
1867 **Adolescentes do CONANDA)** – Eu estou aqui.

1868 **Sr. Antônio Lacerda Souto (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1869 **Agricultura, CONTAG)** – Pronto Maurício, o Maurício ali eu estou vendo o
1870 Maurício, Maurício, por favor, vocês podem fazer um comentário sobre a fala do
1871 professor? A sala está com você Maurício.

1872 **Sr. Maurício Santos da Silva Damas (Representante do Conselho Estadual**
1873 **dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comitê de Participação de**
1874 **Adolescentes do CONANDA)** – Estava pensando aqui, nem eu sabia que existia
1875 mais de 40 direitos, achei bem curioso, depois eu vou pegar para ler direitinho de
1876 novo. Uma fala muito boa, muito explicativa, eu acho que se a maioria dos
1877 adolescentes soubessem que eles têm mais de 47 direitos, mais de 40 direitos,
1878 são 47 no total, estão no papel ainda. Eu acho que se soubessem, não teria tanta
1879 violação dos direitos assim, porque como, eu acho que foi a Ana Rita, eu acho que
1880 foi a Rita que disse, os adolescentes, se eles soubessem realmente o que é certo
1881 e o que é errado, soubessem seus direitos, não haveria tanta, tanta violação como
1882 há hoje em dia, tem muita violação de direito de crianças e adolescentes, até
1883 mesmo pela própria família às vezes. Eu acho que se tivesse, os adolescentes e
1884 crianças tivessem mais consciência do que são os seus direitos, o que é o ECA?
1885 Do que é o Estatuto da Criança e do Adolescente? Eles saberiam mais como lidar
1886 com isso. E realmente, eu fiquei muito curioso, eu não sabia que existiam mais de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1887 40 direitos. Depois vou pegar para ler. E por enquanto, só isso que eu tinha para
1888 falar e parabéns pela fala e que vocês tenham uma ótima Conferência.

1889 **Sr. Antônio Lacerda Souto (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1890 **Agricultura, CONTAG)** – Muito obrigado Maurício. Muito obrigado Maurício, eu
1891 acho que depois da fala do professor fica aí, eu acho importante vocês debaterem
1892 isso no CPA, já que você surpreendeu por mais de 40 direitos da Convenção ali
1893 que foi trabalhado e destinado a todas as crianças e adolescentes. Bom, a
1894 Rebeca, Rebeca? Está na sala? Não? Bom, então, como a Rebecca não está na
1895 sala e já em função do adiantado da hora, a gente queria muito agradecer aqui a
1896 fala do professor Mário Volpi, viu o professor? Você fez aqui uma excelente
1897 contribuição como a abertura aqui na nossa 11ª Conferência Nacional de Direitos
1898 da Criança e Adolescente e eu queria repetir aquela fala que eu fiz no início, é
1899 bem importante que todos os Conselheiros e todas as Conselheiras que estão
1900 aqui participando possa extrair aí quais são os principais elementos da fala
1901 colocada pelo professor para que a gente possa, a partir da sua fala, a partir dos
1902 elementos colocados, a gente possa estar inserindo emendas nas 112 propostas
1903 da Conferência que nós vamos trabalhar até o dia 10. Professor mais uma vez
1904 muito obrigada, eu queria passar a palavra para a nossa Presidente Iolete para
1905 que ela possa encerrar aqui esse primeiro momento de abertura da 11ª
1906 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Iolete, a sala está
1907 com você.

1908 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
1909 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Obrigada Lacerda. Então, nesse
1910 momento nós encerramos a atividade de abertura da 11ª Conferência Nacional
1911 dos Direitos da Criança e do Adolescente. Agradecendo a participação de todas,
1912 todos e convidando para acompanharem o restante da nossa programação, dos
1913 debates dos eixos e todas as atividades que serão transmitidas pelo YouTube, ou



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

que serão realizadas na plataforma pelos Delegados e Delegadas. Nós teremos dias intensos de trabalho até o dia 10 de dezembro. Obrigada pela participação de todos e todas.

Mestre de Cerimônia – Ok. Agradecemos a todos e neste momento essa mesa se desfaz. Convidamos a todos a continuarem assistindo as atividade da 11ª CNDCA através dos canais de retransmissão do YouTube e Facebook, gostaria de agradecer e registrar as seguintes participações, as participações de pessoas e instituições que nos assistem através de canais de retransmissão da 11ª CNDCA, Mirian Isabel Pragite Ana Potyara Tavares And, Gabriela Vieira, Ministério das Comunicações, Maria Ângela Vasques Cerqueira, Ministério da Controladoria Geral da União, Cristiana Lobato Flores Aberte, Leonardo Pinho CNDH, Vilmar José Fortuna Ministério da Defesa, Marina Punivas CFP, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Moisés Barbosa Ferreira Costa Cinevesca. E para terminar o primeiro dia de atividade de hoje da 11ª CNDCA em grande estilo apresentaremos agora uma singela execução musical em alusão ao dia da Consciência Negra, comemorado no Brasil no dia 20 de novembro. Após a apresentação cultural as atividades o dia de hoje se encerraram, mas amanhã, dia 27/11 nós temos um novo encontro e dessa vez segmentado por eixo de discussão, o que nos impede de todos nós assistirmos a todas as palestras e debates. 10h na manhã mesa de exposição, eixo 1, Garantia de Direitos de Políticas Públicas Integradas de Inclusão Social com os palestrantes Renato de Rozane Oliveira, Emiliano José da Silva Filho, 14h eixo 2, Prevenção de Enfrentamento da Violência Contra Criança e Adolescente. Palestrantes Humberto da Silva Miranda, 16h eixo 3, Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes. Como os palestrantes José Fernando Silva e Alita Barros de Souza. Luiza Martins, ela tem onze anos de idade e cursa o sexto ano, começou a cantar e a tocar com seis anos de idade e logo se apresentou pela escola na abertura de um jogo internacional de basquetebol lá em



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1942 Orlando, nos Estados Unidos. Ela foi reconhecida pela prefeitura de Taboão da
1943 Serra em São Paulo onde mora e como gente que faz a diferença e participou
1944 também de uma edição do The Voice Kids, em eu passo e ao show de Luiza
1945 Martins, aproveitem bastante o show e até amanhã.

1946 **Sra. Luiza Martins** – Oi gente, tudo tem? Meu nome é Luiza Martins, e eu tenho
1947 11 anos e estou aqui para fazer a abertura da 11ª Conferência Nacional dos
1948 Direitos da Criança e do Adolescente é um prazer está participando. (música).

1949

1950 **Dia 27-11-2020 – CNDCA**

1951 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores, crianças e adolescente de todo o
1952 Brasil muito bom dia. Vamos dar início ao segundo dia da XI Conferência Nacional
1953 dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNDCA. E é com muita felicidade que o
1954 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA e a
1955 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da
1956 Mulher da Família e dos Direitos Humanos, acolhe e abraça virtualmente cada
1957 uma, cada um de vocês delegadas e delegados e demais participantes da XI
1958 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira
1959 Conferência totalmente virtual e feita com muito esforço, muito esmero de todos
1960 aqueles que se envolveram, se dedicaram e que hoje abre as portas virtuais deste
1961 evento para todos vocês. É em razão disso que a presidente do CONANDA, Sra.
1962 Iolete Ribeiro e a vice-presidente do CONANDA, a Sra. Petrucia Andrade
1963 agradecem nos seguintes parceiros que ajudaram a construir essa empreitada:
1964 aos adolescentes do Comitê de Participações de Adolescentes do CONANDA,
1965 CPA CONANDA. A rede das organizações da sociedade civil e os integrantes do
1966 governo que compõem CONANDA. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança
1967 e do Adolescente, na pessoa do secretário nacional, senhor Maurício José da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1968 Silva Cunha. Ao Ministério da Mulher da Família dos Direitos Humanos na pessoa
1969 da excelentíssima Ministra, Sra. Damares Regina Alves. A faculdade
1970 Latino-Americana de ciências sociais, FLACSO Brasil na pessoa de sua diretora
1971 Salete Valesan. Ao PNUD, na pessoa de Raissa Teixeira Freitas, gerente de
1972 projeto, unidade de governança e justiça para o desenvolvimento. A equipe da
1973 Secretaria-Executiva do CONANDA na pessoa do seu secretário executivo Lucas
1974 Batista de Carvalho Pinheiro. Ao Instituto Alana São Paulo, na pessoa de Thaís
1975 Dantas Adriana Biancolini e Silvanny Rodrigues. A escola de artes SPANTA Rio
1976 de Janeiro na pessoa de Henrique Castro. A artista Luiza Martins e o seus pais
1977 Alexandre e Fabiana Martins. A Comissão Organizadora da XI CNDCA entende
1978 que as palestras que nortearão as discussões desta Conferência têm o caráter
1979 informativo e universal, portanto informamos que as transmissões desse evento
1980 estarão abertas ao público em geral pelo canal do CONANDA no YouTube e pelo
1981 Facebook.com/conandaconselhonacional e no ambiente virtual da XI CNDCA,
1982 restrito aos delegados e as delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br.
1983 Também está disponível no canal do YouTube do CONANDA a transmissão com
1984 ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado na descrição aqui desse
1985 vídeo. É fundamental nesse processo que as crianças e adolescentes e pessoas
1986 com deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores e acompanhantes para
1987 lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial. A
1988 programação da XI CNDCA ontem, dia 26 de novembro tivemos a abertura da
1989 Conferência com pronunciamento de autoridades especialistas da área da criança
1990 e do adolescente e seguimos hoje, hoje dia 27 de novembro, sexta-feira,
1991 saudação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares
1992 Regina Alves, as mesas de exposição. Às 10h eixo 1, garantia dos direitos e
1993 políticas públicas integradas e inclusão social. 14h eixo 2, prevenção e
1994 enfrentamento da violência contra a criança e adolescente. 16h eixo 3, orçamento
1995 e financiamento das políticas para crianças e adolescentes. E atividade cultural



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1996 pocket show da banda Alana, no dia 28 de novembro, sábado, mesas de
1997 exposição. 14h eixo 4, participação, comunicação social e protagonismo de
1998 crianças e adolescentes. 16h eixo 5, espaços de gestão e controle social das
1999 políticas públicas de crianças e adolescentes. Dia 28 e 30 de novembro, primeiro
2000 momento do fórum de propostas, apresentação de emendas às propostas
2001 sistematizadas. O primeiro momento estará aberto entre 18h do dia 28 de
2002 novembro e 18h do dia 30 de novembro. Dia 4 e 5 de novembro e 18h do dia 30
2003 de novembro. Dia 4 e 5 de dezembro, segundo momento do fórum de propostas,
2004 votação das propostas, Votação das propostas pelos delegados do Eixo. O
2005 segundo momento estará aberto entre 9h do dia 4 de dezembro e 18h do dia 5 de
2006 dezembro. Dias 8 e 9 de dezembro. Terceiro momento do Fórum de Propostas -
2007 Priorização das propostas. O terceiro momento estará aberto entre 9h do dia 8 de
2008 dezembro e 18h do dia 9 de dezembro. Dia 10 de dezembro às 9h atividade de
2009 encerramento da XI CNDCA. Leitura das propostas priorizadas por Eixo. Leitura
2010 de ementas das moções aprovadas; Pronunciamento de Autoridades; Atividade
2011 cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Moções poderão ser
2012 submetidas para votação entre o dia 26 de novembro e 8 de dezembro de 2020,
2013 de acordo com as orientações disponíveis na seção de moções. Para acompanhar
2014 toda a programação, considerar horário aqui de Brasília. Nós temos alguns
2015 recados aqui. A cada início de eixo as perguntas aos palestrantes podem ser
2016 feitas pelos participantes, delegados e delegadas convidados e observadores
2017 credenciados através do ambiente virtual da XI CNDCA. Delegados e delegadas
2018 da XI CNDCA que quiserem apresentar moções, devem encaminhar o texto para o
2019 e-mail: se.conanda.mdh.gov.br seguindo as orientações do regimento interno.
2020 Com o Tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das
2021 Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de
2022 Garantia de Direitos, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de
2023 propostas voltadas para a afirmação do princípio da Proteção Integral de crianças



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade. De ontem até o dia 10 de dezembro do ano de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discursões nos fóruns, análises das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e o Decreto nº 10.505, de 2 de outubro de 2020 que chamou a Conferência e depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para ser realizada de forma virtual. Infelizmente a pandemia do novo Coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente aqui em Brasília, mas aqui fica o desejo de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a muitas conversas, discursões podermos nos abraçar e muito. Neste momento, vamos dar início às atividades do segundo dia da XI CNDCA e para compor a mesa deste primeiro momento, nós anunciamos o ilustríssimo senhor Antônio Lacerda, coordenador da comissão organizadora aqui deste evento. Também anuncio a excelentíssima senhora Ministra Damare Regina Alves, ministra da mulher, da família e dos direitos humanos, e a excelentíssima senhora Petrucia de Melo Andrade, vice-presidente do CONANDA e secretária adjunta da secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente e neste momento eu passo a palavra ao senhor Antônio Lacerda, coordenador da comissão organizadora.

Sr. Antônio Lacerda (Coordenador da Comissão Organizadora) – Bom dia, a todos os delegados e delegadas da XI Conferência nacional de direito da criança e do adolescente, é com muita alegria que nós retomamos no segundo dia de uma Conferência que está sendo realizada de forma virtual no período de 26 a 10 de dezembro, em nome da nossa presidenta Iolete que em função de um problema lá na Internet não pôde entrar. Então em nome da nossa presidenta Iolete eu quero



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2052 cumprimentar a todos os delegados e delegadas é XI Conferência Nacional do
2053 Direito da Criança e do Adolescente, em especial a todos os Conselheiros do
2054 CONANDA também, em nome da vice-presidenta do CONANDA Petrucia, quero
2055 cumprimentar todos os delegados e delegadas representantes aqui do governo
2056 que também estão participando dessa Conferência, então, para dar aqui a nossa
2057 saudação na nossa XI Conferência Nacional do Direito da Criança e do
2058 Adolescente, eu quero conversar excelentíssima Senhora Ministra de estado,
2059 senhora Damares Regina para fazer aqui a sua saudação a nossa XI Conferência
2060 nacional de direito da criança e do adolescente. Senhora Ministra, a palavra está
2061 com a senhora.

2062 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra do Ministério da Mulher, da Família e**
2063 **dos Direitos Humanos)** – Bom-dia, bom-dia senhor Antonio, parabéns à
2064 Comissão Organizadora pelo trabalho, que desafio, que desafio, mas que
2065 integram essa comissão está fazendo para o Brasil, está fazendo para essa
2066 geração. Muito obrigada por todo o trabalho. Quero cumprimentar a nossa
2067 Petrucia, nossa secretária-adjunta da Secretaria Nacional, vice-presidente do
2068 CONANDA, que está na mesa essa guerreira que eu conheço há 40 anos nas
2069 ruas protegendo crianças, quero cumprimentar a presidente do CONANDA que
2070 não pôde estar com a gente e no nome dela cumprimento todos os membros do
2071 conselho, esse CONANDA que trabalha muito, gente, mas o CONANDA trabalha
2072 muito, eu quero cumprimentar todos os delegados e dizer que eu sei tudo o que
2073 aconteceu ontem, não estava presente ontem, mas acompanhando o tempo todo
2074 e sei que essa Conferência, apesar de estar nesse formato, esse formato virtual,
2075 ela vai trazer, ela vai trazer para o Brasil resultado muito positivo, nós lamentamos
2076 que essa pandemia neste momento não tenha dado a oportunidade da gente está
2077 junto, nós sonhamos assim que nós entramos nesse Ministério, a gente ficou
2078 sonhando com essa Conferência, trabalhamos 2019 com o coração pensando na
2079 Conferência, 2020 quando fomos surpreendidos pela pandemia, mas a gente não



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2080 vai perder essa oportunidade, e mesmo estando de forma virtual de transformar
2081 essa Conferência numa grande Conferência. Eu quero cumprimentar também a
2082 comissão de participação de adolescentes, vocês não têm ideia, adolescentes,
2083 como nós estamos ansiosos para receber de vocês, as propostas, para receber de
2084 vocês as sugestões, e para tê-los cada vez mais perto do nosso trabalho, desse
2085 Ministério, o tema escolhido para a Conferência, o tema que fala de Proteção
2086 Integral da criança e do adolescente, da diversidade, enfrentamento à violência, o
2087 CONANDA não poderia ter tido um tema tão especial, tão mais especial quanto
2088 esse, e quando a gente fala da Proteção Integral é para todos de verdade,
2089 queridos delegados, nós não podemos esquecer a dimensão e a diversidade
2090 cultural dessa nação, não podemos nunca pensar no tamanho, deixar de pensar
2091 no tamanho desse território, e aonde estão todas as nossas crianças e
2092 adolescentes. E trazer esse tema da diversidade para a gente discutir e a gente
2093 trazer à luz a nessa Conferência, meninos e meninas que ainda estão
2094 invisibilizados no Brasil, eu estou muito feliz que essa Conferência está
2095 caminhando nessa direção, eu estou muito feliz que a gente vai falar como é que
2096 estão a nossas crianças na floresta. Como é que estão os nossos adolescentes lá
2097 na floresta, nós temos 305 povos indígenas diferentes no Brasil, falando 274
2098 línguas diferentes. Essas crianças e adolescentes precisam ter garantida a
2099 Proteção Integral, e essa Conferência com certeza vai apontar nessa direção o
2100 que nós vamos estar fazendo e como podemos melhorar a política pública, tenho
2101 estado em algumas aldeias, sou mãe de uma menina indígena, talvez os
2102 adolescentes que não acompanham o meu trabalho, que não ouviram falar de
2103 mim, sou mãe de uma menina indígena que está hoje com 22 anos, veio morar
2104 comigo quando tinha 6 anos de idade, e a minha ligação com as crianças e
2105 adolescentes indígenas é muito forte, e por muitas vezes eu chego nas aldeias e
2106 que vejo, adolescentes olhando para o além, adolescentes olhando para as
2107 árvores sem nenhuma expectativa, não sei se vocês sabem queridos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2108 adolescentes, nós temos inclusive um número muito grande de suicídio entre
2109 adolescentes indígenas no Brasil e nós vamos falar sobre isso e enfrentar essa
2110 realidade. Como nós podemos garantir a proteção desses adolescentes? Como
2111 nós podemos atender os sonhos e as expectativas dessas adolescentes e dessas
2112 crianças? Mas a gente também está trazendo aqui à luz outros adolescentes,
2113 outras crianças que estavam invisibilizados os adolescentes e as crianças ciganas
2114 dessa nação, nós temos acampamentos ciganos no Brasil inteiro e às vezes a
2115 gente passa por um acampamento cigano e a gente não olha que lá dentro tem
2116 uma criança, que muitas vezes está vivendo muita necessidade, está precisando
2117 muito do acolhimento, como nós poderemos cuidar dessas crianças e desses
2118 adolescentes no Brasil, ciganos que tem toda uma dinâmica na sua comunidade
2119 diferente da nossa? Deixa eu dizer uma coisa para vocês, delegados: há uns cinco
2120 anos atrás, nós fizemos um trabalho com adolescentes e crianças ciganas, e nós
2121 levamos o dicionário de português para que os adolescentes abrissem, os nossos
2122 dicionários, o que significava a palavra "Cigano". Acreditem, nós ainda temos
2123 dicionário no Brasil que quando você abre para ver o que significa no Brasil a
2124 palavra cigano está escrito lá: "Cigano é sinônimo de velhaco, traidor, trapaceiro e
2125 mentiroso." Como é que a gente pode, em pleno 2020 ter no nosso dicionário que
2126 cigano significa velhaco mentiroso trapaceiro? E na hora que aqueles
2127 adolescentes abriram o dicionário e leram que no país dele ainda estava escrito
2128 que Cigano significava isso, alguns choraram e alguns fechavam o livro assim e
2129 diziam: "É muito preconceito, nós não somos isso, nós não somos mentirosos, nós
2130 não somos trapaceiros." E essa Conferência vai estar falando sobre essa
2131 diversidade. Como alcançar os meninos e meninas ciganas em todo o Brasil?
2132 Como propiciar a eles o acesso a todas as políticas públicas? Mas eu aqui quero
2133 falar de um outro menino e menina que ainda estão invisibilizados no Brasil e que
2134 o CONANDA tem se debruçado, falado sobre isso, o nosso Ministério está falando
2135 sobre isso, os meninos ribeirinhos do Brasil, os meninos da região ribeirinha. Eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2136 tive uma cena recentemente que me comoveu muito, eu estava na região da ilha
2137 do Marajó e nós temos cidade na ilha do Marajó que entre a capital e até chegar
2138 na cidade depois da comunidade são seis dias de barco. Locais que não têm
2139 energia elétrica. Vocês conseguem, adolescentes que estão participando conosco,
2140 entender como é viver sem energia elétrica ainda hoje no Brasil? Deixa eu contar
2141 uma experiência que eu vi lá: quando um adolescente naquela comunidade,
2142 aquela comunidade fica 9h de canoa até a primeira cidade, quando esse
2143 adolescente sente dor de dente, eu acho que alguns de vocês já sentiram dor de
2144 dente, é terrível, eu já tive dor de dente. Quando aquele adolescente tem um
2145 problema no canal do dente, uma dor de dente, aquela dor terrível, vocês acham
2146 que aquele adolescente pega uma canoa, ele tem dinheiro para pegar uma canoa,
2147 viajar 9h no sol, até a próxima cidade e nessa próxima cidade encontrar um
2148 dentista para arrancar seu dente, para cuidar do seu dente? Sabe o que eu vi que
2149 eles fazem lá? Adolescentes. Eles esquentam uma faca, eles vão no fundo do
2150 quintal, são geralmente palafitas ali, vão ali pertinho, onde eles podem fazer uma
2151 fogueira, esquentam uma faca, e sozinho, eles arrancam o dente. Quando eu vi
2152 cenas como essa ainda no meu Brasil, adolescentes que não têm acesso a um
2153 dentista arrancando seus dentes sozinhos, eu disse: "Não, nós vamos ter que nos
2154 esforçar muito para que todos sejam alcançados nessa nação, nós vamos ter que
2155 trabalhar muito, juntos para que todas as crianças e adolescentes no Brasil
2156 tenham a proteção integral garantido." E é nesse sentido que essa XI Conferência
2157 vem e com essa participação é enorme de adolescentes, nós queremos ouvi-los,
2158 nós queremos muito ouvir as proposta de todos vocês, delegados que estão aqui
2159 conosco, eu vi o nível dos nossos delegados, eu estou impressionada, pessoas
2160 que têm compromisso com a defesa da infância, pessoas que têm compromisso
2161 com a proteção dos adolescentes essa XI Conferência, ela pode ser histórica e eu
2162 acredito e queria muito que caminhasse nessa direção, vamos gente, nós só
2163 temos uma opção no Brasil: ou a gente faz de verdade um pacto pelas crianças e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2164 adolescentes, ou a gente faz de verdade um pacto pelas crianças e adolescentes
2165 no Brasil. Não tem outra opção. Que Deus abençoe a todos vocês que estão
2166 participando dessa XI Conferência. Com certeza estaremos presentes na próxima
2167 juntos. Com certeza nós estaremos, logo logo nos organizando já para fazer a
2168 próxima Conferência presencial, mas que está, apesar dessa pandemia e de
2169 estarmos distante, ela seja um marco na história do Brasil, parabéns CONANDA,
2170 parabéns pelo trabalho, pela forma como estão conduzindo a XI Conferência e
2171 vamos sair daqui todos dizendo: "A proteção integral da criança e do adolescente
2172 tem que acontecer." Todos os povos, todas as línguas, todas as raças, todos eles
2173 precisam ser alcançados. Obrigada por terem me convidado para essa palavra de
2174 saudação. Estamos todos aqui no Ministério com nosso coração voltado para a
2175 Conferência, todo mundo parado olhando para essa Conferência, ajudando no que
2176 puder. Muito obrigado CONANDA, que essa XI Conferência sejam histórica e que
2177 a gente saia daqui dizendo: "De fato, nós temos nessa nação um grande pacto
2178 pelas crianças." Obrigada pela oportunidade e que Deus abençoe vocês e só
2179 peço, vou falar agora como mãe, se cuidem, se cuidem, continue se cuidando
2180 todos vocês onde estiver no Brasil, como ainda estamos em pandemia, todos os
2181 cuidados. A atenção adolescentes, cuidado com as mãos, vamos lavar as mãos,
2182 não vamos baixar a guarda. Eu só queria dar um recadinho para eles, Sr. Antônio,
2183 para os nossos adolescentes: olha, só um recadinho de mãe também, celular, ok?
2184 Mesmo que você lave a sua mão e agora a gente está aí nesse momento que
2185 talvez vá aumentar um pouquinho a questão da pandemia, mesmo que você lave
2186 a mão, cuidado com a higienização do celular. Vamos todos nós nos proteger e
2187 vamos juntos reconstruir essa nação depois dessa pandemia. Obrigada senhor
2188 Antonio por ter me proporcionado este momento de estar com todos os
2189 conferencistas, de estar com todos os delegados e que essa Conferência sejam
2190 histórica, muito obrigada.

2191 **Sr. Antônio Lacerda (Coordenador da Comissão Organizadora) – Queremos**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2192 agradecer a participação da excelentíssima Sra. ministra Damares nesse
2193 momento muito importante aqui da XI Conferência, queria destacar que a
2194 Conferência, ela está sendo realizada de forma virtual e ela tem três espaços que
2195 eu acho fundamental de que a sociedade brasileira possa participar, não só os
2196 delegados e delegadas, mas toda a sociedade, principalmente da rede da infância
2197 e da adolescência no Brasil. Então, nós temos uma sala de Chat que os
2198 delegados e as delegadas podem ali interagir, queria inclusive, dizer que a
2199 primeira delegada que entrou nesse ambiente virtual para deixar sua mensagem
2200 na sala do Chat é a senhora Maria de Lurdes Silva dos Santos, que a delegada de
2201 Sergipe. Então, parabéns a dona Maria de Lurdes e queria deixar esse convite,
2202 essa iniciativa da senhora Maria de Lurdes que os outros delegados e as outras
2203 delegadas também pudessem entrar ali na sala de Chat para poder também
2204 interagir, deixar sua mensagem, deixar sua sugestão, não é? Que ainda não é o
2205 momento de a gente formular ali, fazer emenda nas propostas, mas é também o
2206 momento de a gente deixar ali a nossa mensagem, fazer nossa avaliação, nossa
2207 sugestão de como está sendo a XI Conferência Nacional. Aí nós temos sim o
2208 espaço que é reservada aos delegados e as delegadas da Conferência que foram
2209 eleitos e eleitas nas Conferências estaduais, que são os momentos que eles vão
2210 ali poder apresentar emendas e qualificaras propostas e temos também um outro
2211 ambiente que é no YouTube e no Facebook, que é o momento de ampliação da
2212 participação da sociedade no geral da sociedade brasileira nessa perspectiva de
2213 acompanhar esse importante debate da realização da XI Conferência Nacional do
2214 direito da criança e do adolescente que tem como tema central a questão da
2215 proteção integral, da diversidade e do enfrentamento a violência. Hoje nós vamos
2216 tratar de dois temas, de dois eixos e aí eu já queria, já queria passar a palavra ao
2217 nosso mestre de cerimonial que vai aqui coordenar, então, o processo do primeiro
2218 eixo da Conferência, que é um eixo muito importante, que garantir a proteção
2219 integral, a diversidade e o enfrentamento da violência é fundamental que todas as



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2220 crianças e adolescentes do Brasil tenha a garantia dos direitos de políticas
2221 públicas integradas e de inclusão social, ou seja, não basta só ter políticas
2222 públicas integradas, é preciso que essas políticas públicas integrem, não é?
2223 Insiram todas as crianças do Brasil, por isso que esse eixo agora é muito
2224 importante, é o primeiro eixo que inclusive, é bem importante que todos os
2225 delegados e delegadas possam ficar bem atentos e atentas a esse eixo, porque
2226 esse momento dos eixos é para a gente, é para dar elementos, para na hora que a
2227 gente for melhorar a ali as propostas da Conferência, a gente beber da fonte do
2228 que os nossos palestrantes estão trazendo. A ideia das plenárias de eixo dos
2229 palestrantes é que eles vão subsidiar depois o fórum das propostas onde os
2230 delegados e delegadas vão poder entrar nesse ambiente dos fóruns das propostas
2231 de poder apresentar emenda. Então, vamos beber pessoal, da fonte de todos os
2232 palestrantes e palestrantas durante esses dois dias que nós vamos ter hoje e
2233 amanhã sobre o fórum de eixo. Então, um bom-dia a todos e desejamos agora um
2234 bom debate no que se refere ao debate dos eixos, dos cinco eixos que dão
2235 sustentação ao tema central da nossa Conferência.

2236 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado. E neste momento eu convido a todos e a
2237 todas haveria um vídeo de Maurício Santos da Silva Damas, representante do
2238 conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente do estado, no comitê
2239 de participação de adolescente do CONANDA, CPA CONANDA que gravou um
2240 recado aqui para nós.

2241 **Sr. Maurício Santos da Silva Damas (CPA - BH)** – Oi, como eu não sei em que
2242 momento está passando esse vídeo, bom-dia, boa tarde, boa noite a todos, eu sou
2243 Maurice, tenho 15 anos, sou de Belo Horizonte, MG e participo do Circo Belô, do
2244 CPA do CEDCA MG, do CPA do CONANDA e representam os adolescentes do
2245 Brasil no RedSurca do Mercosul. Hoje vim falar com vocês um pouco sobre o eixo
2246 1 da décima Conferência dos direitos da criança e do adolescente. Onde vamos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2247 abordar o tema a garantia dos direitos da política pública... E das políticas públicas
2248 de crianças e adolescentes. Nesse eixo, a gente vai refletir sobre a garantia dos
2249 direitos da política pública do adolescente, onde vamos trabalhar com poder
2250 judiciário, saúde, educação, e a segurança pública para fazermos políticas
2251 eficazes para nós, crianças e adolescentes. Então, vamos juntos uai, valeu.

2252 **Mestre de Cerimônia** – E para coordenar os trabalhos da manhã de hoje,
2253 convidamos a fazer uso da palavra o senhor Renato César Ribeiro Bonfim,
2254 conselheiro do CONANDA, representante da sociedade civil e Sra. Petrucia
2255 Andrade, vice-presidente do CONANDA.

2256 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil)** – Bom
2257 dia. Saudações afrodescendentes. Logo de antemão, eu quero saudar a todos a
2258 partir da Luiza Martins que fez essa apresentação ontem, linda, maravilhosa em
2259 relação ao canto das três raças, agradecer ao Maurício, o adolescente que nos
2260 brindou com a sua fala neste momento. Então, nós estamos no eixo 1 e já de
2261 imediato, eu gostaria de convidar os nossos palestrantes para fazerem parte da
2262 nossa mesa virtual. E aí eu convido o senhor Renato Roseno de Oliveira e o
2263 senhor Emiliano José da Silva Filho. Por favor, para fazerem parte da nossa mesa.
2264 Saúdo a ambos, saudações afrodescendentes. Então, eu me chamo Renato
2265 Bonfim, é meu nome colonial. Eu sou representante do segmento de povos de
2266 comunidades tradicionais de matriz africana, estou há atualmente como
2267 conselheiro do CONANDA, representando a sociedade civil. Quero também
2268 agradecer pela grande oportunidade, saudar também a nossa vice-presidente do
2269 CONANDA, Sra. Petrucia que vai nos ajudar nessa coordenação dessa mesa.
2270 Então, eu passo a seguinte leitura do eixo 1 para que todos fiquem dentro da
2271 mesma página, e em seguida, passo a parte, nós vamos encaminhando para os
2272 senhores palestrantes como vai funcionar a nossa dinâmica no eixo 1 que trata da
2273 garantia dos direitos e políticas públicas integradas e de inclusão social, a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2274 proposta desse eixo, é estimular o diálogo sobre a estratégias necessárias para
2275 promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração das políticas
2276 voltadas para garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes. Além
2277 disso, proporcionar a discussão sobre a garantia das políticas sociais, enfatizando
2278 a importância de um olhar do estado brasileiro para os públicos específicos e de
2279 maior vulnerabilidade. E nesse caso eu queria chamar a atenção, principalmente
2280 inclusive, foi citado alguns dos segmentos pela nossa ministra Damares, os povos
2281 de comunidades tradicionais, a partir do decreto-lei 6040 e da resolução 181 do
2282 CONANDA. Então, feito esse comentário adicional eu já vou ler aqui e em seguida
2283 e passar a palavra para quem é de direito. Então, vamos lá: "O senhor Renato
2284 Roseno de Oliveira, advogado, formado na universidade federal do Ceará, sua
2285 maior atuação é no campo da defesa dos direitos humanos, contribuindo com
2286 movimentos por moradia, contra violência policial. Em 2000, o senhor Renato
2287 participou da fundação centro de defesa da criança e do adolescente, CEDECA,
2288 no Ceará, organização que coordenou por seis anos, foi conselheiro titular do
2289 conselho nacional do CONANDA, do qual eu tenho maior orgulho de estar hoje
2290 também representando, coordenou a associação nacional do centro de defesa da
2291 criança e do adolescente que o mundo, ANCED a assessorou a entidade no
2292 monitoramento da convenção internacional sobre os direitos da criança, é
2293 deputado estadual do estado do Ceará. Então, de imediato, eu passo a palavra
2294 para o senhor Renato Roseno de Oliveira, explicando a penas para formalizar
2295 esse processo, que a exposição é dinâmica e nós temos um roteiro a seguir.
2296 Então, apenas para lembrar que o senhor terá vinte minutos para expor a sua
2297 palestra em função eixo, e dizer aos nossos delegados e delegadas, a todos
2298 participantes que estão nos ouvindo, que é fundamental, como já foi dito pelo meu
2299 amigo conselheiro Lacerda, aproveitar esse momento, tirar todo o proveito dessa
2300 experiência que o senhor nos traz para poder qualificar as nossas propostas no
2301 nosso eixo, onde nós temos inicialmente tínhamos 123 propostas, vindo o oriundo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2302 das Conferências estaduais, elas foram todas sistematizadas num grande bloco,
2303 num caderno que está disponível inclusive, e virou 25 propostas. Essas 25
2304 propostas serão retiradas apenas 5, em todo processo que já foi montado pela
2305 FLACSO, pela secretaria e pelo CONANDA. Então, já de imediato, eu passo a
2306 palavra para o senhor e só lembrando do seu tempo e agradecer imensamente, eu
2307 estou muito feliz, agradecido por estar coordenando essa mesa junto com a
2308 secretária Petrucia. O senhor está com a palavra.

2309 **Sr. Renato Roseno de Oliveira** – Obrigado, obrigado. Meu cordial bom-dia,
2310 bom-dia a todos, bom-dia a todas conferencistas do CONANDA, dessa XI
2311 Conferência Nacional. Eu fico muito feliz de voltar a esse ambiente, quero aqui
2312 cumprimentar a Petrucia, vice-presidente que está coordenando essa mesa, o
2313 Renato, meu xará, Emiliano que é meu colega aqui de painel, mas eu quero
2314 estender também meus cumprimentos aos demais conselheiros e conselheiras, na
2315 figura da presidente Iolete, e também do Lacerda, meu conterrâneo do Ceará.
2316 Todos os companheiros e companheiras aqui da sociedade civil, eu fui do
2317 CONANDA até o mês 2006, salvo engano, representando a ANCED na bancada
2318 de sociedade civil. Aqui eu queria registrar a intensidade desse aprendizado, e
2319 para mim é uma honra voltarmos, assim, eu acho que dessas onze Conferências,
2320 eu tive a oportunidade de participar de metade delas, a partir dessa militância em
2321 direitos humanos de crianças e adolescentes. Bom, agradecendo portanto,
2322 cumprimentando a todos e todas, toda a bancada de adolescentes do Brasil
2323 inteiro, a todos os conferencista do Brasil inteiro que agora, em razão da
2324 pandemia não podemos nos encontrar fisicamente, mas nos encontramos nesse
2325 ambiente virtual, também aos servidores e servidores públicos aqui das mais
2326 variadas frentes de atuação em todo o Brasil, toda a militância de direitos
2327 humanos da criança e do adolescente. Nos vinte minutos que me são permitidos,
2328 eu estabeleci aqui um texto que eu queria dividir com vocês para dialogar com um
2329 esse marco eixo o número um. Bom, eu queria dividir com vocês um pequeno,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2330 uma brevíssima provocação sobre os 30 anos do estatuto da criança e do
2331 adolescente dentro do pacto que este país vez há 32 anos atrás, quando na luta
2332 contra a ditadura militar, ditadura que torturou, perseguiu, destruiu direitos,
2333 destruiu a democracia que obviamente não nos deixa saudades, mas o que o
2334 Brasil fez naquele momento da passagem da ditadura para a redemocratização? E
2335 o que a infância tem a ver com isso? Eu queria falar muito brevemente disso,
2336 dessa conquista e dessa herança. Eu queria falar um pouquinho dos nossos
2337 grandes desafios, sobretudo da arquitetura da participação, dos desafios em
2338 relação à renda e a economia, sobretudo na primeira infância, falar da violência da
2339 proteção, das violências cotidianas, falar de todos os desafios que a população
2340 infantoadolescente continua a enfrentar. Terceiro, queria dar dois grupos de
2341 propostas, propostas macro para o conjunto das políticas sociais no Brasil e
2342 propostas específicas que dialogam com os planos decenais, eu estou falando no
2343 plural, eu estou falando dos planos decenais dos municípios, dos estados e do
2344 plano decenal federal, anual. Bom, então, eu queria, nesses vinte minutos eu
2345 queria enfrentar esses três conjuntos aqui de temas. Veja, o Brasil que lutou
2346 contra a ditadura, foi um Brasil que queria se reinventar. Ali, no final dos anos 80,
2347 era um país em que a sociedade civil, a partir de novos sujeitos, auto organizados,
2348 dos quais eu queria destacar muito intensamente a participação de movimentos de
2349 infância, de adolescentes, de jovens fez um pacto sócio político e ético, não é? Ou
2350 seja, ali, no final dos anos 80, quando a gente definiu que criança e adolescente é
2351 prioridade absoluta e que definimos a proteção integral dos direitos, isso
2352 representa uma opção ética, uma opção política e, uma opção social e que tem
2353 um obviamente repercussões no ambiente jurídico, a partir daí, definiu-se uma
2354 certa arquitetura da participação, nós estamos nessa arquitetura hoje, uma
2355 arquitetura de conselhos paritários entre sociedade civil e estado, ou seja, o
2356 estado comunidade, ele adentra o estado aparelho, o Maurício falou disso no seu
2357 vídeo, quando ele diz: "Olha, a participação, aquilo que eu estou chamando de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2358 estado comunidade autoorganizado." Ou seja, as entidades civis, os movimentos,
2359 a energia social, uma energia social nova, uma energia social muito potente que
2360 dizia: "Nós queremos mais participação para termos mais investimento. E nós
2361 queremos mais participação para termos mais investimento para conseguirmos
2362 concretizar direitos." Essa arquitetura, ela fundada a partir, sobretudo, destes
2363 movimentos, ela foi fundamental para a política pública da infância e da
2364 adolescência, foi ela que nos deixou hoje uma grande rede de conselhos, de
2365 conselhos de direitos, de conselhos tutelares, mas essa arquitetura sozinha, ela
2366 não é capaz, que é uma arquitetura de participação, uma arquitetura de controle,
2367 ela não foi sozinha capaz lá no final dos anos 80 e durante os anos 90, ela não foi
2368 capaz de alterar os somos, por exemplo, da política econômica, nós nunca
2369 tivemos no Brasil uma política econômica que de fato, fosse capaz de superar as
2370 heranças seculares da nossa desigualdade, racismo, patrimonialismo, patriarcado,
2371 elitismo, ou seja, uma sociedade que em uma palavra, que em uma palavra
2372 sintetiza toda a sua história, que é desigualdade, não é? A desigualdade, se
2373 alguém me perguntasse qual era a palavra que explicaria o Brasil, sem dúvida
2374 alguma seria a palavra desigualdade. E hoje nós nos encontramos nessa situação,
2375 48% das crianças de zero a cinco anos, ou seja, quase metade das crianças na
2376 primeira infância, quase metade das crianças na primeira infância vivem em
2377 situação de pobreza domiciliar, só que nessa metade ainda, adentram sobretudo,
2378 as questões do racismo, da desigualdade, desigualdade de raça, discriminação
2379 racial, 60% dessas crianças de zero a cinco anos negras e negro, ou seja, há
2380 ainda um percentual maior ainda no cruzamento de pobreza e raça, porque é
2381 impossível explicar o Brasil sem pensar classe, raça e gênero, a grande maioria
2382 também de meninas, ou seja, uma primeira infância que é vivida na pobreza, além
2383 disso, temos metade dos assassinatos no Brasil são cometidos contra jovens, se
2384 você pega por exemplo no ano passado 28.000 jovens foram assassinados no
2385 Brasil. Das violências eu queria destacar então, um ponto que me mobiliza muito,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2386 mobiliza toda a minha trajetória na infância e na adolescência é o enfrentamento
2387 das violências sexuais, metade dos estupro no Brasil são cometidos contra
2388 meninos e meninas abaixo de 14 anos, ou seja, a arquitetura institucional sozinha,
2389 ela não foi capaz de alterar a política econômica, ou as dinâmicas estruturais mais
2390 profundas de violência, de negligência contra crianças e adolescentes. Portanto, o
2391 que se coloca agora é um triplo desafio, primeiro é nós temos que reabilitar,
2392 refundar, reavivar o nosso pacto sócio político, ético pela infância brasileira,
2393 colocar a infância no centro das decisões, colocar a infância no centro das
2394 políticas, isso impacta dentre outras coisas reconhecer que nós precisamos alterar
2395 a política econômica, precisamos, nós precisamos reavivar a arquitetura da
2396 participação, nós precisamos reorientar os investimentos. A letra D do artigo
2397 quarto do ECA nunca fez tanta falta "Destinação privilegiada de recursos públicos
2398 às políticas para infância e adolescência." Dentre outras coisas isso só é possível
2399 se a gente revogar a emenda do teto de gastos, que está tirando dinheiro da
2400 saúde, da educação, a emenda do teto de gastos é uma emenda contra o povo
2401 brasileiro, contra a nação brasileira, ela é contra, em especial as crianças e
2402 adolescentes no Brasil, da mesma forma precisamos revogar a emenda da DRU,
2403 que deu continuidade a DRU. Então, você que está me vendo, que talvez nunca
2404 tenha ouvido falar nessas letrinhas, DRU, desvinculação, a desvinculação de
2405 receitas da união, isso retira dinheiro da Assistência Social, isso retira dinheiro da
2406 Seguridade social, isso retira dinheiro da política social e isso é um mecanismo
2407 que vem desde lados anos 90 e vem sendo estendido em todos os governos, e a
2408 talvez uma das sangrias maiores da nossa política, da nossa política social,
2409 portanto, nós precisamos enfrentar o grande tema que é do sobre financiamento
2410 da política para a infância e adolescência, sem enfrentar esse tema do
2411 subfinanciamento nós não vamos enfrentar os outros temas, sobretudo agora
2412 porque nós estamos vivendo uma crise política como o acenso do autoritarismo, o
2413 acenso do reacionarismo, o acenso de toda uma dramática contra os direitos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2414 humanos, linguagem contra os direitos humanos, linguagem contra a democracia,
2415 não é? Líderes políticos que ocupam o alto escalão da república no Brasil falando
2416 abertamente contra a democracia, contra os direitos, contra esse nosso pacto
2417 sócio político, não é? No seja, todo um levante político contra bases democráticas
2418 que foram para nós arrancadas com muita, com muita dificuldade. Então, eu
2419 queria ir para o meu segundo, segundo momento: qual é a crise, portanto, do
2420 estado brasileiro dessa etapa política do avanço do autoritarismo, do
2421 reacionarismo, do conservadorismo, da erosão democrática, o Brasil não vive uma
2422 democracia plena, saímos de um golpe em 2016, isso os historiadores
2423 obviamente, inclusive vão anotar como golpe, por mais que alguns queiram, o que
2424 aconteceu em 2016 foi uma interrupção democrática no Brasil, e a partir daí o que
2425 aconteceu em 2018 também, o que tem acontecido cotidianamente tem sido isso,
2426 figuras do alto escalão da república falando contra a democracia, uma tríplice
2427 crise, 1 é do subfinanciamento, ou seja, nós precisamos recuperar o
2428 financiamento, o financiamento das políticas sociais, não é possível que a nação
2429 gaste mais dinheiro pagando juro para banqueiro, do que colocando recursos para
2430 a política social, se você for imaginar, nós temos um estado que tributa, tributa
2431 muito mal, porque tributa os mais pobres, o estado brasileiro, ele arranca dos mais
2432 pobres, por via da tributação regressiva para pagar aos mais ricos, por via dos
2433 juros ao rentismo, dos juros do mercado financeiro, e isso causa
2434 subfinanciamento, é por isso que as reformas que estão sendo feitas são contra o
2435 povo brasileiro, a reforma administrativa que está sendo feita agora, e eu sou
2436 servidor público federal, é contra o povo brasileiro, a reforma da previdência foi
2437 contra o povo brasileiro, assim como a emenda do teto de gastos, a emenda da
2438 DRU, portanto, nós temos que enfrentar o subfinanciamento, ou seja, nós temos
2439 que recuperar as nossas, nossa capacidade de investir em política social, porque
2440 a política social que conseguem concretizar o direito, veja agora quem salvou
2441 milhões de vidas, que salvou milhões de vidas? Foi o mercado? Foi não. Quem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2442 salvou milhões de vidas na pandemia foi o SUS, foi por isso que o índice de
2443 confiança social no SUS, no sistema público de saúde cresceu, as pessoas, 80%
2444 das pessoas no Brasil só tem o SUS, não foi um mercado que chegou lá no
2445 município de 30.000 habitantes, foi o SUS que chegou, chegou no posto de saúde,
2446 chegou na UPA, foi o CRAS e o CREAS, foi o SUAS, através do CRAS e do
2447 CREAS, portanto, foi a política pública, para isso nós precisamos de mais
2448 investimento, nós precisamos valorizar o trabalhador da política pública. A
2449 segunda crise tem a ver com a primeira, essa capacidade de entrega, da
2450 capacidade de entrega. Porque que não bastou a gente criar conselho de direitos,
2451 conselho tutelar, porque que não bastou essa nossa arquitetura da participação
2452 para alterar a política? Porque há uma parcela da sociedade foi colocada contra o
2453 estado, porque? Porque o estado não era capaz de fazer todas as entregas. Veja,
2454 subfinanciamento, ou seja, falta dinheiro. Como falta dinheiro, aí eu vou falar em
2455 bom cearencês. Tem, mas tá faltando. Não vai ter a política para todos. Como não
2456 tem a política para todos, a política acaba sendo deslegitimada, eu tenho, portanto
2457 eu tenho falta de dinheiro, falta de capacidade de entrega e falta de legitimidade, a
2458 política para infância, nós temos que enfrentar isso, nós temos que enfrentar essa
2459 tríplice crise, subfinanciamento, falta de capacidade de entrega lá na ponta, no
2460 município de 20.000 habitantes, no município de 15.000 habitantes, entrega de
2461 direitos, assegurar direitos e a falta de legitimidade a dessa política. Portanto, nós
2462 criamos um conjunto muito bem arquitetada, planos decenais, políticas temáticas,
2463 políticas específicas, mas nós não garantimos a musculatura necessária, a política
2464 econômica foi a grande vilã da política social no país, e seu grande aprendizado e
2465 continua sendo nesse governo, continua sendo, uma política antinacional,
2466 antipopular e aí por isso eu queria colocar agora, nos minutos que me restam, as
2467 minhas propostas para esse eixo 1. Bom, primeira proposta indiscutivelmente, ou
2468 seja, o problema da intersetorialidade, ela não é possível se eu não tenho
2469 musculatura para essa intersetorialidade, não é? Enfrentar o subfinanciamento,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2470 revogação da emenda do teto de gastos e revogação da emenda da DRU, isso
2471 transcende a política específica para a infância, mas a política específica para a
2472 infância, ela está dentro do marco geral das políticas sociais para o Brasil,
2473 portanto, eu preciso enfrentar essa captura que o rentismo fez do estado
2474 brasileiro, o estado brasileiro precisa ser desprivatizado. Ouvia ontem que o
2475 ministro da economia falava muito em privatização, na verdade, não há nada mais
2476 privado que o Brasil do que inclusive, o estado brasileiro, não é? Servindo
2477 sobretudo ao rentismo, o estado brasileiro tem que ser desprivatizado. Bom,
2478 segundo bloco de propostas, essas são propostas macro que obviamente
2479 transcendem a política para a infância, nós precisamos estabelecer uma grande
2480 repactuação com metas específicas, em especial para a política, para a primeira
2481 infância. Eu começaria...

2482 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) – Sr.**
2483 Renato, Sr. Renato, o senhor tem mais cinco minutos, está bom? Obrigado.

2484 **Sr. Renato Roseno de Oliveira –** Renda básica, nós precisamos, nós precisamos
2485 chegar enfrentar isso, 50% das crianças da primeira infância vivem em famílias
2486 pobres, esse é o nosso maior desafio na década, até 2030, não é? Enfrentar isso.
2487 Nós temos que dizer o seguinte: "Olha, municípios, estados, união federal, setor
2488 privado, lideranças sociais, energia social, nós precisamos constitucionalizar o
2489 direito de renda básica e cidadania. A pandemia, ela demonstrou a necessidade e
2490 a potência de um programa de transferência de renda e se ele tivesse sido
2491 constitucionalização do que já há trinta anos atrás, nós estaríamos em indicadores
2492 sociais muitíssimo melhores, nós temos que colocar isso, a melhor política para
2493 tirar esses 48% de crianças de zero a cinco anos que estão em domicílios pobres
2494 é uma maior política de renda básica de cidadania, nós temos que dizer isso, nós
2495 queremos com constitucionalizar o direito à renda básica de cidadania com foco
2496 específico na primeira infância, começar na primeira infância é um benefício



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2497 universal para a primeira infância, retirar a primeira infância da pobreza e da
2498 extrema pobreza com o recorte de raça e gênero, todas as políticas no Brasil,
2499 veja, é impossível falar no Brasil de pobreza, falar de classe no Brasil sem falar de
2500 raça e gênero, sem falar dessa diversidade, isso para nós é superimportante.
2501 Terceira proposta, deixa eu ler aqui, para ficar dentro do tempo: nós precisamos,
2502 precisamos de um sistema, faz trinta anos que a gente lida com isso, quantos de
2503 nós no CONANDA, comissões e comissões, GTs e GTs passou da hora de a
2504 gente ter um sistema de monitoramento mais compreensível e abrangente das
2505 metas para a infância, por exemplo, eu falei aqui hoje de homicídio, falei de
2506 pobreza, falei de violência sexual, podia ter falado do número de crianças fora da
2507 escola, ou então da meta 1 do plano nacional de educação de educação de 50%
2508 de crianças de zero a três em creche até o final do plano nacional de educação,
2509 nós precisamos, precisamos de uma energia que desenboque um sistema de
2510 monitoramento e diálogo entre todas as políticas, e aqui eu destacaria educação,
2511 saúde, assistência no lugar dessa articulação seriam as instâncias de direitos
2512 humanos, as secretarias de direitos humanos nos municípios, nos estados, na
2513 união federal, Ministério com capacidade de liderar esse monitoramento e
2514 perseguir o atingimento dessas metas, para isso, por isso que desde a sua
2515 fundação o CONANDA por exemplo, tinha a área econômica e a área de
2516 planejamento. Nós precisamos que as políticas sociais, elas sejam capazes e
2517 valorizadas para liderar inclusive, as áreas de planejamento e as áreas
2518 econômico, financeiras e dos municípios e dos estados, nós não podemos pensar
2519 que tem a política social, ela não teria a capacidade, que para mim é a política
2520 central, é a área central, ou seja, um país com o tamanho dessa desigualdade,
2521 aqueles que lideram a política social, devem estar no centro da política, com
2522 capacidade portanto, de liderar a economia. Terceiro, nós precisamos
2523 redemocratizar o Brasil, redemocratizar o Brasil, redemocratizar o nosso país. Isso
2524 quer dizer o seguinte, afirmar a diversidade desse país, afirmar a diversidade de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2525 raça, afirmar a diversidade de raça, afirmar o respeito à orientação sexual,
2526 identidade de gênero, afirmar as diferentes etnias, afirmar essa diversidade e a
2527 potência que a diversidade nos permite como uma unidade, a nossa democracia é
2528 muito mais viva, muito mais potente se a gente faz, repactua essa diversidade,
2529 afirma essa diversidade, permite que essa diversidade, ela se apresente, ela viva,
2530 ela seja respeitada, ela não seja alvo de discursos, de discursos de violência,
2531 discursos de ódio, discursos de revanchismo, discursos de ressentimento, nós
2532 precisamos e redemocratizar a democracia no Brasil, ou seja, o Brasil é esse país
2533 diverso, esse país afro-ameríndio, esse país multiétnico, agora, com uma herança
2534 racista, como fóbica, machista, patriarcal, portanto, não se pode pensar uma
2535 democracia que seja uma democracia meramente eleitoral, até porque essa
2536 inclusive, foi aventada, como repito em 2016, nós precisamos repensar uma
2537 democracia viva desde a sua base. Por isso que foi tão importante o movimento
2538 pelos direitos da infância e da adolescência que ensinou ao Brasil muito do estado
2539 nascido, da arquitetura da participação que o Brasil, que várias políticas tiveram,
2540 nasceu dessa tentativa dos movimentos pela infância e adolescência dizer: "Olha,
2541 é possível ter uma pactuação ética, é possível que todo o estado brasileiro." E
2542 aqui não estou colocando só a união nacional, eu estou colocando os municípios,
2543 os estados e a união federal, todo o estado brasileiro faça essa opção ética por
2544 dizer que a criança é prioridade absoluta, a proteção integral, nós vamos garantir
2545 recursos e políticas para isso. Ou seja, esse foi um grande exemplo, vou terminar.
2546 Pronto, esse foi o grande exemplo, foi da potência do movimento de infância no
2547 Brasil que desenhou essa arquitetura da participação social. Portanto, ações,
2548 ações capazes de redemocratizar a democracia desde baixo, muito obrigado aos
2549 meus companheiros e companheiras de CONANDA, muito obrigado a todos, toda
2550 a militância dos direitos humanos da infância, vamos lembrar que nós somos
2551 sobretudo, militantes de direitos humanos, da diversidade humana, da
2552 humanidade, e da democracia, e esse país vai superar essa crise política, vai



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2553 olhar para frente, vai ser o grande exemplo, espero eu, de uma diversidade, de
2554 distribuição da riqueza, do saber, e do reencontro com a natureza, um beijo.

2555 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil)** – Antes
2556 de passar para a Conselheira Petrucia, eu gostaria de colocar e agradecer com
2557 muito louvor a fala do Sr. Renato Roseno que nos contempla em todas as suas
2558 formas, principalmente no que diz ao grande desafio que nós temos que é a
2559 violência, violência praticada pela sociedade, pela família, pelo estado brasileiro
2560 em relação ao povo negro desse país, o racismo tem que ser combatido de todas
2561 as formas, e eu acho que o senhor foi muito feliz no seu pronunciamento quando
2562 nós falamos do racismo ligado à intolerância religiosa e aí nesses vinte minutos
2563 que o senhor se apropriou da sua fala com bastante propriedade, já se morreu, já
2564 se matou nesse país muitos jovens negros e negras. E aí a sociedade brasileira
2565 precisa realmente se redemocratizar e o senhor colocou acordo muita propriedade
2566 nesse tema em relação principalmente porque não se faz política pública sem
2567 recurso. E a PEC 95 mencionada pelo senhor é sim uma barreira que não
2568 tenhamos efetivamente as políticas sociais voltada para o povo afrodescendente e
2569 principalmente de povos e comunidades tradicionais, e aí o senhor citou
2570 ribeirinhos, já foram citados esse povo cigano. Então, é um grupo, cerca de 64
2571 grupos populacionais tradicionais específicos que deveriam ter o tratamento
2572 igualitário nesse país e não temos. Então, agradeço ao senhor pela sua fala, foi
2573 muito oportuna, com a visão que precisamos mudar o conceito do racismo e esse
2574 racismo que eu estou falando é o racismo estruturante que todo dia a gente vê em
2575 canais de televisão, redes sociais, rádio, jornais, o que está acontecendo com a
2576 população negra não só no Brasil, mas no mundo. Agradeço o senhor e em breve
2577 nós estaremos colocando de que forma vai acontecer a dinâmica das perguntas e
2578 respostas que serão dirigidas aos nossos queridos palestrantes. Então, de
2579 imediato eu gostaria de passar a fala para a nossa Conselheira Petrucia,
2580 vice-presidente do CONANDA que vai conduzir o próximo fala do nosso



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2581 palestrante, está bom? Por favor, de imediato falo passa para a Sra. Petrucia, por
2582 favor.

2583 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Bom-dia. Bom dia aos
2584 participantes dessa importante Conferência, esse espaço... Então, bom-dia aos
2585 participantes dessa importante Conferência, as crianças e adolescentes
2586 participantes, a todos os delegados e delegadas, agradecer a fala do deputado
2587 Renato Roseno, cada um fala do seu lugar de fala, e aqui eu gostaria de fazer
2588 uma reflexão pensando na minha trajetória de mais de 40 anos trabalhando em
2589 defesa dos direitos de criança e adolescente. Indo na praça 7 ali em Belo
2590 Horizonte, buscando a assinatura para o estatuto da criança e do adolescente,
2591 para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no movimento
2592 capitaneado só por Antônio Carlos Gomes da Costa, então, há uma trajetória e a
2593 gente observa é que as políticas da criança e do adolescente, eu concordo com
2594 você que precisa realmente de um novo olhar, precisa de um novo olhar, porque
2595 nós tivemos governos aí em trinta anos e quando você vai ver os números da
2596 violência contra criança e adolescente ele só aumenta independente de toda a
2597 política, eu participei praticamente de todas as Conferências nacionais de
2598 Conferências municipais e estaduais, inclusive, como palestrante e a gente
2599 observa o que lamento é o mesmo. Então, a gente precisa realmente chamar a
2600 atenção para esse novo momento dessa construção social onde a gente observa
2601 que a família é um dos maiores violadores de direito da criança e do adolescente.
2602 Então, a gente como o governo que chegamos aqui tem menos de dois anos e a
2603 gente tem os desafios aí que a gente tem trabalhado muito junto com o
2604 CONANDA, porque a gente entende que a participação social junto com o governo
2605 é que implementam a política pública, e nesse momento eu gostaria de apresentar
2606 o próximo palestrante que é o senhor Emílio José da Silva Filho, ele é jornalista
2607 formado em comunicação pela universidade federal de Brasília onde fez mestrado
2608 e doutorado, ele é um militante político desde o período do regime militar, foi



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2609 ex-superintendente estadual de Direitos Humanos e possui vários livros
2610 publicados nessa temática. Obrigada pela sua participação doutor... Senhor
2611 Emilio, tem a palavra com vinte minutos de explanação. Obrigada.

2612 **Sr. Emiliano José da Silva Filho** – Muito obrigado. Só há um equívoco aí no
2613 nome, meu nome é Emiliano. Às as pessoas confundem.

2614 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Ah, Desculpa. A
2615 Emiliano, Sr. Emiliano.

2616 **Sr. Emiliano José da Silva Filho** – Estão me ouvindo bem ou não?

2617 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Sim.

2618 **Sr. Emiliano José da Silva Filho** – Emiliano. Eu quero agradecer o convite para
2619 participar XI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, para mim é
2620 uma honra estar aqui dividindo a mesa com o nosso querido Roseno que já tem...
2621 Embora muito jovem tem décadas de vinculação à luta pelo Direitos Humanos e
2622 de modo muito especial a luta pelo direito das crianças e dos adolescentes. Não
2623 cabe apresentação nenhuma mais longa sobre a minha condição, eu registro
2624 apenas a minha condição de sobrevivente do período da ditadura, passei quatro
2625 anos preso, fui torturado de todas as maneiras, à época e a minha condição
2626 também de defensor dos Direitos Humanos e naturalmente dos direitos das
2627 crianças e dos adolescentes. Certamente nessa Conferência haverá uma
2628 multiplicidade de intervenções voltadas para as questões específicas das crianças
2629 e dos adolescentes. Talvez eu fuja com pouco do script, nem sei se fujo, ouvi com
2630 muita atenção a fala do nosso parlamentar e defensor dos Direitos Humanos,
2631 nosso Roseno com muita atenção mesmo, e com muito gosto, pelas contribuições
2632 que ele trouxe. Então, do meu ângulo eu só posso imaginar nossas crianças,
2633 nossos adolescentes, nossos jovens no quadro mais geral da humanidade e no



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2634 quadro mais amplo também do nosso país, isso o Renato de alguma forma já
2635 trouxe, nós somos um mundo desigual, um mundo desigual, um mundo capitais de
2636 condenar milhões de pessoas à miséria e as crianças e a nossa juventude, ao
2637 abandono, a fome e no caso brasileiro volto a dizer o nosso Renato Roseno trouxe
2638 números absolutamente obscenos e verdadeiras, nós somos um mundo, o mundo
2639 intenso ou a maior parte dele sob a hegemonia capitalista, cuja alma é a
2640 exploração, lucro e ponto. Só a luta política e nisso vou insistir, pode possibilitar
2641 mudanças nesse quadro, insisto, a política é a chave de tudo, fosse pensar o
2642 estatuto da criança e do adolescente, e nascido em 1990, e nós teríamos que
2643 registrar o ECA é filho da constituição do cidadão de 1988, surgida no calor das
2644 mobilizações pós ditadura, terminados em 1985, depois de tanta luta, de tanto
2645 sangue e de grandes mobilizações do nosso povo, tudo isso é da política, a
2646 constituição de 1988 foi o mais ousado passo político na tentativa de construção
2647 no plano institucional de um estado de bem-estar social, do qual nós estamos
2648 evidentemente a léguas de distância, o SUS, o ECA, o SUAS em momentos
2649 diversos são decorrências daquela constituição, aquela luta, sequência da luta
2650 para fazer a carta sair do papel e tentar modificar a vida das pessoas e modificou
2651 de alguma forma. É possível garantir direitos e políticas públicas integradas e de
2652 inclusão social voltada às nossas crianças e adolescentes sem liguemos essa
2653 possibilidade a luta geral, então não creio. Para garantir tais direitos teremos
2654 sempre de estar atento a aquilo que nos cerca e lutando para modificá-lo quando
2655 o quadro político dominante for um obstáculo, como penso, o é atualmente, do
2656 golpe de 2016 aos dias de hoje, o Brasil tem experimentado recuos políticos,
2657 sociais, econômicos, culturais, há um que evidente retrocesso civilizatório. A
2658 eleição do atual presidente revelou a existência de um forte pensamento
2659 conservador na sociedade brasileira alicerçado em valores cuja essência
2660 caminham na contramão dos objetivos do ECA. Temos pela frente uma luta
2661 político-cultural, pugnar não somente com o governo atual, como também com a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2662 parcela considerável da sociedade brasileira e com essa nosso esforço terá que
2663 sero do convencimento e não o do confronto, registre-se para alimentar nessas
2664 esperanças, a ventos novos soprando na América latina e mais a norte, Argentina,
2665 Bolívia, Chile pelas bandas de cá para começar estados unidos com a vitória de
2666 Joe Biden, fim do pesadelo Trump, sem que se alimente exageradas ilusões com
2667 as políticas do império. No Brasil, temos o presidente e sua política destrutiva
2668 sobre todos os aspectos, econômico, social, cultural, ambiental, tudo. Pergunta-se:
2669 e nós nessa Conferência? Nisso às políticas sociais profundamente afetadas, os
2670 valores conservadores afirmando-se as políticas discriminatórias excludentes,
2671 racistas, homofóbicas, mixógenas, a raiva dirigida contra os pobres, tudo isso se
2672 acentua estimulado diariamente desde cima, com as declarações e políticas
2673 presidenciais, ninguém pode dizer ter sido enganado pelo presidente, ele sempre
2674 revelou seu pensamento, sua admiração pelos torturadores, sua natureza
2675 manifestamente o homofóbica, seu estímulo permanente ao uso de armas,
2676 incentivo à morte, seu desprezo pelos pobres, sua aversão aos nordestinos. Quem
2677 o apóia, o faz sabendo de tudo isso, e sabendo da continuidade de uma política
2678 destinada a manter o país na situação de uma das nações mais desiguais do
2679 mundo, tal desigualdade é a fonte de todos os nossos males, todas as nossas
2680 violências, imaginar que os seis homens mais ricos do Brasil concentram a mesma
2681 que toda a população mais pobre do Brasil, mais de 100 milhões de pessoas, é
2682 obscuro e é real, imaginar que três deles desses bilionários vivem da venda de
2683 drogas, mais ainda, lícita a droga, álcool, mas droga. George Paulo Leman, Marcel
2684 Herman Teles, e Carlos Alberto Sucupira são os três sócios da AMBEV e estão
2685 entre os seis mais ricos. Essa concentração de renda e riqueza tão absurda e
2686 explica como já se disse tanta violência, o massacre dos nossos jovens a par da
2687 equivocada política de combate às drogas somente o combate às chamadas
2688 ilícitas. Estamos longe, muito longe da proteção integral de nossas crianças e
2689 adolescentes, seja pelas profundas deficiências na educação, pela ausência de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2690 políticas culturais a estimular novos valores, seja pela miséria, pela fome, pela
2691 ausência de condições mínimas de existência de milhões de lares brasileiros e
2692 esse estado de coisas só tem se agravado de 2016 aos dias de hoje. Digo tudo
2693 isso para chegar à violência. A afetar profundamente nossa juventude, nossos
2694 adolescentes, nossas crianças, é minha preocupação do aqui hoje, não é metáfora
2695 dizer: "A uma guerra civil em andamento no Brasil." O número de mortes violentas
2696 em 2019, de acordo com o anuário brasileiro de segurança pública de 2020,
2697 divulgada pelo fórum brasileiro de segurança pública foi de quase 48.000 pessoas.
2698 Destas, mais de 35.000 eram negras e mais de 24.000 menos de 29 anos, nosso
2699 futuro sendo comprometido, nossa juventude sendo assassinada. É um dado
2700 incontestável, nescer negro influencia não só na possibilidade de ser morto pela
2701 polícia, mas de ser assassinado em qualquer tipo de homicídio, nosso racismo
2702 estrutural, nossa herança dos mais de 300 anos de escravidão, foram mortas 6357
2703 pessoas pela polícia em 2019, mais de 74% jovens de até 29 anos, sexo
2704 masculino chegando a quase 100% das mortes, 99,2% de masculinos, negros a
2705 maioria, 79,1%, tudo é assombroso, 72,5% das mortes causadas por armas de
2706 fogo, 3 a cada 4 dos assassinados pelos policiais eram jovens entre 15 e 29 anos,
2707 31,2% entre 20 e 24 anos, 19,1% entre 25 e 29 anos. Estamos numa sociedade
2708 que mata, é grave que 6357 mortes sejam responsabilidade de policiais, mas a
2709 maioria das mortes a decorrente do clima criado da cultura da morte, agora
2710 claramente estimulada pelo atual presidente da república que pretende e vêm
2711 conseguindo a liberação desenfreada na venda de armas com a convivência com
2712 as milícias, com crescimento do crime organizado e já se viu: as mortes são
2713 principalmente de jovens negros, se quisermos chegar aos dias de hoje podemos
2714 recorrer ao jornal eletrônico Brasil 247 de 19 de novembro de 2020, o número de
2715 assassinatos aumentou 4% nos primeiros nove meses desse ano em comparação
2716 com um mesmo período do ano passado, foram registradas 1276 mortes a mais
2717 ao passar de 31.022 pessoas para 32.298 mortes violentas, são dados exibidos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2718 pelo índice nacional de homicídios, menos pessoas nas suas e mais mortes,
2719 vejam a nossa situação. Como superintendente de Direitos Humanos da secretaria
2720 de justiça, Direitos Humanos e desenvolvimento social do governo da Bahia entre
2721 2017 e 2019, recebi inúmeras mães de jovens negros e pobres mortos por
2722 policiais, crianças mortas, assassinadas, normalmente mães jovens ainda e
2723 responsáveis por suas famílias, testemunhei a dor e a impotência dessas jovens
2724 mães diante da morte, muitas vezes mães cujos companheiros haviam caído no
2725 mundo deixando-as sós com seus filhos, isso se repete tragicamente em nossas
2726 cidades país afora, sem contar vidas de meninas e meninos subtraída por balas
2727 chamadas perdidas, assim chamadas, mas sempre atingindo crianças negras e
2728 pobres, até quando? De um ponto de vista emergencial essa Conferência apar de
2729 inúmeras outras resoluções há de pensar não obstante o cenário desfavorável de
2730 um presidente defensor da disseminação de armas nas mãos das pessoas, há de
2731 pensar num plano de contenção dessa mortalidade, não só denunciar ao país e ao
2732 mundo o genocídio de nossos jovens, mas propor medidas capazes de conter a
2733 cultura da morte em curso, seja praticada pela polícia, e aí o estado em princípio
2734 pode tomar atitudes capazes de modificar isso, seja a decorrente violência
2735 advinda da própria sociedade e isso implica no envolvimento do estado e da
2736 sociedade para ir construindo uma nova cultura, de solidariedade, de fraternidade,
2737 de empatia e não da morte, que proponha uma educação fundada nesses valores,
2738 capaz de resgatar Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, que se pense numa
2739 nova política em relação às drogas, distante dessa tolerância zero que nos
2740 aproximemos de países civilizados e passemos a adotar políticas de convivência
2741 com as drogas, de redução de danos, compreendendo a não existência de
2742 civilizações sem drogas, penso e quanto mais penso volto à política em seu
2743 sentido mais amplo, não subestimo o esforço de milhares de militantes engajados
2744 na luta das crianças e adolescentes, estou entre esses militantes. Como não
2745 subestimo a inteligência e a criatividade de nossas próprias crianças e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2746 adolescentes, como obviamente dou extraordinário valor a essa XI Conferência,
2747 suas resoluções e sua repercussão que dependerá no entanto, de a sociedade
2748 abraçar o que ela havia a decidir. Agora, nosso cenário é ainda bastante adverso,
2749 segue na contramão da garantia de direitos de nossas crianças e adolescentes da
2750 Proteção Integral, é o que eu digo da necessidade do pessimismo, da inteligência,
2751 do otimismo, da vontade, temos de ir resistindo, dando passos, trincheira por
2752 trincheira, esse governo não quer garantir direito, vamos ser verdadeiros? Quer
2753 garantir armas, é o governo da cultura da morte. Não inaugurou essa cultura, mas
2754 hoje é o próprio governo a promovê-la, incentivá-la, essa cultura terá que ser
2755 derrotada. Não será uma luta de curto prazo, passa por eleição, por mudança de
2756 governo e de mentalidades, desde já tenho de começar. Temos que atuar em
2757 todas as frentes, com prioridade para a luta política, olhando o aqui e agora e sem
2758 perder a perspectiva dos passos seguintes, do horizonte a ser construído a cada
2759 dia. Com esse governo, a cultura da morte continua na linha de frente, as armas
2760 continuam na linha de frente. Só outro governo de convicção democrática e de
2761 uma cultura fundada no respeito à vida, as nossas crianças, a nossa juventude,
2762 cultura fundada na liberdade, e que considere necessário distribuir renda e
2763 riqueza, só o governo assim pode derrotar a cultura da morte e preservar a vida de
2764 nossa juventude, de nossas crianças e garantir o futuro do país. Sigamos,
2765 sigamos na estrada, a vida não para, a luta continua. Muito obrigado.

2766 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Obrigado jornalista
2767 Emiliano, não é? Agora falei certo, pelas suas construções de propostas e mais
2768 uma vez, trazendo a história, nós chegamos no governo há menos de dois anos e
2769 a gente recebe essa a herança. Então, estamos trabalhando enquanto o governo
2770 para realmente mitigar essas questões, um governo eleito, democraticamente.
2771 Então, a gente está aí reconstruindo junto com o CONANDA, com a participação
2772 de crianças e adolescentes essas propostas, e nesse eixo aí a gente tem agora,
2773 abre para as perguntas, não é Katia? Mas antes disso passo a palavra ao nosso



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2774 Conselheiro Renato Bonfim.

2775 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –**
2776 Obrigado secretária Petrucia. Informar aos nossos convidados palestrantes que
2777 nesse momento nós vamos abrir os blocos de perguntas. Eu já tenho aqui comigo
2778 duas perguntas para ser dirigidas ao primeiro palestrante, o Sr. Renato e eu vou
2779 fazê-lo, então, de imediato as perguntas e vou alternando com a secretária
2780 Petrucia no que for dirigido ao segundo palestrante, está bem assim? Os senhores
2781 terão em média cinco minutos para cada três ou quatro perguntas, dependendo do
2782 bloco, as vezes até do tamanho da pergunta e a gente vai combinando, o jogo vai
2783 coordenando para que haja possibilidade de todas e todos terem a sua resposta
2784 pelos digníssimos palestrantes aqui já mencionados. Então, a primeira pergunta
2785 vai ser dirigida ao palestrante Renato Roseno, vamos lá. O delegado é de
2786 Alagoas, do estado de Alagoas, é a Sra. Elisangela Leal de Oliveira, ela diz assim:
2787 Renato, parabéns pela fala, ela ecoa os nossos anseios. Gostaria de perguntar:
2788 No atual contexto de desmonte das políticas públicas e corte de gastos com as
2789 políticas municipais, estaduais, podem modificar esta realidade? O senhor quer
2790 responder de imediato ou já quer que eu faço logo a outra pergunta senhor?

2791 **Sr. Renato Roseno de Oliveira –** Renato, vou ter cinco minutos para cada ou
2792 cinco minutos...

2793 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –** Não, 5
2794 minutos para o bloco de e perguntas.

2795 **Sr. Renato Roseno de Oliveira –** Então, faz tudo, está bom.

2796 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –** Então,
2797 faz o seguinte, vou deixar o senhor responder essa pergunta, num tempo
2798 razoável, e aí em seguida faço a outra pergunta e o senhor também responde em



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2799 um tempo razoável.

2800 **Sr. Renato Roseno de Oliveira** – Renato, eu sei que, eu já tivesse nesse lugar
2801 que vocês estão, você e Petrucia então eu prefiro fazer o seguinte, ouço todas e
2802 tento organizar... Em respeito ao Emiliano também.

2803 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil)** – Está
2804 bom, sim senhor, muito obrigado. A próxima pergunta veio da delegada do Rio
2805 Grande do Sul, a senhora Graciele Silva de Mattos. Ela diz: Renato Roseno, é de
2806 visibilidade nos municípios a crescente situação de risco social de crianças e
2807 adolescentes sobre o trabalho infantil, como combater essa forma de violência
2808 quanto a recurso orçamentário e também dos espaços colegiados de
2809 enfrentamento do trabalho infantil, tendo em vista o golpe deste governo nos
2810 espaços de participação social, isto trazido no decreto 9759 de 2019? Então, por
2811 enquanto o que eu tenho para passar para o senhor, sintam-se à vontade, utilize
2812 seu tempo e obrigado.

2813 **Sr. Renato Roseno de Oliveira** – Obrigado, queria agradecer tanto a Elisangela,
2814 quanto a Graciele, ambas com questionamentos que são muito profundos. Veja,
2815 nós estamos num processo de erupção democrática, nem no passado como era,
2816 nem no presente como está. Nós temos que reconhecer que tem uma linha que
2817 vem desde 2016, essa linha vai erodindo os processos de participação social, o
2818 CONANDA lutou inclusive, judicialmente para não ter-se como a instâncias
2819 deliberativas nos moldes que a legislação lá no artigo 88 do ECA assim definia e
2820 logo na sequência, na 8212, a lei que cria o próprio CONANDA, ou seja, não é
2821 verdade dizer que é a mesma coisa, nós estamos num momento de erosão
2822 democrática. Veja, são fatos, não é questão de interpretação. São fatos. Agora, a
2823 Elisangela coloca um tema que me parece um tema central. Nós temos uma
2824 concentração, veja, você tem o seguinte: quem é que entrega política social? É o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2825 município. É o CRAS, o CREAS, o posto de saúde, não é? O conselho tutelar é do
2826 município, o conselho municipal de direitos que vai definir, portanto, a política
2827 social no Brasil, ela é sobretudo executada pelo município, executada pelo
2828 município, só que há uma concentração de recursos não união federal. Bom,
2829 melhorou muito, se você for pensar que você tem transferência Fundo a Fundo
2830 hoje, o SUS e transferência Fundo a Fundo no SUAS, esses mecanismos são
2831 mecanismos mais objetivos, mecanismo mais transparentes, inclusive, eu sou
2832 trabalhador do SUAS, sou analista de políticas sociais sou lotado no Ministério da
2833 Cidadania, e estou afastado em razão do mandato eletivo que a sociedade
2834 cearense me conferiu, mas eu sou, eu tenho muito orgulho de dizer isso, eu sou
2835 trabalhador da política social, eu sou concursado da política social, sou servidor
2836 público federal da política social, sou analista de políticas, analista de políticas
2837 sociais e me orgulho muito e esse é um tema central, esse que a Elisangela
2838 coloca. Você tem a arrecadação na união federal, mas a execução sobretudo, no
2839 município, e os mecanismos de transferência Fundo a Fundo. Hoje o gasto social
2840 federal, ele não é superior a 15 % do PIB, o gasto social federal não é superior a
2841 15% do PIB. Portanto, muito aquém da nossa necessidade é para combater as
2842 desigualdades. Na outra ponta, todos os municípios e estados somam 10% do
2843 PIB. Portanto, o gasto social total no Brasil não supera, um quarto do PIB não
2844 supera 25% da nossa economia, o que nos coloca num certo atraso, porque se
2845 você for olhar o tamanho de desafios que o Brasil tem, nós temos que
2846 universalizar saneamento, nós temos que universalizar creche, nós temos que
2847 combater o trabalho infantil, reduzir a violência contra mulher, ou seja, o tamanho
2848 do desafio que nós temos é um desafio que nos demandaria muito mais, muito
2849 mais investimento. Bom, nós precisamos de um novo pacto de estado que comece
2850 uma reforma tributária que fosse uma reforma tributária progressiva, essa seria a
2851 grande reforma. Em que os donos da propriedade, os donos da riqueza pagassem
2852 proporcionalmente mais, nós temos uma pirâmide tributária ao contrário. Portanto,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2853 nós temos que alterar a reforma tributária fazendo com que os mais pobres
2854 paguem menos, os mais ricos paguem mais e que a política social, ela chegue
2855 mais lá na ponta com os recursos. O município hoje, os municípios hoje,
2856 sobretudo num momento de crise econômica, eles precisam de mais recurso.
2857 Agora, para isso, eu vou concordar muito com o que Emiliano colocou, precisamos
2858 de uma sociedade que ela se compreenda mais, que ela demora de mais isso.
2859 Não vai ser o estado que vai mudar a sociedade, a sociedade que vai ter que
2860 mudar o estado. Isso só se faz com um grande esforço de alto organização. Volto
2861 ao tema da Graciele, não sei qual é o estado dela, salvo engano, a Elisangela,
2862 salvo engano é de Alagoas. A Graciele eu não anotei. Veja só a diversidade e a
2863 mágica que o Brasil, não é? Ambas colocam temas aqui de maneira, temos muito
2864 profundos, um sobre o pacto de estado no Brasil, município, estado e união
2865 federal com relação à compartição de tarefas, de tributos e de recursos e outro
2866 lado a Graciele falando da arquitetura da participação. Bom, é isso, tivemos que
2867 lutar judicialmente para manter o CONANDA. Acho que isso para mim é um
2868 exemplo dessa erosão democrática que nós estamos vivendo, é um retrocesso.
2869 Agora, nós precisamos o seguinte, dar mais energia social na base, fundamental
2870 isso. Veja, 75% dos municípios no Brasil têm menos de 30.000 habitantes. Nós
2871 precisamos pensar como é que nós podemos dar mais vida, mais energia social,
2872 mais democracia. Recentemente um artigo de um urbanista brasileiro, que vários,
2873 dezenas de urbanistas brasileiros diziam: "A democracia no Brasil vai renascer
2874 pelas cidades." Eu gostei muito dessa perspectiva. Dizer o seguinte, a gente acha
2875 que as coisas vêm de cima para baixo, quando tem que pensar o seguinte, vai ser
2876 no pequeno município de 30.000 habitantes, de 20.000 habitantes e que os
2877 exemplos de democracia de maior intensidade podem ser revividos, revigorados,
2878 não é? Vamos pensar que esse país tem 5.570 municípios, nós temos que pensar
2879 que 70% deles, mais de 70% são municípios de pequeno porte 1, nós temos que
2880 pensar como é que... Eu vou terminar. Como é que lá nesse pequeno município



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2881 você pode ter mais exercício de uma democracia e inovadora para, mais exercício
2882 de uma democracia direta, mais plebiscito, mais referendo, mais participação, que
2883 os conselhos não sejam conselhos meramente homologadores das decisões do
2884 executivo e que o chefe do executivo, ele esteja vinculado de fato, pela política,
2885 não só pela lei, mas pela política, respeitando os conselhos de política pública,
2886 Graciele do Rio Grande do Sul, não sei de que cidade você é, mas eu tenho
2887 sobretudo, a crença na participação desde baixo, essa que vai se rebelar, ela vai
2888 se insurgir, ela vai crescer e ela vai retomar a democracia. Quanto maior o poder
2889 popular, menor o poder econômico, menor vai ser o poder das oligarquias, quanto
2890 maior o poder de baixo, menor vai ser o poder de cima, não é? É isso que nós
2891 temos que aprender. Essa cultura democrática que o Emiliano anotou, o Brasil que
2892 foi em 88 dizer que queria um outro país, a reinvenção de um país, era um país de
2893 maior densidade democrática, nós temos que pensar isso, maior densidade
2894 democrática. Por isso eu faço um apelo a todos os conferencistas, crianças e
2895 adolescentes, todos eles, todas as gerações, nós precisamos de maior
2896 participação deste baixo, mais formação política, maior entendimento sobre a
2897 história do Brasil, mais energia, enfrentar, ninguém vai mudar o Brasil com o
2898 medo, nós vamos enfrentar o Brasil com esperança, olhar para frente, nem no
2899 passado como era, nem o presente como está, reinventar o futuro agora.

2900 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –**
2901 Obrigado pelas respostas. Eu queria passar imediatamente para a conselheira
2902 Petrucia que vai coordenar as perguntas do próximo palestrante, está bom? Por
2903 favor Petrucia.

2904 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA) –** Obrigada Renato, eu
2905 tenho a pergunta aqui do delegado de Mato Grosso, Diego Taquini de Araújo:
2906 Emiliano, na sua opinião, como podemos trabalhar de forma mais efetiva com as
2907 crianças em situação de vulnerabilidade social? Essa é a pergunta do Diego. Tem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2908 mais uma aqui da Riane Reis: Sr. Emiliano, parabéns pelas suas colocações, em
2909 especial referente ao modelo do governo federal, referente aos direitos sociais,
2910 proteção social e políticas públicas. Como o senhor está avaliando o governo
2911 federal no que se refere, em favor das crianças e adolescentes de forma efetiva?
2912 Quais as perdas visíveis? Essas são as duas perguntas para o senhor Emiliano.
2913 Por favor, o senhor tem cinco minutos para responder essas duas perguntas.

2914 **Sr. Emiliano José da Silva Filho** – Eu insisto, o Renato fez uma exposição que
2915 creio, muito consistente em relação às políticas voltadas para as crianças e
2916 adolescentes. Eu, visto que essas políticas, elas dependerão essencialmente de
2917 políticas públicas Gerais, que sejam capazes de garantir proteção e isso dependia
2918 de política e garantir o orçamento que seja capaz de garantir a existência dessas
2919 crianças, que lá não pensamos às crianças isoladamente. É preciso pensar a
2920 distribuição de renda e riqueza do país de modo a que se possam proteger as
2921 nossas crianças e adolescentes. Não há outro caminho, não há outro caminho
2922 senão o caminho da política, da política pública, ampla, que seja capaz de
2923 abraçar, de aferir o nosso futuro que são nossas crianças e adolescentes.
2924 Crianças e adolescentes que estão submetidas, neste momento a políticas de
2925 abandono, rigorosamente, porque se você tem um agravamento da situação
2926 social, se você tem um agravamento brutal do desemprego, se a isso se soma a
2927 uma pandemia e uma política desastrosa, pública em relação a essa pandemia, se
2928 o quadro econômico tende, está provado, a se agravar e muito, não há sinais de
2929 retração, desemprego e miséria à vista, onde isso rebate se não diretamente nas
2930 nossas crianças? Qualquer um que ande, estou falando apenas as grandes
2931 cidades, que ande hoje pelas nossas grandes cidades, qualquer um observará os
2932 volumes de crianças nas ruas das nossas cidades pedindo esmola nas sinaleiras,
2933 nos faróis de trânsito, todo mundo ver isso. É uma coisa brutal o que nosso país
2934 está fazendo com nossas crianças e adolescentes e isso se junta para responder
2935 a mesma questão posta pela Riane, isso foi posto pelo nosso Diego, lá do Mato



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2936 Grosso, e a mesma coisa, o que o governo federal está fazendo em favor de
2937 nossas crianças e adolescentes? Ora, se há uma política como disse, faço
2938 questão, é uma preocupação minha insistente, se há uma política além da política
2939 econômico-social que agrava a situação de me miséria, desamparo e
2940 desemprego, se além disso você tem uma política pública de estímulo à violência,
2941 porque se trata disso? Isso é muito grave. De estímulo à venda de armas, de
2942 estímulo à violência na própria sociedade, se trata da polícia e se trata da
2943 sociedade. Se você tem políticas de estilos, se você tem políticas de estímulo às
2944 milícias, porque se trata disso, se você tem políticas que acabam sendo de
2945 estímulo ao crime organizado, ao fazer o tipo de combate que se faz as drogas,
2946 acaba sendo um estímulo ao crime organizado, tudo isso significa agravamento da
2947 situação da nossa infância e submetendo essa nossa infância cada vez mais a
2948 violência da sociedade, daquela parte da sociedade que vulnerabilizada também
2949 nem sempre pode proteger nossas crianças e estimula a violência em geral na
2950 nossa sociedade, nós não vivemos um quadro simples do país, talvez sejam mais
2951 grave que nós vivamos desde o fim da ditadura em 1985, desde lá e esse talvez
2952 seja o quadro mais grave e por isso eu digo que independentemente de temos que
2953 caminhar a cada dia, cada momento na luta por conquista, nós temos que pensar
2954 numa mudança muito mais geral da política que signifique recolocar esse país no
2955 leito verdadeiramente democrático.

2956 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Obrigada senhor
2957 Emiliano com as respostas. Não concordo muito com o seu posicionamento, mas
2958 respeito. Passo a palavra para o Renato nesse momento.

2959 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil)** –
2960 Obrigado conselheira Petrucia. Continuando dentro da nossa dinâmica, eu tenho
2961 mais algumas perguntas dirigidas ao palestrante Renato Roseno e eu passo
2962 imediatamente a leitura. Essa veio do delegado do Rio Grande do norte, Sra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2963 Lucia Aquino, de Mossoró, Mossoró, essa identificou, legal, Mossoró, parabéns.
2964 Pessoa com deficiência, parabéns pelas palavras, você citou saúde, educação e
2965 assistência social. Eu pergunto: o que pode dizer com relação à educação
2966 Inclusiva para crianças e adolescentes com deficiência voltar a sala especiais?
2967 Outra pergunta, essa veio da nossa delegada de Santa Catarina, a senhora Alice,
2968 ela diz assim: estamos vivendo momentos difíceis nos atendimentos as nossas
2969 crianças e adolescentes nesta pandemia, com técnicos reduzidos nos CREAS,
2970 nos CRAS, as violações de direito só aumentando. O que fazer para reduzir os
2971 danos às famílias? Já existe políticas sendo implantadas a este respeito? Então,
2972 seria no momento essas duas perguntas que eu me dirijo ao nossos palestrantes,
2973 e o senhor a partir de agora tem cinco minutos, por favor.

2974 **Sr. Renato Roseno de Oliveira** – Obrigado Renato, queria abraçar, então, a
2975 Lucia do Rio Grande do norte, lá de Mossoró, cidade que eu gosto muito, aqui
2976 pertinho do Ceará, e a outra é de Santa Catarina, não é? Alice, também de Santa
2977 Catarina. Obrigado, muito bom ver essa diversidade do Brasil, o Brasil é isso, e
2978 isso é muito interessante. Bom, em relação ao decreto, eu inclusive, tenho
2979 defendido que é ilegal, veja: a convenção internacional, a convenção internacional
2980 dos direitos da pessoa com deficiência, ela é, no Brasil equiparada à direito
2981 constitucional. Foi, ela foi ratificada pelo estado brasileiro aprovada pelo
2982 parlamento brasileiro com quórum qualificado, me perdoe aqui esse papo de
2983 advogado, tal, mas eu como advogado de direitos humanos, eu me sinto obrigado
2984 a dizer isso, dado que eu defendo os tratados internacionais de direitos humanos,
2985 tanto o decreto presidencial, ele é mais um fato, repito aqui, não se trata de uma
2986 questão de interpretação, são fatos. É um retrocesso, houve retrocessos por
2987 exemplo, dos conselhos, eu citei o CONANDA, mas poderia citar também o
2988 conselho da pessoa idosa, por exemplo. Houve retrocesso do ponto de vista do
2989 respeito aos conselhos, houve retrocessos nessa política também, e aí, tanto é
2990 que ela está judicializadas. Então, a Lucia, não sei se ela milita nos direitos da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2991 pessoa com deficiência, mas com educação Inclusiva, como educação Inclusiva,
2992 ela é boa para todos, não é só para criança com deficiência. Veja, o que nos
2993 espante como a humanidade? É o encontro com adversidade, não é o encontro
2994 com os iguais. Eu aprendo a ver a humanidade quando eu vejo no outro a
2995 humanidade que está no outro, que é diverso de mim, a inclusão, em todas as
2996 esferas da humanidade, da sociedade, expande o ser humano que eu sou, do
2997 ponto de vista ético. Isso é muito importante, não é? Eu estou agora me
2998 comunicando com várias pessoas que estão surdas, porque a o intérprete de
2999 libras. Este encontro entre mim e as pessoas que são surdas, através de um
3000 intérprete de libras, expande a humanidade que há em mim, que há em nós,
3001 portanto a educação Inclusiva, ela é um direito não só da pessoa com deficiência,
3002 mas ela é... Eu respeito e cresça na diversidade com o outro, é por isso que as
3003 pessoas acreditam que o que está lá nos tratados internacionais, em especial na
3004 convenção dos direitos da pessoa com deficiência, seria só assegurar o direito de
3005 reparação ou uma ação afirmativa, é não, é mais do que isso, é reconhecer que a
3006 humanidade é diversa. Estamos aqui falando nós do Brasil inteiro, a diferentes
3007 gerações, diferentes etnias, diferentes crenças, diferentes concepções políticas,
3008 de pendentes regionalidades, pessoas com deficiência aqui me lembra Adriano
3009 Ribeiro que é um companheiro nosso do Ceará, ele escreveu aqui no YouTube, há
3010 crianças em situações de rua que elas precisam ser vistas, por exemplo, que
3011 portanto elas nos obrigam, do ponto de vista ético e político a olhar, da
3012 visibilidade, ou seja, essa diversidade é que faz a riqueza dos direitos humanos.
3013 Portanto, a educação, na educação Inclusiva, é uma educação que nos orienta
3014 com uma sociedade que deve ser inclusiva. Eu o trabalhador do SUAS, não sei se
3015 a Alice é trabalhadora do SUAS, m eu ver as João a preocupação dela com CRAS
3016 e CREAS... No início desse ano, eu como vice presidente da frente parlamentar
3017 local... E do sistema SUAS, nós nos reunimos com o relator de orçamento. Qual
3018 era o grande desafio para o sistema SUAS? Recompôr o orçamento do SUAS,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

recompor. A pandemia, ela alterou, digamos assim, o que vêm no orçamento, chamado orçamento de guerra, eu não gosto dessa nomenclatura, mas tem sido chamado assim nos corredores do congresso e agora, para 2021, mais uma vez Alice, fica o desafio de nós termos a recomposição do orçamento no sistema SUAS, porque? Aí volta, me perdoe, eu não sei se foi a Graciele, mas foi a delegada do Rio Grande do Sul que perguntou mais uma vez sobre o sistema tributário e sobre os gastos sociais. O sistema SUAS, ele depende muito majoritariamente dos repasses do fundo nacional de assistência, se não houver recomposição, se não houver recomposição do orçamento geral da união para o sistema v em 2021, o sistema vai parar, eu não trago boas notícias lamentavelmente, porque a proposta que foi para o congresso é uma proposta que asfixia o sistema SUAS, asfixia portanto, a unidade básica do SUAS é o CRAS, a proteção social básica, proteção social especial, portanto, Alice, você que estava em Santa Catarina, impressione a bancada de Santa Catarina, todos nós, pressionemos porque é o seguinte, a proposta que veio do governo federal é uma proposta que asfixia o sistema, na prática vai impedir o funcionamento do sistema, porque você sabe, se não houver repasses federal, os municípios, sobretudo os municípios de pequeno porte 1 e pequeno porte 2 não terão condições de manter com recursos próprios abertos os serviços de acolhimento, proteção social especial de alta complexidade, os CREAS, proteção social de média complexidade e os CRAS. Então, ou seja, na prática e acabar com o sistema. E aqui eu queria mandar um oi para os militantes e as militantes do movimento de crianças e adolescentes que sobretudo, se dedicam as crianças em situação de rua, queria mandar um abraço, meu respeito enorme aos educadores e as educadoras sociais que sabem como é fundamental a recomposição dos orçamentos da proteção social, mas em especial da proteção social especial. Meu respeito imenso aos educadores educadoras sociais.

Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3047 Obrigado. Novamente ao querido palestrante e dizer que temos agora uma
3048 dinâmica bem interessante. Nós temos aqui três perguntas que deverão ser
3049 respondidas pelos dois palestrantes. Então, já que já estamos nessa sequência,
3050 eu farei a leitura das três perguntas, chamaremos primeiro palestrante, depois
3051 chamaremos o segundo palestrante pela conselheira Petrucia, está bem assim?
3052 Então, eu vou fazer a leitura para que os dois palestrantes tenham condições de
3053 se apropriar e em seguida, responder às perguntas. Então, vamos lá. Primeira
3054 pergunta para os dois palestrantes, ela veio do Mato Grosso do Sul, Girlane
3055 Cristina Pinheiro: gostaria que o senhor Renato e o senhor Emiliano comentasse
3056 sobre a proteção social no pós pandemia, fundamentais para a população em
3057 vulnerabilidade, especialmente os povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Aí ela
3058 bota "Ana Paula CEDCA RJ" Acredito que colocaram muito junto, mas eu acredito
3059 que seja uma outra situação. Como é possível ampliar a mobilização e
3060 participação social para enfrentar as urgências que estão apresentadas nesse
3061 desgoverno que temos atual? Então, a outra seria: também do CEDCA do Rio de
3062 Janeiro, como é possível ampliar a mobilização e participação social para
3063 enfrentar as urgências que estão apresentadas nesse desgoverno que temos
3064 atual? Eu acho que ficou, mas eu acho que seria a mesma pergunta da anterior,
3065 correto? Então, prosseguindo com a terceira e última pergunta, eu apenas repeti a
3066 segunda para ficar bem claro, tá? Ela veio de Jessica, não está aqui o estado,
3067 nem o município, me perdoem, mas eu vou ler à pergunta de Jessica: queria
3068 perguntar ao senhor Emiliano e ao senhor Renato, se existe um decreto nacional
3069 onde pode dar fornecimento as políticas públicas sociais e aos projetos que
3070 possam investir e assegurar o futuro de toda criança e adolescente em todas
3071 regiões do nosso país. É possível aplicar com eficiência em todos os estados? E
3072 terminamos por aqui. Ah, perdão, Jessica é de Alagoas. Então, eu passo de
3073 imediato a resposta para o senhor Renato Roseno, lembrando a ele que para
3074 essas três perguntas o senhor tem o tempo também máximo de cinco minutos,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3075 para em seguida, eu transferir a fala para a Sra. Petrucia e ouvir a resposta do
3076 segundo palestrante, está bem?

3077 **Sr. Renato Roseno de Oliveira** – Bom, eu quero agradecer. A Gislaine do Mato
3078 Grosso do Sul colocou o tema que eu já havia colocado também e eu concordo
3079 muito com ela. Veja, o que a pandemia vai deixar ao mundo? Primeira coisa que
3080 nós temos que cuidar muito do ambiente, nós precisamos pensar que as
3081 zoonoses, as 200 zoonoses que migraram para a espécie humana nos últimos
3082 trinta anos são fruto do desequilíbrio ambiental. Portanto, cuidado nosso ambiente,
3083 ter uma política ambiental, pensar uma outra economia que seja uma economia
3084 ambientalmente respeitosa, sustentável é cuidar de nós todos. Agora, a pandemia
3085 causou um enorme agravamento da desigualdade e a Gislaine pergunta: como é
3086 que fica a proteção social? É isso que eu estava colocando. Veja: primeira coisa
3087 renda básica. O auxílio emergencial provou-se absolutamente imprescindível.
3088 Agora, ele não pode ficar ao sabor dos governos ou da conformação parlamentar
3089 de um determinado tempo histórico, é necessário que a sociedade brasileira diga:
3090 "Vamos colocar uma renda básica de cidadania na constituição." Isso é possível.
3091 Vamos pensar o seguinte: cálculos do instituto de economia da Unicamp dão
3092 conta que se o 0, olha só, Gislaine de 0,3% 0,3% mais rico do Brasil fosse mais
3093 tributado isso geraria algo como 250 bilhões de reais, o que dá mais ou menos
3094 oito vezes o bolsa família. Se os 0,3% mais rico do país fosse tributada, isso
3095 geraria oito vezes o valor anual do programa bolsa família. Portanto, nós temos
3096 que pensar, se eu quero tirar, sair com proteção social, reduzir a violência, tirar a
3097 primeira infância da extrema pobreza, eu preciso de renda básica. Ao lado disso,
3098 eu preciso colocar dinheiro no sistema SUAS, o CNAS fez uma proposta de 61
3099 bilhões de reais para o Ministério da Cidadania, 61 bilhões de reais para o
3100 Ministério da Cidadania. Por isso que nós precisamos lutar pela recomposição,
3101 porque é quem coordena o fundo nacional da assistência é o Ministério, só que a
3102 proposta que chegou no Ministério da economia, ela é muito, muito aquém disso



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3103 para o sistema SUAS. Portanto, precisamos recompor por um lado renda básica
3104 de cidadania, por outro lado a recomposição dos orçamentos. E aí, Glislaine do
3105 Mato Grosso, nós precisamos de muita pressão política. Aí eu vou chegar na Ana
3106 Paula. Ana Paula, não têm receita. Ana Paula, eu não sei qual é o estado dela,
3107 não têm receita, a Ana Paula pergunta: "Como faz para mobilizar? Mobilizando."

3108 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –** Rio de
3109 Janeiro, professor.

3110 **Sr. Renato Roseno de Oliveira –** Rio de Janeiro, RJ. Como se faz para
3111 mobilizar? Mobilizando. Como é que se faz para lutar? Lutando. Existem coisas na
3112 vida que são indelegáveis, indelegáveis. Nós somos a geração que tem que
3113 defender a democracia, os direitos humanos contra o autoritarismo em defesa do
3114 estado de proteção social. Cabe a essa geração que somos nós, defender a
3115 democracia e os direitos mais investimento social, estado de proteção social, não
3116 é? E sobretudo, desde baixo. Nós vivemos uma época de hiperindividualismo, de
3117 muita desinformação, de manipulação das informações por via das fake news, de
3118 utilização da desinformação como arma política, sobretudo nesse ambiente criado
3119 a partir das redes sociais, portanto, nós precisamos apostar na educação política,
3120 na educação para a cidadania, na tomada de consciência, na auto organização de
3121 todos aqueles que sofrem com as agruras desse sistema que sofre com o
3122 racismo, com a violência, com a misoginia, que sofrem com o desemprego, que
3123 sofrem com a miséria, que sofrem com a falta de política de habitação de moradia,
3124 é isso. E a Jessica pergunta: é possível fortalecer, ela disse assim: existe algum
3125 decreto para fortalecer políticas de investimento? Veja, essas conquistas, Jessica,
3126 elas não se fazem só a partir de um decreto. Elas têm que ser feitas a partir de
3127 baixo. Os direitos não se ganham, os direitos se conquistam. Portanto, Jessica e
3128 Ana Paula, é muito importante para nós que nós possamos mobilizar maioria...
3129 Para terminar com isso, acho que esse é o último bloco, tendo em vista que já são



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3130 12h08 eu queria dizer: primeira, minhas saudações ao Emiliano, tenho um respeito
3131 imenso a todos aqueles que lutaram com seus corpos para que a geração da qual
3132 eu faço parte tem a democracia. Então, as minhas saudações, agradecer ao
3133 Renato e a Petrucia, Renato e Petrucia pela coordenação dessa mesa, estender a
3134 todos os conselheiros e conselheiras do CONANDA os meus respeitos, foi uma
3135 grande escola para mim e dizer sobretudo, o melhor das nossas gerações está
3136 naqueles e aquelas que não abdicaram deste país ser um país democrático
3137 afro-ameríndio, equitativo, justo, e que distribua riqueza, a saber, poder e respeito
3138 à sua natureza. Então, eu concluo com essa saudação a todos a essa mesa e
3139 mais uma vez repetindo, tantas vezes eu vi a Bel cantar coração civil, música
3140 eterna de Fernando Brant e Milton Nascimento que encerrava todas as nossas
3141 Conferências, os meninos, nós completamos, as meninas e o povo no poder,
3142 obrigado.

3143 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil)** – Muito
3144 obrigado ao senhor novamente. Eu queria, de imediato passar para a conselheira
3145 Petrucia, para a gente poder ouvir a resposta dos nossos palestrantes convidados,
3146 Sr. Emiliano e de antemão, até parabenizá-lo pela academia de letras da Bahia,
3147 que o senhor foi indicado, em meu nome, em nome do CONANDA, gostaria de
3148 fazer essa saudação ao senhor. Então, eu passo de imediato para a Sra. Petrucia.
3149 Em seguida, quando terminar, o senhor terá seu tempo regimental de 5 minutos
3150 para responder, fazer suas considerações finais. A Petrucia também faz as suas
3151 considerações finais e devolva a esse que vos fala também, para fazer o
3152 encerramento. Está bom? Muito obrigado.

3153 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Obrigada Renato. Eu
3154 passo a palavra agora para sua resposta, Sr. Emiliano

3155 **Sr. Emiliano José da Silva Filho** – Eu creio que o nosso Renato já respondeu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3156 com muita profundidade as três questões expostas pela Gislaine, pela Ana Paula,
3157 pela Jéssica, pelas três conferencistas. Eu, no que a Gislaine propor quanto ao
3158 que fazer na proteção social no pós pandemia. Proteção social na pandemia, em
3159 primeiro lugar, porque ela está absolutamente presente, apesar do obscurantismo
3160 negacionista vindo da presidência da república tão permanente, continua
3161 absolutamente essencial à proteção essencial durante a pandemia, proteção
3162 social, os cuidados com a saúde, tudo que deve ser abdicado por qualquer
3163 governo responsável e que não é feito pelo atual governo, infelizmente, que tem
3164 uma posição negacionistas e obscurantista completa. Então, é preciso proteção
3165 social na pandemia e no pós pandemia, porque nós sabemos que se convivemos
3166 num país dramaticamente desigual, que não é preciso explicar esse já vivemos
3167 uma situação extremamente grave, muito mais grave ela será no pós pandemia,
3168 quando nós receberemos um país em situação extremamente grave com relação
3169 ao aumento da miséria, do desemprego e demais. Então, é uma situação bastante
3170 difícil, de modo especial você lembrou de povos indígenas, os povos indígenas
3171 diariamente são desclassificados pelo presidente da república, lamentavelmente.
3172 Não quer que eles sejam tratados como nações indígenas, mas quer que eles se
3173 que sou vão e sejam massacrados, como massacrados estão pelos grandes
3174 latifundiários, pelos madeireiros, coisa que nós estamos vendo todo dia, a cada
3175 momento. É o massacre de povos indígenas que nós estamos assistindo. A nós
3176 cabe à luta para que se garanta a existência desses povos e para que se garanta
3177 a proteção social reclamada por todos vocês. Está certo Renato, como eu disse...
3178 Social a gente não tem receita. É da consciência do nosso povo que nasce a
3179 participação popular, há uma parcela considerável da população brasileira que é
3180 conservadora. Eu disse isso até na minha fala, conservadora e que abriga valores
3181 contrários as coisas melhores da humanidade e que nós teremos que fazer um
3182 trabalho permanente, de convencimento, de diálogo para garantir um pensamento
3183 de empatia, de solidariedade, de fraternidade, de amizade no meio das nossas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3184 diferenças todas que são absolutamente indispensáveis esse carinho, essa
3185 amizade, essa empatia de solidariedade, a uma convivência civilizada e
3186 democrática, absolutamente indispensável ao país. E a mesma coisa digo em
3187 relação à questão da essência da política nos diversos espaços, isso vai ocorrer
3188 na dependência direta da nossa pressão, porque de modo próprio desse governo,
3189 não acontecerá. Até porque, nós vamos falar de proteção das populações
3190 vulnerabilizadas,, mas o Ministério da economia, que é o eixo do governo é o
3191 Ministério voltado exclusivamente aos interesses econômicos dos grandes grupos.
3192 Vamos falar sério, não é? O ministro da economia, penso que em alguma coisa, o
3193 Renato lembrou como foi, como está o orçamento em relação ao SUAS, é para
3194 destruir o SUAS, não é para manter. O que que é essa PEC também do teto de
3195 gastos? Também o Renato já falou, é uma coisa criminosa contra a população
3196 brasileira, que nós temos que derrotá-la, mas tudo isso depende da grande
3197 política. Eu agradeço profundamente o convite que me foi feita, a honra que foi
3198 participar desse debate, eu sei que às vezes, tanto a fala do Renato, como a
3199 minha pode não agradar pelo menos uma parte e é isso, a democracia é isso. Nós
3200 estamos aqui para debater, para confrontar opiniões, nós viemos de uma longa
3201 caminhada, no meu caso de décadas, o Renato menos, mas já um companheiro
3202 extremamente comprometido com essas ideias. Nós queremos seguir na estrada
3203 que proteja nossas crianças, nossos adolescentes, que derrote essa cultura da
3204 morte e que assegure a democracia em nosso país, muito obrigado.

3205 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Muito obrigado ao
3206 senhor Emiliano, ao senhor Renato Roseno. Vou fazer minhas considerações
3207 finais: acredito, enquanto o governo federal que o auxílio emergencial foi uma
3208 medida que trouxe extremo benefícios para as famílias e para crianças e
3209 adolescentes. Como falei anteriormente, respeito o posicionamento de vocês,
3210 porque cada um fala do seu lugar. Então, estamos aqui para construir esse
3211 espaço propositivo, para construir políticas públicas, no mais, muito obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3212 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) – A**
3213 palavra volta para mim? Para poder fazer considerações finais, desse momento
3214 tão importante que foi o eixo 1, agradecer sinceramente, sinceramente do fundo
3215 do meu coração a partir da minha ancestralidade, aos dois palestrantes que foram
3216 sensacionais, eu acho que deram muitos subsídios para qualificar as propostas
3217 que serão discutidas dentro do ambiente que são os fóruns de propostas,
3218 aproveitar também e fazer um comunicado rápido, que os nossos delegados e
3219 delegadas, algumas perguntas não foram possíveis devido ao andamento da hora.
3220 Então, será possível encaminhar essas perguntas para os senhores, e depois
3221 posteriormente senhores responderem para a organização e essa organização
3222 encaminha a resposta, é possível?

3223 **Sr. Renato Roseno de Oliveira –** Por mim, tudo bem, eu deixo aqui as minhas
3224 redes sociais à disposição. Então, caso... Estou à disposição, eu tenho várias
3225 redes sociais. Então, pode utilizar Renato Roseno e pode me mandar, eu terei
3226 enorme prazer em sendo capaz em dialogar com a pergunta, mais uma vez eu
3227 quero agradecer a vocês Petrucia e Renato, ao Emiliano e quero fazer aqui uma
3228 saudação muito especial a Bel, foi minha companheira de bancada do CONANDA
3229 e que está aqui no apoio também, quero abraçar enormemente a Bel, essa
3230 militante histórica fundamental do movimento dos direitos da infância no Brasil.

3231 **Sr. Renato César Ribeiro Bonfim (Representante da Sociedade Civil) –** Ok. Em
3232 nome do CONANDA, em nome da orientação de todos que estão comprometidos
3233 com a causa da infância e da adolescência, em nome da secretaria nacional do
3234 direito da criança e do adolescente, em nome de todos os participantes,
3235 delegados, delegadas, senhores senhoras, agradeço imensamente a paciência,
3236 esta audiência que foi nos dado e também em termos de oportunidade,
3237 parablenizo a todos e a todas, e devolvo para a mesa para as considerações finais
3238 dessa, que foi um marco e está sendo marco para nós a XI Conferência dos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3239 direitos da criança e adolescente. Boa tarde a todas e todos.

3240 **Sra. Petrucia Andrade (vice-presidente do CONANDA)** – Boa tarde. A passo
3241 para o mestre-de-cerimônias.

3242 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado e agradecemos a todos e todos e nesse
3243 momento essa mesa se desfaz e lembramos aos participantes e demais
3244 espectadores de participantes da XI CNDCA, que logo mais às 14h, daqui a
3245 pouquinho, retornaremos com as atividades do eixo 2 e do eixo 3, e o show da
3246 banda Alana ao final da programação de hoje. Tenham todas e todos um ótimo
3247 almoço.

3248

3249 (Intervalo)

3250

3251 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores, crianças e adolescentes de todo o
3252 Brasil, muito boa tarde. Vamos dar início ao segundo dia da XI Conferência
3253 nacional dos direitos da criança e do adolescente, nós temos alguns recados, as
3254 perguntas aos palestrantes podem ser feitas pelos participantes delegadas e
3255 delegados convidados e observadores credenciados através do ambiente virtual
3256 da XI CNDCA. Delegados e delegadas da XI CNDCA que quiserem apresentar
3257 moções devem encaminhar o texto para o e-mail se.conanda.mdh.gov.br seguindo
3258 as orientações do regimento interno. E é com muita felicidade que o conselho
3259 nacional dos direitos da criança e do adolescente, CONANDA e a secretaria
3260 nacional dos direitos da criança e do adolescente do Ministério da Mulher, da
3261 Família e dos Direitos Humanos acolhe e abraça virtualmente a cada uma, cada
3262 um de vocês, delegadas e delegados e demais participantes da XI Conferência
3263 nacional dos direitos da criança e do adolescente. A primeira Conferência



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3264 totalmente virtual é feita com muito esforço, muito esmero de todos aqueles que
3265 se envolveram e se dedicaram e que hoje abrem as portas virtuais deste evento
3266 para todos vocês. Em razão disso que a presidente do CONANDA, a Sra. Iolete
3267 Ribeiro e a vice-presidente do CONANDA, Sra. Petrucia Andrade agradecem os
3268 seguintes parceiros que ajudaram a construir essa empreitada: adolescentes do
3269 comitê de participação de adolescentes do CONANDA, CPA CONANDA, a rede
3270 das organizações da sociedade civil e dos integrantes do governo que compõe o
3271 comando, a secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente na
3272 pessoa do secretário nacional Maurice José da Silva Cunha, ao Ministério da
3273 Mulher, da Família e do Direitos Humanos na pessoa da ministra Damares Regina
3274 Alves, a faculdade Latino-Americana de ciências sociais FLACSO Brasil na
3275 pessoa de sua diretora Salete Walesan. Ao PNUD na pessoa de Raisia Teixeira de
3276 Freitas, gerente de projetos, unidade de governança, justiça para o
3277 desenvolvimento, a equipe da secretaria executiva do CONANDA na pessoa de
3278 seu secretário executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, há um instituto Alana
3279 SP na pessoa de Thaís Dantas, Adriana Biancolini e Silvani Rodrigues, a escola
3280 de artes SPANTA Rio de Janeiro, na pessoa de Henrique Castro, a artista Luiza
3281 Martins e seus pais Alexandre e Fabiano Martins, a comissão organizadora da XI
3282 CNDCA entende que as palestras que nortearam as discussões desta Conferência
3283 tem o caráter informativo e universal. Portanto, informamos que as transmissões
3284 deste evento estão abertas ao público em geral pelo canal do CONANDA no
3285 YouTube e pelo facebook.com/conandaconselhonacional e no ambiente virtual da
3286 XI CNDCA restrito aos delegados e as delegadas no endereço eletrônico
3287 cndca.mdh.gov.br. Também está disponível no canal do YouTube do CONANDA,
3288 e transmissão com ferramentas de audiodescrição, cujo líder está copiada aqui na
3289 descrição deste vídeo. É fundamental nesse processo que crianças e
3290 adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores,
3291 acompanhantes para lhes auxiliar no que for preciso durante todo o período



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3292 conferencial. Programação da XI CNDCA: ontem, dia 26 de novembro tivemos a
3293 abertura da XI Conferência com o pronunciamento de autoridades e especialistas
3294 da área da criança e do adolescente e hoje pela manhã, tivemos a saudação da
3295 Ministra Damares Alves e palestras do Eixo I. Dia 27 de novembro, saudação da
3296 ministra da mulher, da família e dos direitos humanos, Damares Regina Alves,
3297 mesa de exposição às 10h aconteceu o eixo 1, a garantia dos direitos das políticas
3298 públicas integradas de inclusão social, 14h eixo 2, prevenção e enfrentamento da
3299 violência contra crianças e adolescentes. Às 16h o eixo 3, orçamento e
3300 financiamento das políticas para crianças e adolescentes. Teremos como
3301 atividade cultural um ocket Show da banda Alana. Dia 28 de novembro, sábado,
3302 Mesas de Exposição, 14h Eixo IV: Participação, comunicação Social e
3303 Protagonismo de Crianças e Adolescentes; às 16h Eixo V: Espaços de Gestaãoo
3304 e Controle Social das Poliíticas Públicas de Crianç,as e Adolescentes. Dia 28 a 30
3305 de novembro: Primeiro momento do Foórum de Propostas - Apresentação de
3306 emendas às propostas sistematizadas. O primeiro momento estará aberto entre
3307 18h do dia 28 de novembro e 18h do dia 30 de novembro. Dias 4 e 5 de
3308 dezembro, segundo momento do fórum de propostas, votação das propostas
3309 pelos delegados do Eixo. O segundo momento estará aberto entre 9h do dia 4 de
3310 dezembro e 18h do dia 5 de dezembro. Dias 8 e 9 de dezembro, terceiro momento
3311 do Foórum de Propostas - Priorização das propostas. O terceiro momento estará
3312 aberto entre 9h do dia 8 de dezembro e 18h do dia 9 de dezembro.

3313 Dia 10 de dezembro às 9h Atividade de encerramento aqui da XI edição CNDCA.
3314 Leitura das propostas priorizadas por Eixo; Leitura de ementas das moções
3315 aprovadas; Pronunciamento de Autoridades; Atividade cultural alusiva ao Dia
3316 Internacional dos Direitos Humanos. Moções poderão ser submetidas para
3317 votação entre o dia 26 de novembro e 8 de dezembro de 2020, de acordo com as
3318 orientações disponíveis na seção de moções. Para acompanhar toda a
3319 programação, considerar aqui, o horário de Brasília. Com o Tema central:



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3320 Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI
3321 CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, crianças,
3322 adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a
3323 afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas
3324 políticas públicas, fortalecendo assim as estratégias e ações de enfrentamento às
3325 violências e considerando a diversidade. De ontem até o dia 10 de dezembro de
3326 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discursões
3327 nos fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais,
3328 ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se
3329 iniciou em 2018 com a Resolução no 202, de 21 de novembro de 2017 e o
3330 Decreto no 10.505, de 2 de Outubro de 2020 que chamou a Conferência e depois
3331 foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita
3332 luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada
3333 metodologicamente para ser realizada de forma virtual. Infelizmente a pandemia
3334 do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente em Brasília,
3335 mas aqui fica o desejo de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma
3336 presencial e então, em meio a muitas conversas, discursões podermos nos
3337 abraçar muito e muito. Neste momento convidamos a todos a ouvir o convite de
3338 Ana Rita Silva Magalhães, adolescente do CPA, representante escolhida pela
3339 plataforma virtual para o CPA CONANDA que gravou um recado aqui para nós,
3340 põe no ar.

3341 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (CPA - PA)** – Olá, meu nome é Ana Rita, eu sou
3342 de Itaibuba, no estado do Pará e o meu tema é: prevenção e enfrentamento de
3343 violência contra crianças e adolescentes. O nosso principal objetivo é prevenir
3344 mortes, violência sexual, psicológica e física, temos também que trazer o
3345 machismo contra nossas mulheres e lutar por isso, também tem a situação do
3346 preconceito e discriminação contra nossa população de rua. Bom, geralmente
3347 essas situações acontecem de preconceito, discriminação por a pessoa pensar:



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3348 "Só porque ele é de rua, ele deve ser um criminoso." Esse é um pensamento
3349 totalmente preconceituoso, totalmente discriminatório. Muitos dos nossos
3350 adolescentes estão morrendo hoje no Brasil, geralmente são negras e LGBTQIA+,
3351 os adolescentes LGBTQIA+ falam que se sentem desprotegidos na escola, tanto
3352 na escola, como na família, sendo que é um dever da escola e da família proteger
3353 todos os adolescentes de todas as crianças. Eles se sentem desprotegido porquê?
3354 Ouvem comentários homofóbicos, ouvem xingamentos fortes, ouvem enfim,
3355 diversas coisas e vários dos adolescentes já foram agredidos por colegas, ou até
3356 mesmo na rua, ou em casa por ter uma certa opção sexual. Essas discriminações
3357 acontecem em lugares neutros, em lugares que eram para ser atendidos de toda e
3358 qualquer forma, todo e qualquer jeito, todos, todas e todos. Não só por causa da
3359 sua etnia, não só por causa da sua opção de escolha e isso se chama preconceito
3360 e discriminação. Muitos adolescentes morrem, muitos adolescentes são
3361 sequestrados, estuprados todos os anos no nosso Brasil e a como se isso
3362 estivesse vedado o novo normal da sociedade, não é? Não adianta a gente
3363 levantar a bandeira e a gente não lutar pelo que a gente realmente acha que é
3364 certo, e é isso.

3365 **Mestre de Cerimônia** – É isso aí, dado o recado. Agora, para coordenar os
3366 trabalhos desse eixo de discussão, convidamos a Sra. Deila Nascimento Martins
3367 Cavalcante, conselheiro do CONANDA representante da sociedade civil e para
3368 secretariá-la convidamos o senhor Eduardo Nepomuceno, conselheiro do
3369 CONANDA, representante do governo federal. Eu passo a palavra para a senhora
3370 Deila Nascimento, desejando a todos e todas um ótimo trabalho.

3371 **Sra. Deila Martins Nascimento (Conselheira)** – Boa tarde a todos e a todas que
3372 estão acompanhando e participando ativamente da XI Conferência nacional dos
3373 direitos da criança e do adolescente. Como já foi anunciado, meu nome é Deila
3374 Martins, estou conselheiro do CONANDA representando a sociedade civil através



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3375 da ONG Gajop, e que é o gabinete de assessoria jurídica, organizações
3376 populares. Nesse momento eu gostaria de saudar a todas as crianças e
3377 adolescentes em nome da Ana Rita, que trouxe essa brilhante reflexão sobre o
3378 eixo que vamos trabalhar na tarde de hoje. Saltar também a todos os delegados e
3379 delegadas, ao meu colega conselheiro Eduardo Nepomuceno que dividirá comigo
3380 a coordenação dessa mesa, quero saudar também a todos os conselheiros e
3381 conselheiras do CONANDA que, tanto se empenharam para a realização dessa
3382 Conferência, mesmo nos momentos tão adverso que temos vivenciado, mas antes
3383 de iniciar essa, esse momento dessa palestra tão importante do eixo 2, eu gostaria
3384 que nós pudéssemos ter um momento de prestigiar o vídeo da criança Antonio
3385 Raquel, representante da rede Peteca de enfrentamento ao trabalho infantil que
3386 teve dificuldades técnicas na manhã de ontem em apresentar sua fala. Então,
3387 vamos seguir para ver o vídeo da Antônia.

3388 **Sra. Antônia Raquel** – Olá, meu nome é Antônia Raquel, eu tenho doze anos,
3389 estudo o sexto ano na escola Maria Augusta Russo dos Santos, em Redenção, no
3390 Ceará. Redenção foi a primeira cidade a libertar os escravos no Brasil. E se deus
3391 quiser, com a nossa força, retenção também será uma das cidades a se libertar do
3392 trabalho infantil. Eu vou declamar o estatuto da criança e do adolescente, o autor é
3393 Domingo Toscano: criança e adolescente, esse público é muito alerta. O que fazer
3394 para ajudar? Paro, pensa e digo Eureka! Abrindo o estatuto, lendo os artigos do
3395 ECA, foi no ano de 90 que o governo federal resolveu sancionar uma lei muito
3396 legal. Que garante os direitos dessa gente especial, viajando pelos artigos dessa
3397 lei tão importante, é como desenrolar o fio de um barbante e recebendo as
3398 conquistas de maneira fascinante. É dever da família e toda a sociedade fazer
3399 com que o estatuto, com toda legalidade, que crianças e adolescentes vivam com
3400 dignidade, o mesmo também se diz na sociedade em geral, não esqueça que o
3401 ECA é uma lei federal, que garante aos pupilos uma proteção integral. Assim
3402 também é dever do poder público assegurar tranquilidade as crianças no ambiente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3403 escolar que toda criança tenha sua escola para estudar, também cabe ao poder
3404 público espaços a oferecer para práticas culturais, esportivas e de lazer, dando a
3405 nossa juventude uma chance de vencer, cabe aos pais ou responsáveis o filho
3406 matricular, garantia do direito da criança estudar, acompanhado de perto pelo
3407 conselho tutelar. Aos dirigentes de ensino, cabe sempre comunicar, maus-tratos
3408 com seus alunos, faltas, evasão escolar, tudo isso se encaminhe ao conselho
3409 tutelar, deve ser comunicada os níveis de repetência quando esgotar os recursos
3410 que a escola é competência, para que o conselho tome a devida providencia, o
3411 estatuto da direito de opinião e de expressão, independente de raça, crença ou
3412 religião e se estiver em perigo, buscar refúgio e orientação, de ser criado e
3413 educado no seio familiar, longe da vida obscura que o mundo insiste em lidar, num
3414 ambiente sadio no aconchego do lar. Tem igualdade de condições de permanecer
3415 na escola com acesso facilitado para não perder a hora, sem esquecer dos
3416 pequenos na creche ou na pré-escola. Quanto ao direito ao trabalho? Isso o
3417 estatuto diz: só depois dos 14 anos, na condição de aprendiz. Com direitos
3418 garantidos como de fato condiz. das políticas sociais cuida o conselho dos direitos,
3419 mobilizando a rede para que tudo seja feito, deliberando atendimento juntamente
3420 com o prefeito, cabe ao conselho tutelar cumprir com a sua missão, notificando al
3421 responsável por abuso ou comissão, e fazer com que se compra a sua resolução,
3422 requisitar tratamento de uma forma natural, encaminhar um programa comunitário
3423 ou oficial, e acompanhar os casos com um carinho especial, fiscalizar as
3424 entidades, seja pública ou privada, conferindo se as mesmas já estão legalizados,
3425 garantindo atendimento para toda a garotada, encaminhar ao Ministério Público de
3426 forma bem consciente, quando é omitido os direitos da criança e do adolescente,
3427 para que se tome a medida de maneira eficiente. Cabe ao poder público na saúde
3428 assegurar esses princípios básicos, promover, proteger e recuperar e se não for
3429 compridas acione ao conselho tutelar. Que na convivência familiar e também na
3430 comunidade se respeitem seus direitos zelando com dignidade, trazendo para este



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3431 público amor, paz e liberdade, crianças e adolescentes merecem ter seus direitos,
3432 e isso é coisa garantida que se cumpra que seja feita direito à vida, a saúde, a
3433 liberdade e ao respeito, ter direito ao esporte, ao lazer e educação, a cultura, a
3434 liberdade e uma socialização e para garantir seu futuro, uma profissionalização.
3435 Quem viveu antes do ECA lembra da situação que ir para a escola era difícil, pois
3436 não tinha condição, a merenda era fraca e faltava condução, vocês podem me
3437 dizer que a lei só traz proteção, e que agora esse público vive na badalação, pois
3438 sabem a direitos e não tem obrigação, pois saiba que desde cedo é o direito a
3439 estudar, mas também a obrigação da escola frequentar, respeitar os professores e
3440 a equipe escolar, é também o seu dever a família respeitar, aceitando cada um
3441 com seu jeito peculiar, a catando as diferenças na vida familiar, praticar os bons
3442 costumes, ajudar nas tarefas do lar, respeitando os idosos e a todos que
3443 encontrar, além de tirar um tempo para em casa estudar. O estatuto começa a
3444 despertar, no ano 2004 de modo particular, criando-se dessa forma o conselho
3445 tutelar, os primeiros conselheiros tiveram como missão divulgar o que seria a sua
3446 atribuição, uma tarefa difícil, feita com dedicação, após vários anos de luta há
3447 muito o que se fazer, mas também muito foi feito. Temos que reconhecer, o
3448 esforço de cada um para essa luta vencer, que se cumpra o estatuto com esse
3449 público juvenil, mobilizando ao poder público e a sociedade civil, garantindo um
3450 futuro desta pátria mãe gentil. Beijos, muito obrigada.

3451 **Sra. Deila Martins Nascimento (Conselheira)** – Nesse momento prestigiamos
3452 esse belíssimo vídeo, enviado pela Antônia, a gente só tem a agradecer todo o
3453 cuidado, todo o carinho no qual ela preparou esse momento tão especial para que
3454 a gente pudesse prestigiar. Demonstra a importância do exercício, da participação
3455 social de crianças e adolescentes na construção e no aprimoramento das políticas
3456 públicas voltadas para a infância e adolescência. Quero também convidar agora o
3457 palestrante, professor Umberto da Silva Miranda para compor a mesa virtual de
3458 abertura, seja muito bem-vindo professor, é uma honra tê-lo conosco.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3459 **Sr. Umberto da Silva Miranda** – O Eixo 2, ele trata da prevenção, enfrentamento
3460 da violência contra crianças e adolescentes, o objetivo desse eixo é debater a
3461 prevenção e o enfrentamento das diversas formas de violência, como a violência
3462 letal, sexual, violência física e psicológica. Também pretende ampliar essa
3463 discussão sobre o enfrentamento do racismo, da misoginia, da xenofobia, da
3464 descriminalização contra população em situação de rua, da LGBT fobia e da
3465 intolerância religiosa. Com esse eixo temático, espera-se ainda discutir a violência
3466 institucional, principalmente em escolas, unidades Socioeducativa as instituições
3467 de acolhimento tivemos incluídas 114 propostas nesse eixo a partir das etapas
3468 estaduais, a partir do trabalho que a FLACSO fez de sistematização foram tiradas
3469 28 propostas para serem discutidas agora na etapa nacional e ser bem sinalizadas
3470 com cinco propostas. Então, nós temos um desafio grande e acreditamos que
3471 essa palestra vai nos dar subsídio para que a gente possa aprimorar nós o
3472 conhecimento e para que a gente consiga chegar nas cinco propostas desse eixo
3473 da melhor maneira possível. São propostas que estão agregadas nessas 28 que
3474 foram sistematizadas que tratam das redes de proteção defesa, da formação dos
3475 profissionais do sistema de garantia de direitos, da inclusão de equipes no
3476 profissionais nas escolas, aprimoramento do CIPIA, fortalecimento dos canais de
3477 denúncia e do combate às diversas formas de preconceito, também o maior
3478 investimento em delegacias especializadas, aprimoramento do programa de
3479 proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, o fortalecimento do
3480 conselho tutelar e tantas, tantas outras propostas que têm focos nesse
3481 fortalecimento da política, das políticas de prevenção e enfrentamento a violência
3482 contra crianças e adolescentes. Feitas essas considerações, passo a fala para o
3483 conselheiro Eduardo, para que ele possa também fazer suas saudações e
3484 apresentar o nosso palestrante convidado.

3485 **Sr. Eduardo Nepomuceno (Conselheiro)** – Obrigado Deila. Falar depois da Deila
3486 é sempre um desafio, porque ela tem o dom da palavra e a gente fica muito feliz



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3487 de ter uma pessoa tão eloquente conosco, e uma companheira conselheira. Me
3488 apresento rapidamente, me chamam Eduardo Nepomuceno, estou como
3489 coordenador da política nacional de classificação indicativa do Ministério da
3490 justiça, é pertencente ao departamento de proteção de políticas de justiça e da
3491 secretaria nacional de justiça. Tenho o prazer de estar aqui com vocês, não só o
3492 prazer, o privilégio de estar aqui com vocês nessa Conferência é histórica,
3493 histórica, porque vivemos um momento de dificuldade, um momento de desafios,
3494 um momento de aprendizado, um momento de reflexão e toda essa premissa faz
3495 com que a gente se coloque com mais força e mais disposição para tratar das
3496 temáticas relacionadas a criança e adolescente que são tão caras a nós, tão caras
3497 ao país. Feitas essas considerações, eu vou fazer uma apresentação do currículo
3498 do Dr. Umberto da Silva Miranda que é professor do programa de pós-graduação
3499 em história da universidade federal rural de Pernambuco, professor do programa
3500 de pós-graduação, educação, cultura e identidade da mesma universidade,
3501 fundação Joaquim Nabuco, pesquisador do laboratório de história das Infâncias do
3502 nordeste, o LAIN, e coordenador da escola de com sedes de Pernambuco. Dr.
3503 Umberto, seja bem-vindo. Muito obrigado, é um privilégio e uma honra ter a
3504 presença do senhor aqui conosco e estamos aqui para aprender um pouquinho, e
3505 aprimorar esses conhecimentos e quem sabe, poder do país nessa luta incansável
3506 que nós temos dentro da proteção da infância e no cuidado com crianças e
3507 adolescentes, seja bem vindo.

3508 **Sr. Umberto da Silva Miranda** – Boa tarde a todas as pessoas que me escutam.
3509 Na verdade, Eduardo, à honra, a satisfação é toda minha, já tinha aqui conversado
3510 nos bastidores que estar aqui com vocês nessa Conferência, para mim, me traz
3511 também inclusive, memória das Conferências presenciais que o vivenciei, e traz
3512 esse desafio para o CONANDA e está buscando, mesmo que de forma remota,
3513 construir esse processo de escuta, de conferir as propostas como a conselheira
3514 Deila falou. Então, para mim eu fico inclusive até emocionado, porque a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3515 Conferência, ela me faz rever pessoas queridas, a Bel, a própria Deila que a daqui
3516 de Recife também, assim como eu, conhecendo, então, precisa também fazer
3517 essas considerações e mandar um grande abraço para nossa presidente Iolete, a
3518 Petrucia também, nossa vice-presidente do CONANDA e que a gente possa,
3519 nesse momento construir canais de diálogo, mesmo que de forma virtual, para que
3520 a gente tenha o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente
3521 fortalecido diante de tantos desafios. Quero saudar a todas as crianças e
3522 adolescentes, penso que a fala da Ana Rita é uma fala que, mesmo não tendo
3523 acesso a ela antes, mas o tom da minha fala vai estar muito direcionado e muito
3524 articulado com o que Ana Rita trouxe aqui nesse momento inicial. Então, onde
3525 você estiver Ana, um grande abraço e quero também dizer para vocês que a
3526 minha fala, ela é dedicada ao menino Miguel. O menino Miguel que não está aqui
3527 conosco por uma questão de violência. Então, eu acho que essa é a fala que traz
3528 consigo, não só o lugar de uma pessoa que está dentro da universidade, mas um
3529 lugar de uma pessoa que tem acompanhado essa luta, inclusive, da mãe do
3530 Miguel, da Mirtes, da avó de Miguel e que pensa que não tem como ser diferente
3531 nesse momento, falando sobre a prevenção e enfrentamento as violências, deixar
3532 de falar desse menino que morreu de uma forma trágica e que ali se encontram
3533 uma violência também desdobrada do racismo estrutural e estruturante na nossa
3534 sociedade, uma violência que tem a ver com a questão de classe e porque não
3535 também dizer, questão de gênero. Então assim, é necessário, como disse a
3536 conselheira Deila, pensar essa violência de forma multifacetada e plural. Então, a
3537 minha fala é dedicada a Miguel e Miguel vive na luta da gente, Miguel vive na luta
3538 de todo aquele humor de toda aquela que luta contra o racismo estrutural e
3539 estruturante, que luta contra o adultocentrismo que ainda habita entre nós e esse
3540 menorismo que ainda habita entre nós. Então, falar de Miguel também é falar de
3541 outros Migueis, é falar de João Pedro, falar de Agatha, falar dos meninos e
3542 meninas que no Brasil vem enfrentando essas violências, de forma inclusive, mais



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3543 absurda, com requintes de crueldade, mesmo em cenários e contextos
3544 pandêmicos. Então, essa fala e essa Conferência, ela é também histórica,
3545 conselheiro Eduardo, porque ela está acontecendo num universo de pandemia e
3546 ela está acontecendo no mesmo ano que o estatuto da criança e do adolescente
3547 completa 30 anos. E depois de trinta anos de estatuto da criança e do
3548 adolescente, falar de prevenção, enfrentamento as violências é falar da história
3549 desses meninos e meninas que tiveram suas vidas ceifadas nesse ano de 2020.
3550 Então, eu quero dizer aqui que em nome de Miguel, de Agatha, de Pedro, de
3551 todos esses meninos e meninas, a gente, enquanto adulto, precisa refletir que
3552 violências são essas que são produzidas e são vivenciadas ou testemunhadas no
3553 cotidiano das nossas crianças e adolescentes e é muito bom também chamar aqui
3554 as crianças e adolescentes que fazem parte dessa Conferência para que a gente
3555 possa, nessas 2h, 1h e meia de debate, também refletir quais são as cinco
3556 propostas que nós vamos escolher nessa Conferência, propostas essas que já
3557 vem dos municípios, dos estados e que precisam ser escolhidas a partir de
3558 princípios, e que princípios são esses? Eu queria falar desses princípios, porque
3559 para mim, não existe falar de violência, o enfrentamento e previsão dessa
3560 violência, sem antes mesmo conceituar o que é violência, não é? Para mim, a
3561 violência é um fenômeno social, produzido e reproduzido ao longo dos diferentes
3562 tempos e espaços. Então, a violência, ela tem história. Tudo que aconteceu com
3563 nossos meninos e meninas que tiveram a vida ceifada durante essa pandemia, os
3564 acontecimentos, eles têm essa historicidade e é muito importante que os
3565 conferencistas dessa nossa XI Conferência busquem entender a historicidade das
3566 violências, para que inclusive, ao entendê-la, possa captar de que racismo é esse
3567 que a gente está falando, que machismo é esse que nós estamos falando, que
3568 xenofobia essa que a gente está falando? essa é uma questão muito importante
3569 para que a gente possa inclusive, qualificar as propostas que vão ser escolhidas
3570 nessa XI Conferência, para mim, o conceito de violência, ele muda de acordo com



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3571 o tempo e com o espaço. Então, esse é o momento de a gente que está aqui
3572 nessa Conferência, desconstruir a ideia de por exemplo, se na minha infância era
3573 assim, esses meninos de hoje precisam também viver da maneira que eu vivi
3574 durante a minha infância. Eu acho que quebrar essas imagens da gente, que é
3575 adulto em relação às nossas Infâncias é uma forma também de enfrentar e de
3576 prevenir violências, eu penso que a violência, ela acontece de forma efetiva, mas
3577 ela tem por trás questões subjetivas, e são duas questões subjetivas que eu
3578 queria destacar aqui nessa minha fala, a primeira é que eu vou chamar de
3579 adultocentrismo, e a segunda é que eu vou chamar de menorismo para que a
3580 gente possa construir uma Conferência e escolher as cinco propostas, é
3581 necessário que a gente, meio que reflita se o nosso olhar, ele está carregado, ele
3582 está permeado dessa cultura adultocêntrica e menorista que em si legitima muitas
3583 vezes essas diferentes violências. Então, esses princípios que eu penso que
3584 norteiam essas práticas violentas, elas são, são fundamentais para que a gente
3585 primeiro, desconstrua o conceito de violência e passe a entender os problemas
3586 relacionados aos nossos meninos e as nossas meninas como questões de
3587 violações de direitos humanos, porque eu não posso falar de enfrentamento ao
3588 racismo, se eu sou conselheiro tutelar e sou racista. Eu não posso ser, não posso
3589 falar de enfrentamento ao machismo, se eu sou conselheiro de direito e sou
3590 machista. Então, é muito importante que para a gente pensar esse refazer, esse
3591 repensar das violências, que a gente passe a abolir o machismo que está na
3592 gente, que a gente passe a abolir a xenofobia, o racismo que está na gente,
3593 porque afinal de contas, se nós somos operadores do estatuto da criança e do
3594 adolescente, se nós estamos numa Conferência nacional para escolher propostas,
3595 é muito importante que a gente passe inclusive, a quebrar essas imagens
3596 tradicionais que a gente tem sobre o próprio conceito de violência e de que
3597 violências são essas, não é? Eu falo muito isso a partir do meu lugar também, não
3598 só de pesquisador, mas também reformador da escola de conselhos de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3599 Pernambuco, que a gente às vezes encontra um espaço muito importante na
3600 escola de conselho para discutir que essas violências, elas têm cor, elas têm sexo,
3601 elas têm classe e a gente não pode deixar de buscar compreender essas
3602 violências distantes dessas questões subjetivas, não é? E como a conselheira
3603 Deila falou, essa violência, ela pode ser de diferentes ordens e diferentes sentidos,
3604 você tem aí a violência que é ligada à questão do abuso e da violência sexual,
3605 você tem a questão do bullying, você tem a questão do racismo, você tem a
3606 questão, o que a gente pode chamar de violência doméstica e violência
3607 institucional, da importância de a gente repensar essa relação entre a rede de
3608 proteção e as escolas, os espaços de acolhimento e as unidades socioeducativas,
3609 para que a gente possa inclusive, nessa perspectiva de escolha das propostas,
3610 que a gente tenha um olhar mais atento a relação a essas diferentes violências.
3611 Como eu falei, a violência no Brasil, ela tem história e ela é fortemente marcada
3612 pela escravidão, que até hoje não passou, pelo patriarcado, que até hoje não
3613 passou, por esse sistema colonial que ainda hoje não passou. Então, se você olha
3614 para os problemas relacionados à violência, você percebe o passado presente nos
3615 nossos dias, esse passado presente está no que a gente chama de
3616 adultocentrismo e de menorismo e isso pode revelar, pode se reverter dentro das
3617 nossas práticas cotidianas, permear nossas práticas cotidianas dentro do conselho
3618 de direito, dentro do conselho tutelar, dentro das instituições de acolhimento,
3619 dentro das instituições socioeducativas. Então, esse momento é um chamado para
3620 os conferencistas dessa décima primeira, sejam crianças, adolescentes ou
3621 adultos, para que a gente pergunte até que ponto a minha atuação, ela legitima
3622 esse adultocentrismo, e esse menorismo? Eu entendo menorismo como que vem
3623 de código de menores, que mesmo abolido em 1990, continua muito presente nos
3624 nossos dias e o adultocentrismo, também muito presente, fazendo inclusive, parte
3625 de toda uma cultura ocidental, eurocêntrica, que coloca o adulto no centro das
3626 atenções. Então, o que é eu queria trazer para vocês enquanto reflexão, é que na



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3627 escolha dessas cinco propostas que já foram 144 que passaram a ser 28, e agora
3628 vai ter que ser escolhidas cinco, que o nosso olhar, ela não reproduza a práticas
3629 adultocêntricas ou menoristas, porque as violências, dentro do sistema de garantia
3630 de direitos, elas também acontecem. Elas acontecem dentro dos conselhos,
3631 dentro dos CRAS, dentro dos CREAS, dentro dos tribunais, dentro das
3632 promotorias, dentro das instituições de isso é que é muito importante que a gente
3633 passe a enfrentar também, então, momentos como esse são momentos
3634 importantes para a gente refletir como estão as nossas práticas, não para a gente
3635 julgar, não para a gente condenar. Afinal de contas, eu percebo como professor
3636 que muitas vezes a gente comete algum tipo de violência, ou até mesmo de
3637 microviolência, ou até mesmo de agressão dentro dos nossos cotidianos, por a
3638 gente não conhecer. Então assim, é necessário que a gente conheça, que a gente
3639 leia, que a gente tem momentos como esse por exemplo, para que a gente passe
3640 a desconstruir ideias historicamente produzidas e que fazem parte do nosso
3641 cotidiano do plano de vista, do cotidiano social e do ponto de vista do cotidiano
3642 institucional, e aí a importância de um momento como esse, a Conferência
3643 também. Falando sobre tudo isso, eu não posso deixar de perceber que esse
3644 enfrentamento as violências perpassam, ao perpassar pelo menorismo que está
3645 entre nós e o adultocentrismo que também está entre nós é necessário que a
3646 gente exercite o olhar. Então, para cada conferencista que está aqui conosco, o
3647 exercício é: como é que eu olho para os casos de violência sexuais que
3648 acontecem no meu município, no meu estado, no meu país? Até que ponto eu
3649 reproduzo, a partir desse meu olhar práticas machistas que muitas vezes
3650 condenam a própria criança, a própria mulher, a própria menina, sem antes
3651 perceber que ela foi vítima de uma sociedade machista, onde o corpo da mulher é
3652 muitas vezes objeto dos homens, não é? Dos adultos. Então, e esse é um
3653 exercício muito importante. Como é que eu olho para os casos de violência
3654 sexuais? Como é que eu olho para as questões do extermínio da juventude



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3655 negra? Como é que eu olho para a questão da letalidade infanto-juvenil? Será que
3656 eu reproduzo a ideia menorista que eles deveriam ser punidos e que estão sendo,
3657 estão tendo suas vidas ceifadas porque procuraram? Eu penso que essa é uma
3658 questão muito importante para a gente perguntar nessa Conferência. E perguntar
3659 para essa Conferência e não ficar só aqui na Conferência, ir daqui para frente, não
3660 é? Porque se eu olho para esses casos com olhar racista e preconceituoso, eu
3661 não vou resolver o problema do enfrentamento a violência letal, pelo contrário, eu,
3662 enquanto agente do estatuto da criança e do adolescente, e aí eu coloco uma
3663 aspa, eu vou estar produzindo essa violência dentro dos espaços políticos
3664 institucionais, uma outra pergunta que eu considero muito importante, não é? E
3665 vocês perceberam que antes de vocês perguntaram muita gente, eu que estou
3666 perguntando a vocês espertamente, não é? Mas isso tudo para que a gente possa
3667 aqui construir um diálogo, mesmo que seja de forma virtual. Uma outra pergunta
3668 que eu queria fazer: como é que eu olho para os adolescentes que cumprem
3669 medidas socioeducativas? Até que ponto eu estou reproduzindo nesse meu olhar,
3670 práticas que remontam o sistema Febem, Funabem? uma outra questão, e os
3671 meninos em situação de rua? E as meninas em situação de rua? Como é que eu
3672 olho para ele se? O enfrentamento as violências se dá muito a partir de como eu,
3673 enquanto conselheiros, conselheira, assistente social, gerente, coordenador de
3674 uma política, isso tem muito a ver com uma forma de eu conduzir essas políticas
3675 de prevenção e enfrentamento, não é? Desse modo, quero dizer para vocês que
3676 não há como reproduzir e o enfrentar essas violências, a partir dessa perspectiva
3677 adultocêntrica ou menorista. Quero aqui dizer também que é muito importante a
3678 gente perceber que essa violência, ela se deu de forma mais acentuada no
3679 período de pandemia, e que mesmo a gente vivendo o distanciamento social e
3680 toda essa complexidade de que é viver uma crise sanitária, política, social e até
3681 mesmo humanitária, a gente percebeu que foi nesse momento que as fragilidades
3682 da rede do sistema de garantia de direitos, se deu também de forma mais



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3683 acentuada, não é? Então, eu queria aqui trazer para vocês três questões que vem
3684 muito a ver desse momento sócio-histórico que a gente está falando, não é?
3685 Então, eu parto para um outro momento da minha fala que deixa de ser um pouco
3686 essa fala conceitual, deixa de ser essa fala mais teórica e passa a ser uma fala
3687 mais direta, em relação a questões das propostas. A primeira questão que eu
3688 trago para vocês sobre o enfrentamento e prevenção da violência, não é? É a
3689 seguinte: como é que a gente pode enfrentar essas violências, sem canais de
3690 denúncia e eficazes, eficientes e sem possibilidades de registro dessas denúncias
3691 de forma sistematizada? Desse modo, é muito importante é fortalecer os canais de
3692 registro, e aqui eu chamo a atenção ao CIPIA, conselho tutelar. Eu quero dizer
3693 para vocês que não há como a gente saber o microcosmos das violências
3694 processados e vividos ou testemunhadas nas comunidades se a gente não
3695 fortalece o sistema de garantia de direitos e mais notadamente o conselho tutelar,
3696 não é? Esses órgãos que integram essas experiências, essas vivências
3697 comunitárias. Uma outra questão que eu considero também muito importante
3698 dentro dessa prática de denúncias e de registro, que se faça uma efetiva atenção
3699 às entidades e as instituições de pesquisa, porque não há também como a gente
3700 ter só os dados, se a gente não ter pesquisador sério, pesquisadora séria para
3701 analisá-la. Então, nesse nicho de questão de denúncia, de registro e de
3702 sistematização, é necessário que a gente possa também ter um conjunto de
3703 profissionais que possa, então, analisá-los para fundamentar as políticas públicas
3704 de enfrentamento. Para isso é muito interessante a gente desconstruir a ideia de
3705 que a terra é plana, não é? E que a ciência, ela é algo que deve ser colocado fora
3706 perspectiva de prioridade, porque não há como enfrentar a violência sexual, não
3707 há como enfrentar a letalidade, não há como enfrentar os problemas vividos por
3708 meninos e meninas de rua ou instituições de acolhimento ou Socioeducativo sem
3709 o apoio do conhecimento científico, porque caso contrário, a gente vai estar
3710 reproduzindo caridade e filantropia e o tempo da caridade e filantropia, mesmo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3711 que não tenha passado, ele institucionalmente não dialoga com a nossa
3712 constituição federal de 1988 e pede, exige que essas questões sejam tratadas a
3713 partir dos direitos humanos, sejam tratadas a partir da política pública. A gente não
3714 quer caridade, a gente não quer filantropia, a gente quer política pública
3715 sistematizada. E para isso, é muito importante que o sistema de garantia de
3716 direitos se alie com bons centros de referência, seja ele único universitário ou não,
3717 centro de pesquisa, mas que seja hoje excelência, e que o compromisso ético com
3718 a questão do enfrentamento das violências que a gente efetivamente saiba quais
3719 são as diferentes violências vividas por nossos meninos e meninas. Meninos e
3720 meninas que estão nos quilombos, meninos e meninas que estão vivendo em
3721 comunidades indígenas, meninos e meninas de periferia, meninos e meninas que
3722 estão nos centros urbanos, ou seja, é fundamental inclusive, perceber que essas
3723 violências são vividas de formas também diferentes, e o próprio CONANDA com a
3724 resolução 131, ele busca inclusive, valorizar essas diferenças, não é? Existiu
3725 inclusive, um projeto muito bonito chamado Diálogos que buscou inclusive, discutir
3726 a questão dos fluxos interculturais, fluxos plurais, porque enfrentar a violência
3727 numa comunidade quilombola é diferente de enfrentar a violência, por exemplo,
3728 numa zona urbana, numa cidade como a minha, que é Recife. Então, essa é uma
3729 questão muito importante que não há como fazer sem o apoio do conhecimento
3730 científico, ou seja, a gente precisa parar de reproduzir a ideia, nós que fazemos
3731 parte do sistema de garantia de direitos que a terra é plana ou que a ciência não é
3732 importante, vamos agir com o coração, porque se for isso, não dá certo. A
3733 segunda questão que eu considero também muito importante, é a questão da
3734 formação inicial e continuada de todos que fazem parte da rede de proteção,
3735 desde os profissionais que atuam no campo da escola, da educação, passando
3736 pelos profissionais da assistência social, da segurança pública, do sistema de
3737 justiça, entendendo promotoria, tribunal de justiça e defensoria, e os conselhos
3738 tutelares e de direitos, as pessoas falam muito que os conselheiros tutelares



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3739 devem ter formação, depois de treze anos coordenando uma política permanente
3740 de formação no meu estado, eu penso que toda a rede, toda a rede de proteção,
3741 todo o sistema de garantia de direitos precisa de formação, inclusive, para não
3742 repetir, por exemplo, que vamos lá para o exemplo tosco que a gente escuta muito
3743 que direitos humanos é para proteger bandido, não é? Ou que eu vou defender a
3744 redução da maioridade penal, uma pessoa que é do sistema de garantia de
3745 direitos e diz que vai, que apoia a redução da maioridade penal, essa pessoa, ou
3746 ela apoia por uma questão de ignorância e para isso é importante formação inicial
3747 e continuada, ou essa pessoa está com outra intenção que não é defender o
3748 direito dos adolescentes, aí vem o que eu chamo de menorismo e
3749 adultocentrismo. Então, não há como construir uma educação em direitos
3750 humanos, uma educação para a formação sem estar pautando uma política séria
3751 de formação inicial e continuada, e eu quero dizer que as escolas precisam ter
3752 partido. Porque precisam ter partido? Porque o nosso partido é o direito da criança
3753 e do adolescente. Não há como pensar propostas pedagógicas, sem o que a
3754 gente pode chamar de perspectiva filosófica, pendência pedagógica, que não é
3755 ideologia, é na verdade, perspectiva. Eu vou ter uma perspectiva mais tradicional,
3756 tecnicista, ou uma pedagogia mais libertadora, de transformação da realidade? Eu
3757 vou ser mais positivista ou vou ser mais libertário? Essas questões são muito
3758 importantes, porque são essas questões que vão nos dizer assim: "É necessário
3759 discutir gênero sim. É necessário fazer com que a gente entenda que o problema
3760 da menina que foi violentada não está nela que usou saia, ou minissaia, mas do
3761 machismo que habita no homem que entende que aquela menina é objeto do
3762 desejo sexual dela. Então, não há como discutir enfrentamento a violência, sem
3763 discutir a política de formação permanente para a rede de proteção. Essa é uma
3764 questão que eu queria trazer com muita tranquilidade para vocês. E uma outra
3765 questão, eu não sei como é que está o meu tempo, gente, eu sou uma pessoa que
3766 falo muito, vocês já deram para perceber, mas sou professor, historiador de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3767 formação pesquisador. Então, essa minha tripla identidade me faz falar bastante.

3768 **Sra. Deila Martins Nascimento (Conselheira)** – Está tranquilo, professor, pode
3769 seguir.

3770 **Sr. Umberto da Silva Miranda** – Posso seguir?

3771 **Sra. Deila Martins Nascimento (Conselheira)** – Pode seguir, fique à vontade,
3772 está muito bom.

3773 **Sr. Umberto da Silva Miranda** – Tá tranquilo, não é? Então, vamos, eu estou do
3774 meio para o final, para depois a gente escutar também. Eu sei que a Bel já
3775 colocou aqui uma pergunta. Aí assim que eu terminar a minha reflexão, a gente
3776 pode ir para essa interação, pode ser Deila? Pode ser Eduardo? Tranquilo. Então,
3777 uma terceira questão que eu conheço, que eu considero muito, muito relevante,
3778 que não há como discutir esses enfrentamentos, sem estar trazendo para o
3779 debate, de uma maneira ética e coerente a escuta das crianças e adolescentes.
3780 Tenho uma experiência que se chama a escolinha de conselhos, que o lema deles
3781 e delas é "Nada sobre nós sem nós, nada para nós sem nós" E é muito importante
3782 que ele se elas estejam assim, firmemente atentos, respeitando toda uma lógica
3783 de desenvolvimento peculiar, porque essas violências, elas precisam ser narradas
3784 por quem sofre. E precisam ser percebidas a partir do que a gente chama de ética
3785 do cuidado, daí a importância inclusive, da lei do sistema de garantia direitos que
3786 olha para essas questões a partir da perspectiva do que a gente chama de escuta
3787 especializada. Então, a gente não pode deixar nunca de ter como referência, eu
3788 estou até com ela aqui na minha mão, não é? A lei do sistema de garantia de
3789 direitos da criança e do adolescente que eu considero uma das leis mais
3790 interessantes que empataram nesses trinta anos do estatuto da criança e do
3791 adolescente, ela é de 2017, é também chamada da lei da escuta, a 13.431 de 4 de
3792 abril de 2017, acho que essa eu penso que ela deve ser uma lei que todo o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3793 município, que todo o estado precisa levar com muita segurança, porque inclusive
3794 ela traz aqui uma concepção de criança e de adolescentes que vive da a violência
3795 de uma maneira aviada nos direitos humanos, não é? De uma maneira que a
3796 gente não vê e que a gente percebe toda uma preocupação ética do que a gente
3797 chama de escuta especializada em depoimento especial que ela chama toda a
3798 sociedade, não é? Para a construção de comitês, locais para discutir esses
3799 enfrentamento, para apontar a avaliação das políticas e pensar inclusive também,
3800 nas políticas de enfrentamento. Então, eu penso que nesse nosso eixo, nesse
3801 nosso, a gente não pode deixar de fazer menção a essa lei que também chamada
3802 lei da escuta, eu prefiro chamar de sistema de garantia de direitos, e também dizer
3803 alguma coisa, pelo amor de Deus Conselho Tutelar é o que a gente tem um amigo
3804 aqui, Silvino, que é um grande professor aqui de Pernambuco, e ele fala assim:
3805 por favor, Conselho Tutelar, não faz escuta especializada. Acho que isso é a
3806 questão que a gente pode debater mais, vamos deixar a escuta especializada
3807 para quem é realmente da sua especialização. Então, eu penso que esse micro
3808 cosmo no município ele não pode deixar de ser colocado aqui nesse macro cosmo
3809 de uma Conferência Nacional, para que a gente possa, inclusive, desconstruir
3810 essa ideia de que essa política ele está distante da gente, muito pelo contrário, ela
3811 está muito próxima de cada um de nós. E fazer parte de tudo isso se faz a partir
3812 também de um olhar atento e de um ouvido aberto a opinião, as considerações
3813 das crianças e adolescentes. E é aí que habita o nosso... A nossa tentativa, de o
3814 que eu podia dizer para vocês? De questionar esse minorismo que está entre nós,
3815 essas crianças e adolescentes não podem mais fazer parte das Conferências
3816 como aqueles que estão para cumprir uma exigência do CONANDA nos
3817 Conselhos Estaduais, eles não podem, eles precisam efetivamente ser escutados,
3818 eu acho que essa é uma boa questão também para debate, não é? A partir dessas
3819 três questões que eu considero assim é muito importante para que a gente possa
3820 entender essas violências a partir da perspectiva estrutural, estruturante, eu queria



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3821 concluir a minha fala, esse primeiro momento de fala de explanação, trazendo o
3822 que eu acho fundamental. A gente precisa construir uma rede antiviolação, uma
3823 rede antirracista, um Sistema de Garantia de Direitos antimachista, antifascista, eu
3824 não entendo esse sistema de garantia é de direitos que diz que defendem o
3825 Estatuto e que defende a redução da maioridade penal, eu não posso entender
3826 depois de trinta anos de Estatuto, um sistema que nega condição de que mulher é
3827 sujeito de direito, que a menina mulher ela também precisa ser ouvida na sua
3828 condição, e que ela é vítima, o mesmo tempo lutadora dessa sociedade machista,
3829 eu não posso negar, essa, os meninos e meninas que pertencem ao segmento
3830 LGBTQI, eu não posso negar, essa é uma discussão que depois de trinta anos do
3831 Estatuto da Criança e do Adolescente ele não pode ser negada, ela está aí, ela
3832 não pode ser questionada é necessário que ela seja problematizada, é necessário
3833 que seja tratada com muito respeito, afinal de contas dos nossos meninos e
3834 meninas eles é que mais sofrem. A questão do bullying deriva de muitas vezes
3835 disso, a questão do suicídio na infância deriva muitas vezes disso, a questão da
3836 ansiedade e da depressão, da automutilação dos nossos meninos e meninas
3837 deriva de tudo isso, dessas violências colocadas aí, escancaradas e que muitas
3838 vezes no dia de hoje elas são colocadas e trabalhadas a partir de uma lógica
3839 fundamentalista e tradicional, e conservadora, isso aí aumenta a violência, isso aí
3840 faz com que a violência seja perpetuada. Então, o conservadorismo, o
3841 fundamentalismo e essas correntes que colocam os meninos e meninas que
3842 vivem sem essas diferentes experiências, no lugar de que eles precisam se
3843 adequar à infância ideal, isso aumenta a violência, não há criança ideal, não há
3844 criança problema, não há adolescente ideal, não há adolescente problema, há
3845 diferentes crianças, há diferentes adolescentes e a gente precisa respeitá-lo
3846 nessas pluralidades, nessas sociodiversidade. Então, não há de infância, há
3847 diferenças infâncias e lutar pelo enfrentamento e prevenção das violências é lutar
3848 pelas diferentes infâncias. Miguel, eu comecei a minha fala dedicando a minha fala



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3849 a Miguel e vou terminar dedicando a minha fala a Miguel. Miguel, vive na luta
3850 diária da sua mãe Mirtes, em defesa de que outros Miguels não sofram o que
3851 Miguel sofreu, a mão que apertou o elevador para Miguel subir, era aquela mão
3852 que muitas vezes segurou o chicote, que segurou chibata e que ainda hoje está
3853 presente nessa relação entre patrão, empregada, entre professor e estudante,
3854 entre a gente socioeducativa e adolescente que cumpre medidas, entre
3855 conselheiros e adolescentes, ou seja, é uma mão adulto excêntrica e minorista, eu
3856 acho que é importante a gente começar a questionar e negar esse adulto
3857 centrismo e esse menorismo que aqui ainda habita entre nós, que aqui ainda
3858 habita entre nós. Muito agradecido, era isso.

3859

3860 **Interlocutor não identificado** – Bom, gostaria então de agradecer a brilhante fala
3861 do Dr. Humberto. A gente que trabalha com o enfrentamento da violência contra
3862 crianças e adolescentes a tanto tempo e no CONANDA temos parceiros que
3863 trabalham conta das temáticas e várias temáticas relacionadas a crianças e
3864 adolescentes, faz com que a gente esteja nesses momentos de compartilhamento,
3865 de conhecimento, faz com que a gente fique em momento de reflexão, a gente
3866 para aquele momento, a gente dá uma respeitada, gente pensa naquilo que a
3867 gente ouviu e alguns pontos que o Dr. Humberto falou, são muito importantes
3868 realmente, para entender historicidade da violência, entender que essa violência
3869 está relacionado sim com a cor, sexo, orientação sexual, com a classe, com
3870 grupos vulneráveis e entender dessa situação tão importante que é a formação
3871 permanente do indivíduo, do autoconhecimento para que a gente possa comentar
3872 algo um pouco melhor do que a gente tem hoje, que a educação nas escolas é
3873 venha com o intuito também de trazer conhecimento sobre a temática, para que a
3874 gente conheça e identifique e combate essa violência que é institucionalizada hoje
3875 no Brasil. Eu vou então passar a fala para a Deila, para a gente abrir perguntas,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3876 não é Deila? Nós vamos trazer os nossos, os nossos ouvintes nesse momento e
3877 companheiros e partícipes para discussão em um momento interessante. Está
3878 com você é Deila

3879

3880 **Sra. Deila** – Obrigada Eduardo, obrigada professor. Acho que o senhor deixou
3881 todos nós muito reflexivos, não é? Trazendo, pontuando questões importantes do
3882 que vai no fundo, na raiz do problema da violência que afeta crianças e
3883 adolescentes no Brasil. O senhor trouxe questões importantes, começou pelo
3884 racismo estrutural, que é um elemento fundante dessas violências, termina
3885 fechando a sua fala também reforçando isso, a questão do minorismo, a
3886 importância de a gente mudar o nosso olhar, quando eu digo a gente que somos
3887 os operadores do Sistema de Garantia de Direito, precisamos mudar, tirar o nosso
3888 olhar lá do código de menores e voltar o nosso olhar sempre, sempre no
3889 atendimento da criança e adolescente, sobre a ótica da Proteção Integral.
3890 Também pontuou questões muito relevantes que a pandemia, o isolamento social
3891 ele não reduziu as violências que aconteceram nesse momento contra crianças e
3892 adolescentes. O nosso público também trouxe questões para estigar esse debate,
3893 então vou trazer uma questão aqui para o senhor, comentar sobre ela que foi da
3894 Erika Gabriela de Ponta Grossa Paraná, diz a questão: "*Ao professor Humberto,*
3895 *você acredita que a falta de acesso aos métodos contraceptivos de longa duração,*
3896 *especialmente pela população adolescente pode ser considerado uma violação*
3897 *dos seus direitos? Levando em conta o crescente número de adolescentes e até*
3898 *mesmo crianças, gestantes e a falta de diálogo sobre o tema, como é possível a*
3899 *enfrentar esse problema?*" Agradece, Érica Gabriela de Ponta Grossa.

3900

3901 **Sr. Humberto** – Posso?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3902

3903 **Sra. Deila** – Pode, fica vontade professor.

3904

3905 **Sr. Humberto** – Então Erica, muito agradecido pela pergunta e aproveito para
3906 mandar um abraço para todos os conferencistas do Paraná, e não deixar de
3907 mandar um abraço para os de Pernambuco, não é Deila? Porque não posso
3908 deixar, viu Eduardo? Seu não falar da minha terra fica difícil aqui, porque afinal de
3909 contas não são só colegas, existe um afeto muito grande aqui, inclusive.

3910

3911 **Interlocutor não identificado** – A terra de vocês é maravilhosa.

3912

3913 **Sr. Humberto** – É, acabei de receber um zap aqui do conselheiro Malon, do
3914 CEDICA, olha eu estou acompanhando a fala, foi muito boa. Então Malon um
3915 abraço, dê um abraço para o nosso Conselho Estadual do Direito da Criança, que
3916 eu tenho assim maior carinho, paixão, que esse ano, inclusive, também completa
3917 30 anos o nosso CEDICA, Pernambuco e o Eduardo e está convidado para tomar
3918 cafezinho com bolo de holo, viu Eduardo?

3919

3920 **Sr. Eduardo** – Será um prazer, um prazer.

3921

3922 **Sr. Humberto** – Mas vamos lá, para a questão para Erica nos traz, porque veja
3923 Erica, que você nos traz é muito interessante, eu penso assim, a gente não pode



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3924 negar a sexualidade dos meninos e das meninas. Então, se falta contraceptivo, se
3925 falta preservativo, se falta... Isso para mim é uma forma de violação de direitos,
3926 mas é muito importante que para além disso é necessário que a gente possa e
3927 deva pensar que esses debates sobre a gravidez na adolescência, sobre doenças
3928 sexualmente transmissíveis, sobre a questão de gênero ela seja pautada na
3929 escola, eu não posso pensar em uma escola que não debata questões de gênero,
3930 porque não é na família, não é na comunidade que as crianças e adolescentes
3931 costumam aprender até o que eu chamo de educação sexual. Então, muito
3932 importante que essas ideias conservadoras que, inclusive, inclusive nortearam
3933 muitas políticas desde 2016 para cá, que foram muitas vezes legitimadas por
3934 muitos dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, que buscaram trazer a
3935 pauta conservadora para o Sistema, que na verdade, para mim aconteceu foi uma
3936 grande esquizofrenia no Sistema, o professor Silvino aqui em Pernambuco chama
3937 de Sistema de Garantia enlouquecida, eu chamo de esquizofrênico, porque, na
3938 verdade, é uma realidade e as pessoas veem outra, essa imagem deturbada das
3939 coisas a partir de lógicas muitas vezes conservadoras e fundamentalistas, elas
3940 aumentam as formas que a gente tem de violência, inclusive, violências ligados ao
3941 abuso e a exploração sexual. Eu penso que seja muito importante e a gente
3942 retoma o debate de gênero, não entendendo o gênero comum ideologia, porque
3943 não existe...

3944

3945 **Interlocutor não identificado** – Parece que tivemos um probleminha com a
3946 conexão do Dr. Humberto. Nós pedimos aqui para o pessoal da nossa equipe
3947 técnica eles devem estar tentando fazer esse restabelecimento da conexão.
3948 Vamos aguardar um segundinho.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3949 **Sra. Deila** – Enquanto isso os participantes podem fazer perguntas no Chat que a
3950 gente vai está direcionando para o professor que já voltou à sala.

3951 **Sr. Eduardo** – Dr. Humberto já estar conosco aqui de novo, caiu mais já levantou.

3952 **Sr. Humberto** – Levantei, estou aqui. Então, eu penso que... Foi rapidinho, dá
3953 para a gente completar o raciocínio, tranquilamente Eduardo e Deila, fiquem
3954 tranquilos. Eu acho que é muito importante que a gente volte a pautar de forma
3955 sistemática, responsável e ética, respeitando todo, tudo que a gente se chama,
3956 por exemplo, de psicologia do desenvolvimento, que é necessário discutir de
3957 forma muito adequada nos momentos certos, e para isso a gente tem profissionais
3958 que já tem estudos e práticas nesse sentido, o que a gente não pode deixar é que
3959 questões tão sérias como essa que também são formas de violência, se
3960 perpetuarem, eu peço que é muito importante que esse debate ele passe a ser
3961 retomado nas escolas, e aí eu vou até mais além Erica, eu digo que as escolas
3962 como agentes públicos precisam também trabalhar essas questões com as
3963 famílias e comunidades, até porque muitas vezes o pai e a mãe precisam ter o
3964 acesso ao debate, eu acho isso também é o que chama também de
3965 democratização do conhecimento, acesso ao conhecimento científico, que se
3966 desdobra na lei, que se desdobra na política e que a gente precisa também
3967 socializar para as famílias e comunidades para que a gente tenha uma cultura que
3968 respeite essas diferentes formas de viver as adolescência. Eu espero ter
3969 correspondido, mais uma vez muito agradecido Erica. Tem uma segunda aí, isso
3970 Eduardo e Deila?

3971

3972 **Sra. Deila** – Isso, o Eduardo vai ler agora a segunda questão do Delegado de
3973 Tocantins.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3974

3975 **Sr. Eduardo** – Deila, passo para você ler, porque estou com probleminha no meu
3976 Chat, por favor, me ajude.

3977

3978 **Sra. Deila** – Tudo bem, ajudo sim. Pergunta de Alan Gomes e de Tocantins. "A
3979 ausência de mobilização estadual para a realização de uma atuação unânime na
3980 proteção da infância ainda é uma realidade a ser superada, observamos que há
3981 uma tendência a ser uma retaliação à Proteção Integral da criança e do
3982 adolescente ou ainda por termos a perversidade coronelista enraizada na garantia
3983 de direitos? "

3984

3985 **Sr. Humberto** – Uma pergunta... Até agradecido Alan e através de Alan também
3986 saúdo a todos e todas de Tocantins e do Norte brasileiro. Penso que... A sua
3987 pergunta dialoga com o que a gente meio que tentou passar, assim, há muitas
3988 pessoas que trabalham com a Constituição de 87, mas ainda muito, muito voltada
3989 para uma cultura que não é necessariamente uma cultura do estado democrático
3990 de direitos, o que é muito importante pensar, eu não tenho como efetivar o
3991 Estatuto da Criança e do Adolescente da perspectiva do estado democrático de
3992 direito. O Estatuto fundamentalmente vende essa nova perspectiva da gente
3993 pensar o estado, ele é um projeto de estado, uma ideia civilizatória. Então assim,
3994 quando a gente pensa que existe experiência de uma não mobilização ou de uma
3995 mobilização comprometida, isso nos sugere que é necessário a gente repensar
3996 essas mobilizações para que o Estatuto efetivamente ele faça valer na vida dos
3997 meninos e das meninas, em relação à problema históricos como, por exemplo,
3998 problema de enfrentamento as violências, eu não tenho como pensar esses



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3999 enfrentamentos distantes de uma nova forma de pensar minha cultura política,
4000 porque o enfrentamento à violência ela se dá por participação, ela se dá por
4001 mobilização, ela se dá com escuta, tendo a complexidade do tema e a
4002 problemática que ele nos trata do ponto de vista da sua sociodiversidade, é muito
4003 importante a gente perceber a violência como uma questão plural, a própria Ana
4004 Rita, a Deila, Eduardo já trouxeram aqui, existe as violências, são muitas
4005 violências, agora a gente tem muito sistematizadas, uma coisa muito importante
4006 que a gente precisa tratar aqui, a violência nos espaços virtuais, essa é uma
4007 questão que a gente não pode trazer, assim como existe violência doméstica,
4008 como existe violência praticada no âmbito institucional, há violência também virtual
4009 e como é que o Sistema de Garantia de Direitos está se preocupando com isso?
4010 Então para isso é necessário que a gente pense essa doutrina da Proteção
4011 Integral como você está falando aí de uma maneira muito responsável e para isso
4012 é necessário trabalho diuturno para que a gente possa fazer valer essa
4013 complexidade do que ela o Estatuto... Da Proteção Integral e o enfrentamento as
4014 violências, é muito interessante Alan a partir da sua pergunta que a gente de uma
4015 olhadinha na lei do Estatuto do Sistema de Garantia de Direitos, porque ela tem
4016 uma concepção de Proteção Integral, traz consigo uma concepção de Proteção
4017 Integral, traz consigo também uma ideia de mobilização, eu acho que é muito
4018 importante trazer essa questão aqui para vocês, para que a gente possa construir
4019 aqui uma outra possibilidade de Política Pública a partir de uma ideia mobilizadora
4020 e que se mobilize não só números, mas que se mobilize mentes e corações em
4021 favor do estado democrático de direito, em favor dos Direitos da Criança e do
4022 Adolescente. Muito agradecido Delegado Alan, é muito importante pensar esses
4023 problemas a partir dessas diferentes regiões do Brasil, o Brasil é um país
4024 continental. Então, os problemas de Tocantins dentro do próprio território eles
4025 também são múltiplos, e não há como pensar a violência distante obstando dessa
4026 perspectiva.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4027

4028 **Sr. Eduardo** – Dr. Humberto, temos mais uma pergunta aqui do Diego Taquine de
4029 Araújo. "Uma das nossas maiores barreiras enquanto representantes de
4030 adolescentes, é a intolerância sobre as nossas normativas, nossas
4031 argumentações são desconsideradas mesmo como sabemos do que estamos
4032 falando, de que maneira o senhor acha que podemos enfrentar esse problema?
4033 Tenho 16, sou de Sinop, Mato Grosso.

4034

4035 **Sr. Humberto** – Oh Diegão, você está aqui fazendo essa pergunta já é uma
4036 maneira brilhante amigo, parabéns, você participando dessa 11ª Conferência, é
4037 ser escolhido no seu município, depois sendo escolhido no seu estado e
4038 participando dessa Conferência é uma maneira de enfrentamento. Diego, eu
4039 penso que uma questão muito importante é que a gente enquanto adolescente é
4040 ótimo, até parece que também sou adolescente, mas eu convivo com a Escolinha
4041 de Conselhos, me deixa me senti muito integrado, mas eu já sou um adulto com
4042 mais idade. Mas o que eu quero dizer a vocês é que a gente precisa perceber que
4043 os nossos adolescentes, as nossas adolescentes têm um potencial intelectual de
4044 produção cultural muito forte e há várias formas e de dizer, várias formas de falar
4045 e há várias formas também de se mobilizar, eu acho que dentro do espaço
4046 sistema de garantia de Direitos, dentro dos Conselhos Municipais, dentro da
4047 própria escola há várias formas de organizações política, legítima que vai começar
4048 do grêmio, depois vai ali para além dos muros da escola, depois já está discutindo
4049 questões um pouco mais sistematizada com o próprio Conselho Municipal de
4050 Direito. Então assim, nesse território há várias possibilidades, por exemplo, a tua
4051 própria trajetória Diego, no Mato Grosso, ela já é muito interessante nesse sentido,
4052 porque a gente tem aí uma pessoa, um adolescente que já tem uma trajetória de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4053 participação de Conferência e que essa trajetória não fique só na Conferência em
4054 si, que a gente possa levá-la também para a escola, para a sala de aula, conversa
4055 com o meu gestor da escola, com os professores da organização do grêmio, na
4056 organização dos grêmios é diferentes escolas. E aí a gente tem toda uma outra
4057 cultura de participação que não é essa cultura tradicional que a gente vê aí, que
4058 se chama, inclusive, de protagonismo, a participação cidadã, a participação ativa
4059 onde de fato os meninos e meninas são escutados, não é? E no campo do
4060 enfrentamento as violências é muito importante que vocês também contribuam no
4061 sentido, porque o cotidiano dos meninos e das meninas precisam ser
4062 considerados, não pode negar o que a cultura infanto-juvenil, que perpassa
4063 também por essas questões ligadas ao debate de gênero, de sexo e sexualidade,
4064 isso a gente precisa conversar sem tabu e que nos leva a conversar sem tabu
4065 muitas vezes são vocês mesmo. Então, muito agradecido Diego pela pergunta,
4066 mando um abraço para todo mundo aí do Mato Grosso, tenho um colega do
4067 Conselho Estadual do Direito da Criança, Ane, e em nome da Ane eu saúdo todos
4068 e todas de Mato Grosso. Muito agradecido. Liliane Capelé, um grande abraço
4069 também professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Conferência é bom
4070 por causa disso, não é Eduardo e Deila? Agora Imagina, a gente se encontrando,
4071 principalmente, é muito café gente, café, café.

4072

4073 **Sra. Deila** – É muito café, muita...

4074

4075 **Sr. Humberto** – É igual esses cafezinhos aí de Brasília. É, muito abraço.

4076



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4077 **Sra. Deila** – Professor Humberto, dando sequência as questões, tivemos a
4078 mensagem que no Chat da Ana Paula, da Rede não Bate, Eduque e conselheira
4079 do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, ela coloca: "gostaria de colocar uma
4080 questão para o professor Humberto, uma das propostas que foi encaminhada e
4081 será discutida na 11ª Conferência no eixo 2, apresenta necessidade de ações
4082 continuadas de prevenção, identificação enfrentamento das violências físicas,
4083 sexual e psicológica, que a pandemia do Covid-19 vem ampliando, você acredita
4084 que a implantação da lei Menino Bernardo pode contribuir para a materialização
4085 dessa proposta?"

4086

4087 **Sr. Humberto** – Então Ana, que pergunta boa, eu, inclusive, te mando um abraço
4088 para a Rede, um braço para a Márcia também, nossa equipe da Márcia. Então
4089 Ana, um abraço para você também e todas as nossas delegadas e delegados do
4090 Rio de Janeiro. Vejam, a Lei Menino Bernardo, para mim, ela é um divisor de
4091 águas nessa luta de enfrentamento à violência, respeitando a dignidade da pessoa
4092 criança e da pessoa adolescente. Quando eu falei da minha disposição de
4093 enfrentamento do eco centrismo, eu penso que uma das leis que mais materializa
4094 é esse enfrentamento é a Lei Menino Bernardo, e que nos leva a perceber que
4095 criança não é objeto de interesse adulto, e sim sujeito de direitos. Eu vivo
4096 repetindo direto, direto direitos, crianças é sujeito direito, adolescente sujeito
4097 direito, criança, parece o mantra, mas quando é que eu faço com que esse mantra
4098 se efetive de forma certa na vida desses meninos e meninas? Quando eu deixo de
4099 entender como objeto dos nossos interesses. Agora imagina quando eu entendo
4100 eles como objetos e esse meu entender faz com que eu possa violentá-la
4101 fisicamente, sexualmente, psicologicamente é o que marca as violências, isso
4102 para mim é o enfrentamento à própria doutrina da Proteção Integral, o próprio
4103 Estatuto da Criança e do Adolescente e olha Ana, quando a gente trabalha muitas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4104 vezes com a Lei do Menino Bernardo, muitos agentes do Sistema de Garantia de
4105 Direitos, eles não aceitam e chegam até dizer: professora leva para pela casa.
4106 Olha, isso a gente escuta no meio da rua, tem que levar uma palmadinha, porque
4107 eu aprendi apanhando. Gente, isso é tudo que a gente não quer que as pessoas
4108 aprendam apanhando e a outra forma de construir essa perspectiva. Então eu
4109 queria até, inclusive, Ana Paula te agradecer pela pergunta, como eu só tinha
4110 vinte minutos, eu trouxe a Lei do Sistema de Garantia de Direitos, mas eu não
4111 posso deixar e aqui te agradeço nesse momento de contemplar também a Lei
4112 Menino Bernardo, porque ela que me faz, inclusive, perceber que o castigo físico,
4113 o tratamento cruel e degradante praticado contra criança e adolescente, precisa
4114 ser visto como uma questão legal e não para disciplinar ou para condenar o país,
4115 mães, responsáveis e tutores, para que a gente possa criar uma outra pedagogia
4116 da escuta, uma outra forma de pensar que a palmadinha de hoje, pode se tornar
4117 uma agressão mais forte amanhã. Então eu penso que a Lei Menino Bernardo,
4118 deve ser retomada, inclusive, nesse contexto de pandemia, a gente ainda está na
4119 pandemia, não é? Mas a possível pós-pandemia para que a gente possa,
4120 inclusive, entender as violências que cresceram no espaço doméstico,
4121 principalmente, durante o isolamento social. A ausência da escola, a ausência dos
4122 meninos circulando, quer dizer, não todas, porque a gente sabe que na pandemia
4123 nós estamos na mesma tempestade, tempestade mais embarcações são muito
4124 diferentes, têm os que estão no Titanic e outro estão em uma jangadinha, as
4125 meninos que estão na jangadinha talvez não tenha essa disciplina do isolamento
4126 social da mesma forma das meninas que estão no Titanic, até, porque eles não
4127 têm a mesma estrutura física nas suas casas, nos seus barracos, nas suas
4128 palafitas. Então assim, isso é muito difícil e quando eu estou no contexto de
4129 pandemia, de isolamento social, isso se torna de forma ainda mais grave e eu por
4130 isso que a gente precisa ter sempre na mão a perspectiva da Lei Menino
4131 Bernardo, que é um Legislação, inclusive, anticonitivista, inclusive, dialogar com



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4132 própria lei do Sistema de Garantia de Direito, é necessário, inclusive, que a gente
4133 possa fazer essas conexões uma é de 1914 outra de 2017... Dialogam no sentido
4134 do enfrentamento e na prevenção das violências. Muito agradecido Ana, um
4135 abraço para você e para todos e todas do Rio de Janeiro, delegadas e
4136 delegados, crianças e adolescentes que aqui estão presentes.

4137

4138 **Sra. Deila** – Professor, temos mais uma questão da Alice de Santa Catarina:
4139 "Professor, a pandemia com o isolamento social só faz aumentar as violências
4140 contra crianças e adolescentes, as denúncias só chegam mesmo quando as
4141 violências estão instaladas, a demanda está aumentando muito, na maioria dos
4142 encaminhamentos é necessário encaminhar a criança ou o adolescente a saúde
4143 para atendimento tem previsão de implementação de Políticas Públicas para essa
4144 nova demanda? No SUS, a fila sempre está enorme." É a questão da Alice.

4145 **Sr. Humberto** – O Alice, inclusive, um abraço. Até, porque a gente tem
4146 acompanhado nos telejornais, nos órgãos oficiais que Santa Catarina, esteve nos
4147 últimos dias, assim, como Pernambuco também São Paulo vivendo momentos
4148 bem sérios em relação Covid. Então aqui eu me solidarizo e quero registrar que eu
4149 estou fazendo estágio pós-doutorado na UDESC. Então Santa Catarina é um
4150 estado muito próspero academicamente na minha trajetória. Eu penso que isso
4151 depende muito de cada estado, e para isso é necessário que tenham uma Política
4152 Nacional coordenada para que a gente possa repensar as políticas a partir dessa
4153 nova demanda. E eu digo Alice, através, inclusive, de pesquisas que a gente tem
4154 construído participado, que não há como pensar, o enfrentamento as violências,
4155 primeiro que de forma transdisciplinar e intersetorial. E outra, essa questão da
4156 pandemia nos faz fazer diálogos de saúde, da educação, Assistência Social,
4157 segurança. Então é a rede que precisa estar muito ativa, mas que é necessário



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4158 políticas, novas políticas condenadas, coordenadas em uma escala nacional, nos
4159 estados e majoritariamente nos municípios. Então eu penso que é muito importante
4160 que os gestores, que os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais junto com
4161 nosso CONANDA possam também pensar propostas de políticas nesse contexto
4162 de pandemia e pós-pandemia por que de fato muita coisa mudou, o aumento da
4163 pobreza e da extrema pobreza, a questão da própria educação, do acesso à
4164 educação e o acesso aos serviços públicos da saúde da saúde sanitária. Então,
4165 portanto, isso é o desafio que se apresenta nesse cenário tanto para o Governo
4166 Federal, quanto para os Governos Estaduais, Distrital e Municipal e os municipais.
4167 Muito agradecido Alice pela sua pergunta, participação, um abraço em todos e
4168 todas de Santa Catarina.

4169 **Sra. Deila** – Professor, temos mais algumas perguntas. Eu vou passar para o
4170 conselheiro Eduardo ler para o senhor.

4171 **Sr. Eduardo** – Deila, mais uma vez eu estou com a minha tela travada, eu não sei
4172 o que está acontecendo aqui no meu Ministério.

4173 **Sra. Deila** – Tudo bem. A próxima questão é da Socorro Carvalho, delegada a
4174 Paraíba, de Campina Grande. Nossa conterrânea daqui do Nordeste. "Professor
4175 Humberto, como você conceitua o nível de avanço da superação da cultura
4176 adultocêntrica e as memórias após trinta anos de Estatuto da Criança e do
4177 Adolescente, adultocêntrica em minoristas após trinta anos do Estatuto da Criança
4178 e do Adolescente."

4179 **Sr. Humberto** – Socorro, que saudade de você, não é? Socorro é mais uma
4180 dessas viu Deila? Que a gente tem o maior carinho, Socorro, inclusive, ela
4181 construiu trabalho superlegal em cinco anos do Estatuto que a gente fez Nordeste,
4182 e rendeu um livro que ela também participou. Então aqui eu estou registrando
4183 essa memória do nosso trabalho e dizer que foi um prazer encontra-la mesmo que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4184 virtualmente Socorro. Um grande cheiro para vocês e para todo mundo da
4185 Paraíba. Socorro, veja, a questão é bem séria viu, eu penso que o avanço da
4186 cultura fundamentalista e conservadora, ela contribui para o adultocentrismo e
4187 para o menorismo, não é? Porque é a partir desse, dessa, desses pilares que faz
4188 pensar um outro projeto de sociedade, porque não é só uma discussão o Estatuto
4189 em si, mas é de um projeto de sociedade que vai está trabalhando no microcosmo
4190 das relações sociais e na mato política e que nega, inclusive, a identidade do ser
4191 criança, do ser adolescente que muitas vezes em nome de Deus se coloca contra
4192 a uma atividade ou uma prática ou o encaminhamento, que compromete os
4193 direitos da criança e do adolescente e com isso carrega consigo, esse
4194 fortalecimento das práticas adultocêntricas e menorista. Uma coisa muito
4195 importante também colocar Socorro e também te agradeço por perguntar é que
4196 isso não é um fenômeno brasileiro, ele é continental, do nosso, das nossas
4197 Américas com influência também de forma mais forte no ocidente que eu penso
4198 que a gente não pode ver de problema e forma tão localizada. Agora aqui no
4199 Brasil como a gente tem uma trajetória marcada por esse adultocentrismo oficial,
4200 já oficializado em outros tempos e legislações políticas, esse menorismo
4201 oficializado, materializado em legislação e políticas, você tem então aí essa
4202 cultura, sendo retomada de forma mais efetiva, principalmente, de 2016 aos dias
4203 atuais. E isso é algo que a gente precisa levar e muita consideração, por exemplo,
4204 em uma Conferência. Obrigado Socorro, um grande abraço e um abraço todos
4205 os delegados e delegadas, crianças e adolescentes da Paraíba.

4206 **Sr. Eduardo** – Dr. Humberto, temos mais alguns questionamentos aqui. O meu
4207 Chat resolve voltar de vez em quando. Então quando eu encontro, eu aproveito
4208 para poder também falar um pouquinho, não é? Meus caros colegas. Vamos lá,
4209 Vanessa do Espírito Santo. Achei um questionamento de um participante no Chat
4210 do YouTube de relevante para desconstruir algumas questões, a pergunta do
4211 Marcos delegado pelo DF. "Desculpe, os senhores, senhoras palestrantes, mas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4212 não entendo como conservadorismo interfere no... O ECA, os senhores poderiam
4213 falar mais nesse ponto?" Marcos, delegado pelo DF.

4214 **Sr. Humberto** – Certo. O Marcos, muito agradecido pela pergunta, eu quero
4215 também mandar um abraço para o nosso Distrito Federal e se a gente tivesse
4216 pessoalmente, então a gente estaria na nossa terra, você seria o anfitrião e a
4217 gente ia comer muito muito pão de queijo com café aí com você, e com vocês aí
4218 de Brasília até que a gente gosta bastante. Veja querido, o conservadorismo a
4219 própria palavra ela traz consigo um sentido, que é da conservação. E o que a
4220 gente vai querer conservar? Se a gente luta contra o racismo, se está tudo nos faz
4221 lutar contra o racismo, por que conservar uma cultura o racismo? Se a gente luta
4222 contra o machismo, por que conservar uma cultura machista? Então assim, a
4223 conservação do que está estabelecido, elas muitas vezes ganham força em
4224 discursos e práticas discursivas e aí o FUCON nos ajuda a entender bastante
4225 essas práticas discursivas, que tem efeitos de verdade, o discurso Marcos, ele não
4226 é apenas uma palavra que essa é minha opinião, não é só isso, ele se reverte em
4227 forma de você olhar para sociedade e praticar o seu olhar nas suas ações. Então
4228 se eu tenho um olhar conservador, as minhas práticas você práticas
4229 conservadoras e muitas vezes essas práticas conservadoras, vai se chocar no
4230 mundo de mudanças. O conservadorismo ele compromete o estatuto e a luta em
4231 defesa da vida digna das nossas crianças e adolescentes por quê? Por que muitas
4232 vezes ele quer conservar algo que não está conservado, porque é a dinâmica da
4233 vida ela é muito rápida, ela é muito, está se falando, ela é dinâmica, ela não é
4234 conservadora. O mundo muda, o mundo muda, os problemas mudam. As pessoas
4235 mudam, os problemas mudam. E como que eu enquanto defensor do Direito da
4236 Criança e do Adolescente vou conviver com essas mudanças a partir de práticas
4237 conservadoras? Então aí em choques, eu não sou contra as pessoas
4238 conservadoras, eu não sou contra, mas a do que se perceber que esse
4239 conservadorismo ele vai de encontro à luta em defesa dos Direitos da Criança e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4240 do Adolescente. Então assim, é necessário que a gente encontre os nossos
4241 lugares de atuação e perceba muitas vezes que as minhas ideias, elas, na
4242 verdade, elas mais enfraquece é a luta e a garantia da efetividade e dos Direitos
4243 da Criança e do Adolescente do que mesmo fortalece, porque mesmo as ideias
4244 conservadoras ela vai me dizer muitas vezes assim, a bíblia é o que eu vou ter
4245 que seguir, quando a gente sabe que a bíblia ela não é, as minhas ideias
4246 religiosas e estão assim no estado laico, no estado, essa prática ela chega a ser
4247 inconstitucional, a pessoa pode, inclusive, responder juridicamente. Então é o
4248 conservadorismo ele tem várias das nuances, várias nuances e podendo,
4249 inclusive, atrapalhar, comprometer ou inviabilizar um projeto de sociedade
4250 construída há trinta anos atrás chamado Estatuto da Criança e do Adolescente.
4251 Muito agradecido viu querido, um abraço e todos os delegados e delegadas de
4252 Brasília também.

4253 **Sr. Eduardo** – Deila, para se para você a próxima.

4254 **Sra. Deila** – Tudo bem. Professor, temos muitas questões, o debate está bem
4255 intenso e importante.

4256 **Sr. Humberto** – Menino.

4257 **Sra. Deila** – Temos mais um aqui do Espírito Santo.

4258 **Sr. Humberto** – É a primeira vez, que eu me sinto em casa, em uma Conferência.
4259 Literalmente, não é?

4260 **Sra. Deila** – É, está sendo muito bom. Que bom que a gente está conseguindo
4261 garantir essa interação. A Andressa do Espírito Santo, ela pergunta: "As
4262 delegacias especializadas no atendimento à criança e ao adolescente pelo menos
4263 no estado, não possuiu atendimento 24h, apenas de segunda a sexta horário
4264 comercial, fato que dificulta muito o atendimento. Fale um pouco sobre a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4265 importância de priorizar o atendimento das delegacias especializadas no
4266 atendimento a crianças e adolescentes 24h, primando por delegacias que tenham
4267 um atendimento preparado como profissionais e caráter humanizado para atendeu
4268 seu público-alvo."

4269 **Sr. Humberto** – Inclusive, uma das questões que você colocou conselheira, no
4270 início foi, inclusive, o aumento das delegacias especializadas o aperfeiçoamento, o
4271 fortalecimento daqueles que já está, que já se encontra. Veja, isso é um problema
4272 sério, porque e aí é o que eu digo, a formação, esse é um problema que no meu
4273 entender ele é muito complexo, mas como a gente está aqui, eu vou colocar a ele
4274 a partir do viés da formação. Muitas vezes é essa questão da formação e
4275 continuada, para as pessoas que trabalha no Sistema de Segurança, ela não
4276 contempla questões dos Direitos da Criança e do Adolescente em si, com essa
4277 perspectiva mais tradicional, inclusive, tem sido a perspectiva da gente que tem
4278 discutido as violências. E muitas vezes, essa a delegacia que deveria proteger ela
4279 acaba desprotegendo. Então Andressa, eu quero te falar que esse era um desafio,
4280 esse então desafio não só para o seu estado, mas para os municípios, mas,
4281 principalmente, o para o estado, é claro, que é necessário, inclusive, investir na
4282 formação daquela as delegacias não especializadas, porque a delegacia
4283 especializada ela é construída a depender da população, do número de
4284 habitantes. Então assim eu penso se você traz essa questão no município, que
4285 tem uma delegacia, mas que funciona só determinado horário, imagina naqueles
4286 municípios que não tem delegacia especializada. Então eu penso que no seu caso
4287 é necessário ou lutar pela ampliação, ou lutar por formação daqueles, daquelas
4288 delegacias que funcionam em regime de plantão, para que a gente possa dentro
4289 dessa perspectiva de diálogo da Rede de Proteção incluindo o Sistema de Justiça,
4290 porque não existe diálogo entre a Rede de Proteção e o Sistema de Segurança, o
4291 Sistema de Segurança ele faz parte da Rede de Proteção. Então não tem como
4292 colocar ele de forma diferente, se eles são parte da Rede, formação inicial e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4293 continuada, debate das políticas, participação na política dos seus representantes
4294 que esse representante leve toda essa perspectiva para os seus pares. Então
4295 assim, eu penso que isso que você nos traz Andressa aí no Espírito Santo é algo
4296 que também é um problema nacional, não é só localizado e que precisa ser
4297 tratado a partir de uma perspectiva mais ampla que envolve a gestão pública em
4298 si, mas do ponto de vista da formação que a parte que me cabe, de forma mais
4299 efetiva nesse latifúndio é a questão de que não só os que fazem parte da
4300 delegacia especializada, aqueles que não fazem parte eles também têm acesso a
4301 formação inicial e continuada em Sistema de Garantia de Direitos, tem o estatuto,
4302 em violência, em enfrentamento, prevenção à violência contra criança e
4303 adolescente, sem isso, não há como mudar o atendimento, inclusive, desses
4304 meninos e meninas e dessas famílias ou responsáveis que recolhem as
4305 delegacias. Então eu aproveito Andressa e cumprimento todas as delegadas e
4306 delegados do Espírito Santo. Agradecido.

4307 **Sr. Eduardo** – Seguimos com as nossas perguntas, Elisângela Leal de Oliveira,
4308 mercado, Alagoas: "Professor Humberto, vi no Chat entre delegados que há uma
4309 confusão no entendimento de termos como educação sexual, sexualidade,
4310 orientação sexual. Será possível você esclarecer esses termos pontuando do
4311 papel da família, da escola, da sociedade nesse contexto?"

4312 **Sr. Humberto** – Sim, é possível e eu penso que essa confusão a gente não pode
4313 entender ela de forma, como é que eu vou dizer? Condenatória. Eu aproveito para
4314 que mandar um abraço para todo mundo de Alagoas e dizer que como estado
4315 irmão, gente fica assim satisfeito em encontrá-los e encontrá-las aqui nessa
4316 Conferência. Veja, essa questão do respeito adversidades, eu acho que isso é
4317 uma questão muito importante, eu até de colocaria uma outra questão aí esse e
4318 chama e identidade sexual e identidade de gênero, são duas questões também
4319 diferente que é diferente de educação sexual e sexualidade. Eu prefiro hoje está



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4320 muito nesse campo das identidades, da identidade de gênero identidade sexual,
4321 ou seja, como é que você se identifica do ponto de vista, como é que você
4322 produziu ou se conhece do ponto de vista da sua identidade sexual, é diferente da
4323 identidade de gênero. Assim como é diferente também de educação sexual, e eu
4324 penso Elisângela que esse é um debate básico que deve fazer parte de todo
4325 aquele e toda aquela que trabalha com criança e adolescente, que está no que a
4326 gente chama de Rede de Proteção. É claro, que por sermos uma sociedade que
4327 muitas vezes cria essas questões como o tabu e aí entra o conservadorismo, até
4328 voltando aqui para pergunta anterior. O conservadorismo habita aí, eu não vou
4329 discutir isso, porque isso é um tabu. Não, nós, que são os profissionais da área,
4330 lidamos com isso precisamos colocar isso em tela e fazer isso de maneira
4331 responsável, ética, respeitosa, cuidadosa o que a gente chama de ética do
4332 cuidado e essa ética que a gente deve levar, a ética fundante do trabalho, o
4333 Conselheiro Tutelar, Conselheira de Direito, da Assistência Social, da professora,
4334 do delegado, do juiz, do defensor, do promotor público. A gente pensa que essas
4335 questões elas são urgentes, por que elas são urgentes? Porque é a ausência dela
4336 que faz aumentar o caso de violência contra mulher, aumentar os casos fundantes
4337 no que a gente chama de cultura do estudo, aumentam os casos, inclusive, de
4338 bullying, da violência em si e sexual, aumentamos os casos de gravidez na
4339 adolescência. Então assim, essas questões elas são muito sérias, elas são muito
4340 necessárias para todos nós que trabalhamos. Agora quero te dizer que essa
4341 confusão ela precisa deixar de ser uma confusão estratégica e se é confusão a
4342 gente tem que resolver a confusão, eu sou o maior medidor de conflitos gente,
4343 onde tem confusão eu quero entrar para resolver. Então se existe confusão cabe
4344 ao Conselho Estadual, o Conselho Municipal produzir informação continuada
4345 sobre isso para que a gente possa efetivamente saber que termo utilizar de
4346 maneira correta e o que é que eu estou falando? Até para que a gente se
4347 Fortaleza e como profissional também, porque isso não fortaleça só o CRAS, o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4348 CREAS, o Conselho Tutelar, não fortalece só a delegacia, não fortalece sobre a
4349 escola, a instituição de acolhimento ou a socioeducativa, isso fortalece as
4350 pessoas. E eu gosto muito quando o Paulo fez assim, quem quer mudar o mundo,
4351 se a gente quer mudar o mundo é necessário que a gente mude primeiro as
4352 pessoas, respeitando as pessoas das suas religiões e religiosidade, as
4353 respeitando as pessoas da forma que elas querem viver, acho que a coisa mais
4354 legal é a gente poder trabalhar com evangélicos, com católicos, com carismáticos,
4355 com pessoas do candomblé, com pessoas, com ciganos, com poucos de terreiro,
4356 isso é muito com indígenas, com quilombolas, não há acho que assim, se a gente
4357 aprendeu a ter preconceito ou criar padrões estabelecidos, que pré conservem
4358 essas pessoas ou esses grupos identitários e sociais a gente também tem a
4359 capacidade de desconstruir esses aprendizado se construir outro, porque isso se
4360 chama ser humano, então eu acho que é muito importante que você trague,
4361 inclusive, Elisângela, foi muito bom você trazer isso para o nosso debate, porque
4362 está na hora da gente construir uma política de informação séria, para que essa
4363 confusão seja resolvida.

4364 **Sra. Deila** – Professor Humberto, a gente está caminhando para a finalização
4365 dessa mesa. Então eu peço que o senhor nesse momento faça suas
4366 considerações finais, porque a gente já vai caminhando para o encerramento que
4367 logo mais a gente tem a discussão do eixo 3.

4368 **Sr. Humberto** – Eu queria agradecer a você conciliadora, a você conselheiro
4369 Eduardo, pela bravura. A Iolete, a todos e todos conselheiro, um abraço em
4370 vocês, a FLACSO, Abel que é uma querida, a Bárbara que está aqui, o Marcos
4371 aqui no apoio, acho muito importante falar, porque quem está aqui nos bastidores
4372 e dizer para vocês que eu estou muito satisfeito com o debate, que a gente vai se
4373 encontrar em outras conferências, acho que a luta em defesa das crianças e dos
4374 adolescentes sempre vai promover esses encontros. E dizer para vocês que eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4375 preciso retomar, professor é de lascar, ele tem que ter o arremate, três pontos que
4376 eu considere fundamentais na minha fala, primeiro e as violências sexuais e as
4377 violências sejam elas sexuais, físicas, psicológicas, elas têm história. É necessário
4378 que a gente conheça a historicidade, que a gente possa a partir dessa história
4379 perceber que a cultura adultocêntrica e menorista faz com que a gente muitas
4380 vezes nega essa historicidade muitas vezes legitime diferentes formas de violência
4381 e que a gente precisa estar muito preocupado com crianças e adolescentes que
4382 estão em condições de muita vulnerabilidade, principalmente, nesse contexto
4383 pandêmico. Crianças e adolescentes em situação de rua, crianças e adolescentes
4384 em situação de acolhimento ou que vivem em situação de medidas
4385 socioeducação, meninos e meninas que estão nas periferias, que não têm acesso
4386 à escola, informação e só que também as diferentes violência geradas pelas
4387 condições sociais, econômicas, mas ao mesmo tempo eu quero dizer a vocês que
4388 o momento como esse, nos faz garanti o que a gente chama como esperança e eu
4389 gosto da esperança Feliciano, que disse que esperança não é aquilo que a gente
4390 espera, mas que a gente possa a partir desse sentimento lutar em favor, em
4391 defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. É uma esperança, eu trago
4392 Santo Agostinho quando ela diz que é essa esperança, veja que coisa
4393 interessante Deila e Eduardo, que tem duas filhas diretas, que é a indignação, e a
4394 coragem. Eu acho que lutar em defesa do enfrentamento e da prevenção das
4395 violências é preciso ter essa esperança, as esperanças que têm essas duas filhas,
4396 a coragem e indignação. E indignação que as violências precisam nos causa
4397 indignação, ninguém luta contra a violência sem estar indignado e coragem,
4398 coragem, para que a gente possa mudar esses cenário de violência e essa
4399 esperança que para mim se torna verbo como diz o Paulo Freire, que me faz dizer
4400 a vocês que essa Conferência nos faz indignar e ao mesmo tempo ter coragem
4401 para que a gente possa criar um mundo onde essas violências, e eu acho que não
4402 vai deixar de ter violência, desde que o mundo é mundo vai ter violência, mas é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4403 necessário que a gente tem um Sistema de Garantia de Direitos, a gente tem uma
4404 Rede de Proteção forte, eficaz e eficiente para que quem sofra qualquer tipo de
4405 violência possa ter um acolhimento digno. Então, muito agradecido, só tem o
4406 agradecer e quero dizer que eu aprendi muito nessa tarde, nessa 11ª Conferência.
4407 Um abraço a todos e todos delegados, em especial os pernambucanos,
4408 pernambucanos que aqui estão, nordestinos, mas também do Sul, do Sudeste, do
4409 Centro-oeste e do Norte e dizer que a gente vai se encontrar mais vezes. Gratidão
4410 ao CONANDA pelo convite e que a gente possa estar juntos mais vezes, um
4411 abraço.

4412 **Sra. Deila** – Passa a palavra agora para o conselheiro Eduardo, já fazia suas
4413 considerações finais também.

4414 **Sr. Eduardo** – Bom, não tem como a gente não se sentir, não se emocionar com
4415 a fala do doutor Humberto, não é? Mais do que a gente retomar os pontos que
4416 foram aqui discutidos eu quero deixar aqui claro que o que ele traz para a gente é
4417 a humanidade, inerente ao ser humano e aquilo que a gente espera, que todos
4418 nós temos, a gente começa com a humanidade e a gente entendendo a
4419 humanidade, a gente começa tendo esse sentimento de humanidade, a gente
4420 começa a enxergar o próximo, enxergar ao outro como alguém exatamente como
4421 nós, a gente conseguindo diminuir essa questão desse preconceito que está
4422 presente na sociedade, arregado como condição de causas, por causas históricas,
4423 o dia que a gente conseguir entender e sentir esse humanismo que o Dr.
4424 Humberto passa para a gente, metade do caminho já vai estar resolvido. E então
4425 eu agradeço assim, em sinto privilegiado por ter participado hoje e por ter ouvido o
4426 senhor Dr. Humberto, muito obrigado. Então passar a palavra agora para as
4427 considerações finais da conselheira Deila.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4428 **Sra. Deila** – Também quero fazer um agradecimento muito carinhoso, muito
4429 especial ao professor Humberto por ter participado dessa tarde conosco, pela sua
4430 disposição e sobretudo pela sua coragem. Eu gostaria de citar aqui Dom Hélder
4431 Câmara, quando ele diz: "A violência precisa ser superada e para isso impõe-se a
4432 coragem de ir à frente e a fonte de todas as violências, pondo fim às injustiças
4433 sociais." Então dizer que é muito bom ter o senhor nessa luta, na defesa dos
4434 Direitos da Criança e do Adolescente. Ainda estamos no caminho dessa proteção
4435 integral, mas enquanto militantes da defesa dos Direitos da Criança e do
4436 Adolescente seguimos vivos nessa luta, nessa luta intransigente, na defesa dos
4437 Direitos Humanos de crianças e de adolescentes que não estamos curvados
4438 diante dos ataques, diante dos desafios, mas estamos juntos e juntas, erguido em
4439 tratamento necessário à realização dessa 11ª Conferência é uma pequena parte
4440 do resultado dessa luta que tem sido construída muitas mãos pelo Sistema de
4441 Garantia de Direitos especialmente pelos conselheiros e conselheiras e delegados
4442 que hoje é que participam. Então o agradecimento especial ao professor
4443 Humberto e a todos e todas que participaram desse momento. Passo agora a
4444 palavra para o mestre de cerimônia e logo mais a gente vai ter um pequeno
4445 intervalo e inicia-se a discussão do eixo Três.

4446 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado.

4447 **Sr. Humberto** – Felicidade minha gente.

4448 **Mestre de Cerimônia** – Nós agradecemos a todos e todas. E nesse momento
4449 essa mesa virtual se desfaz. Lembramos aos participantes do eixo três e aos
4450 demais espectadores e participantes da 11ª CNDCA, que vamos ter um intervalo
4451 de vinte minutos e em breve retomaremos com as atividades do eixo três e um
4452 grande show com a Banda Alana. Já, já, voltaremos.

4453 (Intervalo)



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4454 **Mestre de Cerimônia** – Desculpem, senhoras e senhores, crianças e
4455 adolescentes de todo Brasil, muito boa tarde. Vamos dar início ao segundo dia da
4456 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNCDCA. E
4457 é com muita felicidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
4458 Adolescente CONANDA e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do
4459 Adolescente do Ministério da Mulher, da Família dos Direitos Humanos acolhe e
4460 abraça virtualmente a cada uma, a cada um de vocês delegados e delegadas e
4461 demais participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
4462 Adolescente. A primeira Conferência totalmente virtual e feita com muito esforço,
4463 muito esmero de todos aqueles que se envolveram, se dedicaram e que hoje
4464 abrem as portas virtuais esse evento para todos vocês. E em razão que a
4465 Presidente do CONANDA a senhora e Iolete Ribeiro e a vice-presidente do
4466 CONANDA a senhora Petrúcia Andrade agradecem os seguintes parceiros, que
4467 ajudaram a construir essa empreitada. Aos adolescentes do Comitê de
4468 Participação Adolescente do CONANDA, CPA CONANDA, a Rede das
4469 Organizações da Sociedade Civil e os integrantes do Governo que compõe o
4470 CONANDA, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na
4471 pessoa do senhor Secretário Nacional o senhor Maurício José da Silva Cunha ao
4472 Ministério da Mulher, da Família dos Direitos Humanos, na pessoa da Ministra
4473 Damares Regina Alves, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
4474 FLACSO Brasil na pessoa de sua diretora Salete Valesan. Ao PNUD, na pessoa
4475 de Raissa Teixeira Freitas, gerente de projeto, unidade de governança e justiça
4476 para desenvolvimento, a equipe da Secretaria-Executiva do CONANDA na pessoa
4477 do seu secretário executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, ao Instituto Alana,
4478 SP, na pessoa de Thaís Dantas, Adriana Biancoline e Silvani Rodrigues. A Escola
4479 de Artes Panta RJ, na pessoa de Henrique Castro. Artista Luiza Martins e aos
4480 seus pais Alexandre e Fabiana Martins, a Comissão Organizadora da 11ª CNDCA,
4481 entende que as palestras que nortearam as discussões desta Conferência tem o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4482 caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões desse
4483 evento estão abertas ao público em geral pelo canal do CONANDA no YouTube,
4484 pelo Facebook.com/conandaconselhonacional e no ambiente virtual da 11^a
4485 CNDCA, restrito aos delegados e as delegadas no endereço eletrônico,
4486 CNDCA.MDH.GOV.BR também está disponível no canal do YouTube do
4487 CONANDA e transmissão com ferramentas de alto discrição cujo o link está
4488 copiado na descrição desse 20. É fundamental nesse processo crianças e
4489 adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado, os seus
4490 tutores e acompanhantes para lhe auxiliar no que for preciso durante todo o
4491 período conferencial. Programação da 11^a CNDCA, ontem no dia 26 de novembro,
4492 tivemos a abertura da CNDCA, com pronunciamento de autoridades e
4493 especialistas da área da criança e do adolescente hoje pela manhã tivemos a
4494 saudação da Ministra Damares Alves e palestras do eixo 1 e eixo 2 e agora
4495 seguiremos com as atividades da mesa do eixo três de atividade cultural um
4496 pocket show da Banda Alana. Amanhã, sábado dia 28 de novembro, está aí na
4497 tela mesa de exposição, 14h eixo 4, participação e comunicação social e
4498 protagonismo de crianças e adolescentes. Eixos 5 às 16h, espaços de gestão e
4499 Controle Social das Políticas Públicas de crianças e adolescentes, também no
4500 sábado dia 28 a 30 de novembro. Primeiro momento do fórum de propostas,
4501 apresentação de emendas às propostas sistematizada, o primeiro momento está
4502 aberto entre as 18h do dia 28 de novembro e 18h do dia 30 de novembro, dia 4 e
4503 5 de dezembro, segundo momento do fórum de propostas, votação das propostas
4504 pelos delegados do eixo. O segundo momento estará aberto entre 9h do dia 4 de
4505 dezembro e 18h do dia 5 de dezembro. Dias 8 e 9 de dezembro, terceiro momento
4506 do fórum de propostas, priorização das propostas, terceiro momento estará aberto
4507 entre 9h do dia 8 de dezembro e 18h do dia 9 de dezembro. Dia 10 de dezembro
4508 às 9h de atividade encerramento da 11^a CNDCA, leitura das propostas priorizada
4509 por eixos. Leitura de emendas das moções aprovadas, o pronunciamento de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4510 autoridades, atividade cultural alusiva ao dia Internacional dos Direitos Humanos,
4511 moções poderão ser submetidas para votação entre o dia 26 de novembro e 8 de
4512 dezembro de 2020 de acordo com as orientações disponíveis na sessão de
4513 moções para acompanhar toda a programação considerar a hora aqui de Brasília.
4514 Com o tema central Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das
4515 Violências, o objetivo da 11ª CNDCA é mobilizar os integrantes do Sistema de
4516 Garantia de Direitos, crianças e adolescentes e a sociedade para a construção de
4517 propostas voltadas para afirmação do princípio de Proteção Integral de Crianças e
4518 Adolescentes nas Políticas Públicas, fortalecendo assim, as estratégias e ações
4519 de enfrentamento as violências e considerando a diversidade. De ontem até o dia
4520 10 de dezembro de 2020, contaremos com diversas atividades, como cerimônias,
4521 palestras, discussões nos fóruns, análise das propostas, conversas via Chats e
4522 atividades culturais. Ações que compõem a extensa programação da 11ª CNDCA,
4523 cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202 de 21 de novembro de
4524 2017 e Decreto nº 10.505 de 2 de outubro de 2020, que chamou a Conferência e
4525 depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos depois de
4526 muita luta realizando a etapa nacional através de uma ferramenta desenhada
4527 metodologicamente para ser realizada de forma virtual. Infelizmente a pandemia
4528 do Novo Coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente aqui em
4529 Brasília, mas fica o desejo que na 12ª CNDCA possamos nos ver de forma
4530 presencial, então em meio a muitas conversas, discussões podemos nos abraçar
4531 muito e muito. Nesse momento convidamos a todos a ouvir o convite de Rebeca
4532 Cristina Cassiano dos Anjos, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da
4533 Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro no CPA CONANDA, que gravou um
4534 recado para nós, põe no ar.

4535 **Sra. Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos (Representante do Conselho**
4536 **Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro no**
4537 **CPA/CONANDA)** – Oi gente, tudo bem? Eu me chamo Rebeca Cassiano,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4538 represento o Rio de Janeiro no CPA, que é o Comitê de Participação dos
4539 Adolescentes do CONANDA. Então, eu estou aqui para falar um pouco sobre
4540 orçamento, o orçamento é uma coisa muito importante é uma parte muito
4541 importante da nossa participação das crianças e dos adolescentes, eu, por
4542 exemplo, estou no CPA desde 2018. E eu só fui receber a posse agora, no meio
4543 de uma pandemia em 2020, que foi virtualmente, porque a gente muitas vezes não
4544 conseguia fazer o encontro, não teve o encontro e nem a posse, porque não tinha
4545 o orçamento para a gente está participando. Então o bom exemplo, de que
4546 sempre de que se o orçamento não existe Política Pública efetiva de fato. Então
4547 eu estou aqui para representar um pouco os adolescentes, porque infelizmente
4548 quando falo orçamento a gente logo pensa: é uma linguagem muito difícil. Então
4549 eu estou aqui representando os adolescentes para a gente ocupar mais esse
4550 espaço que são nosso povo direito e que a gente tem que estar cobrando.

4551 **Mestre de Cerimônia** – Ok, recado dado. Agora para coordenar os trabalhos
4552 desse eixo de discussão convidamos a Sra. Débora Nogueira Bezerra, conselheira
4553 do CONANDA, representante do Governo Federal. E para secretaria-la
4554 convidamos o senhor Eduardo Ribeiro Kroger conselheiro do CONANDA
4555 representante da Sociedade Civil. Eu passo a palavra a senhora Débora Bezerra,
4556 desejando a todos e todas um ótimo trabalho.

4557 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
4558 **Governo Federal)** – Boa tarde a todos e todas. Como já falado sobre agora no
4559 Vira Viver, eu sou servidora pública federal, da Secretaria de Planejamento, da
4560 Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia. Em primeiro lugar eu
4561 quero saudar a todos os delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras,
4562 participantes, adolescentes do CPA e palestrante dessa 11ª Conferência Nacional
4563 dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para mim é uma oportunidade valiosa
4564 de mais está como conselheira do CONANDA e poder contribuir e participar dessa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4565 Conferência. A Rebeca tem toda razão na fala dela, a gente tem que entender,
4566 interpretar o orçamento para poder participar da melhor forma possível e a área de
4567 planejamento e de orçamento que nós entendemos que a construção de uma
4568 Política Pública de forma transparente participativa é requisito fundamental para a
4569 eficácia dessa mesma política, melhores serão os resultados se isso acontecer,
4570 sempre, melhor que serão as entregas com a sociedade e melhor será uso do
4571 recurso público e é por isso que o debate nosso agora nesse eixo três é tão
4572 importante, esse eixo três que fala sobre o orçamento e financiamento das
4573 políticas para crianças e adolescentes. O objetivo desse eixo é avançar no debate
4574 sobre as formas de ampliar os recursos destinados a crianças e adolescentes nas
4575 diversas áreas de governo bem como aprimorar a gestão desse orçamento, a
4576 gestão desse recurso e sua aplicação. Outro ponto é diversificar e ampliar as
4577 formas de financiamento dos fundos do Direito da Criança e do Adolescente,
4578 nacional, estaduais, distrital e municipais. Além de garantir uma gestão efetiva e a
4579 melhor aplicação dos valores arrecadados. Das 564 propostas para Conferência,
4580 nós tivemos entre 12 que são referências ao eixo três, depois que a equipe de
4581 sistematização e teve seu trabalho, nós tivemos em torno de 20 propostas que
4582 foram esquematizadas por meio de redações de simples. Para as nossas
4583 repetições do eixo três, nós convidamos os palestrantes e por isso que eu passo
4584 agora para o conselheiro Edmundo para ele se apresentar e fazer o convite ao
4585 nosso próximo palestrante.

4586 **Sr. Edmundo Ribeiro Kroger (Centro de Educação e Cultura Popular) –**
4587 Obrigado Débora. Nós estamos aqui querendo primeira agradecer pela
4588 oportunidade da participação. Meu nome é Edmundo Kroger, não Raimundo, mas
4589 todo Edmundo é Raimundo também, não tem problemas estou acostumado com
4590 isso. Eu sou da Sociedade Civil como dito, represento o CECP, Centro de
4591 Educação e Cultura Popular, que é uma ONG já antiga e que participa dos
4592 movimentos sociais e populares, principalmente, da questão racial e representou



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

aqui essa instituição e também participo, estou na coordenação do fórum de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado da Bahia. Para mim é um prazer, uma satisfação enorme convidar o José Fernando Silva, como palestrante nessa tarde, ele que é um grande militante dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, foi conselheiro vários anos do CONANDA, foi Presidente do CONANDA, ele é mestrando em educação, cultura, identidade pela Universidade Rural, Federal, Rural de Pernambuco, nós acabamos de ter uma fala aí do companheiro coordenadora dessa universidade, pela Fundação Joaquim Nabuco e integrante hoje integra e sempre integrou o Centro de Educação e Cultura Luiz Freire, Fernando foi presidente do CONANDA, representando ABONG Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais, mesmo integrando o Centro Luiz Freire. Sobre a sua gestão, foi concretizado o sonho do Brasil, dos militantes do direito da criança brasileiros, de redigir e fazer aconteceu SINASE, a Lei do SINASE, foi na época ele, ele como Presidente que fez várias audiências públicas, percorreu o Brasil todo para que nós tivéssemos uma legislação específica sobre a aplicação de medidas socioeducativas no Brasil. Também foi responsável na sua gestão pela elaboração do plano de convivência nacional de convivência familiar e comunitária. Então com vocês esse grande militante, pernambucano, mais nordestino acima de tudo José Fernando. Com a palavra.

Sr. José Fernando Silva (Palestrante) – Bem, boa tarde a todos e a todos, vocês estão me ouvido bem? Assim? Queria iniciar agradecendo o convite do CONANDA para participar da Conferência queria cumprimentar a presidente do CONANDA Iolete, em nome dela todos os Conselheiros e conselheiras do CONANDA, saudar a Débora, o Edmundo com que a gente conviveu durante um bom tempo nesse percurso na área da infância e da adolescência, dizer da minha



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4620 alegria de estar participando dessa Conferência. E eu queria pedir ajuda aí o
4621 pessoal da técnica para colocar uma apresentação que eu preparei, para que
4622 possa, eu possa cumprir o meu prazo, eu tenho vinte minutos para fazer essa
4623 exposição. Então se puder projetar powerpoint será importante. E queria destacar
4624 inicialmente que para a elaboração dessa fala, eu considerei o caderno, o caderno
4625 de proposta, eu fiz uma leitura geral do documento e me detive mais no eixo
4626 específico e também considerei a minha trajetória no CONANDA, os meus
4627 aprendizados no CONANDA, no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.
4628 Então a minha fala ela dialoga com o caderno e aí eu queria destacar com
4629 exceção do aspecto relativo à Emenda Constitucional 95, se a gente for ler as
4630 propostas e comparar com as Conferências anteriores, nós teremos muitas
4631 semelhanças e as semelhanças elas na minha opinião ela são positivas, porque
4632 revela, elas revelam o acumulado e os consensos que o Brasil vem construindo
4633 em torno do aspecto específico, do orçamento do financiamento de políticas
4634 sociais para crianças e adolescentes no Brasil. Pode passar o próximo slide, por
4635 favor. E aí eu queria fazer da minha fala em dois momentos um primeiro momento
4636 é que essa 11ª Conferência, ela é uma oportunidade para a gente afirmar em
4637 revitalizar a democracia e os direitos humanos. Então o meu primeiro momento eu
4638 vou me deter nesses dois aspectos a Conferência como parte da democracia, da
4639 democracia que foi afirmado na Constituição Brasileira em 1988, que prever uma
4640 dinâmica da participação das organizações representativas da sociedade civil na
4641 formulação, na deliberação e no controle de Políticas Públicas para crianças e
4642 adolescente. Então isso está consagrado na Constituição e naquilo que vem
4643 depois relativo a estatuto da criança, a lei da assistência, o estatuto da cidade, que
4644 afirmação da necessidade da gente aprofundar e radicalizar a democracia no
4645 Brasil. E relacionar também com os Direitos Humanos. Então que a Conferência
4646 seja esse momento da a gente reafirmar, dá a gente afirmar a necessidade de
4647 radicalizar a democracia e Direitos Humanos. Então será o primeiro ponto, e o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4648 segundo quais são os desafios, que a gente pode ter para a proteção integral,
4649 considerando diversidade enfrentamento das violações de direitos? Então são
4650 esses dois momentos que eu me proponho a colaborar com a Conferência,
4651 partindo desse princípio e que já há o acúmulo se a gente comparar os resultados
4652 dessa Conferência com as anteriores, no que se refere a consenso que são
4653 estabelecidos. E os desafios são cinco eu busquei fazer uma leitura que pudesse
4654 articular as diversas propostas e cinco aspectos, desses cinco aspectos apenas
4655 dois eles não estão diretamente consagrados nas propostas, mas dialogam com a
4656 necessidade de a gente pensar orçamento e financiamento público para as
4657 políticas sociais da criança e adolescente. Então esses dois movimentos. Então
4658 vamos lá, o próximo. O próximo slide. Aqui eu acho que a gente precisa entender
4659 que quando a gente fala da democracia é fundamental que a gente tem a presente
4660 a importância e a necessidade e que a democracia para além das eleições
4661 regulares, a gente está no momento de várias cidades brasileiras fazendo as
4662 eleições para escolha de prefeito, de prefeitas, mas a democracia ela também
4663 pressupõe a existência dos conselhos e aqui eu quero me deter nos Conselhos da
4664 Criança e Adolescente, no CONANDA, esse Conselho que tem uma importância
4665 vital para o Nacional os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais, esses
4666 conselhos precisam ser espaços cada vez mais fortalecido para aprofundar,
4667 afirmar e radicalizar a democracia e na perspectiva dos Direitos Humanos que a
4668 gente possa sempre que pensa em Direitos Humanos e pensar nos direitos da
4669 criança gente pode dialogar com Artigo 227 da Constituição, pensando que esses
4670 Direitos Humanos que estão lá consagrado no Artigo 227 e depois o Estatuto
4671 também faz essa recuperação ele tem a ver com a necessidade de universalizar
4672 os direitos. Então o direito à alimentação, o direito educação, eles precisam ser
4673 universalizados. Então a perspectiva é da universalidade da imprevisibilidade e da
4674 interdependência dos direitos, pensando as adversidades humana, portanto, não
4675 podemos admitir que haja uma hierarquização de direitos sendo mais importante



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4676 do que o outro. É quase o senso comum, sobretudo em época de campanhas
4677 eleitorais, afirmar que educação, que a segurança, que a saúde são direitos
4678 importantes, eu não tenho dúvida que são, mais do que adianta a gente pensar
4679 esses direitos e as pessoas não têm direito à habitação, essas pessoas não têm
4680 direito à alimentação de qualidade, se as pessoas não têm direito a cultura,
4681 esporte e lazer. Então essas crianças são sujeitas desse processo de
4682 democratização da sociedade, mas também são pessoas que precisamos estar
4683 atento do que se refere aos direitos nessas perspectivas. E aí a gente precisa
4684 afirmar para discutir orçamento e financiamento que nós vivemos em uma
4685 sociedade capitalista, onde a acumulação de riquezas, onde a especulação
4686 financeira predomina sobre os direitos das pessoas em especial sobre os direitos
4687 de crianças e adolescentes e se a gente quiser fazer um recorte das crianças e
4688 adolescentes negras, das crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, das
4689 crianças que moram nas periferias das cidades brasileiras das crianças e
4690 adolescentes que moram no meio rural do Brasil, portanto, a gente precisa ao
4691 afirmar a democracias Direitos Humanos, afirmar que nós precisamos ser
4692 anticapitalistas e antirracista as, vivemos o racismo estrutural no Brasil, as
4693 demonstrações de racismo elas são cotidianas, basta o exemplo do homem que
4694 foi assassinado no Carrefour em Porto Alegre, mas se a gente quiser lembrar de
4695 uma criança, o menino Miguel que por uma irresponsabilidade de uma patroa o
4696 menino perdeu a vida aqui em Recife, como isso é de conhecimento nacional, são
4697 marcas desse racismo perverso. Então é além de anticapitalista precisamos ser
4698 antirracistas. E precisamos também alinhar a luta que vivemos em uma situação
4699 predominantemente patriarcal. Então precisamos fazer com que a luta do Campo,
4700 das mulheres, a luta do feminismo seja assumida por homens, por mulheres para
4701 a gente poder trabalhar nessa perspectiva. Eu tive a oportunidade de disputar um
4702 pouco a fala do professor Humberto a quem eu mando um abraço e houve uma
4703 pergunta sobre a questão do menorista, do adultocentrismo. Então a gente precisa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4704 militantes da infância e do adolescente, militante de qualquer movimento social,
4705 combater adultocentrismo e menorista no que a presente na sociedade brasileira.
4706 Aliado a isso, a questão de precisamos assumir também uma pauta anti LGB
4707 fóbica, que também marca sociedade. E ser anti-negacionista, o
4708 anti-nagacionismo tem desconsiderado que o Brasil é um país racista, que o Brasil
4709 é um país adultocêntrica, que o Brasil é um país patriarcal e tem preconceito que
4710 demarca a população LGBTQI. Então esse conjunto de aspectos, os Conselhos
4711 na afirmação da democracia e Direitos Humanos nós precisamos certamente
4712 avança nessa perspectiva. Então esse primeiro aspecto eu me dedicaria a isso e
4713 agora vamos aos desafios, por favor, passa para o próximo slide. Primeiro desafio
4714 quando a gente olha as propostas é a necessidade da gente tem incidência
4715 política, seja o Conselho Tutelar, o Conselho de Direito, o Conselho de
4716 Assistência, o Conselho de Educação, o Conselho de Saúde, qualquer Conselho
4717 precisa se preparar para intervir no ciclo orçamentário brasileiro, que está definido
4718 na Constituição Federal, que as construções estaduais reproduzem e a Lei
4719 Orgânica também. Que é o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a
4720 lei orçamentária anual e aqui eu queria me dirigir especificamente aos municípios
4721 brasileiros que estão participando da Conferência, o próximo ano, que foi eleito
4722 prefeito e prefeita, que está na Câmara de Vereadores eles têm a
4723 responsabilidade de elaborar o próximo PPA, o PPA que vai ter validade de 2022,
4724 2023, 2024, 2025. Então não existe políticas sociais para crianças adolescentes.
4725 Então não existe políticas sociais para a criança e adolescente, não existe
4726 garantia de direitos se a gente não tiver capacidade de uma intervenção no
4727 orçamento. E aí os municípios precisam ter clareza, se eles perderem a
4728 oportunidade do próximo ano, o PPA só é elaborado a cada quatro anos, portanto,
4729 é uma oportunidade que os municípios, os Conselhos de Direito, os Conselhos
4730 Tutelares só para ficar desses dois específicos eles têm a obrigação ética, política
4731 e o humanitária de ter uma participação qualificada, primeira na elaboração do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4732 PPA e depois da LDO e na Lei Orçamentária Anual. Mas a gente precisa ter uma
4733 atuação que não seja restrita ao fundo municipal, pensando aqui na dinâmica
4734 municipal, mas isso também serve para o estado, isso também serve para a nível
4735 federal. A gente precisa ter uma articulação e a atuação integrada em relação ao
4736 fundo municipal da criança e os fundos destacaria três aqui da educação, da
4737 saúde e da assistência e a gente vai retomar, porque tem aspectos que são muito
4738 importantes da gente trabalhar. Então o primeiro desafio é a incidência do ciclo
4739 orçamentário, chama a atenção dos municípios, mas os estados e Governo
4740 Federal, o CONANDA precisam ter uma atuação do ciclo orçamentário para que
4741 as políticas sociais para crianças e adolescentes e suas famílias têm o orçamento
4742 a resposta concreta. Segundo desafio, isso está no resultado da conferência, é a
4743 necessidade de revogar a Emenda Constitucional 95. Essa Emenda Constitucional
4744 95, que é de 2016, ela vale por vinte anos e ao estudo, vocês estão vendo aí a
4745 fonte da colisão pelo fim da Emenda Constitucional, esse documento se encontra
4746 no STF, que demonstrou seguinte, a gente está andando para trás no
4747 investimento social e aí, por exemplo em 2015, 19.8% foi o investimento do PIB,
4748 foi o investimento nas políticas sociais, para 2026, ou seja, daqui a pouco isso vai
4749 cair, se mantiver a Emenda Constitucional para 15.5%, ou seja, a gente vai voltar
4750 a 1997, repito, se mantiver a Emenda Constitucional 95 em 2026 a gente vai voltar
4751 a ter o mesmo investimento na relação com o PIB nós tínhamos em 1997 e a
4752 gente quando joga para a final da emenda que 2036, ao invés da gente ter os
4753 19.8% a gente vai ter apenas 12.5% do PIB investido nas questões das políticas
4754 sociais no Brasil. Então intervenção no orçamento via PPA/LDO, é fundamental?
4755 É, mas a gente precisa fazer com que essa colisão pelo fim da Emenda
4756 Constitucional tenha no Supremo uma resposta concreta e que essa emenda,
4757 possa ter do parlamento brasileiro uma nova emenda que revogue de forma
4758 definitiva essa marcha à ré no investimento público no Brasil. Então é o segundo
4759 desafio e isso está respaldado no resultado da conferência. Terceiro desafio e aí



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4760 gente, eu fui do CONANDA, como o Edmundo colocou durante quatro mandatos,
4761 e são oito anos. Se tem um tema que a gente sempre discutiu era a questão do
4762 imposto de renda. Então o que eu acho que era importante é que o CONANDA
4763 liderasse um processo de elaboração e aprovação de uma política nacional, o
4764 nome é esse, Política Nacional da captação de recursos do imposto de renda, seja
4765 de pessoa física, seja de pessoa jurídica ou de multas e aí eu estou trazendo para
4766 vocês a título de exemplo possíveis linhas de financiamento, que a gente pudesse
4767 colocar nessa política, para que as empresas, para que as pessoas jurídicas, para
4768 aquelas multas que venham elas pudessem estar financiando os mecanismos de
4769 participação de crianças e adolescentes. Eu acho que a adolescente falou, é
4770 Rebeca e eu queria saldar todos os adolescentes e adolescentes no nome da
4771 Rebeca, ela tem total razão. Então a gente precisa cada vez mais, no nível espaço
4772 federal, no nível estadual, no nível municipal, fortalecer participação de crianças
4773 adolescentes, pensar os processos de formação continuada. Quem ler o caderno
4774 de proposta a formação continuada salve engano praticamente está em todos os
4775 eixos, se não estiver em todos. Então como a gente lida com esse processo de
4776 formação continuada, sem financiamento? Então a política teria a participação de
4777 crianças, formação, pensar a prevenção e a identificação e o enfrentamento das
4778 diversas violações de direito, violência e abuso sexual, trabalho infantil, violência
4779 no âmbito doméstico. Então essa é uma outra linha que a gente pudesse cada vez
4780 mais ter diagnósticos consistentes, com o mapeamento sistematização de dados e
4781 avançar na construção no que se refere aos protocolos de atenção e defesa e
4782 proteção. Então aqui são propostas a partir do caderno da Conferência a gente
4783 tem a possibilidade, tem uma política nacional, o CONANDA pode liderar esse
4784 processo junto aos Conselhos, junto os Conselhos Estaduais, aos Conselhos
4785 Municipais e a gente tem uma política e aqui eu deixo essa contribuição, pode ter
4786 outras, evidentemente para compor essa política, ou seja, se a empresa quiser
4787 financiar a participação de criança a gente tem uma linha de financiamento, se



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4788 quiser formar os operadores do sistema de garantia de direito, Conselho Tutelar,
4789 Conselho da Criança, os profissionais do Sistema de Justiça e segurança, a gente
4790 ter esse financiamento e essas outras perspectiva. E aí o próprio caderno da
4791 Conferência ele é muito rico nisso, vejam só, ele diz que o potencial da
4792 arrecadação em 2015, era de 6,8, 4 bilhões de reais e são estimativas em relação
4793 a pessoas físicas e a arrecadação foi de apenas 1,9% desses 6,84 bilhões de
4794 reais. Então a gente tem um espaço enorme para captar, além disso a gente tem
4795 mais 4 bilhões de pessoas jurídicas. Então essa é a terceira, uma terceira
4796 proposta que eu acho que é fundamental, por favor, passa a penúltima, a
4797 penúltima, o penúltimo slide. Um outro ponto que eu acho fundamental. Então eu
4798 estou querendo deixar claro é que não existe políticas sociais para criança e
4799 adolescente, mas se quiser pensar para qualquer área, sem pensar orçamento e
4800 sem pensar política econômica e política fiscal, por isso essa emenda 95 precisa
4801 ser revogada, por isso que a gente tem que ter o olhar importantes sobre a
4802 arrecadação da dedução do imposto de renda. Qual é o mais importante? Não
4803 existe mais importante. A gente precisa, por isso que eu só vou apresentar cinco
4804 propostas, tem a capacidade de construir isso concretamente. Um outro ponto
4805 fundamental, a gente precisa, os Conselhos precisam se alinhar, as organizações
4806 da Sociedade Civil para incidir na Reforma Tributária e essa Reforma Tributária
4807 ela precisa taxar renda, patrimônio e grandes fortunas e aí tem um estudo quem
4808 quiser aprofundar, está a referência aí, que diz como é que a gente pode chegar
4809 nisso? A gente precisa taxar aquelas pessoas que que ganham 40 salários
4810 mínimos. Então a gente não está falando da classe média, isso são cerca de
4811 70.000 pessoas que ganham acima de 40 salários mínimos, ou seja, o salário
4812 mínimo a R\$40.000,00. Então a gente precisa ter esse olhar concreto, a questão
4813 específica do patrimônio da riqueza também tem aí essa perspectiva que eu acho
4814 que a Conferência precisa se debruçar sobre isso. E para concluir a gente precisa,
4815 essa é uma luta histórica, revogado a truque significa a desvinculação das receitas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4816 da União. E ao estudo do INESC, que coloca o Brasil com baixa imunidade no
4817 balanço orçamentário da União de 2019, ele disse, 92 bilhões deixaram de ir para
4818 a educação para saúde, por exemplo no ano de 2019 que tem a ver com a truque,
4819 que desvincula 30% das receitas, daquilo que é obrigatória e que a União devia
4820 está investido. Então gostaria de deixar essas contribuições para a Conferência,
4821 afirmação da importância da democracia, da democracia e dos Direitos Humanos,
4822 precisamos ter essa capacidade no que se refere às Políticas Públicas, mas
4823 precisamos sobretudo ter uma capacidade e aí eu estou trazendo cinco propostas
4824 que dialogam com o ciclo orçamentário brasileiro, PPA, LDO e LOA, quando eu
4825 estou falando do ciclo orçamentário Brasil eu estou falando do Governo Federal,
4826 Governo Estadual, o Governo Municipal. Ter um olhar específico sobre a
4827 arrecadação de recursos a partir de uma Política Nacional que o CONANDA pode
4828 estar liderando a sua elaboração. A revogação do truque, está na Constituição e
4829 da Emenda Constitucional 95 e ter uma capacidade de incidir sobre a Reforma
4830 Tributária, são essas as contribuições eu fico a disposição para que no debate a
4831 gente possa está conversando sobre essas propostas. Muito obrigada a vocês.

4832

4833 **Sr. Edmundo Ribeiro Kroger (Centro de Educação e Cultura Popular) – Eu**
4834 **falo Débora?**

4835

4836 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
4837 **Governo Federal) – Pode falar, eu falo na sequência.**

4838

4839 **Sr. Edmundo Ribeiro Kroger (Centro de Educação e Cultura Popular) – Está**
4840 **bem. Obrigado Fernando. Muito ilustrativo as suas ponderações, suas**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4841 contribuições como sempre, não é? Com conhecimento de causa com quem já
4842 viveu essas dificuldades, chama a atenção em sua fala toda ela muito importante,
4843 toda ela muito apropriada e toda ela muito atualizada, até mesmo, porque você
4844 mesmo colocou que se baseou muitos cadernos das Conferências Municipais e
4845 Estaduais, mas também baseou na sua vida, na sua militância, na área da
4846 infância, inclusive, no tempo que atuou no CONANDA. Chama atenção à sua fala,
4847 por exemplo, a questão da Emenda Constitucional 95, o CONANDA, inclusive,
4848 aprovou em uma das suas Assembleias que o CONANDA deveria ser Amicus
4849 curiae, em uma ação que está tramitando no STF colocando com a
4850 inconstitucionalidade dessa medida, e aí é todo, segue toda uma avaliação do
4851 aumento da concentração de renda, da piora das condições de pobreza, da
4852 diminuição dos orçamentos para a saúde, para educação, para Assistência Social.
4853 Então, todos esses elementos estão lá contidos nesse documento que o
4854 CONANDA aprovou com maioria da Sociedade Civil, mas também contando com
4855 alguns companheiros do Governo, que o CONANDA fosse Amicus curiae nesse
4856 processo que está rolando no Supremo. A Política Nacional sobre a Política
4857 Nacional de arrecadação do Imposto de Renda é bom informar a título de
4858 informação... Mas nós temos um problema, acumulou se por conta da Emenda
4859 Constitucional 95, acumulou-se Fernando o superávit de 100 milhões na conta do
4860 fundo, 100 milhões que os orçamentos não conseguem executar, porque então o
4861 dinheiro, você consegue captar recurso, o recurso é colocado lá no fundo, mas
4862 nós ficamos impossibilitado de executar, porque não tem orçamento, e aí volta
4863 aquela primeira, primeiro princípio que você coloca, importante a incidência nos
4864 orçamentos, é importante, a importância de revogar essa Emenda Constitucional
4865 95. Então, é isso, parabéns aí pela fala e vamos passar a palavra para Débora,
4866 para fazer os considerandos e dar continuidade aos trabalhos.

4867



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4868 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
4869 **Governo Federal)** – Em primeiro lugar agradecer a participação do José
4870 Fernando, foi ótimo a sua fala, a questão especialmente do fluxo que o Edmundo
4871 falou e também sobre a questão do planejamento, é muito importante sim essa
4872 proposta da incidência, da discussão sobre o planejamento, sobre o orçamento,
4873 quanto mais participação, mas a gente vai ter políticas mais acertadas, e quando
4874 você fala do orçamento, especialmente nos instrumentos de execução do
4875 orçamento tem um Plano Plurianual como você bem falou, e só lembrando que o
4876 Plano Plurianual 2020/2023 está aprovado, uma das prioridades esse plano
4877 atualmente é uma agenda para a primeira infância, ela tem prioridade para a
4878 implementação, para recurso e isso é muito importante ser debatido, ser discutido.
4879 Então, agradeço muito a participação, o debate é muito importante, aproveito para
4880 convidar a nossa segunda palestrante, é a professora Ailta Barros de Souza, que
4881 vai se juntar a nós nesse debate agora tão importante, professora Ailta Barros de
4882 Souza é professora associada da Universidade de Brasília, do departamento de
4883 Serviço Social, tem experiência em análise e avaliação de Políticas Públicas,
4884 Política de Proteção à Infância Adolescência e de juventude, é PHD em ciência
4885 política pela Universidade Montreal no Canadá, e Promotora de Justiça Titular da
4886 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, no Paraná.

4887

4888 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
4889 **Brasília)** – Boa tarde ser a todos e a todas. Olá, estão me ouvindo? Tudo bem?
4890 Só essa última parte do Paraná que não é, está certo? Eu acho que caiu aí de
4891 outro lado, o meu tem um recorte, especiaro currículo, tudo bem. Pronto. Essa
4892 segunda parte aí que não é. Então, estou nervosa, não estou como nosso colega
4893 que dizia, está aí eu nunca me senti tão à vontade, estou aqui com a mãozinha,
4894 mas vamos lá. Então queria parabenizar a todos e a todas pela iniciativa, e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4895 gostaria também primeiro dia de agradecer o convite dos que fazem o CONANDA
4896 e eu estou lendo, está minha gente? E a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da
4897 Criança e do Adolescente sobre o tema Proteção Integral. Tem um cachorrinho.
4898 Diversidade enfrentamento das violências. Ele resolveu, porque ele ouviu a voz.
4899 Bom, eu queria cumprimentar também um MDH que mesmo contra a vontade agiu
4900 em conformidade com a lei. Então, eu aprecio muito a obra de Jacques Derrida
4901 "Força de Lei." Porque as leis existem para serem cumpridas. Então, os meus
4902 cumprimentos ao MDH e eu saúdo a todos os fóruns de participação social do
4903 Brasil, que resistem bravamente às tentativas de inclusão dos canais de
4904 participação e controle popular na Administração Pública e nos Fóruns
4905 Deliberativos e de Controle de Políticas Públicas, a exemplo do CONANDA, do
4906 cdcas, dos Conselhos de Saúde dos Conselhos de Educação, dos Conselhos de
4907 Direitos dos Idosos, dos Conselhos dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que
4908 foram alvo do Decreto 9759 de 11 de abril de 2019, que visava a implosão da
4909 Organização da Sociedade Civil através dos fóruns deliberativos de Políticas
4910 Públicas. Então, Conferência, a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança
4911 e do Adolescente, que acontece agora e da qual participamos, ela é um exemplo
4912 de resistência. Então, eu saúdo a todos e a todas, porque estamos em luta
4913 permanente contra o desmonte do estado contemporâneo no Brasil, construído a
4914 partir de árduas lutas que resultaram no final da ditadura militar e na aprovação da
4915 Constituição Federal de 1988, sobre ataque permanente desde sua promulgação,
4916 chegando, inclusive, ao golpe que desinstituiu a Presidente Dilma. Eu agradeço
4917 pelo honroso com o convite para falar sobre o tema orçamento e financiamento
4918 das políticas para crianças e adolescentes e digo que o nosso colega que nos
4919 antecedeu ele já colocou praticamente toda a fala que eu havia preparado,
4920 inclusive, algumas propostas. Aproveito também para cumprimentar as crianças,
4921 os adolescentes e jovens. Um minutinho. Que participam do evento
4922 protagonizando a história viva da proteção à infância e adolescência no Brasil,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4923 como uma forma de resistência ao adultocêntrismo e a minorismo na sua forma
4924 mais pejorativa que insiste também em prevalecer, inclusive, nas práticas
4925 daqueles que são responsáveis por proteger os direitos e que terminam sendo os
4926 maiores violadores desses mesmos direitos. Então, meus cumprimentos a todos e
4927 a todas, adolescentes, meninos, meninas e jovens que se mantêm ativos e
4928 vigilantes na garantia de seus direitos. O que mais? Então, eu cumprimento
4929 também os jovens de mais de 18 anos, porque jovens segundo o Estatuto da
4930 Juventude é pessoa com a idade de 15 a 29 anos, muitos dos quais são vítimas
4931 da letalidade no Brasil, temos dois relatórios que denunciam, se tiver atrapalhando
4932 muito, eu vou ter que tomar uma providência com os cachorrinhos. Então, vamos
4933 lá, preciso que vocês me digam.

4934

4935 **Interlocutor não identificado** – Está ótimo, continua, deixa os bichinhos.

4936

4937 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
4938 **Brasília)** – Pronto, são cinco mais a mãe. Então assim, todos os jovens que
4939 participam também da Conferência, que participaram das Conferências Municipais
4940 e Estaduais é que fazem os coletivos e os Fóruns de Participação jovem nesse
4941 país como o grito e os gritos da periferia, o grito dos excluídos e todos os gritos
4942 contra o racismo, contra homotransfobia contra como LGBTfobia, como o nosso
4943 colega bem colocou e todos os movimentos sociais e culturais que resistem a
4944 cada dia e a inclusão das políticas de promoção da igualdade é de inclusão social,
4945 que são também um dos eixos primordiais da Conferência. Exemplo disso nós
4946 temos disso na educação pública nas cotas para o acesso aos serviços públicos e
4947 em várias outras iniciativas de promoção de igualdade e que estão também sobre
4948 ataques constantes no Brasil, seja com a PEC da morte que o nosso colega muito



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4949 bem mencionou que é a Emenda Constitucional 95, que é uma afronta a
4950 Constituição Federal, seja também no hoje com a pauta na agenda do Congresso
4951 Nacional proposta pelo executivo, pelo executivo federal da chamada Reforma
4952 Administrativa, que nada mais é do que uma tentativa de retirar direitos de
4953 usuários de serviços e de Servidores Públicos nas três esferas de Governo
4954 Federal, Estaduais e Municipais. Então, penso que a iniciativa para que a gente
4955 prove a inconstitucionalidade da PEC da morte, ela é uma iniciativa que tem que
4956 vingar, porque nós estamos andando para trás como caranguejo no país. Eu não
4957 poderia deixar de mencionar ou de transmitir em nome da 11ª Conferência dos
4958 Direitos da Criança e do Adolescente, as nossas condolências a 171.460 famílias
4959 brasileiras, que perderam seus entes queridos, são o extermínio de populações
4960 equivalentes a quatro cidades do Brasil como Valparaíso de Goiás, Bragança
4961 Paulista em São Paulo, Timon no Maranhão e Pindamonhangaba no estado de
4962 São Paulo, cada uma delas tem uma população estimada entre 170 e 171.000
4963 habitantes. Então, esse é o número oficial que nós conhecemos de brasileiras e
4964 brasileiros que já foram enterrados. Então, gostaria de enviar em nome da
4965 Conferência as nossas sinceras condolências a todas as famílias que vivem em
4966 luto, dessas perdas irreparáveis, principalmente as crianças, os adolescentes e
4967 jovens que foram privados da convivência com seus entes queridos e que vai e
4968 que vão sofrer as sequelas e as sequências dessa crueldade, pelo resto do suas
4969 vidas. Então não podemos esquecer que estamos em plena pandemia e em plena
4970 era do obscurantismo e do negacionismo no Brasil. Peço também licença para
4971 homenagear pelo menos citando aqui os trabalhadores e trabalhadoras do
4972 Sistema Único de Saúde, o SUS, nosso SUS que arriscam as vida todos os dias
4973 para salvar as nossas é dos nossos entes queridos, os trabalhadores do SUAS do
4974 Sistema Único de Assistência Social, que lidam cotidianamente com a
4975 perversidade das expressões da questão social nas suas formas mais
4976 impensáveis que a gente pode imaginar, apressar de estarmos em uma conjuntura



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

4977 de pandemia e de recolhimento, essas situações elas chegam todos os dias a
4978 esses trabalhadores que também arriscam suas vidas provendo os serviços
4979 sociais, a população subalternizadas e excluídas, eles não são subalternos, os
4980 usuários do SUAS não são subalternos, eles foram subalternizados pela lógica
4981 dessa sociedade que nossos colegas em a todas as Conferências anteriores já
4982 muito bem descreveram, pela perversidade do racismo, da concentração de
4983 renda, do adultocêntrismo, do patriarcado e de tantas outras expressões que a
4984 gente poderia enumerar durante toda a Conferência. Eu quero também mencionar
4985 um grupo de trabalhadores e trabalhadoras especiais que hoje não descansam,
4986 que são os caveiros se as caveiras desse país imenso, que não param de enterrar
4987 corpos, muitas vezes dos seus vizinhos, dos seus amigos e dos seus entes
4988 queridos. Então, penso que o Brasil ele deve adotar políticas para a atender a
4989 esse público que vai ter sequelas sobretudo na sua saúde mental para o resto de
4990 suas vidas e também penso que temos que ter uma política que valoriza esse
4991 trabalho, porque todo mundo que morre, todos nós precisamos de um enterro
4992 digno e nós devemos isso a essas pessoas. Então, são mais de 171 mil corpos
4993 enterrados. Então, imaginemos como está a saúde e a força e a vontade de
4994 trabalhar dessas pessoas? Então, aqui a nossa homenagem a minha homenagem
4995 em nome da Conferência a esses trabalhadores e a todos os outros que se
4996 arriscam no setor de serviços, na agricultura, na produção e distribuição de
4997 alimentos e assim por diante, tem muita gente se arriscando nessa pandemia. Eu
4998 quero dizer que hoje eu estou muito contente, porque o Nordeste está com
4999 sotaque, está participando e eu sou nordestina, paraibana e sertaneja. Então,
5000 aproveito para enviar ao meu abraço ao meu estado da Paraíba também e ao
5001 Fórum DCA, foi onde eu comecei a minha militância na área de proteção à
5002 infância e adolescente, foi lá que eu aprendi, por exemplo, a coordenar uma
5003 reunião participando com colegas muito mais experientes do que eu. Então eu
5004 devo a minha presença aqui a essa entrada no Fórum DCA na Paraíba e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5005 agradeço imensamente, porque foi de lá que eu aprendi e tomei gosto e segui
5006 mais firme na luta pela defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.
5007 Então o nosso eixo 3, que é orçamento via financiamento das políticas para
5008 crianças e adolescentes, ele tem lá na proposta da Conferência a ideia de avançar
5009 no debate sobre as formas de ampliar os recursos destinados a crianças e
5010 adolescentes nas diversas áreas do Governo, bem como aprimorar a gestão
5011 desse orçamento e também pensar as formas de diversificação das formas de
5012 financiamento dos fundos de Direitos da Criança e do Adolescente nas três
5013 esferas nacional, estaduais, distritais e municipais. Então, eu peguei alguns
5014 documentos chaves, porque a discussão de orçamento como todos os colegas já
5015 falaram no Brasil, ela é uma incógnita, porque o poder público ele não tem
5016 interesse de que a Sociedade Civil ela se apropria desse debate, o próprio
5017 Congresso Nacional não tem interesse também de ver o povo participando,
5018 porque sabem eles que se o povo realmente começa a se apropriar do orçamento
5019 e do fundo público, primeiro vamos descobrir aberrações e segundo nós vamos
5020 sim ter a oportunidade de mudar o rumo das Políticas Públicas e da
5021 implementação da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que a
5022 regulamenta. Então, na verdade, o orçamento ou apropriação do debate sobre o
5023 orçamento no Brasil ele não é de interesse nem daqueles que detêm o poder
5024 econômico e em consequência o poder político e nem daqueles que
5025 eventualmente mesmo não fazendo parte desse grupo assumem a função de
5026 representação na nossa democracia que é extremamente frágil como bem já
5027 colocou o nosso colega e ela não se resume somente ao exercício do voto, ela vai
5028 mais além, porque ela exige uma vigilância e uma participação cotidiana para que
5029 a gente fiscalize os atos do executivo e do legislativo e também do judiciário no
5030 Brasil que nós não sabemos, ele constituiu uma casta chamada por alguns, existe
5031 uma tese de doutorado na USP, que chama o judiciário brasileiro de nobreza
5032 pongada e ele mostra, ele prova na sua tese cujo título eu esqueci, agora o título



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5033 da tese é nobreza pongada, agora o autor que eu esqueci, ele mostra que o
5034 judiciário é uma casta no Brasil e vai se reproduzindo de forma hereditária, da
5035 mesma forma que são os cartórios, que nós sabemos, eles vivem praticamente da
5036 extorsão de taxas para que a gente possa se documentar até para se proteger
5037 também. Então, é nesse sentido que a gente tem que ficar vigilante a contra os
5038 poderes, inclusive, aqueles poderes que em princípio deveriam nos proteger,
5039 porque são eles os maiores violadores de nossos direitos. Então, vários
5040 documentos eu usei, de olho no orçamento criança que é o OCA, preparado pela
5041 Abrinq e o Unicef. Minha gente está dando para escutar? Com esses... Está
5042 atrapalhando?

5043

5044 **Interlocutora não identificada** – Está dando para escutar professora. Pode
5045 continuar.

5046

5047 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5048 **Brasília)** – Está horrível, eu estou... Assim, talvez eu tenha que ir lá e jogar a
5049 ração para eles. Fifi, por favor, vem para cá. Eles que se acalmam. Relatório no
5050 Brasil para as crianças de 2004 e eu também estou me baseando muito na tese
5051 do meu caro colega de departamento aqui na Universidade de Brasília que é o
5052 Evilásio Salvador, que escreveu uma tese sobre o fundo público no Brasil,
5053 financiamento e destino da seguridade social, uma análise do período 2000 a
5054 2007, onde ele mostra que o fundo público no Brasil, infelizmente ele é apropriado
5055 pelo capital, sobretudo pelo capital financeiro, porque todas as vezes que tem uma
5056 crise e ele faz também depois as considerações em outro artigo só das crises dos
5057 últimos trinta anos, o Governo Federal socorre os banqueiros, os empresários a
5058 exemplo do que está fazendo agora e com muita luta é que às vezes ele mitiga



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5059 algumas verbas para socorrer os trabalhado horas a exemplo do que aconteceu
5060 com o Auxílio Emergencial e que ele quis ainda que estão uma para si, um trunfo
5061 como em uma campanha louca para uma reeleição que não acontecerá, tenha
5062 certeza eu, porque o Brasil está vigilante. Então, eu usei também os dados da
5063 auditoria cidadã da vida pública, que é um escândalo nesse país, temos sim que
5064 divulgar o trabalho da associação de auditoria da dívida pública que tem, por
5065 exemplo, dentre outros na Maria Lucia Fatorele, um militante incansável na
5066 denúncia da apropriação do fundo público e do dinheiro público no Brasil, pelo
5067 capital. Então, é nesse sentido que eu vou tecer algumas considerações e vou
5068 falar um pouquinho sobre orçamento criança ou OCA no Distrito Federal. Vai se
5069 deitar, vai. No Distrito Federal, certo. Então assim, a estruturação do orçamento
5070 ela tem como bem falou o nosso colega a Lei do Plano Plurianual, ela tem a Lei
5071 Orçamentária Anual, ela tem também o PNE que tem uma previsão orçamentária
5072 e a lei de diretrizes orçamentárias, mas na prática a gente vê que o Brasil ainda
5073 não evoluiu no sentido de colocar o orçamento como condição sine qua non para
5074 que possamos fazer existir, implementar e acontecerem as Políticas Públicas,
5075 como bem falou o nosso colega, não existe Política Pública sem orçamento,
5076 quando falamos das políticas sociais, o dilema é maior, porque? Porque todos os
5077 cortes em todos os momentos de crise a exemplo do que tivemos em 2016 com
5078 aprovação da PEC da morte, se invoca o gasto social como sendo ele o
5079 responsável pela crise no país, a exemplo do que está também acontecendo
5080 agora. Então nesse sentido o desafio que se coloca, inclusive, para essa
5081 Conferência, é de pensarmos que estratégias nós podemos adotar, inclusive,
5082 como propostas para que o orçamento ele constitua de fato um elemento fundante
5083 das Políticas Públicas e das políticas sociais no Brasil. E aí eu vou tecer algumas
5084 considerações, por exemplo, os anos 90 foram os anos que eu chamei que vários
5085 autores também chamam da constitucionalização de políticas. Um minutinho, por
5086 favor. Está difícil. Eles agora vão fazer a festa, aqui em casa, todo mundo. Então,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5087 se os anos 90 foram os anos da constitucionalização, não tem ninguém em casa
5088 para me ajudar, mas isso também é bom, porque mostra o dilema dos
5089 trabalhadores e das trabalhadoras como nós no home office, não é? Eu vou
5090 pensar aqui em numa saída. Então nós tivemos o período da constitucionalização
5091 e hoje nós estamos na era da judicialização das Políticas Públicas, considerando
5092 ainda que temos o Poder Judiciário que nem sempre aplica as leis de forma
5093 adequada a aqueles que estão no andar de baixo, porque dependemos sempre da
5094 interpretação de alguns e do credo do pessoal, não é por acaso que aquele que
5095 ocupa hoje a Presidência ele quer colocar ministros, segundo ele com o credo que
5096 seja e hiper evangélico, por exemplo, para que ele possa interpretar a Constituição
5097 Federal de acordo com as crenças e os credos tanto dele, como dos seus
5098 pastores. Então temos que caminhar no sentido sim da judicialização, mas no
5099 sentido de fazê-los cumprir e respeitar a Constituição Federal, inclusive,
5100 derrubando a PEC da morte, a Emenda Constitucional 95 e derrubando também a
5101 DRU, que é a desvinculação de recursos da União, para que as Políticas Públicas
5102 especialmente as políticas sociais elas sejam de fato respeitadas e cumpridas
5103 para que elas possam viabilizar os direitos e cidadania que estão previstos na
5104 Constituição Federal diz 1988. E aí quando a gente fala de crianças e
5105 adolescentes, situação é ainda mais grave. Ela é mais grave por conta do racismo
5106 que é estrutural. Gente, pelo amor de Deus. Eu tenho uma gangue aqui de
5107 cachorrinhos. Desculpa gente. Vamos sim, vamos filha, depois eu mostro os
5108 cachorrinhos. Aqui, está aqui uma, está bom? Então assim, é um racismo
5109 estrutural, estruturante é uma ausência de respeito às relações de trabalho,
5110 principalmente, aquelas que são mais frágeis, dos terceirizados, as dos
5111 trabalhadores domésticos como bem prova a situação da mãe do Miguel que
5112 perdeu o seu filho e devido à negligência e devido à falta de respeito de uma
5113 patroa que não soube tolerar um momento de angústia de uma criança que se viu
5114 sem a mãe em um ambiente que para ele certamente era hostil. Então é nesse



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5115 sentido que a gente tem que avançar no Brasil no sentido de fazer cumprir a
5116 constituição e fazemos respeitar as leis e de aplicar-nos a justiça, não só para os
5117 pretos, para os pobres, para os moradores da periferia, para aqueles que moram
5118 na beira dos rios, que são os ribeirinhos, os indígenas, não a justiça ela tem que
5119 ser segundo o Artigo 5º da Constituição, a mesma para todos, porque todos são
5120 iguais perante a lei. Então é nesse sentido que eu acho que os nossos desafios e
5121 para tratarmos do orçamento aqui, principalmente, do OCA do orçamento para
5122 crianças e adolescentes a gente vai ter que romper com alguns hábitos históricos
5123 e que se perpetuam, inclusive, no legislativo e nas coalizões perversas de um
5124 presidencialismo que chega a situação que chegou hoje de negocial fundo público
5125 com o centrão para garantir a sua permanência no Governo. Então vamos
5126 combater essas formas, que são aberrações é como se estivéssemos voltando a
5127 idade das trevas no Brasil. Vamos combater isso através do fortalecimento dos
5128 nossos fóruns de participação e através do fortalecimento das nossas articulações
5129 com os poderes legislativos, seja no município e aí eu digo assim sem nenhum
5130 problema, a função de vereador no Brasil ela tem que ser repensada, ela tem que
5131 ser repensada e ela tem que ser discutida, porque o vereador Brasil nós sabemos
5132 que ele é um cabo eleitoral do prefeito e ele com raríssimas exceções e ele não
5133 atua no sentido de zelar e nem de promover ou promulgar leis que beneficia a
5134 comunidade, ele negocia os seus interesses. Então temos que pensar a
5135 representação no Brasil para que ela de fato incide sobre Sociedade Civil, sobre
5136 as necessidades da população. E o onde entra o ECA? Ou o orçamento no ECA?
5137 O artigo 4º do ECA, que impera em grande medida o artigo 227 da Constituição,
5138 ele diz que o orçamento, a destinação de recursos para crianças e adolescentes
5139 na sua a linha C, ela deve ser preferencial, preferência na formulação e na
5140 execução de Políticas Públicas, mas assim, não temos nenhum dispositivo que
5141 obrigue os governos federal, estaduais, distritais e municipais a fazerem a
5142 destinação privilegiada de recursos públicos e nas áreas relacionadas com a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5143 infância e juventude que são o oposto na linha D, do mesmo artigo 4º. Então
5144 assim, não temos um dispositivo que realmente viabilize a prioridade absoluta
5145 contida no artigo 227 da Constituição Federal e que resultam, resulta na proteção
5146 integral da criança e do adolescente no Brasil conforme a doutrina de proteção
5147 integral da ONU, e que foi integralmente assimilada pelo ECA, mas nós temos. E
5148 aí eu vou lançar algumas questões para a gente pensar em debater e tirar com
5149 propostas. Curiosamente...

5150

5151 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
5152 **Governo Federal)** – Pode continuar, é rápido?

5153

5154 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5155 **Brasília)** – É, vai ser rapidinho, só três questões.

5156

5157 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
5158 **Governo Federal)** – Está bom.

5159

5160 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5161 **Brasília)** – Nós tivemos em 2019 aprovação da PEC 34 que alterou os Artigos 165
5162 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a programação orçamentária
5163 proveniente de emendas de bancada de parlamentares ou de parlamentares
5164 individuais. Eu acho isso uma aberração, me perdoem, quer dizer, que o
5165 parlamentar ele tem direito a ter uma destinação no orçamento da União e a
5166 criança e o adolescente não tem. Então apropriação do fundo público ela deve se



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5167 dá também pela via do legislativo. A outra questão que a gente tem que debater
5168 talvez encaminhar como proposta, a dívida pública no Brasil ela já consumiu tudo
5169 que podia para dá de nossas riquezas, inclusive, porque são tiradas da educação
5170 e da saúde. Em 2020 até o dia 27 de agosto o Brasil pagou
5171 R\$1.46.874.486.000,00 de juros da dívida pública, o equivalente a 45,76% dos
5172 gastos, do executivo que é aquele gasto discricionário, que está lá quando vai se
5173 discutir a lei orçamentária anual. E o outro ponto para finalizar, eu peço desculpas,
5174 nós temos uma ausência absoluta de responsabilização por gestores públicos
5175 Presidente, Governadores, Prefeitos que negligenciam eu e contingenciam os
5176 recursos orçamentários que deveriam ser destinados à proteção à infância e a
5177 juventude no Brasil. O uma mãe, desculpa. Então é nesse sentido que eu acho
5178 que a gente tem que encaminhar propostas nessa Conferência para que a gente
5179 fortaleça a nossa participação nas frentes parlamentares, inclusive, na frente
5180 parlamentar de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para que esses
5181 mecanismos eles sejam também adotados para que nós consigamos uma
5182 incidência real sobre o orçamento público destinado a crianças, adolescentes e
5183 jovens no Brasil. Eu peço desculpas a vocês eu tenho 1000 outros exemplos, que
5184 não será o caso agora, está bom? E eu agradeço, eu espero ter contribuído para o
5185 nosso debate sobre o orçamento público no Brasil e sobre o orçamento para
5186 crianças e adolescentes o OCA. Muito obrigada.

5187

5188 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
5189 **Governo Federal)** – Obrigada, obrigada pela fala. Professora Ailta. Eu não vou
5190 dialogar, então gente, já são 17h30, eu vou já encaminhar para as perguntas, nós
5191 recebemos perguntas. Primeiramente, temos perguntas para o professor
5192 Fernando, podemos começar por você Fernando? Temos, a dinâmica aqui talvez,
5193 as respostas possam fazer a leitura de três perguntas, um bloco de 3 perguntas e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5194 vocês vão respondendo, pode ser? Então vou iniciar aqui. A pergunta da Graciane
5195 Silva de Matos, delegada do Rio Grande do Sul. Vamos falar de orçamento e
5196 financiamento, olhe essa notícia, ela encaminhou uma notícia cujo título é: o
5197 governo Bolsonaro reduz o valor mínimo a ser investido por aluno anualmente. E
5198 aí ela complementa, redução do valor do salário mínimo, o valor mínimo a ser
5199 investido anualmente por estudante e isso a depender da educação para criança e
5200 adolescente? Então essa é a pergunta, a questão da Graciane a escola Silva. A
5201 sequência Elisângela Leal de Oliveira Mercado, delegado de Alagoas. Ela
5202 parabeniza o Fernando e gostaria de que ele falasse, comentasse mais sobre uma
5203 necessidade de alguns estados e municípios implantaram um orçamento da
5204 criança e do adolescente que está nas nossas propostas. A terceira questão da
5205 Socorro Carvalho, da Paraíba. Boa tarde Fernando, gostaria de pedir alguns
5206 esclarecimentos em relação à aplicação dos recursos do fundo da criança e do
5207 adolescente. Eles podem ser passados para Política Pública o programa
5208 governamental? Nos municípios e estados, pela orientação da orientação pelo
5209 CONANDA, diz que não, hoje temos uma discussão, inclusive, pelo Ministério
5210 Público que, inclusive, os Conselhos, inclusive, os Conselhos para antecipar.
5211 Gostaria de maior esclarecimento sobre isso. E ela ainda complementa mais um
5212 pouquinho, outros esclarecimentos quem gostaria de ter em relação ao marco
5213 regulatório para funcionamento de estados e municípios, que sabemos que pela
5214 lei federal, devem funcionar. Se o estado e nem o município teve do decreto de
5215 regulamentação, os editais do fundo para a preservação de projeto têm que estar
5216 em conformidade com o marco?

5217

5218 **Sr. José Fernando Silva (Palestrante) – Posso ir?**

5219



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5220 **Sra. Débora Nogueira Bezerra (Conselheira do CONANDA, representante do**
5221 **Governo Federal)** – Pode, passo a palavra ao senhor.

5222

5223 **Sr. José Fernando Silva (Palestrante)** – Primeiro, obrigado aí pelas questões.
5224 Eu fiquei preocupado de fazer a minha fala no tempo para justamente ter o debate
5225 e aí eu acho que a gente às vezes não consegue aprofundar alguns aspectos.
5226 Não podemos discutir o orçamento e financiamento sem discutir a política
5227 econômica, um aspecto está relacionado a outro, se discuti os investimentos na
5228 relação com o PIB, como a doutora colocou agora em relação à dívida, pagamento
5229 dos juros das dívidas. Então evidentemente se o Governo pode se Bolsonaro,
5230 pode ser qualquer governo estadual, o governo municipal, ficar no exemplo, ele
5231 está reduzindo, isso não é priorizar educação e vai penalizar justamente aquela
5232 parte das infâncias e se das adolescentes que historicamente são excluídas desse
5233 acesso à educação em via de regra, são as crianças negras, são as crianças
5234 pobres. Então é preciso que haja por parte dos órgãos e aí eu estou me referindo
5235 Conselhos, CONANDA, Conselho Nacional Educação, Ministério Público, a frente
5236 parlamentar a deputada Maria do Rosário participou da abertura da conferência
5237 possa ter uma ação conjunta para que a gente impeça esse movimento de reduzir
5238 recursos. Nós tivemos esse ano esse ano, uma vitória importante, que foi a
5239 aprovação do novo Fundeb, o novo Fundeb com aluno, o custo aluno de
5240 qualidade. E o novo Fundeb além de ter essa perspectiva, ele foi
5241 constitucionalizado, mas a gente precisa estar muito atento à movimentação da
5242 área econômica e fiscal do Governo Federal para que não haja um prejuízo, ou
5243 seja, a gente ganha do ponto de vista de ser uma parte da construção do Fundeb,
5244 mas do ponto de vista do orçamento e da tributação no Brasil e a gente tem
5245 redução de a orçamento. Só para vocês terem uma ideia, eu tive acesso ao
5246 estudo da Associação Municipalista, de prefeitos e prefeitas de Pernambuco, os 6,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5247 nos oito primeiros meses, o Fundeb de Pernambuco, ele perdeu 130 milhões de
5248 reais por que está atrelado a economia. Então a gente precisa ter um olhar ao
5249 orçamento do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal e
5250 estar atento, porque a gente tem sofrido esse Governo tem sido especialista nisso
5251 e cortar o orçamento das políticas sociais isso é um exemplo evidentemente que
5252 demonstra que a gente precisa unir forças, o CONANDA, frente parlamentar,
5253 Ministério Público, Conselho Nacional da Educação, as Organizações da
5254 Sociedade Civil, a campanha nacional pelo direito à educação, que congrega
5255 várias organizações para a gente combater e fazer o bom combate e garantir o
5256 orçamento e que não haja redução dos recursos. Nós pensamos um pouco
5257 fundamental, a gente precisa unir forças, não vai ser o CONANDA sozinho, não
5258 vai ser o resultado dessa, Conferência. A Conferência é fundamental, ela é
5259 importante, eu já sinalizei na minha fala inicial a importância. Em relação ao OCA,
5260 o orçamento de crianças e adolescentes acho que é fundamental que a gente
5261 possa fazer com que esse olhar para o orçamento, ele aconteça na esfera da
5262 União, dos estados e do município. Então a uma metodologia desenvolvida, o
5263 INESC, o Unicef, Fundação Abrinq é um trabalho muito importante, o Centro de
5264 Cultura Luiz Freire, participou da elaboração de uma dessas publicações para que
5265 haja essa metodologia aplicada aos orçamentos. Então a gente vai ter em janeiro
5266 prefeitos e prefeitas assumindo. Câmara de vereadores, é uma oportunidade da
5267 gente fazer do processo de elaboração do próximo PPA, que PPA seja elaborado
5268 com codificação, que permita a gente ter já no PPA esse olhar do orçamento
5269 criança e adolescente, porque se não a gente não consegue fazer esse olhar e
5270 orçamento do OCA não se reduz a pessoa que fez a pergunta, com certeza sabe
5271 tão bem disso, que não se reduz ao fundo da criança e do adolescente, não se
5272 reduz ao fundo da educação, ele está na assistência, ele está na saúde, ele está
5273 no conjunto das políticas sociais. Então a gente tem que fazer no processo de
5274 elaboração do PPA no município esse recorde para orçamento e no Governo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5275 Federal a gente precisa, existe organizações que fazem esse trabalho cada vez
5276 mais fazer isso junto, o fórum nacional DCA pode estar junto, o INESP, o
5277 CONANDA, a frente parlamentar, a campanha nacional pelo direito da educação.
5278 Em relação a destinação dos recursos, eu sei da existência, da resolução do
5279 CONANDA, que cria regras, essa pergunta na via geralmente ela é feita nesses
5280 debates, o que eu tenho respondido? Veja só, as Resoluções do Conselho são
5281 para ser respeitadas, são para ser respeitadas, A solução do CONANDA, do
5282 Conselho de Educação, do Conselho de Saúde ela precisa ser respeitada, porque
5283 essa é uma determinação baseada na Constituição, o artigo 227 da criança e do
5284 adolescente ele diz que no 204 se aplica aos Direitos da Criança e do Adolescente
5285 e lá está a participação das organizações na formulação das políticas, quando a
5286 gente combina isso no Estatuto, é formulação, deliberação e controle em todas as
5287 ações. Então eu respeito a decisão do CONANDA, agora o que a gente precisa
5288 ter? É uma leitura das Resoluções do CONANDA, que serve para essa série para
5289 outra que tem o Artigo do Estatuto salvo engano é o Artigo 5º, que diz seguinte: na
5290 aplicação da lei deverá se levar em conta a finalidade social dos bens, direitos
5291 individuais e coletivos. Então hora, se nós temos carência de recursos, a gente
5292 precisa atuar em duas frentes, uma para que o fundo municipal cada vez mais tem
5293 recurso não só do imposto de renda, mas também do orçamento da fonte 100,
5294 como a gente costuma falar e que o papel deliberativo do Conselho considere a
5295 realidade dos municípios, que faz o diagnóstico e diga o seguinte, se o principal
5296 problema do Ministério é a ausência de creches, a gente precisa aplicar o Artigo 5º
5297 que determina que na interpretação da lei a gente precisa levar em consideração a
5298 finalidade social. O Fundeb é que financia educação. Então a gente precisa brigar
5299 lá. Então, esse olhar vinculado para os três fundos aqui, eu estou colocando
5300 quatro aliás, está na minha apresentação, fundo da criança, fundo da educação,
5301 fundo da assistência e saúde. A gente precisa trabalhar junto nisso para que a
5302 gente possa ter efetividade no que se refere a garantia de políticas, a creche



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5303 precisaria ter todo o amparo do Fundeb e a gente está correndo um sério risco por
5304 conta, os rumores que volta e meia, Paulo Guedes ameaça em relação a retirar
5305 recursos do Fundeb para outras áreas. Mas em relação ao fundo da criança e do
5306 adolescente a gente precisa considerar na pregação da Resolução do CONANDA,
5307 o Artigo 5º do Estatuto. Em relação ao Marco Regulatório, eu tive a experiência de
5308 ser gestor municipal da minha cidade Jaboatão que é uma cidade da região
5309 metropolitana de Caruaru, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru que é uma cidade
5310 importante do agreste. É importante regulamentar as vezes, o gestor a equipe da
5311 gestão sobretudo da área jurídica e eu tive muito facilidade com Caruaru, ela diz
5312 que não é importante, que a lei federal é algo regulamentado. Eu entendo
5313 seguinte, é preciso que o estado regulamente e se estado é regulamentar, o
5314 município regulamenta para que a gente possa ter toda a cobertura jurídica
5315 necessária para a efetivação do novo Marco Regulatório das organizações da
5316 sociedade.

5317

5318 **Interlocutor não identificado** – Deu então? Importante essa fala e do Fernando,
5319 porque no município e estados têm alguns penduricalhos e lei e as vezes não são
5320 leis, são procedimentos que os gestores terminam por transformar em lei. Então
5321 tem uma regulamentação municipal, estadual sobre a 13,19 é fundamental. Eu
5322 agora vou fazer, deixa eu pegar aqui. Resolveu ligar o som ali, o gato resolveu
5323 aparecer agora, os animais hoje estão querendo falar. Você, são os cachorros e
5324 aqui são os gatos, viu? Então, professor Ailta, a Elisângela, Elisângela Leal
5325 Oliveira Mercado de Alagoas, de Maceió em Alagoas ela diz o seguinte: adorei as
5326 falas vou aprendendo muito, por favor, se possível peço que os palestrantes nos
5327 falem mais sobre a GRU, a manutenção dela até 2023 foi aprovada? A revogação
5328 dela seria para depois dessa data ou imediatamente? Professora Ailta.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5329

5330 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5331 **Brasília)** – Então, na verdade, eu acho que é a DRU, não é? Que é a
5332 Desvinculação de Recursos da União.

5333

5334 **Interlocutor não identificado** – É, da União, é. Ela colocou GRU.

5335

5336 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5337 **Brasília)** – É, porque a GRU, acho que ela confundiu, porque é Guia de
5338 Recolhimento da União que é aquela que é que a gente paga para o imposto de
5339 renda, com um monte de taxas do Governo Federal. Gente, olha só, eu vou
5340 mostrar a vocês. Olha só, olha um negócio desse.

5341 **Interlocutor não identificado** – Irresistível.

5342 **Sra. Ailta Barros de Souza (Professora associada da Universidade de**
5343 **Brasília)** – A DRU, eu lembro desde a época FHC, que ela foi realmente uma
5344 pauta da agenda política, porque eu é FHC também ele tentou por todos os meios,
5345 inclusive, ele conseguiu em alguns momentos utilizar essa desvinculação para
5346 privilegiar determinados setores que ele achava que eram prioritários em
5347 detrimento, em prejuízo das Políticas Públicas. Então esse, cada Governo ele usa
5348 no Brasil infelizmente eu vejo muito isso, por exemplo, nos últimos tempos essa
5349 tentativa de desvincular. Então aí eu vou pegar o gancho e falar de novo que nós
5350 precisamos ter um orçamento impositivo é aquele que responsabiliza o gestor, se
5351 ele não cumpre e aí eu vou dar alguns exemplos aqui do DF por quê? Por que em
5352 um dos estudos patrocinados pela Abrinq, INESC, Unicef em 2004 vejam a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5353 perversidade, já se previa que até meados do século XXI, nós estamos em 2020,
5354 nós teríamos uma diminuição da aplicação de recursos na área prioritária de
5355 proteção à infância e juventude em mais de 56%. Só que pasmem, essa
5356 diminuição hoje ela é maior e ela é maior exatamente, porque o gestor ele não é
5357 penalizado. Eu vou dar o exemplo do DF, os dados que eu vou mencionar, foram
5358 trazidos pelo Presidente do CDCA, Coracy Coelho, quarta-feira em uma aula
5359 sobre Direito da Criança e do Adolescente no núcleo de estudo da infância e
5360 juventude no qual eu participo. Eu vou dar o exemplo, por exemplo, de despesa
5361 autorizada em 2016 na área de proteção à infância e adolescente do DF.
5362 R\$45.847.944,00 despesas executadas pelas organizações da Sociedade Civil
5363 R\$5.656.559,92. Agora pasmem, pelos gestores governamentais, ou seja, pelo
5364 GDF R\$1.265.424,80. Então foi executado um total de R\$6.921.984,79 de
5365 R\$45.847.944,00, eu acho que é uma conduta criminosa. Agora vamos para 2018,
5366 eu vou pular 2017, despesa autorizado no DF, Distrito Federal. R\$74.179.367,00
5367 despesa executada pelas organizações da Sociedade Civil R\$12.972.786,42, pelo
5368 Governo do Distrito Federal R\$9.680.727,90, ou seja 22 milhões 653 de 74
5369 milhões. Então assim, temos que criar mecanismos que responsabiliza o gestor,
5370 porque não acontece nada. Então assim, é fato que a criança e o adolescente são
5371 prioridades absolutas no Brasil? Temos que discuti, porque assim está na lei, está
5372 no Artigo 227, está no ECA, mas na prática as pessoas não levam a sério. Então é
5373 nesse sentido que essa desvinculação de qualquer desvinculação de recurso da
5374 União esteja destinada a Políticas Públicas, inclusive, de Assistência Social que
5375 estão lá, na Lei Orçamentária Anual, que são 3 itens. 1) É para despesa fiscal do
5376 estado sobretudo do poder executivo. 2) Para o orçamento da Seguridade social
5377 e, 3) Para o investimento do estado e empresas e autarquias das quais o Governo
5378 Federal participei tem a representação. Então assim não basta a gente ter a
5379 referência ao orçamento da Seguridade Social. Nós temos que criar mecanismos
5380 de impor quando a gente fala de um orçamento impositivo é que ele não depende



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5381 do poder discricionário do gestor, ele tem que ser obrigado a se ele não fizesse
5382 aqui é pedalada minha gente, ele deixou de aplicar o recurso, para onde foi?
5383 Então é nesse sentido que qualquer desvinculação de recursos ela deve ser
5384 combatida. E a situação que temos hoje eu acho que temos que trabalhar para
5385 reverter, a conjuntura não é promissora, porque nós estamos vendo em plena
5386 pandemia o desmonte que foi feito do Ministério da Saúde, inclusive, com a
5387 violação do Artigo 5º da Constituição Federal que garante o direito à vida e com a
5388 violação dos Artigos da Lei 8.080 que regulamenta o Sistema Único de Saúde.
5389 Então eu não sei, como vamos buscar saídas, mas eu acho que temos que
5390 publicizar essas violações de direitos, principalmente, porque elas são cometidas
5391 por aqueles que deveriam proteger o direito, o Presidente da República ele tem
5392 uma missão é de zelar pela Constituição, é de cumprir o que está na Constituição
5393 e ele é um dos maiores violadores de direito do Brasil. E aí, cadê as instituições?
5394 E o judiciário? Então não sei se respondi.

5395

5396 **Interlocutor não identificado** – Obrigado professora Ailta. É muito elucidativa as
5397 explicações. Fernando quer fazer algum complemento a isso?

5398

5399 **Sr. José Fernando Silva (Palestrante)** – Eu queria. Sim, objetivamente assim,
5400 salvo engano a DRU ela está convalidada na Constituição até 2023 e a
5401 desvinculação de 30% das receitas da União. Só que tem um problema o Paulo
5402 Guedes já ameaçou várias vezes manter a DRU e aumentar para 50% a
5403 desvinculação ou até 100%. Então se a gente não ficar atento, a gente pode ficar
5404 em uma situação maior do que já estamos, ou seja, a gente tem a PEC que
5405 congelou os investimentos públicos, a gente tem a DRU que desvincula 30% e ela
5406 pode chegar a 100%, ela pode chegar a 40%. Então a gente precisa, não é manter



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5407 30%, todos os Governos mantiveram a DRU, Fernando Henrique criou, Lula
5408 manteve, Dilma manteve, Michel Temer manteve e está, e pode ficar pior que é
5409 aumentar para 50% a desvinculação da Receita. Só para a gente ficar entendendo
5410 claramente o que significa isso, vamos supor que o salário de um casal que tem
5411 dois filhos, um deles resolva desobrigar a investir 30% do que ele é obrigado para
5412 educação, para a saúde, para a cultura, é isso que a gente está falando. Então o
5413 Governo Federal está se desobrigando por conta dessa Emenda Constitucional a
5414 não investir 30% como eu mostrei naquele estudo do INESC, que são 92 bilhões
5415 de reais. Então é muito dinheiro, a gente faria uma expansão de creches com
5416 qualidade no Brasil se a gente tivesse mais 92 bilhões de reais. Então a DRU,
5417 realmente é um mecanismo perverso que a gente precisa. colocar, tão importante
5418 quanto a votação da Emenda Constitucional 95.

5419 **Sr. Edmundo Ribeiro Kroger (Centro de Educação e Cultura Popular) –**
5420 Perfeito. Obrigado Fernando. Os dois palestrante todos os dois convocaram,
5421 trouxeram importantes contribuições, mas se colocaram em uma necessidade do
5422 Controle Social. Controle Social sobre Judiciário, Controle Social sobre
5423 Parlamento, necessidade de que os orçamentos sejam autorizativos, da mesma
5424 forma que fez com os parlamentares, que essa possibilidade de orçamento
5425 autorizativo também se estendesse para a área da infância e da adolescência.
5426 Então isso é muito importante e acho que os participantes aí da Conferência já
5427 tem instrumentos aí para produzir as suas propostas. Concluindo, eu só queria
5428 lembrar que o CONANDA, além daquele amiscure que a gente se referiu. O
5429 CONANDA também fez gestões contra a PEC, a proposta de Emenda
5430 Constitucional nº 189, no sentido de que nós oferecemos, o que é a 189? A 189
5431 é uma perversidade que está sendo montada no seio do Poder Legislativo para
5432 acabar com os Fundos Nacionais, quer dizer, não é acabar, não é extinguir, eles
5433 não usam esse termo. E eles não extingue, eles apenas destinam os recursos que
5434 são vultosos, que a gente só pensa no Fundo da Criança, mas não tem só o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5435 Fundo da Criança, existe milhares, centenas de outros Fundos e alguns deles
5436 bilionários, trilhonários como o Fundo das telecomunicações e, que ninguém usa
5437 os recursos. E outros Fundos, o Fundo de Expansão da Tecnologia. Então assim,
5438 esse Projeto de Lei ele pretende pegar todos os Fundos e colocar em outra, dá
5439 um outro tipo de utilização. O Fundo da Criança também ele está no meio, então,
5440 que o CONANDA fez? Ele apresentou uma proposta, uma proposta, um
5441 substitutivo para que o CONANDA, o Fundo do CONANDA, o FIA, o Fundo da
5442 Infância e Adolescência fosse, saíssem desse Projeto de Lei Constitucional.
5443 Então, os outros projetos de lei que nós estamos interferindo, eles continuam lá na
5444 mesa do Presidente esperando a instalação das Comissões que foram
5445 interrompidas por conta do Covid-19. Então, a situação realmente de recursos
5446 para a área da criança e do adolescente está passando por um momento muito
5447 difícil, nós não conseguimos fazer gestões para utilização dos 100 milhões que lá
5448 se encontram e, mas a luta continua. Então acho que as falas apontaram muita
5449 nessa direção, necessidade de organização da sociedade, continuar esse
5450 processo de luta, de Controle Social para que a gente consiga mudar essa
5451 realidade. Obrigado a todos. E passar a palavra para a nossa Coordenadora para
5452 ela fazer as suas considerações finais.

5453 +Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da
5454 Criança e do Adolescente, CONANDA) -. Na mesma linha Edmundo, concordo
5455 com você, um pouco a questão do entendimento da apropriação e da participação
5456 e do Controle Social sobre os mecanismos de planejamento e orçamento das
5457 Políticas Públicas. E quando o Fernando falou uma frase, sua fala sobre:
5458 "trabalharmos juntos." Eu acho que é isso, trabalharmos juntos para fazer valer o
5459 Direitos da Criança e do Adolescente, a preservação, a valorização dos Direitos da
5460 Criança e do Adolescente. Isso tem que ser uma visão mesmo um visão
5461 construída entre estado e sociedade, estados, Poderes Públicos, Executivo,
5462 Legislativo, Judiciário, a Sociedade Civil Organizada, a importância dessa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5463 Conferência que comprova isso, está no espírito da Constituição desde 1988, e
5464 nós temos que debater, temos que debater questões polêmicas, questões difíceis,
5465 visões, posições diferentes, tudo isso em prol de Políticas Públicas melhores
5466 também. Eu acho que quando a gente fala de planejamento e orçamento e se
5467 apropriar dessas questões é também em prol de Políticas Públicas melhores, como
5468 eu falei lá no início, vocês têm resultados melhores, tem políticas melhores que
5469 não fazem entregas melhores e com isso a gente faz o enfrentamento mesmo em
5470 contextos tão, tão recessivos, mesmo em um período de pandemia como a gente
5471 está vivendo agora, que a professora Ailta muito bem falou. Então, eu deixo aqui
5472 essa consideração sobre a importância desse momento, a importância da
5473 discussão desse eixo que tem que ser contínua, permanente, a gente tem que
5474 fazer esse debate, repito entre estados e sociedade. Agradeço muito a
5475 participação dos palestrantes, agradeço muito a participação de todos, foi muito
5476 boa discussão, acho que vai enriquecer muito os fóruns, as propostas que nós
5477 temos que fazer, a priorização no final lá no terceiro momento que a gente vai ter
5478 que fazer das cinco propostas aqui nesse terceiro eixo e agradeço a todos, passo
5479 a palavra agora a nossa cerimonial.

5480 **Mestre de Cerimônia** – Agora sim, ao vivo acontecem essas coisas. Ok, muito
5481 obrigada. Agradecemos a todos e nesse momento essa mesa se desfaz,
5482 lembramos aos participantes do eixo 4 e 5 e aos demais espectadores e
5483 participantes da 11ª edição do CNDCA, que amanhã tem mais trabalho a partir
5484 das 14h, após apresentação cultural as atividades do dia de hoje se encerraram,
5485 mas amanhã dia 28/11 nos encontramos novamente com as seguintes atividades:
5486 mesa de exposição às 14h eixo 4, participação, comunicação social e
5487 protagonismo de crianças e adolescentes com os palestrantes: Júlia Rebeca
5488 Noronha Costa, representante do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA.
5489 Ana Cláudia Arruda Leite, às 16h o eixo 5, Espaços de Gestão e Controle Social
5490 das Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes, com as palestrantes Jussara



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5491 Maria Moreno Jacinto e Cláudio Augusto Vieira da Silva, estaremos de volta
5492 amanhã. Fiquem agora com o pocket show, até lá.

5493

5494 **Dia 28-11-2020**

5495 **Mestre de cerimônia** – Senhoras e Senhores, Crianças e Adolescentes de todo o
5496 Brasil muito bom dia, boa tarde. Vamos dar início ao terceiro dia da XI Conferência
5497 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNDCA. É com muita
5498 felicidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,
5499 Conanda e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do
5500 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acolhe e abraça
5501 virtualmente a cada uma, a cada um de vocês, delegadas e delegados e demais
5502 participantes da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
5503 Adolescente. A primeira Conferência totalmente virtual e feita com muito esforço,
5504 muito esmero, de todos aqueles que se envolveram, se dedicaram e que hoje abre
5505 as portas virtuais deste evento para todos vocês. É em razão disso é que a
5506 Presidente do Conanda, a senhora Iolete Ribeiro e a Vice-Presidente(a) do
5507 Conanda, a senhora Petrúcia Andrade, agradecem os seguintes parceiros que
5508 ajudaram a construir esta empreitada: Aos adolescentes do Comitê de
5509 Participação de Adolescente do Conanda, CPA/Conanda. A rede das
5510 organizações da sociedade civil e os integrantes do governo que compõe o
5511 Conanda, A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na
5512 pessoa do Secretário Nacional Maurício José da Silva Cunha, Ao Ministério da
5513 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na pessoa da Ministra Damares
5514 Regina Alves, A Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, FLACSO Brasil
5515 na pessoa de sua diretora Salete Valesan, Ao PNUD, na pessoa de Raissa
5516 Teixeira Freitas, Gerente de Projeto Unidade de Governança e Justiça para o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5517 Desenvolvimento. A Equipe da Secretaria Executiva do Conanda na pessoa de
5518 seu Secretário-Executivo Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, ao Instituto
5519 Alana/SP, na pessoa de Thaís Dantas Adriana Biancolini e Silvanny Rodriguez. A
5520 Escola de Arte Spanta/RJ, na pessoa de Henrique Castro. A artista Luísa Martins
5521 e aos seus pais Alexandre e Fabiana Martins. A Comissão Organizadora da XI
5522 CNDCA entende que as palestras que nortearão os discursões desta Conferência
5523 têm um caráter formativo e universal, portanto, informamos que as transmissões
5524 deste evento estão abertas ao público em geral pelo canal do Conanda e no
5525 YouTube e pelo facebook.com/conandaconselhonacional e no Ambiente virtual da
5526 XI CNDCA, restrito aos delegados e às delegadas no endereço eletrônico
5527 cndca.mdh.gov.br. Também está disponível no canal do YouTube do Conanda, a
5528 transmissão com ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado aqui na
5529 descrição deste vídeo. Nós temos alguns recados também, que as perguntas aos
5530 palestrantes podem ser feitas pelos participantes, delegados e delegadas,
5531 convidados e observadores credenciados através do ambiente virtual da 11^a
5532 CNDCA, e delegados e delegadas da 11^a CNDCA que quiserem apresentar
5533 moções devem encaminhar o texto para o e-mail: se.conanda@mdh.gov.br.
5534 Seguindo as orientações do regimento interno. É fundamental nesse processo que
5535 crianças e adolescentes e pessoas com deficiência tenham sempre ao seu lado
5536 seus tutores e acompanhantes para lhes auxiliar no que for preciso durante todo o
5537 período conferencial. Programação da XI CNDCA. Nos dias 26 e 27 de novembro
5538 tivemos a abertura Conferência com o pronunciamento de autoridades e
5539 especialistas da área da criança e do adolescente, saudação da Ministra Damares
5540 Regina Alves e palestras dos Eixos 1, 2 e 3. E hoje, seguimos com as seguintes
5541 Mesas de Exposição. A partir deste momento exposição sobre o Eixo IV:
5542 Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes; às
5543 16h Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de
5544 Crianças e Adolescentes. De hoje, a partir das 18 horas até as 18 horas do dia 30



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5545 de novembro, primeiro momento do Fórum de Propostas, no qual os delegados e
5546 delegadas da conferencia podem apresentar emendas às propostas
5547 sistematizadas Dias 4 e 5 de dezembro, segundo momento do Fórum de
5548 Propostas, no qual os delegados e delegadas da conferencia farão a Votação das
5549 propostas do seu eixo de participação. O segundo momento estará aberto entre
5550 9h do dia 4 de dezembro e 18h do dia 5 de dezembro. Dias 8 e 9 de dezembro,
5551 terceiro momento do Fórum de Propostas, no qual os delegados e delegadas da
5552 XI CNDCA irão priorizar até 5 propostas de cada Eixo que serão lidas na plenária
5553 final e nortearão as políticas públicas, programas e ações de promoção, proteção
5554 e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes dos governos nacional,
5555 estaduais e municipais. O terceiro momento estará aberto entre 9h do dia 8 de
5556 dezembro e 18h do dia 9 de dezembro. Dia 10 de dezembro, 9h Atividade de
5557 encerramento da XI CNDCA Plenária Final com a leitura das propostas priorizadas
5558 em cada Eixo; Leitura de ementas das moções aprovadas; Posse dos
5559 adolescentes do Comitê de Participação dos Adolescente, CPA/CONANDA
5560 Pronunciamento de Autoridades; Atividade cultural alusiva ao Dia Internacional
5561 dos Direitos Humanos. Lembrando que as Moções poderão ser submetidas para
5562 votação até o dia 8 de dezembro de 2020, de acordo com as orientações
5563 disponíveis na seção de moções. Para acompanhar toda a programação,
5564 considerar aqui o horário de Brasília. Com o Tema central: Proteção Integral,
5565 Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar
5566 os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, crianças, adolescentes e a
5567 sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio
5568 da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas,
5569 fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências e
5570 considerando a diversidade. Desde o dia 26 de novembro até o dia 10 de
5571 dezembro de 2020 contaremos com diversas atividades como cerimônias,
5572 palestras, discursões nos fóruns, análise das propostas, conversas via chats e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5573 atividades culturais, ações que compõem a extensa programação da XI CNDCA,
5574 cujo processo se iniciou em 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de
5575 2017 e o Decreto nº 10.505. De 2 de Outubro de 2020 que chamou a Conferência
5576 e depois foram realizadas as etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois
5577 de muita luta realizando a etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada
5578 metodologicamente para ser realizada de forma virtual. Infelizmente a pandemia
5579 do novo coronavírus nos impediu de nos vermos presencialmente em Brasília,
5580 mas aqui fica o desejo de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma
5581 presencial e então, em meio a muitas conversas, discursões podermos nos
5582 abraçar e muito. Agora para coordenar os trabalhos, neste momento convidamos
5583 a todos a ouvir o convite de Vídeo do Alex Rian Lima da Costa, adolescente do
5584 CE, representante escolhido pela Plataforma Virtual para o CPA/Conanda, que
5585 gravou um recado pra todos nós. Vamos ao recado.

5586 **Sr. Alex Rian Lima da Costa** – Qual o momento exato em que começamos a
5587 decidir a nossa vida? Quem testou nossos pais para saber se seriam capazes de
5588 escolher o melhor para a gente? Quando eles escolhem nosso colégio, será que
5589 eles têm a consciência de que esse lugar para marcar nossa história para
5590 sempre? Oi gente, eu me chamo Alex Rian, eu tenho 16 anos, eu moro no Ceará.
5591 Adolescente, em uma fase difícil já não é mais criança, mas também não é adulto.
5592 Qual é o nosso lugar? Somos vivos, intensos, valentes, queremos gritar que
5593 somos, mas infelizmente a diferença das pessoas é só o que elas conhecem, nós
5594 somos invisíveis para muita gente. Eu acredito muito que hoje em dia nossa voz já
5595 é ouvida, temos uma ferramenta muito poderosa nas nossas mãos que é a
5596 Internet. Será que estamos influenciando direito? Fica o questionamento.

5597 **Mestre de cerimônia** – Recado dado. Agora, para coordenar os trabalhos desse
5598 eixo de discussão convidamos o senhor Antonio Lacerda, Conselheiro do
5599 CONANDA e representante da sociedade civil e para secretaria-lo, convidamos a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5600 Sra. Petrucia Andrade, Vice-Presidente do CONANDA, representante do Governo
5601 Federal, convido também Flávio Henrique Silva Santos representante do Conselho
5602 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas, no comitê de
5603 participação de adolescente do CONANDA, CPA/CONANDA, Ana Rita Silva
5604 Magalhães, adolescente do Pará representante escolhida pela plataforma virtual
5605 para o CPA/CONANDA. Eu passo a palavra agora ao senhor Antonio Lacerda,
5606 coordenador da Comissão Organizadora da 11ª Conferência CNDCA e
5607 Conselheiro do CONANDA, desejando a todos um ótimo trabalho.

5608 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Boa tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras
5609 dos Conselhos Municipais, dos Conselhos estaduais, do Conselho Nacional do
5610 CONANDA, boa tarde a todos os delegados e delegadas da 11ª Conferência
5611 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para mim, é uma honra muito
5612 grande coordenar essa mesa junto com a Petrucia, secretária nacional aí, da
5613 secretaria de direito da criança e do adolescente, vice-Presidente do CONANDA,
5614 porque é uma mesa que vai tratar do tema participação, comunicação social e
5615 protagonismo, protagonismo de crianças e adolescentes. A Conferência não
5616 poderia deixar de ter esse eixo, que trata da participação, da comunicação e do
5617 protagonismo de crianças e adolescentes. Então, muito importante, por isso que
5618 nós estamos aqui com a presença também de dois adolescentes, uma
5619 adolescente e um adolescente nessa mesa conosco, não poderia ser diferente,
5620 aliás, todas as mesas, o CPA, é importante conquista dos adolescentes que
5621 sempre falaram para o CONANDA, nada para nós sem nós, tem a ver com esse
5622 eixo, a questão do protagonismo e participação, eu gosto de uma frase que diz
5623 que participar é ter o que dizer e ser levado em conta. Então, é bem importante
5624 ouvi-los e ouvi-las, mas é muito importante levar em conta o que os adolescentes,
5625 o que as adolescentes de todo o país estão nos dizendo através dos CPA, uma
5626 importante conquista desses sujeitos que foi criar uma instância consultiva do
5627 CONANDA, que é o comitê de participação de adolescentes de todo o país. Então,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5628 é um prazer muito grande estar aqui nessa mesa coordenando esse trabalho, e eu
5629 queria já convidar as nossas palestrantes, a Ana Claudia Arruda Leite, e a Julia
5630 Rebeca Noronha, que é do CPA, que vai fazer aqui, apresentar aqui as suas falas
5631 neste momento para que a gente possa extrair das falas delas, beber dessa fonte
5632 que eles vão nos trazer, para enriquecer todas as propostas que vieram lá das
5633 Conferências municipais, que vieram das Conferências estaduais, no sentido de
5634 cada vez mais a gente possa tornar real, tornar realidade a participação, o
5635 protagonismo de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos das políticas
5636 públicas da criança e adolescente no país. Então, eu queria passar a palavra para
5637 a Rebecca, ela que vai começar, não é? Para dizer que o eixo 4, participação,
5638 comunicação social e protagonismo de criança e adolescente, esse eixo temático,
5639 a gente espera identificar as ações necessárias para garantir as crianças e
5640 adolescentes possam participar das discussões e deliberações das políticas
5641 públicas nas esferas municipais e estaduais, e nacional, esse debate abre as
5642 questões sobre o direito a participação, envolve o tema como liberdade de
5643 expressão, utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, além
5644 da garantia de que as especificidades culturais e de identitárias dos diferentes
5645 sejam consideradas nos espaços de participação. Então, muito importante, como
5646 eu falava aqui, nesse minuto, a importância desse eixo na 11ª Conferência
5647 Nacional da Criança e do Adolescente. Bom, então, a gente vai ter um vídeo
5648 agora, se eu não me engano, pelo menos que está aqui, faz um comentário, um
5649 vídeo sobre Maria Clara de Souza, de 12 anos, que participa do projeto
5650 associação Sandro Dias, e parceira da visão mundial. Então, eu queria pedir para
5651 a gente passar o vídeo da Maria Clara, antes de a gente abrir aqui a fala para
5652 nossos palestrantes.

5653 **Sra. Maria Clara de Souza** – Olá, eu sou Maria Clara, tenho doze anos e fui
5654 convidada a participar do projeto do direito de criança e do adolescente, hoje eu
5655 vou falar sobre o assunto que eu acho que é muito importante as pessoas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5656 preservarem o que está acontecendo aqui, na realidade no Brasil. Bom, eu acho
5657 que as crianças deveriam ter mais direitos, e o Brasil, ele está desrespeitando
5658 mais a criança e não está valorizando os direitos que nós crianças devemos ter
5659 hoje em dia. Bom, a realidade desse assunto, está sendo desrespeitada e eu
5660 quero, eu desejo que esse tipo de acontecimento melhore, porque eu estou vendo
5661 muitas coisas que está desrespeitando hoje em dia, e eu quero dizer que também,
5662 que nós devemos, que nós não, os adultos deviam preservar o que nós temos
5663 direito hoje em dia, eu queria dizer também que o Brasil, ele melhore e valorizem
5664 mais o que nós devemos ter direito, eu também quero dizer que nós como
5665 crianças, estamos sendo violadas, e estamos sendo criticados e desrespeitados.
5666 Bom, que eu quero que esse tipo de acontecimento pare, e eu quero que os
5667 adultos lutem para que nós crianças temos direito e... Bom, esse projeto ajuda as
5668 crianças a entenderem que nós também podemos ter direito, e eu quero, eu fui
5669 convidada a participar desse encontro, e eu quero que o Brasil melhores e que
5670 fortaleça também, para que esse tipo de acontecimento não se repita, e que nós
5671 devemos, crianças ter direito, como adultos e idosos também tem. E muito
5672 obrigada e tchau.

5673 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Então, tivemos aí a fala da Maria Clara que trouxe
5674 uma importante reflexão aí para nós, sobre a importância desse eixo, da
5675 participação e do protagonismo de crianças e do adolescente. Então, nesse
5676 momento eu queria passar a palavra para Julia Rebeca, que é, faz parte dos CPA,
5677 representando o Conselho Estadual de crianças e adolescentes do CONANDA, do
5678 Maranhão, ela é do Maranhão, a Rebeca é do Maranhão que representa o estado
5679 do Maranhão, através do Conselho Estadual do direito da criança e do
5680 adolescente do estado do Maranhão, que neste momento vai fazer a sua fala
5681 sobre o eixo 4, que trata da participação, do protagonismo de crianças e
5682 adolescentes como um importante eixo, trabalhando na 11ª Conferência.
5683 Rebecca, por favor a palavra está com você.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5684 **Sra. Petrócia Andrade** – Lacerda, Rebeca, a conexão de Rebeca caiu. Então, a
5685 gente pode dar seguimento no próximo palestrante, e assim que ela retomar, a
5686 gente exhibe a fala dela.

5687 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Petrucia, por favor, então eu queria pedir para você
5688 apresentar aí a nossa segunda palestrante, Petrucia que está aqui secretária da
5689 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança, coordenando essa mesa comigo,
5690 queria pedir para você anunciar aí a nossa outra palestrante dessa mesa, por
5691 favor, Petrucia.

5692 **Sra. Petrócia Andrade** – Então, na sequência, nós vamos apresentar a nossa
5693 palestrante, Ana Claudia Arruda Leite, mestre em ciências sociais da educação
5694 pelo programa de estudos e pós-graduação, pós-graduados em educação, história
5695 política, sociedade pela PUC, São Paulo, é graduada em pedagogia pela mesma
5696 universidade, participou de programas de liderança executiva em desenvolvimento
5697 da primeira infância pela Universidade de Harvard, também cursos pela FLACSO
5698 aí, escola regional da Unesco, em Montevideu, Uruguai e desde 2000 trabalha na
5699 área da educação, infância e no desenvolvimento comunitário. Com a palavra,
5700 Ana Carolina, Ana Claudia Arruda Leite. Desculpa Ana Cláudia.

5701 **Sra. Ana Claudia Arruda Leite** – Imagina. Primeiro boa tarde a todos e a todas,
5702 uma honra estar nessa Conferência, integrando uma programação tão significativa
5703 em prol das crianças e adolescentes. Agradecer o convite na figura da Maria
5704 Isabel da FLACSO. E bom, espero poder contribuir com essa discussão e que
5705 ajude, a Rebeca possa também participar com a gente, não é? Espero que a
5706 conexão dela volte para a gente poder ter a contribuição e a voz também de um
5707 adolescente nesse tema tão importante. Eu trabalho no Instituto Alana, não é? Já
5708 faz sete anos, e eu quero trazer aqui um pouco também de uma experiência que
5709 eu desenvolvi nos últimos anos de escuta de crianças e adolescentes pelo Brasil,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5710 com o apoio e prioridade absoluta da Fundação... E é um pouco a partir dessa
5711 experiência e de outras de escuta, que eu queria trazer uma contribuição nesse
5712 tema tão caro que acho que para todos que trabalham com Direitos da Criança e
5713 do Adolescente tem sido cada vez mais aí reconhecido essa importância de
5714 escutar, de garantir a participação e protagonismo deles desses processos. Então,
5715 eu acho que cada vez mais, tanto no Brasil, como no mundo, a gente tem esse
5716 reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direito, produtor de
5717 cultura, com uma linguagem própria, como um modo próprio de se expressar, e
5718 que tem mudanças na primeira infância, quando a gente pensa ou para um
5719 adolescente tem também particularidades, não é? Do que a gente pode chamar de
5720 infância que vai até zero a doze, depois adolescência, e se a gente pensar na
5721 ONU que vai até criança até 18 anos. Então, a gente tem uma gama bem diversa
5722 do que significa aí a produção cultural desses sujeitos, e a gente percebe cada
5723 vez mais uma valorização dessas iniciativas de escuta, de participação
5724 infanto-juvenil, acho que o próprio CONANDA e essa Conferência é um grande
5725 exemplo de como é possível engajá-los nos processos que lhes dizem respeito,
5726 não é? E isso, eu acho que tem uma relevância, essa valorização, eu tenho uma
5727 relevância grande no combate de uma sociedade que a gente vive, que ela é
5728 muito marcada por desigualdades, desigualdades sociais, econômicas, raciais, de
5729 gênero e desigualdade etária, a gente vive uma desigualdade que é também de
5730 como o adulto ainda, ele é digamos, o epicentro da sociedade no sentido da sua
5731 lógica, o seu modo de perceber, muitas vezes ele é hegemônico mesmo quando
5732 se considera criança nesses processos de participação. Então, embora, a gente
5733 tenha bastante avanço significativo nessa área da infância e adolescente, o artigo
5734 227 da Constituição Federal, ele coloca criança e adolescente como prioridade
5735 absoluta, a gente ainda tem esse desafio grande como a sociedade, não só no
5736 Brasil de como a gente consegue aos poucos superar essa hegemonia
5737 adultocêntrica, superar uma lógica que predomina um pensamento linear, um



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5738 pensamento racional pragmático, baseado em resultados, em positividade, uma
5739 mensuração do tempo que é toda cronometrada, não necessariamente a lógica da
5740 criança e do adolescente, e muito menos a lógica da primeira infância, se a gente
5741 for pensar nas crianças de zero a sete. Então, esse é um grande desafio de como
5742 a gente inclui, mas inclui de fato, essas outras perspectivas, não somente inclui no
5743 sentido de garantir o direito à participação. Então, muitas vezes mesmo nos
5744 espaços de valorização dos Direitos da Criança e do Adolescente, às vezes a
5745 gente comete alguns equívocos nesse sentido da escuta e da inclusão dessas
5746 perspectivas, dessas outras formas de sentir, de perceber e de adentrar o mundo.
5747 E isso é uma coisa que pode ser de certa forma não superada, mas pelo menos
5748 eu acho que é... Não quero pôr superada, porque não quero ter essa pretensão de
5749 trazer uma resposta, mas um dos caminhos é a valorização das diversas
5750 linguagens de expressão, e o reconhecimento de que há diferentes modos de
5751 interagir, e sair dessa forma que é uma lógica adulta para pensar o modo de
5752 expressão, de produção, de interação, a construção do ambiente de participação,
5753 e mesmo as expectativas que às vezes a gente pensa e constrói de forma que é
5754 antagônica essa fase peculiar da vida, que é a infância e adolescência. Então, a
5755 gente tem que também pensar de como que muitas vezes, se a gente não recorre
5756 a um modo próprio de expressão que são dos adolescentes e das crianças, e
5757 também a peculiaridade, se eu estou fazendo algo voltado para os adolescentes, é
5758 diferente de voltado para uma criança pequenininha, mas como que eu consigo
5759 aprofundar nessa escuta e nessa inclusão do protagonismo, de modo a superar
5760 uma camada superficial de escuta, não é? Que nos traria apenas conteúdos
5761 ligados ao que ele escuta nas mídias, ou ele absorve do mundo através das
5762 instituições que ele participa, como a escola, a igreja, enfim, todos os espaços de
5763 participação e consegue entrar em uma camada mais funda, que é realmente
5764 conseguir adentrar esse modo próprio de perceber as coisas, de sentir, sem ter
5765 esse crivo do adulto, como sendo, digamos, o que julga o que é correto, o que não



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5766 é correto, seja no modo de se vestir, no modo de se expressar, no modo de se
5767 gesticular, e etc., muitas vezes a gente ainda inclui, mas quer que o adolescente
5768 se enquadre no modelo, digamos, de ser do adulto. Então, isso é uma questão
5769 assim, eu acho que bem, a ser cuidada e ser aprofundada, mesmo nos espaços
5770 que a gente tem hoje de valorização das participações infantis e de adolescentes,
5771 e também uma coisa que é muito importante pensar, às vezes a forma de a ente e
5772 incluir a escuta e a participação, ela é muito centrada em uma lógica de pergunta
5773 e resposta objetiva. Então, eu falo: "Não, mas eu garanti a criança o direito à
5774 participação." Mas eu faço isso com uma lógica de perguntas e respostas tão
5775 pragmáticas e objetivas que não, digamos, não própria do modo de ser da criança,
5776 da forma que ela se expressa, a criança ela tem um pensamento muito mais
5777 simbólico, muito mais sincrético, onde digamos, os opostos, o bem e o mal, o
5778 bonito e o feio, o que é violência e paz, não estão necessariamente como
5779 polaridade de um jeito maniqueísta, o pensamento sincrético, ele junta as vezes a
5780 polaridade, ele trabalha de uma forma que integra as contradições, ele trabalha as
5781 vezes subvertendo o que seria para nós o correto, ou o errado. Então, se a gente
5782 trabalha com uma lógica totalmente linear adulta, com perguntas e respostas
5783 objetivas, nem sempre a gente alcança a potência do dizer da criança, a potência
5784 do dizer de um adolescente, que o adolescente muitas vezes, ele parte de um
5785 lugar de sonho, parte de um lugar de querer romper, digamos, o que está posto,
5786 no que está posto na sua família, na escola, na sociedade e se a gente como
5787 adulto não abre uma possibilidade de ele se expressar nesse lugar, e se expressar
5788 não apenas com a palavra, mas com seus gestos, com seus sentimentos, com
5789 seus sonhos, a gente perde a chance de realmente ter uma participação, e ter
5790 uma inclusão dessas outras perspectivas de vida, essas outras perspectivas de
5791 estar no mundo, que ela é muito determinante, tanto os marcadores sociais,
5792 econômicos, culturais, são determinantes, faciais, étnico-raciais, como também
5793 etário. Então, é muito diferente o lugar de viver de uma criança de três anos, de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5794 um adulto de 80, de 50, de 30, de um adolescente de 14 e isso a gente precisa
5795 valorizar, e criar modos de aproveitar ao máximo a potência de cada fase da vida,
5796 o que ela tem nos dizer? E aí nesse sentido, eu gostaria de falar um pouco sobre
5797 escuta, que eu acho que é um tema que a gente precisa ainda aprofundar. A
5798 escuta, é diferente de ouvir que vem do latim audire, que é a ideia de, por
5799 exemplo, eu ouço o som da rua, vocês estão me ouvindo, tem a ver com áudio,
5800 auditoria, audiência, eu ouço um barulho que pode acontecer em qualquer lugar,
5801 ele tem a ver com a captação sonora do som, por exemplo, uma pessoa surda não
5802 houve, porque ela tem uma deficiência no sentido da audição, a escuta não é ouvir
5803 simplesmente, a escuta vem do latim de auscultar, e que houve implica em ouvir,
5804 ou seja, captar sons, mas eu atribui sentido, ela implica em uma outra camada,
5805 que não é só somente de você, nesse sentido que eu estou fazendo um paralelo,
5806 de você incluir, mas você não ouvir de fato, um adolescente. Ouvir implicaria em a
5807 gente ter um posicionamento de querer escutar, de além de capturar um som,
5808 atribuir um significado, uma atenção, um cuidado, não é? Com isso que a gente
5809 está ouvindo. E nesse sentido ela exige essa escolha de querermos de fato,
5810 adentrar esse outro, que é uma criança e ao adolescente, reconhecer que há uma
5811 autoridade ali, é um outro e ele não é a projeção do adulto, não dá para você
5812 querer escutar um adolescente e que ele corresponda suas expectativas, aos seus
5813 padrões de pensar, e ao que você acha que é importante de ser defendido,
5814 votado, e etc. Ele tem um modo próprio de sentir e perceber que precisa ser
5815 adentrado de entrada e isso que eu acho que é a grande beleza desse direito à
5816 participação, a ser garantido a todos, crianças e adolescentes, é de a gente na
5817 nossa sociedade puder considerar essas outras percepções, esses outros modos
5818 de ser, e reconhece-los como sujeito de direito, você reconhecer que
5819 independente da condição física, mental, etária, racial, todos somos iguais no
5820 sentido de ter uma forma de se expressar. As vezes não é via palavras, não só
5821 porque há pessoas que são com uma deficiência e não conseguem dizer, por



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5822 exemplo através da palavra, mas porque crianças o melhor jeito de ouvi-las não é
5823 através da palavra, a criança é expressa muito mais a partir dos desenhos, de
5824 uma forma simbólica, do corpo, do brincar, do que da palavra. Às vezes um
5825 adolescente se expressa muito mais gravando um vídeo, como a gente assistiu
5826 hoje, dois vídeos bonitos que tem força, do que às vezes dando uma palestra, as
5827 vezes um outro adolescente ele consegue muito mais se expressar fazendo teatro,
5828 ou enfim, gravando algo, do que outro que faz a partir de um desenho, ou de uma
5829 história em quadrinhos. Então cada um tem um modo que se sente mais
5830 confortável para se expressar, mas a particularidade da fase da vida,
5831 principalmente a infância, a palavra não erro modo de a gente escutar, não é o
5832 melhor modo de perceber a potência daquela fase da vida, porque ela está em um
5833 lugar ainda muito mais ligado ao pensamento simbólico e a expressão a partir dos
5834 gestos e do desenho, e da enfim, das possibilidades de expressão nas várias
5835 linguagens, de esculturas, de tantas outras coisas que a gente pode ouvir
5836 histórias, e etc., que a criança é capaz de trazer. Por isso assim, eu acho bonito
5837 uma coisa que o Alberto diz, que é: Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é
5838 dito, é preciso também que haja silêncio dentro da alma, que outro ponto
5839 fundamental é, qual a imagem que a gente tem da criança e do adolescente
5840 quando a gente se propõe a incluí-lo em processo de participação, na construção
5841 de políticas públicas, de programas? Muitas vezes as pessoas partem de uma
5842 ideia de ausência, da falta. Ah, a criança não tem isso, adolescente não tem
5843 aquilo, e não da potência, e é fundamental a partir da potência, porque a potência
5844 é o acreditar na potência do adolescente, no que ele tem de real contribuição que
5845 me faz de fato, ter uma disponibilidade para ouvir, e de fato, conseguir considerar
5846 aquele sujeito de direito, e aquela fase da vida têm a acrescentar ao mundo. A
5847 outra coisa, muitas vezes a gente olha para crianças e fala: "Não, ela vai ser no
5848 futuro, vai ser um adulto, vai ser um cidadão." E não vê que ela já é, claro que
5849 ouvir é ser importante quando a gente fala de direito e educação, mas o ser é mais



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5850 importante, no sentido que toda pessoa que nasce já é pessoa, mesmo bebê, ele
5851 já é pessoa, ele já é um sujeito de direito, já é um sujeito que tem uma
5852 particularidade no modo de apropriar o mundo, é muito importante a gente olhar
5853 para cada pessoa com singularidade e não como alguém que no futuro, ou depois
5854 que fizermos isso, isso e isso vai ser alguém, todos são e tem direito de ser,
5855 inclusive, a questão do direito à participação, até hoje muitas vezes não é
5856 garantida, por exemplo, a adolescentes que estão em conflito com a lei, às vezes
5857 a gente garante o direito a muitos adolescentes, mas quando chega um
5858 adolescente que é, que vive e muitas vezes é um adolescente negro, pobre, e que
5859 está com um conflito com a lei, não é garantido o direito a voz, o direito à
5860 participação. Então, é muito importante que todos tenham direito, e que sejam
5861 vistos como pessoas, sejam vistos como alguém que tem sim algo a trazer, saindo
5862 dessa idealização, saindo do que a gente gostaria que todos fossem, e indo para o
5863 lugar do real, que é que é cada um, saindo de uma padronização, indo para
5864 diversidade, onde eu percebo da onde também cada um é fala, eu percebo as
5865 desigualdades que marcam as histórias de vida, a desigualdade social, a questão
5866 da deficiência. Então, eu ter essa possibilidade de uma escuta e engajamento,
5867 fortalecendo o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes, mas
5868 percebendo também que eles são atravessados assim como nós, por essas
5869 desigualdades estruturais. E para terminar, além dessa questão que eu queria
5870 muito reforçar da importância de uma escuta, que vai ao encontro dessas
5871 perspectivas, que vai ao encontro das linguagens de cada fase da vida, e ela é
5872 parte dessa valorização, dessas formas de expressão, algo que é muito
5873 importante que está na comissão dos direitos da criança, no artigo 12, no inciso I,
5874 que é a palavra consideração, quando se fala da participação, se pressupõe o
5875 quê? Que a gente tenha o dever de considerar a criança, o adolescente nos
5876 processos assim, nos processos que dizem respeito, e esse considerar é uma
5877 palavra muito interessante de a gente pensar, que as vezes considerar significa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5878 fazer processos de escuta, mas não necessariamente engaja-los em ações, por
5879 exemplo, que sejam, que se desdobrem, que pode muitas vezes criar situações de
5880 emulação na infância, onde ele está ali, mas ele não está podendo, ele está
5881 reproduzindo de certa forma o modo de ser, de pensar que está totalmente
5882 definido a partir dessa lógica adultocêntrica. Agora, quando a gente considera, a
5883 gente pode trazer essas perspectivas, incluir as perspectivas dessas crianças, por
5884 exemplo, que não podem vir a Conferência, as crianças de zero a sete é mais
5885 difícil as vezes elas estarem em um evento desses, é complexo, como que eu
5886 incluo um bebê em uma Conferência? Mas eu posso incluir sim a perspectiva dos
5887 bebês, a perspectiva das crianças pequenas a partir de processos de escuta, onde
5888 eu consigo colocar o que elas percebem do mundo, como que elas sentem, como
5889 que as coisas afetam a elas, inclusive, dramas climáticos, sociais e eu trago isso
5890 para uma Conferência. Então, tem horas que é a participação ativa, como a jovem
5891 que vai falar seguida de mim, e tem horas que é esse direito sendo garantido, a
5892 partir da consideração desses sujeitos, onde eu consigo trazer a voz deles, sem
5893 necessariamente tê-los que pôr em uma situação que não corresponde, digamos,
5894 ao modo de ser, e até mesmo de tempo, de espaço de uma criança pequena
5895 como, por exemplo, está no ambiente virtual de uma Conferência, mas ela sim, é
5896 um espaço que um adolescente, uma criança maior consegue se engajar, ser
5897 protagonista, e etc., mas é importante lembrar que o direito é a todos, até o bebê.
5898 Então, como que a gente cria mecanismos para trazê-los também nesse espaço?
5899 Então, eu acho que por fim, eu queria trazer que essa questão, além de ser um
5900 direito, o direito à participação, direito ao protagonismo, a comunicação, é algo
5901 salutar para a humanidade, ouvir as crianças e adolescentes, porque as grandes
5902 mudanças na humanidade, elas nascem da imaginação, elas nascem da
5903 imaginação criadora, da capacidade humana de não apenas reproduzir, mas
5904 transgredir, transformar, criar novos horizontes, novas possibilidades e isso é algo
5905 muito vivo na infância e adolescência, nos poetas, nos loucos, nos artistas, nos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5906 cientistas, mas muito, muito inerente na infância e na adolescência como uma
5907 força, uma potência de vida. Então, muito importante além de escutar, se abrir
5908 para escutar o que não prevemos, o que não planejamos, porque só assim nós
5909 teremos chance de aprender com as novas gerações, quando nós abirmos para
5910 realmente ouvir o que elas têm a dizer com todos os nossos sentidos, e não
5911 apenas com o ouvido, mas sim com todas as possibilidades que nos deram de
5912 auscultar o mundo, e a elas todas as possibilidades que lhes deram para se
5913 expressar e trazer ao mundo sua contribuição. Então, era um pouquinho isso que
5914 eu queria compartilhar, e gostaria muito também de ouvi a Júlia, tomara que ela
5915 possa estar conosco.

5916 **Sra. Petrúcia Andrade** – Muito obrigada Ana Claudia pelas suas falas, que ela
5917 realmente facilitam essa compreensão do eixo 4, possibilitando que as pessoas
5918 que estão nos acompanhando pela Internet possam estar fazendo suas perguntas,
5919 eu acredito que a sua fala foi muito clara nessa questão, e quando a gente vai
5920 falar do ponto de vista da psicologia, pensando na... Citando... Na questão da
5921 adolescência normal, a gente como adulto, precisamos entender esse
5922 adolescente, precisamos ouvi-lo, como você falou dessa escuta, essa escuta ser
5923 uma escuta flutuante, nos estarmos aberto para acolher as diferenças, para
5924 acolher essa voz do adolescente que tem muito a contribuir, eu tenho cinco netos
5925 e como que é rico essa fala, muitas vezes eu pego algumas perguntas e passo
5926 para eles, às vezes eu tenho um entendimento do que eles vão responder ou acho
5927 que eles vão responder, e eles me dão um show. Então, eu fico muito à vontade,
5928 muito feliz de estar integrando esse governo, que a gente vem acompanhando a
5929 luta de ter uma participação social, essa integração do adolescente nos
5930 Conselhos, no Conselho, principalmente no CONANDA, e agora essa
5931 possibilidade, esse governo ele torna isso possível, a participação de crianças, de
5932 adolescentes no CPA/CONANDA, fico muito feliz, são 47 adolescentes, é motivo
5933 de comemorar, a Regina que é coordenadora da CMF, ela fala assim comigo:



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5934 Petrucia, o CPA nasceu, a criança nasceu, de parto fórceps, mas nasceu. Foi uma
5935 luta, nós estamos aqui para assegurar os direitos de adolescentes nessa
5936 participação, com plataforma virtual para que eles possam ter essa interação, com
5937 equipamentos de tablet, chip e pacote de Internet para que eles tenham uma
5938 qualidade de participação, não basta só falar participe sem dar as condições
5939 adequadas, nós estamos investindo nesse momento para que os adolescentes
5940 tenha uma participação qualificada e para nós é motivo de orgulho, para o
5941 CONANDA, em especial é motivo de satisfação ter os adolescentes aqui conosco,
5942 e juntos nós vamos está construindo uma política pública, porque o CONANDA
5943 seria um dos Conselhos Deliberativos que não tinha os adolescentes ali, sempre
5944 representado por adultos, e hoje ele tem vez e tem voz. Então, muito obrigada,
5945 vou passar a palavra para o Lacerda, ver se a adolescente Júlia Rebeca que está
5946 sendo dificuldade para entrar, toda hora cai a conexão dela, mas vamos tentar.
5947 Lacerda, com você.

5948 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Muito bem, muito obrigado aí a nossa palestrante
5949 Ana Cláudia, deu uma excelente contribuição aqui. Petrucia, me permita, você me
5950 lembrou da nossa Conselheira Regina Leão que era para estar nessa mesa,
5951 Regina Leão que é coordenadora da Comissão de Participação do CONANDA, de
5952 mobilização e participação do CONANDA, e vem fazendo um trabalho muito
5953 importante aí do CPA, e Regina não está aqui, porque pegou Covid, mas a gente
5954 quer desejar aqui a nossa Conselheira Regina Leão aí recuperação. Bom, estou
5955 vendo que a Júlia Rebeca já entrou, Rebeca, agora Rebecca você também tem aí
5956 o espaço de fazer a sua fala, como é que você vê aí a participação dentro desse
5957 eixo, participação, comunicação social e protagonismo de crianças e
5958 adolescentes, muito importante Rebecca, eu acho que esse é um momento
5959 importante da sua fala. Então, já aproveito e passo a palavra para a nossa
5960 adolescente do CPA, que representa o estado do Maranhão, foi indicada pelo
5961 Conselho Estadual do Maranhão para representar esse importante comitê de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5962 participação de adolescente, que é um Comitê Nacional, e que tem papel muito
5963 importante de subsidiar o CONANDA, na implementação, na concepção, na
5964 implementação de políticas públicas de crianças, para crianças e adolescentes.
5965 Rebeca, a palavra está com você.

5966 **Sra. Sra. Julia Rebeca** – Oi gente, boa tarde, prazer gigantesco está com vocês,
5967 fazer parte desse momento. E eu sempre gosto de me apresentar mesmo, me
5968 apresentando as vezes para as outras pessoas, não é? Enfim, eu sou Júlia
5969 Rebeca, tenho 17 anos, eu sou ativista pelos direitos de crianças e adolescentes,
5970 em especial o direito das meninas, e hoje me encontro como representante dos
5971 adolescentes, crianças e adolescentes daqui do Maranhão dentro do comitê de
5972 participação de adolescente, e já entrando, falando sobre o eixo, o eixo 4 que fala
5973 sobre a participação, comunicação social e protagonismo de crianças e
5974 adolescentes, eu venho falar um pouco sobre toda essa trajetória de onde eu vim,
5975 e eu fiz parte desde as Conferências livres. Então, eu fiz parte das Conferências
5976 livres, fiz parte das municipais, da municipal, da estadual, e agora na nacional, e
5977 muitas delas eu estive como Comissão Organizadora e também como
5978 representante de adolescentes, de crianças e adolescentes. E nesses espaços a
5979 gente sempre teve o eixo 4 como o nosso queridinho, como o eixo que representa
5980 tudo o que a gente quer, porque os adolescentes acreditam que é dentro desse
5981 eixo que é com a participação efetiva de crianças e adolescentes, é que a gente
5982 consegue interferir nos outros eixos, como em questão da diversidade, fazer com
5983 que todos os adolescentes sendo sejam representados, todas as suas
5984 diversidades, que a violência não seja uma realidade, que o trabalho infantil não
5985 seja uma realidade. Então, o eixo 4 ele seguiu todos esses espaços que eu estive
5986 das Conferências, o eixo sempre foi muito querido por isso, porque os
5987 adolescentes sempre... Nós adolescentes sempre acreditamos que é dentro desse
5988 espaço, dentro do espaço de participação, a gente falando o que a gente quer e o
5989 que a gente deseja, é que a gente vai conseguir interferir nas outras partes, e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

5990 dentro desse momento, eu encontrei, conheci adolescentes, crianças e
5991 adolescentes, na verdade, tinham crianças, não é? Quase nunca tem, mas tinha
5992 nos espaços que eu estava, e todos eles tinham uma potência gigantesca assim,
5993 de falar coisas, sobre as suas realidades e coisas que eu nunca imaginei que eles
5994 passam, e que era diferente da minha, adolescente mora na cidade de São Luís é
5995 totalmente diferente da realidade dos adolescentes que moram no interior do
5996 Maranhão, e ter essa experiência de saber potência deles, mesmo quando muitas
5997 oportunidades, quando muitas coisas são retiradas dela, e saber que elas são
5998 potência, que eles têm esse poder de voz muito forte, para mim foi a coisa mais
5999 sensacional, assim, de perceber e de ter todo aquele clima de participação de
6000 crianças e adolescentes, só que dentro desse... Quando a gente... Quando eu
6001 estava dentro desses espaços, eu percebia que a gente nunca teve, não foi
6002 sempre que a gente teve tudo isso, foi um processo, a gente passou por todo um
6003 processo, muita gente batalhou, muita gente lutou para que algum dia nós
6004 estivéssemos dentro das Conferências, que a gente estivesse dentro dos
6005 Conselhos, dentro dos fóruns, dentro dos comitês, que são de participação de
6006 crianças e adolescentes. E aí eu conto um pouco assim, brevemente sobre como
6007 foi esse processo de participação, porque não foi do dia para noite que a gente
6008 esteve aqui, que a gente pode ocupar esse espaço, um espaço que a gente está
6009 ocupando hoje. Então, lá depois da ditadura militar, onde houve essa reabertura
6010 da democracia, não sei se seria a palavra certa, mas eu entendo muito como isso,
6011 esse processo de a gente ter uma democracia no nosso país, onde todas as
6012 pessoas estavam lutando para que direitos fossem garantidos, que a gente tivesse
6013 liberdade de expressão, muitos movimentos cresceram, muitos movimentos foram
6014 importantíssimos para garantia de direitos, e dentre esses, os movimentos da
6015 criança, da infância e da juventude foram extremamente importantes, eles tiveram
6016 papel essencial, e que depois muito tempo iriam fazer coisas como ECA, por
6017 exemplo, dentro desses processos houve a participação de crianças e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6018 adolescentes, foi quando iniciou essa participação a nível nacional, é importante
6019 dizer isso, a nível nacional falando sobre o Brasil, e um dos movimentos muito
6020 importante que eu acabei olhando, assim pesquisando e vendo muita coisa sobre,
6021 foi o movimento nacional de meninos e meninas de rua, que teve a participação
6022 efetiva, nunca foi só de adultos, teve participação efetiva de meninos e meninas,
6023 de crianças e adolescentes, isso para a gente é um salto gigantesco. Então,
6024 algumas pessoas pode ser algo quase que insignificante, mas para nós
6025 adolescentes, para as pessoas que estão dentro dos movimentos voltados para a
6026 criança e adolescente, tem uma importância gigantesca, uma importância que é
6027 quase imensurável, a gente se sente muito feliz que essas coisas tenham
6028 acontecido, e que pessoas... Que crianças e adolescentes lá atrás tenham lutado
6029 para que a gente esteja aqui hoje. E outros movimentos, outros órgãos como os
6030 fóruns de direitos de defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, os
6031 Conselhos, e até chegar em 1990, com a criação do ECA, a gente teve a
6032 efetivação do ECA que foi de extrema importância, que a gente tem um carinho
6033 muito grande por esse momento, que marcou coisas que antes crianças e
6034 adolescentes não tinha, e entre eles a prioridade absoluta, a garantia de direitos
6035 básicos, dizer de fato, afirmar de fato, que a gente sujeito de direitos e que a gente
6036 tem participação efetiva dentro das políticas. Então, foi um marco muito grande
6037 que a gente... Até hoje muitas coisas que a gente conquistou foi muito baseado no
6038 ECA, e que ele tem uma importância gigantesca desde 1990, até hoje tem uma
6039 importância que é gigantesca em relação à garantia dos nossos direitos, garantir a
6040 nossa participação, garantir que a gente tenha as políticas públicas, os direitos
6041 básicos, essa palavra que eu queria dizer, os direitos básicos de educação, saúde
6042 e etc. E uma coisa muito importante que fala dentro do ECA, que eu acho
6043 importante citar, é que ele considera a gente cidadão em construção, em
6044 formação, e eu considero muito que a gente seja esse cidadão em construção, em
6045 um processo de construção, que é justamente por esse motivo a gente ser esse



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6046 cidadão em construção, que as pessoas que estão dentro dos espaços tem que
6047 entender as nossas especificidades, entender que nos espaços que são nossos,
6048 de crianças e adolescentes que são ocupados por adultos, quando a gente estiver
6049 dentro desses espaços, a gente não vai falar com a voz, com a gramática perfeita,
6050 a gente não vai falar do jeitinho que os adultos estão lá falando, a gente vai falar do
6051 nosso jeito, a gente vai falar com as nossas gírias, a gente vai falar com nosso
6052 sotaque, e que isso seja respeitado, sempre, porque a gente é esse cidadão em
6053 construção. Então, a gente tem o direito, a gente pode, a gente tem o direito de
6054 dentro dos espaços que a gente ocupa que são nossos, a gente falar do jeito que
6055 a gente fala no nosso dia-a-dia, porque isso represente a gente, ir lá e falar
6056 bonitinho não vai representar quem a gente é, não vai representar os
6057 adolescentes e as outras crianças que a gente fala por eles, não vai representar.
6058 Então, que isso seja muito respeitado e que as pessoas entendam isso, que esse
6059 espaço é nosso, e que alguns adultos estão ali para apoiar, para monitorar, para
6060 construir junto com a gente. Então, que eles entendam que ser esse ser em
6061 construção nos permite que a gente possa falar como a gente se sente bem e a
6062 vontade, que é importante citar que esses espaços tem que ser de uma forma
6063 onde a gente se sinta muito acolhido, onde adolescentes se sintam... Crianças e
6064 adolescentes se sintam muito acolhidos. E aí trazendo para o nível de
6065 Conferência, Conferências... Estamos na 11ª, mas até a 3ª Conferência a gente
6066 não teve participação efetiva, não teve participação de crianças e adolescentes,
6067 eram só adultos que falavam sobre os nossos direitos, e só na 4ª Conferência, em
6068 2001 que a gente teve uma participação simbólica, importante dizer isso, não foi
6069 uma participação efetiva, ativa, foi uma participação simbólica onde os
6070 adolescentes não puderam propor, discutir, falar sobre os seus desejos, e não
6071 poderão votar, não é? Então, foi uma participação simbólica já que a gente não
6072 teve nenhum poder dentro dessa Conferência, e só em 2005, eu acredito que a 6ª
6073 Conferência, se eu não me engano, a 6ª Conferência que a gente teve a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6074 participação ativa de crianças e adolescentes, mas o marco que com certeza até
6075 hoje tem muita influência no que a gente fala, e no que a gente faz, não é? E
6076 nesse espaço a gente pode propor, discutir, conversar e em especial, votar, que é
6077 uma das coisas mais importantes dentro da Conferência, votar o que a gente
6078 deseja, falar o que a gente deseja. E aí, com todos esses marcos, todo esse
6079 processo que veio, a gente chega na atualidade e a gente percebe o avanço que
6080 teve, hoje eu aqui como palestrante dentro da Conferência, com certeza é um
6081 marco, com certeza a gente avançou muito da Conferência que a gente não tinha
6082 nem a participação de crianças e adolescentes, a gente teve a Ana Rita integrante
6083 do CPA fazendo a palestra magna que é extremamente importante, que eu
6084 particularmente, eu não lembro de nenhuma Conferência que teve essa
6085 participação de uma adolescente fazendo a palestra magna que eu acho que é
6086 mais importante dentro da Conferência, todas as participantes têm acesso. Então,
6087 para a gente na atualidade isso é algo gigantesco, não tem nem explicação, e aí
6088 eu já faço um puxão de orelha, falar assim, faço uma reivindicação que os
6089 Conselhos Municipais e estaduais, se mobilizem para criar os CPAs municipais e
6090 estaduais, porque hoje a gente tem na atualidade o CPA Nacional, e a gente... Eu
6091 participo do CPA, outras 9 estão participando por enquanto, mas daqui a pouco
6092 seremos 47 que vocês irão ver, enfim... Próximos capítulos, e atualmente somos
6093 9, só participando da gestão anterior, e a gente sempre reivindica que... Dentro
6094 dos municípios e dentro do... Estaduais, porque são eles que estão mais próximo
6095 da nossa realidade, são eles que vão fazer com que a gente trabalhe com muito
6096 mais estratégia e consiga atingir muito mais os adolescentes, crianças e
6097 adolescentes nas suas especificidades. E mesmo o CPA sendo um órgão tão,
6098 como é que posso dizer? Tão importante para a participação, essa conquista tão
6099 importante que a gente teve dentro do CONANDA, o CPA, comitê de participação
6100 de adolescente, a gente ainda teve encontros muito negativo, a gente ainda está
6101 construindo isso e fazendo se tornar algo de participação efetiva, e aí eu comento



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6102 sobre a nossa gestão passada, onde... De 2017 a 2019, onde a gente não teve a
6103 participação como tinha que ser, a gente tinha o nome dizendo que a gente
6104 participava do CPA, mas a gente nunca fez, a gente nunca participou de uma
6105 assembleia, a gente nunca teve a nossa cadeira dentro do CONANDA e que isso
6106 tem que ser... Todos vocês têm que saber sobre isso, que foi só um status para
6107 dizer que a gente estava dentro do CPA, mas a gente não estava exercendo o
6108 papel que o CPA tem que exercer, infelizmente muitos adolescentes que eu faço
6109 uma breve, uma breve lembrança assim, coloco para vocês, sobre do quanto foi
6110 triste muitos adolescentes que se esforçam, passaram por todo um processo de
6111 seletivo, porque para a gente está aqui, a gente passa por processo seletivo.
6112 Então, para a gente ocupar, porque são muitos adolescentes que são
6113 extremamente potentes. Então, a gente dentro dessa... Nessa parte a gente faz
6114 parte de um processo seletivo para escolher um representante, a final uma
6115 democracia. Então, todos esses adolescentes participaram de momento seletivo,
6116 se empenharam imensamente para ocupar esse espaço, mas infelizmente
6117 querendo ou não a nossa voz foi silenciada, por muitos momentos a gente quis
6118 participar e fazer coisas, mas muitos adolescentes se mobilizaram dentro do CPA
6119 para fazer essa participação se tornar algo real dentro do CONANDA, mas a gente
6120 não conseguiu. E aí infelizmente esses adolescentes por alcançar a maioria
6121 não permaneceram no CPA, nessa segunda gestão do CPA, onde a gente iniciou
6122 esse ano de 2020 a 2022, e hoje a gente está fazendo, nós 9 que permanecemos
6123 da gestão passada, estamos se empenhando para manter isso para frente com
6124 uma equipe maravilhosa, que eu já gostaria até de agradecer à equipe da
6125 FLACSO, Bel, Salete, Tia Ana, Cris, Marina que estão está fazendo um trabalho
6126 incrível em apoiar o CPA constantemente, e não desistir da gente, não desistir,
6127 que a gente é potência, e dizer todos os dias que elas estão do nosso lado, que
6128 elas são... Que elas não desistem do CPA e que a nossa participação seja real
6129 dentro dos espaços que já são nossos. E aí, eu termino falando uma frase do CPA



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6130 sobre participação, e a gente acredita que não existe para nós sem nós, porque
6131 não existe participação de crianças e adolescentes, na verdade, não existe nada
6132 para crianças e adolescentes, não existe espaço de gestão, não existe
6133 participação, não existe nada para crianças e adolescentes sem a presença de
6134 crianças e adolescentes. Então, é preciso, é necessário que a gente ocupe esses
6135 espaços. E é com muita garra e com muita vontade, e é com todas as injustiças
6136 que a gente passou até aqui, que a gente está com um muita vontade de mudar e
6137 de fazer diferente, e de fazer um CPA, fazer os espaços de participação diferente,
6138 com participação ativa e efetiva de crianças e adolescentes, seja nos municípios,
6139 no nosso estado e a nível nacional, e é por isso que no momento assim tão
6140 adverso, eu parablenizo o CONANDA por ter feito a Conferência mesmo assim no
6141 momento adverso, por ter visto uma oportunidade de fazer essa Conferência
6142 acontecer, porque é um espaço de participação de crianças e adolescentes, isso
6143 não poderia deixar de acontecer, a gente não poderia deixar de falar, a nossa voz
6144 não poderia ser calada neste momento, para a gente falar sobre as coisas que a
6145 gente está passando dentro da pandemia, enfim, entre outras coisas. Enfim, esse
6146 é um recado que eu deixo, eu deixo a reflexão de como fazer essa participação
6147 efetiva dentro dos espaços municipais e estaduais, uma coisa que eu falei muito,
6148 como fazer isso e não só a nível nacional, mesmo sendo extremamente
6149 importante esse espaço, e eu desejo que a Conferência seja, que vocês
6150 escolheram propostas muito boas, que realmente represente os adolescentes, que
6151 realmente garanta a participação de crianças e adolescentes em todos os
6152 espaços. É isso o que muito obrigada. Boa Conferência, gente.

6153 **Sra. Petrúcia Andrade** – Obrigada Júlia, eu sempre falo Júlia, que o adolescente,
6154 que a criança é o adolescente é um cidadão em desenvolvimento, e os adultos
6155 devem ser um cidadão em reforma, a gente tem que estar aberto. Então, obrigado
6156 pela sua participação, e conte com o CONANDA, porque a participação social no
6157 Brasil ela é financiada pelo Governo Federal, então lamentamos que em gestões



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6158 anteriores o CPA não pôde se realidade, mas nessa gestão o CPA foi realidade e
6159 está sendo realidade com investimento, aproximadamente de 2.000.400 e alguma
6160 coisa, que eu não tenho o valor aqui exato, mas quando o governo não quer,
6161 então não acontece, e nessa gestão o governo quis que vocês participassem, para
6162 nós é uma honra, muito obrigado. Passo a palavra ao Lacerda.

6163 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Muito obrigado Júlia, você nos deu aqui uma aula
6164 de participação, da sala, da voz, dos adolescentes, de todo o país, e buscar um
6165 espaço que é legítima de participação social, espaços... Júlia, você fez aqui falas
6166 de forma muito justa, fez aqui críticas inerentes a participação do CPA, de que
6167 muitos adolescentes que não poderão participar, e que de forma muito justa você
6168 retratou aqui, quero dizer que realmente no ano passado nós do CONANDA
6169 tivemos um momento muito difícil, nós passamos basicamente um ano sem
6170 funcionamento, esse ano foi retomado às reuniões do CONANDA, você não
6171 imagina o desafio que foi feito para nós fazer essa Conferência Virtual, mas nós
6172 sabíamos que era muito importante fazer. Alô.

6173 **Sra. Petrócia Andrade** – Estamos ouvindo Lacerda, pode continuar.

6174 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Eu tenho a impressão que caiu um pouco, foi isso?

6175 **Sra. Petrócia Andrade** – Caiu, você parou de falar, mas pode continuar, nós
6176 estamos te ouvindo.

6177 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Estão me ouvindo? Bom, então, agora continuando
6178 essa mesa, na verdade, nós estamos fazendo uma coordenação compartilhada,
6179 eu, Petrucia e os adolescentes. Então, nós temos aqui conosco também dois
6180 adolescentes, um adolescente e uma adolescente que vai agora coordenar as
6181 falas que estão vindo do Chat, então queria passar para o Flávio e Ana Rita, as
6182 sugestões que a gente está discutido aqui, é que a gente vai abrir para 3



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6183 perguntas no Chat, aí os nossos palestrantes terão cinco minutos cada, então
6184 Flávio e Ana Rita vão fazer aí 3 perguntas alternadas, eu vi aqui que eles estão
6185 combinando o Flávio fazer a primeira, depois Ana Rita fazer a segunda e assim
6186 sucessivamente. Então, Flávio, vocês fazem três perguntas, a gente dar três
6187 minutos, depois a gente retorna para as perguntas novamente. Então, Flávio, por
6188 favor.

6189 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Boa tarde todo mundo, boa tarde pessoal.
6190 Parabéns aos palestrantes, parabéns a coordenação do evento. E a primeira
6191 pergunta é para a Ana Cláudia, da Elisangela Leal de Oliveira Mercado, delegado
6192 de Alagoas, minha conterrânea e ela está perguntando: "Como nós podemos
6193 provocar situações de escuta com bebês e crianças não verbais, como as com
6194 TEA, paralisia cerebral e outras que fogem ao padrão de linguagem oral e escrita.

6195 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – O combinado é que agora a Ana Rita faz a segunda
6196 pergunta, depois o Flávio mais uma, não é Flávio? Aí você responde do bloco de
6197 três, pode ser? Ana Rita.

6198 **Sra. Petrúcia Andrade** – Ana Rita, seu telefone está... Por favor, seu microfone.
6199 Pode fazer a pergunta Ana. Olha, seu microfone não ligou Ana Rita.

6200 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Ana, seu microfone continua no mudo, por favor.

6201 **Sra. Petrúcia Andrade** – Verifique se está no mute, por favor.

6202 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – A gente não está conseguindo ouvir Ana Rita, eu
6203 queria pedir ao Flávio para fazer então Flávio, a outra pergunta, para ver enquanto
6204 a Ana Rita consegue se conectar.

6205 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Então, a próxima pergunta é da Gracielle
6206 Silva de Matos, ela é delegada de Santa Maria, Rio Grande do Sul e a pergunta



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6207 era para Rebeca. Qual foi o seu primeiro espaço de participação, como foi esse
6208 processo? Um abraço, Gracielle.

6209 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Ana Rita, você consegue entrar Ana Rita?

6210 **Sra. Petrúcia Andrade** – Lacerda, eu sugiro que Ana Cláudia responda à
6211 pergunta e quando a outra a palestrante Ana Rita, a Júlia Rebeca puder entrar, ela
6212 responde à pergunta do Flávio, CPA de Alagoas, aliás, que o Flávio fez.

6213 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Tudo bem, então nós tínhamos duas perguntas aí,
6214 a ideia era que Ana Rita pudesse fazer mais uma, mas parece que o microfone da
6215 Ana Rita está com dificuldade. Você quer fazer mais uma Flávio, para fazer o
6216 bloco de três?

6217 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Pode ser, chegou aqui à terceira agora. Ela
6218 também é para Rebeca e é de Ditadine de Araújo, de Mato Grosso. Fala o
6219 seguinte: "O tema do nosso eixo é o protagonismo, eu fico imensamente feliz por
6220 termos dois adolescentes nos representando, mas um problema que enfrentamos
6221 é a falta de comunicações, alguns de nós souberam da Conferência com 2 dias de
6222 antecedência, e isso acabou prejudicando muitos de nós, por exemplo, a seleção
6223 dos adolescente para o comitê de participação, CPA, a nós do estado de Mato
6224 Grosso não foi comunicada, a perda de representatividade afeta diretamente no
6225 processo de obter protagonismo."

6226 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Eu abriria aí para...

6227 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Tanto para na Cláudia, tanto para Júlia, qual
6228 achar melhor responder.

6229 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Ok, então vamos lá. Quem gostaria de perguntar?
6230 Quem gostaria de começar, pode ser Ana Cláudia?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6231 **Sra. Ana Claudia Arruda Leite** – Pode ser, posso falar então?

6232 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Vamos lá Ana Cláudia, você pode começar? Pode
6233 sim.

6234 **Sra. Ana Claudia Arruda Leite** – Está certo. Vou começar pela da Elisangela,
6235 que é de Alagoas. Elisangela, acho que é boa a sua pergunta que ela ajuda a
6236 gente olhar para essas especificidades também, de como a gente garante o direito
6237 a participação a todos e todas, independente da idade. Então, acho que quando a
6238 gente olha para as crianças da primeira infância ainda é um desafio, um grande
6239 mesmo para quem trabalha nessa área de como a gente consegue de fato, trazer
6240 as considerações das crianças e bebês, e se a gente também olha para a questão
6241 das crianças com deficiência, como você trouxe, e sejam as que têm deficiência
6242 em relação a linguagem, a fala, ou outros tipos de deficiência, você citou paralisia,
6243 transtorno de autismo, espectro autista, é um desafio e é possível sim incluir, na
6244 experiência mesmo que eu desenvolvi junto com o pesquisador, a gente viajou a
6245 cinco regiões do Brasil, e montamos grupos de discussão onde sempre tinha
6246 crianças com deficiência física ou intelectual, trabalhamos com crianças, por
6247 exemplo, com baixa visão, crianças mudas, surdas, crianças com autismo,
6248 crianças com síndrome de Down e tantas outras... Crianças com paralisia
6249 cerebral, inclusive, porque isso foi possível? Como eu trouxe na minha fala inicial,
6250 importante a gente primeiro reconhecer que a criança e mesmo adolescente, eles
6251 se expressam a partir de múltiplas linguagens, a palavra, a fala, a conversa é uma
6252 das possibilidades de expressão, então, se eu consigo em um processo discutir
6253 primeiro partir desse pressuposto que são várias linguagens, eu vou buscar criar
6254 um ambiente e desenvolver uma metodologia que já parte desse pressuposto, isso
6255 significa que vou pensar atividade, materiais que possibilitem a expressão nessas
6256 várias formas de linguagem, e não somente a partir da conversa. Então eu posso
6257 trabalhar no caso quando a gente trabalhou com as crianças surdas, a gente pois



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6258 também uma pessoa para te ajudar na tradução. Então, acessibilidade é uma
6259 forma de garantir o direito também a participação. Então, ter, por exemplo,
6260 tradução de libras, aqui, por exemplo, devem ter pessoas com deficiência como foi
6261 pensada a acessibilidade dessas pessoas, isso é fundamental de se garantir, mas
6262 também se garantir que eu vou usar materiais que, por exemplo, para uma criança
6263 que tem síndrome de Down é mais fácil ela se expressar a partir da escultura, a
6264 partir do desenho do que necessariamente quando eu proponho uma atividade
6265 para ela contar uma história, com começo, meio e fim, mas eu posso a partir do
6266 desenho dela conseguir perceber o que ela sente, o que ela entende das coisas,
6267 vou dar um exemplo aqui, por exemplo, uma criança com espectro autista, ele fez
6268 uma das proposições que nós fizemos, que perguntava qual é o ambiente que ela
6269 mais se sente, que ela mais gosta de estar na vida, pode ser real e imaginário e
6270 essa criança faz em massinha uma casa totalmente assim lacrada, sem janela,
6271 sem porta, um teto super pesado, denso, ela se fez como se fosse uma fortaleza,
6272 e que não dialoga com espaço externo, então ali ela está dizendo sobre ela, sobre
6273 uma dificuldade, inclusive, espectro artista, que essa, esse fluxo com a vida, essa
6274 interatividade que é um ponto de vista, de desafio. Então, uma outra por exemplo,
6275 um desenho que diz que, por exemplo, pequena, criança de 4, 5 anos, que ela faz
6276 as raízes das plantas, embaixo da terra e as coisas em cima, todas com cara
6277 assim de monstro e até a lua estava transformada assim em um jeito mais
6278 parecendo um monstro, e ela diz que o planeta, o mundo está todo contaminado a
6279 ponto de que as coisas estão virando mutantes. Então, ela está dizendo sobre
6280 como ela percebe, como chega para ela o mundo, ela escuta muito, não é à toa
6281 que a gente vive com tanta questão de agrotóxico, as comidas que a gente come
6282 hoje, muitas vezes não nos fazem bem e a criança muitas vezes percebe isso, não
6283 porque ele escutou simplesmente na escola ou no jornal, porque ela sente
6284 também no seu corpo, ou ele está dizendo sobre uma contaminação que pode ser
6285 no campo ético, estético. Então, assim as produções das crianças, elas trazem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6286 muita força e a gente tem que aproveitar para ler, tanto do ponto de vista
6287 simbólico, como mesmo as vezes narrativa que é mais, igual uma outra criança
6288 que fez uma máquina com materiais, objetos de sucata, onde a máquina trabalha
6289 com preconceito, contra pessoas a LGBT, pessoas negras, onde a máquina, por
6290 exemplo, a pessoa entrava e era transformada em miniatura, depois ampliava,
6291 punha purpurina, mas o que aconteceu na máquina? Ela sentia exatamente a dor
6292 de uma pessoa vítima de preconceito. Então, as crianças elas dizem muito sobre a
6293 vida e a gente precisa aproveitar para criar estratégias com várias formas de
6294 materiais e atividades que permitam esse saber ver, e eu incluir a todos, por isso
6295 eu acredito que tanto o bebe, até adolescente, até adulto, não é? Todos têm
6296 espaço para se expressar se a gente cria as condições necessárias, e as
6297 condições necessárias, elas são necessariamente ampliar as diversidade para
6298 realmente a inclusão acontecer, por isso as crianças com deficiência, seja ela
6299 mental, seja ela física, ela também não tem só o direito, como ela tem a
6300 capacidade de participar.

6301 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Eu queria ver se a gente passava para a Júlia
6302 Rebeca, para ela também comentar em cima das três perguntas. Júlia?

6303 **Sra. Julia Rebeca** – Oi.

6304 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Você conseguiu pegar as perguntas? Você
6305 conseguiu pegar as perguntas Júlia, que vieram no Chat?

6306 **Sra. Julia Rebeca** – E eu consegui.

6307 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Está bem.

6308 **Sra. Julia Rebeca** – Eu consigo aqui pelo Chat responder, só voltar aqui
6309 rapidinho, e eu até acredito que seja a primeira pergunta da Gracilene, que ela
6310 pergunta o meu primeiro espaço de participação e como foi esse processo. O meu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6311 primeiro espaço de participação foi dentro de uma organização chamada apoio...
6312 Que fala sobre os direitos de crianças e adolescentes, e faz um recorte de gênero.
6313 Então, os meus espaços de participação dentro dessa organização, e que hoje eu
6314 tenho o imenso prazer de fazer parte, de ter participado desse processo que me
6315 ajudou a fazer coisas que eu jamais imaginei que eu faria ou... Me fez ocupar
6316 espaço que eu jamais imaginaria que ocuparia, e foi dessa organização,
6317 participando dos projetos dessa organização, que eu aprendi muito sobre os meus
6318 direitos, sobre participação, sobre igualdade de gênero e muitos outros assuntos
6319 que geralmente na escola, ou na família não é tão comentado, e o meu processo
6320 foi muito de organização, de enfatizar que eu acredito que a escola deveria ser
6321 esse principal órgão, de fazer com que a participação de crianças e adolescentes
6322 acontecessem, mas infelizmente muitas escolas a gente não tem nenhum grêmio.
6323 Então, que é um espaço muito importante dentro das escolas que fala sobre
6324 participação. Então, eu acredito muito que não deveria partir de uma organização,
6325 uma ONG, uma organização privada, de certa forma, e sim da escola que é o
6326 lugar onde a criança e adolescente permanecem e estão todos os dias. E a
6327 segunda pergunta foi do... Um minutinho gente, do Diego, ele fala muito sobre o
6328 protagonismo, e realmente, ele fala sobre a questão da falta de comunicação, e
6329 que lá no estado dele, eles não foram comunicados da seleção para o CPA, e eles
6330 acabam não tendo representantes, eu falo para o Diego, com muita tristeza e com
6331 muita, como é que eu posso dizer? Muito chateada mesmo, com indignação de
6332 que vocês não souberam do processo, eu acredito que todos os adolescentes
6333 deveriam saber sobre os processos que acontecem do CPA, porque esse espaço
6334 é nosso, infelizmente ainda não é garantido que a gente saiba de todas as coisas
6335 que acontecem dentro dos espaços que são nossos. Então, a gente ainda precisa
6336 lutar muito para que a gente tenha informação sobre todos os espaços, que a
6337 gente tenha informação sobre lugares que são nossos, sobre as informações que
6338 são para nós. Então, a gente ainda precisa lutar muito dentro da Conferência, é o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6339 espaço que a gente tem que fazer, o exercício que a gente tem que fazer, de
6340 pedir, de pedir não, na verdade, lutar, fazer com que isso seja efetivo, de fazer
6341 com que seja garantido, que a gente tenha acesso a todas as informações que
6342 falam sobre nós, sobre todos os espaços que falam sobre a gente. E outra
6343 pergunta que teve foi... É o Dimarane, acredito que esteja certo, de Minas Gerais,
6344 e ela pergunta sobre: "Você entende que a representação das crianças e
6345 adolescentes não é capaz de elevar os anseios desses cidadãos?" Olha, eu
6346 acredito que quando essa participação indireta é feita por um adolescente, um
6347 adolescente falando sobre crianças e adolescentes, tudo bem. Eu não tenho
6348 problema em falar sobre isso, eu acho que é o meio que a gente pode, é um meio
6349 efetivo, um meio que a gente consegue falar sobre os anseios de crianças e
6350 adolescentes, mas quando isso é falado para uma força, nem sempre têm a
6351 mesma potência que um adolescente, que uma criança falando. Então, é legal ter
6352 essa participação indireta quando um adolescente representa os outros, eu acho
6353 que tudo bem, que eu entendo que muitos adultos se esforçam para entender
6354 nossa realidade, mas eles ainda não conseguem falar com a propriedade que a
6355 gente tem. Então, é a gente que tem que falar, é a gente que tem que falar sobre a
6356 gente. Não é um adulto. Tudo bem, entendo plenamente que são
6357 importantíssimos, que são pessoas que fazem de tudo, muitas pessoas fazem de
6358 tudo, esses adultos fazem de tudo para entender a nossa realidade, mas eu acho
6359 que é só a gente que tem como falar da nossa realidade com propriedade. E o
6360 último que está aqui, observando no Chat, um instante, é do Diego e fala assim:
6361 Imensamente feliz por ter adolescentes representantes, e ele fala sobre a questão
6362 da comissão, que não foram comunicados com antecedência, e só em cima da
6363 hora, e também não soube sobre a seleção para o CPA. E aí ele fala mesmo...

6364 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Oh Júlia, oh Rebecca? Está me ouvindo? Eu acho
6365 que a Julia Rebeca caiu. Alô.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6366 **Sra. Petrúcia Andrade** – A Ana Carolina, se tiver... Flávio.

6367 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – A Julia Rebeca caiu Petrucia?

6368 **Sra. Petrúcia Andrade** – A conexão de Rebeca caiu. Se o Flávio tiver uma
6369 pergunta, mais uma pergunta, pode dirigir a pergunta para a Ana Cláudia, por
6370 favor.

6371 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Eu queria... Só um minutinho Petrucia, queria ver
6372 se a Ana Rita consegue falar, consegue Ana Rita? Ana Rita?

6373 **Sra. Petrúcia Andrade** – Ana Rita, você consegue nos ouvir? Acredito que a
6374 conexão de Ana Rita está com problema, porque ela não está nos respondendo,
6375 não é?

6376 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – É, acho que sim Petrucia. Então, vamos lá Flávio,
6377 você tem mais alguma pergunta Flávio, para as expositoras?

6378 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Tem, tem mais uma para Ana Cláudia, feita
6379 pela Janine, delegada do Distrito Federal. Ana Cláudia, você poderia falar sobre
6380 os modelos de participação social de crianças e adolescentes em outros países?
6381 Existe alguma experiência interessante que em sua opinião possa ser adotada
6382 pelo Brasil com as devidas adaptações?

6383 **Sra. Ana Claudia Arruda Leite** – Então, Janine. Eu acredito que assim como o
6384 Brasil, os outros países, eles também têm cada vez mais buscado formas de
6385 incluir, acho que esse desafio de como você não só reconhece a importância dos
6386 primeiros anos de vida, agora falando da primeira infância, por exemplo, acho que
6387 nos últimos anos teve um aumento de consciência sobre a importância desse
6388 período no desenvolvimento humano, mas ainda é um desafio de como você inclui
6389 e realmente garante essa participação, da criança e do adolescente. O



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6390 adolescente é um pouco mais, digamos, a gente pode dizer, mais simples em
6391 certa medida, porque como ele consegue se expressar muito bem como a gente
6392 mesmo viu aqui a Júlia e tantos outros a partir da palavra, e a nossa sociedade,
6393 ela é extremamente pautada no pensamento racional, em uma lógica de
6394 participação que ainda é baseada no argumento, e na lógica das ideias e menos
6395 as vezes em outras expressões, a gente cria as vezes mais oportunidade de
6396 participação para o adolescente e ainda criança, de 10, 11, 12 anos também entra
6397 nesse conjunto, digamos, instâncias de participação, mas as menores ainda ficam
6398 como um desafio na maioria dos países. E a experiências bem-sucedidas? Sim,
6399 há experiências bem-sucedidas, por exemplo, uma experiência que há décadas é
6400 feita, na própria Itália assim, você tem experiências não só em escola, que é muito
6401 conhecida como as escolas na região que fazem processos de escuta de criança
6402 e aprofundam essas linguagens infantis, como você tem que instâncias concretas
6403 de participação municipais, estaduais para a participação das crianças pequenas e
6404 dos adolescentes, mas desde pequenininhas eles são convidados a participar de
6405 instâncias para decisões sobre seus municípios. Então, você tem experiências
6406 realizadas com sucesso, mas eu acho que a gente ainda tem mais experiências
6407 aqui emulam a criança, trazendo ela para espaços de participação que não
6408 condizem com o seu tempo, com seu modo de pensar e ser, eu acho que isso tem
6409 mais acontecido, que trazer por exemplo, se a gente tivesse crianças de primeira
6410 infância, por exemplo, a gente poderia falar: "Ah, mas a gente está garantido o
6411 direito à participação das crianças." Mas será que nesse formato daria para a
6412 gente garantir? Estou fazendo aqui uma problematização, será que daria para
6413 garantir a participação de fato, as considerações da primeira infância nesse
6414 formato? Eu pelo menos acredito que não, mas dá para a gente garantir para os
6415 adolescentes, dá para garantir para as crianças mais velhas. Então, quando a
6416 gente inclui também os menores, a gente precisa o quê? Repensar os formatos,
6417 repensar as lógicas, o tempo, o ambiente, o modo de conduzir e isso ainda é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6418 pouco feito pelo mundo, de você realmente incluir a partir da lógica infantil, para
6419 você não criar situações que criem violência simbólica, que criem um
6420 constrangimento a criança, como a gente às vezes tem até mesmo nas escutas de
6421 crianças vítimas de violência, ainda é um desafio, de como se garante esse direito
6422 de ela ser escutada, sem que essa vítima de violência se veja de novo em uma
6423 situação de violência simbólica, não é mais a violência física ou qualquer violência
6424 que ela tenha sido ameaçada, mas você cria uma situação que às vezes não
6425 garante a ela o respeito, e o direito de se expressar de uma forma que
6426 potencializa, e até mesmo ajude ela naquele processo, não é? Então, eu acho que
6427 assim, acho que a gente... Quem trabalha nessa área, acho que tem esse desafio
6428 nas próximas, talvez décadas para superar, de como a gente realmente cria uma
6429 igualdade maior, não só racial, não só de gênero, que são bandeiras bem fortes
6430 hoje na questão do racismo estrutural, por exemplo, mas também da desigualdade
6431 etária. Eu acho que ainda é um desafio da nossa época muito forte criar igualdade
6432 de espaços de participação, para de fato, garantir o direito a participação para
6433 todos.

6434 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Vamos ter que ir caminhando agora para o
6435 encerramento, pessoal, porque nós temos 16h começa o próximo eixo. Então,
6436 temos ainda uma pergunta para as duas palestrantes, não sei se Ana Rita
6437 consegue fazer essa pergunta final. Ana Rita, você consegue fazer? Acho que
6438 não. Então, eu já passaria para o Flávio fazer a última pergunta, e aí de imediato,
6439 eu já começaria com a Julia Rebecca e lembrando que vocês têm cinco minutos,
6440 está bem gente? Para comentar sobre a pergunta. Flávio, por favor, a última
6441 pergunta.

6442 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – A última pergunta do Renildo Silva Soares,
6443 delegado do Mato Grosso e vai para as duas: "Como eu faço para continuar



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6444 cobrando meu direito de ter vez e voz, mesmo depois do término dessa
6445 Conferência? Digo isso não só nas escolas, mas em todos os meios que vivo."

6446 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Eu gostaria que a Julia Rebecca começasse.
6447 Parece que ela caiu novamente?

6448 **Sra. Petrócia Andrade** – É, a Rebeca caiu. A Júlia.

6449 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Caiu. Então, por favor Ana Claudia, você comenta
6450 aí essa última resposta, quando a Júlia retornar, ela faz o comentário. Cinco
6451 minutos Flávio, por favor, e você já pode aí professora também já fazer as suas
6452 considerações finais, tudo bem?

6453 **Sra. Ana Claudia Arruda Leite** – Está certo, obrigada. Então, oh Vanildo, muito
6454 importante essa sua pergunta, acho que a Conferência, espero que para você ela
6455 seja aí um espaço de inspiração e de potencializar seu interesse em continuar se
6456 engajando e participando, garantindo aí o seu direito a participar, eu acho que
6457 você pode, não falei muito sobre isso, mas é um dos temas também da nossa
6458 mesa, queria aproveitar para falar agora da questão da comunicação social, eu
6459 acho que hoje estamos nesse momento de pandemia que não sabemos quando
6460 vai realmente resolver, mudar, mas estamos aqui, por exemplo, em um encontro
6461 virtual, e muitas vezes a comunicação, as possibilidades de expressão no meio
6462 digital, elas são muito favoráveis, principalmente aos adolescentes, eu acho que
6463 tem grandes movimentos e iniciativas, a gente tem aí hoje adolescente Greta, por
6464 exemplo, na mudança climática que é hoje uma das pessoas mais influenciadores,
6465 não só de jovens, mas de política. Então assim, você vê como um adolescente...
6466 Amalala, uma outra pessoa que ficou extremamente conhecida mundialmente.
6467 Então, você tem muitos adolescentes que vieram à tona com seu protagonismo,
6468 com suas causas usando as redes sociais, fazendo bom uso da Internet, e claro
6469 que tem muitos, muitas questões a serem cuidadas e direitos a serem garantidos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6470 no ambiente digital, com a proteção de dados e questões de bullying e tantos
6471 outros, mas também tem oportunidades, eu acho que no sentido da participação e
6472 do protagonismo juvenil é uma grande oportunidade para se conectar com
6473 pessoas do Brasil, de outras regiões que fisicamente a gente não tem as mesmas
6474 possibilidades, e do mundo, se engajando em causas comuns e fazendo com que
6475 essas causas ganhem uma repercussão cada vez maior. Então, isso é uma
6476 possibilidade. Você mesmo falou, a escola, o grêmio historicamente sempre foi
6477 esse espaço, acho que é importante se fortalecer a prática dos grêmios, muitas
6478 escolas não tem grêmio, mas isso é um direito do estudante ter grêmio na sua
6479 escola. Então, se não tem, é possível criar prêmios, e ocupar essas instâncias de
6480 participação como o próprio CONANDA, e acho que onde você ali circula, seja de
6481 cultura, de esporte, sempre há possibilidade de um maior protagonismo, e
6482 reivindicar isso nos lugares, de que essa voz do jovem, da criança seja ouvida e
6483 seja incluída nos processos também de decisão, não é? Há cidades que têm
6484 processos às vezes de gestão, de orçamento participativo, por exemplo, de ter
6485 espaços de possibilitar mais curta e uma participação também na gestão pública.
6486 É importante aproveitar, eu acho que a gente está nesse momento. Eu falei da
6487 pandemia, porque restringiu em alguns âmbitos, mas ampliou outros, e enfim. E
6488 para terminar, fazendo já uma consideração final, eu quero mais uma vez
6489 agradecer pelo convite, pela possibilidade de contribuir com o CONANDA, com
6490 essa Conferência que é uma instância fundamental para a construção de políticas
6491 públicas, de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e para a
6492 construção de uma sociedade cada vez mais democrática, mais justa e que
6493 permita às pessoas terem sua voz, e seu modo de ser garantido e respeitado em
6494 uma sociedade cada vez mais inclusiva e diversa. Então, obrigada a todos,
6495 continuamos a luta.

6496 **Sra. Petrócia Andrade** – Obrigada Ana Cláudia pelas suas respostas.
6497 Complementando aquela pergunta que o adolescente fez sobre experiências



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6498 internacionais, hoje o CPA representa o Brasil com 2 adolescentes, o Maurício
6499 Damas de Belo Horizonte, Minas Gerais e Rebeca do Rio de Janeiro, representa a
6500 Rede Surca no Mercosul, onde tem todos os países do Mercosul, e nós vamos
6501 ampliar essa participação, estamos já dialogando para a participação de mais
6502 adolescentes, e no Brasil nós temos outras redes aí, a rede, a rádio, que é uma
6503 rede de adolescentes vinculado ao Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual no
6504 estado de Minas Gerais, temos a REJUDS que é uma rede de juventude muito
6505 interessante que está no Brasil inteiro, e temos também o MJPOP que é um
6506 projeto que chama de Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, que transforma
6507 a realidade no Brasil. Então, onde esses projetos estão, essas redes estão
6508 atuando. Então, é só agradecer e agradecer o meu conterrâneo, sabia Flávio?
6509 Que eu sou de Alagoas, eu nasci em Pontal do Coruripe, em Alagoas.... A
6510 conexão não foi possível ela ter fala, mas ontem, ela teve uma fala no vídeo dela,
6511 o Flávio de Alagoas, a Júlia, e passo a palavra para as considerações finais para o
6512 Lacerda. Muito obrigada e vamos juntos, conte com a Secretaria Nacional dos
6513 Direitos da Criança e do Adolescente para garantir essa efetivação dos direitos
6514 criança e adolescente, e com o CONANDA, muito obrigada. Lacerda? Parece que
6515 Lacerda caiu? Lacerda não está conseguindo se conectar, se o Lacerda estiver aí,
6516 liga a câmera por favor, se a Julia Rebeca quiser dar as considerações finais dela,
6517 pode falar Ana Julia.

6518 **Sra. Julia Rebeca** – Oi. Vou conseguir voltar. E eu só queria fazer uma...
6519 Responder uma pergunta. Flávio, faz a pergunta.

6520 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Espera aí.

6521 **Sra. Petrucia Andrade** – Bom, o Lacerda chegou, não é Lacerda? A Júlia já está
6522 pronta para fazer a sua resposta, Julia? Por favor.

6523 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Julia...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6524 **Sra. Julia Rebeca** – Teve uma pergunta sobre a questão da participação, não é?
6525 Fazer com que a participação esteja em todos os locais, e não só na escola e
6526 como fazer isso. E eu queria responder essa pergunta falando que eu também,
6527 algum dia me fiz a mesma pergunta: "Como é que eu faria para estar nesses
6528 espaços, para ocupar esses espaços?" E eu lembro que me responderam que os
6529 Conselhos, em especial municipais e estaduais, que provavelmente é bem perto, a
6530 gente pode ir lá, e reivindicar pelas coisas que a gente quer, a gente pode pedir
6531 para participar, a gente tem que... A gente pode participar das assembleias, a
6532 gente não tem poder de voto, mas a gente pode participar. Então, eu acho
6533 superinteressante você procurar o Conselho do seu município ou estado, e os
6534 fóruns também que são superimportantes, que a gente pode fazer parte, a gente
6535 só não tem direito a voto, mas de participação, de fala, algumas considerações, a
6536 gente pode estar lá e acompanhar esse processo. E fazendo minhas
6537 considerações finais, eu fico imensamente feliz de fazer parte deste momento, de
6538 conversar com vocês, de mostrar, falar sobre as coisas que a gente deseja, e que
6539 a gente ainda precisa evoluir muito de onde a gente veio, e mesmo assim a gente
6540 ainda ocupa, a gente está em um lugar que é extremamente importante, que a
6541 gente precisa fortalecer ainda mais esses espaços, fazer com que crianças e
6542 adolescentes realmente estejam neles. Então, o que para além dessa
6543 Conferência, a gente não desiste, sabe? Que a gente continue a persistir, que a
6544 gente continue a lutar para que a gente tenha vez e força dentro da sociedade, e
6545 dentro dos espaços que são nossos, e eu aqui na minha cidade eu vou continuar
6546 fazendo isso, e espero que vocês continuem fazendo isso na cidade de vocês, que
6547 a Conferência ajude vocês no processo de formação ainda maior, uma
6548 propriedade para falar sobre muitas coisas maior para entender a realidade dos
6549 adolescentes de outros estados, e outros locais, e que a gente juntos nesse
6550 emaranhado de coisa, a gente possa lutar nas nossas cidades, lutar para que
6551 direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos, porque a gente não aceita



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6552 direito a menos. É isso, eu fico... Agradeço imensamente por todos que estão aqui
6553 até agora.

6554 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Muito obrigada Júlia Rebeca. Eu queria, antes de
6555 fazer as considerações finais, também passar para o Flávio, eu vi que a Ana Rita
6556 não conseguiu falar aqui, teve dificuldades, mas eu gostaria também Flávio que
6557 você pudesse também fazer aí as suas considerações finais, por ter participado
6558 dessa importante mesa de debate.

6559 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Está bem. Eu não sei se a Julia já respondeu,
6560 mas tem outra pergunta aqui, do Hélio Fogaça que é sobre o CPAs municipais, ela
6561 respondeu?

6562 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Ela falou da importância de ocupar esses espaços
6563 nos municípios. Você pode comentar Flávio, se achar oportuno, se não, eu dou
6564 uma reforçada também no que se refere a isso, porque tem os CPA municipais, e
6565 tem os CPA estaduais que os adolescentes precisam provocar, que todos os
6566 Conselhos Municipais e estaduais criem também os seus CPA, mas no
6567 encerramento aqui eu posso dar uma reforçada nisso.

6568 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Está bem. Então, os comentários da pergunta
6569 do Hélio. É óbvio que no âmbito do Comitê Nacional, existe uma certa refinação,
6570 digamos assim, para escolher quem vai representar, e essa representatividade é
6571 importante, e a gente estuda e tenta ao máximo poder falar por todo mundo, dos
6572 nossos respectivos grupos, sejam eles os grupos menores, os nossos estados, ou
6573 pela seleção virtual também, mas óbvio, a gente não consegue dar conta de todas
6574 as intencionalidades, eu acho que está nesse eixo a importância das
6575 personalidades, das características, das identidades, das pautas hereditárias e a
6576 gente não consegue absorver tudo isso, essas micro agressões, essas violências,
6577 esses eixos já funcionam por si só, eles funcionam juntos. Então, violência, tem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6578 um eixo da violência, tem um eixo para proteção e tem um para participação, mas
6579 eles não são excludentes, eles funcionam juntos. Então, para essa participação
6580 funcionar, a gente precisa da participação no âmbito nacional, no estadual ou no
6581 municipal dessas pessoas que são protegidas, as que não são protegidas, as que
6582 sofrem violência, as que fazem parte de grupos identitários, e a única maneira que
6583 a gente consegue assegurar que todo mundo fale é chegando a todos os lugares,
6584 a todos os locais. Eu vi que no Chat tinha muita gente falando sobre a mídia,
6585 sobre a divulgação da Conferência, e eu concordo, entendo. Mas não é por aqui,
6586 não é por divulgação prática que a gente vai conseguir fazer a mídia ou a
6587 sociedade brasileira se importar com Direitos Humanos e cidadania,
6588 especialmente de crianças e adolescentes, digamos que o buraco é um pouco
6589 mais embaixo. Eu também vi as perguntas dos próprios adolescentes no Chat,
6590 estou acompanhando o Chat, e muitas delas são válidas, esse formato ele não é
6591 abrangente, óbvio, ainda é mais do que seria para uma pessoa da primeira
6592 infância como a Ana Cláudia falou, mas ainda assim falta e fica de fora muita
6593 gente, muita coisa, a nossa participação ainda é limitada. A minha é, eu digo por
6594 mim mesmo. Então assim, para não... Para quem está indignado com esse
6595 formato, para quem não está satisfeito, para quem não está achando que isso é
6596 plenitude de participação, vocês não estão errados, não aceitem, não deixem, não
6597 permita normalizar que esse seja o formato, porque realmente enfraquece os
6598 movimentos, infelizmente por 1, 2, 3, 4, A, B, C motivos, é a participação que a
6599 gente está conseguindo fazer agora, é verdade. Então, o que a gente pode fazer?
6600 Fazer as emendas, as propostas, escutar, fazer as perguntas e tentar participar o
6601 máximo nesse espaço que foi proporcionado, ainda é querendo ou não, um
6602 privilégio participar sim. A gente fala... Existe essa divisão entre direita e privilégio.
6603 Então assim, a gente não é privilegiado por estar aqui, realmente é nosso direito e
6604 é obrigação ser proporcionado, mas não é assim que funciona, infelizmente.
6605 Então, a gente tem que aproveitar esse tipo de privilégio, e usar para falar por todo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6606 mundo, pelas interseccionalidades, pelas pessoas que a gente conhece, pelos
6607 adolescentes das nossas cidades, pelos adolescentes dos nossos grupos, pelos
6608 adolescentes que a gente não gosta, pelos adolescentes que a gente gosta, pelos
6609 nossos amigos, a participação aqui é para todo mundo e a gente se torna
6610 porta-voz. Então é isso, mas não, jamais, nunca em uma postura de passividade,
6611 de aceitar, ou de limitar, Conferência não é alguém que fez e entrega para a
6612 gente. A Conferência é um dinheiro nosso, que a gente molda referente às nossas
6613 necessidades de participação. É isso.

6614 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Muito obrigado Flávio, muito bem Flávio. Então
6615 pessoal, nós estamos aqui encaminhando para o encerramento...

6616 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos** – Desculpa se falei muito rápido.

6617 **Sr. Antonio Lacerda Souto** – Não, foi ótimo Flávio. Eu queria fazer o
6618 encerramento, e aí eu queria destacar essa pergunta, é bem importante que a
6619 Julia Rebeca comentou, que é muito importante os adolescentes ocuparem os
6620 espaços nos municípios e nos estados, e quando o CONANDA pensou lá atrás no
6621 CPA, o CONANDA não pensou no CPA só nacional, não é? Os municípios
6622 precisam também criar o CPA, é evidente que nós temos governabilidade para
6623 criar o CPA Nacional, mas é muito importante que os adolescentes e as
6624 adolescentes do Brasil provoquem a criação do CPA nos municípios, provoquem a
6625 criação dos CPA nos estados, e que a gente não deixe mais cair o CPA Nacional,
6626 é verdade, é verdade o que vocês falaram. Nós tivemos muita dificuldade de
6627 constituir o CPA, desde 2016 quando teve o golpe ali em 2016, o CONANDA foi
6628 retomado, a gente teve dificuldade no ano passado, todo mundo sabe da
6629 dificuldade do CONANDA no ano passado, esse ano foi retomado o CPA nesse
6630 convênio com a FLACSO, a Petrucia já falou disso, e o importante agora é garantir
6631 e a manutenção do CPA, o CPA é um espaço fundamental, construtivo, para que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6632 a gente possa ouvir, o CONANDA possa ouvir a voz dos adolescentes e das
6633 adolescentes. Com relação a Conferência, vocês não imaginam como foi difícil
6634 para nós do CONANDA optar por fazer essa Conferência de forma virtual, para
6635 nós foi muito difícil optar por isso, mas nós tínhamos o desafio, nós tínhamos
6636 recursos assegurados para fazer esse ano, se a gente não fizesse esse ano, a
6637 gente não saberia como seria a garantia de fazer no próximo ano, nós tínhamos a
6638 questão da pandemia, a gente não tem certeza absoluta quando a pandemia vai
6639 poder a gente está se reunindo de forma presencial, e nós tínhamos no próximo
6640 ano o CONANDA já tem de convocar a próxima Conferência. Então, não
6641 poderíamos deixar para o ano que vem, fazer uma Conferência... A gente ia ficar
6642 com déficit já de convocar uma Conferência seguinte. Então, foi bem difícil entre o
6643 ideal e o possível, nós estamos fazendo o possível e foi feito o possível, porque o
6644 ideal para nós era fazer presencial, nós do CONANDA temos consciência disso,
6645 foi um exercício muito grande. E como coordenador da Comissão Organizadora
6646 Nacional, eu queria destacar aqui para finalizar, e reconhecer um conjunto de
6647 pessoas que às vezes não ficam aqui como nós Conselheiros estamos nos
6648 bastidores, mas que foram fundamentais na realização desta Conferência, queria
6649 fazer referência a equipe anterior do CONANDA, 2017 quando a Conferência, a
6650 resolução fez o chamamento da Conferência. Então, seria injusto da nossa parte
6651 não reconhecer o trabalho da equipe da secretaria do CONANDA, da Verena, da
6652 Patrícia, do André, da Ana Claudia, do Jean, da Arlete, Sérgio, gestão 2017
6653 quando a gente iniciou ali todo o processo conferencial, e a importância dessa
6654 equipe. Queria aqui reconhecer todo o trabalho da equipe atual, da
6655 Secretaria-Executiva, do Lucas, da Cleide, do Carlos, do Sérgio e do Hélio, são
6656 pessoas que estão ali nos bastidores, no dia-a-dia nos ajudando a tocar essa
6657 Conferência, e queria agradecer de forma muito especial também a equipe da
6658 FLACSO, a Salete foi uma grande coordenadora juntamente com a Kátia da
6659 FLACSO, em todo esse processo não medir esforços para garantir que o convênio



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6660 pudesse ali, esse convênio com a Secretaria-Executiva do CONANDA e ainda
6661 agradecer o empenho na secretária Petrucia, que o convênio pudesse ser
6662 assinado ali com a FLACSO, para que isso pudesse acontecer a nossa
6663 Conferência, e agradecer à equipe da FLACSO, essa equipe que fez um esforço
6664 muito grande nas proposta de todo esse processo, a Bel, a Kátia, Bárbara, Raí e
6665 Vítor, e queria chamar a atenção hoje, às 18h estão abertas o Fórum de
6666 Propostas, está aberto hoje e vai 29 e 30. Agora, é o momento de todos os
6667 delegados e delegadas entrar lá e fazer suas emendas, esse eixo de
6668 participação... 116 propostas, quando nós juntamos que tem proposta de um
6669 estado que é parecida com a do outro, quando nos juntamos as propostas, ficaram
6670 em 19 propostas. Então, vocês vão entrar lá no Fórum de Propostas e vão
6671 analisar essas 19, e vão apresentar emendas. Nenhuma proposta dessa pode ser
6672 retirada, isso é importante dizer, elas só podem ser melhoradas, retiradas jamais.
6673 Então, essas 19 propostas, por favor, entre no fórum do eixo, estou falando desse
6674 eixo, entre lá na 19, melhor essas 19, e dessas 19 vai ter um momento de vocês
6675 priorizarem cinco, não quer dizer que todas as 19 não serão tratadas, todas as 19
6676 serão tratadas, mas não podemos fazer 19 de uma vez. Então, das 19 quais são
6677 aquelas que merece um tratamento, que não pode esperar muito, aquelas que são
6678 prioritárias. Então, vocês vão das 19, priorizar cinco propostas que a gente precisa
6679 começar a trabalhar amanhã nessas cinco.... Com isso eu encerro, agradeço de
6680 forma muito especial a nossa adolescente, e adolescentes que estiveram aqui, a
6681 Ana Rita, a Julia Rebeca e o Flávio, e também a nossa expositoras Ana Cláudia
6682 que esteve aqui com a sua excelente contribuição, e a excelente contribuição da
6683 Julia também como fez muitas provocações aqui, e agradecer também aqui a
6684 participação da Petrucia junto comigo nessa coordenação. Com isso a gente
6685 encerra essa mesa, e deseja a todos aí que a gente possa entrar ali no Fórum de
6686 Propostas e apresentar emendas, e cada vez mais a gente melhorar essas
6687 propostas. Muito bem, vamos agora que vai iniciar o próximo eixo, que o eixo 5,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6688 que é o eixo do controle social das políticas públicas, em apoio a toda a política da
6689 criança e do adolescente no Brasil. Uma boa tarde a todos e a todas, e a todes.

6690 **Mestre de cerimônia** – Muito obrigado. Agradecemos a todos, e neste momento
6691 essa mesa se desfaz. Lembramos aos participantes do eixo 5, e aos demais
6692 espectadores e participantes da 11ª CNDCA, que no dia 10 de dezembro teremos
6693 as atividades da plenária final, e encerramento da 11ª CNDCA. Antes, conforme a
6694 programação, teremos os fóruns de propostas, proposição de emoções, e sala de
6695 Chat e dentro de vinte minutos votaremos com mesas de exposição do eixo 5,
6696 espaço de gestão e controle social das políticas públicas de crianças e
6697 adolescentes, palestrantes: Jussara Maria Moreno Jacintho e Claudio Augusto
6698 Vieira da Silva, dentro de vinte minutos retornaremos. Senhoras e Senhores,
6699 Crianças e Adolescentes de todo o Brasil muito boa tarde. Vamos dar início ao
6700 último painel de palestras da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
6701 Adolescente, CNDCA. A Comissão Organizadora da XI CNDCA entende que as
6702 palestras que nortearão as discursões desta Conferência tem um caráter formativo
6703 e universal, portanto, informamos que as transmissões deste evento estão abertas
6704 ao público em geral pelo canal do Conanda no YouTube e pelo
6705 facebook.com/conandaconselhonacional e no Ambiente virtual da XI CNDCA,
6706 restrito aos delegados e às delegadas no endereço eletrônico cndca.mdh.gov.br.
6707 Também está disponível no canal do YouTube do Conanda a transmissão com
6708 ferramentas de audiodescrição, cujo link está copiado na descrição deste vídeo. E
6709 nós temos alguns recados, e as perguntas aos palestrantes podem ser feitas pelos
6710 participantes, delegadas e delegados, convidados e observadores credenciados,
6711 através do ambiente virtual da 11ª CNDCA, e delegados e delegadas da 11ª
6712 CNDCA que quiserem apresentarem moções, devem encaminhar o texto para o
6713 e-mail se.conanda@mdh.gov.br, seguindo as orientações do regimento interno. É
6714 fundamental nesse processo que crianças e adolescentes e pessoas com
6715 deficiência tenham sempre ao seu lado seus tutores e acompanhantes para lhes



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6716 auxiliar no que for preciso durante todo o período conferencial. Programação da XI
6717 CNDCA. Nos dias 26 e 27 de novembro tivemos a abertura da XI CNDCA com o
6718 pronunciamento de autoridades e especialistas da área da criança e do
6719 adolescente, saudação da Ministra Damares Regina Alves e palestras dos Eixos
6720 1, 2, 3 e 4. E hoje Dia 28 de novembro, sábado, seguiremos com a exposição do
6721 Eixo 5: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e
6722 Adolescentes; De hoje, a partir das 18 horas até as 18 horas do dia 30 de
6723 novembro, primeiro momento do Fórum de Propostas, no qual os delegados e
6724 delegadas da conferência podem apresentar emendas às propostas
6725 sistematizadas. Lembramos que as Moções poderão ser submetidas para votação
6726 entre o dia 26 de novembro e 8 de dezembro de 2020, de acordo com as
6727 orientações disponíveis na seção de moções. Para acompanhar toda a
6728 programação, considerar hora Brasília. Com o Tema central: Proteção Integral,
6729 Diversidade e Enfrentamento das Violências, o objetivo da XI CNDCA é mobilizar
6730 os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, crianças, adolescentes e a
6731 sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio
6732 da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas,
6733 fortalecendo as estratégias e ações de enfrentamento às violências, e
6734 considerando a diversidade. De 26 de novembro ao dia 10 de dezembro de 2020
6735 contaremos com diversas atividades como cerimônias, palestras, discursões nos
6736 fóruns, análise das propostas, conversas via chats e atividades culturais, ações
6737 que compõem a extensa programação da XI CNDCA, cujo processo se iniciou em
6738 2018 com a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e o Decreto nº 10.505,
6739 de 2 de Outubro de 2020, que chamou a Conferência e depois foram realizadas as
6740 etapas municipais, estaduais e hoje estamos, depois de muita luta realizando a
6741 etapa nacional, através de uma ferramenta desenhada metodologicamente para
6742 ser realizada de forma virtual. Infelizmente a pandemia do novo coronavírus nos
6743 impediu de nos vermos presencialmente aqui em Brasília, mas aqui fica o desejo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6744 de que na XII CNDCA possamos nos ver de forma presencial e então, em meio a
6745 muitas conversas, discursões poderemos nos abraçar muito. Neste momento
6746 convidamos a todos a ouvir o convite de Vídeo de Julia Rebeca Noronha Costa,
6747 ela é Adolescente representante do Conselho Estadual DCA/Maranhão, no Comitê
6748 de Participação de Adolescente do Conanda, CPA/Conanda. Oi, gente, eu sou
6749 Júlia, falo de São Luís no Maranhão e eu vim falar o que a gente quer sobre o eixo
6750 5. Nós queremos que todas as pessoas que estejam dentro desses espaços elas
6751 representem a diversidade dos adolescentes, tanto dos municípios quanto do
6752 estado, e quanto do nosso país, além disso a gente quer que os Conselhos de
6753 direitos, no caso o Conselho do direito da criança e do adolescente, ande
6754 juntamente com Conselho Tutelar, porque não tem como propor políticas públicas
6755 para crianças e adolescentes se não tem uma assistência. Então, é necessário
6756 que eles andem em conjunto, que eles tenham parcerias, e que supera as suas
6757 indiferenças, além disso, a gente gostaria de que os adolescentes tivesse dentro
6758 desses espaços, isso não é reivindicação minha dentro desse eixo, mas de
6759 qualquer adolescente dentro de qualquer eixo, dentro de qualquer participação
6760 que a gente tiver, que a gente faça parte desses espaços de gestão e controle,
6761 porque não existe políticas públicas, não existe nada que fala sobre crianças e
6762 adolescentes sem a participação de crianças e adolescentes. Então, eu espero
6763 que a gente faça boas escolhas, que a gente escolha as melhores propostas e
6764 que represente de fatos os adolescentes, é isso, boa Conferência e boas
6765 escolhas. Um beijo.

6766 **Mestre de cerimônia** – Ok, dado o recado. Eu passo agora, passo a palavra
6767 Edna Aparecida Alegro, Conselheira do Conanda, representante da sociedade
6768 civil, desejando a todos um ótimo trabalho.

6769 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Muito boa tarde, boa tarde a todos que estão
6770 acompanhando, todos os delegados e delegadas, participantes, ouvintes,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6771 observadores e todos que estão acompanhando pelo YouTube. O nosso tema é
6772 do eixo 5, espaços de gestão e controle social das políticas públicas de crianças e
6773 adolescentes, este tema é fundamental, porque trata da participação das crianças
6774 e adolescentes também nos espaços de controle social, é lá que nós tratamos das
6775 políticas públicas voltadas a estes. Gostaria também de chamar a Jussara Maria
6776 Moreno Jacintho, a nossa palestrante de hoje, o Claudio Augusto Vieira da Silva,
6777 nosso palestrante também e o companheiro de CONANDA, o Conselheiro Andrei
6778 Soares, que coordenará essa mesa juntamente comigo. Sejam todos bem-vindos
6779 então a esta mesa, e vamos falar um pouquinho do eixo 5, que é o objeto da
6780 nossa mesa. A proposta deste eixo é aprofundar as discussões sobre o papel dos
6781 Conselhos de direitos tanto o nacional, os estaduais, o distrital, os municipais na
6782 gestão da política e do orçamento destinado a crianças e adolescentes. Além
6783 disso, propõe-se uma análise sobre o impacto dos espaços de participação social,
6784 os Conselhos, às Conferências, os fóruns e no fortalecimento da própria
6785 democracia, bem como a necessidade de incluir crianças e adolescentes nos
6786 processos de gestão e controle social das políticas. É fundamental, se é uma
6787 política voltada crianças e adolescentes, é fundamental que tenhamos a
6788 participação destes também no controle social, o controle social é onde nós
6789 construímos junto com a gestão as políticas, as propostas, as políticas, as ações
6790 que devem ser desenvolvidas naquela política. Então, é fundamental termos o
6791 CPA, depois de um bom tempo e luta conseguimos realmente dar voz aos
6792 adolescentes no CONANDA, nos Conselhos estaduais também, agora precisamos
6793 também levar o CPA aos Conselhos Municipais, esta é uma luta de todos nós,
6794 para que possamos tê-los nos Conselhos, a participação e ouvir as crianças e
6795 adolescentes. Passo então a convidar a Jussara Maria Moreno Jacintho,
6796 professora do mestrado em direito da Universidade Federal de Sergipe, assim
6797 como no mestrado profissional em administração pública, rede PROFATE, tem
6798 experiência na área de direito do estado, com ênfase em direitos fundamentais,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6799 porque nós também vamos tratar da gestão, e nesta mesa então, passamos a
6800 palavra para a professora Jussara, seja muito bem-vinda, agradecemos a sua
6801 participação conosco.

6802 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Bem, obrigada, obrigada a todos,
6803 obrigada ao Conselho da criança e do adolescente que me convidou para essa
6804 fala, e saúdo a todos, a todos os ouvintes, a todos os internautas que nos
6805 acompanha, saúdo aos Conselheiros nas pessoas da Sra. Edna Alegro e Andrei
6806 Soares, que vão moderar está, e o meu companheiro de bancada aqui Cláudio,
6807 muito prazer, estou muito feliz porque é um momento realmente de debate, e nós
6808 vivemos um momento hoje em que esses espaços, os fóruns de debate, os
6809 espaços públicos em que possamos construir as soluções para o país se
6810 proliferam. Bom, como a gente havia falado inicialmente, o tema, o tema da mesa,
6811 espaço de gestão e controle social das políticas públicas, são três eixos que
6812 dariam várias aulas, meu curso de formulação de políticas públicas, eu consumo
6813 boa parte do meu tempo, exatamente falando sobre esses três temas, vamos
6814 tentar aqui reduzi-los a vinte minutos. Bom, a primeira coisa que é importante, e aí
6815 me perdoem o didatismo, é a definição do que a política pública, porque a gente
6816 precisa ter consciência, a gente precisa nos apropriarmos dos temas e dos
6817 conceitos, entendeu? Para que a gente possa melhor elaborar com eles, a política
6818 pública é uma ação do governo, uma ação do governo por meio do qual se presta
6819 serviços e se efetivam direitos fundamentais, grandes fundamentais aqui é a
6820 terminologia que a Constituição Federal traz quando se referem aos Direitos
6821 Humanos, direitos individuais, também através das políticas públicas que esses
6822 direitos individuais, fundamentais trazidos na constituição se transformam em
6823 direitos coletivos, eles são exercidos coletivamente, aqueles direitos como direito à
6824 saúde, direito à educação, direito a seguridade social, direito à liberdade. Então,
6825 são direitos que a constituição previa como individuais, mas que por meio da ação
6826 do estado, por meio das políticas públicas elas se transformam em direitos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6827 exercitáveis coletivamente, certo? As políticas públicas, elas compreendem e
6828 podem ser, e devem, compreender? E devem ser emitidas, editadas pelas três
6829 esferas de governo, o município, o estado, e a união. E também elas se realizam
6830 diretamente pelo estado, certo? Assim como por mediação da sociedade civil,
6831 órgãos da população, parceria com a sociedade civil, e também com a iniciativa
6832 privada, o próprio mercado através das suas fundações realizam também políticas
6833 públicas, as políticas públicas elas devem se ater a responder às seguintes
6834 questões, de quem, para quem, como e com que dinheiro, certo? De quem, para
6835 quem, como e com que dinheiro. Ao responder essas questões, as pessoas, todos
6836 nós, o cidadão vai abranger o universo do chamado ciclo de políticas públicas, se
6837 ele conseguir definir de quem, ou seja, qual ente estatal, para quem, ou seja, qual
6838 a população a ser atingida, beneficiada por aquela política pública, como vai se
6839 dar essa política pública, e a mais importante delas, com que dinheiro? De onde,
6840 no orçamento público vão sair os recursos necessários à implementação daquela
6841 política social. A primeira coisa que a gente tem que ter em mente, do ponto de
6842 vista técnico, a primeira coisa que a gente tem em mente é que a política pública,
6843 que é essa ação governamental, ela se inicia com a escolha, com a escolha que
6844 os atores fazem, tanto os atores, agentes governamentais como os atores da
6845 sociedade civil fazem acerca dos vários problemas que existe na sociedade,
6846 nossa sociedade extremamente desigual, nossa sociedade ter sido social muito
6847 desgastado, exatamente porque temos uma concentração de renda muito alta,
6848 nós temos um índice de exclusão, de acesso aos bens básicos que a própria
6849 sociedade produz, é uma sociedade em que os problemas são inúmeros os
6850 problemas são extensos, quando um projeto de governo, ou seja, quando um
6851 grupo político, assume qualquer uma das gestões nas esferas de governo, nas
6852 três esferas de governo, municipal estado e união, o que ele faz, certo? A primeira
6853 coisa que ele faz para se candidatar e análise do cidadão deve começar aí, ele
6854 deposita diante da justiça eleitoral o seu programa de governo, aquele programa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6855 de governo que vai ser o primeiro documento oficial do que, do grupo político
6856 pretende fazer quando estiver, assumir, quando assumir o governo e pretender
6857 realizar alguma coisa. Então, a primeira análise eu parto dali, parte daí, depois
6858 disso eleito, vamos imaginar, eleito aquele programa de governo, os problemas se
6859 apresentam, e os atores governamentais, e os sociais, eu estou aqui fazendo
6860 ênfase aos sociais, muito embora existam municípios e estados em que a atuação
6861 dos atores sociais seja muito aquém do absolutamente necessário para impactar,
6862 mas eu faço ênfase, porque a política pública ela não devem apenas ser colocada
6863 à partir dos agentes governamentais, a sociedade civil, e o mercado sim também
6864 deve participar da formulação dessa política pública. Então a primeira fase do ciclo
6865 de políticas públicas, é essa escolha, dentro os vários problemas que existe na
6866 sociedade você escolheu o problema, aqueles atores escolherem os problemas
6867 que vão entrar na agenda, na agenda política do governo, na agenda de políticas
6868 públicas do governo, certo? E é fundamental entrar na agenda porquê? Porque o
6869 problema, ele só vai conseguir a atenção daqueles que detêm o poder para
6870 encontrar uma solução, quando ele entra na agenda, se ele não entrar na agenda,
6871 ele pode ser um programa que dure séculos, por exemplo, o racismo no Brasil é
6872 um problema estrutural, certo? Existe desde que Cabral aportou no Brasil, e só
6873 agora, certo? Só agora nós estamos pensando o racismo como um problema que
6874 merece uma solução. Ou seja, só agora está entrando na agenda, certo? Então, é
6875 fundamental que ele entre na agenda, para que ele obtenha atenção dos técnicos
6876 do governo, para que ele obtenha a atenção dos agentes financiadores, além do
6877 orçamento, para que ele obtenha a atenção de toda a sociedade. A partir da
6878 escolha dos problemas, certo? Ora, vamos buscar a solução. A política pública é
6879 exatamente isso, é uma solução pensada, elaborada a partir desses agentes para
6880 aquele problema que se apresenta, certo? Então, a partir dessa escolha, ele entra
6881 na agenda, depois de entrar na agenda vamos buscar as soluções. E as soluções
6882 podem ser as mais variadas. A literatura que trata do assunto, tem vários



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6883 métodos, vários métodos para fazer essa ligação entre o problema e a solução, o
6884 que é exatamente a implementação da política pública. Hoje, até por força de
6885 comandos constitucionais, os órgãos, eles têm se dedicado com mais afinco a
6886 planejar sua ação, planejar sua atuação. E aí, geralmente, dependendo da
6887 estrutura do próprio, do próprio aparato adMinistrativo, eles promovem o chamado
6888 planejamento estratégico, o planejamento estratégico é um modelo e do que se
6889 trata? O planejamento estratégico, todas as pastas que compõem a adMinistração
6890 aquele governo, seja municipal, estadual ou federal se reúnem e eles vão
6891 estabelecer objetivos e metas a serem alcançados durante um ano, durante dois
6892 anos, ou durante o mandato inteiro, certo? E aqueles objetivos e metas, é uma
6893 das... Quando existe, é considerando uma pré-agenda, ela ainda não é a agenda,
6894 por quê? Porque a gente sabe que daquele planejamento, quem trabalha com
6895 adMinistração pública sabe que daquele planejamento nem sempre redundam
6896 ações efetivas para serem realizadas, aquelas metas e objetivos, muitas vezes,
6897 eles ficam no papel, por quê? Porque você precisa responder aquela pergunta
6898 com que dinheiro, não é? O gestor, ele tem que ter, ele tem que ter consciência de
6899 onde ele vai tirar o dinheiro, ele precisa saber se aquela ação, se o orçamento que
6900 ele tem comporta aquela ação. Então, planejamento estratégico está na fase da
6901 pré-agenda em razão disso, pronto. Feita a agenda, e a agenda deve contar com
6902 as organizações da sociedade civil, a agenda deve contar com a participação dos
6903 Conselhos de direitos, porque são os Conselhos de direitos que efetivamente,
6904 conhecem a realidade no tema da criança e do adolescente, são os Conselhos de
6905 direito que tem competência para atuar junto ao poder público na formulação
6906 dessa agenda. A partir da entrada do tema na agenda, vamos discutir, vamos
6907 buscar dentre as várias possibilidades a solução. A solução é a própria política
6908 pública, e vamos, e os técnicos encarregados juntamente com os membros da
6909 sociedade civil, as organizações sociais, vão formular conjuntamente essa política
6910 pública. Então, a primeira fase é a agenda, a segunda e implementação. Escolha



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6911 das soluções que está dentro da agenda, a terceira fase minha gente, do ciclo das
6912 políticas públicas é a implementação, a quarta fase, a implementação são os
6913 passos, os procedimentos, os passos, a definição, a definição do público-alvo, a
6914 definição dos mecanismos institucionais que serão utilizados para atingimento, na
6915 implementação estão incluídas as capacitações, na implementação estão
6916 incluídos os debates, as discussões, os fóruns. A quarta fase é o monitoramento
6917 das políticas públicas, esse não é uma fase propriamente dita, por quê? Porque o
6918 monitoramento ele deve ocorrer desde a primeira fase. Monitoramento é
6919 avaliação. Monitoramento é acompanhamento, e monitoramento é, sobretudo,
6920 registro do que está acontecendo em relação à política pública, porque o registro?
6921 Registro, eu falo no relato mesmo. Alguém encarregado de relatar o que está
6922 acontecendo, por quê? Porque no estudo, as políticas públicas no Brasil, tem sido,
6923 tem crescido muito, certo? O conhecimento e os métodos acerca das políticas
6924 públicas, mas nós ainda estamos muito atrasados em relação a outros países, por
6925 quê? Porque nós não temos o hábito, certo? De registrar, registrar, relatar, narrar,
6926 entendeu? O que acontece, o que acontece na administração pública. Isso é um
6927 problema nacional, isso é alguma coisa que a gente ainda não descobriu a
6928 importância desse relato, por quê? Porque é através desse relato que se constrói
6929 metodologias, certo? E a política pública, ela precisa de uma modelagem, ela
6930 depois de um determinado momento, ela precisa ser reproduzida em outros locais,
6931 e a gente só consegue reproduzir uma política pública de sucesso, quando a
6932 gente tem o registro dela, certo? Tem esse aspecto, e tem um aspecto científico,
6933 por exemplo, eu sou da academia, eu sou professora universitária, é
6934 absolutamente essencial que nós possamos priorizar, a partir da larga discussão
6935 que há no mundo, quando eu falo mundo aqui, mundo ocidental, que é um mundo
6936 que a gente tem acesso, sobre as variáveis científicas das políticas públicas, e
6937 para isso nós precisamos do quê? Para isso, nós precisamos do registro dessas
6938 políticas públicas, até para a criação de métodos mesmo, para quem não tem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6939 muita, muito trânsito na área acadêmica, o método é absolutamente fundamental,
6940 porque o método é absolutamente fundamental? Porque o método, com o método
6941 você reproduz aquela experiência em vários outros municípios, por exemplo. De
6942 repente Aracaju aqui onde eu moro, fez uma determinada política e aquela política
6943 teve sucesso certo? Então, ora, vamos reproduzir em outro município, mas a
6944 gente só consegue essa reprodução com a descrição, com a descrição, certo?
6945 Para que não seja e não interessa por exemplo, no serviço público, na
6946 administração pública, não interessa método baseados na intuição, métodos
6947 baseados no achismo, certo? O conceito de método é exatamente esse, é o seu
6948 caráter científico, certo? É o seu caráter de cientificidade, de alguma certeza, de
6949 controle daquelas variáveis que estão na política pública. Então, o registro é
6950 fundamental, o registro, por exemplo, das atividades dos Conselhos de direitos,
6951 quando estão debatendo políticas públicas, ações específicas, é fundamental para
6952 que cresça aquela política, para que a política pública voltada para criança e
6953 adolescente cresceu, para que a gente possa ver quem estuda as políticas
6954 públicas, possa ver erros e acertos. A última fase, igualmente importante, é a fase
6955 de avaliação, certo? E a fase que no Brasil, a falha é imensa, eu vou citar apenas
6956 alguns aspectos, porque a falha é tão grande no Brasil? Porque para que haja
6957 uma avaliação distanciada do objeto, é necessário que os avaliadores não tenham
6958 feito parte do processo, das fases anteriores do ciclo, existem várias pesquisas,
6959 quem tiver curiosidade entra no site do Ipea, várias pesquisas que colocam
6960 exatamente a falta de independência do avaliador, como um dos maiores entraves
6961 ao aperfeiçoamento das políticas públicas, certo? Avaliação, ela é feita segundo a
6962 literatura do tema, sob dois aspectos, a avaliação de processos que mensuram a
6963 eficácia da política e a avaliação de impacto, que mensura o impacto, a efetividade
6964 da política sobre aquela, sobre aquela população beneficiada, certo? Agora,
6965 exatamente por nós temos uma série de dificuldades, dificuldades que são
6966 entranhadas na sociedade brasileira, a gente não consegue aparentemente, isso é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6967 um desafio, é um desafio exatamente você estabelecer ao final da política pública,
6968 mecanismos de avaliação independentes, ou avaliadores independentes, que não
6969 tenham participado das fases anteriores, por quê? Porque se você participou das
6970 fases anteriores, a sua avaliação vai ser contaminada, naturalmente. E aí o
6971 resultado da avaliação vai ser sempre parcial, por quê? Porque o olhar objetivo e
6972 crítico, crítico no sentido aqui de reflexivo sobre aquela política pública, ela deixa a
6973 desejar, por quê? Porque eu participei do processo de implementação, é
6974 humanamente impossível que na avaliação que eu olhe para o meu trabalho e
6975 diga: "Meu trabalho foi ruim." Eu posso até pensar, mas é difícil registrar isso. E
6976 esse registro é importante, esse registro é importante, porque através da avaliação
6977 da política pública que a política avança, que a política se aperfeiçoa, a gente tem
6978 sempre que lembrar que avaliar é sempre atribuir um valor, e quando a gente
6979 formula política pública, a gente vai, aquela que formulou a política pública vai
6980 determinar sobre quais valores aquela política vai ser implementada. Então, a
6981 avaliação, quando é realizada por agentes não vinculados à implementação,
6982 agentes independentes, ela se beneficia desse olhar, certo? E aí nós vamos
6983 crescendo, e aí nós vamos aperfeiçoando, certo? Como eu disse, como eu já
6984 disse, a avaliação independente, ela é muito difícil aqui no Brasil, muitas políticas
6985 são falhas e não avançam, não avançam, por quê? Porque já é difícil avaliar
6986 política pública, já é difícil, certo? A não ser que seja uma avaliação quantitativa,
6987 numérica, que é uma coisa mais fácil, mas eu digo avaliação qualitativa, como é
6988 que nós podemos aperfeiçoar as políticas voltadas para criança e adolescência,
6989 quando eu sou Conselheiro do CONANDA, estou envolvido no métier e vou
6990 avaliar, é muito difícil, por quê? Porque o meu olhar está contaminado, e eu sei
6991 que uma avaliação negativa significa muitas vezes o quê? Significa o
6992 recrudescimento, vamos dizer assim, do distanciamento das ações
6993 governamentais na implementação, no estímulo aquela política. Então, eu vou
6994 dourar a pílula, mas a avaliação independente é absolutamente fundamental,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

6995 absolutamente fundamental para o avanço das políticas públicas. Eu não sei como
6996 está o meu tempo, a outra questão que merece também, merece também
6997 atenção, não existe, não existe política pública que não esteja vinculada
6998 necessariamente a dotações orçamentárias. O debate, o debate, e a gente precisa
6999 qualificar o debate sobre direito financeiro, a gente precisa qualificar o debate
7000 acerca das questões de orçamento, compromisso governamental com uma
7001 política pública é compromisso financeiro, são aqueles números, certo? Que
7002 identificam e relacionam aquela ação governamental há recursos orçamentários,
7003 fora disso é retórica, agora nós que somos da sociedade civil, nós que temos
7004 preocupação com as questões relativas, atinentes da infância e da juventude,
7005 precisamos nos qualificar também nesse aspecto das questões financeiras, como
7006 é que o município, por exemplo, funciona no seu PPA, certo? Na LDO e na sua
7007 legislação orçamentária, como é que o fundo da criança e do adolescente
7008 funcionam, de onde vem esse recurso, como é que eu posso gastar, quais os
7009 mecanismos que eu posso estabelecer enquanto sociedade civil para controle
7010 orçamentário? Para controle daquele orçamento daquele município mínimo,
7011 daquele município mínimo, porque eu entendo que essa gestão, o primeiro tema,
7012 o primeiro tema, espaços de gestão, os espaços de gestão privilegiados hoje para
7013 o controle social eles se dão nos municípios, por quê? Por causa da proximidade
7014 mesmo, por ser mais fácil, uma coisa é você trabalhar, entender, visualizar um
7015 orçamento municipal. Outra coisa é você pegar o estado ou a união, é muito mais
7016 complexo. Então, para mim passa pelo fortalecimento, controle social
7017 fortalecimento do controle no poder local, a Constituição Federal de 88, em que
7018 pese, está sendo absolutamente desrespeitada e neste momento trágico do país,
7019 mas estabeleceu isso e nós somos, veja só, a história do Brasil é uma história
7020 municipalista, uma história municipalista. Então, temos que fortalecer o controle
7021 social e o controle do Conselho de Direitos, frente, perante a administração local,
7022 porque é mais fácil, porque as relações são mais de maior proximidade, certo? E



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7023 aí nessa proximidade as entidades da sociedade civil ganham, por quê? Porque
7024 elas se fortalecem também, elas são importantes na dinâmica daquele município,
7025 um Conselho, um Conselho atuante, ele ganha uma importância muito grande,
7026 uma organização da sociedade civil atuante, ela ganha uma importância, e na
7027 medida que ela ganha essa importância, ela se empodera, ela atua de maneira
7028 muito mais contundente junto ao poder local. A constituição de 88, e aí eu vou
7029 utilizar aqui rapidamente uma terminologia técnica, instituiu o chamado
7030 federalismo de cooperação, federalismo de cooperação é a relação entre união,
7031 estados e municípios do ponto de vista orçamentária, do ponto de vista
7032 administrativo. Então, esse federalismo de cooperação, ele atribui competências
7033 ao município. Certo? Do ponto de vista, atribuir inúmeras competências, inclusive,
7034 de 88 para cá houve um deslocamento gradual das políticas públicas, da união
7035 para o município, hoje o grande centro de formulação de políticas públicas é a
7036 união, tudo bem que você tem... É o município, tudo bem que você tem as normas
7037 gerais emitidas pela união, mas isso não impede que o município tenha uma
7038 atuação preponderante, mais atuante, mais firme, mais sólida e mais
7039 comprometidas do ponto de vista financeiro, mas para isso vai depender do quê?
7040 Dos Conselhos de direito atuante, vai depender também do Conselho Tutelar
7041 atuante, do Conselho de direito atuante, vai depender do protagonismo que esses
7042 mecanismos de controle social adquiram através de sua atuação frente as
7043 políticas públicas, frente a esse ciclo, entenderam? De políticas públicas, não tem,
7044 não tem fórmula mágica, é a nossa atuação que determina a atuação do poder
7045 público, não é ao contrário. É a nossa atuação como cidadão que vai determinar a
7046 atuação do poder público, a gente aprende em direito, que sociedade e estado se
7047 conformam, eles se conformam reciprocamente, o estado é bom na medida em
7048 que se exige que o estado seja bom. Na medida em que se exige que o estado
7049 atue com transparência, na medida em que se exige que o estado, certo? Se
7050 comprometa com direitos das crianças e dos adolescentes. Naturalmente que para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7051 isso nós precisamos do quê? Naturalmente que para isso vamos precisar de
7052 conhecimento, de conhecimento, de conhecer um pouco sobre isso, como se dá
7053 essa dinâmica, para que esse espaço de gestão local seja também o espaço de
7054 gestão em que a resposta seja proporcional à exigência do Conselho de Direitos,
7055 a exigência dos organismos da sociedade civil. Para finalizar, eu digo o seguinte.
7056 Ora, toda a política pública, ela pretende transformar as condições
7057 socioeconômica dos segmentos sociais desfavorecidos. Uma política pública, ela
7058 sempre pretende, eventualmente e aqui no Brasil por um fator que não vem ao
7059 caso, a classe abastada, a classe abastada, o detentor do grande capital, eles se
7060 utilizam, por exemplo, das políticas de saúde, certo? Por uma série de razões que
7061 não vem ao caso aqui, porque é muito complexo. Mas a saúde por exemplo, o
7062 SUS, por exemplo, ele atende a população menos abastadas, a população que
7063 não tem condições. Então, toda a política pública pretende isso, pretende
7064 transformar as condições sociais daqueles a que se destinam. Uma política
7065 pública na área da infância e da juventude não pode ter outro propósito senão
7066 esse. Esse é o grande valor, o grande valor da transformação, mas veja só, o
7067 estado não vai mudar, e o estado aqui, eu estou falando o ente político não vai
7068 mudar, se a sociedade civil e seus Conselhos tão desprestigiados hoje, que não
7069 assumam sua posição de protagonista nesse processo, os Conselhos são
7070 protagonistas, e para isso os Conselheiros vão precisar estudar um pouco, vão
7071 precisar capacitar, entender o que é o orçamento, vão precisar entender o que é o
7072 município, quais as suas competências. Eu estou seguindo, porque todo mundo já
7073 voltou, porque meu tempo já acabou. Muitíssimo obrigada, muitíssimo obrigada, o
7074 tema é muito conflitante, política pública é um tema que precisa entrar no debate.
7075 Políticas públicas de orçamento público e a vinculação entre os dois é um tema
7076 que deve ser discutido. Muito obrigada.

7077 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Obrigada professora Jussara. Ótimas suas
7078 reflexões, importantíssimas neste momento. Gostei muito quando disse Conselhos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

desprestigiados, é isso que nós estamos vendo em todos os níveis, em todas as esferas, nacional, estadual, distrital, municipais, nós temos tido esse acompanhamento e o sofrimento por ver alguns Conselhos sendo desrespeitados na sua essência, desrespeitados as suas decisões, a falta de apoio financeiro também para que os Conselhos possam desenvolver suas atividades, a capacitação torna tudo bem difícil a avaliação da política, sem dúvida nenhuma e a avaliação independente, então, se pensarmos que o Conselho deveria ter autonomia, independência, mas não é o que vemos acontecendo já algum tempo. Então, a falta de efetividade também vê nesse sentido, a efetividade das decisões, por que não tem orçamento adequado, porque não tem o respeito a essas decisões, porque não se torna realmente ações de política pública, muitas vezes são construídas junto, mas não são respeitadas, não são efetivadas. Então, é um desafio aí que perpassa já muitos anos essa parte com relação aos Conselheiros, com relação à ouvir aquele que é objeto daquela política, e nós precisamos insistir sempre no comitê de participação participativo de adolescentes para que eles possam efetivamente participar, mas na formação também, na capacitação constante dos Conselheiros, que cada um tem uma formação e conhece sim sua vivência lá no município, mas não tem em alguns momentos o conhecimento adequado para analisar no orçamento e discutir aqueles temas tão caros para nós. Agradeço, então imensamente suas palavras, e passo para o Andrei Soares que vai dar continuidade para as nossas atividades desta mesa.

Sra. Andrei Soares – Obrigado Edna. Parabéns Jussara pela apresentação muito, muito instigante. Eu tenho a honra aqui de apresentar o Claudio Augusto Vieira da Silva, o Cláudio, ele possui graduação em psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis, ele é mestre em políticas públicas de formação humana pela universidade estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, já atuando na área da criança e do adolescente, ele foi integrante efetivo de Conselhos da criança em Petrópolis e no Rio de Janeiro, no Conselho Estadual do Rio de Janeiro, e no



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7107 Conselho da criança e do adolescente, no CONANDA, e tem obedecido a
7108 presidência do CONANDA nos anos 2000, 2001 e 2002 em um ponto até mais
7109 pessoal, eu tive a honra de servir com o Claudio na época em que eu trabalhava
7110 na antiga secretaria de Direitos Humanos da previdência, atuava no Ministério da
7111 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2012, eu, eu sei, é uma pessoa
7112 que eu admiro profundamente, naquela época ele era ex-coordenador geral de
7113 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, e ele vai nos fazer uma
7114 apresentação e já passo então, portanto, a palavra ao Cláudio.

7115 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Muito obrigado querido Andrei. Um
7116 prazer dividir essa mesa contigo. Agradeço muito essa bela exposição feita por
7117 Jussara, Edna e em nome dos quais eu cumprimento os Conselheiros todos desse
7118 Conselho que tem contribuído muito na formação de políticas, que é o CONANDA
7119 e para elaboração de novos caminhos. Fui muito ajudando por essa bela
7120 exposição, e como disse Andrei, pela instigante exposição de Jussara e eu vou
7121 começar, ela bagunçou minha apresentação, eu vou começar pelo fim. Vou pegar
7122 um pensamento de uma poesia de Thiago de Melo, em que ele diz o seguinte:
7123 "Não tenho um caminho novo, o que tenho de novo é um jeito de caminhar". E foi
7124 isso que nós fizemos e estão fazendo desde antes do estatuto e ainda agora aos
7125 30 anos de estatuto, 30 e um pouquinho de ano da nossa constituição, nós
7126 estamos com um jeito novo de caminhar, que é um jeito de dizer que o estado
7127 brasileiro é da população brasileira, e o estatuto da criança e do adolescente,
7128 felizmente, ele é uma das primeiras legislações que atualiza isso pós constituição
7129 de 1988. Então, nós vamos falar aqui de algo que é central na política da infância
7130 e da adolescência hoje, que são os espaços de controle social das políticas
7131 públicas, a proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é
7132 esse jeito novo de caminhar que nós fomos desenvolvendo desde antes do
7133 estatuto, já no processo de redemocratização e também da aprovação da nossa
7134 constituição, pode passar, por favor. Eu preparei uma breve apresentação e aqui



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7135 nós vamos partir de onde viemos. Esse jeito novo de caminhar não foi uma coisa
7136 construída só por nós brasileiros, nós fomos instigados e instigamos toda a
7137 população do planeta a olhar de outra forma para a vida, e dizer que nós não
7138 queríamos mais aqueles parâmetros e não queremos, continuamos a dizer não,
7139 que aqueles parâmetros baseados e que nos levaram, por exemplo, ao evento da
7140 segunda guerra mundial que nós provamos ali concretamente que nós somos
7141 capazes de acabar com tudo isso. Então, passamos a construir algo que nós
7142 chamamos de sistema internacional de Direitos Humanos, e aí no nosso caso,
7143 sistema internacional de Direitos Humanos de criança e adolescente. Que traz
7144 evidentemente uma abordagem distinta do que se veio construindo com os longos
7145 processos de escravidão, sendo o Brasil o país, que por maior tempo teve esses
7146 processos, e que mulheres, crianças, e idosos, e homens sofreram brutalmente
7147 com isso e nós viemos então, construir, viemos aqui. Da declaração de Genebra,
7148 ainda estamos nos anos 20 da sociedade das nações que aprova e recomenda
7149 essa declaração de Genebra, e 59 do direito universal, a declaração universal dos
7150 direitos da criança e em 1978, quando o governo da Polônia apresenta uma
7151 proposta de uma convenção dos direitos da criança e adolescente, e essa
7152 convenção é que nos serve de base e o Brasil, sempre teve um papel
7153 importantíssimo nessas discussões, e ali em 1979, então, em 1990 nós
7154 conseguimos aglutinar essas forças todas, e refletir isso na nossa constituição
7155 através dos artigos, principalmente 227 e 228 da nossa constituição e logo a
7156 seguir, aprovamos o estatuto da criança e do adolescente e também
7157 referendamos a convenção na nossa legislação interna. Podemos seguir. Bem,
7158 isso traz uma concepção de criança e adolescente muito distinta. Então, elas são
7159 credoras, porque elas não conhecem de modo pleno seus direitos, elas não têm
7160 condições de fazer valer e defender esses seus direitos, não tem condições de
7161 suprir as suas necessidades básicas e desenvolve, desenvolvemos aquela noção
7162 de que crianças e adolescentes estão em fase peculiar de desenvolvimento, isso é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7163 uma concepção muito distinta do que é uma criança quando está trabalhando
7164 como escrava. Podemos seguir. Então, a convenção define alguns direitos que
7165 nós incorporamos isso tudo na nossa legislação. Em primeiro lugar da participação
7166 que Jussara já colocou isso muito bem, e Edna também, sobre a necessidade de
7167 incorporar e de abranger, ouvir a voz dos adolescentes, das crianças naquilo que
7168 eles dizem respeito, o atendimento às suas necessidades básicas, o direito à
7169 convivência familiar e comunitária, a proteção contra a crueldade, opressão,
7170 exploração e a proteção especial. Então, ela define isso como direitos básicos
7171 desse conjunto e nós, mais uma vez incorporamos todos esses princípios e
7172 direitos nas nossas legislações. Podemos ir adiante. Então, tem dois princípios
7173 básicos na convenção, o interesse superior da criança, e o direito de expressão da
7174 criança. A criança no sistema internacional, vocês sabem, até os 18 anos de
7175 idade. Então, qualquer dúvida, juízes, magistrados e magistradas, diretores,
7176 executores, enfim, o que tem que prevalecer é o interesse superior da criança, e
7177 ela sempre terá direito de expressar-se. Vamos adiante. Isso nos leva para outros
7178 referenciais para pactuar as nossas ações, então, as nossas ações, elas têm que
7179 ter como marco referencial, é ideais, paradigmas étnicos e políticos dos Direitos
7180 Humanos, nós somos atores, profissionais, voluntários, mulheres, homens de
7181 todas as raças, responsável, responsáveis pela aplicações de ações que tenham
7182 como paradigma ético os Direitos Humanos, e isso é assumido pelo estado
7183 brasileiro junto a ONU. Devidos outro referencial, princípio de regras gerais dos
7184 princípios constitucionais da legislação para o acordo com a legislação
7185 internacional que o Brasil é signatário. Então, a nossa legislação não pode ser
7186 picotada, a nossa legislação não pode ser reinterpretada, estar contrária a esses
7187 acordos, princípios constitucionais que temos e os acordos internacionais que nós
7188 seguimos no sistema internacional de Direitos Humanos, e reais, isso tudo deve
7189 ser o marco referencial que vai se tornar real nas ações que desenvolvemos para
7190 as crianças e os adolescentes. Podemos seguir. Então, nós temos basicamente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7191 três objetivos aqui, atendimento às necessidades, é evidente e desejos das
7192 crianças e adolescentes, efetividade nas normas jurídicas vigentes. Então, nós
7193 temos que garantir, a nossa legislação é muito positiva sobre isso, mas não
7194 podemos permitir ou deixar que interpretações muito alargadas nos levem a
7195 retornar e a desrespeitar aqueles princípios que nós mesmos desenvolvemos e
7196 garantimos no estatuto da criança e do adolescente. E última análise, permitir
7197 repercutir os parâmetros, emancipatórios dos Direitos Humanos nas nossas
7198 ações. Então, esses três objetivos têm que estar conosco o tempo inteiro.
7199 Podemos seguir Então, essa perspectiva, viemos de um sistema internacional de
7200 promoção e proteção, geral e específico, a legislação internacional de crianças e
7201 adolescentes, e nós temos que efetivar o sistema de garantia de direitos, que tem
7202 três eixos, defesa, promoção e controle social, e aqui hoje a gente vai se dedicar
7203 um pouquinho a questão do controle social. Então, somos herdeiros, e nós somos
7204 fiéis, guardiões desse sistema internacional de promoção de Direitos Humanos
7205 para aplicá-los em nossas ações. Daqui vem, daqui nasce a noção dos Conselhos
7206 de direitos, dos Conselhos tutelares, do respeito à sociedade, organizações da
7207 sociedade civil, da participação da juventude, dos adolescentes, porque isso faz
7208 parte da efetivação desse sistema de garantia de direitos. Podemos seguir. Bem,
7209 o sistema de garantia de direitos tem várias potencialidades, então, nós temos que
7210 trabalhar dentro dessa perspectiva. Primeiro como já dissemos os instrumentos
7211 normativos, eu não posso ter uma legislação infraconstitucional que seja contra os
7212 princípios da própria constituição. Eu não posso ter uma interpretação da
7213 constituição que seja contrária aquilo que o Brasil assumiu internacionalmente.
7214 Então, essas normas complementares são importantíssimas, e os Conselhos e os
7215 territórios e os locais podem estabelecer isso, que nós estamos trabalhando como
7216 uma Jussara bem colocou, do ponto de vista da descentralização política
7217 adMinistrativa, que é um ganho de uma conquista nossa no processo de
7218 redemocratização. E mecanismos, quais são os mecanismos? As ações, como



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7219 bem definida por Jussara na fala anterior, e as estruturas adMinistrativas, órgãos e
7220 organizações sociais são chamados a se reorganizarem, a se fazerem, a se
7221 reverem diante da necessidade de quem? Do maior interesse da criança e do
7222 adolescente, não das nossas estruturas adMinistrativas. Podemos ir adiante.
7223 Então, nós temos características... Aqui tem condições de aumentar um
7224 pouquinho a letra? Nós temos quatro características que devem estar bem
7225 presentes nas nossas ações, um momentinho, que eu estou com um pouquinho
7226 de dificuldade aqui para enxergar. Pronto. A primeira delas a garantia dos direitos
7227 e políticas públicas integradas e de inclusão social. Então, estamos falando aqui
7228 de articulação intersetorial, transversalidade, integração e garantia para públicos
7229 específicos e mais vulneráveis, a segunda característica... Ótimo, muito obrigado.
7230 Prevenção e enfrentamento das violências contra criança e adolescente. Então, o
7231 desenvolvimento de ações que tenham como característica a prevenção, o
7232 enfrentamento a violência letal, sexual, física, psicológica, ao racismo, a misoginia,
7233 xenofobia, população de rua, LGBT fobia, intolerância religiosa, violência
7234 institucional, enfim, está nas nossas responsabilidades fazer ações que tenham,
7235 atendam a essas necessidades e características. Já foi visto aqui ontem o terceiro
7236 item que é, e Jussara lembrou, com muita felicidade, deve ter dinheiro para fazer
7237 isso, evidentemente. Então, o orçamento, financiamento, financiamento de fundo,
7238 nós criamos os fundos especiais das crianças e adolescentes, temos que garantir
7239 essas características nas ações permanentes, e a participação de comunicação e
7240 protagonismo de crianças e adolescentes, nossos Conselhos, nossos sistemas,
7241 nossas ações, eles têm que obrigatoriamente desenvolver formas de que crianças
7242 e adolescentes sejam ouvidas e sejam consideradas significativamente nas
7243 nossas perspectivas. Podemos seguir. Bem, aqui eu peguei um exemplo de uma
7244 política que eu trabalhei mais perto, nos últimos anos de minha atividade, o que
7245 essa política representou, que a política Socioeducativa do Brasil, o que
7246 necessitou de fazer? Nós temos aqui cerca de 13 a 17 ações legislativas de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7247 adequação de organismos, de órgãos, de leis, que precisarão ser e ainda estão
7248 em aperfeiçoamento para que nós pudéssemos implantar uma nova forma de
7249 fazer política pública para os adolescentes que se envolvem com hábitos violentos
7250 e tem uma medida socioeducativa a cumprir. Então, são várias questões que vão
7251 da constituição a uma diretriz nacional do Conselho Nacional de educação,
7252 passando por Conselho, por órgão da política da Assistência Social, da saúde,
7253 resolução do Conselho Nacional de assistência social, resolução do CONANDA,
7254 enfim, isso é adequar, isso é procurar dar repostas que o maior interesse da
7255 criança necessita, e esse é um caminho permanente, por isso os Conselheiros
7256 precisam estar sempre muito bem preparados e a necessidade de se atualizar
7257 todas as temáticas que envolvem crianças e adolescentes, podemos seguir. Bem,
7258 eu fiz aqui nesse, nessa, talvez pudesse também abrir mais um pouquinho, que aí
7259 o pessoal veria. É um exemplo aqui, nós estamos falando da descentralização da
7260 política de atendimento, o sistema de garantia de formação de rede. Então, nós
7261 temos, Conselhos de direitos, Conselhos tutelares, aqui no terceiro... Na coluna da
7262 esquerda, a articulação institucional, políticas de atendimento Interinstitucionais,
7263 normativas locais que é essa do meio abaixo, a necessidade de formação
7264 permanente, fóruns e comitês de organização dos adolescentes, fóruns de
7265 articulação temática, em vários que foram espalhados por esse Brasil nesse
7266 período, e fóruns de representação política como fórum nacional. São exemplos
7267 de quando nós estamos falando de Conselho de Direitos, Conselhos tutelares,
7268 redes, pactuações, estabelecimento de parcerias, é porque nós desenvolvemos
7269 uma concepção distinta e nós dissemos o seguinte: "Para fazer a política de
7270 atendimento para crianças e adolescentes, nós precisamos de montar e tecer uma
7271 rede que possa ser capaz de dar as respostas necessárias para que essas
7272 necessidades sejam atendidas." Por isso, viramos isso para os municípios, e para
7273 os estados, a deliberação da política no município não é mais no governo central,
7274 o financiamento da política tem de ser parte federal, parte estadual e parte



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7275 municipal, e isso não vai ser um único órgão que vai ser o responsável de fazer
7276 isso, precisamos de normativas locais, de aperfeiçoamento, de respeito às
7277 características locais do atendimento, precisamos enxergar essa criança como um
7278 todo, precisamos enxergar essa criança em uma rede, que não é só uma rede
7279 escolar ou uma rede socioassistencial da política pública de assistência social, ela
7280 tem que ser vista como um todo, essa perspectiva de atendimento como um todo,
7281 e é disso que nós estamos falando, quando estamos nos referindo ao controle
7282 social. O controle social aqui é a articulação e redes, a execução e rede, e o
7283 controle e rede, envolvendo tanto a sociedade civil, quando as instâncias, e os
7284 distintos poderes que se envolvem na execução e na aplicação das políticas
7285 públicas para crianças e adolescentes. As políticas públicas para crianças e
7286 adolescentes não é uma secretaria, a política pública para crianças e
7287 adolescentes, ela necessita da articulação interinstitucional dos poderes executivo,
7288 judiciário e também até do poder legislativo nos locais. Nós precisamos desses
7289 arranjos nacionais que nos dizem nas referências das ações, mas nós também
7290 necessitamos que esses Conselhos de direito tutelares, como está bem escrito e
7291 descrito no texto, o texto base da Conferência, da necessária articulação e da
7292 formação dos Conselhos de direito. E hoje, nós estamos chegando aqui na 11^a
7293 Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, porque nós dizemos lá
7294 atrás que nós tínhamos um jeito diferente de caminhar. Isso não é favor de
7295 ninguém, isso é uma conquista nossa, isso foi construído por nós, e mexer nisso,
7296 do ponto de vista de perda desses avanços que estamos e construímos nesses
7297 anos todos, é sim de mexer com o estado democrático de direito no Brasil, isso
7298 não é propriedade de ninguém, isto é uma conquista da sociedade brasileira,
7299 baseado em tudo aquilo que nós vivemos e vimos de errado naquele sistemas
7300 antigos que não tinham essa concepção de crianças e adolescentes, que não
7301 trazem em si que crianças e adolescentes são objetos de uso por parte do adulto,
7302 de seus corpos, de suas mentes e das vidas que não lhe pertence. Então, essa,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7303 esse controle social, essa participação social, esse chamamento para crianças e
7304 adolescentes estarem neste bojo com organizações, profissionais, órgãos, órgãos
7305 de representação profissional, universidades, estudos, pesquisas, e isso é o que
7306 nós construímos, e que responde a todos nós aquele início que nós falamos de
7307 nós, de onde viemos? Nós viemos de um mundo que nós dizemos não, não
7308 queremos matar ninguém de fome, nós não compreendemos a vida funcionando,
7309 desrespeitando o meio ambiente, destruindo o meio ambiente, porque nós
7310 queremos deixar para as nossas crianças e adolescentes possibilidades de vida, e
7311 para ter possibilidade de vida, eu tenho que investir aquilo que a sociedade
7312 brasileira arrecada e com o esforço do seu trabalho conjunta para que a gente
7313 possa ter índices educacionais muito mais permanentes, que possamos não
7314 conviver com taxas de gravidez absolutamente... Inacreditáveis vividas no nosso
7315 país. Não precisemos conviver com os altos índices de homicídios contra crianças
7316 e adolescentes, como se fossem coisas naturais, normais, que não precisemos
7317 ver jovens negros, pobres serem exterminados como continuamos assistindo.
7318 Então, essa mudança de concepção, quando você está em torno de si, no seu
7319 estado, quando você, o seu Conselho de Direitos, seu Conselho Tutelar, ele não
7320 está fazendo sua função, nós estamos contribuindo com menos vida nas nossas
7321 crianças e para nossos adolescentes. Então, é uma reflexão que se junta a
7322 reflexão vinda, bem objetiva da Jussara, mas que aqui a gente quer tratar dessa
7323 concepção. Conselho de Direitos, Conselheiros de direitos, Conselheiros tutelares,
7324 não tem o direito de defenderem, por exemplo, o rebaixamento da
7325 responsabilidade penal dos nossos adolescentes, porque os nossos adolescentes
7326 não são causadores da violência. Os nossos adolescentes são as vítimas dessa
7327 imensa violência que ainda existe no nosso país. Então, concluindo aqui a nossa
7328 contribuição, e mais uma vez podendo agradecer esse momento que passamos
7329 com vocês aqui, muito obrigada e eu fico muito orgulhoso, porque nós fazemos
7330 parte de um imenso contingente da população brasileira que com todos os



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7331 problemas e adversidades vividas, nós estamos no âmbito nacional, em muitos
7332 municípios e estado brasileiro 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e
7333 do Adolescente, e isso é nem mais uma conquista, isso já é uma realidade que
7334 nós não, não admitiremos de forma alguma ser... Muito obrigado.

7335 **Sra. Andrei Soares** – Obrigado Cláudio, por sua fala muito instigante também. Eu
7336 acho que esse eixo, ele é muito bem nomeado, por usar dois termos que a gente
7337 normalmente não usa conjuntamente, que é de um lado o termo gestão e do outro
7338 lado, a ideia de controle social, continua costumamos dissociar os dois, eu falando
7339 enquanto servidor público, é algo que eu já testemunhei muitas vezes, e até
7340 quando o grande desafio é encontrar formas de colaboração para que governo e
7341 sociedade civil ajam de forma articulada, de forma integrada, gerando o maior
7342 valor público possível, isso até me remete a fala da Jussara, Jussara teve uma
7343 hora que ela estava falando do processo de políticas públicas, é um ator crítico, o
7344 norte-americano, o britânico, certamente, que falam do processo, do ciclo de
7345 políticas públicas e ele recupera um momento anterior que é o... Que eu também
7346 acho muito interessante, e tanto... Eles esbarram em um problema que eu acho
7347 muito interessante, que é o problema da agenda, porque os dois se em algum
7348 momento são obrigados a falar a agenda é dupla, porque há uma agenda do lado,
7349 que é a agenda e institucional, que, por exemplo, usa, a agenda sistêmica, que é
7350 uma agenda externa, ao estado e ao governo, e é uma agenda governamental
7351 interna e o grande processo político é o processo pelo qual as duas agendas
7352 conversam uma com a outra e aprendemos, e aprendem uma com a outra e
7353 potencializam um outra. Sobre, especificamente sobre a fala do Claudio, eu acho
7354 que a percepção, é fundamental essa percepção da construção do sistema
7355 internacional de Direitos Humanos como um processo histórico que é bastante
7356 determinante, povos aderem à instrumentos internacionais dos Direitos Humanos
7357 voluntariamente, países o fazem voluntariamente, até como um sinal de que eles,
7358 de que o compromisso deles com uma certa visão sobre... Como que tipo de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7359 estado eles querem ser. E aí isso certamente se manifesta também no caso do
7360 Brasil, um legado da constituição de 89 e da política da criança e do adolescente,
7361 a ideia da proteção integral e a preocupação como identificar públicos
7362 particularmente vulneráveis, tem a necessidade de proteção adicionais, um
7363 desafio que eu acho que está explícito nessas duas palavras, nesses dois termos,
7364 gestão e participação social, é também uma relação entre normas, normas que
7365 surgem da sociedade, a sociedade produz normas, ela determina o processo
7366 político e capacidade, eu acho que quando a gente fala de gestão, a gente tem
7367 que falar de capacidades de agentes locais, de governos locais, inclusive, das
7368 capacidades dos próprios agentes, digamos assim, que são agentes públicos, mas
7369 são agentes públicos não estritamente institucionais, eu acho que a sociedade
7370 civil, não reconhecer a sociedade civil como agentes públicos não faria sentido, a
7371 sociedade civil são agentes públicos no sentido mais da pólis possível, mas enfim,
7372 esse desafio é um desafio de harmonizar normas, com capacidades e usar
7373 normas de uma forma a maximizar as capacidades, seja no nosso federalismo
7374 assimétrico, seja de estado, seja da união, seja de municípios, que é onde a
7375 política pública ocorre e onde a gente tem muita dificuldade e3 chegar. Enfim,
7376 muito instigante sua fala Cláudio, eu fiquei realmente muito agradecido por ela, e
7377 agora eu passo para a Edna, que a gente vai agora abrir para perguntas.

7378 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva – Obrigado.**

7379 **Sra. Edna Aparecida Alegro –** Muito bem, parabéns também Claudio, muito boa
7380 a sua fala, anotei algumas coisas que não posso deixar de registrar, possibilidade
7381 de vida para crianças e adolescentes, acho que isso é algo que vai ficar marcado,
7382 garantir seus direitos, crianças e adolescentes são vítimas e não os causadores,
7383 acho que isso está mais do que entendido para alguns, mas que alguns ainda não
7384 entenderam o infelizmente em 2020 ainda não entenderam, precisamos também
7385 que a agenda seja comum, mas que essa agenda... Que a sociedade civil seja



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7386 respeitada, ainda não existe esse respeito por alguns gestores, não estou
7387 generalizando, mas alguns gestores ainda não entenderam, ainda não colocam no
7388 seu programa de governo sim, o social, mas sem recursos, sem efetividade ações
7389 depois. Então, o desafio é bem grande, vou fazer então as três primeiras
7390 perguntas que estão destinadas aos 2 palestrantes dessa tarde, e a quarta
7391 pergunta está com a professora Jussara, então temos aqui o Paulo Jeferson
7392 Borges de Carvalho, delegado de Santa Catarina. "É preciso envolver as famílias,
7393 pois o protagonismo deve chegar até elas para complementar o ciclo de
7394 fortalecimento do sistema do SGD, o que vocês acham?" Essa primeira pergunta
7395 do Paulo. A segunda pergunta vem do Edmundo, delegado e Conselheiro do
7396 CONANDA: "Quando a organização da sociedade civil se fortalece, ela se
7397 empodera e age sobre o estado, seria por essa razão que alguns governos evitam
7398 financiar a sociedade civil, e recusam a fornecer estruturas adequadas ao
7399 funcionamento dos Conselhos?" Três, para ambos. Vem da Ana Paula, delegada
7400 do Rio de Janeiro. Ela complementa a pergunta do Edmundo: "Será que é por
7401 esse motivo que os Conselhos de direitos estão sendo ou estão tentando
7402 desmontar esses espaços de controle social? Sem estrutura, sem apoio técnico,
7403 sem garantia democrática da participação, isto vem acontecendo, não só a nível
7404 nacional, mas em cadeia, também com os estados e municípios, e em todos os
7405 segmentos, não só da criança e adolescente." E aí Jussara, esta pergunta é para
7406 você, vem da Alice, delegada de Santa Catarina. "Qual o papel do CMDCA,
7407 sabemos que ele é responsável pelo processo de escolha dos membros do
7408 Conselho Tutelar, as reuniões são somente para discutir a destinação do fundo ou
7409 distribuição? Eles não teriam que discutirem e implementar políticas públicas,
7410 muitos Conselheiros só estão nessas reuniões para votar contra ou a favor, uma
7411 vez no mês." Fiquem à vontade para responder na ordem que quiserem.

7412 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Acho que é melhor ir por cada questão, a
7413 gente vi fazer comentários sobre cada questão.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7414 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Sobre a primeira questão da família, na
7415 realidade no mundo ideal, no mundo ideal, vamos imaginar o mundo ideal que é a
7416 Escandinávia, certo? No mundo ideal da Escandinávia em que eu acredito que o
7417 estado sueco, o estado finlandês, tenha suporte para acolher todas as crianças
7418 em situação de vulnerabilidade, ainda assim a família absolutamente
7419 imprescindível, não há política de crianças e adolescentes sem a família, na
7420 realidade, é um conjunto de ações e a constituição prevê isso, um conjunto de
7421 ações que envolvem a família, que envolvem Assistência Social, que envolve a
7422 política educacional, que envolve a política de saúde. Então, não há como pensar
7423 a política na área de criança e adolescente, sem pensar a família, sem pensar a
7424 família e sem começar por ela, sem começar por ela, porque política para a
7425 infância e adolescência não é o sistema de repressão, o sistema de acolhimento
7426 melhor dizendo, não é um sistema de acolhimento, sistema de acolhimento deve
7427 ser a alternativa quando todas as outras relacionadas a família não funcionar.
7428 Então, não tem como, é impossível, simplesmente impossível uma política voltada
7429 para a criança, para assegurar, até porque o primeiro direito da criança é
7430 exatamente a família, a vida familiar, nada, nada substitui a família, nada substitui
7431 a família.

7432 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Permita Jussara, só complementando. O
7433 que nos formou ao inverso foi a história do Brasil, em que criminaliza os pobres,
7434 encarcera os filhos dos pobres e constrói uma ideia para nós que o melhor lugar
7435 para criança é no encarceramento de um abrigo e não é. Então nós construímos
7436 isso, e a muito pouco tempo nós estamos falando que toda a criança tem direito à
7437 convivência familiar e comunitária, isso vem desse ordenamento que nós
7438 participamos e construímos com o mundo inteiro. Então, o lugar de criança é com
7439 seus referencias familiares, agora não para é família que eu tenho na minha
7440 cabeça que é muito boa para minha, para minha que eu encontro, para a família
7441 que é real, para a família que é constituído de acordo com o que é melhor para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7442 cada família, eu não posso expressar a intolerância também das ações da nossa
7443 família, e pelo contrário, toda legislação, vamos lá, e que fazer um recorte, toda a
7444 legislação brasileira na área da saúde, na área da assistência, na área da
7445 educação, na área dos Direitos Humanos, na área da criança e do adolescente,
7446 toda nossa legislação tem família como ponto referencial, agora nós somos uma
7447 sociedade absolutamente desigual, onde as famílias são as mais prejudicadas e
7448 não conseguem manter, grande parte das nossas famílias não têm o mínimo para
7449 poder sobreviver e educar seus filhos e filhas.

7450 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Que é importante também, só ressaltar
7451 esse ponto que eu gostei muito do que você falou Claudio. Não é a família que eu
7452 acredito que é boa, é a família que é possível dentro daquela realidade, porque a
7453 gente acaba por uma série de fatores, idealizando também a família, nós somos
7454 privilegiadíssimos, porque tivemos famílias, a família de classe média e tal. Então,
7455 a famílias que é possível, o vínculo afetivo que é possível e que acolhe, e que
7456 acolha a criança, acolha o adolescente.

7457 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Han, ham, é isso mesmo.

7458 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – A segunda pergunta. Veja só, Edmundo,
7459 Edmundo, Edmundo olhe, a segunda e a terceira pergunta eu vou começar do
7460 meu jeito... Tendo um orçamento que é formado a partir da nossa, dos impostos
7461 dos tributos que são pagos, são pagos, por todo o estado brasileiro, no Brasil nós
7462 temos o que se chama de tributação regressiva e o que é a tributação regressiva?
7463 Tributação regressiva ocorre quando a parcela menos aquinhoadada, menos
7464 abastada da população, paga mais tributos do que a parcela mais... A parcela rica
7465 da população, e por quê? Porque nós temos o tributo direto e indireto, ou seja, nós
7466 pagamos tributo sobre o consumo. Então, o morador de rua quando vai ali na
7467 bodega comprar uma cachaça, com os trocados que alguém deu para ele, ele



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7468 paga tributos sobre aquilo, agora imagine, ele está pagando sobre a cachaça,
7469 todos nós pagamos tributos, todos nós pagamos, e o tributo sobre o consumo é o
7470 que de fato onera, e aí o que acontece? Eu ganho tanto, 20 salários mínimos e
7471 faço a minha feira no mesmo supermercado que o sujeito que ganha bolsa família,
7472 e nós vamos pagar pelo feijão o mesmo valor, o mesmo valor. Então, isso se
7473 chama tributação regressiva, porque o que eu consumo, o percentual da minha
7474 renda que eu consumo da minha feira é menor proporcionalmente à minha renda
7475 do que a pessoa que ganha o Bolsa Família. Então, ela paga mais tributo
7476 considerando a renda, pronto, o Brasil. Então, o orçamento é isso, o orçamento é
7477 esses tributos que nós pagamos, que toda sociedade brasileira paga, toda a
7478 sociedade, aqui no Brasil como há atributo sobre o consumo, todos pagamos, não
7479 é só sobre a renda, não é só sobre o patrimônio, todos pagamos. Pronto. E isso
7480 forma o orçamento público brasileiro, recentemente para dar uma outra palestra
7481 eu fiz uma rápida pesquisa, nós pagamos em torno de 40%, um pouquinho mais,
7482 40% desse orçamento para o chamada serviços da dívida, a dívida pública que é
7483 um conceito difícil, é difícil da economia, Andrei deve saber explicar isso com mais
7484 competência do que eu, pronto, mas nós pagamos a dívida, nos sobra 50 e
7485 poucos por cento, 60% do orçamento para serem distribuídos pelo estado para
7486 todos os órgãos, para os 27 estados, para os 5.500 municípios, nós temos uma
7487 faixa de dependência do orçamento federal nos municípios, em torno de 90% dos
7488 municípios precisam do fundo de participação do município para existir como um
7489 município, para pagar os seus serviços e etc., então veja só, governar já disse
7490 Juscelino Kubitschek, é escolher, por quê? Porque o recurso financeiro ele é finito,
7491 ele acaba, a pessoa que governa, que ganhou a eleição e vai governar, ele vai
7492 escolher em que é isso o papel da agenda, e é esse o papel da sociedade civil,
7493 fazer com que a demanda social efetiva entre na agenda do governo, porque
7494 muitas vezes não consegue entrar, dependendo do perfil do governo que está,
7495 que ocupa aquele momento, o poder não vai estar. Então, sociedade civil atua aí.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7496 Bom, veja só, agora imagine, nós já tiramos 40%, nós só temos 60% do
7497 orçamento e desse orçamento, isso é um dado acho que do IBGE, o orçamento
7498 nosso para a saúde, para o SUS, para o SUS para o Sistema Único de Saúde é
7499 duas vezes menor do que nós pagamos a dívida, é duas vezes quantitativamente,
7500 duas vezes menor, o que o Brasil paga de juros pela dívida pública, o que eu
7501 quero dizer é o seguinte, se a saúde que é um problema que afeta todo o
7502 brasileiro, ainda é menos importante que o pagamento da dívida, imagine você,
7503 criança e ao adolescente? Qual o percentual que sobra nesse orçamento?
7504 Nenhum. Ou 0,00001%, tem o fundo da criança e tal, esse mesmo raciocínio você
7505 pode levar para a questão dos fundos, por isso que eu enfatizei a minha fala
7506 acerca da contribuição, aliás, acerca da gestão da política no espaço local, porque
7507 os municípios no Brasil dependem desse fundo de participação do município, é o
7508 recurso que recebe e do ICMS, que é o imposto estadual, para a gente poder
7509 manejar a política pública, a gente necessariamente tem que entender de
7510 financiamento de política pública, de onde é que vem o dinheiro? Como é que o
7511 governo faz o percurso até chegar e isso, até chegar na mão da população
7512 beneficiada, isso naturalmente é infinitamente mais fácil quando você faz isso em
7513 relação ao município. Então, veja só, é uma... O recurso é finito, o recurso é finito,
7514 se o município recebe o FPM, e o FPM, certo? Ele vai ter que trabalhar com as
7515 questões do município, ele vai ter que trabalhar com a estrutura do município, com
7516 salários dos servidores tal e tal, ele vai comprometer aqueles 0,1%, 00,1% na
7517 medida em que a sociedade naquele município, aquela comunidade exige que ele
7518 comprometa, se a sociedade não exigir, e aí o Conselho municipal de direitos da
7519 pergunta de Alice é fundamental, se a sociedade não exige que ele comprometa,
7520 ele vai comprometer R\$1.000,00, e ele... É uma conta matemática, Alice faz a
7521 pergunta sobre o papel do Conselho. Ora, o papel do Conselho, o desafio dos
7522 Conselhos Municipais minha gente, é qualificar, qualificar para exercer essa
7523 cidadania, uma expressão muito antiga de Maria Victoria Benevides, essa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7524 cidadania ativa, porque veja só, quando a gente fala em governo, nós estamos
7525 falando nesse momento no governo com compromisso outros que não são os
7526 compromissos da agenda da criança e do adolescente, se ele tem o compromisso,
7527 ele tem compromissos com a agenda econômica, ele tem compromissos com a
7528 agenda das privatizações. Então veja só, se o compromisso do governo não é
7529 com fortalecimento, porque o recurso é finito e ele vai ter que escolher, se o
7530 compromisso, a prioridade do governo é instaurar uma agenda econômica que
7531 coloque o estado brasileiro, vamos dizer assim, que mesmo nas políticas
7532 estratégicas coloque o estado brasileiro em um perfil que não é adequado à
7533 consecução dessas políticas voltadas para inclusão social, voltadas para a
7534 transformação da sociedade, a coisa mais natural do mundo é que falte recurso
7535 para os Conselhos, e como a que a gente combate isso? Minha gente a única
7536 maneira de combater é a gente aprendendo e se informando sobre isso.

7537 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Professora Jussara está ótimo, mas a senhora
7538 precisa concluir, por favor.

7539 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Pronto. Vou dar uma aula aqui, não é?
7540 Se não vou dar uma aula.

7541 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Está muito bom, mas a gente tem os horários.

7542 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Desculpe. Bom, enfim, então é isso. Veja
7543 só, o desafio é a gente se qualificar como cidadão, esse é o grande desafio, sair
7544 da inércia: Ah, mas eu não tenho... Olha hoje a Internet tem muita coisa, eu tenho
7545 certeza que o próprio CONANDA fornece muito material, porque se você não se
7546 apropria do assunto, é muito difícil a atuar, é muito difícil atuar, o fato é esse,
7547 conhecimento minha gente, e não precisa ser um conhecimento para ser
7548 professora de universidade, é um conhecimento necessário para a atuação ali,
7549 atuação ali frente ao município de 2000 pessoas. Desculpe.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7550 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Claudio. Imagine. Claudio, por favor.

7551 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Eu só complementaria essas duas
7552 perguntas, por um motivo acho que são basicamente dois motivos, poderia ser
7553 desfinanciamento ou desmerecimento, desmonte dos Conselhos tanto direitos,
7554 como também Conselhos tutelares, não é? Andrei lembra disso, a gente tem que
7555 ter uma ação de estruturação dos Conselhos tutelares, para não correr o risco
7556 naquele período de perder esse grande espaço de atuação, e assim também os
7557 Conselhos de direito. O que para mim é outra questão, além dessa do controle
7558 financeiro, da participação, da disputa pelo bolo orçamentário, é da própria
7559 concepção do que seja estado, do que seja o governo, e eu me lembro que
7560 quando a gente andava de prefeitura em prefeitura lá nos anos 80, nos anos 90,
7561 um prefeito virou para nós e falou assim: "Não, a população me dá um cheque em
7562 branco o durante quatro anos." Nós falamos: "Não senhor, não senhor. Nessa
7563 área agora tem uma outra lei aqui que se chama estatuto da criança e do
7564 adolescente, o senhor pode ir preso, preso." Aí assusta, por quê? Porque é a
7565 prefeitura é dele. O cheque em branco é dele e isso permanece até os dias de
7566 hoje. Quando eu venho aos Conselhos, todos os concedo, todos das políticas
7567 setoriais, todos, de segurança pública, ele vem falar que a política pública de
7568 estado, que pode, inclusive, ultrapassar governos, isso para a maioria do poder
7569 político nacional, ainda é uma novidade inaceitável, inaceitável. Tanto que eu
7570 estou nisso com muito prazer desde o início, teve um determinado momento que
7571 os partidos políticos, tomaram a decisão de tomar os Conselhos Municipais de
7572 direito e tomaram, para inviabilizar a ação crítica, etc., depois isso foi se perdendo,
7573 claro que a sociedade civil tem um poder muito mais fraco diante da administração
7574 pública nas cidades médias e nas cidades pequenas, nas cidades grandes, nos
7575 centros urbanos, a disputa ainda tem um pouco mais. Então, é de concepção
7576 gente, é de concepção. Eu posso acabar com esse programa, mesmo que isso
7577 signifique morte para mulheres e para crianças que não acessam por exemplo, um



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7578 pré-natal digno. E eu não sou condenado por isso, e eu não vou... Vai ter um
7579 processo que vai demorar 12 anos, 15 anos, 20 anos, porque eu desmontei uma
7580 maternidade, por exemplo, se tiver o Ministério Público muito atento lá no local.
7581 Então, por quê? Porque o estado é visto como uma propriedade minha, da minha
7582 família, do meu poder político local, do meu poder político que é de mando, como
7583 era na época da escravidão, sem dúvida alguma. Obrigado Edna.

7584 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Imagina, muito obrigada Claudio. Andrei, fique à
7585 vontade para as próximas perguntas, por favor.

7586 **Sra. Andrei Soares** – Bem, eu... A primeira pergunta é de Marco Antônio Soares,
7587 delegado e Conselheiro do CONANDA, a pergunta é: "Como vocês avaliam o fato
7588 de o Fundo Nacional equipado com saldo de mais de cem milhões retido sem o
7589 CONANDA poder utilizar recursos para a política a qual foi constituído? Isso talvez
7590 revelaria a não prioridade absoluta na política?" A segunda pergunta é de Hélio
7591 Fogaça, do Conselho Estadual de Goiás: "Um parabéns pela exposição, pergunto
7592 como gestores municipais de municípios de pequeno porte até 10.000 habitantes
7593 podem buscar recursos para execução nas políticas públicas destinadas a
7594 crianças e adolescentes, sendo que o fundo de participação dos municípios, FPM,
7595 não é suficiente, assim eles não conseguem executar suas atividades, e os
7596 recursos cofinanciados não são suficientes, tão pouco sendo que é de extrema
7597 importância a formação para o Conselheiro de direito, Conselho Tutelar e todo o
7598 sistema de garantia de direitos, é preciso ter mais aplicação do FIA nessa
7599 formação? " A Daniele Pacheco Perinote de Alvaranga, delegada do Paraná:
7600 "Ótimas perguntas. Conselheiro tutelar deveria ter o direito a voto nas reuniões
7601 mensais do CNDCA, o que vocês acham dessa ideia?" E finalmente Luciano
7602 Antunes de Moura, delegado do DF: " participação social é importante. O modelo
7603 paritário do Conselho é que a sociedade e governo devem manter o diálogo, mas
7604 o que fazer quando uma das partes quer utilizar a paridade para sufocar a outra



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7605 parte, e não dialogar para construir a política da criança e do adolescente?" Eu
7606 vou... Só rapidinho, antes de repassar para os debatedores, sobre a segunda
7607 pergunta, eu só lembraria que quanto ao financiamento da política da criança e do
7608 adolescente por municípios, que nós temos um mecanismo de doação vinculada
7609 na declaração de imposto de renda, que é uma política aí que tem se
7610 aperfeiçoado, a cada ano ela é um pouco maior, é um pouco mais aperfeiçoada,
7611 que é uma ótima escolha para pequenos municípios, e eu também, sob função da
7612 minha posição no Ministério da Economia, posso também dá um pouco de
7613 informação que pode ser útil, no sentido de monitorar os gastos municipais com
7614 crianças e adolescentes, eu recomendo a todo mundo que está ouvindo, olhar à
7615 base de dados mantidas pelo Ministério da Economia chamado FINBRA, Finanças
7616 do Brasil, ela mostra, ela é uma base de dados que mostra a execução financeira
7617 de cada município brasileiro, e ela tem uma rubrica dentro dessa base de dados,
7618 tem que saber trabalhar micro dado, mas as entidades da sociedade civil vão ter
7619 essas pessoas, e você vai conseguir ver qual gasto de cada município brasileiro e
7620 estado brasileiro com a política da criança e do adolescente, pelo menos
7621 declarado. Há umas questões de como esse gasto pode ser contabilizado
7622 financeiramente, mas essa base de dados está disponível e ela é uma ótima base
7623 para monitorar esse tipo de gasto público. Peço desculpas pela intervenção, mas
7624 já passo a fala para os debatedores.

7625 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Olha, eu vou pedir licença aqui Jussara,
7626 vou começar. O Fundo Nacional retido no início, é crime, crime adMinistrativo, não
7627 tem outro nome. Esse Fundo Nacional ele é dirigido pelo CONANDA, ele não pode
7628 ser retido, a não ser que estejamos em um estado de calamidade pública, enfim.
7629 Esse recurso, ele não poderia ser, ele poderia estar de forma alguma retido, ele
7630 tinha que estar para a execução das políticas que o CONANDA decidir, está
7631 escrito no estatuto, está escrito na legislação, isso é um recurso adMinistrado pelo
7632 pleno do CONANDA. Então, não há justificativas de recursos retidos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7633 adMinistrativamente, para uma prioridade absoluta, que consta na constituição
7634 brasileira, para atender gravíssimos problemas, que o CONANDA tem consciência
7635 e sabe, e tem como fazer isso de forma muito competente nas temáticas, na
7636 distribuição e isso ajudaria, por exemplo, na resposta das outras perguntas. Claro,
7637 porque como a Jussara colocou, nós temos uma política hoje descentralizada a
7638 partir dos municípios, mas o financiamento não, o financiamento não. A
7639 arrecadação não, a arrecadação é centralizada, muito centralizada. Então assim,
7640 essa primeira pergunta, eu não vejo isso de outra forma, isso para mim, eu não
7641 sou dessa área, mas do ponto de vista meu, de atuante que ajudou a criar essa
7642 lógica, esse fundo é específico, ele não pode estar misturado com outros recursos
7643 para outras, a não ser que o país esteja vivendo um caso de exceção, etc., etc.,
7644 como a Covid no demonstrou que a gente precisa de outros recursos para cobrir,
7645 etc., etc. Então, não há necessidade. Então assim, para mim, essa é uma atitude
7646 de pleno constrangimento do adMinistrador e evidentemente que isso é uma
7647 compreensão patrimonialista do que é público, porque esse recurso aí é para ser
7648 gasto por um plenário, que tem governo, que tem sociedade civil...

7649 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Sim, sim, claro. Eu ainda acrescento que
7650 salvo engano, está previsto como crime de responsabilidade fiscal, entendeu? E
7651 tem outro aspecto, mas isso revela muito quais são as prioridades e quando a
7652 gente, quais são as prioridades? Não dá para a gente como cidadão, querer que o
7653 estado mude, sem que a gente mude também, certo? Sem que essa mudança
7654 parta pelos nossos compromissos, certo? Nosso compromisso como cidadão.
7655 Então, se eu estou envolvida e se eu defendo direitos, Direitos da Criança e do
7656 Adolescente, se eu estou no Conselho Tutelar, se eu estou no Conselho de
7657 Direitos. Então, eu não posso aderir a um projeto de estado que seja hostil às
7658 políticas voltadas para criança e adolescente. Se eu reconheço que o CONANDA
7659 é um espaço que faz, um espaço legitimamente constituído, que faz essa
7660 intermediação entre os demais Conselhos e o próprio CONANDA e o Governo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7661 Federal, então, eu não posso ser, eu não posso compactuar com escolhas, com
7662 projetos políticos que que viabilizem a própria política pública, certo? Então, eu
7663 acho que para mim é muito representativo, não é uma prioridade, não apenas não
7664 é uma prioridade, essa retenção é algo que tem paralelo no FUNDEB, o FUNDEB
7665 é vinculamente é ameaçado de ser retirada, certo? Que o Fundo para Educação,
7666 de ser retirado para pagar outras despesas. Enfim, mas é muito, é muito
7667 representativo da falta de compromisso, da falta de compromisso, não é nem o
7668 compromisso, não existe compromisso.

7669 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Bem, eu vou para a terceira pergunta. Eu
7670 acho que os recursos sobre os gestores municipais, eu acho que nós temos que
7671 fazer uma coisa que se falava muito antigamente, hoje em dia fala-se menos, nós
7672 temos que fazer uma repactuação do federalismo brasileiro, isso entra tributos,
7673 tudo, evidentemente que há um desencontro aí de serviços, e etc.,
7674 responsabilidades. Então assim, claro que os planos nacionais, você imagina, se
7675 pegar 100 milhões que está na conta do Fundo, eu vou pegar 20 milhões...
7676 Sociedade civil também usa dos companheiros que temos nos governos para o
7677 nosso convencimento traze-los... Que a gente acha melhor, isso dentro de uma
7678 discussão aberta e tranquila, agora utilizar de mecanismos que aí vão a utilizar
7679 recurso e etc., não, aí não, aí já está... Aí nós já estamos falando de outro. Então,
7680 eu acho que todos nós estamos nessa arena para disputar concepção, é tirar a
7681 criança da família e colocar em abrigo, eu vou dizer, eu sou contra, não apoio um
7682 milímetro de dinheiro nisso, se nós temos que construir mais unidades
7683 socioeducativas para prender mais adolescentes, sou contra, não quero colocar
7684 um centavo em uma coisa dessa, agora vamos fazer projetos, programas de
7685 juventude para eles ficarem na escola, para viabilizar a possibilidade das famílias
7686 acompanharem seu crescimento, vamos chamar as organizações, as redes que
7687 nós temos, as universidades, está tudo aí, agora eu não posso ficar com isso tudo,
7688 aí segunda-feira e cem milhões preso ali no banco, não tem cabimento uma coisa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7689 dessas. Então, põe todas as nossas letras por água abaixo, vamos, isso é
7690 produção de miséria, isso é produção de morte, nós não podemos nos conformar
7691 de forma alguma com isso. E alguns Conselhos Municipais e Estaduais, esse
7692 fenômeno se repete, problema de caixa de governo, o caixa único, etc., não nos
7693 importa, nós estamos no 227 e na constituição, prioridade absoluta. Prioridade
7694 absoluta. Então, é isso que nós queremos exercer, a prioridade absoluta para
7695 aplicação e liberação, e sou mecanismos adMinistrativos gente, interesse superior
7696 da criança. Não pode estar submetida a mecanismos restritivos adMinistrativos e
7697 nós temos Ministério Público Federal, Estadual, Municipal para nos ajudar a senão
7698 a conversa, se não há consenso. Então, vamos, infelizmente para judicialização,
7699 mas é um passo também, as pessoas têm que responder por aquilo que fazem e a
7700 adMinistração pública é muito diferente da adMinistração da minha casa, não é?
7701 Então, a adMinistração pública, se eu fico com 100 milhões na minha conta, um
7702 dia quem sabe eu vou ter 100 milhões na minha conta, todo mundo vai bater
7703 palmas, dinheiro lícito logicamente. Agora 100 milhões na política pública com as
7704 pessoas aí, 14 milhões desempregados, crianças que não podem estudar, enfim,
7705 não tem... Sinto muito, isso é crime, não tem outro. Desculpa, mas aí a gente
7706 precisa de ter um pouco mais de... Vontade na fala, porque isso inviabiliza o
7707 sistema de garantia de direitos. E o sistema de garantia de direitos é uma
7708 conquista nossa, nossa não Cláudio, Jussara, Andrei, Edna, os Conselheiros,
7709 nosso e da sociedade brasileira. Da sociedade brasileira. Não é à toa que nós
7710 temos Conselho de Direitos e Tutelares hoje em praticamente 100% dos
7711 municípios brasileiros, porque nós conquistamos e construímos esse espaço.
7712 Obrigado e desculpa pelo exagero.

7713 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Só complementando aqui Hélio, Hélio
7714 Fogaça, essa pergunta, uma outra possibilidade é interlocução mesmo com a
7715 bancada, com a bancada do estado, com a bancada, certo? Afinada com o tema e
7716 da bancada estadual, porque ele tem possibilidades em relação ao orçamento,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7717 possibilidade de rendas em relação ao orçamento estadual, e o nosso sistema
7718 político-partidário, político eleitoral, ele é uma pirâmide, há uma interlocução e
7719 geralmente os estados dividem as áreas de influência com Deputados Federais,
7720 cada área, os chamados colégios eleitorais, certo? E aí ora, o Deputado Estadual
7721 estabelece-se o contato com um Deputado Federal, e aí leva a questão para ele,
7722 leva a situação, para ver se ele se sente, se sensibiliza, se sensibiliza com a
7723 questão e através de um projeto, através do SICONV, que é o Sistema de
7724 Convênio do Governo Federal, consegue uma emenda, uma redistribuição de
7725 recursos, precisa, é a maneira, é a maneira política da interlocução que é possível
7726 fazer e que veja só, pode ser sim eficiente, é uma forma de controle da atividade,
7727 inclusive, do mandato, para o parlamentar é uma possibilidade também. E a outra
7728 pergunta, essa do Conselho Tutelar e o voto, eu não me sinto apto a responder,
7729 certo? Eu gostei muito da resposta do Claudio em relação a paridade do
7730 Conselho, o Conselho paritário, muitas vezes se transformando no longa manos,
7731 infelizmente é isso, eu me lembro que a última eleição, eu estou em Aracaju, a
7732 última eleição para o Conselho Tutelar virou notícia em vários jornais, isso era
7733 uma coisa fantástica, porque há um tempo desse ninguém nunca tinha ouvido
7734 falar disso. Os vereadores utilizam? Sim, como cabos eleitorais para conseguir lá
7735 meia dúzia de votos. Os deputados estaduais usam, mas olhe, o Conselho Tutelar
7736 nunca tinha estado na mídia antes. Então, são defeitos do que nós somos como
7737 sociedade, não é? Então, os conflitos vão ocorrer, não tenha dúvida, e aí cabe a
7738 vocês aprimorar também essa articulação entre vocês, aqueles que representam a
7739 sociedade civil, se naquele momento os interesses da sociedade civil se conflitam
7740 com os interesses do chefe de plantão estatal. Então, vocês têm que se articular,
7741 é difícil? É difícil, eu não estou minimizando as dificuldades não minha gente, o
7742 que eu estou dizendo é o seguinte, o processo democrático passa por isso e a
7743 gente precisa aprender a ser protagonista do que nós queremos como sociedade,
7744 certo? A gente só vai conseguir limitar o poder do estado na medida em que a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7745 gente aprenda se articular também, aqueles representantes que se detestam,
7746 porque não tem vinculações ou não tem vinculações políticas, que se expõem,
7747 mas faz parte, faz parte desse aprendizado, é difícil, eu não estou dizendo que é
7748 fácil, mas faz parte do processo de aprendizado da democracia. A democracia
7749 como processo, não tem um fim, ela está em constante aperfeiçoamento.

7750 **Sra. Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Claro.

7751 **Sra. Jussara Maria Moreno Jacintho** – Pronto, terminei, obrigada, muito
7752 obrigada.

7753 **Sra. Andrei Soares** – Que debate fascinante, eu acho que a gente acabar com a
7754 fala democracia é um processo, é uma forma interessante de terminar. O Brasil
7755 tem uma sociedade civil extremamente heterogênea, vibrante e comprometida
7756 com políticas públicas, ela faz críticas à agentes públicos, isso faz parte do
7757 processo democrático, um grande prazer que nós temos é a coordenação interna
7758 entre as várias sociedades civil que nós temos que com frequência, inclusive,
7759 podem ter visões não necessariamente homogêneas sobre o entendimento das
7760 pautas, mas além dessa cooperação da sociedade civil, somos uma cooperação
7761 entre agentes públicos, estado, com os desafios são inúmeros, a gente tem uma
7762 taxa de mortalidade, como todos os países latinos na adolescência, especialmente
7763 da população masculina por violência imensa, temos um problema de gravidez na
7764 adolescência imenso, nós temos uma distribuição de renda geracional
7765 profundamente desigual, a nossa pobreza é predominantemente infantil e de
7766 criança e adolescente, nós temos uma déficit de escolaridade que é uma... A
7767 escolaridade é uma forma que o passado fala para o futuro, e é algo que o
7768 passado pode dar para o futuro, e quando a gente tem um déficit de escolaridade,
7769 significa que nós que já passamos do meio da nossa vida, a gente falhou com a
7770 geração futura. Nesse contexto de desafio, o governo e sociedade civil precisam



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7771 colaborar e vão se influenciar reciprocamente, vão negociar, eu como servidor, eu
7772 só frisaria que de fato o Brasil tem um problema também fiscal, o estado brasileiro
7773 tem problema fiscal, a equação do financiamento do estado precisa ser revista,
7774 tanto do ponto de vista de gasto, como do ponto de vista de financiamento, essa
7775 revisão, o processo político determina como essa revisão vai ser feita, mas nós
7776 temos um problema de dívida, e essa dívida de fato, ela reduz a capacidade do
7777 estado da sociedade... Da sociedade, e todo o problema de dívida, como a própria
7778 ideia de dívida implica, ela também é uma questão geracional, com frequência no
7779 estado, quando você tem uma dívida muito grande, é uma geração, é um passado
7780 que também é fracassou com seu futuro, isso tem que ser revisto, esse problema
7781 existe, eu acho que parte do processo político, é o que faz, enfim, mas eu achei
7782 esse debate fascinante, eu acho que a gente colocar aqui as questões de gestão
7783 de controle social é muito importante, queria agradecer muito ao Claudio,
7784 agradecer a Jussara também pela apresentação fascinante, a Edna, a todos os
7785 participantes e as participantes, delegados e delegadas. Bem, neste momento, a
7786 gente agradece a todos e a mesa se desfaz.

7787 **Sra. Edna Aparecida Alegro** – Antes de concluir, eu gostaria de falar sobre o
7788 nosso tema, que são, temos vinte propostas do eixo, a partir de agora está aberto
7789 já para as manifestações dos delegados, são vinte propostas, temos que escolher
7790 cinco prioritárias, lembrando que precisamos pensar em uma gestão efetiva do
7791 fundo, e dos Direitos da Criança e do Adolescente, melhorar a aplicação dos
7792 valores arrecadados e também os Conselhos precisam ser espaços qualificados
7793 de interação entre a sociedade e o governo, e é uma criação coletiva e
7794 democrática, em todas as esferas de governo, para a proteção integral da criança
7795 e adolescente, visando sempre essa proteção integral da criança e adolescente.
7796 Então, deixo aqui os meus agradecimentos aos palestrantes, ao Claudio, a
7797 Jussara, ao meu colega de mesa, o Andrei, e a todos que nos acompanharam
7798 nesse tema tão importante, que é o controle social. Sem ele e sem a qualificação



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7799 da sociedade civil para discutir os temas, nós não avançaremos. Obrigado a
7800 todos, encerramos então.

7801 **Mestre de cerimônia** – Ok, obrigado. A Comissão Organizadora deste evento
7802 pede desculpas pelo momento que ficou instável, nossa Internet caiu a conexão.
7803 Nós temos mas alguns informes, os delegados podem propor moções conforme
7804 orientações disponíveis e em espaço próprio disponibilizado no ambiente virtual
7805 deste o primeiro dia da Conferência até as 18h do dia 8 de dezembro de 2020, e
7806 podem volta-las até as 18h do dia 9 de dezembro de 2020, para submeter moções
7807 para votação, delegadas e delegados devem enviar e-mail para
7808 se.conanda@mdh.gov.br com as informações, proponente, título da moção, tipo
7809 da moção, destinatário da moção, ementa e texto da moção a ser incluído no
7810 ambiente para a votação. Após enviar por e-mail, escrever na sessão de emoções
7811 na página instrução sobre a submissão de emoções, nome, unidade da federação
7812 e título da moção, as moções serão numeradas e incluídas no ambiente virtual
7813 para votação pelos delegados e delegadas da 11ª CNDCA, para dúvidas consultar
7814 no e-mail se.conanda@mdh.gov.br, nós agradecemos a todos e neste momento
7815 essa mesa se desfaz. Estaremos no dia 18 das 18h de hoje a 28, dia 28 a 30 de
7816 novembro o caderno de proposta encontra-se aberto para leitura e contribuições
7817 na seguinte ordem, esse aviso é as delegadas e delegados da 11ª CNDCA, 28 a
7818 30 de novembro primeiro momento do Fórum de Propostas, no qual os delegados
7819 e delegados da Conferência podem apresentar emendas as propostas
7820 sistematizadas. Dia 4 e 5 de dezembro segundo momento do Fórum de
7821 Propostas, no qual os delegados e delegadas da Conferência farão a votação das
7822 propostas o eixo. O segundo momento estará aberto entre 9h do dia 4 de
7823 dezembro, às 18h do dia 5 de dezembro, dia 8 e 9 de dezembro terceiro momento
7824 do Fórum de Propostas no qual os delegados e delegadas da Conferência irão
7825 priorizar até cinco propostas de cada eixo que serão lidas na plenária final, e
7826 nortearam as políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7827 Direitos da Criança e do Adolescente, e dos governos nacional, estadual e
7828 municipal. O terceiro momento estará aberto entre 9h do dia 8 de dezembro de
7829 18h do dia 9 de dezembro. Dia 10 de dezembro às 9h atividade de encerramento
7830 da 11ª CNDCA, eleitura das propostas priorizadas por eixo, leitura das emendas
7831 das moções aprovadas, posse dos adolescentes do comitê de participação dos
7832 adolescentes, CPA/CONANDA, pronunciamento de autoridades, atividade cultural
7833 alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Senhoras e senhores, crianças
7834 e adolescentes, delegados e delegadas da 11ª CNDCA, o CONANDA e a
7835 Comissão Organizadora da 11ª CNDCA agradecem a audiência de todos, vocês,
7836 de todos vocês ao tempo que deseja um bom trabalho a todos, reiteramos que
7837 esperamos vocês no dia 10 de dezembro às 9h para o encerramento da 11ª
7838 CNDCA. Bom dia e bom trabalho a todos.

7839

Dia 10-12-2020 – CNDCA

7841 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores, crianças e adolescentes de todo o
7842 Brasil, muito bom-dia. Vamos dar início ao último dia da 11ª Conferência Nacional
7843 dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNDCA. E é com muita felicidade que
7844 nesse momento ao tempo em que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
7845 do Adolescente, CONANDA e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do
7846 Adolescente, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acolhe
7847 e abraça virtualmente a cada uma e a cada um de vocês. Delegados e Delegadas
7848 e demais participantes da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
7849 Adolescente, se despede. Desculpe. Sim, é hoje último dia da Conferência, da 1ª
7850 Conferência Nacional totalmente virtual e feita com muito esforço, muito esmero
7851 de todos aqueles que se envolveu, se dedicaram e que finaliza esse processo com
7852 a participação efetiva de todos vocês. Foi em razão desse esmero, desse cuidado,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7853 desse carinho, o qual tivemos uma recíproca altura de que é. Desculpe, altura de
7854 que a Presidente do CONANDA a senhora e Iolete Ribeiro e a Vice-Presidente do
7855 CONANDA a Sra. Petrúcia Andrade, agradece a todos vocês Delegados e
7856 Delegadas da 11ª CNDCA. E também aos parceiros que ajudaram a construir
7857 esse evento. Aos adolescentes do Comitê de Participação de Adolescente do
7858 CONANDA, CPA CONANDA; a Rede das Organizações Sociais Civil, Sociedade
7859 Civil e os integrantes do Governo que se compõe o CONANDA. A Secretaria
7860 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do seu Secretário
7861 Nacional o senhor Maurício José da Silva Cunha; ao Ministério da Mulher, da
7862 Família e dos Direitos Humanos, na pessoa da Ministra Damares Regina Alves; A
7863 Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, FLACSO Brasil, na pessoa da
7864 sua Diretora Salete Valesan; Ao PNUD na pessoa de Raíssa da Teixeira Freitas,
7865 Gerente de Projeto, Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento; a
7866 equipe da Secretaria-Executiva do CONANDA, na pessoa do seu Secretário
7867 Executivo o senhor Lucas Batista de Carvalho Pinheiro; ao Instituto Alana São
7868 Paulo, na pessoa de Thaís Dantas, Adriana Biancolini, e Silvani Rodrigues; a
7869 Escola de Artes Pântano Rio de Janeiro, na pessoa de Henrique Castro; a artista
7870 Luiza Martins e aos seus pais Alexandre e Fabiana Martins. Programação da 11ª
7871 CNDCA, nos dias 26, 27 e 28 de novembro, tivemos a abertura da 11ª CNDCA,
7872 com pronunciamento de autoridades e especialistas da área da criança e do
7873 adolescente. Saudação da Ministra Damares Regina Alves e palestra dos eixos 1,
7874 2, 3, 4 e 5. As análises, proposições de emendas e aprovação com maciça
7875 participação de vocês nos fóruns de propostas, proposições de moções e claro,
7876 muitas altas conversas e debates enriquecedores, nas salas e Chat. Foi edificante,
7877 foi grandioso. É o tipo de plantio ao qual podíamos esperar boas colheitas. Bom,
7878 desde as 18h do dia 28 de novembro até ontem no dia 9 de dezembro acontecer
7879 os fóruns de propostas nos quais os Delegados e Delegadas da Conferência
7880 fizeram as emendas às propostas das etapas estaduais que foram sistematizado



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7881 as pela equipe técnica, sob a supervisão do CONANDA. Também decidiram sobre
7882 as emendas apresentaram e ainda votaram as cinco prioridades de cada eixo
7883 temático, que serão lidas nessa plenária final. Nesse mesmo período Delegados e
7884 Delegadas apresentaram e votaram as moções, cuja ementa, aquelas que foram
7885 aprovadas serão também aqui apresentadas. E hoje dia 10 de dezembro do ano
7886 de 2020 dia Internacional dos Direitos Humanos teremos: a partir de agora a
7887 plenária final da 11ª CNDCA na qual serão lidas propostas priorização dos por
7888 eixos e as emendas das moções aprovadas. Em seguida teremos a posse dos
7889 integrantes do Comitê de Participação dos Adolescentes, CPA CONANDA, e o
7890 pronunciamento de autoridades da mesa de encerramento da 11ª Conferência. E
7891 para finalizarmos a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
7892 Adolescente contraremos com a atividade cultural alusivo ao dia Internacional dos
7893 Direitos Humanos, apresentada pelo grupo artístico Escola de Artes Pântano Rio
7894 de Janeiro. Infelizmente a pandemia do Novo Coronavírus, nos impediu de nos
7895 termos presencialmente aqui em Brasília, mas aqui fica o desejo que a 12ª
7896 CNDCA, possamos nos ver de forma presencial e então em meio a muitas
7897 conversas, discussões, podermos nos abraçar e muito. Em razão da pandemia
7898 todas as transmissões da 11ª CNDCA foram realizadas respeitando rigorosamente
7899 todas as recomendações das autoridades sanitárias nacionais e do Distrito
7900 Federal, respeitando aqui o distanciamento, o uso de máscaras com troca a cada
7901 3h, luvas e disponibilidade de álcool em gel, tapetes sanitizantes, enfim, sempre
7902 com muito cuidado para conter ações de transmissão do Novo Coronavírus. Agora
7903 convido para a coordenação da Plenária final da 11ª Conferência o senhor Marco
7904 Antônio Soares, Conselheiro do CONANDA, representante da Sociedade Civil e
7905 para secretaria-lo convidamos o senhor Luciano Antônio de Moura, Conselheiro do
7906 CONANDA, representante do Governo Federal; O Sr. Flávio Henrique Silva
7907 Santos, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
7908 Adolescente de Alagoas no Comitê de Participação de Adolescentes CPA



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7909 CONANDA; e também convido Ana Rita Magalhães, adolescente do Pará,
7910 representante escolhida pela plataforma virtual para Comitê de Participação
7911 Adolescente CPA CONANDA. Agora convidamos a todos a ouvir da menina a
7912 Hannah, de 10 anos de idade, participante do projeto Conexão Escola, no
7913 município de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro, executado pela visão
7914 mundial que gravou um recado aqui para nós.

7915

7916 **Sra. Hannah (projeto Conexão Escola)** – Olá, o meu nome é Hannah, tenho dez
7917 anos, sou da cidade de Nova Iguaçu, faço parte programa Conexão Escola. Vou
7918 ler uma poesia que para vocês, Roberto. *"Sombra protetora, não existe redução
7919 de gasto e desculpas quando o assunto é crianças, seja a primeira ou segunda
7920 infância, a lei precisa se cumprir. Abrigar, defender e avançar sobre esse jardim,
7921 como sombra protetora, crianças precisam de afeto, lar, colinho, lazer e cultura,
7922 formação dos adolescentes, sem distinção de cor, credo e preciso estrutura,
7923 caminhos para salvar vidas inocentes, entender as realidades sociais, existentes
7924 no dia-a-dia desse jardim, com flores diversas."* Tchau.

7925

7926 **Mestre de Cerimônia** – Recado dado. Eu passo a palavra Sr. Marco Antônio,
7927 desejando a todos um ótimo trabalho.

7928

7929 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
7930 **Sociedade Civil)** – Muito bom dia a todas e todos. É com muita satisfação que
7931 nós, atravessamos esse grande oceano muitos obstáculos enfrentamos para
7932 chegar até o dia de hoje, último dia da Conferência, um dia emblemático, do dia
7933 Internacional dos Direitos Humanos e nós todos, homens e mulheres, brancos,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7934 negros, indígenas, quilombolas, ciganos, crianças, idosos, LGBT, todos nós
7935 unidos para que uma sociedade brasileira mais democrática, que seja uma
7936 sociedade menos desigual, para que nós possamos, num futuro dessas crianças e
7937 adolescentes nos vermos, nos enxergarmos cada um dos adultos aqui e em cada
7938 ponto desse país que nos veem agora sabe que estamos nessa idade vivos,
7939 porque muitos a nossa época de criança e adolescente, muitos nos ajudaram,
7940 pessoas que nós jamais conheceremos, mas foi por meio delas que nós
7941 chegamos há uma qualidade de vida, ainda muito que construir, mas foi com
7942 essas políticas e pessoas que jamais conheceremos que nós chegamos aqui. O
7943 CONANDA é uma instituição que nós temos a mais de 30, há mais de três
7944 décadas nesse país, sofreu um duro golpe, mas apesar de todos os obstáculos,
7945 conseguimos chegar nessa fase. É com muita honra e orgulho que estou aqui
7946 para concluir essa tarefa que muitos, inclusive, aqui nos bastidores quero
7947 agradecer imensamente a todos os trabalhadores e trabalhadoras que construíram
7948 esta Conferência, além daquilo que já foi anunciado. Tenho a honra de finalizar
7949 aqui com essa mesa que é representativa na democracia desse país, Sociedade
7950 Civil, eu represento a Central Única dos Trabalhadores, Governo Federal na
7951 pessoa do senhor Luciano, dois adolescentes, um rapaz e uma moça que
7952 representam essa democracia que o CONANDA a duras penas conquistou e está
7953 ameaçada. Mas apesar de tudo isso nós avançamos, apesar da pandemia, muitos
7954 de vocês que nos ouvem agora gostariam que fosse um outro modelo, mas
7955 preservar vidas é o que importa e preservar a vida daqueles e daquelas que são
7956 os mais vulneráveis desse país a qual todos, eu, você e todos nós estamos
7957 trabalhando para que possamos ter uma sociedade cada vez mais livre, justa e
7958 igualitária. Nesse período nós tivemos a conquista da sociedade brasileira com
7959 564 propostas, isso é importante, isso representa a legitimidade do Conselho, a
7960 legitimidade da Sociedade Civil, a legitimidade da democracia entre Sociedade
7961 Civil, o Governo e Organizações Não-Governamentais, destas 112 propostas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

foram aprovadas, um amplo debate nacional, onde cada um e cada uma pode ler e refleti todas as suas concepções e hoje, a partir dessa mesa, nós temos as 25 propostas prioritárias, também democraticamente debatidas e votadas com toda a transparência que a democracia brasileira conquistou a duras penas. É com essas palavras que eu gostaria, então de dizer a todos vocês que essas propostas, juntamente com todas as propostas de cada eixo, deverão nortear as políticas, os Programas de Ação de Promoção, proteção, garantia, defesa e Controle Social dos Direitos da Criança e do Adolescente no país, nas três esferas de Governo. É com esse espírito que nós, a partir de agora passaremos a palavra para cada um e cada uma da mesa para que vocês tomem conhecimento, ampla divulgação, segurem isso com unhas e dentes para que daqui a dois anos na próxima Conferência, assim esperamos e para que em breve o CONANDA possa se ver livre das amarras de não existir ou ficar um vácuo dessa política é que vai afetar seguramente estados e municípios e com essas propostas prioritárias que nós esperamos que todos possamos nos unir na defesa da democracia, na defesa da criança e do adolescente no país. Muito obrigado e passo a palavra agora para o Conselheiro Luciano, por favor.

Sr. Luciano Antônio de Moura (Conselheiro do CONANDA, representante do Governo Federal) – Saldo a todos com meu cordial bom-dia. Todos os agradecimentos feitos pelo professor Marco Antônio e também pelo cerimonial e gostaria de ressaltar que o tema dessa Conferência Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das da Violências, tem sido uma pauta muito cara para esse Ministério e para Ministra Damares. Como foi dito 564 propostas, 112 aprovadas, propostas muito bem elaboradas, mas após a todo o processo hum, passou-se então abrir cinco propostas como tão bem disse o professor Marco Antônio. Então agora, passo a ler as propostas, priorização das para o eixo 1. "*Proposta 1* -



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

7989 *Garantir preferencialmente por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e*
7990 *do Adolescente, formação continuada, com vistas ao desenvolvimento e*
7991 *habilidades para melhorar a capacidade de gestão dos Conselheiros de Direitos e*
7992 *Tutelares, profissionais de saúde, educação, Assistência Social, socioeducação,*
7993 *Segurança Pública de grupo Poder Judiciário, Ministério Público e demais áreas e*
7994 *órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos e as redes de proteção*
7995 *bem como os líderes comunitários e representantes da Sociedade Civil, incluindo*
7996 *crianças e adolescentes envolvidos em processos ou espaços de participação*
7997 *social. Sobre os diversos temas relacionados com, a política de promoção de*
7998 *direitos de proteção de criança e adolescentes. Com a atenção especial para a*
7999 *temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a fim de*
8000 *assegurar atendimento qualificado a esse grupo e em especial as crianças e*
8001 *adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e com deficiência.*
8002 *Respeitando as adversidades étnico raciais e culturais, em função dos diversos*
8003 *arcabouço jurídicos que envolve diretamente os povos e comunidades tradicionais*
8004 *no Brasil. Conforme entendimento do Decreto 6.040 de 2007, Resolução do*
8005 *CONANDA 181/2016, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei 13.010 de 2014.*
8006 *Proposta 20 - Criar e implementar por meio de novas adesões Centros de Atenção*
8007 *Psicossocial, Infanto-Juvenis nos municípios ou regiões que não os possui. E*
8008 *fortalecer os já existentes, a fim de proporcionar um espaço específico para entre*
8009 *outras atribuições realizar ações socioeducativas intersetoriais direcionado às a*
8010 *prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.*
8011 *Bem como fortalecimento dos laços familiares e comunitários, garantindo o*
8012 *repasso fundo a fundo do do cofinanciamento aos municípios. Proposta 2 -*
8013 *Assegurar acesso a qualificação profissional e o ensino técnico profissionalizante*
8014 *a todos e todos os adolescentes, garantido o percentual mínimo a ser definido das*
8015 *vagas para adolescentes com deficiência e para aqueles ou aquelas em situação*
8016 *de vulnerabilidade, em serviço de acolhimento para adolescentes. Em privação de*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8017 *liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativa em meio aberto. Como*
8018 *forma de promover o acesso e permanência no mercado de trabalho assegurando*
8019 *o direito à remuneração, o Controle Social, o respeito à diversidade e as*
8020 *realidades locais, bem como a fiscalização das condições adequadas ao*
8021 *desenvolvimento de suas atividades. Tendo como base o Estatuto da Criança e do*
8022 *Adolescente e a Lei 10.097 de 2000. Criar escolas técnicas estaduais e*
8023 *implementar novos recursos, incluindo as áreas de cultura e esporte que contém,*
8024 *com assistência e estudantil e material didático adaptado. Proposta 9 - Fortalecer*
8025 *o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente Resolução 113*
8026 *do CONANDA, por meio da intersetorialidade e transversalidade entre todos os*
8027 *órgãos e entidades que compõem o sistema e a rede de proteção incluindo órgãos*
8028 *municipais, estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias*
8029 *especializadas e Poder Judiciário, garantido a assessoria técnica aos diversos*
8030 *profissionais capacitação dos recursos humanos e participação direta de crianças*
8031 *e adolescentes. Como forma de assegurar a sua proteção integral, com prioridade*
8032 *as populações historicamente excluídas, tais como meninos e meninas com*
8033 *deficiência, vítimas de violência, negros, LGBT, população do campo, floresta, das*
8034 *águas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidade de matriz africana e de*
8035 *terreiros de povos indígenas. Proposta 10 - Manter, ampliar e fortalecer a Política*
8036 *de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social no que se refere ao*
8037 *atendimento a crianças e adolescentes garantido o orçamento público compatível*
8038 *com a execução de suas ações de modo a assegurar a efetividade da Política de*
8039 *Assistência Social por meio dos programas e serviço de proteção social básica e*
8040 *Proteção Social Especial de média e alta complexidade, Especialmente por meio*
8041 *do fortalecimento e qualificação dos serviços, programas e ações desenvolvidas*
8042 *pelo CRAS, Centro de Referência de Assistência Social e pelo CREAS, Centro de*
8043 *Referências Especializados de Assistência Social da ampliação e qualificação da*
8044 *oferta de serviços de acolhimento em Família Acolhedora e de Centro Dia, para*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8045 *peçoas com deficiência em articulação com os órgãos gestores dos direitos da*
8046 *criança e do adolescente no âmbito do poder executivo, são essas então as*
8047 *propostas priorização das para o eixo 1." Passo a palavra novamente ao*
8048 Coordenador da mesa Conselheiro, professor Marco Antônio.

8049

8050 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8051 **Sociedade Civil)** – Muito bem, quero agradecer então, o senhor Luciano Antônio
8052 de Moura, Conselheiro do CONANDA, representante do Governo Federal. E quero
8053 agora chamar para fazer a leitura o Flávio Henrique Silva Santos, representante
8054 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas, no
8055 Comitê de Participação do Adolescente CPA CONANDA, por favor, Flávio, tem a
8056 palavra

8057

8058 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos (Representante do Conselho Estadual dos**
8059 **Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas)** – Bom-dia a todos. Foi me
8060 passado a responsabilidade de ler as propostas dos eixos 2 e 3 eu queria começar
8061 agradecendo a todos e todas que comporão esses eixos, não é uma discussão
8062 fácil e definitivamente não é uma discussão confortável, falar sobre violência e
8063 orçamento. E eu sei que muitos de vocês poderiam se isolar em quaisquer que
8064 sejam as suas zonas de conforto, mas não, vocês dedicaram as suas plataformas,
8065 fizeram um bom uso e converter isso em políticas que vão servir de melhoria para
8066 infância e para a adolescência desse país. Então, por isso queria dizer que eu e
8067 todos os adolescentes nos lembraremos disso e sou muito grato. "*Primeira*
8068 *proposta priorizada para o eixo 2 foi: tornar o Programa de Proteção a Crianças e*
8069 *Adolescentes Ameaçados de Morte, PPCAM, uma Política Pública de estado*
8070 *aliado com um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento a Letalidade*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8071 *Infanto-juvenil, com financiamento permanente e apoio técnico aos estados com*
8072 *fundamentos dos direitos humanos e no ECA qualificando e ampliando sua*
8073 *qualidade de atendimento fortalecendo e agilizando o processo de inclusão e*
8074 *garantindo o acolhimento provisório imediato por meio do financiamento e*
8075 *implementação da modalidade de acolhimento em Família Solidária ou Família*
8076 *Acolhedora para os casos incluídos no PPCAM, desacompanhado dos pais ou*
8077 *responsáveis de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e*
8078 *comunitária. Proposta 2 - efetivar, ampliar e articular as redes de proteção e*
8079 *Defesa do Direito das Crianças e dos Adolescentes garantindo a destinação de*
8080 *recursos próprios para a construção de uma Rede de Proteção Integral,*
8081 *fortalecimento das Políticas Intersetoriais no Sistema de garantia de Direitos a*
8082 *estruturação de forma unificada da Rede de Atendimento, o respeito à diversidade*
8083 *de gênero, a classe, raça etnia, comunidades tradicionais e povos originário. O*
8084 *estabelecimento de protocolos e fluxos de forma informatizado e interligados e a*
8085 *notificação compulsória assegurando a interação, a cooperação técnica entre os*
8086 *diversos serviços de financiamento diferenciado, considerando a peculiaridade da*
8087 *Amazônia como um patrimônio nacional. Proposta priorizada nº 3 - Assegurar de*
8088 *forma permanente e continuada a formação e capacitação de todos os*
8089 *profissionais, agentes públicos e representantes de indenização e da Sociedade*
8090 *Civil que atuam na Rede de Proteção do Sistema de Garantia de Direitos e na*
8091 *Assistência Social, tais como CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento,*
8092 *inclusive, profissionais da educação, da saúde, do Sistema de Justiça, da*
8093 *Segurança Pública e Conselheiros Tutelares respeitando a diversidade de gênero,*
8094 *classe, raça, etnia, comunidades tradicionais e povos originários e visando garantir*
8095 *de forma a humanizado e especializado os Direito da Criança e do Adolescente.*
8096 *Proposta priorizada 4 - Implementar com destinação orçamentária específica as*
8097 *ações decorrentes da aplicação da Lei 13.431 de 2017, a Lei da Escuta*
8098 *Especializada, criando fluxos de trabalho e protocolos Intersetoriais de*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8099 *atendimentos humanizados com a equipe técnica qualificada e proveniente de*
8100 *concursos públicos, para realizar a escuta qualificada e o depoimento especial de*
8101 *crianças e adolescentes vítimas e ou testemunhos de violência, principalmente*
8102 *violência sexual evitando com isso revitalização. 5 - Implantar, fortalecer, ampliar e*
8103 *regionalizar as Delegacias Especializadas no Atendimento de Crianças e*
8104 *Adolescentes de modo a que garantam o atendimento em tempo integral e*
8105 *possuam equipes multiprofissionais qualificadas para realizar a escuta qualificada*
8106 *de vítimas e ou testemunhas de violência que haja comprometimento das três*
8107 *esferas do Governo priorizando obrigatoriedade do Sistema de Garantia de*
8108 *Direitos no município. Propostas priorizadas para o eixo 3 - Promover a captação*
8109 *de recursos para os fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e*
8110 *do adolescente, por meio de campanhas publicitárias permanentes e outros*
8111 *mecanismos que abordem dedução de imposto de renda e devido por pessoas*
8112 *físicas e jurídicas, de acordo com o Artigo 260 do ECA, mutirão de doação de*
8113 *pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais, destinação de verbas*
8114 *repatriadas por condenação de corrupção e violência contra crianças e*
8115 *adolescentes, destinação de percentual das multas de trânsito e o estacionamento*
8116 *rotativos bem como todas as multas decorrentes de Direitos Humanos que*
8117 *envolvam crianças e adolescentes. Incentivo fiscais a empresas e multas judiciais,*
8118 *porcentagem sobre renda auferida por royalties da exploração de recursos naturais,*
8119 *entre outros, assegurando que a destinação desses recursos seja feita de forma*
8120 *transparente com devido acompanhamento dos Conselhos da Sociedade Civil e*
8121 *do poder público. 2 - Garantir a transferência dos recursos fundo a fundo entre as*
8122 *três esferas da federação, estados, municípios, Distrito Federal e União e a*
8123 *segurar os repasses ao estado, municípios e Distrito Federal dos recursos*
8124 *necessários para gestão, implementação de Políticas Públicas, programas e*
8125 *projetos voltados para crianças e adolescentes criando lei que abriga a previsão*
8126 *orçamentária nos âmbitos da Assistência Social, arte, cultura e lazer, e do*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8127 *emprego e Serviço de Proteção Básica Especial, entre outros de acordo com a*
8128 *diversidade de cada território tendo como base diagnóstico locais garantindo maior*
8129 *equidade. Para tanto, estabelecer pertença mais mínimos para repasse de*
8130 *diferenças fontes, incluindo arrecadação da receita bruta da esfera federal*
8131 *diretamente aos municípios, a arrecadação da receita bruta da esfera estadual*
8132 *para os municípios e recurso de multas judiciais, extra judiciais e administrativas*
8133 *sofrido por pessoas físicas e jurídicas e no estadual, no percentual destinado*
8134 *Assistência Social e royalties das hidrelétricas estaduais. 3 - Destinar*
8135 *financiamento específico visando a equidade no atendimento de crianças e*
8136 *adolescentes levando em conta diversidade socioterritoriais de populações*
8137 *indígenas, rurais, fronteiriças e de povos de comunidades tradicionais, bem como*
8138 *as necessidades específicas de imigrantes e refugiados. Garantindo a*
8139 *transferência de recursos inclusive do Fundo Nacional para criança e adolescente*
8140 *para os municípios que prestam atendimento emergencial a esses grupos bem*
8141 *como para o Distrito Federal. 4 - Articular junto ao legislativo e as forças políticas*
8142 *nacionais, estaduais a revogação da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de*
8143 *dezembro de 2016, que altera o ato das disposições constitucionais transitórias*
8144 *para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências a qual congela os*
8145 *investimentos nas Políticas Públicas de educação, saúde, Assistência Social,*
8146 *esporte, cultura e segurança, ampliando a destinação orçamentária para as*
8147 *Políticas Públicas voltadas para crianças e os adolescentes de modo a garantir o*
8148 *princípio da prioridade absoluta. Última, destinar o percentual mínimo a ser*
8149 *definido de recursos das emendas parlamentares estaduais, distritais e federais*
8150 *das políticas voltadas a infância e adolescência especialmente na área da*
8151 *Assistência Social e no atendimento a crianças e adolescentes em situação de*
8152 *maior vulnerabilidade e riscos sociais por meio da lei específica para essa*
8153 *finalidade fortalecendo os fundos e os direitos das crianças e adolescentes e*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8154 *considerando o ciclo orçamentário LDO, PPA e LOA." Passo agora a palavra para*
8155 *professor Marco para dar continuidade aos trabalhos.*

8156

8157 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8158 **Sociedade Civil)** – Também parabéns Flávio, agradecer ao Flávio Henrique Silva
8159 Santos, que é o representante de Alagoas do CPA e passa imediatamente a
8160 palavra a para a Ana Rita Silva Magalhães, adolescente do Pará, representante
8161 escolhida pela plataforma virtual para o Comitê de Participação do Adolescente,
8162 CPA. Ela lerá as propostas prioritárias dos eixos 4 e 5. Com a palavra Ana Rita.

8163

8164 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Representante escolhida pela plataforma**
8165 **virtual)** – Olá, bom-dia. Que primeiramente agradecer a presença de todos e a
8166 todas. Agradecer ao CONANDA por estar realizando a 11ª Conferência de forma
8167 virtual para todas as crianças e adolescentes que não poderão estar aqui e
8168 comparecer presencialmente. E eu fiquei responsável, fiquei com responsabilidade
8169 de fazer a leitura do eixo 4 e 5 das propostas prioritárias. *"Para o eixo 5) Proposta*
8170 *1 - Garantir por meio de confinamento dos Governos Federais e estaduais e*
8171 *municipais uma política permanente de formação continuada para crianças e*
8172 *adolescentes, especialmente do cpas e dos Fóruns CDCA, os Conselheiros*
8173 *Tutelares de Direito e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos*
8174 *Direitos da Criança e do Adolescentepor meio da promoção de recursos*
8175 *seminários, fóruns, palestras e espaços para troca de experiências e como opção*
8176 *de educação à distância, de modo a informar sobre as atribuições e*
8177 *funcionamento dos Conselheiros e sobre o conjunto de temáticas relacionadas a*
8178 *infância e adolescência. Bem como assegurar as condições adequadas e*
8179 *necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8180 e do Adolescente, tais como Assessoria Jurídica, assessoria técnica, assessoria
8181 contábil, Secretaria-Executiva, encargos previstos na legislação municipal, que
8182 rege os respectivos Conselhos. Proposta 8 - Garantir os Conselhos de Direitos da
8183 Criança e do Adolescente das três esferas de Governo, municipal, estadual e
8184 nacional, com previsão e nas leis municipais, estadual e nacional, sede própria e
8185 recursos humanos, inclusive, secretariado executivo, assessoria técnica,
8186 assessoria jurídica e assessoria contábil. Assegurando estrutura física,
8187 financiamento e materiais adequados, reconhecendo o CNDCA, CEDICA e
8188 CONANDA como os órgãos deliberativos e responsáveis pela gestão autônoma
8189 dos recursos do fundo municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do fundo
8190 estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo Nacional dos Direitos
8191 da Criança e do Adolescente e assegurando a sua participação na elaboração da
8192 LOA, LDO e PPA. Além de articular o diálogo permanente com os demais atores
8193 do sistema de garantia de direitos, a sociedade em geral e o poder público visando
8194 respeito e o cumprimento das deliberações do CNDCA, CEDICA e CONANDA.
8195 Proposta nº 5 - Garantir, inclusive, por meio da alteração da legislação vigente a
8196 participação de crianças e adolescentes nas instâncias de deliberação,
8197 formulação, execução e avaliação de políticas direcionados a infância e
8198 adolescência, especialmente nos Conselhos de Direito, por meio da Instituição do
8199 Comitê de Participação de Adolescente, CPA. Os Conselhos Municipais,
8200 Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos de como as crianças e Adolescentes,
8201 assegurando formação continuada e os recursos necessários para a sua plena
8202 participação. Proposta 20 - Efetivar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de
8203 crianças e adolescentes e capacitar conselheiros de direito técnicos e gestores
8204 para criação e a efetivação dos planos decenais, municipais, estaduais de direitos
8205 humanos de crianças e adolescentes. Assegurando processo de monitoramento e
8206 avaliação de resultados. Proposta 9 - Implantar e ampliar de forma
8207 descentralizada as escolas de conselhos em todas as unidades federativas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8208 *assegurando seu financiamento de modo a garantir que os Conselheiros Tutelares*
8209 *e de direito tem a formação especializada na área de infância e adolescência.*
8210 *Com ênfase nas temáticas de desenvolvimento sustentável, prevenção e*
8211 *erradicação do trabalho infantil, Gestão Pública, autonomia, Controle Social,*
8212 *questões de gênero e enfrentamento da lgbtfobia e das violações de Direitos*
8213 *Humanos para crianças adolescentes. Proposta priorizada para o eixo 4, proposta*
8214 *11 - Efetivar a criação do Comitê de Participação de Adolescente, CPA, nos*
8215 *Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional com base na Resolução nº*
8216 *191/2017 do CONANDA, garantindo estrutura, locomoção e alimentação para os*
8217 *seus membros, assegurar representação no CPA e das diversidade culturais*
8218 *existentes no país e promovendo a sua participação na organização das*
8219 *Conferências Municipais, estaduais, distrital e nacional dos Direitos da Criança e*
8220 *do Adolescente, assegurando que crianças e adolescentes sejam porta-vozes dos*
8221 *assuntos de sua categoria. Proposta 2 - Implantar e divulgar em nível nacional,*
8222 *espaços e ferramentas virtuais, canais digitais, aplicativos, portal on-line, banco de*
8223 *dados de projetos já existentes, sala de bate-papo, aulas on-line, vídeos, jogos*
8224 *referentes a cidadania, biblioteca digitais e etc. Com acessibilidade a todos os*
8225 *públicos para o compartilhamento de informações a troca de experiências e a*
8226 *realização de denúncias de violação de direitos tratando de forma permanente*
8227 *temas pertinentes aos interesses das crianças e adolescentes e ao uso adequado*
8228 *das tecnologias, valorizando as especificidades regionais, idenditária, a*
8229 *plataforma aplicativo deverá ser desenvolvidas sob a responsabilidade do*
8230 *CONANDA e contar com uma Comissão Consultivo, formado por crianças e*
8231 *adolescentes para sua elaboração e manutenção, com conteúdo desenvolvido por*
8232 *crianças e adolescentes e pelo cndcas, e cedicas. Proposta 4 - Ampliar e*
8233 *implementação, a implementação. Desculpa. Especialmente em áreas remotas,*
8234 *rurais e comunidades tradicionais de telecentros e laboratórios de informática*
8235 *públicos que contenham e disponibilizem equipamentos de informática*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8236 adequados, amplo acesso à Internet e equipe de profissionais capacitados na área
8237 para monitorar e auxiliar o público, garantindo a manutenção dos espaços e
8238 equipamentos, com vistas a inclusão digital de crianças e adolescentes e a
8239 efetivação da participação e do protagonismo juvenil. Propostas 5 - Instituir,
8240 ampliar e qualificar espaços coletivos de convivência para crianças e adolescentes
8241 já existente e criando outros novos nas áreas urbanas rurais, para a realização de
8242 atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer, priorizando a valorização
8243 identitária e cultural de crianças e adolescentes e seus direitos, a se manifestar
8244 de forma plena em seus meios sociais de convivência, de modo assim e estimular
8245 o protagonismo infanto-juvenil, ampliar os recursos para as Políticas Públicas de
8246 assistência social, educação e cultura, de modo a trazer com que esses espaços
8247 seja usado, tanto para a participação, quanto para evitar que crianças e
8248 adolescentes se coloquem em situação de risco. Proposta 10 - Incentivar o acesso
8249 de crianças e adolescentes as discussões na esfera legislativa, oportunizando a
8250 sua participação ativa e colocando em pauta as suas propostas e demandas, por
8251 meio de criação de parlamento jovem, comissão parlamentar jovem nas câmaras
8252 municipais, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional a fim de promover o
8253 debate sobre a garantia de direitos e responsabilidades dos jovens e adolescentes
8254 em articulação com os Conselhos de Direito, Sociedade Civil e demais parceiros,
8255 obrigada."

8256

8257 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8258 **Sociedade Civil)** – Muito bem, parabéns Ana Rita Silva Magalhães. Não é fácil e
8259 esses dois adolescentes, o Flávio e a Ana Rita que vocês estão acompanhando
8260 aqui nessa, nesse último dia de Conferência, representa aquilo que cada um e
8261 cada uma que deseja para a sociedade brasileira, que eles tenham voz,
8262 protagonismo, que possam pensar e elaborar suas propostas aqui nesse momento



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8263 de pandemia são representações de milhões de crianças e adolescentes desse
8264 país. Não são privilegiados, muito pelo contrário, assumiram a partir do processo
8265 democrático eleitoral das suas bases esse desafio que a contribuir com nós
8266 adultos que temos uma visão muito estreita desse procedimento, chamam a toda
8267 sociedade a quebrar esse paradigma, as crianças e adolescentes, assim tem
8268 condição de ser autônomos e independentes, poder pensar a sua própria condição
8269 de vida no momento específico em que se encontram de faixa etária e eu quero
8270 parabenizar, é uma honra e tê-los aqui comigo no dia de hoje. Vocês representam
8271 todo uma luta histórica que não é minha, não é dos Conselheiros atuais, mas vem
8272 de longa data infelizmente conseguimos superar essa barreira. Então nós
8273 encerramos as 25 propostas prioritárias, quero lembrar que apesar de serem
8274 prioritárias as 564 continuam valendo, ok? Muito desafio por aí. Entramos agora
8275 na fase das moções, nós tivemos mais de 30 moções, um grande debate também,
8276 nós acompanhamos virtualmente esses debates e conforme diz o nosso
8277 Regimento aquelas que tiveram 50% mais um dos votos válidos foram
8278 consideradas aprovadas e são essas que nós passaremos a ler agora. As moções
8279 não são palavras ao vento, quero lembrar é uma marca política que agrega a
8280 essas 564 propostas, não são palavras que de indignação de apoio, eu quero
8281 parabenizar, eu quero rejeitar não, é o contrário, é a voz da sociedade brasileira
8282 que nesse encontro que nós realizamos a 11ª Conferência fica registrado tudo
8283 aquilo que poderia ter sido avançado e não foi ou tudo aquilo que deveria ter se
8284 mantido e regrediu, bem como aquilo que nós fizemos e todos nós a sociedade
8285 brasileira está de parabéns. Então esse registro que as moções na política
8286 significam, não são palavras ao vento, é muito pelo contrário. Então eu passo de
8287 agora, nós vamos dividir cada um aqui recebeu uma quantidade de moções,
8288 porque é claro, a mesa ela é democrática, ninguém centraliza e essa perspectiva
8289 de uma sociedade justa e igualitária, farei a leitura da moção 1 ao 8. " *Moção*
8290 *aprovada número 1, proponente Paulo Gerson Borges de Carvalho, Santa*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8291 *Catarina. Moção de apoio, venho por meio desta ressaltar o empenho dos*
8292 *profissionais da educação desse país, que assim como os pais ou responsáveis*
8293 *por crianças e adolescentes não pouparam esforços para garantir a continuidade*
8294 *do ano letivo em um processo complicado, migrando do ensino tradicional para o*
8295 *ERE, Ensino Remoto Emergencial, amparados pela Portaria nº 544 de 17 de*
8296 *junho de 2020, a qual estendeu até quando durar a situação de pandemia no país,*
8297 *tenho que mencionar aqui o esforço de todo esse SGD, Sistema de Garantia do*
8298 *Direito de Crianças e Adolescentes. CONANDA, CEDICA, CNDCA, Ministério*
8299 *Público, Conselhos Tutelares e todas as Secretarias que compõe essa rede ao*
8300 *elaborar planos de contingência e também se reunirem de forma remotas para não*
8301 *deixar o público infanto-juvenil desse país desamparado, ao propor várias frentes*
8302 *de trabalho, inclusive, situação de não atendimento por parte do poder público, o*
8303 *usar o FIA, que é o Fundo da Infância, para suprir necessidades oriundas e*
8304 *resultantes do Covid-19. Moção aprovada 2 - Proponente, Luciano Antunes de*
8305 *Moura, Distrito Federal, moção de apoio, parabenizanos a Secretaria-Executiva*
8306 *pelo excelente trabalho à frente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e*
8307 *do Adolescente, CONANDA, pelo excelente trabalho na 11ª Conferência Nacional*
8308 *dos Direitos da Criança e do Adolescente. Moção aprovada 3 - Proponente, Emily*
8309 *Raiane Coelho Silva do DF, moção de apoio Parabenizando a Secretaria Nacional*
8310 *dos Direitos da Criança e do Adolescente, que implantou a escola nacional dos*
8311 *Direitos da Criança e do Adolescente indica, importante ferramenta de formação e*
8312 *capacitação do sistema de garantia de direitos. Moção aprovada 4 - Proponente,*
8313 *Emily Raiane Coelho Silva, DF, moção de apoio parabenizamos a Secretaria*
8314 *Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela gestão do sistema de*
8315 *informação para infância e adolescência, importante ferramenta para a política da*
8316 *criança e do adolescente. Moção aprovada 5 - Proponente, Marco Antônio Soares*
8317 *de São Paulo, moção de apoio, moção de apoio alaicidade e adversidade*
8318 *curricular e de gênero, como pressupostos para qualidade social e a inclusão nos*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8319 *sistemas educacionais. Moção aprovada 6 - Proponente, Marco Antônio Soares de*
8320 *São Paulo, moção de apoio, moção de apoio a regulamentação imediata do*
8321 *FUNDEB, permanente e em defesa de mais recursos públicos para escola pública*
8322 *inclusiva e de qualidade. Moção aprovada 7 - Proponente, Marco Antônio Soares*
8323 *de São Paulo, moção de repúdio, moção de repúdio à privatização e a*
8324 *mercantilização da educação pública, inclusive, em âmbito da reforma*
8325 *administrativa PEC 32/2020 e pela aprovação do custo aluno qualidade, CAQ.*
8326 *Moção aprovada 8 - Proponente, Marco Antônio Soares São Paulo, moção de*
8327 *apoio, moção de apoio à escola pública, universal, regular, gratuita, democrática e*
8328 *desmilitarizada. Passo a palavra para a continuidade da leitura de moções, a partir*
8329 *da moção 9, o Conselheiro Luciano."*

8330

8331 **Sr. Luciano Antônio de Moura (Conselheiro do CONANDA, representante do**
8332 **Governo Federal) – "Moção aprovada 9 - Proponente, Deila N. Martins**
8333 *Cavalcante, Pernambuco. Repúdio, manifestação de repúdio à terceirização e*
8334 *implementação de modelos alternativos alciance no estado de Minas Gerais ao*
8335 *estabelecer sistemas de cogestão ou metodologias da Associação de Proteção e*
8336 *Assistência aos condenados, no atendimento socioeducativas estadual tendo em*
8337 *vista que fere os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente*
8338 *e no SINASE e na democracia participativa ao não submeter as propostas, aos*
8339 *conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, movimentos sociais e*
8340 *Sociedade Civil Organizada. Moção aprovada 10 - Proponente Jucilei Barbosa*
8341 *Rodrigues do Pará, repúdio, está moção e de repúdio ao Governo Brasileiro, ao*
8342 *Governo do estado do Pará e ao governo do município de Abaetetuba que estão*
8343 *autorizando a instalação de um terminal de uso privado pela Empresa*
8344 *Multinacional Cargil, em território de projeto de assentamento agroextrativista na*
8345 *região das ilhas do município de Abaetetuba, estado do Pará. Moção aprovada 11*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8346 - Proponente Maria de Moraes Angélica, Santa Catarina, repúdio, trata-se de
8347 manifestação de repúdio ao teor do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020
8348 que institui a Política Nacional de Educação Especial. Moção aprovada 12 -
8349 Proponente Maria Angélica Pimenta, Santa Catarina, apoio trata-se de
8350 manifestação de apoio a todos os profissionais de saúde que vem dedicando sua
8351 vida em prol da saúde e as vítimas da Covid-19. Moção aprovada 13 - Proponente
8352 Maria Angélica Pimentas Santa Catarina, apoio, que o Senado Federal inclua na
8353 pauta de discussão sobre o projeto de lei do plano nacional de vacinação contra a
8354 Covid-19 para receber a vacina no primeiro grupo, os profissionais de Assistência
8355 Social e Conselheiros Tutelares, uma vez que estes não deixaram de atender às
8356 demandas e por consequência, muitos adoeceram nos planos de contingência
8357 estão como linha de frente para a garantir o acesso aos serviços que durante a
8358 pandemia não parou, são grupos de risco e por consequência do contexto devem
8359 ser incluídos assim como os profissionais de saúde, grupos de risco, doentes
8360 crônicos, indígenas e grupos quilombolas. Moção aprovada 14 - Proponente
8361 Regina Coeli Kalil Lustosa Leão, Rio de Janeiro, apoio, apoio de forma
8362 incondicional a implementação do CPIR ACT em todos os municípios e para todos
8363 os Conselhos Tutelares do Brasil, também reforçamos a recomendação deliberada
8364 pelo CONANDA aos prefeitos e também as Câmaras Municipais que façam os
8365 investimentos necessários particularmente quanto a estrutura das instalações,
8366 equipamentos e manutenção, capacitação dos Conselheiros Tutelares e de
8367 dotação orçamentária para incluir o CPIR e a CT definitivamente na política de
8368 atendimento à criança e ao adolescente de todos os municípios do Brasil,
8369 subsidiando assim o Sistema de Garantia de Direitos. Moção aprovada 15 -
8370 Proponente Alzira Aparecida Santos, Minas Gerais, apoio dos Delegados e
8371 Delegadas que a baixo subscrevem solicitam que após ouvir do soberano Plenário
8372 dessa 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente se
8373 envie moção de apoio, apelo a implantação de delegacias especializada de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8374 *atendimento ao adolescente vítima em qualquer situação e o autor de ato*
8375 *infracional em Governador Valadares, Minas Gerais. Moção aprovada 16 -*
8376 *Proponente Iolete Ribeiro da Silva, Amazonas. Repúdio, a presente moção tem*
8377 *por objetivo repudiar as ações que dizem respeito a regulamentação, a aquisição*
8378 *e implementação de uso de tecnologias não letais, armas menos letais no*
8379 *atendimento socioeducativo." Passo a palavra ao adolescente Flávio para a*
8380 *continuidade da leitura.*

8381

8382 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos (Representante do Conselho Estadual dos**
8383 **Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas) – "Moção aprovada 17 -**
8384 *Proponente Glicia Tais Salmeron de Miranda, repúdio, moção de repúdio aos*
8385 *projetos de lei em todas as esferas de poder que visam implantar e autorizar o*
8386 *ensino domiciliar como alternativa de garantia para educação de crianças e*
8387 *adolescentes no país. Inconstitucionalidade, violação a doutrina da proteção*
8388 *integral nos termos da convenção sobre direitos da criança, a Constituição Federal*
8389 *e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Moção aprovada 18 - Proponente*
8390 *Felipe Vinícius Mendonça da Silva, Ceará, apoio, reivindicar ao Governo do*
8391 *Estado do Ceará e a superintendência do Sistema Estadual de Atendimento*
8392 *Socioeducativa do Ceará como medida de garantia da proteção integral de*
8393 *adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas em concordância com*
8394 *as Leis nº 12.318 de 26 de agosto 2010 e nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 a*
8395 *imediata realização de Concurso Público para o Sistema Estadual de Atendimento*
8396 *Socioeducativas do Ceará. Moção aprovada 19 - Proponente Marcela Rolim e Ana*
8397 *Angélica do Distrito Federal, apoio, reconhecimento da importância da Política de*
8398 *Assistência Social e do SUAS na proteção social de criança e de adolescentes a*
8399 *partir do trabalho social com famílias. Moção aprovada 20 - Proponente Taís*
8400 *Nascimento Dantas de São Paulo, repúdio, moção de repúdio ao Decreto*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8401 *Presidencial nº 10.003 de 2019 que enfraquece o CONANDA, viola democracia e*
8402 *absoluta prioridade dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Moção aprovada 21 -*
8403 *Proponente Taís Nascimento Dantas de São Paulo, repúdio, moção de repúdio ao*
8404 *Decreto Presidencial 10.502/2020 que impõe a exclusão de crianças e*
8405 *adolescentes com deficiência na educação. Moção aprovada 22 - Taís*
8406 *Nascimento Dantas de São Paulo, repúdio a postura do estado brasileiro frente à*
8407 *crise ambiental e mudanças climáticas. Moção aprovada 23 - Proponente Taís*
8408 *Nascimento Dantas de São Paulo, trata-se de moção de repúdio a não aplicação*
8409 *de recursos para Políticas Públicas voltadas a infância e adolescência e o corte de*
8410 *investimentos sociais. Moção aprovada 24 - Proponente e Marco Antônio Soares*
8411 *de São Paulo, moção de repúdio ao incentivo ao trabalho infantil contrariando*
8412 *Legislações Nacional e acordos internacionais." Passo a palavra para Ana Rita*
8413 *para dar continuidade à leitura das emendas das moções.*

8414

8415 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Representante escolhida pela plataforma**
8416 **virtual) – "Moção aprovada 25 - Proponente Graciele Silva de Matos, repúdio,**
8417 **moção de repúdio referente ao Decreto 9.759 de 2019, de 12 de abril, que**
8418 **instiguiu, e limitou a atuação dos órgãos colegiados em nível de Governo Federal**
8419 **desdobrando para o impacto estadual e municipal da participação social através**
8420 **dos Conselhos de Políticas Públicas e de Direito. Moção aprovada 26 -**
8421 **Proponente Ademir de Panes, Delegada, Santa Catarina, apoio, parabenizo o**
8422 **CONANDA e a todos os envolvidos pelo esforço em realizar a 11ª Conferência**
8423 **Nacional da Criança e Adolescente, mesmo em meio a pandemia colocando a**
8424 **preocupação com a criança e adolescente em primeiro lugar. Não permitindo que**
8425 **o período atual interrompesse o trabalho que já vem sendo realizada para garantia**
8426 **desses direitos, sendo que mesmo que sendo por meio virtual não mediram**
8427 **esforços. Moção aprovada 17 - Proponente Bárbara Maria Souza Matos, Rio de**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8428 *Janeiro, repúdio, nós conferencistas presentes na 11ª Conferência Nacional dos*
8429 *Direitos da Criança e do Adolescente realizada no dia 26 de novembro a 10 de*
8430 *dezembro de 2020 de forma virtual, repudiamos a decisão do Governo do Estado*
8431 *do Rio de Janeiro de realizar a função da Fundação Para Infância e Adolescência*
8432 *com a Fundação da Leão, a FIA, Rio de Janeiro, mantém uma rede conveniada de*
8433 *entidades representativas da Sociedade Civil, responsáveis pelo atendimento às*
8434 *crianças e adolescentes de situação de violência. Macras, Abrigamos para*
8435 *crianças em situação de risco e com deficiência em defesa da proteção integral de*
8436 *criança e adolescente, as duas fundações possuem públicos e finalidades*
8437 *distintas, sendo assim e de responsabilidade do estado assumir financeiramente*
8438 *as ações da média e alta complexidade em conjunto com os municípios, por esta*
8439 *razão a função colocada em risco a continuidade de ações que são essenciais*
8440 *para garantir o direito de crianças e adolescentes. Moção aprovada 28 -*
8441 *Proponente Renan Ferreira, repúdio, apoio a contratação de aprendizes pela*
8442 *Administração Pública a nível municipal. Moção aprovada 29 - Proponente Renan*
8443 *Ferreira, apoio que o Governo e Federação não altere a SBO e o QBQ de maneira*
8444 *que gere prejuízos à aprendizagem profissional. Moção aprovada 30 - Proponente*
8445 *e Renan Ferreira, apoio preservação das Políticas Públicas da aprendizagem*
8446 *profissional. Moção aprovada 31 - Proponente Efrázia Maria Souza das virgens,*
8447 *Ana Paula da Silva Rodrigues, Davi Sousa Martins e Saturnina Pereira da Silva,*
8448 *Rio de Janeiro. Repúdio, por ocasião da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da*
8449 *Criança e do Adolescente apresentamos moção de repúdio aos homicídios de*
8450 *crianças e adolescentes destacando a grande letalidade provocada por ações de*
8451 *agentes dos estados, fazendo apelo público para revisão da Política Estadual da*
8452 *Segurança Pública, visando a preservação das vidas especialmente de crianças e*
8453 *adolescentes no Brasil e no estado do Rio de Janeiro." Passo a palavra para o*
8454 *professor Marco para a continuidade dos trabalhos. E*

8455



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8456 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8457 **Sociedade Civil)** – Muito bem, parabéns Ana Rita. Quero lembrar aqui que todas
8458 essas lidas que nós vemos aqui, 31 foram as aprovadas, 51% mais um dos votos
8459 válidos, o que nós lemos são as ementas, é o resumo do texto do conteúdo da
8460 integra, e ele será disponibilizados nos canais de comunicação do CONANDA,
8461 aqui não é possível ler todos os textos, até por conta do tempo e as condições que
8462 nós nos encontramos aqui na tecnologia. Bom, então, dito isso, nós já vamos nos
8463 encaminhamos para encerrar essa mesa. Gostaria então, aqui de saldar a todos e
8464 todas que me acompanham e vou passar a palavra então, para os adolescentes
8465 para uma breve saudação, o Luciano que representa, que o conselheiro
8466 representante do Governo Federal e aí nós encerramos para a próxima mesa, ok?
8467 Então, quero chamar aquilo ao Flávio para fazer suas considerações finais na
8468 seqüência a Ana Rita, depois do Luciano e aí encerramos por aqui, ok? Então,
8469 com a palavra Flávio, por favor.

8470

8471 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos (Representante do Conselho Estadual dos**
8472 **Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas)** – Eu queria novamente
8473 agradecer a todos os proponentes, como alguém de uma juventude, como
8474 membro da juventude, que como o Marquinhos falou a gente vem aqui com a
8475 responsabilidade de fazer uma representação de milhões e vocês ajudam e saber
8476 que essa rede existe, a importância da existência dessa rede, é saber que muito
8477 dos nossos problemas e dos problemas que são maiores, que não são só
8478 pessoais, mas são coletivos, mas que são de grupos sociais, mas que são das
8479 nossas regiões e que são projetos políticos antigos e que, são políticas que são
8480 feitas para complicar e para tornar a vida dos jovens mais difícil dessa grande
8481 população, dessa massa populacional. Chegar a aqui, em saber que existe toda
8482 uma rede composta por proponentes que fazem propostas como essa, que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8483 colocam para fora, que externalizam essas idéias incríveis que podem e vão nos
8484 beneficiar com o apoio de todas as instituições, de todos os mecanismos é um
8485 sentimento muito bom. Então eu queria agradecer, parabenizar e é nisso. A todos
8486 os proponentes e a todos que participaram dessa 11ª Conferência.

8487

8488 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8489 **Sociedade Civil)** – Muito bem, parabéns Flávio. Agora com a palavra para fazer
8490 as considerações finais a adolescente Ana Rita, por favor.

8491

8492 **Sra. Ana Rita Silva Magalhães (Representante escolhida pela plataforma**
8493 **virtual)** – Primeiramente eu queria agradecer a todos vocês, queria agradecer ao
8494 CONANDA novamente, queria agradecer à equipe da FLACSO, queria dizer que
8495 se vocês isso não teria acontecido. Queria agradecer as pessoas que enfatizaram
8496 essas propostas, que deram essas idéias incríveis como o Flávio falou. É bom
8497 saber que a nossa voz está sendo ouvida cada vez mais, é bom saber que a gente
8498 está em um espaço que a gente pode atuar, que a gente pode dar novas
8499 propostas, que a gente pode exercer as nossas idéias, que a gente pode ser do
8500 jeito que a gente quiser. É bom saber que mais uma vez na 11ª Conferência
8501 Nacional, nós estamos na mesa, nós estamos representando todas as crianças e
8502 adolescentes do Brasil para que eles possam ter os seus direitos garantidos todos
8503 os dias, todas as horas e que cada minuto uma criança e o adolescente de seus
8504 direitos negados em cada estado e em cada município do nosso Brasil. Agradecer
8505 novamente, obrigado.

8506



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8507 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8508 **Sociedade Civil)** – Muito bem, parabéns Ana Rita, é uma honra mais uma vez.
8509 Passar a palavra para o representante do Governo Federal Luciano para as
8510 considerações finais.

8511

8512 **Sr. Luciano Antônio de Moura (Conselheiro do CONANDA, representante do**
8513 **Governo Federal)** – Eu confidenciava a pouco com o Conselheiro Professor
8514 Marco, que nós estamos diante de um fato histórico é motivo de muito orgulho, de
8515 muita emoção poder compor uma mesa de uma Conferência Nacional ombreado a
8516 adolescentes como Flávio e Ana Rita. É muito orgulho poder fazer parte de uma
8517 mesa onde os adolescentes que são os protagonistas podem estar aqui conosco,
8518 falando do seu direito, falando da sua aspiração. Então nós podemos dizer não é
8519 professor Marco, nós vivemos para viver isso e nós fizemos parte de adolescentes
8520 que vão mudar a história dessa nação. E nas minhas considerações finais do
8521 gostaria de lembrar o Artigo 227 da Constituição Federal que em suma ele diz:
8522 que o adolescente e a criança são prioridades absolutas. E dentro dessa rede de
8523 proteção a planilha parte relevante dessa rede de proteção. E o Ministério da
8524 Mulher da Família dos Direitos Humanos, tem trabalhado de maneira hercúlea
8525 para fortalecer os vínculos familiares, que por fim o objetivo é proteger a criança e
8526 todo o sistema de garantia de direitos, obrigado.

8527

8528 **Sr. Marco Antônio Soares (Conselheiro do CONANDA, representante da**
8529 **Sociedade Civil)** – Obrigado Conselheiro Luciano. Bem, então vamos chegando
8530 ao fim, eu quero fazer aqui também uma breve saudação a Sociedade Brasileira, o
8531 que vocês veem nesse momento é uma ação que se concretiza depois de
8532 décadas de muito esforço. É óbvio que nós todos temos e podemos colocar olha,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8533 nós podemos avançar nisso, podemos aperfeiçoar aquilo. Ótimo, excelente e
8534 assim que tem que ser. O mundo e ele tem conjunturas e cada vez que essa
8535 realidade vai sendo alterada nós temos que rever as nossas posições. Importante
8536 é que o CONANDA é um patrimônio da sociedade brasileira, ele, como eu havia
8537 dito representa a Central Única dos Trabalhadores, ele não é nosso, eu sou
8538 professor, a minha base é da CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores
8539 em Educação. O CONANDA não é nosso, o CONANDA não é de Governo, o
8540 CONANDA é um patrimônio da sociedade brasileira, mas é óbvio que são
8541 pessoas, não é entidade abstrata, são pessoas, organizações, que é com muita
8542 luta cada um passando o bastão por outro, vai avançando na luta. Nesse período
8543 que nós estamos concluindo nesse mês de dezembro essa gestão da Sociedade
8544 Civil, nós infelizmente estamos em um impasse jurídico, mas eu gostaria de
8545 anunciar brevemente o que o nosso Secretário Executivo Lucas já começou a
8546 finalizar o trabalho dessa gestão, apesar de tudo, apesar de tudo que aconteceu
8547 acredito que todos os militantes aqui já tem conhecimento, nós tivemos até o
8548 presente momento e ainda temos a última Assembleia, não é? A próxima semana
8549 é a última Assembleia dessa gestão? 2.037 ações, apesar de tudo e de todos,
8550 2.037 ações que dia de hoje vocês todos e todas podem perceber que a
8551 sociedade avançou em muitos aspectos e regrediu em outros e, portanto, o
8552 CONANDA que é um patrimônio da sociedade brasileira não pode e não deve se
8553 esvair e ficar no limbo, quero fazer dois apelos aqui para encerrar a nossa
8554 participação, dois apelos e são apelo simples e singelos, fraternos, inclusive,
8555 solidários. Eu gostaria imensamente de fazer um apelo para o Executivo, que
8556 reveja o Decreto, retire esse impasse jurídico do Supremo Tribunal Federal, essa
8557 Conferência como outras ações que nós tivemos foram construídas
8558 paritariamente, inclusive, quando Sociedade Civil tem a maioria poderíamos impor
8559 a nossa vontade no voto democrático do Conselho, mas nós não fazemos isso,
8560 essa não é a primeira vez. Quem tem experiência em Conselhos nesse país e nós



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8561 estamos falando para militância, sabe o que eu estou dizendo. Você pode impor a
8562 sua vontade e lá na frente a coisa não se concretiza. Então exercer o poder por
8563 conta da maioria, esmagar a minoria não é da democracia e igualitária,
8564 participativa, muito pelo contrário, nós já vimos esse filme antes. Então o
8565 CONANDA não a nossa, não é meu, não é dos demais da organização da
8566 Sociedade Civil, é do povo brasileiro. Esse é o primeiro apelo. Segundo apelo
8567 também para terno e solidário, que o Supremo Tribunal Federal, não deixe que
8568 nós, nós que eu digo a instituição CONANDA entre em janeiro sem ter o Conselho
8569 definido, que vai acontecer com os Conselhos? Deveríamos ter eleição? Não
8570 temos. Está lá judicializado, todos os argumentos que a Sociedade Civil utiliza
8571 para fazer a sua reflexão obedecer a ouvidos. Peço aqui ao Ministro Barroso, ao
8572 Presidente Fux, que não ajude as organizações da Sociedade Civil, mas ajude a
8573 criança e adolescente desse país. O resultado dessa 11ª Conferência demonstra
8574 que sem o CONANDA a sociedade brasileira enfraquece, a democracia
8575 enfraquece, a sociedade igualitária, justa e fraterna enfraquece, são esses dois
8576 apelos que eu gostaria de fazer e acredito pelo companheirismo que tenho dos
8577 outros, das outras organizações nessa gestão, que não é pedir demais, não é
8578 pedir de mais, nós estamos aqui afinal, porque muito antes de nós também
8579 ocuparam esse lugar e construíram essas políticas, que fazem com que o
8580 Governo, com que o estado brasileiro, na verdade, não o Governo, mas o estado
8581 brasileiro seja um estado referência nessa política nacional, internacional, na
8582 América Latina. Nós temos muito, muito conquistado para que um órgão como
8583 esse, fique sem existir, fique sem a sua funcionalidade. O nosso trabalho, quero
8584 lembrar para aqueles que lembram o contrário, não tem conhecimento, o nosso
8585 trabalho é voluntário. Então ele chega nesse momento em que nós estamos na
8586 última Assembleia de dezembro, que seria na próxima semana e tudo isso que
8587 nós fizemos, que se consagra nesse momento aqui, o Flávio e a Ana Rita, que
8588 estão presentes aqui, pode ficar letras mortas, porque o Conselho afinal de contas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8589 ele não existe, sem a Sociedade Civil não adianta ter Governo e o contrário
8590 também é verdadeiro. Então esses dois apelos, que nós possamos sair mais forte
8591 dessa crise, tanto a crise interna que se colocou, quanto à crise da pandemia,
8592 vamos ter que sair mais forte, aqui não é A contra B, B contra C, não é quem
8593 melhor, e quem é pior. Somos todos sociedade brasileira, todos e é por isso que
8594 nós estamos aqui nesse momento, simbólico, histórico dizendo como a sociedade
8595 brasileira apesar da pandemia pode exercer o seu poder democrático, 564
8596 propostas, mas de 30 moções. Nesse momento que não se desfaz essa mesa,
8597 nós teremos aqui a posse do CPA, histórico nesse país e no planeta é muito para
8598 se perder por conta de picuinhas, de vaidades é muito a perder. Então quero aqui
8599 agradecer imensamente a todos e todas, agradecer o Luciano, o Luciano, nós
8600 fomos a aprender, não é? Aos pouquinhos também, nos conhecemos, sabendo
8601 que apesar das nossas divergências nós não somos inimigos, é o contrário,
8602 agradecer a Ana Rita, agradecer Flávio, agradecer a todos que o companheiro da
8603 mesa cerimônia já na abertura fez isso, a todos os trabalhadores e trabalhadoras,
8604 um forte abraço e a mesa se desfaz aqui, muito obrigado.

8605

8606 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado. Senhoras e senhores, crianças e
8607 adolescentes nesse momento o CONANDA abre espaço na 11ª CNDCA para a
8608 realização da cerimônia de posse dos integrantes do Comitê de Participação do
8609 Adolescente CPA CONANDA gestão 2020/2022. A Resolução 191/2017 instituiu o
8610 mecanismo permanente de participação social de adolescentes no CONANDA.
8611 Documento tem por objetivo de garantir aos adolescentes o direito de serem
8612 ouvidos de participarem das decisões que lhe digo respeito de acordo com a sua
8613 idade e maturidade. Disposto na convenção sobre os direitos da criança da
8614 Organização das Nações Unidas, ONU. Bem como promoveu seu protagonismo e
8615 participação nos espaços de convivência e de construção da cidadania processo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas, como prever o Plano Decenal dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes e o objetivo ainda concretizar as propostas aprovadas na 9ª e 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A estratégia prevista na Resolução nº 191/2017 inclui a promoção de mecanismos de participação de adolescentes nos Conselhos Estaduais e Distrital. Em acordo com o disposto na Resolução 159 do ano de 2013 que dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços e discussão relacionada ao Direitos de Crianças e Adolescentes em conformidade com o objetivo estratégico 6.1 do eixo 3, do Plano Decenal dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes. As resoluções sobre a participação de adolescentes nos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal e dos Direitos da Criança e do Adolescente consagro estratégia de participação permanente de adolescentes no âmbito dos Conselhos. A construção da política iniciou-se com as experiências do G 8, G 27 e do G38 na organização das últimas Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA entendeu necessário o aprimoramento e a expansão da participação de adolescentes nas suas atividades, instituída, passos permanentes e mais adequados para esse fim por meio da Resolução. Integram o CPA do CONANDA adolescentes indicados pelos conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos estados do Distrito Federal, dos estados e do Distrito Federal adolescentes selecionados pela plataforma virtual e pelo edital de entidade de grupo diversos. Nesse momento convidamos a Sra. Iolete Ribeiro, Presidenta do CONANDA para coordenar os trabalhos dessa mesa e sempre com apoio da Sra. Petrúcia Andrade a quem também convidamos a fazer parte da mesa. Nesse momento passamos a palavra para a senhora Iolete Ribeiro



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8643 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8644 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Eu saúdo a todos os adolescentes, as
8645 adolescentes, esse é um momento muito importante para o CONANDA, porque é
8646 um momento em que a gente consolida uma luta que iniciou há muito tempo e que
8647 começa a se concretizar com aprovação de uma Resolução em 2017, mas que
8648 integralmente começa a ser cumprida nesse momento. Então, esse é um
8649 momento de muita emoção, porque é uma conquista que a gente entende que é
8650 muito importante. Então, saúdo todas as adolescentes e os adolescentes que
8651 participaram desse momento agora nessa cerimônia. Eu passo a palavra para a
8652 Conselheira Petrúcia.

8653 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8654 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Bom dia. Em especial
8655 todos os participantes dessa Conferência, quem está nos acompanhando nas
8656 redes sociais, mas esse momento é muito especial para quem eu sou da
8657 sociedade, oriunda da Sociedade Civil, vinda, trabalhando há mais de 40 anos e
8658 em 2005, na 6ª Conferência, estávamos acompanhando da Casa de Apoio da
8659 Cidade de Contagem, na 6ª Conferência, onde essa questão da participação do
8660 adolescente foi trabalhada. Então, para nós, hoje no Governo, para nós é o
8661 momento emocionante poder está trazendo essa realidade para que os
8662 adolescentes possam estar trabalhando, contribuindo na participação cidadã,
8663 colaborativa como o Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente,
8664 propondo políticas para esse público, muito obrigada.

8665 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8666 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Então, nesse momento eu vou fazer a
8667 leitura dos integrantes do CPA por estado, e a gente começa falando adolescente
8668 titular pelo estado do Acre, é Natália Maria Nascimento dos Santos, ela foi
8669 indicada pelo Conselho Estadual.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8670 **Sra. Natália Nascimento dos Santos (Conselho Estadual/ Acre)** – Olá, meu
8671 nome é Natália Santos, eu tenho 16 anos, sou representante do estado do Acre e
8672 o meu compromisso com o CPA, é mostrar que toda criança ou adolescente tem
8673 sim lugar de fala e que eles devem sim, lutar pelos seus direitos.

8674 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8675 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Bom, agora eu faço a leitura dos
8676 suplentes do estado do Acre, esses suplentes foram indicados pelo Conselho
8677 Estadual, são: Samuel Almeida Almeida Veras; Maiane Maria Nascimento dos
8678 Santos e Cristiele da Silva Batista.

8679 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8680 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Titulares do estado de
8681 Alagoas: Flávio Henrique Silva Santos, foi indicado pelo Conselho Estadual,
8682 esteve conosco ainda há pouco. Pedro Lorena Oliveira Filho, que foi selecionado
8683 pela plataforma virtual.

8684 **Sr. Flávio Henrique Silva dos Santos (Conselho Estadual/Alagoas)** – Oi, eu
8685 sou o Flávio, eu sou de Alagoas eu represento o meu estado no CPA. A minha
8686 meta com o CPA é conseguir representar todos os adolescentes até o das
8687 realidades que não faço parte, tentando entender melhor cada uma das relações
8688 no nosso país, da juventude e usar da plataforma da melhor maneira que eu
8689 poder.

8690 **Sr. Pedro Oliveira (Rio Largo/Alagoas)** – Meu nome é Pedro Oliveira, sou de Rio
8691 Largo, Alagoas, e meu compromisso com CPA é estar representando os
8692 adolescentes de Alagoas e participar na formulação e execução das Políticas
8693 Públicas voltadas à juventude. E representar você jovem, independente de raça,
8694 cor, crença, classe social ou princípio.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8695 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8696 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Estou lendo agora o suplente do
8697 estado de Alagoas, o meu estado de nascimento: Ana Melissa Buarque de
8698 Carvalho Santos.

8699

8700 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8701 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Titular do estado do
8702 Amazonas, Ramon Ferreira Lima, ele foi indicado pelo Conselho Estadual.

8703 **Sr. Ramon Ferreira Lima (Conselho Estadual/Manaus)** – Oi, o meu nome é
8704 Ramon Ferreira, tenho 16 anos só de Manaus representando estado de
8705 Amazonas. O meu compromisso com o CPA é lutar por mais voz de adolescentes
8706 nas Políticas Públicas e nos mostrar presentes cada vez mais e lutar cada vez
8707 mais pelos nossos direitos, porque geralmente vimos muitos adultos falando sobre
8708 adolescente e não vemos adolescente falando sobre o próprio adolescente, muito
8709 mais mesmo voz para falar o que nós precisamos mesmo e a nossa luta cada vez
8710 mais.

8711

8712 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8713 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado do Amapá, Yan
8714 Victor Maciel Cardoso, indicado pelo Conselho Estadual.

8715 **Sr. Yan Victor Maciel Cardoso (Conselho Estadual)** – Olá, eu me chamo Yan
8716 Victor, tenho 16 anos, moro no estado do Amapá e represento todas as crianças e
8717 adolescentes do meu estado. O meu papel e o meu compromisso é articular junto
8718 com outras crianças e adolescentes a garantia de direitos diante dos governantes,
8719 garantir o direito ao lazer, saúde, segurança e principalmente à educação, onde



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8720 aqui no meu estado, há muitas crianças e adolescentes fora da sala de aula. E
8721 também a inclusão de todas as pessoas, crianças e adolescentes possibilitando a
8722 melhoria para nós, que somos o futuro do Brasil. Um abraço.

8723 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8724 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA) –** Suplentes do estado do
8725 Amapá, indicado pelo Conselho Estadual, é o Tailon José Souza Tavares.

8726 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8727 **Criança e do Adolescente, CONANDA) –** Agora titulares pelo estado da Bahia
8728 Daniel do Sacramento Almeida, indicado pelo Conselho Estadual, Leoni Guilherme
8729 da Cruz Salustiano, selecionada pela plataforma virtual, Jennifer de Jesus Silva,
8730 que é representante da Associação Humana Povo para o Povo Brasil Pessoas do
8731 Campo. Pertencente as famílias assentadas pela Reforma Agrária, pertencente à
8732 família de agricultores selecionada pelo Edital de entidades de grupos diversos.

8733 **Sr. Daniel do Sacramento Almeida (Conselho Estadual) –** Boa tarde gente. O
8734 meu nome é Daniel, eu tenho 15 anos, participo do CPA estadual desde meus
8735 doze anos, eu sou do interior da Bahia, de Itapetininga e o meu compromisso com
8736 o CPA é representar os Direitos da Criança e do Adolescente, mostrar que nós
8737 temos direito a voz, de participar do meu futuro, eu quero aprender muito com
8738 essa experiência fantástica e poder ajudar e poder passar essa experiência que
8739 eu estou tendo para os próximos adolescentes da Bahia que vão estar aqui logo,
8740 logo.

8741 **Sra. Jennifer de Jesus Silva (Representante da Associação Humana Povo**
8742 **para o Povo Brasil Pessoas do Campo) –** Olá pessoal. Sou Jennifer Silva, tenho
8743 15 anos, sou de Massatec Ring. E o meu compromisso com CPA é representar
8744 todas as crianças e adolescentes principalmente da zona rural, para que haja
8745 melhoria na Política de Promoção de todos nós.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8746 **Sr. Graone Guilherme (São Francisco do Conde/BA)** – Oi, meu nome é Graone
8747 Guilherme, de São Francisco do Conde Bahia, e o meu papel no CPA além de
8748 lutar pelo Direito das Crianças e Adolescentes é quebrar a imagem frágil da nossa
8749 geração que foi inserida através das gerações anteriores, e pôr na mente deles, a
8750 imagem da geração que quebra padrões, que quebra o conceito retrógrado de
8751 todas as coisas que seguiram e inserir na cabeça deles também a geração de
8752 inclusão que nós temos.

8753 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8754 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Bom, suplentes do
8755 estado da Bahia e indicados pelo Governo Estadual, são: Ana Júlia de Oliveira
8756 Lima; José Marcos Fogaça Marques; Naiara Raiane Santos Moço.

8757 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8758 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares pelo Estado do Ceará: Maria
8759 Eduarda Oliveira e Silva, indicado pelo Conselho Estadual; Alex Rian Lima da
8760 Costa, selecionado pela plataforma virtual.

8761 **Sra. Maria Eduardo Oliveira e Silva (Conselho Estadual)** – Olá, o meu nome é
8762 Maria Eduarda, eu tenho 15 anos e sou do estado do Ceará. O meu compromisso
8763 com o CPA é representar os nossos jovens, seja criança ou adolescente e
8764 disseminar informações entre esses grupos, para que cada vez mais eles
8765 conheçam os seus direitos.

8766 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8767 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Suplentes do Ceará
8768 indicados pelo Conselho Estadual: Diego Gonçalves Freitas da Silva; Karoline
8769 Souza Ferreira; Antônio Davi Alves Rabelo. Suplentes selecionados pelo edital de
8770 entidades de grupos diversos, moradores de periferias e de comunidades:
8771 Thamires do Nascimento Santos representante do Projeto Comunitário Sorriso da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8772 Criança; Alexandre Thomé da Silva representante da Frente Beneficente para
8773 Criança.

8774 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8775 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares pelo estado do Espírito
8776 Santo. Titular é a Martha Valeria de Jesus Carvalho, ela foi indicada pelo
8777 Conselho Estadual.

8778 **Sra. Martha Valéria de Jesus Carvalho (Conselho Estadual)** – Olá, me chamo
8779 Martha Valéria, tenho 16 anos, mora no Espírito Santo, Cariacica. E o meu
8780 compromisso com CPA é junto às crianças e adolescentes atrás de escuta e atrás
8781 dos nossos direitos e assim construiremos muitas coisas juntos e mostrar para
8782 elas que elas não precisam ter medo de nada, que elas podem sim se expressar
8783 quando quiser, da forma que...

8784 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8785 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Suplente do estado do
8786 Espírito Santo, indicado pelo Comitê Estadual, é a Emili Medeiros Cretlhen.

8787 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8788 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares pelo estado de Goiás: Aline
8789 Ferreira da Silva indicada pelo Conselho Estadual; Safira Rodrigues dos Santos
8790 Rosa; selecionada pelo edital de Entidades de Grupos Diversos, povos e
8791 comunidades tradicionais do segmento comunidades quilombolas representante
8792 da Associação Futuro Melhor.

8793 **Sra. Aline Ferreira da Silva (Conselho Estadual)** – Olá a todos e a todas. Meu
8794 nome é Aline Ferreira da Silva, tenho 15 anos, sou de Goiânia Goiás, meu
8795 compromisso com o CPA é fazer uma boa representatividade buscando sempre a
8796 melhoria e garantia dos nossos direitos e mostrar aos adolescentes que sim



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8797 podemos ser protagonistas e exigir nosso direito a voz em espaços que são
8798 nossos.

8799 **Sra. Safira Rodrigues dos Santos Rosa (Entidades de Grupos Diversos) – Oi**
8800 pessoal. Meu nome é Safira Rodrigues, tenho 14 anos, moro em Cavalcante
8801 Goiás e o meu compromisso com o CPA é dar a voz a todas as crianças e
8802 adolescentes do meu município, do estado de Goiás e do Brasil, principalmente as
8803 crianças Calungas e quilombolas e os povos tradicionais. E acompanhar o
8804 CONANDA na elaboração e implementação das políticas voltadas às crianças e
8805 adolescentes.

8806 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de**
8807 **Promoção da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA) –.** Para a
8808 suplência do estado de Goiás, selecionadas pelo Conselho Estadual nós temos o:
8809 Guilherme Ferreira da Silva; Kauã Victor Gonçalves de Souza e Safira Rodrigues
8810 dos Santos Rosa. Suplente selecionado pelo edital de Entidade de Grupos
8811 Diversos, pessoas com deficiência, representante do Instituto Nacional de
8812 Nanismo Somos Todos Gigantes, Gabriel Iamin Nogueira.

8813 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8814 **Criança e do Adolescente, CONANDA) –** Esses sete titulares pelo estado do
8815 Maranhão: Julia Rebeca Noronha Costa, indicada pelo Governo Estadual, Ana
8816 Beatriz Diniz Silva, selecionada pelo edital de Entidades Grupos Diversos,
8817 meninas representantes da Internacional Brasil.

8818 **Sra. Ana Beatriz Diniz Silva (Entidades Grupos Diversos) –** Olá, meu nome é
8819 Ana Beatriz, tenho 15 anos, sou do município de São Luís, estado Maranhão. E o
8820 meu compromisso é representatividade com crianças e adolescentes do nosso
8821 Brasil especialmente do nosso estado do Maranhão e sim mostrar que pessoas
8822 pretas, meninos e meninas como eu, podemos ocupar cargos de grande influência



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8823 no estado no Brasil e até no mundo como agora estamos ocupando o CPA. Vou
8824 ouvir crianças e adolescentes de etnia, raça, cor, orientação sexual. Avante, para
8825 cima Maranhão CPA.

8826 **Sra. Julia Rebeca Noronha Costa (Governo Estadual)** – Oi, meu nome é Julia
8827 Rebeca, eu sou de São Luís e represento estado do Maranhão. O meu
8828 compromisso com o CPA é que juntos nós possamos lutar por espaço de
8829 participação de crianças e adolescentes menos adultos acêntricos, que nós
8830 estejamos no centro, e que além disso fazer com que a nossa voz seja escutada,
8831 respeitada e de fato, considerada.

8832

8833 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8834 **da Igualdade Racial/Vice-presidente do CONANDA)** –. Bom, vamos agora à
8835 leitura dos suplentes pelo estado do Maranhão indicados pelo Conselho Estadual
8836 é a Ana Beatriz Diniz Santos, Maria Gabrielle Medeiros Dias e Nixon Cordeiro
8837 Cotrim ou Cotrin.

8838 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8839 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Minas Gerais:
8840 Maurício Santos da Silva Damas e indicado pelo Conselho Estadual.

8841 **Sr. Maurício Santos da Silva Damas (Conselho Estadual)** – Oi, eu sou
8842 Maurício, tenho 15 anos, sou de Belo Horizonte e Minas Gerais, e o meu
8843 compromisso é representar os adolescentes de Belo Horizonte.

8844 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8845 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes do estado de
8846 Minas Gerais: é Maria Clara Felício Marinho Silva, selecionada pelo edital de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8847 Entidades de Grupos Diversos na categoria meninas representando,
8848 representante da *Childfund Brasil*.

8849 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8850 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Mato Grosso do
8851 Sul: Atena Sofia dos Santos Garcia, indicada pelo Conselho Estadual.

8852 **Sra. Atena Sofia dos Santos Garcia (Conselho Estadual)** – Oi, meu nome é
8853 Atena, sou de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. E o meu compromisso com o
8854 CPA é dar voz aos adolescentes em especial adolescentes que têm problemas
8855 com drogas e tráfico e espero ajudar dando voz a eles.

8856 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8857 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Como suplente do
8858 estado do Mato Grosso do Sul, pelo Conselho, selecionada pelo Conselho
8859 Estadual nós temos de Nicole Karoliene dos Santos Andrade.

8860 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8861 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Mato Grosso:
8862 Ana Clara de Marte Oliveira, indicada pelo Conselho Estadual.

8863 **Sra. Ana clara Marte de Oliveira (Conselho Estadual)** – Oi, meu nome é Ana
8864 Clara, eu tenho 15 anos e sou de Sorriso, represento o estado do Mato Grosso. O
8865 meu compromisso com o CPA hoje é mostrar para as crianças e adolescentes que
8866 eles têm voz, mas não só mostrar como por isso em prática, é muito bom ver que
8867 cada estado tem seu representante e cada dia nós temos lutado mais e mais para
8868 que todos adolescentes e crianças vejam o quanto tudo isso é tão importante e eu
8869 espero muito que isso dure por gerações e gerações e é por isso que eu estou
8870 aqui.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8871 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8872 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Como representante de
8873 suplente do estado do Mato Grosso nós temos selecionado pelo Conselho
8874 Estadual, nós temos o Diego Taquine de Araújo.

8875 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8876 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado do Pará, Ana Rita
8877 Silva Pamplona, ela foi selecionada pela plataforma virtual e esteve conosco na
8878 mesa anterior.

8879 **Sra. Ana Rita Silva Pamplona (Plataforma Virtual)** – Olá, meu nome é Ana Rita,
8880 sou de Itaituba no estado do Pará. O meu compromisso é que nós crianças e
8881 adolescentes podemos exercer nosso papel na sociedade e podemos ter as
8882 Políticas Públicas e os nossos direitos garantidos, eu acho que o CPA tem esse
8883 espaço, ele tem esse objetivo de colocar gente ativa e que nossa voz possa cada
8884 vez mais ser ouvida e que a gente possa falar mais, que a gente possa dar nossa
8885 opinião sobre o que está sendo discutido nestes últimos anos.

8886 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8887 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares pelo estado da Paraíba: Nidja
8888 Raila Damásio Lopes, indicada pelo Conselho Estadual; Manuella Katiacy Alves
8889 da Silva, selecionada pelo edital de Entidades de Grupos Diversos, representando
8890 povos de comunidades de terreiro, povos e comunidades de Matriz Africana
8891 representante da Casa de Cultura Ilé Asé d'Osoguiã.

8892 **Sra. Manuella Katiacy Alves da Silva (Entidades de Grupos Diversos)** – O
8893 meu nome é Manuella, eu tenho 14 anos, sou de João Pessoa, Paraíba,
8894 protagonista e representante dos povos de comunidades tradicionais e Matriz
8895 Africana e o meu compromisso com o CPA é garantia vez e voz de todos e todas
8896 as crianças e adolescentes e terreiro.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8897 **Sra. Nidja Raila Damásio Lopes (Conselho Estadual)** – Provável que estejamos
8898 vendo esse vídeo pela manhã. Então, bom-dia a todos e todas que estejam aqui
8899 presentes. Meu nome é Nidja Raila, eu tenho 16 anos e sou da Paraíba.
8900 Primeiramente eu gostaria de dizer não o meu compromisso, mas sim que estou
8901 aqui ocupando espaço que é meu por direito e que decorrente a isso o meu
8902 compromisso se tornam lutar, para que outras crianças e adolescentes tenham o
8903 mesmo direito de participação assegurada e assim possam exercer o seu
8904 protagonismo em campo enquanto crianças e adolescentes brasileiros.

8905

8906 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8907 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes indicados pelo
8908 Conselho Estadual da Paraíba: Edivanilson Ramos da Silva, João Fábio Mendes
8909 da Purificação.

8910

8911 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8912 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares do estado de Pernambuco:
8913 Joana da Conceição Santos, indicada pelo Conselho Estadual; Flávio Henrique
8914 Teixeira da Silva, selecionado pelo Edital de Entidades de Grupo Diversos,
8915 representando o segmento em situação de rua, representante da Associação
8916 Beneficente, o Pequeno Nazareno.

8917

8918

8919 **Sr. Flávio Henrique Teixeira da Silva (Edital de Entidades de Grupo Diversos)**
8920 – Olá, meu nome Flávio, moro aqui em Itamaracá Pernambuco. Meu compromisso



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8921 com a CPA é garantir que as crianças e adolescentes sejam ouvidos e
8922 representados.

8923

8924 **Sra. Joana da Conceição Santos (Conselho Estadual)** – Meu nome é Joana, eu
8925 moro na ilha de Assunção, no município de Cabrobó em Pernambuco. Meu
8926 compromisso com CPA está representando os adolescentes de Pernambuco e
8927 também me fazer presente nas Políticas Públicas criadas para criança e
8928 adolescente, porque não dá para criar Políticas Públicas para a gente se a gente,
8929 porque não sabem realmente do que precisamos.

8930

8931 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8932 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes de
8933 Pernambuco, indicado pelo Conselho Estadual: Ana Luiza Castro dos Santos;
8934 Mariama Freitas de Oliveira Santos; Andriele e Tauane Melo da Silva.

8935

8936 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8937 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado do Piauí; Raiane
8938 Borges de Araújo, indicada pelo Conselho Estadual.

8939

8940 **Sra. Raiane Borges de Araújo (Conselho Estadual)** – Olá, meu nome é Raiane
8941 Borges de Araújo, eu tenho 12 anos e sou representante do município do Piauí. E
8942 o meu compromisso com CPA é levar voz para todas as crianças e adolescentes
8943 da minha região e a ocupar o lugar que nos pertence.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8944

8945 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8946 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Titulares pelo estado do
8947 Paraná: Raul Zainedin da Rocha, indicado pelo Conselho Estadual; Stephane
8948 Monique Correia da Cruz selecionada pelo Edital de Entidades Grupos Diversos,
8949 segmento meninas, representante do Instituto Leonardo Murialdo.

8950

8951 **Sra. Raul Zainedin da Rocha (Conselho Estadual)** – Meu nome é Raul Zainedin
8952 Rocha, tenho 13 anos e sou da cidade de Irati, Paraná. O meu compromisso com
8953 CPA eu usar desse protagonismo que está sendo nos concedido em prol da
8954 efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que a nossa voz não
8955 seja apenas ouvida e sim valorizada e transformada em ação. E essa é uma
8956 oportunidade única, então acredito que juntos faremos a diferença.

8957

8958 **Sra. Stephane Monique Correia da Cruz (Edital de Entidades Grupos**
8959 **Diversos)** – Oi meu nome é Stephane Monique, eu sou de Londrina Paraná. E o
8960 meu compromisso com CPA é representada de maneira horizontal os
8961 adolescentes e crianças da minha região, contribuindo com a minha realidade e o
8962 meu conhecimento.

8963

8964 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8965 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Como suplente do
8966 estado do Paraná nós temos: Giovanni Camargo; Tafani Siqueira; Gustavo
8967 Francisco Gomez da Silva.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8968

8969 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8970 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares do estado do Rio de Janeiro:
8971 Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, indicada pelo Conselho Estadual; Talita Silva
8972 Nogueira selecionada pelo edital de Entidades de Grupos Diversos, segmentos
8973 moradores de periferias e favelas, representante da Associação Redes de
8974 Desenvolvimento da Maré.

8975

8976 **Sra. Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos (Conselho Estadual)** – Oi gente,
8977 tudo bem? Eu sou a Rebeca Cassiano, eu represento o Rio de Janeiro, no Comitê
8978 de Participação de Adolescentes, que é o CPA do CONANDA. E eu creio que o
8979 meu compromisso com CPA é sempre está cobrando os Direitos da Criança e
8980 Adolescente, a participação efetiva de crianças e adolescentes, principalmente,
8981 dentro do CONANDA e fora também como eu participo da Rede Não Bate,
8982 Eduque. Lutando sempre os direitos da criança e adolescentes e também lutando
8983 pelo orçamento, para que a gente possa ter a Política Pública efetiva de verdade,
8984 que se o orçamento não existe.

8985

8986 **Sra. Talita Silva Nogueira (Entidades de Grupos Diversos)** – Oi, eu me chamo
8987 Talita e sou da capital do Rio de Janeiro. E o meu compromisso com CPA é
8988 representa os adolescentes da minha classe social e fazer com que eles
8989 entendam a importância de sua participação em decisões Públicas e saber que
8990 eles também têm direitos.

8991



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

8992 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
8993 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes do estado do
8994 Rio de Janeiro selecionado pela plataforma virtual: Arthur Alexandre Tomaz
8995 Ferreira e Jefferson do Nascimento de Souza.

8996

8997 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
8998 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular do estado do Rio Grande do
8999 Norte: João Rafael Clementino de Melo, indicado pelo Conselho Estadual.

9000

9001 **Sr. João Rafael Clementino de Melo (Conselho Estadual)** – Olá pessoal. Meu
9002 nome é João Rafael, tem 16 anos e sou da cidade de Alto Rodrigues. Sou
9003 representante do estado do Rio Grande do Norte. E o meu compromisso com CPA
9004 é para mostrar que crianças e adolescentes têm sim, o seu lugar de fala, o seu
9005 direito de escolha e para mostrar que juntos somos mais do que adolescentes.

9006

9007 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9008 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes do estado do
9009 Rio Grande do Norte indicado pelo Conselho Estadual: Pablo Judson Garcia
9010 Pereira de Medeiros; Leticia Karen de Azevedo Costa; Maria Clara Barbosa de
9011 Souza Costa.

9012

9013 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9014 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Rondônia.
9015 Camille Vitória Oliveira dos Santos, indicada pelo Conselho Estadual.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9016

9017 **Sra. Camille Vitória Oliveira dos Santos (Conselho Estadual)** – Oi, meu nome
9018 é Camille Oliveira, tenho 15 anos e sou do estado de Rondônia. E o meu
9019 compromisso com CPA é garantir os direitos da criança e do adolescente que a
9020 criança e adolescente venha ter o protagonismo deles adaptado no estado, que a
9021 criança e ao adolescente venham ter a voz ativa, não só no meu estado, mas sim
9022 no nosso país.

9023

9024 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9025 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplente do estado de
9026 Rondônia indicado pelo Conselho Estadual: a Célia de Souza.

9027

9028 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9029 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Roraima: Pedro
9030 Henrique Ferreira, indicado pelo Conselho Estadual. Continuando, titulares pelo
9031 estado do Rio Grande do Sul: Osnir da Silva Pereira, indicado pelo Conselho
9032 Estadual, Victor Natan Pinheiro Machado, selecionado pelo edital de Entidades de
9033 Grupo Diversos do segmento pessoa com deficiência, representante da
9034 Associação Pestalozzi de Canoas Rio Grande do Sul. E Daniel Costiti Roche,
9035 selecionado também pelo edital de Entidades de Grupo Diversos, representante
9036 do segmento dos povos ciganos, entidade Associação Maylê Sara Kalí.

9037

9038 **Sr. Daniel Costiti Roche (Entidades de Grupo Diversos)** – Tudo bom, meu
9039 nome é Daniel, tenho 16 anos sou do Rio Grande do Sul, Gravataí. O meu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9040 comprometimento com a CPA é sobre os povos ciganos, representando a criança
9041 e ao adolescente, para ter uma melhoria sobre os povos ciganos e outros povos
9042 também.

9043

9044 **Sr. Osnir da Silva Pereira Neto (Conselho Estadual)** – Muito prazer, meu nome
9045 é Osnir da Silva Pereira Neto. Tem 15 anos, mora em Gramado e sou
9046 representante do estado do Rio Grande do Sul. O meu comprometimento com a
9047 CPA é lutar pelos direitos da criança e adolescente hoje para que amanhã eles
9048 possam ter os seus direitos concedidos, para que eles tenham conhecimento e
9049 reconhecimento de voz.

9050

9051 **Sr. Victor Natan Pinheiro Machado (Entidades de Grupo Diversos)** – Meu
9052 nome é Victor, e a cidade Canoas estado do Rio Grande do Sul. E o meu
9053 compromisso com CPA é quer, faça com que a criança e adolescente tenham
9054 palavra delas mesmos, aqui não precisa de outras pessoas que fale por ela, por
9055 causa que uma vez ou outra vai precisar que só ela mesmo fale por ela.

9056

9057 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9058 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplentes do estado do
9059 Rio Grande do Sul: Isabelle Clesiblun Schmidts; Alexandre Júnior da Motta e
9060 Sebastião Júnior Dias Vargas.

9061



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9062 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9063 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de Santa Catarina:
9064 Daíra Leticia Adriano, indicado pelo Conselho Estadual.

9065

9066 **Sra. Daíra Leticia Adriano (Conselho Estadual)** – Oi, eu sou a Daíra, eu sou do
9067 município de Timbó Santa Catarina. E o meu compromisso com a CPA é fazer
9068 com que as vozes das crianças e adolescentes da minha comunidade sejam
9069 ouvidas e sejam levadas a sério, principalmente, trazer à tona o assunto do
9070 capacitismo o que é o preconceito sobre as deficiências eu quero trazer isso da
9071 melhor forma, para que todos nós possamos conviver melhor sociedade.

9072

9073 **Sra. Petrúcia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9074 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Suplente indicada pelo
9075 Conselho Estadual de Santa Catarina: Ana Luiza da Cunha.

9076

9077 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9078 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titulares pelo estado de Sergipe:
9079 Yasmim Santos Oliveira, indicada pelo Conselho Estadual; William Eleotério
9080 Azevedo dos Santos selecionado pela plataforma virtual.

9081

9082 **Sr. William Eleotério Azevedo dos Santos (Plataforma Virtual)** – Oi, meu nome
9083 é o William Azevedo, sou do município de Santo Amaro das Brocas, Sergipe. E o
9084 meu compromisso com CPA é garantir os meus e os seus direitos, garantir
9085 também a proteção integral de crianças e adolescentes.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9086

9087 **Sra. Yasmim Santos Oliveira (Conselho Estadual)** – Oi, meu nome é Yasmin,
9088 eu tenho 14 anos, sou representante de Instância, Sergipe. Meu compromisso
9089 com CPA é levar voz de todas crianças adolescentes para o nosso país, lutar
9090 pelos nossos direitos e em busca de mais espaço de falas para que crianças
9091 adolescentes possam se expressar diante da sociedade.

9092

9093 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9094 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – E como suplentes do
9095 estado de Sergipe indicado pelo Conselho Estadual, temos: Raiane Luize dos
9096 Santos; Enedina de Matos Mendonça; Igor Ramon da Silva e Marco Evangelista
9097 dos Santos, selecionado pelo edital da Entidades de Grupo Diversos no segmento
9098 pessoas com deficiência representante do Centro de Integração Raio de Sol.

9099

9100 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9101 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Titular pelo estado de São Paulo:
9102 Brenda de Oliveira Silva, indicado pelo Conselho Estadual.

9103

9104 **Sra. Brenda Oliveira Silva (Conselho Estadual)** – Bom-dia. O nome é Brenda,
9105 tenho 17 anos, sou aqui do estado de São Paulo. Primeiramente gostaria de
9106 agradecer a todos que permitiu ser possível estarmos aqui hoje, porque nós
9107 lutamos muito a pelo CPA, algum tempo já e nós lutamos muito para conseguir
9108 hoje a nossa posse, muitos vieram e lutaram também e a gente está aqui. Então
9109 eu queria muito agradecer a todo mundo. E o meu compromisso com CPA hoje a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9110 garantir os direitos da criança e adolescente é fazer aquilo ajustando no todo. É
9111 buscar melhorias, trabalha para que os adolescentes e crianças de todo nosso
9112 país venha ter tudo aquilo que elas têm direito e merecem. É isso, obrigada.

9113

9114 **Sra. Eduarda Nayara (São Paulo)** – Oi, meu nome é Eduarda Nayara, eu sou de
9115 SP, São Paulo e eu acho que o meu compromisso com CPA não é só ser
9116 porta-voz dos adolescentes e crianças da minha comunidade, mas sim garantir a
9117 participação deles, fazer com que as vozes deles sejam ouvidas e lutar pelos
9118 nossos direitos.

9119

9120 **Sra. Isabela Chirman (São Paulo)** – Oi, meu nome é Isabella Chirman, eu tenho
9121 15 anos e sou de São Paulo capital. Meu compromisso com CPA é conhecer mais
9122 sobre os meus direitos quanto criança e adolescente compartilhar eles com outras
9123 crianças e adolescente, para que assim possamos lutar por eles.

9124

9125 **Sr. Kauã Araújo Casemiro** – Oi. Eu sou Kauã Araújo Casemiro, tenho 14 anos,
9126 moro em São Paulo, capital zona leste. E o meu compromisso do CPA é garantir
9127 que todas as crianças e adolescente tenha direito de fala de opinião independente
9128 de cor, raça, identidade, gênero identidade ou de onde quer que seja.

9129

9130 **Sra. Leticia Dias da Silva** – Oi, meu nome é Leticia Dias da Silva, tem 13 anos e
9131 sou de São Paulo capital. O meu compromisso com CPA é para garantir a
9132 crianças e adolescente tenham não só espaço de fala, mas para que sejam



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9133 ouvidas, porque independente de cor, gênero, idade ou sexualidade somos todos
9134 iguais e temos os mesmos direitos.

9135

9136 **Sra. Maria Clara** – Olá, o meu nome é Maria Clara, eu tenho 15 anos e eu estou
9137 representando estado de São Paulo. Meu compromisso com CPA é espalhar
9138 informações entre nossas crianças e nossos adolescentes para que todos estejam
9139 cientes do seu direito perante o Estatuto da Criança e do Adolescente. A minha
9140 luta é para que haja mais conversa e mais conhecimento entre nossos jovens.

9141

9142 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9143 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Completando aqui a lista
9144 de adolescentes, representantes do estado de São Paulo titulares selecionados
9145 pela plataforma virtual, cujos vídeos a gente já acabou de assistir: Maria Clara
9146 Neres Lemos, Kauã Araújo Casemiro, Eduarda Nayara Lemes de Andrade,
9147 Isabela Aparecida Araújo Chirman. E selecionada pelo edital de Entidades de
9148 Grupo Diversos, segmento moradores de periferias e favelas, representante do
9149 Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, Leticia Dias da Silva.

9150

9151 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9152 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Seguindo agora, nós temos também os
9153 suplentes do estado de São Paulo que é o Fábio Augusto da Silva, selecionado
9154 pelo edital de grupo diversos, moradores de periferias e favelas ou comunidades,
9155 representante do Instituto Camará Calunga. Thaís Godines da Silva, selecionada
9156 pelo edital de Entidades de Grupo Diversos no segmento meninas, representante
9157 da Casa do Aprendiz Cidadão, de Presidente Prudente e São Paulo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9158

9159 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9160 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Titulares pelo estado de
9161 Tocantins: Sophia Soraya Soares Pinho, indicada pelo Conselho Estadual; Breno
9162 Quixabeira Câmara Dias, selecionado pela plataforma virtual.

9163

9164 **Sr. Breno Quixabeira (Conselho Estadual)** – Olá, sou Breno Quixabeira, tenho
9165 14 anos e moro em Formoso do Araguaia no estado de Tocantins. O meu
9166 compromisso com CPA é garantir que nós crianças e adolescentes tenhamos uma
9167 voz para que assim nossos direitos e deveres se adaptem a nossas necessidades
9168 e opiniões.

9169

9170 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9171 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Então, declara empossados e
9172 empossadas todos os adolescentes, as adolescentes que integram o CPA. Peço
9173 que todos que estão aí no meet deem um tchauzinho, façam um aceno. Então,
9174 parabéns a todos e todas, foi muito importante ouvi-los, ouvi-las nesta manhã,
9175 nesse momento da Conferência Nacional. É um marco para a história do
9176 CONANDA o início da atividade do CPA com a composição completa, 47
9177 integrantes de todas as regiões do país, de diferentes segmentos, trazendo as
9178 múltiplas vozes que nós precisamos para somar esforços e lutar juntos e juntas
9179 pelo avanço na Política de Infância e Adolescência, Petrócia.

9180



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9181 **Sra. Petrócia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9182 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Bom, para mim, é muita
9183 satisfação, é muito emocionante saber que desde a 2005 que a gente tenta
9184 implementar e saber que apesar de todos os desafios, todas as dificuldades, foi
9185 nesse Governo que a gente consegue implementar o CPA CONANDA, não é?
9186 Com um investimento de quase 2 milhões e meio para capacitação, já temos a
9187 plataforma virtual, então, isso para nós é um avanço, e motivo de orgulho.
9188 Obrigada a Ministra Damares, obrigada a Secretaria-Executiva, obrigado a
9189 Sociedade Civil também que está conosco aqui representada pela nossa
9190 Presidente Iolete e agradecer a todos os adolescentes empossados que a gente,
9191 que nós juntos possamos construir uma pauta solidária, colaborativa na
9192 perspectiva de construção de uma Política Pública para Crianças e Adolescentes,
9193 muito obrigada.

9194

9195 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9196 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Está no CONANDA, integrar o CPA é
9197 um direito de todas e todos vocês. E é um direito que deve ser garantido
9198 plenamente, então, a partir desse momento, vocês participarão dos vários
9199 espaços de articulação política, de organização das demandas das pautas, de
9200 participação das Assembleias com direito a voz e desejo que exerçam plenamente
9201 esse direito. Nós estamos em um momento extremamente delicado em função de,
9202 a gestão da Sociedade Civil encerrar no mês de dezembro, nesse mês e não
9203 termos ainda a garantia da realização da eleição para a continuidade das
9204 atividades do CONANDA em 2021. Então, esse é um momento onde a gente
9205 precisa de muita organização, de muita articulação e muita luta para que as
9206 atividades não sejam interrompidas como ocorreu em 2019. Esse é um momento
9207 importante, porque nós não estaremos sozinhos, Conselheiros e Conselheiras



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9208 adultos, mas agora já com todo esse coletivo de 47 adolescentes com muita garra,
9209 com muita força, com muita disposição como todos e todos vocês declararam nas
9210 suas falas neste momento de posse. Então, que a gente encare esse trabalho com
9211 um desafio a ser enfrentado coletivamente. Nós entendemos que a posse toda a
9212 seleção, o processo que vocês passaram para chegar até aqui, é só o primeiro
9213 passo. A gente tem agora um conjunto grande de aprendizados a realizar, de
9214 medidas a serem tomadas para garantir efetivamente o funcionamento desse
9215 Comitê e para isso é preciso juntar as mãos, todos e todas, Sociedade Civil, o
9216 Governo, adolescentes, com o apoio dos Conselhos Estaduais para que esse
9217 trabalho se amplie e tenha a repercussão que a infância e adolescência merecem,
9218 é muito importante essa, esse reconhecimento de que nós não podemos continuar
9219 nos Conselhos de Direitos tendo uma representação somente de adultos. Então,
9220 também dirijo nesse momento a minha fala para todos os Conselheiros e
9221 Conselheiras adultos, adultas dos Conselhos Estaduais e até dos Conselhos
9222 Municipais que espero em breve, também tenham seus Comitês de Participação e
9223 do próprio CONANDA que a gente tem uma disposição para o aprendizado, esteja
9224 aberta a essas novas aprendizagens nesse trabalho coletivo, nesse trabalho
9225 conjunto que durante muito tempo ficou centrado em adultos, mas que deve
9226 reconhecer a potência, a titularidade mesmo de direito que é de criança e
9227 adolescente e quiçá no futuro, a gente se organize e possibilite a participação de
9228 crianças também, é muito importante que a gente tenha isso como perspectiva de
9229 futuro. O nosso país, ele enfrenta muitos desafios para a efetivação dos direitos,
9230 mas com essa participação política, com mecanismos democráticos de
9231 participação, nós seguiremos adiante. Então, bem-vindos, bem vindas a todos os
9232 adolescentes, as adolescentes do CPA.

9233



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9234 **Mestre de Cerimônia** – Agradecemos a todos e damos por encerrada a cerimônia
9235 de posse dos integrantes do Comitê de Participação do Adolescente, CPA
9236 CONANDA. Neste momento vamos dar início à cerimônia de encerramento da 11ª
9237 CNDCA, e para compor a mesa de encerramento deste grande evento,
9238 convidamos: a Ilma. Sra. Iolete Ribeiro da Silva, Presidenta do Conselho Nacional
9239 do Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, representante da Sociedade
9240 Civil; convidamos também o excelentíssimo... A Excmas. Sra. Petrócia Andrade,
9241 Secretária adjunta da Secretaria Nacional do Direitos da Criança e do Adolescente
9242 e Vice-Presidente do Conselho Nacional do Direitos da Criança e do Adolescente,
9243 CONANDA; Convidamos o excelentíssimo senhor Maurício José da Silva Cunha,
9244 Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; convidamos
9245 também o ilustríssimo senhor Antônio Lacerda, Conselheiro do CONANDA,
9246 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura,
9247 Coordenador da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional dos
9248 Direitos da Criança e do Adolescente. Convidamos a Julia Rebeca Noronha da
9249 Costa, representante do Conselho Estadual, dos Direitos da Criança do Maranhão,
9250 no Comitê de Participação dos Adolescentes CPA CONANDA; convidamos Flávio
9251 Henrique Silva Santos, representante do Conselho Estadual dos Direitos da
9252 Criança e do Adolescente de Alagoas, no Comitê de Participação de Adolescente
9253 do CONANDA, CPA CONANDA; Convidamos a Ilma. Sra. Salete Valesan,
9254 Presidente da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais FLACSO Brasil;
9255 Convidamos o ilustre senhor Vicente Falchetto, representante do Fórum Nacional
9256 dos Direitos da Criança e do Adolescente. Neste momento solicitamos a todos
9257 aqui no estúdio, e você aí onde estiver, que se posicione de pé em sinal de
9258 respeito para execução do Hino Nacional.

9259

9260 (Hino Nacional Brasileiro)



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9261

9262 **Mestre de Cerimônia** – Podemos sentar. E nesse momento tem a palavra o
9263 ilustríssimo senhor Vicente Falchetto, representante Fórum Nacional dos Direitos
9264 da Criança e do Adolescente, FNDCA.

9265

9266 **Sr. Vicente Falchetto (Representante do Fórum Nacional dos Direitos da**
9267 **Criança e do Adolescente)** – Bom-dia a todos e a todas. E um abraço especial aí
9268 a essa mesa maravilhosa, composta pela nossa Presidenta Iolete, Petrúcia,
9269 nossos dois adolescentes, nosso colega Lacerda aí da Comissão Organizadora.
9270 Depois de ouvir francamente os depoimentos, as apresentações dos adolescentes
9271 do CPA de cada estado, eu diria que a Conferência poderia encerrar com eles,
9272 não é mesmo? Foram encantadores, foram maravilhosos, e cheio de
9273 compromissos, eu diria, eu dizia no Chat da Sociedade Civil: compromisso de raiz.
9274 É, porque a própria vida desses adolescentes, dessas adolescentes e jovens. E o
9275 Fórum Nacional com seu secretariado reunido durante toda essa Conferência e
9276 vários momentos, nós resolvemos da três destaques nessa fala que curtinha,
9277 apenas de saudação. Primeiro reforçar isso que aconteceu, adolescentes,
9278 participação de adolescentes, a gente vê que está na hora de eles terem mais
9279 oportunidades, de eles terem mais espaço, de eles terem mais voz. Quando a
9280 gente ver um CPA sendo é empossado, a gente ainda teme basta ver a trajetória
9281 que nós vivemos para que isso acontecesse. Nós temos Estatuto da Criança e do
9282 Adolescente e lutamos até hoje para a sua implementação total, nós temos
9283 Convenção Internacional da Criança e do Adolescente, precisamos de protocolos
9284 para chamar a atenção. Então e aí? Quero dizer aqui a vocês adolescentes do
9285 CPA, que nós, digo os fóruns estaduais de todos estados estaremos com vocês
9286 nessa luta para continuar garantindo essa efetivação, a participação e precisamos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9287 dar mais oportunidades de formação a vocês para que seja de fato a manhã já são
9288 hoje Conselheiros, porque vocês participam, amanhã nós queremos
9289 representação também de vocês, o tempo passa rápido. Nós devemos ser
9290 substituídos, renovado e para isso precisamos de formação, acreditamos nisso. O
9291 segundo ponto que nós queremos trazer, enquanto Fórum Nacional é a garantia
9292 do CONANDA, foram falados aí meses anteriores, se vocês perceberem as
9293 moções como se foi dito ali pelo nosso colega, professor Marquinhos, moção não
9294 é brincadeira, não é o grito ao vento é compromisso. Gente depois das 564
9295 propostas, dessas trinta moções. Então a gente acredita que tem valor sim. E o
9296 Fórum Nacional, tem fazendo essa luta e têm esse compromisso de da
9297 sustentabilidade, de dar apoio aos militantes e aos representantes dos diversos
9298 espaços. O nacional, para haver nacional nós acreditamos no estado e para de
9299 estado acreditamos nos municípios e vamos lutar por isso. Quando chegamos dos
9300 espaços de Conselho Estadual, Municipal e Estadual não existe Sociedade Civil e
9301 Governo, existe um grupo que carrega uma bandeira pela defesa dos direitos na
9302 integralidade é diferença diversidade, divergência de mentalidade, de
9303 posicionamento sempre teremos, mas a nossa luta é pelo direito, pela garantia e
9304 nós queremos eleições do CONANDA sim Iolete, mas não podemos começar
9305 2021 sem saber o rumo, seria uma decepção para os nossos adolescentes
9306 empossados, mas como é que vai acontecer? E o Conselho Nacional que se
9307 encontra nessa situação? De indefinição. Então o Fórum Nacional é o
9308 companheiro nessa luta e acredita. Por isso o terceiro item, queremos destacar
9309 aqui que nós não acreditamos em retrocesso e o CPA é a prova disso que não
9310 acreditamos em retrocesso, o CPA é novidade, o CPA não está presente, o CPA é
9311 também futuro dos direitos e da efetivação do Estatuto da Criança e do
9312 Adolescente. Compromisso desses adolescentes mostra isso e seria vergonhoso
9313 para nós adultos, nós estamos falando de 11ª, citamos exemplo de conferências
9314 anteriores e mais do que nunca essa Conferência com a sua especificidade,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9315 garantiu esse protagonismo de trazer, de efetivar e não podemos deixar pelo
9316 caminho. Eu sei que ainda, a Bel já está reclamando do tempo. Eu quero reforçar
9317 aqui, trazer é que o compromisso das entidades do Fórum Nacional nesse
9318 momento, porque nós também estamos em processo de transição de eleição, no
9319 início de 2021. Então nós temos aí as colegas a Márcia Rocha, a Sandra Barbosa,
9320 a Sônia Amâncio. Então é a pastoral do menor, é o FENATIBREF, é a
9321 CAPEMISA. O Ricardo da OIT, os suplentes participando e o Conselho Fiscal
9322 nesse momento de reta final é virada de ano e nós queremos sem dúvida continua
9323 até fortalecendo e garantido, Conferência Nacional aconteceu e ela vem
9324 acontecendo antes e nós temos que garantir o depois que a implementação, é
9325 levar as moções como recomendações para continuar a garantia dos Direitos da
9326 Criança e do Adolescente. Muito obrigado pela oportunidade e sigamos em frente,
9327 porque a luta é grande.

9328

9329 **Mestre de Cerimônia** – Obrigado senhor Vicente Falchetto. Nesse momento tem
9330 a palavra a Ilma. Sra. Salete Valesan, Presidenta das Faculdades
9331 Latino-americanas de Ciências Sociais no Brasil, FLACSO Brasil.

9332

9333 **Sra.Salete Valesan (Presidente da Faculdade Latino-Americana de Ciências**
9334 **Sociais FLACSO Brasil)** – Bom-dia a todos a todas. Obrigada por essa
9335 oportunidade. Quero iniciar agradecendo e parabenizando cada criança e cada
9336 adolescente desse nosso país, parabenizar ao CPA em nome da Julia, da Rita e
9337 do Flávio, parabenizar e agradecer a participação de todos e 47 adolescentes que
9338 são titulares e todos os suplentes que foram aí nomeados e apresentados hoje
9339 nessa abertura. Quero em nome da Presidenta Iolete e da Vice-Presidente
9340 Petrúcia do CONANDA, saldar todos os Conselheiros Nacionais, Estaduais e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9341 Municipais, também a Secretaria-Executiva do CONANDA e as Comissões do
9342 CONANDA que atuaram incansavelmente nesse período todo para tornar
9343 realidade e a Conferência e a posse do CPA neste momento. Quero em nome do
9344 Secretário Maurício e da Secretária Petrucia saudar e agradecer todas as equipes
9345 da Secretaria Nacional da Criança e Adolescente e do Ministério, que se
9346 empenharam para essa realização. Agradecer a parceria do PNUD e da OEI, que
9347 juntos temos atuado nas ações das crianças e adolescentes. Agradecer em nome
9348 da Bel, da Kátia, da Carol, do Rair, da Bárbara, da Ana, da Graciete, da Cris, da
9349 Marina, da Kátia Grans e da Flávia, todas as equipes da FLACSO Brasil, que
9350 trabalham para que essa realidade seja possível. Quero lembrar aqui que o estado
9351 brasileiro é o responsável por viabilizar os Direitos Humanos de todas e todos os
9352 cidadãos brasileiros e cabe à Sociedade Civil Organizada o monitoramento das
9353 Políticas Públicas e a participação nos espaços de controle e formulação, como
9354 esse espaço do CONANDA e todos os Conselhos que são do nosso país, lembrar
9355 também que a família seja ela de que formação for e de que natureza for, tenha
9356 responsabilidade, o compromisso de garantir os Direitos das Crianças e
9357 Adolescentes e não permitir que nem no estado brasileiro, nem a sociedade
9358 brasileira, muito menos as famílias brasileiras ou a Rede de Proteção de Crianças
9359 e Adolescentes violem mais os Direitos das Crianças e Adolescentes e que a
9360 gente não tenha mais que trabalhar, para que não percamos nenhum e nenhuma
9361 menina ou menino por violência, seja ela de igual natureza for. Dizer que crianças
9362 e adolescentes é sim prioridade absoluta em todos os nossos dias, não só na
9363 nossa instituição e usar aqui, juntos somos mais do que adolescentes, dito aqui
9364 por um dos nossos adolescentes, essa é a principal importância dessa
9365 Conferência e dessa posse do CPA. Criança e adolescente, prioridade absoluta. E
9366 para vocês, crianças e adolescentes desse país e para todas as crianças e
9367 adolescentes que ainda fazem parte do interior e da humanidade de cada adulto e
9368 cada adulta desse país, dizer: *"Eu fico com a pureza da resposta das crianças, é a*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9369 *vida, é bonita e é bonita, viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar, e cantar, e*
9370 *cantar a beleza de ser um eterno aprendiz. Eu sei que a vida devia ser bem*
9371 *melhor, esperamos que um dia será, mas isso não impede que a gente repita, ela*
9372 *é bonita, é bonita e bonita."* Obrigada a cada adolescente que está aí com os
9373 compromissos que assumiu nesse dia de hoje.

9374

9375 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado Sra. Salete Valesan. Eu passo a palavra
9376 agora o senhor Flávio Henrique Silva Santos, representante do Conselho Estadual
9377 dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas no Comitê de Participação
9378 de Adolescente do CONANDA, CPA CONANDA.

9379

9380 **Sr. Flávio Henrique Silva Santos (Representante do Conselho Estadual dos**
9381 **Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas)** – Obrigado. Bom dia todo
9382 mundo da mesa, saldação. E eu queria começar dedicando, eu tenho essa
9383 obrigação de dedicar a essa fala aos adolescentes e as crianças que estejam
9384 assistidas, que não estejam assistindo, mas que estejam como pauta aqui. E eu
9385 acredito, eu espero que sejam todos do nosso país. A gente nunca foi poupado de
9386 nenhuma política predatória destrutiva ou de qualquer mazela social, a gente
9387 nunca foi. A gente nunca deixou de integrar qualquer grupo minoritário ou de
9388 diversidade que tenha sofrido pressão, a gente sofreu a pressão juntos, cada um
9389 de nós independente do grupo que faça parte. A gente nunca foi poupado de
9390 nada, a gente nunca foi poupado dos eventos históricos de desgraça, a gente
9391 nunca teve essa, gente nunca foi poupado. Isso que quero falar, mas é por nunca
9392 ter sido poupado que como todo cidadão a gente cresceu, a gente cresce, não em
9393 idade, não em tamanho, mas a gente cresce em mente, espírito e adquire
9394 habilidade de reagir, de responder, ao longo do curso da história tiveram diversas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9395 maneiras de formas de reagir. Hoje, com o auxílio de Instituições do Estado
9396 Brasileiro, da Constituição, da lei, tudo que a gente construiu, conquistou com
9397 sangue, a gente tem os mecanismos certos para reagir e a gente vai reagir. Então,
9398 eu queria dedicar essa fala aos adolescentes, eu queria que nesse encerramento
9399 de Conferência que toda a Conferência é histórica, essa é a segunda Conferência
9400 que eu participo, na outra eu acho que tinha 10 anos e não consigo me lembrar
9401 muito bem, mas e depois você consegue, depois que para avaliar, depois que
9402 integra essa rede, consegue ver que as coisas que foram discutidas lá ainda são
9403 pertinentes e de cada fala, cada pessoa, cada Delegado, cada integrante fez sim
9404 um pedaço de história na proteção da nossa Rede de Proteção e de nossos atores
9405 da Rede de Proteção. Então, se vocês participaram dessa, fico muito feliz em
9406 dizer que vocês participaram da história, da história da criança e da adolescência
9407 nesse país, mas principalmente os adolescentes do CPA vocês acabaram de
9408 entrar um marco. Eu autodeclaro, não sei se sou a pessoa mais certa para isso,
9409 acho que não sou muito parcial, mas eu declaro o CPA sim, um marco histórico na
9410 infância e adolescência desse país. E eu queria agradecer e dar um abraço a cada
9411 adolescente e a cada criança que esteja assistindo isso e aos que não estejam,
9412 porque não puderam, as que não estejam, porque não fazem ideia, as que não
9413 esteja, porque o direito lhe foi negado. E queria falar que durante minha gestão do
9414 CPA durar, eu não vou medir esforços em falar, em representar e em doar a
9415 minha plataforma para cada um de vocês, é isso.

9416

9417 **Mestre de Cerimônia** – Ok, muito obrigado Flávio Henrique. Eu passo a palavra
9418 Julia Rebecca Noronha Costa representante do Conselho Estadual dos Direitos da
9419 Criança e do Adolescente do Maranhão, no Comitê de Participação de
9420 Adolescente, CPA CONANDA.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9421

9422 **Interlocutora não identificada** – Rebeca, você está no ar, pode fazer sua fala.

9423

9424 **Mestre de Cerimônia** – Ok. Então, passamos a palavra ao ilustre senhor Antônio
9425 Lacerda, Conselheira do CONANDA, Coordenador da Comissão Organizadora da
9426 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9427

9428 **Sr. Antônio Lacerda (Coordenador da Comissão Organizadora da 11ª**
9429 **Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)** – Bom-dia,
9430 bom-dia, bom-dia a todos, bom-dia a todas. Eu queria destacar minha fala em três
9431 momentos para não me alongar. Primeiro, como coordenador dessa Comissão, da
9432 Comissão Organizadora, eu não poderia deixar aqui que agradecer, agradecer e
9433 parabenizar todos os membros da Comissão Organizadora e das quatro
9434 Subcomissões que estivemos juntos, desde 2017, novembro de 2017 quando o
9435 CONANDA convocou a 11ª Conferência. Então, meus primeiros agradecimentos a
9436 todos os integrantes da Comissão Organizadora Nacional. Quero agradecer e
9437 parabenizar também todos os Conselheiros e Conselheiras Municipais, Estaduais
9438 e Nacionais, sem a presença e a participação de todos Conselheiros e
9439 Conselheiras, nós não teríamos chegado aqui com certeza. Então, a participação
9440 de vocês foi muito importante no debate, na discussão de todas as propostas que
9441 chegaram aqui, das moções que chegaram aqui. Quero agradecer e parabenizar e
9442 concordo com o Irmão Vicente, essa Conferência, ela foi um marco com essa
9443 posse do CPA. Eu fiquei muito emocionado com a fala de cada adolescente, de
9444 cada adolescente ali de cada estado. Então, parabéns ao CPA, agradecer a
9445 participação de vocês na Comissão Organizadora, na Assembleia ali do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9446 CONANDA quando vocês poderão fazer suas falas ali, cobrando da gente,
9447 cobrando isso, que vocês falaram aqui hoje, hoje vocês deram aqui um recado
9448 muito bem dado, vocês querem ser protagonistas, querem ser ouvidos. Quero
9449 agradecer também, parabenizar muito Salete, a equipe da FLACSO, eu como
9450 estava ali coordenando a Comissão, fui, o CONANDA me deu essa incumbência
9451 de coordenar a Comissão Organizadora, eu sei o que foi o desafio e o trabalho de
9452 fazer tudo isso. Então, Salete, eu queria de coração parabenizar toda essa equipe
9453 o Rair, a Carol, Bárbara, o Victor, a Bel espero que não tenha esquecido ninguém
9454 dessa vez, e que os demais me desculpem, mas eu estou citando esses nomes,
9455 porque eu sei, eu vivi cada momento do tanto que essa equipe foi competente.
9456 Queria parabenizar coração Salete, a FLACSO pela competência, e compromisso
9457 e agilidade que vocês dão, que vocês deram nesse processo para realizar a
9458 Conferência. Sempre acho, já participei de muitas Conferências e sempre acho,
9459 Conferência é um dos processos maior de formação em massa, de formação e
9460 capacitação massiva, porque é um momento em que a gente discute desde do
9461 município lá onde estar os problemas, a gente que é cearense, é nordestino, tem
9462 um ditado que diz: que quem sabe, quando o sapato aperta é quem calça. Então,
9463 é muito importante que as propostas nasceram da base dos municípios, nós
9464 chegamos aqui com 564 propostas que vieram dos estados, mas essas 564
9465 propostas, antes de chegar nos estados, elas são muito mais do que isso, que
9466 elas vieram dos municípios. Então, aquelas propostas que ficou em cada
9467 município, os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente devem também
9468 implementar no seu município, porque elas dizem muito respeito à realidade onde
9469 ela nasceu, as propostas que vieram para cá, essas 564 que vieram para a
9470 Conferência Nacional, elas se juntaram em 112, porque tem proposta de um
9471 estado que era, tinha a mesma centralidade de outro estado. Então, nos juntamos
9472 as 564 em 112 isso foi uma riqueza muito grande, porque qualificou as 564
9473 propostas, mas fica valendo as 564 em cada estado, cada estado precisa olhar



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9474 para suas propostas, porque tem umas que tem ali questões relacionadas a
9475 especificidade e a realidade de cada estado, e as 112 se transformaram em
9476 propostas nacionais, sistematizadas e qualificadas, ali no momento que a gente
9477 teve o Fórum de Propostas. E dessas 112 não dá para a gente fazer tudo ao
9478 mesmo tempo, eu acho que expectativa a gente sempre cria, mas o que não
9479 podemos criar são falsas expectativas. Então, como não dá para fazer tudo ao
9480 mesmo tempo, das 112 foram priorizadas 25 para a gente já começar amanhã
9481 olhar para essas 25, porque elas foram sim priorizadas como propostas essenciais
9482 e importante. Além dessas 25 propostas, tenha as 31 moções que também é a
9483 fala das pessoas que participaram de todo esse processo Conferencial. Por fim,
9484 quero dizer que essa proposta teve como tema central a questão da proteção
9485 integral, das Políticas Públicas e do enfrentamento, da diversidade e do
9486 enfrentamento a violência. E de que forma nós podemos fazer isso? Atender
9487 essas propostas? Os eixos deram conta disso, nós temos eixos ligados à Política
9488 Pública, sem Política Pública nós não vamos conseguir alcançar esse grande
9489 tema central da proteção integral, da diversidade e do enfrentamento a violência,
9490 precisamos ter Política Pública, mas precisamos para isso precisamos orçamento,
9491 financiamento, por isso teve um eixo que trabalhou o orçamento e financiamento,
9492 mas precisamos debater isso nos espaços de Controle Social, no CONANDA, nos
9493 Conelhos Estaduais de Conselhos Municipais. Então, é fundamental fortalecer os
9494 Conselhos de Direito e quero enfatizar a importância de a gente realmente realizar
9495 e acelerar o processo de eleição do CONANDA, porque os nossos mandatos
9496 vencem agora em dezembro na próxima semana nós temos a última Assembleia
9497 desse mandato. E um eixo muito importante que tratou da participação e do
9498 protagonismo dos adolescentes, das crianças e dos adolescentes desse país.
9499 Então, esses eixos dão, quer dizer, dão praticidade a tudo isso que a gente
9500 discutiu. Então, vamos olhar para essas 112 propostas com muito carinho e
9501 vamos olhar para essa 25 que foram priorizadas com muito carinho, porque elas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9502 sim, se a gente olhar com muito cuidado, a gente vai conseguir alcançar o grande
9503 tema central dessa Conferência. Bom, então parablenizo a nossa Presidente
9504 Iolete, a Secretária Nacional a Petrócia, o nosso Secretário Nacional Maurício e os
9505 dois adolescentes que estão aí nessa mesa com vocês de forma presencial. E a
9506 todos os companheiros, Conselheiros e Conselheiras do CONANDA, da
9507 Sociedade Civil, do Governo e vamos em frente, e queria destacar por fim, dizer
9508 que nós, inclusive, estamos já pensando como a gente vai acompanhar e
9509 monitorar todas as propostas da Conferência? Quer seja pelo CONANDA, quer
9510 seja pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas não só
9511 dessa, mas de todas as outras Conferências também que já foram realizadas. Um
9512 grande abraço e sucesso para todos e todas na caminhada em prol da garantia
9513 dos direitos da criança e do adolescente, como diz a Constituição Brasileira e o
9514 Estatuto da Criança e do Adolescente: são sim prioridades absolutas.

9515

9516 **Mestre de Cerimônia** – Obrigado senhor Antônio Lacerda. Eu passo a palavra
9517 agora para Julia Rebeca Noronha da Costa, representante do Conselho Estadual
9518 dos direitos da criança do Maranhão no Comitê de Participação do Adolescente
9519 CPA CONANDA.

9520

9521 **Sra. Julia Rebeca Noronha Costa (Governo Estadual)** – Oi, oi a todos.
9522 Saudação a todas pessoas que se encontra nessa mesa, as pessoas que me
9523 assistem, a todos os adolescentes que me assistem. É uma emoção gigantesca
9524 fazer parte dessa mesa, fazer parte desse encerramento, ter acompanhado assim
9525 de pertinho toda essa programação, todo esse movimento que foi a construção da
9526 Conferência Nacional para os Direitos da Criança e do Adolescente e assim, eu
9527 como já falei em outro momento, eu fiz parte das conferências livres. Então eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9528 tenho uma mala muito grande, de coisas que eu vivi nestes momentos junto com
9529 outros adolescentes no meu município, no meu estado e agora com todos vocês
9530 do Brasil inteiro. Então assim, eu acho que eu tenho muita propriedade para falar
9531 sobre esse momento, sobre o que a gente está vivendo, sobre como foi o marco
9532 de fato, porque desde a Conferência Municipal, a gente teve participação efetiva
9533 de crianças e adolescentes, a gente foi quem tomou a frente de muita coisa, a
9534 gente que fez toda a construção da Conferência e aqui na Nacional não foi
9535 diferente, o CPA teve sempre como uma equipe consultora dessa Conferência.
9536 Então a gente construir juntos muita coisa e a gente foi consultado, foi falado com
9537 a gente. Olha gente, está sendo muito difícil e assim uma coisa que sempre foi
9538 comunicado para a gente do quanto foi difícil ser, fazer a Conferência online de
9539 como ia fazer com que participação das crianças e adolescentes fossem uma
9540 realidade, como que a gente ia fazer com que todos participassem, não é? Com
9541 todos os Delegados seja criança, seja adolescente, seja os adultos que
9542 representam esses adolescentes nos seus estados. Então por muito difícil fazer
9543 essa Conferência, mas ela pois feita, ela está acontecendo e ela foi linda, por
9544 muito linda. E eu acho que foi mais linda ainda, porque nós estivemos em todos os
9545 espaços, nós participamos das palestras, nós fizemos vídeos, nós pensamos em
9546 tudo e estivemos em tudo, porque essa equipe do CONANDA e da FLACSO e de
9547 toda a equipe é organizadora dessa Conferência sempre pensou na nossa
9548 participação e assim, a gente sempre teve muitas lições. A tia Ana, que sempre
9549 colocou muitas missões para a gente fazer dentro dessa Conferência e eu acho
9550 que uma das últimas agora apoio gravado todos os vídeos para a posse do CPA e
9551 todos nós conseguimos, missão cumprida, missão cumprida que a Conferência
9552 com a nossa participação a gente participando de todos os momentos. Então eu
9553 acho que a missão cumprida para todos nós adolescentes e missão cumprida para
9554 todos que organizaram esse momento em que fizeram ele valer a pena e aí eu
9555 deixo, falo um pouco sobre as propostas de tudo que a gente falou aqui, foi muita



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9556 coisa, foi muita proposta incrível e que eu tive a oportunidade de ler a maioria e
9557 disputar os meninos lendo também. A Ana Rita, o Flávio, que a gente pensa
9558 nessas propostas agora dentro dos nossos municípios, dentro dos nossos estados
9559 que eles sejam realmente norteadores para construção de novas Políticas
9560 Públicas para crianças e adolescentes, para garantia da nossa participação, para
9561 garantia dos direitos básicos que ela sirva para isso, porque isso não foi uma
9562 construção de alguém que tipo não tem nada a ver com a nossa realizada, foi uma
9563 construção nossa, foi nós que construímos. Então acho que seria a gente não
9564 pode negligenciar as propostas, a gente tem que levar ela como apoio o tempo
9565 inteiro, porque isso é uma construção de adultos e de crianças e adolescentes.
9566 Então elas são extremamente importantes. E com essa posse do CPA que foi a
9567 coisa mais linda que eu tive oportunidade de fazer parte de acompanhar e assim,
9568 voltando dentro das propostas eu lembro que eu vi uma coisa sobre parlamento
9569 jovem e assim, quando eu olhei eu pensei: nossa, as pessoas devem pensar
9570 como que esses jovens vão ocupar lugares como o parlamento e outros locais que
9571 geralmente adolescentes e jovens não estão? E aí eu penso que quando foi o
9572 CPA, construção do CPA as pessoas pensaram a mesma coisa, como é que vai
9573 seu Comitê de Participação do Adolescente? Como é que esses adolescentes vão
9574 participar desse momento? Se eles tomarem posse disso e eles com mandarem e
9575 a gente está fazendo isso hoje, está mostrando que a gente pode sim e a gente é
9576 super capaz, que a gente precisa do Comitê, a gente precisa colocar a nossa voz,
9577 a gente precisa mostrar de tudo que a gente quer e tudo o que a gente precisa e
9578 que é uma realidade que é possível assim como o parlamento jovem daqui a
9579 alguns anos vai ser uma realidade e que a gente vai ocupar esses espaços,
9580 porque precisa e a gente precisa ter esses locais de fala. E falando muito sobre do
9581 que isso significa, do CPA enquanto a posse do CPA, o que isso significa para
9582 mim? Eu acho que significa para todos os adolescentes de dizer que é o palpável,
9583 a realização de que agora a participação de crianças e adolescentes vai ser



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9584 efetiva. A gente vai ter um espaço que é nosso e a gente não precisa de outras
9585 pessoas para nós norteando, mas a gente vai estar lá, sempre se ajudando,
9586 sempre construindo juntos um lugar melhor para crianças e adolescente. E dizer
9587 que não existam, nunca desistam de participar, nunca desistam de acreditar e de
9588 lutar por direito de crianças e adolescentes, porque é que na minha cidade foi
9589 lutando, acreditando que agora a gente está construindo o Comitê de Participação
9590 de Adolescente Estadual do Maranhão e é com muita conquista, é com muita luta,
9591 não só minha, mas de outros adolescentes. E é com essa luta, com essa força,
9592 com essas notícias e com tudo de maravilhoso que aconteceu nessa Conferência,
9593 que eu digo: não desistam, não desistam, continua lutando, são vocês que vão
9594 fazer um mundo melhor, um futuro melhor para as nossas crianças. Fazer, na
9595 verdade, uma agora e um futuro melhor para as nossas crianças e adolescentes, é
9596 isso, muito obrigada.

9597

9598 **Mestre de Cerimônia** – Obrigado Julia Rebeca. Eu passo a palavra ao
9599 excelentíssimo senhor Maurício José da Silva Cunha. Secretário Nacional dos
9600 Direitos da Criança e do Adolescente.

9601

9602 **Sr. Maurício José da Silva Cunha (Secretário Nacional dos Direitos da**
9603 **Criança e do Adolescente)** – Bom dia, bom-dia a todos. É o momento de fato
9604 muito feliz e histórico. Quero cumprimentar a Presidente Iolete, Petrócia
9605 vice-presidente do CONANDA, nossa secretária adjunta, os nossos adolescentes
9606 aí representantes do CPA brilhantemente enriquecendo as falas e a reunião. Eu
9607 não imaginava sinceramente que eu teria, que eu recebia esse presente
9608 lembrando um pouquinho da nossa trajetória lá de 20 e tantos anos atrás, eu não
9609 cheguei nos 40 da Petrócia ainda não, quase trinta anos começando como



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9610 conselheiro municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e alguns
9611 municípios a gente até como organização social que ensinava o poder público a
9612 implementar o CNDCA, que estaria no encerramento dessa Conferência histórica
9613 no ano em que o ECA faz trinta anos. Então realmente o motivo de celebração e
9614 no momento que a gente dá posse ao CPA e ao Brasil se levanta como uma
9615 referência de participação de crianças e adolescentes na Política Nacional de
9616 Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Então quero trazer o meu
9617 reconhecimento agora ao CONANDA, a Comissão Organizadora por essa
9618 Conferência, pela organização dessa Conferência, a Petrócia, a Iolete, a
9619 Secretaria-Executiva, a nossa equipe da Secretaria-Executiva está lá atrás, equipe
9620 sensacional, fez um trabalho espetacular. A FLACSO, pela excelência do trabalho
9621 desenvolvido, a gente pediu uma Conferência com a participação pela primeira
9622 vez no formato digital. É importante que a sociedade saiba que esse formato além
9623 de permitir a ampla participação é lógico que é muito gostoso estar presente do
9624 presencial, a gente sabe disso, mas esse formato permitiu não só a participação
9625 como a economia de R\$4.200.000,00 de recursos públicos, que o CONANDA
9626 deliberou e pode direcionar para Política Pública, são recursos que vão ser
9627 usados, na política, no Família Acolhedora, no PPCAM e que seriam gastos no
9628 encontro presencial da Conferência. Então é uma grande vitória, o grande
9629 momento. Quero agradecer aos Delegados que participaram, que trouxeram as
9630 suas contribuições. Um agradecimento especial a CGTI, a nossa coordenação
9631 geral de tecnologia da informação, que trabalhou em tempo recorde o ambiente
9632 virtual que eu considero um sucesso, essas coisas sempre dão tantos problemas
9633 e eu como Delegado, nem como Secretário que eu estou falando, como Delegado
9634 eu a testo a excelência da plataforma foi muito fácil, foi muito tranquilo entrar,
9635 votar, analisar, tudo muito bem feito, alto explicativo, excelente trabalho da
9636 FLACSO, da CGTI, que permitiu essa participação aí de todos nós. Então estamos
9637 todos de parabéns. As deliberações trazem questões importantes, que vão ser



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9638 analisadas. A gente assumia que o compromisso como Secretaria Nacional, até já
9639 convoquei a reunião para semana que vem, já receberam aí, não é? Para a gente
9640 se debruçar sobre as deliberações, principalmente, as 25 priorizadas, mas não
9641 apenas, mas lembrando que esse é um compromisso não só da Secretaria
9642 Nacional dos direitos da criança e dos adolescentes, é um compromisso de todos
9643 da sociedade, das famílias, de estados, de municípios, de Conselhos Estaduais e
9644 Municipais, todos como diz a nossa Constituição priorizando a criança e ao
9645 adolescente. Então que todos se debruçam sobre essas deliberações,
9646 principalmente, as 25 prioridades. E comece a traçar planos, planos de ação, para
9647 que elas sejam fortalecidas, aquelas que já foram iniciadas, para que elas sejam
9648 de fato implementadas. Quero trazer uma palavra especial aqui brevemente
9649 também as adolescentes, jovens, da CPA. É muito bom ouvir vocês, existe um
9650 lema dos usuários da Política de Assistência Social e também da pessoa com
9651 deficiência, eles gostam de dizer: nada para mim, sem mim. E a gente está
9652 vivendo isso aqui. Nada para mim, sem mim. Então que vocês participem mesmo,
9653 que vocês desenvolvam nesse processo senso crítico de avaliar, de não ser
9654 massa de manobra, de vocês avaliarem o que é melhor para vocês, o que é
9655 melhor para a coletividade, o que é melhor para o país, que vocês passam esse
9656 exercício de ter sido e contribuam com a política, porque é para vocês. E a gente
9657 aqui assumir esse compromisso de ouvir com muito respeito o que vem de vocês,
9658 porque vocês estão aqui legitimados, não só, porque são representantes eleitos e
9659 que representam toda uma população, mas, porque vocês são o público-alvo da
9660 nossa política. Então vocês vão ter sempre esse espaço de respeito e de poder se
9661 manifestar e que sejam de fato protagonistas. A vida não é algo que acontece a
9662 vocês, a vida é algo que vocês fazem sei. A vida não é algo que acontece a mim,
9663 a vida é algo que eu faço ser, eu construo, eu sou protagonista. Então o nosso
9664 sonho é que nossas crianças e adolescentes sejam de fato protagonistas do seu
9665 destino dentro dessa nação brasileira e vocês estão sendo convidados de fato



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9666 nesse momento a contribuir com essa construção. E por fim quero deixar também
9667 uma reflexão para todos que nos assistem nesse momento, que talvez
9668 coincidentemente eu não sei, mas é muito feliz que nós estejamos encerrando a
9669 nossa Conferência no dia 10 de dezembro, que é o dia Internacional dos Direitos
9670 Humanos, essa data é uma data muito especial e quando a gente fala de Direitos
9671 da Criança e Adolescente a gente está falando de Direitos Humanos voltado para
9672 criança e adolescente. Nós temos tentado fazer o trabalho de resgate desses
9673 princípios fundantes, que foram eternizados no dia 10 de dezembro de 1948 pela
9674 Organização das Nações Unidas que instituiu a declaração universal. Ela vem em
9675 que contexto? Ela bem após a barbárie da segunda guerra mundial e de toda a
9676 sorte de violações de direitos humanos que aconteceu naquele período, diante de
9677 um mundo desejoso de construir novos alicerces ideológicos, dirigentes das
9678 nações que abriu emergir do como potências naquele período pós-guerra
9679 liderados pelos Estados Unidos pela União Soviética, e estabelecer uma
9680 Conferência, Conferência de alta na Inglaterra em 1945, as bases de uma futura
9681 paz definindo áreas de influência e acertando a criação de uma organização
9682 multilateral que promovesse as negociações sobre conflitos internacionais e
9683 objetivando evitar guerras e promover a paz, a democracia e fortalecer os seus
9684 Direitos Humanos, nascia então o ONU, e em seguida três anos depois a
9685 Assembleia da ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos
9686 como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações com o
9687 objetivo de que cada indivíduo, cada órgão da sociedade tendo sempre em mente
9688 essa declaração, se esforçar-se através do ensino, da educação por promover o
9689 respeito, a esses direitos e liberdades pela adoção de medidas progressivas de
9690 caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua
9691 observância universal e efetiva. As idéias e valores dos direitos humanos são
9692 traçadas através, ela já vem da história antiga, elas não são novas, porque elas se
9693 baseiam na de equidade intrínseca do ser humano, que é algo que nós



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9694 carregamos em nós mesmos. O primeiro registro de uma Declaração de Direitos
9695 Humanos vem de Ciro, em 539 AC, depois isso foi sendo sedimentado por
9696 filósofos e a europeus do iluminismo, que desenvolveram teorias da lei natural,
9697 influenciaram pôr fim à Declaração de Direitos de 1689, na Inglaterra, a
9698 declaração de 1789 da França, a carta de direitos Estados Unidos em 1791, uma
9699 aulinha de história para a gente, para a gente se situar no contexto. E a segunda
9700 guerra foi um período muito difícil da história da humanidade, que ela violou todos
9701 esses direitos. Quando o as atrocidades cometidas quando a Alemanha nazista se
9702 tornaram aparente depois da 2ª guerra, o consenso entre a comunidade mundial
9703 era do que a Carta das Nações Unidas, não tinha anteriormente promulgada, não
9704 tinha definido suficientemente os direitos a que se referia. Uma Declaração
9705 Universal, que especificasse os direitos individuais era necessária para dar efeito
9706 aos Direitos Humanos. E aí pessoal, a gente quer convidar vocês a todos a lerem
9707 a Declaração Universal dos direitos humanos e os conceitos que ela traz de bem
9708 comum, de fraternidade, todos trabalhando pelo bem comum. E é nesse espírito
9709 que a gente quer sentar e celebrar o dia de hoje. Todo mundo cuidando de todo
9710 mundo, o sensor de direitos, mas também o senso de dever que temos uns com
9711 os outros e, principalmente, com a criança e com adolescente... Voltou, que a
9712 Constituição. Obrigado. Que a Constituição no e o Estatuto da Criança e do
9713 Adolescente colocam como prioridade absoluta, não bastou ao legislador dizer, eu
9714 sempre digo isso, prioridade, porque prioridade é prioridade, já deveria ser
9715 suficiente, não é? Ele disse prioridade absoluta, esse era o espírito do legislador e
9716 deve ser o espírito que nos norteia, criança e adolescente prioridades absolutas
9717 dentro de um marco conceitual da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a
9718 dignidade intrínseca, inerente do ser humano e todos trabalhando pelo bem
9719 comum de todos é isso que nós vamos perseguir, parabéns a todos e vamos
9720 agora nos debruçar, continuar trabalhando em cima das deliberações para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9721 continuar construindo essa história dos Direitos da Criança e do Adolescente do
9722 Brasil, obrigado.

9723

9724 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado senhor Maurício José da Silva Cunha. Eu
9725 passo a palavra a excelentíssima Sra. Petrucia Andrade, Secretária adjunta da
9726 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-presidente
9727 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA.

9728

9729 **Sra. Petrucia de Melo Andrade (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção**
9730 **da Igualdade Racial/Vice-Presidente do CONANDA)** – Mais uma vez muito
9731 agradecida. Eu agradeço a todos que estão acompanhando a Conferência, que é
9732 um número significativo, na última segunda-feira nós tínhamos mais de 10.000
9733 pessoas acompanhando a Conferência, isso realmente é motivo de muita alegria.
9734 E está também como o Maurício colocou, não é? Agradecendo a CGTI que não
9735 mediu esforços e quando o Lacerda fala desse, dessa questão da organização da
9736 Conferência, quando nós trabalhamos em conjunto para que essa Conferência
9737 fosse virtual, nós levamos essa demanda a nossa Ministra Damares Alves, que
9738 abraçou essa questão, disponibilizando todos os setores, trazendo Lucas Pinheiro,
9739 que deu uma celeridade, trabalhando para que essa Conferência fosse uma
9740 realidade. Então, eu tenho muito a agradecer e também estou muito feliz por a
9741 gente está dando posse aos adolescentes que são um comprimento também da
9742 Constituição do Artigo 204 da Constituição dessa participação, não só dos adultos
9743 falando pelos adultos, que o lema dos adolescentes é nada sobre nós, sem nós,
9744 não é? Então, só agradecer, agradecer a todos que colaboraram para que essa
9745 Conferência fosse realizada e que na minha avaliação, está sendo um sucesso,
9746 muito obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9747

9748 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado Sra. Petrócia Andrade. Eu passo a palavra
9749 a Ilustríssima Sra. Iolete da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos
9750 da Criança e do Adolescente CONANDA.

9751

9752 **Sra. Iolete Ribeiro da Silva (Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da**
9753 **Criança e do Adolescente, CONANDA)** – Então, final de uma Conferência é
9754 sempre o final, é um fechamento de um ciclo, e de um ciclo que iniciou lá em
9755 2017, quando foi convocada a Conferência, depois 2018, 2019 foram realizadas
9756 as Conferências livres, Conferências Municipais, Conferências Estaduais, algumas
9757 Conferências Estaduais foram realizadas em 2020, já depois todo o país foi
9758 afetado, todo mundo foi afetado por essa pandemia do Coronavírus, mas alguns
9759 estados fizeram esforço, para realizar sua Conferência Estadual. Infelizmente dois
9760 estados não fizeram a etapa estadual que foi o estado de São Paulo e o estado do
9761 Piauí, todos os demais realizaram as Conferências, elegeram Delegados e
9762 participaram dessa etapa nacional. Tivemos mais de 800 pessoas credenciadas
9763 na plataforma, entre Delegados, Delegadas, convidados e observadores. Essas,
9764 esses momentos em que houve transmissão ao vivo e os vídeos estão aí
9765 disponibilizados no canal do YouTube do CONANDA, no Facebook, nas mídias
9766 sociais do CONANDA, já tiveram mais de 10.000 acessos, 10.000 visualizações,
9767 melhor dizendo, isso demonstra o alcance que essa Conferência teve. Nós
9768 entendemos que em função de ser uma Conferência, não são somente esses os
9769 momentos importantes, esses que se fazem palestras, apresentações de ideias, o
9770 mais importante são aqueles momentos em que as propostas são apreciadas, são
9771 analisadas, que as pessoas debatem e votam a essas propostas. Quando nós
9772 decidimos a realização desta Conferência no formato virtual, essa não foi uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9773 decisão fácil, ela foi muito debatida no âmbito do CONANDA por entendermos que
9774 é uma Conferência presencial, ela possibilita uma integração muito maior, uma
9775 troca de ideias muito maior. E a gente entende que próximas Conferências devem
9776 ser presenciais, mas toda a tecnologia, todo o trabalho realizado durante essa
9777 Conferência virtual certamente contribuirá para qualificar mesmo as Conferências
9778 presenciais, com instrumentos de votação, de registro de proposta, de mobilização
9779 e mesmo essa possibilidade de disseminação dos debates e discussões
9780 realizados. Certamente não realizamos tudo que gostaríamos nessa 11^a
9781 Conferência, mas tudo que foi feito, foi feito com a intenção de fazer a melhor
9782 Conferência possível e fazemos um balanço e de que foi positiva, de que
9783 alcançamos o objetivo de uma Conferência que é debater, conferi, analisar e
9784 propor, estabelecer, prioridades e que essas propostas aprovadas e priorizadas,
9785 que as moções, elas reverberem, elas orientem o planejamento dos próximos
9786 anos, porque a realidade da infância e adolescência no nosso país exige muita
9787 atenção. Não podemos tolerar esses assassinatos de crianças e adolescentes,
9788 que temos visto constantemente nos últimos anos, não podemos tolerar que uma
9789 criança vá dormir com fome, não podemos tolerar que uma criança não tenha uma
9790 vaga na escola ou não estude em uma escola de qualidade. O Sistema
9791 Socioeducativa exige bastante atenção e investimento, infelizmente somos
9792 surpreendidos o tempo todo com notícias de mortes, de tortura, de desrespeito à
9793 legislação no campo das políticas, da socioeducação. Eu poderia citar várias
9794 outras aqui, mas só para pontuar que todos os indicadores em relação infância,
9795 indicadores sociais em relação infância e adolescência demonstram que o país
9796 ainda precisa investir e priorizar de fato, a infância e adolescência nas Políticas
9797 Públicas de forma geral e de maneira intersetorial, para que a gente avance e
9798 avance no sentido de garantir os direitos fundamentais, direito à vida, o direito à
9799 sobrevivência, em especial quando vivemos uma crise econômica, uma crise
9800 política, uma crise sanitária como a que vivemos no momento. São mais de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9801 178.000 mortos nessa pandemia, milhares de famílias afetadas por essas mortes
9802 e muitas crianças e adolescentes afetados por todo o sofrimento decorrente da
9803 crise que vivemos no momento. Nós precisamos entender que a infância e
9804 adolescência, ela sofre muito o impacto de tudo isso que está acontecendo. No
9805 início da pandemia se falava e as crianças não morriam, ou que elas não eram
9806 afetadas de maneira grave, não é? Mas esse é um olhar muito parcial, porque
9807 tudo que acontece na sociedade afeta criança e adolescente. Se os adultos, os
9808 integrantes da família da criança são afetados, a criança certamente será afetada.
9809 As escolas fecharam as portas, suspenderam atividades durante um período,
9810 depois retomaram atividade de forma virtual, com toda dificuldade que o país tem
9811 em relação ao acesso à Internet. Então, são muitos desafios pela frente, quando a
9812 gente avalia positivamente toda essa mobilização social em torno dos direitos de
9813 crianças e adolescentes, a gente comemora, porque é um campo de luta, é um
9814 campo de trabalho e é muito trabalho que a gente tem pela frente, não podemos
9815 perder nível de vista. Gostaria de dizer também que essa presença do CPA, ela
9816 inicia agora com todo esse aparato necessário para um funcionamento adequado,
9817 mas já havia sido feita uma escolha anterior, uma seleção anterior de
9818 adolescentes que mesmo não tendo, tendo tido oportunidade de tomar posse, de
9819 atuar efetivamente em todos os espaços que eram de direito daquele grupo, foi
9820 um grupo que contribuiu a partir das suas manifestações, das suas reivindicações
9821 para que esse momento agora ocorresse. Então, o agradecimento em nome do
9822 CONANDA a todos aqueles adolescentes que foram selecionados anteriormente e
9823 não tiveram essa possibilidade de atuar, que os adolescentes que tomam posse
9824 hoje têm. E aí é muito importante que a gente faça todo o esforço para manter o
9825 CONANDA em funcionamento, porque sem CONANDA o CPA vai ser
9826 comprometido também, não é? Então, são duas instâncias aí que atuam juntos,
9827 juntas e que precisam estar afinadas no seu trabalho, por isso é importante essa
9828 resolução de toda essa situação de instabilidade que ainda vivemos. Eu gostaria



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9829 de agradecer nesse momento a todas as pessoas que trabalharam para a
9830 realização dessa Conferência, iniciamos aí pela Comissão Organizadora que foi
9831 coordenada pelo Conselheiro Antônio Lacerda, da CONTAG, mas que contou com
9832 Conselheiros Governamentais e Não-governamentais na sua estruturação, nas
9833 subcomissões, em um trabalho extenso de muitas reuniões virtuais, de uma
9834 agenda bem extensa, não é Petrúcia? Manhã, tarde de segunda a sexta, as
9835 pessoas fazendo todo o esforço de planejamento para que tudo pudesse dar
9836 certo, não é? Aos servidores que atuam na Secretaria-Executiva do CONANDA,
9837 Cleide, Sérgio, Hélio, o Carlos, liderados aí pelo Secretário Executivo Lucas,
9838 Lucas Pinheiro que também se empenharam e deram todo o apoio necessário. A
9839 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui na pessoa do
9840 Secretário Maurício, que também deu apoio e suporte necessário, uma vez que o
9841 CONANDA planeja, define as ações, mas quem executa é a Secretaria, e aí se
9842 não houvesse esse apoio, a gente também não conseguiria realizar a Conferência.
9843 E principalmente, gostaria de agradecer aos Delegados e Delegadas que desde
9844 das etapas municipais dedicaram tempo e energia para os debates tão
9845 necessários que são realizados em todos esses momentos, em todas essas
9846 etapas, não é? E que também agora no momento da Conferência Nacional nesses
9847 quinze dias, estiveram ligados, antenados na agenda, nas ações em que eram
9848 solicitadas e demandadas a cada momento. A Conferência, ela é uma atividade
9849 coletiva, participativa, que mobiliza muitas e muitas pessoas. Então, é muito
9850 importante que vocês estiveram aqui e continuaram agora reivindicando para que
9851 todos os documentos, relatórios, as propostas, tudo que vai derivar desse
9852 momento, seja respeitado, seja cumprido. Em especial e com grande carinho,
9853 registrar a participação de crianças e adolescentes, porque tudo isso, todo esse
9854 trabalho só faz sentido em função da priorização que a gente deve ter para com a
9855 infância e a adolescência. Então, reconhecer que essa presença, ela deve ser
9856 cada vez mais possibilitada e que a atuação política de crianças e adolescentes,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9857 ela é um direito, e é um direito que deve ser garantido sempre. Então,
9858 agradecimento especial a todos os que contribuíram também para a construção de
9859 todo o ciclo de Conferências, que não envolve somente essa etapa nacional. A
9860 FLACSO que foi a instituição que fez a execução, a operacionalização de tudo
9861 para que a Conferência ocorresse e que não é somente um trabalho técnico,
9862 administrativo, não é? Mas são pessoas que também compreendem e valorizam e
9863 respeitam os direitos de crianças e adolescentes. Essa sensibilidade faz toda
9864 diferença para a qualidade do trabalho que é realizado. Então, toda a equipe da
9865 FLACSO contribuiu significativamente para o êxito dessa Conferência. Então, que
9866 a gente continue compreendendo e valorizando as conferências como momentos
9867 importantes de avaliação da conjuntura e de definição de prioridades de gestão e
9868 que o nosso país possa valorizar essas deliberações e utilizá-las como
9869 instrumento de gestão, que a gente tenha condições de tornar essas deliberações
9870 em realidade, transformando em ações em projetos em programas nas Políticas
9871 Públicas, a partir da destinação de orçamento público para infância e
9872 adolescência. Um dos eixos da Conferência foi o do orçamento público e ali tem
9873 uma série de sugestões que são extremamente importantes, inclusive, a defesa
9874 dos fundos da infância e adolescência. Porque no momento atual, no Parlamento
9875 são vários ataques e várias ameaças de extinção desses fundos, o que
9876 compromete significativamente a realização de projetos de ações de políticas em
9877 todos os níveis, desde os municípios, estados, dos estados e mesmo do Governo
9878 Federal. Então, é importante que a gente defenda a existência do fundo, porque
9879 não se faz Política Pública sem recurso, sem orçamento público. Então, o Sistema
9880 de Garantia de Direitos, para que ele cumpra sua finalidade constitucional, para
9881 que ele expresse e torne viva esse princípio da prioridade absoluta, ele precisa de
9882 orçamento público. Então, essa priorização se exprime dessa forma. Então, com
9883 essas palavras, eu declaro encerrada a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

9884 Criança e do Adolescente e sigamos adiante trabalhando e atuando por uma
9885 infância e adolescência titular de direitos no nosso país. Muito obrigada.

9886

9887 **Mestre de Cerimônia** – Muito obrigado Sra. Iolete Ribeiro. Agradecemos a
9888 participação de todas e todos. E está encerrada essa cerimônia. Em janeiro do
9889 ano de 2018 iniciou-se a 11ª Conferência Nacional do Direitos da Criança e do
9890 Adolescente com a realização das Conferências Livres, Conferências Municipais e
9891 as Conferências Estaduais e do Distrito Federal. Em junho de 2020 foi dada a
9892 largada operacional para a construção da etapa nacional da 11ª CNDCA, foi
9893 quando os profissionais multidisciplinares da FLACSO Brasil, com apoio da equipe
9894 da Secretaria-Executiva do CONANDA, da Secretaria Nacional do Direitos da
9895 Criança e do Adolescente, da Coordenação de Gestão Tecnológica da Informação
9896 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e dos Conselheiros do
9897 CONANDA deram início ao desenho da metodologia conferencial, bem como do
9898 desenvolvimento da plataforma virtual, da etapa nacional da 11ª CNDCA. Durante
9899 esses 15 dias de evento, estivemos vivenciando tudo aquilo que foi pensado para
9900 acolher a todos vocês. E agora, assistiremos ao show do Grupo Arte do SPANTA
9901 do Rio de Janeiro, que encerrará os trabalhos da 11ª Conferência. Uma boa tarde
9902 a todas e todos.